

TÂNIA HELENA DA ASSUNÇÃO FRANCO DOS SANTOS

**ESPAÇOS E MODALIDADES DE MILITÂNCIA
EM “CAUSAS ALÉM-FRONTEIRAS” EM
PORTUGAL (1974-1998):
A REDE DE SOLIDARIEDADE COM O POVO DA GUINÉ-
BISSAU**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutora em Sociologia Política

Orientador: Prof. Dr. Ernesto Seidl

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Tânia Helena de Assunção Franco dos
Espaços e modalidades de militância em "causas
além fronteiras" em Portugal (1974-1998) : A Rede
de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau / Tânia
Helena de Assunção Franco dos Santos ; orientador,
Prof. Dr. Ernesto Seidl, 2018.
567 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política,
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Organizações não
governamentais. 3. Redes transnacionais. 4.
Cooperação para o desenvolvimento. 5. Militância pela
paz. I. Seidl, Prof. Dr. Ernesto. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
em Sociologia Política. III. Título.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsocpol@contato.ufsc.br

“Espaços e Modalidades de Militância em “Causas Alem-Fronteiras” em Portugal (1974-1998): a Rede de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau.”

Tânia Helena da Assunção Franco dos Santos

Esta tese foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores,

Prof. Dr. Ernesto Seidl
(PPGSP/UFSC)
Orientador/Presidente

Prof. Dr. Lara Costa Leite
(PPGRE/UFSC)

Prof. Dr. Julian Borba
Subcoordenador (IC) em Sociologia Política
Portaria 551/GR/2018
PPGSP/CFH/UFSC

Prof. Dr. Rodrigo da Rosa Bordignon
(PPGSP/UFSC)

Prof. Dr. Wheriston Silva Neria
(UFMA) – via Skype

Prof. Dr. Julian Borba
(Subcoordenador (PPGSP/UFSC))

FLORIANÓPOLIS, (SC), JULHO DE 2018.

Para a minha querida mãe (*in memoriam*), a quem
a vida exigiu todas as lutas.
Todas travou com coragem e generosidade.

AGRADECIMENTOS

A presente Tese permitiu-me fazer uma caminhada, entre o Brasil, Portugal e a Guiné Bissau, ao longo da qual tive o apoio inestimável de professores, familiares e amigos, sem os quais este trabalho não teria sido possível, e a quem expresso meu profundo agradecimento.

Ao Prof. Dr. Ernesto Seidl que aceitou orientar a presente Tese. Suas questões, comentários e encorajamento foram fundamentais ao longo de todo o percurso.

A todos os colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política com quem convivi na UFSC.

A todos os entrevistados que aceitaram partilhar suas histórias e perspectivas sobre a cooperação internacional, em Portugal e na Guiné-Bissau.

A todos aqueles que contribuíram com sugestões, apoio e encorajamento em particular a Fátima Proença, a Hazel Regala, a Filipa Oliveira. Ao Prof. Carlos Sangreman e a Prof.^a Rosana Albuquerque por sua leitura do trabalho, questões e incentivo ao longo da caminhada.

Às amigas de sempre, a Cláudia, a Ana, a Ana Teresa, a Carla, a Sandra, a Elsa.

A Anilda e Reinaldo Stuart, a Neide Silveira, nossos anfitriões e amigos no Brasil.

Ao Bernabé Polo e à Mel, melhores companheiros de viagem.

Ao clã Cavaleira – Assunção.

Aos meus avós, Esperança e João, José e Conceição, nossos pilares.

Aos meus pais, Fátima e José, a quem tudo devo.

Ao meu irmão, Bruno, meu exemplo de vida.

Ao programa Erasmus Mundus pela bolsa de doutoramento que tornou possível a realização da Tese.

RESUMO

A Tese buscou compreender as condições de emergência e institucionalização do setor das organizações não governamentais de desenvolvimento (ONGDs) em Portugal, a partir de 1974, as modalidades e lógicas de engajamento e a mobilização de seus participantes durante a guerra de 1998/1999 na Guiné-Bissau. Argumenta-se que aquele espaço de militância resulta da recomposição do campo político, religioso, cultural, associado à importação de instituições da Europa ocidental, desde a década de 1960, em particular daquelas que estruturam as relações entre países europeus e suas antigas colônias da África e da Ásia. Entre 1974 e 1998, diversas gerações políticas participaram da construção da “causa” da “cooperação solidária para o desenvolvimento” introduzindo naquele espaço multi-organizacional lógicas distintas. A partir da análise dos seus itinerários, conclui-se que se apresentam particularmente importantes, na formação das disposições e interesses para a “militância além-fronteiras”, a participação em diversos movimentos no interior da Igreja Católica, em particular os “progressistas”, as experiências coloniais, as viagens internacionais e a formação universitária. A institucionalização do setor, que se tornaria também um espaço de “carreiras profissionais”, resultou da construção de tréguas, mediadas pela União Europeia, em torno da ideia de “laços” com as antigas colônias, motivados por “valores humanitários”, entre agentes em quadrantes opostos do espaço político. A mobilização de recursos políticos, materiais e simbólicos por aquele espaço tornaria possível a sua atuação durante a guerra de 1998-1999 na Guiné-Bissau, em Portugal, utilizando repertórios de ação e organização considerados próprios das ONG, em particular a ideia de “rede”. Apesar das redes “pela paz” serem consideradas como mobilizações em torno de uma “causa comum”, as entrevistas com os participantes e aliados da “Rede de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau” revelam a diversidade de lógicas da atuação “política” / “humanitária”, da militância “profissional” / “voluntária” e dos militantes “nacionais” / “internacionais”.

Palavras-chave: ONGs. Redes transnacionais. Cooperação para o Desenvolvimento. Militância pela paz.

ABSTRACT

The Thesis aimed to understand the conditions of emergence and institutionalization of the non-governmental “development” organizations sector (NGDOs) in Portugal, between 1974 and 1998, its modalities and logics of commitment, and the mobilization of its participants during the 1998/1999 war in Guinea-Bissau. It is argued that this space of militancy results from the transformation of political, religious and cultural fields, associated with the import of Western European institutions since the 1960, namely those that structure relations between European countries and their ancient colonies of Africa and Asia. Between 1974 and 1998, several political generations participated in the construction of the “cause” of “cooperation for development”, introducing different logics in that field of activism. From the analysis of their itineraries, it is concluded that the participation in various catholic movements, particularly those considered “progressive”, colonial experience, international travels and university experiences have contributed to individual dispositions to engage in activism “beyond borders”. The institutionalization of the NGDO sector, that became a space of “professional” careers, resulted from a truce, mediated by the European Union, around the idea of “special ties” with the ancient colonies, motivated by “humanitarian values”, among militants in different quadrants of the political field. The mobilization of political, material and symbolic resources through that space would make possible its mobilization during the war in Guinea-Bissau, using repertoires of action and organization used in the NGDO. Although “peace” networks are usually seen as mobilizations around “common causes”, the interviews with the participants and allies of the “Network for Solidarity with the Bissau-Guinean People” reveal the diverse logics of “political”/“humanitarian” action, “professional”/“volunteer” activism, “national” / “international” militants.

Keywords: NGOs. Transnational networks. Development Cooperation. Peace activism.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Presenças nas Reuniões Nacionais da Plataforma Portuguesa das ONGD (1984-1997).....	183
Gráfico 2 - Número de organizações que solicitaram estatuto de ONGD junto do Estado (1994-1998).....	201

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese das entrevistas.....	53
Quadro 2 – Consulta de arquivos.....	54
Quadro 3- Cronologia (parcial) da “causa” do desenvolvimento na Europa / Portugal.....	91
Quadro 4- Número de cooperantes portugueses registados pela Direção Geral de Cooperação.....	137
Quadro 5– Organizações fundadoras da Plataforma Portuguesa de ONGD em 1985.....	161
Quadro 6 - Cronologia da construção do espaço de militância pela “cooperação solidária” em Portugal.....	234
Quadro 7–ONGD representadas nas Reuniões Nacionais da Plataforma Portuguesa de ONGD (1984-1997).....	244
Quadro 8 – Ano de adesão dos entrevistados ao espaço de militância pela “solidariedade com os países em desenvolvimento”.....	254
Quadro 9 Militantes entrevistados em Portugal e na Guiné-Bissau.....	530
Quadro 10 - Caracterização origens sociais militantes portugueses e guineenses.....	533
Quadro 11 - Entrevistas com agentes setor da cooperação internacional em Portugal e na Guiné-Bissau.....	537

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAS – Associação África Solidariedade
ABLA – Associação de Beneficência Luso Alemã
ACEP – Associação Para a Cooperação Entre os povos
AD – Ação para o Desenvolvimento
AIESEC – Association Internationale des Etudiants en Sciences Economiques et Commerciales
AIFA PALOP – Associação para a Investigação e Formação orientadas para Ação nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
AMI – Associação Médica Internacional
AMIC – Associação dos Amigos da Criança
AMU – Ações para um Mundo Unido
ALAE - Associação de Educação de Adultos e Alfabetização
ALTERNAG – Associação Guineense de Estudos e Alternativas
APARF – Associação Portuguesa de Amigos de Raoul Follereau
APCS – Associação Portuguesa de Consultores Seniores
APRI – Associação Portuguesa de Relações Internacionais
ASP – Associação Saúde em Português
BAC – Boletim Anti-Colonial
BM – Banco Mundial
CAD – Comité de Apoio ao Desenvolvimento
CCFD – Comité Catholique Contre la Faim et pour le Développement
CCTA – Commission for Technical Co-operation in Africa south of the Sahara
CDS – Centro Democrático Social
CECRON – Célula das ONG Nacionais e Estrangeiras para a Gestão da Crise na Guiné-Bissau
CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEE – Comunidade Económica Europeia
CECEPEP – Centro de Estudos de Cultura e Ensino dos Países de Expressão Portuguesa
CESO – Centro de Estudos Economia e Sociedade
CIC – Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura
CIDAC – Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial; Centro Informação e Documentação Amílcar Cabral / Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral
CLONG – Comité de Liaison ONG-CE
CNJP – Comissão Nacional Justiça e Paz
CODECO - Comandos Operacionais de Defesa da Civilização Ocidental
CONGAD - Conseil des Organisations Non Gouvernementales d'Appui au Développement

COOPÁFRICA – Associação Para a Cooperação
CPLP – Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa
CPPC – Conselho Português para a Paz e a Cooperação
CPU – Comité Português para a UNICEF
CULTIVAR – Associação de Técnicos de Culturas Tropicais
CUMN – Centro Universitário Manuel da Nóbrega
CUPAV – Centro Universitário Padre António Vieira
CVI – Cruz Vermelha Internacional
CV – Cruz Vermelha (Portuguesa)
DGC – Direção Geral da Cooperação
ECHO – Directorate-General for European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations
ECOMOG - Grupo de Monitoramento da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
ECOSOC – Conselho Económico e Social das Nações Unidas
ELP – Exército de Libertação de Portugal
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOVAD - Forum of African Voluntary Development Organizations
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
GAP – Grupo Ação e Paz
IAC – Instituto de Apoio à Criança
ICP – Instituto da Cooperação Portuguesa
ICE – Instituto para a Cooperação Económica
IDL – Instituto Democracia e Liberdade
IED – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento
IEEI – Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais
IFL – Grupo Português da International Friendship League
IMVF – Instituto Marquês de Valle Flor
ILADAP – Instituto Luso-Africano Para o Desenvolvimento e Atividades da População
INDE – Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação (Guiné-Bissau)
IPMP – Instituto Português de Medicina Preventiva
IPSD – Instituto Progresso Social e Democracia Sá Carneiro
ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão
ISCTE – Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa
ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária
LD – Leigos para o Desenvolvimento
LIÁFRICA – Liga dos Africanos e Amigos de África

LGDH – Liga Guineense dos Direitos Humanos
MEDEC – Missão de Estudos para o Desenvolvimento e Cooperação
MES – Movimento de Esquerda Socialista
MFA – Movimento das Forças Armadas
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
OCMLP - Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa
OECE – Organização para a Cooperação Económica Europeia
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMAS – Obra Missionária de Ação Social
ONG – Organização Não Governamental
ONGD – Organização Não Governamental de Desenvolvimento
ONU – Organização das Nações Unidas
OXFAM – NOVIB - Oxford Committee for Famine Relief /
Nederlandse Organisatie Voor Internationale Bijstand
PALOP – País Africano de Língua Oficial Portuguesa
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e de
Cabo Verde
PC – Partido Comunista
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PREC – Processo Revolucionário Em Curso
PS – Partido Socialista
PSD – Partido Social Democrata
RADI – Réseau Africain pour le Développement Intégré
REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal
RTP – Rádio Televisão Portuguesa
SAOM – Serviços de Assistência Organizações de Maria
SETAFOOC – Instituto Sindical Agrário para a Formação, Estudos,
Cooperação e Desenvolvimento do Mundo Rural
SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social
SNV - Foundation of Netherlands Volunteers / Fundação de Voluntários
Holandeses
SOLIDAMI – Solidariedade e Amizade, Coordenação da Ajuda Não
Governamental, República da Guiné-Bissau
SOLSEF – Sol sem Fronteiras
SUL – Associação de Cooperação para o Desenvolvimento
PIME – Pontifício Instituto para as Missões Estrangeiras
UE – União Europeia

UEMOA – União Econômica e Monetária Oeste Africana

UMP – União das Misericórdias Portuguesas

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization / Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

VIDA – Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
I. PROBLEMÁTICA	24
1 As viagens das “boas causas” e o interesse pelos “problemas dos outros”	24
1.1 Localizando o espaço da militância em “causas além-fronteiras” a partir da “ajuda ao desenvolvimento”.....	31
1.2 Organizações, empreendedores e itinerários de militância.....	40
1.3 “Idealismo desenvolvimentista” na semiperiferia e a militância “além-fronteiras”.....	46
II. ABORDAGEM METODOLÓGICA	49
2 Objetivos	49
2.1 Desenho do campo.....	49
2.2 Fontes e recolha de dados.....	52
CAPÍTULO I - A CONSTITUIÇÃO DE UM ESPAÇO DE MILITÂNCIA EM “CAUSAS ALÉM FRONTEIRAS” EM PORTUGAL (1974-1998)	58
INTRODUÇÃO	58
I. EMBATES DO COLONIALISMO PORTUGUÊS COM A “CAUSA” DO “DESENVOLVIMENTO”	61
1 Internacionalismo, disputas coloniais e “desenvolvimento” na transição do século (XIX-XX)	62
2 A “década da descolonização” e a construção do sistema internacional de “ajuda ao desenvolvimento”	68
3 Organizações não-governamentais e o colonialismo português: interações no “sistema internacional”	73
3.1 A adesão à ONU, a “questão colonial” e a monitoria das ONGs internacionais pela diplomacia do Estado Novo.....	75
3.2 Portugal e a concertação no seio da NATO para a “gestão” do reconhecimento das ONGs no ECOSOC.....	79
4 ONGs internacionais e suas delegações portuguesas durante o Estado Novo	81
4.1 A Caritas Portuguesa e o engajamento internacional da Igreja católica na “luta contra a fome”.....	81
4.2 A Cruz Vermelha e a guerra colonial.....	87
II. ENTRE A DESSACRALIZAÇÃO DO IMPÉRIO E A MODERNIZAÇÃO: RECONFIGURAÇÕES DO SISTEMA	

INTERNACIONAL, A COMUNIDADE EUROPEIA E AS FISSURAS NO REGIME ESTADO-NOVISTA	93
1 Internacionalização da “causa” do “desenvolvimento” e as disputas em torno do colonialismo português	93
1.1 “Situacionistas”, nacionalistas radicais e integristas: o “Ultramar” como “defesa da civilização europeia”	95
1.2 Os “moderados”: entre a aproximação à CEE e o colonialismo...98	
1.3 “Internacionalismos” e “anti-colonialismos”: comunistas, “esquerda radical” e católicos “progressistas” na oposição ao regime	100
III. COLONIALISMO, DESCOLONIZAÇÃO E A “CAUSA” DA “SOLIDARIEDADE COM OS POVOS AFRICANOS” (1974 - 1976)	107
1 O 25 de Abril de 1974: “efervescência” política e o fim do Império	108
2 Das disputas em torno da descolonização ao empreendedorismo na “causa” da “cooperação solidária com o Terceiro Mundo” (1974-1975)	114
2.1 Delimitando as fronteiras do espaço de militância pela “cooperação solidária”	120
2.2 A descolonização como “dupla independência” e a “solidariedade como responsabilidade”: <i>framing</i> da “cooperação com os novos países africanos”	125
2.3 Experimentando repertórios de ação coletiva na “cooperação solidária”	128
3 Aprender fazendo: a cooperação bilateral entre Portugal e os Estados africanos	130
3.1 As primeiras práticas de cooperação estatal.....	130
3.2 “Retornados” e cooperantes: os fluxos entre Portugal e África após a descolonização.....	137
4 A produção de discursos <i>experts</i> sobre o “desenvolvimento de África” após a descolonização	140
IV. NEGOCIANDO AS TRÉGUAS: A INTRODUÇÃO DE LÓGICAS CONCORRÊNCIAS AO TERCEIRO-MUNDISMO PERANTE A ADESÃO DE PORTUGAL À CEE (1976-1985)	143
1 A prática da “cooperação solidária” e as “desilusões” do “terceiro-mundismo”	143

2 Redefinindo a “causa” da “cooperação solidária” e a legitimação de seus representantes: a mediação europeia e a importação da categoria ONG(D)	149
2.1 O espaço multi-organizacional da “solidariedade internacional” em Portugal	153
2.2 Acordando um <i>frame</i> para as ONGs“de desenvolvimento” portuguesas.....	164
3 Afastando o “estigma de potência colonizadora”: o “regresso de Portugal à Europa e a política estatal de cooperação	166
4 A cooperação portuguesa como objeto de debate no âmbito intelectual e acadêmico perante a adesão à CEE	175
V. A ENTRADA NO GRUPO DOS “PAÍSES DESENVOLVIDOS” E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO MULTI-ORGANIZACIONAL DE MILITÂNCIA PELA “COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA”	179
1 Dinâmicas de atração da “causa” e a Plataforma Portuguesa das ONGD	179
1.1 Disputas e consensos na institucionalização da “cooperação solidária para o desenvolvimento”.....	186
1.2 Interações entre o Estado e as ONGs“de desenvolvimento”.....	194
1.3 O reconhecimento jurídico da categoria “ONGD” e a atração social da “sigla”.....	200
1.4 A Plataforma Portuguesa de ONGDs e a indústria europeia de “ajuda ao desenvolvimento”.....	206
2 Continuidades e mudanças na política de “ajuda ao desenvolvimento” do Estado português	210
2.1 As reconfigurações institucionais e a medida certa dos “afetos”, do “interesse” e da “técnica”.....	211
2.2 O Estado português e as diversas faces da legitimação da “cooperação para o desenvolvimento”: entre o “interesse nacional” e a “solidariedade” com os “países de língua portuguesa”.....	218
3 Produção de discursos acadêmicos sobre a “cooperação para o desenvolvimento”: da cooperação como “alternativa” à “perda das colônias” à crítica do “lusotropicalismo” como discurso de legitimação da cooperação.....	225
3.1 As ONGD como objeto de pesquisa acadêmica.....	230
3.2 Instrumentos de comunicação sobre a “cooperação para o desenvolvimento”.....	231

CONCLUSÃO	238
CAPÍTULO II –GERAÇÕES DE MILITANTES EM “CAUSAS ALÉM FRONTEIRAS” EM PORTUGAL (1974-1998)	250
INTRODUÇÃO	250
I. A PRIMEIRA GERAÇÃO DE MILITANTES PELA “SOLIDARIEDADE”: DA MILITÂNCIA ”ANTICOLONIAL “AO “TERCEIRO-MUNDISMO”(1974-1984)	256
1 Do engajamento “anticolonial” à” solidariedade internacional”: os empreendedores da “solidariedade com o Terceiro-Mundo” (adesão entre 1974-1976)	259
2 <i>Experts</i> militantes pela “solidariedade internacional” (adesão entre 1977-1980)	290
3 Os importadores de “modelos europeus” deONGs“de desenvolvimento” (adesão em 1984)	312
II. A SEGUNDA GERAÇÃO DE MILITANTES: MULTIPOSICIONALIDADE E CONSAGRAÇÃO DA SIGLA “ONGD” (ADESÃO ENTRE 1985-1993)	326
1 Da militância partidária e católica à causa da “cooperação para o desenvolvimento”: empreendedores multiposicionados e a institucionalização do campo das ONGD em Portugal (adesão entre 1984-1986)	327
2 Engajamentos no universo católico e a militância em “causas além-fronteiras” (adesão entre 1986 e 1990)	342
3 Entre o Estado e as ONGDs: a militância pela “cooperação solidária” e as carreiras no setor estatal (adesão entre 1991-1993)	358
III.A TERCEIRA GERAÇÃO DE MILITANTES: A COTAÇÃO SOCIAL DO “INTERNACIONAL” E AS ONGDs COMO ESPAÇO PROFISSIONAL (1994-1998)	373
1 Da universidade à “cooperação solidária”: investimento escolar e profissionalização	376
CONCLUSÃO	388
CAPÍTULO III – A REDE DE SOLIDARIEDADE COM O POVO DA GUINÉ-BISSAU: AS ONGD PORTUGUESAS E A GUERRA NA GUINÉ-BISSAU (1998-1999)	393
INTRODUÇÃO	393
I. TRANSFORMANDO A “PAZ NA GUINÉ-BISSAU” NUMA “CAUSA” EM PORTUGAL	396
1 A “solidariedade com o povo da Guiné-Bissau” e as lutas pelo “regresso a África”	396
1.1 Os itinerários do Estado português pela “paz na Guiné-Bissau” ⁴⁰³	

II. A “REDE DE SOLIDARIEDADE COM A GUINÉ-BISSAU”	412
1 Aliados, adversários e outros	412
2 Percursos das ONGDs portuguesas no espaço multi-organizacional da “cooperação” na Guiné-Bissau: “solidariedade internacional” durante o monopartidarismo (1974-1990).....	414
2.1 A emergência das organizações não-governamentais bissau-guineenses e a diversificação dos interlocutores (1991-1998).....	423
2.2 Entre Portugal e a Guiné-Bissau: itinerários e interações de empreendedores e militantes das ONG (1974-1990).....	428
2.3 Empreendedores das ONGs bissau-guineenses e relações com as ONGDs portuguesas após a abertura política (1990-1998).....	439
3 Mobilizando aliados perante o 7 de Junho	450
4 Dinâmicas de cooperação e competição na “Rede de Solidariedade” e no espaço de militância pela “cooperação para o desenvolvimento”	455
5 A “Rede de Solidariedade” como modo de participar no “internacional”	467
5.1 Arenas, táticas e estratégias de “informar e pressionar”	472
5.2 <i>Frames</i> e disputas em torno da “neutralidade” das ONG: “informação e pressão” e as guerras na África.....	484
5.3 A “Rede” e as diversas faces da “ajuda humanitária de emergência”	487
CONCLUSÃO	490
CONSIDERAÇÕES FINAIS	494
REFERÊNCIAS	503
FONTES	525
ANEXOS	538
ANEXO A– Informação da Embaixada portuguesa em Londres sobre Anti Slavery Society.....	538
ANEXO B– Pedido da Anti – Slavery para visitar as colônias para verificar a situação dos trabalhadores	539
ANEXO C – Posições do ECOSOC sobre a descolonização.....	540
ANEXO D – Discurso de Salim sobre as ONGs e a descolonização na ONU	543
ANEXO E– Nota sobre a aprovação da resolução das Nações Unidas que defende a colaboração das ONG para promover a descolonização (1973).....	545
ANEXO F– Aerograma sobre articulação de posições na NATO	546

ANEXO G– Carta de Embaixador sobre articulação de posições na NATO sobre ONG.....	547
ANEXO H– Posição do Serviço Pacto do Norte, recusando entrada de uma ONG no ECOSOC	548
ANEXO I – Nota enviada sobre a ação coordenada entre países da NATO sobre Conselho de Solidariedade Afro Asiática	549
ANEXO J – Resposta ao pedido da OCDE sobre organizações de assistência técnica.....	551
ANEXO K– Carta de resposta da Cáritas Portuguesa à Catholic Relief.....	553
ANEXO L– Telegrama sobre relação com a Catholic Relief e a Cáritas.....	556
ANEXO M– Relatório anual da Caritas Portuguesa com indicação do corte de apoio da Catholic Relief (1967).....	557
ANEXO N– Carta sobre queixa contra Caritas Portuguesa junto da Catholic Relief	559
ANEXO O – Carta de diplomata sobre queixa contra Caritas Portuguesa	560
ANEXO P – Resposta da Caritas à Catholic Relief.....	561
ANEXO Q – Carta da Cruz Vermelha Internacional ao governo português.....	562
ANEXO R – Representação diplomática em Madrid e divulgação da posição da Cruz Vermelha sobre guerra colonial	564
ANEXO S – Constituição de um grupo no Ministério da Defesa para analisar orientações da Cruz Vermelha sobre as populações africanas e a guerra colonial	566

INTRODUÇÃO

Em Junho de 1998, cerca de 24 anos após o final da guerra colonial (1963-74) que opôs o regime fascista português e o movimento nacionalista bissau-guineense liderado pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC)¹ de Amílcar Cabral, iniciava-se na Guiné-Bissau um novo conflito armado, opondo agora antigos companheiros da luta de libertação, o Presidente João Bernardo “Nino” Vieira² e o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, Ansumane Mané.

Perante a guerra, entretanto agravada pela chegada de militares dos países vizinhos, mobilizaram-se, na Guiné-Bissau, organizações não-governamentais (ONGs) nacionais e estrangeiras, entidades religiosas, associações e agrupamentos informais de vários tipos para demandar a “interrupção da violência”, o “respeito pelos direitos humanos” e a “prestação de apoio humanitário às populações”, e participar das negociações entre beligerantes (CARDOSO; 2008). Foram criados grupos e redes de articulação da ação política e humanitária designadamente, a CECRON – Célula das ONGs Nacionais e Estrangeiras para a Gestão da Crise na Guiné-Bissau, o Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento e a Comissão da Boa Vontade (composta por personalidades de diversos quadrantes da sociedade guineense e no âmbito local), comités responsáveis pela distribuição da ajuda humanitária e apoio a refugiados nas várias regiões do país com a participação de grupos e autoridades locais.

No âmbito internacional formaram-se, em “solidariedade com a Guiné-Bissau”, grupos e redes diversas integrando associações e ONGs guineenses, ONGs estrangeiras, particularmente as do setor da “cooperação solidária” e “ajuda humanitária”, associações e grupos informais de migrantes guineenses e grupos de cidadãos de outras nacionalidades. Em Portugal, foi organizada, a partir da Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento (Plataforma das ONGDs), a “Rede de Solidariedade com o Povo da

1 A independência unilateral da Guiné-Bissau seria proclamada em 24 de Setembro de 1973 e reconhecida oficialmente em 1974, após a queda da ditadura em Portugal.

2 O PAIGC assumiu a liderança do Estado guineense desde a independência tendo governado o país, num sistema de partido único até 1990. Luís Cabral, foi o primeiro Presidente da Guiné Bissau tendo governado até 1980 quando foi deposto por um golpe militar liderado por “Nino” Vieira que se manteve no poder até 1998, após ter vencido as primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1994.

Guiné-Bissau” (constituída por ONGDs portuguesas e ONGs guineenses cujos dirigentes estavam refugiados em Portugal). Foi também organizada a “Plataforma de Apoio e Solidariedade para com o Povo da Guiné-Bissau”, constituída por imigrantes guineenses para apoiar os refugiadoschegados a Portugal. No contexto europeu foram organizadas petições, emitidos comunicados e promovidas reuniões entre ONGs “de desenvolvimento” da Alemanha, Bélgica, Holanda, Itália, Suíça, Dinamarca.

Na África, organizações senegalesas e cabo-verdianas prestaram apoio aos deslocados de guerra e apresentaram “demandas de paz” em articulação com as ONGs guineenses. Grupos de imigrantes e refugiados guineenses naqueles países organizaram-se para acompanhar o conflito, recolher e divulgar informação. Na América, o Núcleo Brasileiro de Acompanhamento dos Conflitos na Guiné-Bissau em conjunto com outras organizações e personalidades incluindo associações de imigrantes guineenses no país, emitiram comunicados pedindo o “fim da guerra”, em articulação com organizações europeias e africanas.

O engajamento em “causas além-fronteiras” pressupõe o “interesse” pela situação de outros povos, em geografias distantes, e a crença na legitimidade, capacidade / eficácia da atuação, a partir do exterior, no que são entendidos como os “seus problemas”. Nas relações internacionais, esse conjunto de argumentos apresenta-se central na legitimação das políticas de “ajuda pública ao desenvolvimento” no âmbito das quais, modelos, instituições e recursos (financeiros, *expertise*, tecnologias, discursos, visões de mundo) associados ao “progresso” são exportados e importados entre países centrais e periféricos para “promover o desenvolvimento” destes. O que é o “desenvolvimento” ou “como desenvolver”, apresentam-se elementos em disputa naquele campo, pelo menos desde a década de 1950 (SPIEGEL, 1955; HIRSCHMAN, 1996), mas também, mais recentemente, a genealogia conceito e a perspectiva de abandoná-lo (ESCOBAR, 1992; KOTHARI, 2005a). Para além dos Estados e das instituições internacionais, também as organizações não-governamentais participam daquele setor sendo, o seu papel no “desenvolvimento”, objeto de discussão em particular a partir da década de 1980, quando passaram a ser apresentadas como “parceiras” dos governos (TOWNSEND, PORTER, MAWDSLEY, 2002; TVEDT, 2002).

A legitimação da “causa” do “apoio ao desenvolvimento dos países pobres” realizado pelas chamadas “ONGs de desenvolvimento” e de “ajuda humanitária”, mas também por agentes de outras

esferas sociais (política, acadêmica, midiática), apresenta-se relevante na discussão do modo como algumas guerras se tornam eventos geradores de formas de ação coletivas transnacionais. Assim, a análise da militância em “causas além-fronteiras” em Portugal, mais especificamente na Rede de Solidariedade com o Povo da Guiné Bissau durante o conflito de 1998/1999, requer o questionamento da emergência e institucionalização do espaço de militância pela “cooperação solidária para o desenvolvimento” no país, suas interações com outros universos sociais e os processos de sua internacionalização.

Em Portugal o setor das ONGs de desenvolvimento não tem suscitado interesse acadêmico semelhante ao registado noutros países. A “exiguidade do setor” em termos quantitativos não terá contribuído para a “valorização” do tema. Em 1995, estimava-se que cerca de 20 “ONGs de desenvolvimento” portuguesas tinham práticas de “cooperação solidária” na África, Ásia ou América Latina (RIBEIRO, 1995, p.140). Duas décadas depois, em 2015, a Plataforma das ONGDs tinha 66 membros calculando esta organização, que 20 de suas associadas tivessem em curso projetos de “cooperação para o desenvolvimento”³. Na literatura acadêmica internacional, os estudos têm analisado campanhas, protestos ou outro tipo de mobilizações “transnacionais”, promovidos principalmente por ONGs de países centrais (KECK & SIKKINK, 1998; TARROW, 2005; SOMMIER & FILLIEULE, 2013). A pesquisa tende a seguir a lógica da distribuição internacional da participação em organizações não-governamentais internacionais onde militantes dos países centrais estão sobre-representados (SMITH & WIEST, 2005).

Os estudos sobre ONGs “de desenvolvimento” portuguesas têm estado centrados na análise de suas práticas ou na sua caracterização a partir de grelhas organizacionais, tendo como questões principais, o perfil dos recursos humanos, a profissionalização (MARCOS, 2014), o acesso a financiamento (CARMONA, 2013), a comunicação (MACHADO, 2009) e os impactos no desenvolvimento (ARAÚJO, 2006). Essas pesquisas tendem a apresentar as ONGDs de modo isolado em relação a outras esferas sociais, mas também em relação às transformações sociais, políticas e históricas no âmbito nacional e nas relações externas. O trabalho de Ribeiro e Marques (2002) é assim uma importante referência na análise do percurso histórico daquela categoria de organizações e da sua Plataforma. Todavia, o processo de

3 Disponível em: <http://diretorio.plataformaongd.pt/caracterizacao-das-associadas/>. Acessado em: 12/6/2018

construção social da “causa” da “solidariedade com os países em desenvolvimento”, as lógicas de engajamento e os itinerários de militância, as dinâmicas de cooperação e disputa naquele espaço e a interação com outros universos sociais carecem de aprofundamento. Aqueles estudos não problematizam as articulações entre o período colonial, o da descolonização e o da “cooperação”, apesar da importância das antigas colônias portuguesas da África na política estatal de “cooperação para o desenvolvimento” e na “solidariedade internacional” das ONGDs portuguesas.

Por outro lado, as pesquisas sobre campanhas por “causas além-fronteiras” em Portugal têm estado centradas nas mobilizações pela “autodeterminação de Timor-Leste”, em 1999, no âmbito das quais se realizaram eventos coletivos como “cordões humanos”, “minutos de silêncio” coordenados por todo o país e a colocação de faixas ou roupas brancas para “pedir a paz” e o “fim da ocupação indonésia” daquela antiga colônia portuguesa na Ásia. Alguns autores têm questionado a emergência das manifestações públicas por aquela “causa” a partir da atuação da mídia e da emergência das tecnologias de informação e comunicação (TIC), das reconfigurações históricas, políticas e da identidade nacional após a descolonização, tangenciando também a atuação de associações e Igrejas (ALMEIDA, 1999; CARDOSO & NETO, 2004). Todavia, tais estudos não problematizam o modo como as mobilizações por “causas além-fronteiras”, como aquela “por Timor”, se tornaram parte do espaço da militância em Portugal, processo para o qual o setor da “cooperação solidária para o desenvolvimento”, onde atuam as ONGDs, se apresentou importante⁴. Não foi explorada, por exemplo, a relação entre a mobilização social, ainda que de menor dimensão, pela “solidariedade com a Guiné-Bissau”, em 1998, e a “campanha por Timor-Leste”, em 1999.

Nesse sentido, para responder à pergunta de Vale de Almeida (1999, p. 25) *porque Timor-Leste (e não, por exemplo, Angola)?* é importante a observação daquela campanha no quadro do processo de importação da “causa” da “cooperação solidária para o desenvolvimento” para Portugal. A construção do interesse por “causas além-fronteiras” esteve associado a eventos e campanhas como a “África Amiga” (1993/1994) ou a “Rede de Solidariedade com a Guiné-

⁴Com efeito, nas entrevistas com militantes das ONGs “de desenvolvimento” vários relataram que a Plataforma Portuguesa de ONGD apresentou formalmente, desde o seu início, junto dos seus pares do movimento europeu, moções para mobilizar apoio para a “causa” da “libertação de Timor-Leste”.

Bissau” (1998). Tais eventos contribuiriam para a introdução no país, de terminologias e de repertórios de ação de ONGs vocacionadas para o internacional em particular as ligadas ao “humanitarismo”.

Foi a partir dos contributos daqueles estudos, e das questões que eles suscitam, e do confronto com a minha experiência profissional, como “gestora de projetos de cooperação”, numa ONG portuguesa, entre 2004-2009, que a presente Tese se foi construído. Ao longo desse período, a “Rede de Solidariedade” e o conflito militar na Guiné-Bissau foram parte de conversas sobre as memórias de militantes e amigos com quem contatei. A proposta de pesquisa inicial foi desenhada a partir de perguntas como de que modo surgiu a Rede? como se organizou? qual o seu contributo?... Todavia, as pesquisas sobre militância transnacional noutros países contribuíram para reformular o questionamento que embasa a Tese, em particular os de Siméant (2001, 2010, 2012) e Collovald (2003) sobre o engajamento em “causas” humanitárias e nas ONG.

O interesse pelas “ONG de desenvolvimento” como objeto de pesquisa ecoa também o interesse pelo trabalho de autores que têm questionado a emergência da ideia de desenvolvimento, e de “transferência do progresso” entre o colonialismo e o período pós-colonial (KOTHARI, 2005; HODGE, 2015). Foram também importantes, os contributos da historiografia recentemente produzida em Portugal sobre a ideia de “desenvolvimento” no colonialismo tardio português e de suas articulações internacionais (CASTELO, 2014; JERÓNIMO, 2015). Todavia, o processo de transição do colonialismo para a “ajuda ao desenvolvimento” permanece ainda pouco estudado em Portugal, salientando-se o trabalho de Belo (2016) ao nível do doutorado⁵ em História.

A presente Tese buscou compreender as condições políticas e simbólicas de emergência de um espaço multi-organizacional de militância pela “cooperação solidária para o desenvolvimento” em

⁵ É importante referir que o seu trabalho sobre a transição do colonialismo para a cooperação, no âmbito da Tese de Doutoramento em História, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa não está ainda acessível pois aguarda a publicação em livro. Todavia, foi possível conversar com o autor que, gentilmente, partilhou as suas reflexões e alguns de seus resultados, que contribuíram para algumas das interpretações feitas aqui sobre a primeira década da cooperação de Portugal com suas antigas colônias africanas, até meados da década de 1980. BELO, João. *Da descolonização às origens da cooperação portuguesa: as figuras e os factos, as motivações e as realizações*. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa, 2016. <http://hdl.handle.net/10451/24639>

Portugal, entre 1974-1998, e de sua atuação ao longo da guerra de 1998/1999 na Guiné-Bissau. Nesse sentido, foram analisadas as disputas, e as tréguas, em torno do colonialismo, da descolonização e da integração internacional, pós-colonial, as oportunidades e constrangimentos a elas associadas, e o modo como contribuíram para a configuração do espaço das ONGDs, e numa perspectiva sincrónica, para a Rede de Solidariedade com a Guiné-Bissau. Essa configuração, e suas mudanças, tornaram a “causa” parte do horizonte de possibilidades de militância em Portugal, para diversos grupos sociais, considerando-se nesse sentido, as várias gerações políticas de militantes, seus itinerários e lógicas de engajamento na “causa”.

O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo analisa as condições de emergência e institucionalização do espaço de militância pela “cooperação solidária para o desenvolvimento” em Portugal, entre 1974 e 1998. O segundo refere-se aos itinerários de militância naquele espaço, ao longo do mesmo período, adentrando as dinâmicas de engajamento e desengajamento ao longo das várias gerações políticas. O terceiro capítulo respeita à mobilização da Rede de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau em 1998 / 1999, buscando caracterizar o Estado de estruturação das relações sociais no espaço das ONGDs em Portugal e suas relações além-fronteiras aquando da guerra naquele país para compreender os recursos, lógicas, participantes e repertórios de ação da Rede.

I. PROBLEMÁTICA

1 As viagens das “boas causas” e o interesse pelos “problemas dos outros”

A internacionalização da ação coletiva apresentou-se um tema fecundo para as Ciências Sociais no final da década de 1990 e anos 2000, procurando-se compreender a diversidade da ação coletiva “além-fronteiras” emergente nesse período. Num estudo retrospectivo, Busby (2010), identificou dezenas de campanhas transnacionais realizadas entre 1980 e o início dos anos 2000 por “causas” construídas a partir de normatividades de ambição global como o “perdão da dívida aos países em desenvolvimento”, o “respeito pelos direitos humanos”, o “cuidado com o meio ambiente”, a “proteção das crianças-soldado”, a “o reconhecimento dos direitos das mulheres”, o “desenvolvimento dos países pobres”, o “desarmamento nuclear, a luta contra HIV”. Com efeito, o argumento de que as mobilizações além-fronteiras constituíam

fenômenos “novos” que anteviam a emergência de uma “sociedade civil global” animou o trabalho de acadêmicos interessados no estudo dos movimentos sociais e das relações internacionais, buscando explicar as suas origens e características, num período marcado pelos conceitos de globalização / mundialização.

A profusão de estudos foi acompanhada pela diversificação das terminologias, por vezes sobrepostas para caracterizar os portadores daquelas “causas” sendo as mais comuns, “sociedade civil global”, “movimentos sociais transnacionais”, “redes transnacionais”, “organizações não-governamentais”, “organizações não-governamentais internacionais” (TARROW, 1998/2009; ESCHLE & STAMMERS, 2004; SOMMIER & FILLIEULE, 2013), designando alternada ou simultaneamente, “categorias de atores que ocupam o espaço entre Estado, instituições internacionais e mercado”, (SIMÉANT, 2004: 10-11) repertórios de ação coletiva⁶ e formas de organização.

Todavia, pelo menos desde a década de 1970, a produção teórica nas Relações Internacionais vinha dando atenção às “organizações transnacionais” reconhecendo-se, para além dos Estados e das instituições por eles criadas, a participação de outros atores nas arenas internacionais⁷, articulados por interesses e formas de identificação distintas da origem nacional (NYE & KEOHANE, 1971). A interação entre Estados e organizações transnacionais seria geradora de mudanças na política internacional, com desdobramentos no espaço nacional, sendo as principais, i) transformações das atitudes dos indivíduos a partir da difusão além-fronteiras de ideias, normas e valores; ii) pluralização do espaço internacional mediante o estabelecimento de organizações congêneres em vários países que se

6Tilly apresenta o conceito de repertório de ação coletiva para assinalar a diversidade de formas pelas quais os indivíduos agem coletivamente. Os repertórios de ação coletiva consistem em formas de atuação sobre as quais os participantes dos movimentos têm conhecimento e experiência permitindo-lhes identificar a ocasião e o modo da sua utilização e prever as consequências daí decorrentes. São também diversos em termos de espaço e de tempo, variando de país para país e entre períodos históricos (TILLY, 1978, p. 25).

7Importa lembrar que a participação de organizações não-governamentais nos sistema internacional do Segundo Pós-Guerra está prevista na Carta das Nações Unidas desde a sua fundação em 1945. O reconhecimento da possibilidade de, em assuntos específicos, aquelas organizações serem chamadas para consultas constitui um reconhecimento da sua relevância, ainda na primeira metade do século XX. Ou seja, a participação de entidades externas aos Estados na política internacional apresenta-se como um processo historicamente mais longo.

articulam de modo supranacional; iii) emergência de formas de interdependência entre Estados e a organizações transnacionais quando estas disponibilizam recursos valiosos (informação, *expertise*, legitimidade); iv) utilização por alguns Estados, daquelas formas de interação transnacional para pressionar as decisões de outros, tornando as organizações transnacionais em instrumentos de influência internacional; e finalmente, v) a emergência de atores autônomos com políticas próprias com capacidade de oposição à política estatal (NYE & KEOHANE, 1971, p.337). Concluía-se assim que o Estado não detinha o monopólio da participação na política internacional face à emergência de espaços associativos, surgidos de processos de diferenciação internos das sociedades, articulados por interesses que ultrapassam as fronteiras nacionais. Nas arenas internacionais, as organizações transnacionais poderiam ser opositoras ou aliadas dos Estados e instituições internacionais, devendo por isso ser reconhecidas quer por dirigentes políticos quer por pesquisadores das Relações Internacionais (NYE & KEOHANE, 1971, p. 330-331).

A influência dos argumentos de Nye e Keohane é reconhecido por Keck e Sikkink (1998) no seu trabalho seminal sobre “redes transnacionais de *advocacy*”, em particular, o argumento de que a difusão internacional de normas e valores por via de espaços associativos permite influenciar atores mais poderosos. Para as autoras, aquelas redes são formas de organização caracterizadas pela horizontalidade e reciprocidade, tendo como propósito principal a promoção de valores, ideias e normas além-fronteiras - não sendo, por isso, possível explicar o engajamento nesse tipo de “causas” pelos interesses imediatos dos seus participantes. O trabalho das redes transnacionais tem sido favorecido pelas tecnologias de comunicação, o incremento das viagens internacionais, a mudança nas normas internacionais e a existência de procedimentos institucionais a partir dos quais é possível àquelas intervir na política internacional (KECK & SIKKINK, 1998).

Com base naquele conjunto de premissas, as autoras analisaram campanhas organizadas por “redes transnacionais de ativistas” nas áreas do “ambiente”, “direitos humanos” e “direitos das mulheres”. Segundo elas, essas redes e campanhas têm por base informação recolhida no âmbito nacional e internacional, sobre a qual é realizado um trabalho de interpretação que gera *frames*⁸ ou seja,

⁸A partir de Goffman (1986), o conceito de frame é utilizado por teóricos dos movimentos sociais para designar a atividade de construção de esquemas de

definições do “problema”, de suas “causas” e “soluções”, e do papel dos agentes nacionais e além-fronteiras. Esses *frames* são ajustados e transmitidos de modo estratégico junto de audiências em diversos países procurando-se, através da mobilização social e da articulação transnacional dos militantes, exercer pressão sobre as decisões de governos e instituições multilaterais. Assim, perante uma situação de “bloqueio” na relação entre governo e seus cidadãos, estes poderão “lançar um bumerangue”, mobilizando parceiros e recursos noutros espaços nacionais para apoiar a defesa de sua “causa”. Para ser eficaz, a orientação estratégica do “bumerangue” deverá ter em conta a distribuição de poder no sistema internacional, priorizando-se aliados com recursos e acesso a governos ou instituições, e com alguma forma de influência sobre as autoridades do Estado em questão⁹.

Segundo Keck e Sikkink (1998, p. 35-36), a viabilidade das redes transnacionais de *advocacy* assenta no pressuposto de que determinados princípios se sobrepõem às fronteiras nacionais. Com efeito, a intervenção internacional das redes apresenta-se como a expressão prática daquele postulado, tornando “real” a ideia de que é legítimo e necessário que Estados e ONGs se “preocupem” com aqueles que vivem noutros países. Nesse sentido, as normas de Direito Internacional que suportam a “não-ingerência em assuntos internos de outros Estados” e o “respeito pela soberania nacional” seriam colocadas em “causa” perante situações de “afronta” a valores “universais”.

De acordo com as perspectivas que defendiam a “novidade” daquele humanitarismo, as redes transnacionais de *advocacy* constituem parte de uma “sociedade civil global”. Buscando uma definição daquele conceito como tipo ideal, Keane (2003) entende a sociedade civil global como o conjunto de relações sociais, politicamente articuladas em espaços não-estatais conectados e interdependentes, que se estendem para lá das fronteiras dos Estados e das instituições internacionais para *redesenhar o mundo em conjunto* (KEANE, 2003, p. 8). Tratar-se-ia de uma *intersecção entre sociedades* dando origem à *sociedade mais complexa da história da espécie humana*¹⁰ (KEANE, 2003, p. 17).

interpretação de uma dada condição, acontecimento ou decisão, no curso da ação coletiva. Os frames são parte do trabalho de produção de sentido visando a mobilização social para uma “causa” (SNOW et al., 1986).

9O conceito de “bumerangue”, o modo como este tipo de estratégia é utilizado pelas redes de advocacy no sistema internacional e seus impactos nos Estados e instituições internacionais foi depois desenvolvida (RISSE, 1999.).

10Tradução da autora.

Atuando através das instituições, uma das características da “sociedade civil global” seria a “civildade”, orientando a conduta de seus participantes para a “aceitação do Outro” (KEANE, 2003, p. 12).

Porém, no início dos anos 2000, a emergência dos movimentos transnacionais “antiglobalização”, no âmbito dos quais militantes de vários países se organizaram para protestar de modo coordenado contra o que entendiam ser as “consequências negativas” da integração econômica mundial, abriu novas linhas de reflexão teórica sobre a internacionalização da ação coletiva. Pesquisadores têm procurado, a partir do estudo de protestos, manifestações, e outras formas de intervenção política considerada não-institucional, centrada no conflito com entidades estatais nacionais ou supranacionais, explicar como e por que os militantes atuam além-fronteiras. Para Tarrow (2009) e Della Porta e Tarrow (2005), o processo de internacionalização das decisões políticas, antes restritas ao espaço nacional, está na origem de formas diversas de “mobilização além-fronteiras”, dando origem ao “novo ativismo transnacional”. O incremento das interações horizontais entre militantes e a constituição de espaços internacionais de interface entre Estados e cidadãos organizados alteraram a configuração da estrutura de ameaças e oportunidades¹¹ para os movimentos sociais que, perante circunstâncias novas, criaram formas de organização transnacional (TARROW, 2005: p. 7-8; 2009, p. 156).

Aquela perspectiva teórica da ação coletiva transnacional critica a desvalorização do Estado e do espaço nacional nas explicações construtivistas e de alguns teóricos das Relações Internacionais. Segundo Tarrow, os grupos transnacionais têm *um papel chave na propaganda das reivindicações de seus aliados para os governos de outros países*, mas não é possível entender os movimentos transnacionais sem considerar a sua interação com os Estados e com as organizações supranacionais por eles criadas (TARROW, 2009, p. 24). Seguindo esse argumento, importaria distinguir entre tipos diversos de ação coletiva transnacional considerando, i) os processos de constituição de relações, horizontais e verticais no espaço nacional e internacional,

¹¹Tarrow considera que são as condições políticas, e não econômicas ou sociais, que determinam a ação coletiva. O autor fala de estrutura de oportunidade política, referindo-se às dimensões formais e informais do contexto político que promovem ou constroem a emergência dos movimentos sociais (TARROW, 2009). Para uma discussão teórica do conceito de oportunidade política ver MEYER, David S.; MINKOFF, Debra C. “Conceptualizing political opportunity”. *Social forces*, (2004), 82.4: 1457-1492, 2004.

ii) o tipo de interações entre militantes no interior das redes, e entre movimentos sociais e Estados / instituições internacionais, e (iii) a duração do engajamento. A partir daqueles critérios, Tarrow propõe uma tipologia de processos de transnacionalização da ação coletiva que representam níveis distintos de engajamento. Assim, nos níveis mais baixos estão os processos de *framing*, através dos quais determinadas situações ou eventos de âmbito nacional ou local são interpretados com “óculos globais”, e nos mais elevados, estariam as coligações transnacionais, entendidas como redes horizontais de organizações com demandas e perspectivas comuns. Segundo o autor, é nos níveis mais elevados de engajamento que se pode considerar a existência de movimentos sociais transnacionais (TARROW, 2005, 2009).

Aqueles movimentos distinguem-se das redes de *advocacy* de Keck e Sikkink (1998) pelo tipo de repertórios de ação que utilizam, contenciosos, contra alvos nacionais ou internacionais, pelo tempo dessa interações, que tende a ser mais longo do que o das campanhas transnacionais, e pela ancoragem de seus participantes em densas redes interpessoais em seus contextos nacionais de origem, o que nem sempre se verifica no caso das redes de *advocacy* que tendem a envolver ONGs, estruturas técnicas e profissionalizadas, especialistas e instituições internacionais (TARROW, 2009). As redes de *advocacy* constituem segundo Tarrow, formas de *importar-se com os problemas dos outros*, o que se tem tornado um *estímulo importante para a mudança social e política* (TARROW, 2009: p. 237).

A distinção entre “movimentos sociais transnacionais” e “redes transnacionais de *advocacy*” tem marcado a pesquisa sobre a internacionalização da ação coletiva, estando associada a diferentes tradições teóricas no estudo dos movimentos sociais. A abordagem dos movimentos transnacionais defende que estes surgem a partir de “causas” que afetam diretamente os indivíduos, as suas condições materiais de existência, envolvendo espaços associativos “tradicionais” como os sindicatos, fundamentando a sua argumentação na Teoria do Processo Político¹² e na Teoria da Mobilização de Recursos¹³. As

12 A Teoria do Processo Político (TPP) questiona o modo como o enquadramento institucional e político influencia a ação coletiva. Esta perspectiva teórica, em que se destaca a contribuição de Tilly, entende que os movimentos sociais devem ser analisados com referência ao contexto histórico e político em que emergem particularmente, os níveis de abertura ou de repressão por parte de outros atores, incluindo do Estado, às demandas e interesses dos grupos (TILLY, 1978, p. 14). McAdam (1982, p. 48) introduz a dimensão cognitiva na TPP ao considerar que

“redes” de Keck e Sikkink referem-se habitualmente a “causas identitárias” orientadas pela adesão a princípios e valores como a “ecologia” ou os “direitos humanos”, mobilizando principalmente as ONG ou grupos informais e aproximando-se das perspectivas teóricas dos Novos Movimentos Sociais¹⁴.

Apesar de partirem de pressupostos teóricos distintos, o modo como Keck e Sikkink (1998), Tarrow (2009; 2005) e Della Porta e Tarrow (2005) estudam as “mobilizações transnacionais” têm alguns elementos comuns. A construção de seus “objetos” de estudo tem um recorte temporal semelhante, as décadas de 1980, 1990 e 2000, atribuindo aos movimentos / redes transnacionais caráter de “novidade”. Nas suas análises, as dimensões, política e simbólica, nacional e internacional, as relações de cooperação e conflito, e os agentes, são apartados e hierarquizados. Assim, buscando tipificar atores, relações,

é fundamental conhecer as representações dos próprios grupos sobre a sua condição e as possibilidades de a transformar bem como sobre as oportunidades e os recursos disponíveis para a mudança. Este processo, que denomina de libertação cognitiva, é fundamental na emergência dos movimentos sociais. Mais recentemente, McAdam, Tarrow e Tilly (2001) apresentaram o conceito de contentious politics para designar formas de interação, episódicas, públicas e coletivas, entre agentes e objetos de demandas, em que o governo surge como mediador, alvo ou peticionário, cuja concretização afeta os interesses dos protestantes. Os autores distinguem entre dois modos de contenda: aquela em que os meios de reivindicação estão já estabelecidos e aqueles em que são usadas formas inovadoras ou proibidas de ação coletiva (MCADAM; TARROW; TILLY; 2001). Trata-se assim de uma abordagem centrada nos meios, no modo como os recursos são apropriados e as oportunidades aproveitadas, em vez do tipo de atores. É uma abordagem fundamentalmente relacional em que se considera que o confronto transforma as partes envolvidas, as suas identidades, relações e formas de ação coletiva.

13De acordo com a TMR, os movimentos sociais correspondem a estruturas de preferências direcionadas para obter ou para impedir uma dada mudança social (MCCARTHY & ZALD, 1977, p. 1218). O enfoque da teoria está assim, na explicação do modo com um grupo de pessoas partilham preferências, se organizam e obtêm recursos para intervir politicamente, com sucesso. Esta abordagem investiga as táticas utilizadas na mobilização de apoiantes e meios, no estabelecimento de relações com outros atores e as infraestruturas que a sociedade disponibiliza para a organização dos movimentos sociais (MCCARTHY & ZALD, 1977, p. 1216).

14Os teóricos dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) entendem que a ação coletiva que emerge nos anos 1950 e setenta do século XX ocorre no quadro de um novo tipo de sociedade na qual os conflitos já não estão centrados nas condições de produção mas na identidade, na cultura e nos modos de vida. Neste sentido, a intervenção dos movimentos sociais não visa a tomada do poder mas antes a transformação cultural, dos padrões e normas pelas quais a sociedade se rege (MELUCCI, 1989).

estratégias e processos de transnacionalização, simplificam as condições de emergência da “militância além-fronteiras” e o entendimento do ativismo transnacional contemporâneo como distinto das mobilizações transnacionais de períodos históricos mais distantes não adentra o questionamento das continuidades e mudanças entre formas e espaços de “militância transnacional”.

1.1 Localizando o espaço da militância em “causas além-fronteiras” a partir da “ajuda ao desenvolvimento”

As críticas às abordagens teóricas das mobilizações transnacionais têm salientado as lacunas nas concepções espaciotemporais a partir das quais são construídas, nomeadamente a insuficiente problematização das intersecções entre processos sociais de âmbito local, nacional e internacional, e dos processos históricos no âmbito dos quais são tecidas. Por outro lado, têm surgido questionamentos sobre a separação entre motivações e “causas” materiais e simbólicas (ARMSTRONG & BERNSTEIN, 2008; DÉZALAY & MADSEN, 2009; SIMÉANT, 2010). Em face de esses desafios, alguns autores têm vindo a olhar para a internacionalização da ação coletiva a partir da sua localização nas esferas sociais a partir das quais emergem, buscando a genealogia e as formas de interação dos movimentos com atores sociais nacionais e “além-fronteiras”, a produção de sentidos e a mobilização de recursos (SOMMIER & FLILLIEULE, 2013; SIMÉANT, 2012).

Pressupondo que as sociedades contemporâneas são caracterizadas por processos de diferenciação, no âmbito do qual emergem esferas sociais distintas¹⁵, entende-se que estas são estruturadas por lógicas de poder específicas que entretencem dimensões simbólicas e materiais produzindo “*sistemas classificatórios que determinam o modo como as pessoas são tratadas, a alocação de recursos, e formas de regulação*” com as quais os movimentos sociais interagem e perante as quais adaptam suas estratégias de atuação (ARMSTRONG & BERNSTEIN, 2008, p. 75-83). Crossley (2002) argumenta no mesmo sentido, a partir de Bourdieu, salientando que, “*cada campo de poder corresponde a um jogo distinto, com regras*

15 A ideia de diferenciação social é expressa de modo distinto por vários autores nomeadamente Bourdieu que fala de “campos de poder” e Luhmann de “sistemas sociais”. BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. LUHMANN, Niklas. *Social systems*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

próprias, que envolve os seus próprios objetos de valor, regras e objetivos” (CROSSLEY, 2002, p. 178) o que pressupõe o reconhecimento da diversidade de alvos e de repertórios de ação coletiva perante o “conjunto diferente de possibilidades, oportunidades e constrangimentos” (CROSSLEY, 2002, p. 170).

Com efeito, alguns autores têm utilizado aquele tipo de lógica para situar socialmente, e procurar explicar, o engajamento em “causas”, propondo designações como “espaço de movimentos sociais”¹⁶, “campo multi-organizacional”¹⁷ ou “setor de movimentos sociais”¹⁸. Apesar de partirem de abordagens teóricas distintas, aqueles conceitos têm em comum a ideia de que o conjunto dos intervenientes na ação coletiva, movimentos sociais, organizações não-governamentais, grupos, militantes, formam uma esfera social delimitada, no interior da qual se estabelecem relações de interdependência e conflito, que interage com as outras esferas que compõem as sociedades (política, religiosa, midiática, econômica...). Esse conjunto de relações é fundamental para entender a configuração das diversas formas de ação coletiva no âmbito nacional e suas dinâmicas de interação além-fronteiras.

Para Mathieu (2007), a ação coletiva deverá ser compreendida a partir da relação entre a conjuntura externa e a configuração de poder no interior do espaço dos movimentos sociais, sendo a apropriação subjetiva daqueles elementos geradora de dinâmicas de cooperação, coligação, concorrência ou rivalidade que tornam, ou não, socialmente relevante, uma “causa”. Adentrando o espaço dos movimentos sociais, podem ser encontradas “indústrias” ou “setores”, ou seja, o conjunto de movimentos, organizações não-governamentais ou grupos que participam da defesa da mesma “causa”, entendida no seu modo mais

16O espaço dos movimentos sociais apresenta-se como um universo relativamente autônomo, com lógicas próprias onde os intervenientes estão unidos por relações de interdependência e disputas. Apesar de partir da ideia de espaço social de Bourdieu, a autora distingue o espaço dos movimentos sociais da ideia de campo de poder pois carece da estruturação, institucionalização e autonomia para poder ser chamado de campo tal como definido por Bourdieu. (MATHIEU, 2007, p. 139).

17Campo multi-organizacional inclui todos as organizações com as quais um movimento coletivo pode estabelecer ligações, sejam de cooperação ou antagonismo. (KLANDERMANS, 2013)

18Estabelecendo uma analogia com a esfera econômica, os movimentos sociais apresentam-se como um setor no âmbito do qual os participantes estabelecem relações de cooperação e competição pelos recursos. (MCCARTHY & ZALD, 1977).

lato (MCCARTHY & ZALD, 1977). Nesse contexto, indivíduos e organizações estão sujeitos a regras e princípios de avaliação pelos quais orientam suas práticas, estratégias e posicionamentos, e adquirem visões de mundo, terminologias e esquemas cognitivos próprios (MATHIEU, 2007, p. 133-134). A posição de cada agente no interior do espaço dos movimentos sociais é determinada por uma diversidade de propriedades (recursos humanos, materiais, história e legitimidade, inspiração ideológica, política, filosófica, recrutamento social) e pode mudar à medida que as organizações, e as relações com outros universos sociais, se transformam. Os níveis de autonomia em relação aos outros universos diferem entre movimentos, sendo uns completamente avessos às relações enquanto outros mantêm ligações institucionalizadas com os atores do espaço político, religioso, econômico, mediático e acadêmico (MATHIEU, 2007, p. 137-138).

No interior do espaço dos movimentos sociais é possível identificar uma indústria ou campo multi-organizacional articulado internacionalmente para intervir no “auxílio ao desenvolvimento” e na “ajuda humanitária” a populações em “situação de emergência” (fomes, guerras, catástrofes naturais) nos “países pobres”. Nesse âmbito atuam ONGs, em alguns casos denominadas de ONG(D)s, em que “D” se refere a “desenvolvimento”, redes, grupos ou outras formas de organização da ação coletiva. Essa indústria é assim fundamental na produção de sistemas de categorização a partir dos quais é ordenado e produzido o mundo, dentro e fora das fronteiras nacionais, e são mobilizados e distribuídos recursos para “causas” associadas aos “países pobres”. A partir da década de 1970/1980, as ONGs engajadas naquele tipo de “causas” passaram a mobilizar, para além dos donativos recolhidos junto de cidadãos e cidadãs dos seus países, recursos da chamada “ajuda pública ao desenvolvimento”¹⁹, participando das

19 De acordo com o Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE), onde está representada grande parte dos países “doadores”, a “ajuda pública ao desenvolvimento” consiste em doações ou empréstimos para países considerados “em desenvolvimento” e para agências multilaterais, pelos Estados, visando o desenvolvimento e o bem estar como objetivos centrais. No caso dos empréstimos, pelo menos 25% do valor deve ser uma doação. Também a cooperação técnica, ou seja, a contratação de experts para exercer atividades visando o desenvolvimento é considerada “ajuda ao desenvolvimento”. A “cooperação para o desenvolvimento” é parte das relações internacionais de “cooperação” dos Estados que poderá incluir outros setores como o militar, que não é contabilizado como “ajuda ao desenvolvimento”.

relações entre os governos dos “países desenvolvidos”, chamados “doadores” e dos “países em desenvolvimento” chamados “beneficiários”.

A relação entre a “ajuda pública ao desenvolvimento” e movimentos sociais transnacionais tem sido reconhecida por pesquisadores que procuram identificar os determinantes da participação e do “sucesso” daquele tipo de ação coletiva (SMITH & WIEST, 2005; BUSBY, 2010). Seguindo a análise de Smith e Wiest (2005) sobre as condições de participação no “associativismo transnacional”, verifica-se que são os cidadãos e organizações dos países centrais do sistema mundial que mais se engajam em “causas além-fronteiras”, apresentando-se, a “ajuda pública ao desenvolvimento” como um recurso importante para gerar interações transnacionais, em particular entre ONGs. De fato, naquela área da política internacional, o “apoio à sociedade civil” nos “países em desenvolvimento” esteve associado à transferência de recursos financeiros, *expertise*, normas e valores associados à categoria “ONG” a partir dos países centrais do sistema mundial. Por outro lado, as entidades centrais da “ajuda ao desenvolvimento”, os Estados e instituições internacionais como as Nações Unidas, o Banco Mundial (BM) ou o Fundo Monetário Internacional (FMI) tornaram-se “alvos” dos movimentos sociais, mas são também “recifes de coral” onde os militantes se encontram e se suportam mutuamente e mobilizam recursos (TARROW, 2001). Assim, o processo de construção institucional e simbólica da “ajuda ao desenvolvimento” apresenta-se importante para compreender o “interesse” por “causas” associadas ao “progresso” dos “países pobres”, o engajamento além-fronteiras e a ação coletiva transnacional.

Aquela área da política internacional, e de militância, assenta num dispositivo de valores, técnicas e instituições alicerçados na ideia de “desenvolvimento”. Para Thornton, Dorius e Swindle (2015, p. 71), esse conceito é parte de um modelo cultural, que os autores designam de “idealismo desenvolvimentista”, que prescreve um modo de vida tido como “ideal” e os meios para alcançá-lo, exercendo influência sobre a conduta individual e sobre as políticas e programas de Estados e instituições internacionais. A possibilidade de um modelo “ideal” de sociedade representa, numa analogia com as teorias evolucionistas da natureza, o ponto mais avançado da trajetória humana. Neste sentido, pressupõe-se que as sociedades humanas passam por etapas no seu processo de evolução encontrando-se em momentos distintos daquele percurso (THORNTON; DORIUS; SWINDLE, 2015, pp. 72-73).

As sociedades do noroeste da Europa representariam no “idealismo desenvolvimentista” a “vanguarda” da evolução humana. As suas instituições, valores e modelos de organização social, econômica e política²⁰ seriam simultaneamente, causa e resultado do seu grau de desenvolvimento constituindo assim, o referencial a partir do qual todos os outros povos são classificados (THORNTON; DORIUS; SWINDLE, 2015, p. 73). No contexto internacional, aquele conjunto de instituições e valores tem sido operacionalizado em indicadores que buscam medir o “grau de desenvolvimento” dos países, validados por instituições internacionais como as Nações Unidas responsável pela avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A perspectiva evolucionista de que determinadas sociedades, seus valores e instituições, incorporam o paradigma do que é um país “desenvolvido” transforma um modelo particular num ponto de chegada inevitável e universal, conferindo-lhe poder mundial (THORNTON; DORIUS; SWINDLE, 2015, p. 80, 85).

A difusão do “idealismo desenvolvimentista” no século XIX ocorreu no contexto do imperialismo europeu através das instituições que participaram da dominação e cristianização nas várias geografias coloniais, a chamada “missão civilizadora” (STOMATOV 2010; THORNTON; DORIUS; SWINDLE, 2015). No século XX, em particular após o encerramento dos impérios europeus, os Estados, organizações multilaterais, Igrejas, organizações “humanitárias” transnacionais / ONG, empresas e universidades de todo o mundo tornaram-se participantes da indústria da “ajuda ao desenvolvimento”, atuando na exportação e importação de modelos, recursos, ideias, tecnologias, associadas ao “progresso”. O “idealismo desenvolvimentista” pressupõe que aquele processo carece dos recursos e “orientações” dos países que se encontram “mais adiantados” na “caminhada do desenvolvimento” através de formas diversas de “cooperação”.

A “cooperação para o desenvolvimento” é contudo, um setor permeado por disputas entre visões distintas do que constitui “o desenvolvimento” e de como o alcançar. Ao longo da segunda metade do século XX, diversos paradigmas influenciaram os discursos e as

20 Industrialização, progresso tecnológico, urbanização, livre mercado, primado da ciência e da racionalidade, educação, instituições democráticas, individualismo, direitos humanos, igualdade, liberdade, secularismo, monogamia, baixas taxas de natalidade, elevada autonomia individual (THORNTON; DORIUS; SWINDLE, 2015, p.74).

práticas de seus intervenientes designadamente, o entendimento do “desenvolvimento” como resultado da modernização tecnológica e da industrialização, do domínio do sistema internacional de trocas, do mercado livre, da expansão das liberdades e capacidades humanas e do respeito pelo ambiente, ou seja, do “desenvolvimento humano e sustentável”(THORNTON; DORIUS; SWINDLE, 2015). Todavia, a partir dos anos oitenta, num contexto de críticas aos resultados das políticas internacionais “de desenvolvimento”, alguns teóricos propõem uma genealogia daquele conceito entendendo-o como um conjunto de representações e teorias a partir das quais as potências ocidentais mantêm a sua posição de poder e o sistema capitalista. Neste sentido, o desenvolvimento passou a ser questionado como o “ponto de chegada” natural das sociedades humanas salientando-se a diversidade de modelos de vida, organização social e econômica, alternativos ao ocidental (ESCOBAR, 1992; EASTERLY, 2006). As críticas dos autores do pós-desenvolvimento contribuíram para o interesse na análise daquele conceito como uma construção que importa questionar numa perspectiva histórica, não para prescrever modelos, mas para analisar a sua trajetória em termos discursivos e práticos (HODGE, 2015).

A história da institucionalização da cooperação internacional para o desenvolvimento, é habitualmente atribuída ao processo de reorganização do sistema internacional no Segundo pós-Guerra. Em 1949 foi criada²¹ uma agência especializada, no seio da Organização Europeia para a Cooperação Econômica (OECE), para estudos sobre o “desenvolvimento” das colônias. No mesmo ano, a experiência do Plano Marshall na reconstrução da Europa ocidental, após a II Guerra Mundial, considerada positiva, constituiu um argumento na defesa, pelos Estados Unidos²², da difusão do modelo de “progresso” dos países mais industrializados para os chamados “países subdesenvolvidos”. Em 1960, com a reforma da OECE, e sua transformação na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi criado o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) onde estão representados na atualidade, grande parte dos países mais

21Pelos países coloniais à época, Bélgica, França, Holanda, Portugal, Reino Unido

22Discurso do Presidente Truman na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1949

industrializados do mundo²³ e financiadores da “ajuda ao desenvolvimento”.

Todavia, alguns pesquisadores têm vindo a questionar o pressuposto de que a Segunda Guerra constitui o ponto de partida para a análise do desenvolvimento argumentando que ainda no período colonial, particularmente nos séculos XIX e XX, foram criadas instituições técnicas e de administração com o propósito de “modernizar” regiões colonizadas pelos diversos impérios europeus (HODGE, 2015; HODGE, 2016). Algumas pesquisas sobre os percursos individuais de agentes intervenientes no setor da cooperação internacional para o desenvolvimento têm demonstrado que o campo se estruturou em parte, a partir da reconversão profissional de quadros da administração colonial que desempenhavam funções percebidas como sendo de “transferência de progresso” e de “desenvolvimento” das colônias a partir de modelos elaborados no seio de instituições estatais e Universidades metropolitanas (KOTHARI, 2005; MEIMON, 2004).

Após das independências africanas e asiáticas, a partir dos anos 1950, parte daqueles funcionários com experiência de trabalho no terreno, bem como militantes da “causa” da “solidariedade com o terceiro-mundo” e de movimentos religiosos, transitaram para as instituições de cooperação para o desenvolvimento entretanto criadas nas antigas potências coloniais, para as Universidades e centros de pesquisa da área do desenvolvimento, para as instituições internacionais e para as ONG atuando na “causa” da “solidariedade internacional”. A partir da década de 1970, o processo de profissionalização do setor do desenvolvimento conduziu à valorização da competência técnica e dos diplomas escolares como critérios de seleção, apresentando-se a indústria do desenvolvimento na contemporaneidade como espaço de atuação de profissionais e militantes de diversos espaços nacionais, a partir de quadros teóricos, discursivos e técnicos que foram alvo de disputas e transformações “paradigmáticas” ao longo do século XX (COLLOVAD, 2001; KOTHARI, 2005). Bamba (2010), numa pesquisa sobre a Costa do Marfim, demonstra como, após as independências, peritos circulavam entre agências e países contribuindo para a transnacionalização de técnicas e conhecimentos no setor do

23Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Eslovênia, Eslováquia, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Países Baixos, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Polónia, Portugal, República Checa, Suécia, Suíça, Reino Unido e a Comissão Europeia.

desenvolvimento. Neste sentido, as disputas por influência nos países recém-independentes eram permeadas pela concorrência entre modelos técnicos de planejamento e pelo envio de especialistas, os chamados cooperantes, para prestar assistência aos governantes africanos nos seus projetos de modernização (BAMBA, 2010). Assim, a cooperação para o desenvolvimento apresenta-se como uma arena de competição entre potências dominantes no âmbito da qual são mobilizados aliados que atuam como intermediários no processo de exportação e importação de instituições. Esses agentes / mediadores procuram utilizar seu capital internacional, o domínio de modelos e técnicas de governo homologados pelos países centrais, para fortalecer a sua posição nas disputas de poder no âmbito nacional (DEZALEY & MADSEN, 2009).

A concorrência entre potências centrais em torno das relações de “cooperação” com os chamados “países em desenvolvimento” permeou igualmente, o processo de construção da União Europeia a partir do final da década de 1950, do século XX. Naquele período, a então Comunidade Econômica Europeia criou o Fundo Europeu para o Desenvolvimento para financiar programas de investimento no espaço colonial francês e belga, a partir de uma proposta da França. Todavia, com as independências ao longo dos anos 1960, a Direção Geral VIII (DG8), responsável pela administração daquele fundo, para o qual todos os Estados membro deveriam contribuir, seria reestruturada e adquiriria identidade e legitimidade próprias.

Segundo Dimier (2003), as disputas, entre os Estados membro da UE, sobre o modelo de administração do FED, iriam ser evidenciadas com a entrada do Reino Unido na União Europeia, em 1975. Neste contexto, as críticas à “ausência de critérios de avaliação” dos projetos a financiar, ao “predomínio de relações pessoais” e à “defesa dos interesses franceses” na afetação de fundos, conduziram à reformulação dos métodos de administração dos recursos europeus de cooperação para o desenvolvimento. Inicia-se então um processo de introdução de “procedimentos técnicos” de análise de projetos e de programação dos financiamentos. Por outro lado, o âmbito geográfico da cooperação europeia alargou-se após a realização do acordo de Lomé²⁴ em 1975,

24 Em 1975, a Comunidade Europeia assinou a primeira Convenção de Lomé com um grupo de 46 Estados independentes. A segunda Convenção (Lomé II, 1980 - 1985) foi assinada por 57 países e a terceira por 65 (Lomé III, 1985 - 1990). Em 1989, 69 Estados ACP assinaram a quarta Convenção (Lomé IV, 1990 - 2000), e posteriormente 70 países em 1993, com a independência da Eritreia. O acordo prevê acesso aos recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento que é alimentado por

incluindo, a partir daí todos os países do grupo denominado ACP-África, Caraíbas e Pacífico. Aqueles processos buscavam demarcar a “cooperação para o desenvolvimento” do colonialismo nas relações internacionais do bloco europeu, apresentando-a como uma expressão da “solidariedade europeia” e, no interior da UE, difundindo práticas consideradas legítimas de “ajuda ao desenvolvimento” entre os Estados-membros (DIMIER, 2003). A partir da sua adesão à comunidade europeia, a política externa portuguesa, em particular a de cooperação, foi sendo ajustada ao longo do processo de importação do dispositivo simbólico, político e financeiro “europeu” da “ajuda ao desenvolvimento” (RAIMUNDO, 2012).

A localização do espaço de engajamento em “causas além-fronteiras”, a partir da sua interação com a setor da cooperação para o desenvolvimento e ajuda humanitária, e numa perspectiva histórica, tem resultado em análises que apresentam as ONGs dos chamados “países doadores”, como a continuação da atividade de missionários e de organizações humanitárias cúmplices do colonialismo (MANJI, 2002), reproduzindo as desigualdades de poder no sistema internacional, ou como organizações cujas “raízes”, de participação e de busca de “soluções alternativas” para a pobreza, foram sendo desvirtuadas pela interação com as instituições da “ajuda ao desenvolvimento” (BANKS & HULME, 2012). Todavia, essa discussão não adentra o modo como, ao longo do processo de institucionalização do espaço de militância em causas “além-fronteiras” que concernam aos “países em desenvolvimento”, geralmente associado às ONGDs, organizações e militantes constroem e reajustam as representações de si e dos outros, as motivações, lógicas, práticas e discursos considerados legítimos para a atuação “internacional”.

A compreensão do engajamento em “causas além-fronteiras” em Portugal requer então, a consideração do processo de constituição do espaço das ONGs atuantes na “cooperação solidária para o desenvolvimento” e na “ajuda humanitária”, a delimitação de suas fronteiras na interação com as outras esferas sociais, nacionais e internacionais, suas dinâmicas internas de cooperação e competição e modalidades de militância entre o período colonial e pós-colonial.

uma contribuição quinzenal e específica dos Estados-membros; ao financiamento do Banco Europeu de Investimento e ao acesso ao mercado europeu, sem reciprocidade, para a quase totalidade das exportações dos países do grupo ACP.

1.2 Organizações, empreendedores e itinerários de militância

O debate sobre a dimensão organizacional da ação coletiva tem sido marcado pela disputa entre posições críticas dos processos de organização formal dos movimentos sociais designadamente da sua transformação em ONG com estruturas profissionais, entendendo que aquele processo conduz à sua hierarquização e burocratização, tornando-os politicamente mais moderados e conseqüentemente, menos transformadores, e posições que consideram a organização um recurso determinante para a mobilização social e para o sucesso dos movimentos sociais (MCCARTHY e ZALD, 1977; CLEMENS & MINKOFF, 2004, p.155; ESCHLE & STAMMERS, 2004, p 349).

Na literatura sobre movimentos sociais, redes de *advocacy* ou sociedade civil transnacional, a categoria ONG surge como parte integrante de todos os tipos de ação coletiva. Porém, são-lhe atribuídos tipos de práticas distintos. Por um lado, enquanto participantes de redes transnacionais de *advocacy*, as ONGs atuam através da construção da universalidade de uma causa particular, incluindo pela cooperação com atores estatais e supranacionais e por outro, enquanto integrantes de movimentos sociais transnacionais, as ONGs atuam através de ações não-institucionais, particularmente o protesto (SMITH, 2008, p. 114). Depreende-se assim, como nota Siméant (2004; 2010), que as definições do termo ONG têm utilizado, de modo sobreposto, o estatuto, práticas, demandas e *frames* (em interesse próprio/interesse de terceiros; materiais/simbólicas; nacionais/globais) como critérios para distinguir tipos e formas de ação coletiva transnacional. Empiricamente, aquelas distinções são de difícil sustentação perante a diversidade da ação coletiva, incluindo a que ocorre para além do espaço nacional.

O debate sobre as ONGs tem sido permeado por um entendimento homogêneo das organizações que pressupõe como predominante, a sua dimensão instrumental. Contudo, no âmbito do diálogo entre teóricos das organizações e dos movimentos sociais, num contexto de interesse pela dimensão cultural da ação coletiva, alguns pesquisadores têm questionado o significado dos processos organizativos e das diversas formas de organização da ação coletiva, em contextos concretos, a partir de um entendimento mais amplo das organizações como espaços de socialização e construção de identidades permeados por dinâmicas de disputa e negociação e por normas, valores e representações (CLEMENS & MINKOFF, 2004, p. 155).

As ONGs constituem, no seguimento da proposta de Siméant (2004, p.10), atores intervenientes no hiato entre Estado e mercado, ainda que esse espaço não seja hermético, sendo necessariamente apreendido num dado contexto, cuja existência e atuação são validadas por um conjunto de representações e valores. As ONGs de desenvolvimento (ONGDs) definem-se pela intervenção em “causas” de “solidariedade com os países em desenvolvimento”. As suas práticas são variadas incluindo projetos e programas, em setores diversos, naqueles países, e a realização de iniciativas de influência social e política como campanhas em defesa de causas, marchas, protestos (SIMEANT; 2010). Em Portugal, após a queda do Estado Novo e o fim do Império, a abertura política permitiu a emergência de organizações vocacionadas para a “cooperação solidária” que importariam a “causa” do “apoio ao desenvolvimento” para as relações com as antigas colônias portuguesas na África, dando origem às primeiras organizações não-governamentais de desenvolvimento (ONGDs) que se articulariam depois na Plataforma Portuguesa das ONGDs.

Para Rao *et al* (2000), novas formas organizacionais resultam de processos de contestação das normas, valores e crenças que suportam as anteriores. Os empreendedores desempenham um papel determinante naquele processo ao mobilizarem pessoas e recursos, criando com esse propósito *frames* que visam institucionalizar valores e ideias e demarcar o espaço de atuação do novo tipo de organização (RAO *et al*, 2000; p. 242). Todavia, nem todas as novas formas de organização podem ser consideradas igualmente inovadoras. Os autores consideram que novas organizações podem representar uma mudança gradual ou pelo contrário, apresentarem-se como “divisores de águas” num dado contexto. Assim, a aferição do grau de inovação de uma dada forma organizacional parte da distinção entre propriedades centrais e periféricas das organizações. Neste sentido, é a mudança das propriedades centrais das organizações, de seus objetivos, tecnologia, modelo de autoridade e estratégia de negócio, entendidas de modo decrescente em relevância, que determina o grau de ruptura de uma organização relativamente a modelos anteriores. Quando a nova forma de organização representa uma mudança nas quatro propriedades centrais pode ser considerada divergente das anteriores, mas o grau de inovação pode ser considerado relevante quando se introduzem alterações nos objetivos e na tecnologia (RAO *et al*, 2000; p. 242).

Porém, tal como argumenta Armstrong (2002), a perspectiva de Rao *et al* (2000), apesar da importância que atribui à introdução de novos valores, normas e representações, através da criação de *frames*,

pressupõe como determinante a existência prévia ou a produção pelos empreendedores, de recursos que viabilizem a emergência de novas formas organizacionais secundarizando assim, as condições culturais e políticas (ARMSTRONG, 2002, p. 362). Para a autora, a inovação organizacional resulta não apenas do acesso a recursos, mas surge em períodos de mudança das estruturas de poder e de “criatividade coletiva”. Estes contextos são caracterizados pela diversidade e qualidade dos “insumos” culturais, elevada interação social e, em virtude do deslocamento das instituições, maior incerteza e, ao mesmo tempo, maior otimismo, em relação ao sucesso da ação coletiva.

Por outro lado, Armstrong argumenta que o contexto de emergência de novas formas organizacionais deverá ser entendido de modo distinto do processo conducente à sua institucionalização, ainda que os dois estejam necessariamente interligados. A análise do contexto de emergência de novas organizações centra-se na relação entre um dado campo de ativismo e outros campos sociais, enquanto o questionamento do processo de sua institucionalização olha para a lógica interna que estrutura o campo, ou seja, para as regras, representações, e valores que determinam as formas de organização, e a sua mudança ao longo do tempo. Por outro lado, enquanto o processo de emergência de novas formas organizacionais é entendido como momento de deslocamento das estruturas e incerteza, a institucionalização requer alguma forma de tréguas ou acordo (RAO *et al*, 2000; ARMSTRONG, 2002).

Assim, a emergência das ONG de desenvolvimento em Portugal não pode ser entendida fora das transformações sociais, políticas e econômicas do país pós 1974 que possibilitaram processos de questionamento das instituições, em particular do colonialismo e das relações pós-coloniais com os novos países africanos, mas também com a Europa, e do modo como tais disputas foram sendo “resolvidas” permitindo a institucionalização do espaço de militância pela “cooperação solidária com os países em desenvolvimento”.

Para Rao *et al* (2000) os empreendedores de novas formas organizacionais são aqueles que dispõem de recursos, que mobilizam ou produzem. Para Tarrow (2005), os ativistas transnacionais são indivíduos que, permanecendo ligados aos seus contextos nacionais, constroem relações noutros contextos nacionais. Segundo o autor, os *rooted cosmopolitans* são indivíduos que adquirem recursos, no espaço nacional e internacional, designadamente, elevados níveis de escolaridade, conhecimento de línguas estrangeiras, experiência de viagem e redes de relações nacionais e internacionais, que lhes

permitem identificar e aproveitar as oportunidades geradas pelo internacionalismo. Esta perspectiva contraria a ideia de que os ativistas estão de algum modo, dissociados dos seus contextos de origem apresentando-os antes como indivíduos que, tendo raízes num espaço nacional, dispõem dos meios que lhes permitem articular os níveis nacional e internacional na sua atividade militante (TARROW, 2005, p. 40).

Mas se a concepção de Tarrow é relevante no sentido em que coloca em evidência a importância do espaço nacional na mobilização de vários tipos de recursos que sustentam a participação em espaços de militância internacionais, ela pressupõe, tal como Rao *et al.* (2000) uma relação direta entre determinados recursos e a atividade militante, designadamente além fronteiras. Todavia, não é possível classificar, *a priori*, determinadas propriedades sociais como recursos pois aquelas não têm um valor intrínseco, mas são cotadas no contexto de um sistema de relações, numa esfera social, que importa conhecer (FILLIEULE & PUDAL, 2010, p. 173). Neste sentido, os processos pelos quais os militantes adquirem os recursos (sociais, políticos, económicos culturais) que sustentam o seu engajamento são relevantes para a problematização das motivações e processos que sustentam o empreendedorismo numa dada “causa”, permitindo identificar o modo como, ao longo do processo de socialização em diversos espaços sociais, são adquiridas as disposições para o engajamento e como estas adquirem valor no empreendedorismo militante.

Na literatura sobre movimentos sociais transnacionais, a transposição e a adaptação de *frames* pelos empreendedores, entre o espaço internacional e o nacional, constitui um dos mecanismos que permitem a ação coletiva transnacional (TARROW, 2005). Porém, Crossley (2002) critica a utilização do conceito de *frame* na literatura sobre movimentos sociais argumentando que a produção de sentido pelos militantes não é apenas instrumental ou estratégica, visando a mobilização de apoiantes e aliados e o constrangimento de adversários. O conjunto de valores e representações que suportam o engajamento individual e o modo como os sujeitos constroem as causas e o seu engajamento estão sustentados em disposições mais profundas, adquiridas ao longo do processo de socialização (CROSSLEY, 2002, p. 176).

A noção de carreira militante, que surge do diálogo da sociologia do militantismo com o interacionismo simbólico, analisa a sequência de posições objetivas, mas também, de atitudes, perspectivas e crenças dos militantes ao longo do tempo, considerando que

determinado comportamento resulta de um itinerário anterior. Numa perspectiva sincrônica, a noção de carreira considera a inserção individual em diversos espaços sociais, as relações entre eles, e as suas consequências na atividade militante (BECKER, 2009; FILLIEULE & PUDAL, 2010, p. 171). Assim, o estudo das carreiras insere os itinerários dos militantes nas várias dimensões (política, profissional) das biografias individuais (AGRIKOLIANSKI & FILLIEULE, 2015, p. 16).

Pressupõe-se assim, que a explicação do engajamento não pode ser encontrada no indivíduo, mas no processo e nos agentes de socialização, no âmbito de instituições. Em face de mudanças naquelas, as disposições individuais sofrem ajustamentos, adaptações, emergindo novos padrões de comportamento, crenças e valores (CARPER & BECKER, 1977). A ideia de carreira permite articular as dimensões individuais e institucionais, entendendo o “eu” como algo que se insere nas disposições que um sistema social impõe aos seus participantes, e compreender as mudanças no esquema de imagens que o indivíduo utiliza para julgar a si mesmo e àquilo que o rodeia (GOFFMAN, 1974).

A discussão do engajamento militante a partir da ideia de carreira entende que as retribuições (materiais, simbólicas, emocionais) daquela atividade são relevantes na explicação do investimento numa dada causa, pressupondo-se que a alteração da sua cotação poderá indiciar alterações nas dinâmicas de engajamento. As retribuições da militância têm uma dimensão objetiva e uma dimensão interpretativa. Neste sentido, os militantes não são entendidos como agentes motivados por cálculos racionais e por isso nem sempre as retribuições do engajamento são imediatamente percebidas. Efetivamente, as percepções, representações e antecipações das recompensas são socialmente construídas. Deste modo, o que constitui uma retribuição da militância depende da posição e do percurso individual do militante, das suas expectativas e dos sentidos que atribui ao seu engajamento e do contexto de interações e laços sociais que moldam a sua percepção (AGRIKOLIANSKI & FILLIEULE, 2015, p. 17).

Considerando que na relação entre militantes, organizações e setores de militância, determinados capitais, valorizados numa dada configuração do campo e num dado contexto, não são necessariamente os mesmos em outros momentos, a análise sincrônica e diacrônica das carreiras militantes permite articular, numa perspectiva processual, aqueles três níveis, de modo a explicar como, em momentos distintos, mudanças nas lógicas do campo alteram as condições de engajamento. A discussão sobre o papel dos empreendedores na emergência de novas

formas organizacionais requer assim, a consideração de seus itinerários e de sua inserção nas disputas no interior de campos de poder, ao longo do tempo, não podendo ser limitada a um entendimento instrumental dos recursos e dos *frames* utilizados na mobilização social.

A partir das propostas teóricas de Zald e Ash (1966), o engajamento numa determinada “causa” está associado a processos de adaptação a mudanças no ambiente que requerem das organizações, alterações de seus objetivos ou de suas dinâmicas internas. Importa então questionar que mudanças estruturais, sociais e políticas (FILLIEULE & PUDAL, 2010, p. 173) contribuíram para o acordo que instituiu a categoria ONGD em Portugal e fundou um campo multi-organizacional. Zald e Ash (1966) discutem a questão dos recursos a partir de uma analogia entre empresas e movimentos sociais, ou seja, a partir das lógicas do campo econômico. Mas, pressupondo que o campo da “cooperação solidária” tem normas próprias, importa analisar a diversidade de recursos (não no sentido econômico), as lógicas de investimento e as expectativas de retribuição que sustentam o engajamento daqueles agentes, posicionados no espaço religioso, partidário, humanitário e acadêmico, na “causa” da “solidariedade internacional com os países em desenvolvimento” que se apresenta também, como espaço de atuação profissional em constituição.

A participação na “cooperação solidária” pressupõe a realização pelas organizações, de um conjunto de práticas entendidas como próprias das ONGD, “ações de desenvolvimento”, de ajuda humanitária” e de “informação e sensibilização”. Estas práticas requerem o domínio de competências pessoais, sociais e técnicas e recursos, materiais, sociais e simbólicos nomeadamente, planejamento, administração, interação em espaços internacionais, conhecimento de línguas estrangeiras, que adquirem relevância nos processos de recrutamento. A profissionalização do campo altera assim, as dinâmicas de investimento e retribuição da atividade militante, perspectivada também como carreira profissional. O investimento em competências técnicas e a expectativa de integração ou progressão profissional tornam-se entretecidos nos investimentos e retribuições emocionais, sociais e simbólicas do ativismo.

As pesquisas sobre o engajamento em “causas” além fronteiras no campo humanitário e do desenvolvimento no contexto francês e britânico, têm demonstrado a alteração das condições de engajamento naquele setor a partir da segunda metade do século XX. Para Collovald (2001), “a reapropriação pelo Estado e seus especialistas” da “causa humanitária”, e sua consequente

“burocratização no quadro do desenvolvimentismo” contribuíram para a transformação da lógica do campo da militância humanitária (COLLOVALD, 2001, p. 140). A partir da análise do percurso daquele campo no contexto francês, a autora argumenta que desde meados de 1970, a militância pelo “auxílio aos estrangeiros pobres ou aflitos” passou a ser estruturada por uma lógica técnica. Assim, o “militante humanitário *expert*”, distancia-se de modelos anteriores de base assistencialista e caritativa, considerados estigmatizantes, e da militância política considerada “demasiado ideológica e enredada em conflitos internos” (COLLOVALD, 2001, p. 135).

Todavia, aquele processo não deixa de ser permeado por disputas entre aqueles que valorizam o “voluntariado” e o “profissionalismo”, o “humanitário” e o “desenvolvimento” tal como demonstra Siméant (2001a) no estudo sobre as carreiras em ONG humanitárias francesas. O estudo de Dimier (2003) sobre a política europeia de cooperação para o desenvolvimento aponta para as lutas pela valorização das competências técnicas dos agentes intervenientes naquele campo a partir da introdução de critérios de “eficácia” no Fundo Europeu de Desenvolvimento e da utilização de métodos de planejamento. Kothari (2005), referindo-se ao contexto britânico, conclui que no recrutamento para o campo da cooperação para o desenvolvimento, o capital técnico passou a ser mais cotado do que o de “experiência em países em desenvolvimento”, a partir da década de 1970, refletindo a desvalorização da cotação das competências “específicas” dos antigos funcionários coloniais.

Retemos, contudo, na abordagem às carreiras militantes, a crítica de Collovald (2002) a Fillieule pelo que considera ser a insuficiente consideração das estruturas na análise das relações sociais no seu trabalho. Aquela autora salienta que a análise da interação entre militantes e instituições, e da diversidade de trocas entre diferentes atores individuais e coletivos, é fundamental para compreender o modo como determinadas disposições são ativadas pela militância e lhe dão sentido. É essa interação entre militantes, e destes com as estruturas, que permite entender o modo como, ao longo do tempo, o engajamento se vai transformando no interior dos espaços de militância, permeados por relações de “cooperação competitiva” (COLLOVALD, 2002).

1.3 “Idealismo desenvolvimentista” na semiperiferia e a militância “além-fronteiras”

No caso português, a emergência de espaços associativos engajados na “causa” da “solidariedade internacional com os países em

desenvolvimento” resulta do reconhecimento constitucional dos direitos políticos de livre associação e de livre expressão, anteriormente amplamente limitados pelo Estado Novo, e do processo de descolonização que encerraria o Império português. Neste contexto, a expansão do espaço político permitiu o surgimento de organizações engajadas em “causas” diversas num contexto de forte mobilização popular que se seguiria à revolução de Abril de 1974 (FERNANDES, 2012).

Todavia, ao longo do período posterior à revolução de 25 de Abril, o país, entretanto integrado na comunidade europeia, foi importando as instituições fundamentais da UE incluindo as que sustentam a suas relações exteriores, em particular a política de “cooperação para o desenvolvimento”, suas práticas e sentidos. Pressupondo que tal política assenta no idealismo desenvolvimentista, que entende os países centrais da UE como “modelos” do que significa “ser desenvolvido” e que a política de cooperação com os “países pobres”, em grande parte com suas antigas colônias da África e da Ásia, constitui um processo de transferência de recursos e saberes alicerçada nessa dicotomia, a sua importação para o contexto português requereu um trabalho de reajustamento e disputas sobre o passado colonial e as relações pós-coloniais bem como sobre a condição de país periférico no espaço europeu.

Aquele processo permeou a emergência de um espaço de militância pela “cooperação solidária com os países pobres” num país que, na escala evolucionista estava numa posição “intermédia”, e que simultaneamente era uma antiga metrópole colonial. Os estudos sobre a trajetória do campo das ONGD portuguesas (RIBEIRO, 1995; MARQUES & RIBEIRO, 2002) concluem que o setor, apesar de ter sido um dos poucos espaços associativos a registrar um crescimento em Portugal, nos anos 1990, é permeado por fragilidades decorrentes do seu baixo nível de capital social. Para Marques e Ribeiro (2002) as ONGD portuguesas, no início do século XXI, eram caracterizadas por uma fraca capacidade de mobilização social, elevada personalização e individualismo, o que determinava a sua pouca capacidade de aceder a recursos, humanos e materiais, e de intervenção no espaço político.

Segundo os autores, o “movimento ONGD” em Portugal apresentava-se ainda embrionário no início dos anos 2000, impulsionado principalmente pela integração do país na União Europeia (MARQUES & RIBEIRO, 2002, p. 141). O CAD - Comitê de Apoio ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento (CAD/OCDE) salientava no seu relatório de avaliação

do setor da cooperação para o desenvolvimento que, apesar dos laços ainda presentes com África, as ONGD portuguesas não dispunham das competências técnicas necessárias para assumir um papel relevante no setor da ajuda ao desenvolvimento (OCDE, 1997).

Para Marques e Ribeiro (2002), as relações entre as ONGD e o Estado português eram caracterizadas pela contradição entre o discurso oficial, que valorizava a atuação daquelas organizações no setor da cooperação para o desenvolvimento, e as práticas concretas. Os autores salientam a aprovação tardia do estatuto legal das ONGD, nove anos após a constituição da Plataforma nacional, e a ausência de normas reguladoras das relações com o Estado, tornando discricionário o acesso daquelas organizações às instituições estatais. Aquele tipo de relações Estado-sociedade no setor da cooperação para o desenvolvimento é atribuído à condição semiperiférica do país no sistema internacional e ao caráter incompleto da modernidade portuguesa, elementos constrangedores da participação da sociedade civil portuguesa na “solidariedade universalista planetária” característica da modernidade tardia (MARQUES & RIBEIRO, 2002, p. 138-140). Todavia, é igualmente atribuída à condição semiperiférica do país, a apropriação das lógicas dos países centrais no que respeita à “ajuda pública ao desenvolvimento” concluindo-se que a cooperação estatal portuguesa é, tal como a daqueles países, orientada pelos interesses político-econômicos e não por um compromisso *com a justiça e a equidade* (MACHADO, 2012, p. 140-152). Assim, a semiperiferia parece explicar quer a “incapacidade de participar da solidariedade internacional” no caso das ONG quer o predomínio de lógicas de dominação na “ajuda pública ao desenvolvimento”.

As análises de Machado (2012) e de Marques e Ribeiro (2002) evidenciam as contradições e constrangimentos no processo de importação de instituições dos países centrais para a periferia da União Europeia. No caso das ONGD portuguesas, a constatação da sua insuficiente capacidade técnica pela OCDE, em 1997, “apesar dos laços criados com África” no contexto colonial, e ainda presentes na sociedade portuguesa”, é indicativa das dinâmicas de confronto, seleção e adaptação inerentes ao processo de importação das lógicas que estruturam as relações entre antigos impérios coloniais e suas ex-colônias para o contexto português.

Assim, a categoria de Portugal como país a “meio caminho” entre os padrões de “desenvolvimento” dos países centrais e dos países periféricos (SANTOS, 1985) não lhe permite participar, nos mesmos moldes dos primeiros, no “humanismo europeu”. Todavia, aquela

argumentação, ao pressupor a integração das ONGD portuguesas no grupo de ONGD do Norte, a partir da sua entrada na UE, não a problematiza, entendendo os constrangimentos das ONGD portuguesas como parte de um percurso em relação a um ideal de sociedade civil. Importa então, questionar o modo como as organizações e os militantes se percebem e aos “destinatários” da sua “solidariedade”, avaliam oportunidades e constrangimentos e se ajustam a partir da interação com outras esferas sociais e da estruturação interna do espaço de militância, para participar de “causas além-fronteiras”.

II. ABORDAGEM METODOLÓGICA

2 Objetivos

O presente trabalho teve como objetivo geral: i) compreender as condições políticas e simbólicas de emergência e institucionalização de um espaço multi-organizacional de militância pela “cooperação solidária para o desenvolvimento”.

Buscou-se, mais especificamente: i) analisar a construção da “causa” do “apoio ao desenvolvimento” e sua importação para Portugal, entre o fim do Estado Novo e o final dos anos 1990; ii) caracterizar socialmente os seus empreendedores / militantes, as modalidades e lógicas de engajamento, e suas mudanças, entre 1974-1998; iii) compreender de que modo o estado das relações de força no interior daquele espaço contribuiu para a constituição da Rede de Solidariedade com a Guiné-Bissau aquando da guerra naquele país (1998/1999), os repertórios utilizados e as posições assumidas ao longo do conflito.

2.1 Desenho do campo

A definição do terreno em pesquisas sobre movimentos além fronteiras requer a consideração do contexto nacional, e do espaço social, no qual se inscreve e a partir do qual se relaciona com o internacional, mas também de outras geografias que são os “pontos de chegada” ou de “trânsito” do engajamento²⁵.

Se o engajamento em “causas” além-fronteiras é por vezes entendido como uma forma de “interesse pelos problemas dos outros, em lugares distantes”, o questionamento proposto neste trabalho foi o de compreender o modo como esses “problemas”, neste caso o conflito

²⁵ Sobre este desafio ver SIMÉANT, Johanna. “Localiser le terrain de l'international”. *Politix*, 2012/4 n° 100, p. 129-147, 2012.

armado na Guiné-Bissau, se tornam em “causas” num dado contexto, em Portugal, no final da década de 1990, quem se mobiliza para a sua defesa e como o faz, no espaço de militância pela “cooperação solidária para o desenvolvimento”.

O recorte geográfico e temporal definido para o presente estudo requereu a definição de dois terrenos principais de pesquisa. Um refere-se a Portugal, ao período entre 1974 e 1998/1999, ou seja, o período entre a queda do regime de Salazar e o início do conflito militar na Guiné-Bissau. Esse recorte considerou, numa perspectiva diacrônica, o processo de institucionalização do espaço de militância pela “cooperação solidária para o desenvolvimento” no país e suas dinâmicas de internacionalização, e numa óptica diacrônica, a sua configuração em 1998/1999, buscando compreender as modalidades de mobilização pela “solidariedade como o povo da Guiné-Bissau” das ONGD portuguesas nesse ano. Esta delimitação espaço-temporal pressupõe o estudo de apenas uma parte da diversidade de movimentos além-fronteiras associados àquele conflito.

O outro terreno de pesquisa considerado foi a Guiné-Bissau, também no período entre 1974 e 1998/1999, para compreender as relações criadas com organizações e militantes portugueses do espaço da “cooperação solidária para o desenvolvimento”. A pesquisa não pretendeu, contudo, apresentar explicações sobre a formação do espaço das ONG na Guiné-Bissau ou os diversos movimentos de cariz humanitário e político organizados por atores bissau-guineenses no seu país durante o ano de 1998/1999, mas aqueles são abordados principalmente a partir de suas relações com militantes e organizações portuguesas. Também não se procurou desvendar as causas do conflito ou suas consequências. Aquele acontecimento é entendido, neste trabalho, como um evento gerador de um processo de mobilização internacional no qual participaram ONG portuguesas. A diversidade das dinâmicas políticas, militares e diplomáticas no decurso da guerra foram consideradas na medida em que ajudaram a explicar os sentidos atribuídos ao conflito, os repertórios de ação, as dinâmicas de aliança e oposição e as posições assumidas pelo movimento além fronteiras que é o objeto deste estudo.

Em Portugal e na Guiné-Bissau foram consideradas três dimensões de análise: os militantes, as organizações, e as estruturas que reúnem as ONG que se identificam como “de desenvolvimento” e de “ajuda humanitária”, sendo ambas entendidas como parte do espaço de militância pela “cooperação solidária para o desenvolvimento” e que desempenham um papel de institucionalização e representação. Nessas

três níveis, a relação entre espaço nacional e internacional é diversa, não podendo ser pressuposta à partida e por isso foi alvo do questionamento.

Assim, no que respeita às organizações portuguesas, foram considerados principalmente dados quantitativos para adentrar a “atratividade” da “causa” do “desenvolvimento” e do espaço das ONGD. No que respeita às suas dinâmicas internas de cooperação e disputa, foi considerado como terreno de observação fundamental, a Plataforma Portuguesa das ONGD. No caso da Guiné-Bissau, procurou-se caracterizar quantitativamente a presença ou interações de ONGD portuguesas no país, tendo em conta o universo de ONG nacionais e estrangeiras e suas relações com a estrutura estatal bissau-guineense que tinha por propósito a “coordenação” das ONG. Assim, a pesquisa olhou principalmente para o espaço das organizações não-governamentais e não para organizações concretas, ainda que no caso português, durante a primeira década após 1974, apenas existisse uma organização não-governamental com práticas de “cooperação solidária para o desenvolvimento”, que se identificava como tal, e foi nessa condição que foi considerada individualmente neste estudo.

No que concerne aos militantes, foram referenciadas diversas gerações políticas, definidas com base na configuração do espaço de militância pela “cooperação solidária para o desenvolvimento” aquando de sua adesão à “causa”(WITTIER, 1997). Para analisar os itinerários individuais²⁶ foi utilizada uma abordagem centrada no conceito de carreira de modo a considerar as diversas etapas do percurso de vida dos indivíduos, situando o engajamento e o desengajamento na biografia individual. Entende-se cada etapa da carreira como um cruzamento entre decisões / negociações / interpretações e uma dada configuração do espaço social que oferece constrangimentos e oportunidades²⁷. A partir

26 Esta abordagem considera as críticas de Bourdieu (2014) às histórias de vida, que denomina de a “ilusão biográfica, em particular a pouca consideração do espaço social nesse tipo de metodologia, e o argumento de que a história de um indivíduo não pode ser vinculada apenas a ele, devendo ser entendida num quadro de relações sociais. Todavia, consideramos também a resposta de Passeron (1990) a Bourdieu, que questiona quer o enfoque na descrição detalhada dos percursos individuais quer nos sistemas e nas posições no interior destes. Passeron salienta a importância de elementos intermédios para pensar as relações entre indivíduos e estruturas, que seriam veículos (grupos, gerações) cujo percurso é determinado por eventos. Todavia, a dinâmica de entradas e saídas, ou seja, relação com os veículos e eventos é individual.

27 Para uma análise do conceito de carreira como instrumento teórico e metodológico de análise das relações entre estruturas sociais e indivíduos na

dos percursos de militância procurou-se compreender as dinâmicas de retribuição e reconversão de capitais pressupondo que recursos adquiridos num dado espaço social podem, ou não, ser reconvertidos noutras. Esse processo ocorre numa configuração específica das lógicas e disputas de poder no espaço social cujas mudanças comportam alterações na cotação dos recursos. A interrogação dos percursos individuais buscou, em suma, adentrar as dinâmicas de construção de disposições e interesses que influenciam a percepção das oportunidades, conhecer as categorias a partir das quais os agentes constroem os seus engajamentos, e suas mudanças ao longo do tempo, e compreender o modo como determinados repertórios de ação e de organização são legitimados num dado período, e suas transformações.

2.2 Fontes e recolha de dados

A pesquisa retrospectiva requer a solicitação das memórias dos participantes, que são sempre interpretações, de eventos passados entre a década de 1970 e finais da década de 1990. Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas semi-diretivas. Entendidas como “conversas orientadas”, aquele tipo de entrevistas pressupõe o uso de um guião com temas e questões abertas, ajustável ao desenrolar da interação com o entrevistado, permitindo a recolha de informação detalhada sobre experiências e memórias, expressos nos termos dos próprios entrevistados, contribuindo para a reconstituição e interpretação de processos e eventos (BLEE & TAILOR, 2002, p. 92-93).

Para a coleta de dados foram articulados dois tipos de entrevistas semi-estruturadas: as entrevistas biográficas e as entrevistas a informantes qualificados. As primeiras foram centradas nas histórias de vida dos militantes, com o propósito de estabelecer relações entre os percursos individuais, as experiências de militância, e processos meso e macro. Nesse tipo de entrevistas foram relevantes os sentidos atribuídos pelos agentes às diversas etapas de suas biografias particularmente, o modo como significam seus engajamentos e desengajamentos (BLEE & TAILOR, 2002, p. 92-93). As entrevistas a informantes qualificados buscaram obter informações de entrevistados sobre eventos, momentos, pessoas, organizações, descentralizando a conversa do seu percurso individual (BLEE & TAILOR, 2002, p. 105).

A seleção dos entrevistados foi realizada tendo em conta o período temporal coberto pela pesquisa, procurando-se ter militantes que aderiram à “causa” em diversos momentos do processo de institucionalização do espaço das ONGDs em Portugal. A partir das sugestões e informações dessas entrevistas foram sendo identificados os seus interlocutores na Guiné-Bissau. Recorreu-se à abordagem “bola de neve” nos dois países. Para além da diversidade geracional, foi também considerado como critério de seleção a participação na “Rede de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau” em 1998/1999. Ambos os critérios foram sendo combinados sempre que tal se demonstrou relevante pois algumas pessoas com conhecimento importante dos primeiros anos da “causa” já não estavam no setor em 1998, mas foram igualmente entrevistadas. As entrevistas cobriram diversos tipos de relação com o setor: militantes que se mantêm nas ONGDs, militantes que permanecem no espaço associativo, mas que transitaram para outras “causas” e antigos militantes. Em alguns casos, tratando-se de militantes considerados importantes, mas, entretanto, falecidos, foram realizadas entrevistas com outros que com eles conviveram.

Para além das entrevistas sobre os itinerários individuais, foram realizadas também conversas, em Portugal e na Guiné-Bissau, com pessoas com experiências como cooperantes, diplomatas e antigos ministros, com religiosos, e com académicos e consultores.

Quadro 1 – Síntese das entrevistas

	Portugal	Guiné-Bissau	Total
Militantes	16	8	24
Informantes	8	3	11
Total	24	11	35

A recolha de informação sobre os itinerários de militância não esteve limitada à entrevista, semiestruturada, mas recorreu-se igualmente aos escritos dos participantes e a documentos produzidos sobre eles terceiros por terceiros (documentários, entrevistas em jornais e revistas) numa abordagem prosopográfica. Documentos de organizações, instituições estatais e pessoas chave do campo foram igualmente, recolhidos e analisados, principalmente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, dos institutos públicos do setor da cooperação,

da Plataforma das ONGDs, e das ONGs que integraram a Rede de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau.

Os procedimentos de análise da informação recolhida partiram da transcrição das entrevistas. A codificação da informação tem uma dimensão descritiva, com o detalhamento de eventos, pessoas, organizações e estratégias, para reconstituir o itinerário da militância, e interpretativa, identificando-se temas, ideias-chave, significados, com o propósito de desenvolver propostas de explicação “abstratas, mas coerentes, com as perspectivas dos entrevistados” (BLEE & TAILOR, 2002, p. 111) sobre o engajamento militante em causas além fronteiras, em Portugal.

Outras fontes importantes para o trabalho foram os arquivos tendo sido consultados os seguintes:

Quadro 2 – Consulta de arquivos

Arquivos	Temáticas relevantes	Tipo de documentos consultados
Plataforma Portuguesa das ONG	Entrada e saída de ONGDs Participação de ONGDs nas reuniões Posicionamentos no setor da “cooperação para o desenvolvimento” Eventos importantes	Atas de reuniões
Camões – Instituto da Cooperação e da Língua	Registo de organizações não governamentais de desenvolvimento	Pedidos de estatuto de ONGD
Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal	Relações entre governo português e ONGs nacionais e estrangeiras durante a ditadura	Documentos oficiais
Centro de Intervenção para o Desenvolvimento (CIDAC)	Relações de cooperação entre Portugal e a Guiné-Bissau Guerra de 1998/1999 Rede de Solidariedade com a Guiné-Bissau	Recortes de jornais e revistas portuguesas Publicações especializadas Documentos
Associação para a Cooperação Entre os Povos	Guerra de 1998/1999 Rede de Solidariedade com a Guiné-Bissau	Recortes de jornais e revistas portuguesas Documentos produzidos pela Rede

A recolha de dados nos arquivos apresentou-se demorada e complexa. Não existia informação quantitativa sistematizada sobre as ONGDs portuguesas na Plataforma Portuguesa ou nas instituições estatais responsáveis pelo setor, para o período em análise. Tal requereu a análise de fontes documentais como atas de reuniões, requerimentos de ONGDs, para construir uma ideia aproximada do número e tipo de organizações que obtiveram aquele estatuto, ou demonstraram interesse no mesmo, entre 1985 e 1997/1998.

O trabalho de campo decorreu entre a segunda metade de 2015 e a segunda metade de 2017, de modo intermitente. No que respeita às entrevistas, estas foram agendadas a partir da apresentação, por telefone ou e-mail, da pesquisa e, em alguns casos, através da referência de outras pessoas, tendo decorrido na casa dos entrevistados, no seu local de trabalho, ou em espaços públicos como cafés, bibliotecas. Em alguns casos foi necessário realizar mais do que uma entrevista, principalmente tratando-se de entrevistados com longos anos de experiência na “cooperação para o desenvolvimento”. As entrevistas foram orientadas por um guião de questões, mas com bastante margem de liberdade para os entrevistados puderem elaborar, sendo relevantes não apenas os seus conhecimentos sobre determinados eventos, grupos, processos ou experiências, mas também suas perspectivas, sentimentos, avaliações.

Ao longo do trabalho de campo, entendendo-se o pesquisador como instrumento chave do processo de recolha de dados, procurou-se articular as entrevistas com a consulta de arquivos e momentos de auto-reflexão para diversificar as perspectivas sobre os temas, mas também para poder questionar os quadros de valores, visões de mundo e experiências e sua influência na pesquisa em curso. Neste sentido, a experiência pessoal e profissional como administradora de projetos internacionais promovidos por uma ONGD (2004-2009) permitiu criar relações com diversos dirigentes do setor, quer em Portugal quer noutros contextos, particularmente, na Guiné-Bissau. Essas relações permitiram dispor de contatos importantes na aproximação ao campo de pesquisa e aos entrevistados. Todavia, devido à experiência anterior no campo, às relações de maior ou menor proximidade com diversos militantes, este estudo é susceptível de comportar diversos vieses. Alguns entrevistados, poderão ter ajustado suas respostas ao pressuporem que a entrevistadora, enquanto participante do campo, dispõe de determinados conhecimentos, representações ou ideias, abreviando ou não relatando

acontecimentos ou opiniões. Para além dos vieses associados ao contexto de interação entrevistado e entrevistador, as questões associadas à memória de eventos ocorridos há décadas não podem ser desvalorizadas.

Ao longo da recolha de dados, um dos desafios que se apresentou foi o da definição de seus contornos, até onde investir em elementos que se iam apresentando como pistas interessantes. Foi possível perceber desde cedo que determinados militantes eram vistos como centrais, principalmente pela duração do seu engajamento. Porém, foram sendo identificados outros que, apesar de serem menos referenciados, eram apontados como pessoas que tinham testemunhado momentos importantes. Trata-se por exemplo, de voluntários ou *experts* que contribuíram para a concretização de projetos na Guiné-Bissau, durante um período limitado, logo depois da descolonização, ou de empreendedores de ONGs que, entretanto, tinham deixado o setor. A questão era, então, perceber porque se tinham engajado numa determinada etapa de suas vidas, como entendiam a militância e porque optaram por não a aprofundar ou afastar-se da “causa”, pressupondo que a diversidade de itinerários ajuda a explicar a mudança no espaço de militância. Seguindo essa estratégia, o campo foi-se alargando, tendo-se realizado por exemplo, conversas com pessoas que tendo ligações tangenciais com as ONGs, tiveram importância na sua relação com outros universos sociais. Tratavam-se principalmente de pessoas que tendo relações com militantes de ONGs, circulavam entre o campo político e acadêmico, com um papel importante na formação de *experts* e na produção de discursos sobre a “ajuda ao desenvolvimento”, contribuindo para a sua legitimação como área central das relações pós-coloniais com os países africanos.

Por outro lado, apesar do reconhecimento, pelos agentes, do papel da Igreja guineense durante o período do conflito de 1998/1999, optou-se por não aprofundar a análise das interações entre a esfera religiosa e a esfera dos movimentos sociais ou entre a Igreja portuguesa e guineense. Assim, o universo religioso restringe-se no presente estudo, às ONGs “de desenvolvimento” confessionais, não se problematizando por exemplo, a relação destas com as missões na África. Com efeito, das conversas realizadas com missionários e religiosas na Guiné-Bissau, e com pesquisadores portugueses do campo católico, foi perceptível que esse tipo de questionamento acarretaria um importante risco de desvio dos objetivos traçados em face da falta de estudos sobre a participação da Igreja Católica portuguesa na “cooperação para o desenvolvimento” e na política externa do país no período em análise.

Outra das dificuldades do campo, para além de seus contornos, foi a articulação, no decurso das entrevistas, entre elementos biográficos, interpretações e eventos associados ao espaço das “ONGs de desenvolvimento”. O nível de aprofundamento dessas três dimensões foi assim distinto entre os militantes, com alguns mais disponíveis para falar de seus trajetos, motivações, eventos pessoais importantes, desilusões, e outras mais centrados na história do setor. Procurou-se nesse contexto, incentivar e valorizar a fala dos entrevistados, nos elementos que lhe eram mais confortáveis e retomar as dimensões sobre as quais não tinha falado ao longo da conversa. Em alguns casos, foram requeridas informações adicionais após a entrevista ou esclarecimentos.

CAPÍTULO I - A CONSTITUIÇÃO DE UM ESPAÇO DE MILITÂNCIA EM “CAUSAS ALÉM FRONTEIRAS” EM PORTUGAL (1974-1998)

INTRODUÇÃO

Em 20 de Maio de 1999, a revista portuguesa *Visão* publicou um longo artigo sobre as organizações não governamentais (ONGs) portuguesas com o título, *A força de uma sigla*. Nesse texto escrevia-se (...) *as ONGs portuguesas têm dado salutareos sinais de vitalidade – sem os quais já não podemos passar*²⁸. A título de exemplo dessa força, era apresentada a intervenção de organizações portuguesas em “missões internacionais” ligadas à “emergência humanitária”, em particular a atuação da Assistência Médica Internacional (AMI) na Guiné-Bissau, durante a guerra no país, em 1998/1999²⁹.

A “vitalidade” das ONG de “desenvolvimento” e “ajuda humanitária” em Portugal era apresentada como evidência da sua participação nos movimentos internacionais ligados a “causas globais”. O trabalho jornalístico apresentado na *Visão* remete para indicadores relevantes na constatação da existência de uma indústria de movimento social (MACCARTHY & ZALD, 1977), campo multi-organizacional (KLANDERMANS, 2013), espaço de militância (MATHIEU, 2007) pela “solidariedade com os países em desenvolvimento” em Portugal. São nomeadas várias ONG que expressam seu engajamento a partir de valores, quadros de referência, discursos e práticas, estruturados por uma lógica comum: “a sensibilidade para as questões do desenvolvimento, sobretudo da África” e o “auxílio às populações em fuga, feridas na guerra, com doenças tropicais e fome”³⁰.

Este capítulo busca compreender como surge em Portugal, nação da periferia europeia, o último império colonial europeu, um espaço de militância em “causas além-fronteiras”? Ou, mais concretamente, como se constitui um espaço de ativismo pelo “apoio ao desenvolvimento dos países pobres”, cujos principais “destinatários” são as antigas colônias portuguesas na África parte do grupo de “países em

28CHITAS, Paulo; PEREIRA, Mónica. “A força de uma sigla”. *Visão*, 20/5/1999, p. 110.

29Ibid, p. 111

30 Ibid., p.112-114

desenvolvimento”? De que modo foram rearticulados ou recriados elementos culturais para tornar aquela “causa”, e as organizações que a defendem, necessárias e válidas? Que recursos, disputas e alianças foram tecendo aquele espaço de engajamento? Quais as suas lógicas, regras e fronteiras e como se transformaram ao longo do tempo?

A abertura política que possibilitou a diversificação do espaço dos movimentos sociais em Portugal ocorreu após o derrube do regime de Salazar e Caetano em Abril de 1974. Para tal contribuíram as transformações históricas subsequentes à Segunda Guerra, o multilateralismo, o movimento internacional pela descolonização, o processo de construção das instituições europeias, o “novo internacionalismo” da Igreja Católica. No contexto português, metropolitano e colonial, a modernização econômica Estado-novista, a emergência dos movimentos independentistas africanos e a guerra colonial, a “abertura” política dos primeiros anos do mandato de Marcelo Caetano (1968-1974), a diversificação das oposições ao regime e o incremento dos contatos com o exterior, nomeadamente com os vizinhos europeus, promoveram para a erosão do regime.

Quando, finalmente, o regime de Salazar e Caetano caiu e se iniciou o processo negocial visando terminar o conflito armado na Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, a luta pela desinstitucionalização do colonialismo, entendido como o fim imediato do domínio português nas colônias africanas, pôde ser aberta, expondo as linhas de disputa entre os defensores de alguma forma de continuidade da autoridade portuguesa na África e os militantes pelo direito dos povos à independência e autodeterminação.

A transformação de grupos engajados no “anti-colonialismo” numa nova forma organizacional, engajada na “solidariedade internacional”, implicou um trabalho de construção de quadros de referência, normas e valores através da rearticulação de elementos culturais novos e antigos (ARMSTRONG, 2002) durante o período de “efervescência social” subsequente à revolução de 1974 e de disputa pelo modelo de descolonização (1974-1975). Ao longo desse processo os empreendedores da “causa” da “cooperação solidária” identificaram o que consideravam ser o problema, as suas causas, os responsáveis, e as soluções - a ditadura do Estado Novo oprimiu o povo português e os povos africanos colonizados, fez uma guerra que prejudicava a ambos e o fim do regime deveria implicar a liberdade para todos. Nesse quadro, haveria um espaço comum que permitia a “cooperação solidária para a reconstrução nacional” dos novos países, sendo essa uma “obrigação histórica do povo português”. Num contexto nacional e internacional de

valorização social da militância, incluindo a do “auxílio ao Terceiro Mundo”, a constituição de uma nova forma organizacional, vocacionada para a “cooperação internacional solidária”, foi orientada pelo pressuposto da continuidade entre a militância “anti-colonial” e a “cooperação solidária com os países em desenvolvimento”.

Com o fim do período de ebulição política e social (1974-1976) e a realização das primeiras eleições em Portugal, os partidos e movimentos considerados “radicais” foram perdendo protagonismo. Construiu-se então um “compromisso” entre os principais partidos políticos em torno do investimento na adesão do país à Comunidade Econômica Europeia (CEE), processo que possibilitou a importação das normas e valores que intermedeiam as relações desse grupo com os “países pobres”. Esse processo foi mediado pelo Estado, pelos *experts*, pela Igreja Católica e por organizações não-governamentais, que investiram na construção da legitimidade da “causa”, e na institucionalização da indústria da “cooperação para o desenvolvimento” estabelecendo entre si relações de interdependência e disputa.

A criação de condições políticas e simbólicas para a emergência e institucionalização de um espaço multi-organizacional de militância pela “cooperação solidária com os países em desenvolvimento” a partir de 1985, foi então um trabalho coletivo visando dar sentido ao fim do Império e às relações pós-coloniais. Assim, ao “juntar-se” ao grupo de países “desenvolvidos” / europeus, Portugal tinha a “responsabilidade” de participar do “apoio ao progresso” nos “países “pobres”, e, enquanto antiga potência colonizadora, manter “os laços especiais” com África. A composição daquele espaço de militância em Portugal, que mobilizou organizações e ativistas de campos ideológicos opostos, também na chamada “questão colonial”, transformando-os em “adversários cúmplices” (BOURDIEU, Pierre, 2015, p. 26), revela as reconfigurações da ideia de “desenvolvimento” ao longo do imperialismo europeu e após as independências, no contexto das lutas pelo “monopólio do universal”³¹.

31 Segue-se aqui a argumentação de Bourdieu: A maior parte das obras humanas que temos o hábito de considerar como universais – o direito, a ciência, a arte, a moral, a religião etc. – são indissociáveis do ponto de vista escolástico e das condições econômicas e sociais que as tornaram possíveis e que não têm nada de universal. Elas são engendradas nesses universos sociais muito específicos que são os campos de produção cultural (campo jurídico, campo científico, campo artístico, campo filosófico etc.) e nos quais estão engajados agentes que têm em comum o privilégio de lutar pelo monopólio do universal, contribuindo assim para levar, aos

O presente capítulo está organizado em cinco pontos principais: no primeiro apresenta-se o processo de difusão da ideia de “desenvolvimento” entre o final do colonialismo europeu e a constituição do sistema internacional de “ajuda ao desenvolvimento”. Essa reflexão buscou contextualizar a posição de Portugal nas dinâmicas de exportação e importação da “causa” do “progresso” durante o chamado colonialismo tardio. Os restantes 4 pontos referem-se ao processo de emergência e institucionalização do espaço das ONGs de “cooperação solidária para o desenvolvimento” em Portugal, entre 1974 e 1998, ou seja, entre o fim do Estado novo e do colonialismo e a atuação da Rede de Solidariedade com o Povo da Guiné Bissau, considerando o processo de sua estruturação interna, suas interações com o Estado e com o universo acadêmico.

I. EMBATES DO COLONIALISMO PORTUGUÊS COM A “CAUSA” DO “DESENVOLVIMENTO”

A questão que se coloca neste ponto do trabalho é a de perceber o processo pelo qual, no contexto europeu, o “desenvolvimento” ou o “bem-estar” de outros povos, em lugares distantes, se torna uma “causa” e um espaço de militância com lógicas próprias, e de que modo se dá a sua importação para o contexto português. Visando aquele propósito, importa adentrar, ainda que de modo breve, o tempo histórico longo³² para acompanhar a transição do imperialismo europeu para a cooperação internacional com suas antigas colônias, que, entretanto, se tornaram Estados soberanos. No caso português, a análise do processo de importação da “causa” do “desenvolvimento além-fronteiras” requer o estudo da configuração da disputa que permitiu o questionamento do colonialismo como “identidade e missão nacional”, de modo mais visível a partir de meados da década de 1950, e a emergência da “solidariedade com a luta dos povos colonizados” após 1974, colocando em confronto o Estado

poucos, verdades e valores tidos, em cada momento, como universais, isto é, eternos (BOURDIEU, 2014. p. 209).

³² Para uma análise do “desenvolvimento” como objeto de pesquisa da História ver HODGE, Joseph Morgan. “Writing the history of development (part 1: The first wave)”. *Humanity: An International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development*, 2015, 6.3, pp. 429-463. HODGE, Joseph Morgan. Writing the “History of Development (Part 2: Longer, Deeper, Wider)”. *Humanity: An International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development*, 2016, 7.1, pp.125-174.

Novo, a oposição política metropolitana, os movimentos independentistas africanos e a “comunidade internacional”.

1 Internacionalismo, disputas coloniais e “desenvolvimento” na transição do século (XIX-XX)

A ideia de “progresso”, atribuída ao Iluminismo, está embasada na crença na capacidade humana de desencadear processos de transformação das condições de existência mediante o uso da razão. O governo constitucional, o exercício da liberdade individual - política, econômica e religiosa - e a utilização de procedimentos científicos na administração do Estado, tornar-se-iam instituições fundamentais da “modernidade europeia” a partir do século XVIII. Contudo, os alicerces iluministas da ideia de “desenvolvimento” mostravam-se prenhes de contradições perante as práticas do imperialismo europeu³³ - a escravatura, a violência, o domínio sobre os recursos, a cultura e a religião de outros povos, a total ausência de direitos ou liberdades individuais... O antropocentrismo do período das Luzes transformaria, contudo, o discurso racista europeu, passando-se de um entendimento dos povos colonizados como “primitivos” para a ideia de que estavam num “patamar civilizacional atrasado”. Partindo desse pressuposto, a ideia de “progresso” era mobilizada para defender, a partir das teorias de inspiração darwinista, a existência de diferentes estágios pelos quais todas as sociedades deveriam passar no seu processo “evolutivo” e, nesse sentido, de uma hierarquia entre povos “mais ou menos avançados”, consoante a sua posição na “estrada do progresso”(FERGUSON, 2005; THORNTON; DORIUS; SWINDLE, 2015). Tal hierarquia colocava os povos colonizados num patamar “inferior” legitimando assim a “supremacia” das potências imperialistas europeias sobre outras sociedades, a sua “missão civilizadora”, liderada por políticos, militares e missionários. O colonialismo era então representado como uma forma de “indicar” aos povos “atrasados”, o caminho” para a sociedade “ideal” representada pelo modelo social, político, cultural e religioso europeu, em particular o

33 A contradição entre o pensamento europeu do século XVIII e XIX, o tráfico de escravos e a violência colonial é analisada por exemplo, por BUCK-MOSS (2017). A autora discute o modo como, no pensamento de Hegel, a defesa da centralidade da liberdade, considerada valor universal, pôde coexistir com a tolerância ou justificação da escravidão de africanos nos impérios europeus.

das sociedades da região noroeste da Europa³⁴. No espaço imperial, a ideia de progresso não pressupunha o acesso a direitos e liberdades estando antes associado à aplicação de métodos de administração “racional” dos recursos das colônias e à “filantropia” na relação com as populações nativas.

Desde final do século XIX, num quadro de disputa entre potências imperiais europeias pelo controle do continente africano, foram sendo definidas, no contexto dos tratados de divisão da África, “convenções” para a administração colonial. As nações coloniais europeias comprometer-se-iam a combater práticas coloniais consideradas “não civilizadas” como a escravatura, a “proteger” as populações nativas e a “melhorar as suas condições de vida”, o que implicaria a ocupação efetiva do espaço africano e a instauração de formas exercício da autoridade e de administração (JERÓNIMO, 2009, p. 60). O processo de ocupação do território africano pelos europeus afigurava-se fundamental para o incremento da exploração colonial em setores-chave para aquelas economias europeias em processo rápido de industrialização, em particular a britânica, país onde o engajamento pelo “fim da escravatura” era particularmente relevante (MAMDANI, 1996, p. 37-38). O acesso às matérias-primas africanas demandava a utilização de mão de obra tornando prioritária a repressão do tráfico internacional de escravos, altamente lucrativo. Para dispor de recursos humanos, foram criados regimes de trabalho compulsório cuja modulação foi sendo ajustada pelos impérios coloniais e pelas instâncias internacionais do imperialismo. Medidas de cariz sanitário visando as populações africanas eram advogadas na perspectiva de incremento da exploração da sua força de trabalho (CASTELO, 2014, p. 65).

Na senda da Conferência de Berlim (1885), as convenções sobre os princípios que deveriam reger a colonização europeia da África deveriam ser vertidas no quadro jurídico e administrativo das potências europeias, estando estas sujeitas a processos de “verificação” do seu cumprimento que constituiriam fundamentalmente arma de “defesa ou arremesso” nas lutas pelos territórios africanos³⁵. Nesse período, as

34A este respeito importa considerar as hierarquias entre povos dentro do próprio continente europeu. Os autores referem o exemplo a representação da região oriental da Europa como estando num patamar intermédio de civilização. O mesmo tipo de posição poderia ser atribuída a alguns países do sul do continente como Portugal. (THORNTON; SHAWN; DORIUS; SWINDLE, 2015, p. 91).

35Trata-se fundamentalmente da recolha de testemunhos e visitas aos territórios que davam origem a relatórios e notícias e não de verificações obrigatórias ou

disputas pelo domínio de África envolviam os Estados europeus, movimentos missionários católicos e protestantes, mas também movimentos “filantrópicos”, alguns de inspiração religiosa, transnacionais, que adquiririam importância crescente na senda dos movimentos “anti-escravatura”. A retórica “humanitária” e a ideia de “missão civilizacional” que se “impunha” aos europeus “ devido à “sua posição na hierarquia racial” apresentavam-se também como elemento chave do discurso de legitimação e mobilização dos cidadãos europeus para “causa colonial” (JERÓNIMO, 2009, p. 49).

Em Portugal, algumas medidas de organização da administração colonial visavam incrementar a presença da autoridade, introduzir formas “racionais” de governo e promover políticas de “modernização” do espaço colonial. Nesse sentido, foram nomeados administradores coloniais, denominados Altos Comissários, que disporiam de poderes reforçados para promover aquele tipo de medidas. Todavia a divulgação internacional do relatório Ross, em meados dos anos 1920, denunciando a persistência de condições de trabalho análogas à escravatura nas colônias, revelava a manutenção de práticas consideradas “não modernas” de colonialismo. Esta denúncia gerou receios sobre a possibilidade de os territórios africanos sob domínio português serem ameaçado pelas potências europeias com ambições de expansão imperial (ALEXANDRE, 2006, p.10). A percepção do “atraso” do império português em relação às outras potências coloniais, num quadro de questionamento da legitimidade do domínio colonial, tornando-o dependente da capacidade de administração e de “desenvolvimento colonial”, seria enfrentada pelo Estado Novo. A argumentação Estado-novista defendia o direito de Portugal ao domínio sobre outros territórios por sua história colonial secular e por uma “especial capacidade” dos colonos portugueses para se relacionarem com “povos inferiores”. Simultaneamente, no contexto nacional, investiu-se na introdução daquela lógica de legitimação e exaltação do colonialismo português no espaço escolar e em eventos e cerimônias públicas, com o propósito de engajar a “opinião pública” na “missão imperial” (ALEXANDRE, 2006).

Na primeira metade do século XX, a implementação de políticas de “desenvolvimento colonial” através da utilização de métodos de planejamento e de administração “racionais”, construídas com a participação de “peritos”, entendidos como indivíduos com

“experiência de campo”, constituía um elemento de demonstração da “boa administração” por parte das potências europeias que se percebiam detentoras do conhecimento, da técnica e do capital para aquele fim (JERÓNIMO & PINTO, 2014, p. 31). Apesar da intensificação da exploração colonial dos recursos africanos, que desarticulava os seus sistemas de organização socioeconômica e política, o discurso construído no seio do internacionalismo imperial associava a “boa administração” colonial ao “respeito” pela cultura das “tribos” africanas, “evitando” a ruptura dos “modelos tradicionais”, em particular daqueles em que estava alicerçada a chamada “dominação indireta”, e através dos quais se procuravam implementar “programas de modernização”. Esses projetos suscitaram dinâmicas de ajustamento, resistência ou desinteresse por parte das populações que colocariam em causa as previsões e o planeamento dos colonizadores (COOPER, 2004, p. 12-14). Efetivamente, a “modernização” comportava riscos e dificuldades para os sistemas de domínio europeu procurando-se, através do “conhecimento” sobre as populações africanas, encontrar modelos de administração colonial mais “eficazes”. Assim, ao longo do século XIX e início do século XX, juntar-se-iam aos administradores coloniais, os “especialistas”, em particular os etnógrafos, visando melhorar a gestão do “empreendimento colonial” (COOPER, 2004) que se movia no limbo entre a organização da exploração econômica em moldes “modernos” e a “preservação da tradição” das populações.

Apesar da retórica “desenvolvimentista” e “humanitária” do colonialismo tardio, o trabalho escravo foi sendo substituído por regimes diversos de trabalho em condições de grande exploração e/ou forçado. Até à Segunda Guerra, as potências coloniais mantiveram muito limitados os seus investimentos no “desenvolvimento” das colônias, quer pela priorização do espaço metropolitano quer pelo receio das consequências do processo de “modernização” para a sua capacidade de domínio das populações locais (COOPER, 2002, p. 20). Seria apenas após 1945 que surgiriam alguns programas de “desenvolvimentismo colonial” procurando-se, através da disseminação do conjunto de crenças e valores em que assentava a sua defesa da relação entre colonialismo e “progresso”, aplacar as dinâmicas emergentes de questionamento do domínio europeu (HODGE, 2016, p. 155). Ao longo desse período seriam promovidos projetos de infra-estruturação, agricultura, educação e saúde, e ensaiadas práticas referenciadas como “desenvolvimento comunitário” ou “participação” (KOTHARI, 2005, p. 84) visando “envolver” as populações na governação e “prepará-las” para o “autogoverno”. Essa retórica seguia o

discurso emergente no novo quadro institucional internacional onde as Nações Unidas desempenhariam um papel de relevo.

Na década de 1940, a Inglaterra (1945) e a França (1946) empregaram, pela primeira vez, fundos metropolitanos para o “desenvolvimento” dos seus “territórios ultramarinos”, alguns anos antes do discurso de Truman sobre o “apoio ao desenvolvimento” dos “povos subdesenvolvidos” realizado em 1949 e habitualmente considerado o marco iniciador das preocupações internacionais com o desenvolvimento (HODGE, 2016, p. 453). No âmbito da construção da Comunidade Econômica Europeia (CEE), o “desenvolvimento colonial” fez parte das negociações do Tratado de Roma que instituiu aquela comunidade, por intervenção da França. Em 1957, no quadro daquele acordo, foi criado um fundo europeu para financiar “o desenvolvimento” das colônias franceses e belgas que teriam o estatuto de “territórios associados” da recém-criada CEE.

A discussão acadêmica sobre as motivações imperiais associadas ao investimento em políticas econômicas e sociais visando a “melhoria da condição das populações” no espaço colonial, pós-1945, atribui centralidade às condições políticas da Guerra Fria principalmente, as disputas por influência nos espaços imperiais europeus entre os Estados Unidos e a União Soviética, o impulso internacional aos movimentos independentistas na senda da descolonização da Indonésia e da Índia, que jogariam um papel determinante na liderança do Movimento dos Não Alinhados, e através dele, na promoção do direito à auto determinação das colônias através da ONU. Todavia, outros momentos seriam fundamentais no questionamento da “legitimidade” do colonialismo. Na diáspora africana, decorrente da escravatura, surgem movimentos articulados internacionalmente, em particular a partir da América e Caraíbas, realizando conferências e congressos ainda na primeira metade do século XX, em Londres e Paris, demandando a emancipação das colônias europeias (PAIM, 2014). No contexto africano, importa considerar as diversas formas de organização, oposição e resistência ao colonialismo, tão longas quanto à ocupação colonial e, ao longo do século XX, os protestos por melhores condições de vida e de trabalho promovidos por grupos sociais diversos e sindicatos (onde estes eram permitidos) favoreceriam a emergência dos movimentos nacionalistas que lideraram as lutas pela independência (COOPER, 2002).

O “desenvolvimento” e o “bem-estar” das colônias europeias tornou-se um objetivo das instituições internacionais ainda antes da 1945, através da Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada

em 1919, e, após a criação das Nações Unidas, das suas várias agências nas áreas da educação e saúde. Todavia, as potências europeias viam o interesse internacional pelo espaço colonial, com reservas, tendo criado, em 1954, a Comissão para a Cooperação Técnica na África do Sul do Saara (CCTA), da qual Portugal participava, com o propósito de manter sob domínio europeu o “desenvolvimento” africano e conter a influência multilateral nesses contextos (GRUHN, 1971). Nesse período, a legitimação do colonialismo europeu, alicerçado na ideia de “transferência do progresso”, passou também pela introdução de procedimentos técnicos de comparação das políticas e práticas das potências coloniais visando aferir sua capacidade para promover o “desenvolvimento” e os resultados no “bem-estar das populações” nas colônias (JERÓNIMO, 2015). Tratava-se de analisar os “esforços de desenvolvimento” dos impérios europeus com base nos métodos propostos por instituições de pesquisa sobre questões coloniais, por “peritos”, nos espaços de concertação entre impérios. É exemplo chave de tais processos de “avaliação entre pares”, a constituição, em 1949, do Comité para os Territórios Ultramarinos³⁶ na Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE)³⁷, com a responsabilidade pelo estudo de questões econômicas e sociais dos “territórios ultramarinos europeus”³⁸.

Portugal iniciou, em 1953, um processo de planificação visando o “desenvolvimento” e principalmente, a integração econômica do Império, os chamados “Planos de Fomento”, dirigidos principalmente a Angola e Moçambique. Nesse âmbito, foram sendo realizados investimentos nos sectores da comunicação, transportes, exploração dos recursos naturais e apoio à instalação dos colonos vindos da metrópole. Apenas em 1959 foram previstos nos “Planos de Fomento” para os territórios ultramarinos, os setores sociais (saúde, educação, melhoramentos locais), persistindo-se nas infraestruturas e na promoção da colonização branca (CASTELO, 2014). Os investimentos no “fomento das colônias” estão associados à perspectiva de que a “modernização” daqueles territórios e a “melhoria das condições

36 Do qual Portugal foi membro fundador.

37 Organização criada para a reconstrução europeia através do Plano Marshall apoiado pelos Estados Unidos. Dela faziam parte Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Itália, Noruega, Portugal, Suíça, Suécia, Turquia e Espanha.

38 Através da aplicação de questionários a que as administrações eram chamadas a responder, e pela apresentação de recomendações sobre as políticas coloniais.

socioeconômicas” era fundamental para uma administração colonial “racional”, no sentido econômico do termo, apresentando-se igualmente importante para re-legitimar o colonialismo português perante os atores internacionais e as populações africanas, em face da pressão crescente sobre o imperialismo europeu e posteriormente, o português.

Naquele contexto, foi incrementado o investimento nas instituições de pesquisa vocacionadas para o “desenvolvimento colonial”, com reflexos no crescimento das Ciências Sociais, nomeadamente da Antropologia e da Sociologia em Portugal (ÁGOAS, 2013, p. 228). Promoveu-se a participação de “peritos” na concepção das políticas coloniais do Estado Novo destacando-se o trabalho da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais/do Ultramar (JIC/JIU), organismo diretamente dependente do Ministério das Colônias/do Ultramar (CASTELO, 2012). No Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas (ISCSPU), onde eram formados os administradores coloniais, a defesa de dissertações sobre “desenvolvimento comunitário” como prática de “administração colonial” no quadro da qual se realizariam “consultas à população”, e o recurso a teóricos ingleses e franceses, indicam o acesso dos futuros administradores coloniais ao pensamento internacional sobre “o desenvolvimento colonial” (ABRANTES, 2008). O trabalho de Abrantes (2008) revela que parte daqueles agentes descrevia as suas atividades como de “mediação” entre as autoridades e as populações para “introduzir melhorias” em áreas como saúde, habitação, agricultura, e “promover o desenvolvimento econômico” (ABRANTES, 2008, p. 6-7). Todavia, a defesa da utilização desse tipo de práticas pelos *experts* coloniais portugueses era vista com desconfiança por dirigentes estado-novistas por serem entendidas como metodologias de promoção do “autogoverno”. O processo de importação de quadros teóricos dos impérios “modernos” abriria algumas brechas na estrutura de poder-saber associada ao colonialismo português, entre técnicos, teóricos e responsáveis políticos (CASTELO, 2014).

2 A “década da descolonização” e a construção do sistema internacional de “ajuda ao desenvolvimento”

Apesar da retórica “humanitária”, as contradições entre “idealismo desenvolvimentista” e colonialismo eram evidentes. A pressão crescente dos povos colonizados organizados em movimentos sociais, incluindo sindicatos, para aceder aos direitos cívicos e políticos e aos “proveitos do progresso” tornar-se-ia incompatível com o quadro colonialassente na exploração (COOPER, 2002, 2004). No Segundo

Pós-Guerra aquelas demandas seriam mobilizadas pelos movimentos independentistas africanos que defendiam que o “desenvolvimento” dos povos dos territórios colonizados apenas seria possível com a sua independência dos europeus. Com a vaga de descolonizações do final dos anos 1950 e início dos anos 1960 do século XX, o “progresso” tornar-se-ia “desígnio nacional” dos novos países, fator de mobilização social em torno da “construção da nação” e, no quadro das relações “pós-coloniais”, o eixo central das relações internacionais designadamente com as antigas potências coloniais (CASTELO, 2014, p. 156).

Na Europa, após as independências africanas, antigos funcionários coloniais, militantes anticoloniais, acadêmicos de vários disciplinas e quadrantes ideológicos tornaram-se participantes do debate e do processo de construção das instituições da chamada “ajuda ao desenvolvimento”. As lutas no seio do pensamento econômico sobre o desenvolvimento pluralizaram a produção teórica sobre o tema, até aí centrado nas instituições de pesquisa ligadas à política colonial. Nas chancelarias dos antigos impérios, a transição do colonialismo para a cooperação internacional implicou reorganizações, mantendo-se num primeiro momento, o protagonismo de antigos funcionários coloniais que foram sendo substituídos por técnicos especializados (MEIMON, 2004; KOTHARI, 2005).

Os “saberes coloniais” construídos a partir da “experiência no terreno” foram perdendo legitimidade sendo vistos como arcaicos, pouco profissionais, paternalistas e politicamente “indesejados” tornando-se os diplomas acadêmicos associados às instituições “modernas” – a economia, a engenharia, o direito, um critério chave de acesso ao campo profissional do “desenvolvimento” (KOTHARI, 2005; 2005a). Surgiriam nomeadamente, entre as décadas de 1940 e 1970, teorias econômicas influentes de que são exemplo a Teoria da Economia Dual (1954)³⁹, a Teoria dos Estágios de Desenvolvimento Econômico (1960)⁴⁰ e a Teoria da Dependência⁴¹ (década de 1960) que

39 Termo cunhado por Arthur Lewis em 1954. Argumentava que os países tinham dois setores, o moderno e o tradicional, um capitalista e urbano e o outro de subsistência e rural. O processo de desenvolvimento econômico implicaria o incremento do primeiro que absorveria os recursos humanos do segundo. Trata-se de uma abordagem influenciada pelas teorias da modernização e que preconiza a industrialização como motor do desenvolvimento econômico.

40 Publicada em 1960 por Walt Whitman Rostow, defende que os países passam no seu processo de desenvolvimento por uma sequência de fases. O

contribuiriam para o debate e para o estabelecimento da Economia do Desenvolvimento como disciplina acadêmica. Os “experts” tornar-se-iam protagonistas das relações de cooperação procurando mediar a exportação e importação de modelos e instituições visando o “progresso econômico”, adquirindo relevância e legitimidade quer pelo domínio de “saberes de desenvolvimento” quer pela constante “reinvenção” de terminologias e técnicas que tornariam a sua intervenção necessária, garantindo assim a sustentação do seu campo profissional (KOTHARI, 2005a).

No quadro multilateral, após a reforma da OECE, os países mais industrializados reunidos na, agora designada, Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE)⁴² transformaram o antigo Comité para os Territórios Ultramarinos (1949) no Grupo de Apoio ao Desenvolvimento⁴³ (1960) acolhendo outros países para além das potências coloniais. Em 1961, esse grupo daria lugar ao Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD) que se mantém até hoje. A missão do CAD tornou-se a de “ajudar os países em desenvolvimento a ajudarem-se a si mesmos” através do incremento de recursos financeiros ao seu dispor, em condições mais favoráveis que as do mercado financeiro, e da prestação de assistência técnica. Essa “ajuda” deveria ser adaptada às necessidades dos países e seus requerimentos, ser contínua e contribuir para o desenvolvimento econômico. Os membros do grupo comprometiam-se ainda a programar um sistema de avaliação entre pares sobre as políticas e práticas de apoio ao desenvolvimento (FÜHRER, 1996). Reforçavam-se assim os mecanismos de ação concertada nomeadamente através do controle mútuo e harmonização das práticas de “ajuda ao desenvolvimento” entre “países doadores”,

desenvolvimento requer o acesso a recursos financeiros que, no caso dos países "pobres" terão de ser mobilizados no estrangeiro, de modo a acelerar o processo.

41 A Teoria da Dependência resulta do trabalho de autores como Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Luís Fernando Victor, Teodoro Lamounier, Albertino Rodriguez, Perseu Abramo e Vania Bambirra na Universidade de Brasília nos anos 1960. Defende que o sistema económico internacional, capitalista, mantém os "países em desenvolvimento" na dependência dos países "mais ricos". Esta teoria seria uma crítica às teorias dos estágios considerando que o desenvolvimento não implica a passagem de uma fase a outra mas a antes a transformação das relações entre países centrais e periféricos da economia mundial.

42A OCDE resulta da reforma da OECE em 1960/1961. Passou a integrar os Estados Unidos, o Canadá e o Japão para além de países europeus (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Itália, Noruega, Portugal, Suíça, Suécia, Turquia e Espanha).

43Portugal faz parte do primeiro grupo de membros.

garantindo-se por esta via a intervenção em bloco e a capacidade negociadora perante os “beneficiários” e as outras potências mundiais designadamente a União Soviética e a China.

No âmbito da CEE, foi instituída a Direção Geral de Desenvolvimento (DGVIII), em 1958, no quadro da qual era administrado o Fundo de Desenvolvimento Económico. O processo de institucionalização da DGVIII, em particular a gestão do seu importante mecanismo de financiamento, foi liderado por uma equipa de funcionários onde se incluíam antigos responsáveis coloniais franceses e técnicos sem experiência colonial, com uma visão da “cooperação para o desenvolvimento” como espaço de influência embasado na construção de relações de proximidade com os dirigentes africanos. Esta lógica orientou o processo de decisão sobre os financiamentos a países africanos, a reorganização administrativa e a abertura de representações da DGVIII nos “países em desenvolvimento” com o propósito de acompanhar os projetos financiados pelo FED e simultaneamente alargar as redes de influência e contato dos funcionários da instituição junto das lideranças africanas (DIMIER, 2003, p. 106). Procurava-se com este tipo de abordagem, construir a legitimidade da instituição responsável pela atividade de “desenvolvimento” da CEE, apresentando-a como uma forma de solidariedade numa época em que a ideia de associação era perspectivada com alguma desconfiança, como uma forma de neocolonialismo (DIMIER, 2003, p. 107).

Apropriado pelos Estados, instituições multilaterais, igrejas católicas e protestantes e por “organizações não-governamentais internacionais”, “o desenvolvimento” tornar-se-ia efetivamente o “novo nome da paz”⁴⁴ ou seja, uma “causa global”. O “apoio” ao “progresso dos países pobres” alcançou projeção mundial mobilizando militantes “solidários” de todos os continentes, animando espaços de ativismo “além-fronteiras” que construiriam relações de cooperação internacional fora da esfera do Estado. Tratava-se nessa altura, de “acelerar a caminhada” das nações recém-independentes para a “modernidade” entendida como o modelo social, económico, político e cultural dos países tidos como “desenvolvidos”, ou seja, economias centradas na indústria e na ciência (FERGUSON, 2005). O entendimento evolucionista da ideia de progresso que divide as nações entre “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas” não era alvo prioritário de

⁴⁴Expressão utilizada pelo Paulo VI num discurso na Organização das Nações Unidas, em 4 de Outubro de 1965.

questionamento, discutindo-se antes as “causas do subdesenvolvimento” e as “vias para o desenvolvimento”.

Mas mesmo após o fim dos impérios francês, britânico, holandês, belga, a ideia de que o colonialismo era uma forma de “transferência do progresso” ainda era utilizada pelo governo português na sua recusa de negociar a independência das suas colônias africanas. Apesar do discurso “humanitário”, após as chamadas “guerras de pacificação” contra diversos grupos étnicos africanos, que duraram cerca de cem anos, entre o século XIX e o século XX (PÉLISSIER, 2006), a emergência de movimentos de protesto nas colônias portuguesas na África, contra as condições de vida e de trabalho, no final dos anos 1950, provocou reações violentas das autoridades portuguesas. Essas lutas, e a sua repressão, contribuiriam para a formação dos partidos independentistas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique⁴⁵ que, no início da década de 1960, desencadearam

45Após as campanhas militares contra as populações africanas desde o final do século XIX e o início do século XX, para a ocupação dos seus territórios emergiram, após a Segunda Guerra, movimentos organizados de oposição ao colonialismo português. Alguns atos de resistência e protesto nas colônias portuguesas seriam particularmente importantes. Em 1953, na sequência de um protesto contra o recrutamento forçado em Batepá, São Tomé e Príncipe, as autoridades coloniais ordenam o massacre da população. Em 1959, uma revolta dos estivadores do porto de Bissau, na Guiné-Bissau, foi violentamente reprimida, causando dezenas de vítimas. Em 1960, em Moçambique, a revolta de Mueda foi reprimida causando centenas de vítimas. A organização de protestos no espaço colonial português e a violência da repressão são indiciadores das dinâmicas de reorganização dos africanos na oposição ao regime colonial. Em 1954 foi fundada a União dos Povos do Norte de Angola que daria mais tarde origem à União dos Povos de Angola que depois daria origem à Frente Nacional de Libertação de Angola. Em 1955 é criado o Partido Comunista Angolano. Em 1956 é criado o Movimento Popular de Libertação de Angola que incluiria o PLUAA – Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola, o MIA (Movimento para a Independência de Angola), o MINA (Movimento pela Independência Nacional de Angola) e o PCA (Partido Comunista de Angola). Em 1955 surge o Movimento para a Independência Nacional da Guiné. Em 1956 é criado o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde. Em 1958 surge a União dos Povos de Angola. Em Moçambique, era fundada a Frente de Libertação de Moçambique em 1962, reunindo a Mozambique African National Union / União Maconde de Moçambique (1954), a União Democrática Nacional de Moçambique (1960) e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (1959). Em 1960 seria criado o Comité de Libertação de S. Tomé. Ainda em 1960 é criada a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colônias Portuguesas com membros de movimentos independentistas de Angola e da Guiné. Em 1961 juntar-se-lhe-iam membros de

movimentos armados contra o domínio colonial português (PÉLISSIER, 1974, 1984, 1989; MATEUS, 2012).

Mantendo uma guerra de mais de uma década contra os movimentos de libertação africanos(1961-1974), o governo português utilizou a ideia de “desenvolvimento” como arma “psicológica”, como estratégia militar para “ganhar as populações africanas”, e assim conter o importante auxílio prestado por elas aos guerrilheiros. As “promessas” de melhoria das condições de vida, a construção de infraestruturas ou a prestação de serviços sociais (educação e saúde), também através de recursos e elementos das Forças Armadas, inserem-se nessa lógica. Todavia, o discurso do colonizador era disputado pelos partidos independentistas africanos que também recorreram a argumentos “desenvolvimentistas” para justificar a resistência armada ao colonialismo. Destaca-se aqui o caso da Guiné-Bissau, onde o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) investiu na construção de postos de saúde e escolas nas “áreas libertadas”, ainda durante a guerra, para demonstrar a sua capacidade de promover o “desenvolvimento” e o “bem-estar” das populações. Nesse período, essas estruturas receberam apoio de “movimentos de solidariedade” de outros países, nomeadamente europeus, e das Nações Unidas, sendo também utilizadas como argumento para a legitimação da declaração unilateral de independência da Guiné-Bissau em 1973.

3 Organizações não-governamentais e o colonialismo português: interações no “sistema internacional”

Ao longo do imperialismo europeu, o interesse pela “promoção do bem estar” das populações nos territórios colonizados mobilizou organizações fora do âmbito estatal nomeadamente Igrejas e associações “filantrópicas” diversas que, em alguns casos, construíram relações além-fronteiras (STOMATOV,2010), contribuindo para a construção de uma “moralidade humanitária” durante o colonialismo tardio. Com o internacionalismo imperial do período entre Guerras Mundiais, as primeiras instituições multilaterais juntaram-se à “causa” do “progresso dos povos colonizados” que se tornava assim um espaço complexo e diverso, permeado por disputas e alianças, no qual os Estados permaneciam, contudo, atores centrais.

O movimento contra a escravidão do século XIX, considerado o primeiro movimento moderno de “ativismo de longa

distância” foi particularmente ativo nos Estados Unidos da América e na Grã-Bretanha. Neste país, os coletivos “anti-escravatura” promoveram campanhas junto da população da então metrópole, centradas em argumentos “religiosos”, salientando a responsabilidade das populações europeias pela violência contra as populações escravizadas e o esperado castigo divino. Seriam também utilizados argumentos “econômicos” para o fim da escravatura, perspectivando-se o aumento do rendimento da exploração colonial se fosse promovida a liberdade de funcionamento dos mercados, incluindo do “mercado laboral”. A escravatura surgia assim como uma prática colonial “moralmente condenável”, “contrária à civilização” e “economicamente irracional”.

Os abolicionistas britânicos alcançariam os seus objetivos com a aprovação de legislação proibindo a escravatura e impondo a libertação imediata dos escravos em todo o Império, no final de 1830 (MARQUES, 2006, p. 674-678). Apesar do exemplo britânico se ter tornado numa referência para outros países europeus, onde surgiriam movimentos semelhantes, em Portugal, a classe política mantinha uma posição de tolerância em relação ao comércio de escravos. O movimento abolicionista português foi tardio e limitado, procurando acompanhar e responder à internacionalização das questões coloniais através da tentativa de conciliação entre estratégias de proteção dos interesses dos agentes econômicos coloniais, incluindo dos traficantes de escravos, e de salvaguarda do “prestígio” nacional nas relações com os outros impérios. Assim, o processo de eliminação da escravatura foi sendo protelado, criando-se regimes de transição até meados da década de 1870 (MARQUES, 2006, p. 680).

Mesmo depois do final da escravatura, as políticas e as condições de trabalho dos africanos sujeitos ao domínio colonial português foram sendo monitoradas e criticadas por organizações filantrópicas envolvidas na “causa” do “bem-estar das populações dos territórios colonizados” pelos europeus, algumas já organizadas em redes transnacionais. Nesse contexto, em 1912, a *Anti-Slavery & Aborigenes Protection Society*, importante organização “filantrópica” britânica ligada ao movimento “anti-escravatura”, engajar-se-ia na denúncia pública das condições de trabalho no espaço colonial português, em particular em Angola e São Tomé⁴⁶.

46 Processo semelhante tinha sido iniciado alguns anos antes, em 1908, através da sociedade produtora de chocolate Cadbury que boicotou a aquisição de cacau são-tomense, e continuaria pelo menos até 1925, altura em que foi publicado o

Entre o final do século XIX e o início do século XX, as ONGs utilizariam como principais repertórios de ação, a recolha de informação e a denúncia pública de “más práticas” coloniais, recorrendo à imprensa, em crescimento no início do século XX, para mobilizar a opinião pública dos países europeus para questões associadas ao “bem-estar” das populações colonizadas. Todavia, até meados do século XX, grande parte das organizações “filantrópicas” comprometidas com aquela “causa” não colocava em causa o colonialismo como “veículo” de promoção da “missão civilizacional” ou do “progresso” dos povos, demandando antes a promoção de medidas visando a sua concretização, pelas potências coloniais.

3.1 A adesão à ONU, a “questão colonial” e a monitoria das ONGs internacionais pela diplomacia do Estado Novo

Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), a participação de organizações não-governamentais no “novo” sistema multilateral seria formalmente reconhecida através do Artigo 71 da *Carta das Nações Unidas* que previa a cooperação dos Estados com organizações internacionais especializadas visando o “desenvolvimento” dos territórios *cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos*⁴⁷. Nesse sentido, criar-se-ia um sistema de acreditação

relatório de Edward Ross, sociólogo estado-unidense, crítico das condições de trabalho das populações africanas em Angola e Moçambique.

47 Os membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios, e, para tal fim: a. Assegurar, com o devido respeito pela cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua proteção contra qualquer abuso; b. Promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu adiantamento; c. Consolidar a paz e a segurança internacionais; d. Favorecer medidas construtivas de desenvolvimento, estimular pesquisas, cooperar entre si e, quando e onde for o caso, com organizações internacionais especializadas, tendo em vista a realização prática dos objetivos de ordem social, económica e científica enumerados neste artigo; e. Transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro carácter técnico relativas às condições económicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são

deONGs⁴⁸ para determinar quais poderiam ter acesso aos fóruns da ONU e suas agências. Não se dispondo de dados estatísticos, existem algumas estimativas que indicam que, nas décadas de 1950 e 1960, mais de uma centena de organizações não-governamentais internacionais intervindo em “causas” como os direitos humanos, direito internacional, desenvolvimento, paz, direitos das mulheres, entre outras (KECK & SIKKINK, 1998, p. 11). Em 1960, teriam tido acesso a um dos três estatutos existentes junto do ECOSOC, mais de 300 organizações e em 1970 esse número já ultrapassava as 400⁴⁹.

A integração no Conselho Consultivo do ECOSOC permitia às ONGs participar de espaços de consulta no seio das Nações Unidas, acompanhar os debates, articular formas de intervenção e criar alianças com Estados, instituições internacionais e outras ONGs. Nos primeiros anos, a “cooperação” entre ONG internacionais, Estados ou agências especializadas das Nações Unidas para a “promoção do progresso dos povos de territórios subdesenvolvidos” pressupunha a “aceitação” da ideia de “compatibilidade” entre “desenvolvimento” e colonialismo. Com efeito, na *Carta das Nações Unidas* defendia-se que o “desenvolvimento” das colônias deveria ser um processo de “preparação” dos povos colonizados para o “autogoverno”. A partir desse argumento, as demandas por uma maior participação de organizações africanas nas estruturas de instituições internacionais seriam apresentadas por organizações participantes no ECOSOC.

Mas ainda antes da constituição das Nações Unidas, a articulação entre organizações não-governamentais engajadas no “ativismo de longa distância” e as instituições internacionais multilaterais como a OIT, preocupavam os dirigentes do Estado Novo em particular pelas propostas de maior participação sociopolítica das populações indígenas e a defesa de políticas e programas de promoção do seu “bem-estar” (JERÓNIMO, 2014, p. 31-35). Com a adesão à ONU em 1955, Portugal passou a participar de um espaço multilateral onde a representação de ONGs internacionais, algumas delas

respectivamente responsáveis e que não estejam compreendidos entre aqueles a que se referem os capítulos XII e XIII.

48 Conferindo-lhes, através do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), três tipos de estatutos consoante a sua amplitude geográfica (global, regional) e as suas áreas de intervenção (multi-setoriais ou especializadas) Categoria A / I; Categoria B / II ou Categoria C, correspondendo cada uma a níveis distintos de acesso e de participação.

49 Dados disponíveis em <http://www.staff.city.ac.uk/p.willetts/NGOS/NGO-GRPH.HTM> Consultado em: 15/6/2018.

interessadas na condição dos povos colonizados e/ou militantes pela descolonização, exporia o colonialismo português a novas frentes de crítica. A possibilidade de essas organizações influenciarem os seus Estados e as resoluções da ONU tornava relevante a monitoria das suas posições pelos serviços diplomáticos que, ocasionalmente, reportavam ao governo português intervenções das ONG que consideravam pertinentes.

Efetivamente, a correspondência entre responsáveis da diplomacia e o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) inclui referências à atividade do Comité das ONGs nas Nações Unidas, a algumas ONGs e às relações entre ONG e a NATO.

No ano seguinte à entrada de Portugal na ONU, e tendo em conta o historial da relação do Estado português com organizações do “movimento anti-escravatura” britânico, a atenção da diplomacia portuguesa virava-se para a *Anti Slavery and Aborigenes Protection Society*. Numa carta para o MNE, em Janeiro de 1956, o então Embaixador de Portugal em Inglaterra, P. Theotonio Pereira, explicava que após averiguações, concluía-se que aquela organização tinha uma atividade limitada, apesar de ter membros importantes, mas já idosos, e que os apoios anteriormente mobilizados tinham sido conseguidos num momento em que a sua notoriedade era maior⁵⁰. Todavia, a *Anti-Slavery* manteria a pressão sobre Portugal e sobre a questão da escravatura em geral, tendo solicitado uma visita às colónias portuguesas para “averiguar as condições de trabalho das populações africanas”, segundo telegrama da embaixada portuguesa em Londres⁵¹. No mês anterior a organização apresentara nas Nações Unidas uma carta em que demandava a criação de um organismo especializado e independente de *experts* para investigar a escravatura, ligado ao ECOSOC, considerando que só assim se poderia dispor de dados fiáveis sobre a questão.

Outras organizações não-governamentais acreditadas na ONU apresentavam críticas e/ou recomendações às “políticas de desenvolvimento” dos impérios europeus nas colónias africanas e asiáticas. Numa comunicação em Abril de 1956, o MNE português era informado sobre a posição da Confederação Internacional nos Sindicatos Cristãos, criticando a Comissão para a Cooperação Técnica com África Sub Saariana (CCTA)⁵² por esta não permitir a participação

50 Ver Anexo A

51 Telegrama nº230 de 12/7/1956. Ver Anexo B.

52 Da qual Portugal era parte com outras potências coloniais europeias, a Rodésia e a África do Sul.

satisfatória de sindicatos e organizações autóctones africanas nos seus vários organismos e sugerindo a sua integração na ONU, numa Comissão Económica para África. Em sentido semelhante, uma comunicação da representação portuguesa na ONU para o MNE, em Outubro de 1959, prestava informação sobre a intervenção da União Católica Internacional para os Serviços Sociais na “Conferência das organizações não governamentais interessadas na eliminação dos preconceitos raciais” realizada em Genebra em 22 de Junho de 1959. A comunicação salienta a demanda daquela União por maior participação das ONGs na ONU e suas agências especializadas e nos estudos e debates sobre a observação dos direitos humanos. Apesar daquele tipo de comunicações das ONGs internacionais apenas tangenciarem o colonialismo português, elas indicam demandas por maior participação de entidades não-estatais, nomeadamente africanas, no sistema internacional.

A pressão internacional sobre Portugal foi incrementada na década seguinte. A aprovação na ONU, em 1960, de um conjunto de resoluções contra o colonialismo⁵³, e especificamente contra a posição portuguesa⁵⁴, veio reforçar a pressão sobre o país no sistema internacional. Nesse mesmo ano, mais de uma dezena de colónias tornaram-se Estados independentes transformando a relação de forças na Assembleia Geral das Nações Unidas.

A demanda de uma maior atenção das ONGs internacionais com assento no ECOSOC para a questão da descolonização chegou a ser alvo de uma resolução que atingia o colonialismo português, e à qual a diplomacia portuguesa prestou atenção. No início da década de 1970, uma nota informativa do MNE para o Gabinete de Negócios Políticos do Ministério do Ultramar⁵⁵ resumia as audições realizadas pelo Comité das ONGs do ECOSOC e uma proposta de resolução desse mesmo Comité sobre o papel das ONGs na descolonização. O Comité recomendava maior participação das ONGs no processo de descolonização, a colaboração com o Comité dos Vinte e Quatro, constituído para promover o cumprimento dos artigos respeitantes à descolonização, e a participação na “Segunda Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento”⁵⁶. Tais recomendações ecoavam demandas do Embaixador Salim da Tanzânia, presidente do Comité dos

53Resolução 1514-XV de 1960 e Resolução 1541-XV de 1960

54Resolução 1542-XV de 1960

55Datada de 16 de Fevereiro de 1973. Ver Anexo C.

56ECOSOC, comunicado de imprensa nº3375, 12/2/1973.

Vinte e Quatro que, no seu discurso ao Comité das Organizações Não-Governamentais⁵⁷, afirmava que muitas delas tinham dificuldades em compreender o processo de descolonização, em particular a necessidade de apoiar os refugiados das lutas armadas independentistas, defendendo que não havia impedimento à prestação de assistência pelas ONGs aos povos das áreas libertadas da Guiné-Bissau. Com esse propósito, afirmava estar prevista uma reunião com ONG em área próxima à zona de combate na Guiné-Bissau.

Em Maio de 1973, segundo uma nota do Ministério do Ultramar para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o projeto de resolução do Comité das ONGs do ECOSOC, convidando as ONGs para cooperarem com o Secretário Geral na resolução 1514, relativa à descolonização, tinha sido aprovado com as abstenções de várias das potências⁵⁸. A pressão sobre o colonialismo português aumentava com a construção de alianças entre ONGs e as Nações Unidas, em relação às quais os “tradicionais aliados” não mostravam oposição distanciando-se assim de Portugal.

3.2 Portugal e a concertação no seio da NATO para a “gestão” do reconhecimento das ONGs no ECOSOC

No contexto da Guerra Fria, as posições assumidas pelas ONGs adquiriam relevância no contexto das lutas por influência que opunham os dois blocos, e que se travavam também no seio da ONU. As declarações e posições das ONGs internacionais participantes do Comité das ONGs no ECOSOC e a dinâmica de candidatura das ONG ao estatuto consultivo eram permeadas pelas lutas em curso entre os países reunidos na NATO, da qual Portugal fazia parte, e aqueles articulados em torno da União Soviética. Em Março de 1956, um aerograma⁵⁹ expunha a posição articulada no seio da NATO sobre aquele tipo de “cooperação”. Assim, escrevia-se que o representante estado-unidense na NATO⁶⁰ avisava que já existiam 120 organizações com esse estatuto e que era posição dos EUA que esse número não deveria aumentar, considerando que grande parte delas era “retintamente” comunista. Sugeria então que, considerando que a aprovação do estatuto consultivo das ONGs dependia de uma comissão onde os países da NATO tinham representantes, estes deveriam ser instruídos para não aprovarem o

57Realizado em 9 de Fevereiro de 1973. Ver Anexo D.

58Ver Anexo E.

59Nº 1577 de 5 de Março de 1956. Ver Anexo F.

60 Referido como Perkins

acesso ao estatuto por mais organizações. No aerograma há a indicação “de acordo” com a recomendação de instruir o Dr. A. Nogueira, representante de Portugal na missão portuguesa junto das Nações Unidas.

Efetivamente, a correspondência entre diplomatas no contexto da NATO demonstra que os membros da Aliança alinhavam posições para bloquear a entrada de ONGs “potencialmente perigosas”, consideradas “comunistas”, no ECOSOC. Em Março de 1956, numa carta endereçada ao então Embaixador de Portugal na França, o Conde de Tovar, o representante do Reino Unido na NATO, John Cheetham, relembra que o Reino Unido tinha recusado conceder o estatuto consultivo a organizações associadas à frente comunista por considerar que aquelas usariam o espaço no ECOSOC como veículo de propaganda⁶¹. Em Abril de 1956, o Serviço do Pacto do Norte apresentava informação sobre a posição do Reino Unido em relação ao estatuto consultivo das ONGs internacionais junto das Nações Unidas, em que os britânicos defendiam a articulação de posições entre os membros da NATO para negar à Federação Democrática Internacional das Mulheres, considerada uma organização não governamental comunista por suas declarações críticas sobre armas nucleares e a NATO, o estatuto consultivo junto do ECOSOC⁶².

Em 1958, numa nota enviada pelo Serviço do Pacto do Atlântico Norte, do MNE, para a Secção Portuguesa das Nações Unidas era descrita uma reunião do Comité da Informação e das Relações Culturais da NATO onde se discutiu a possibilidade de integrar na lista de organizações da frente comunista, e como tal impedidas de realizar reuniões nos países da NATO, o Conselho de Solidariedade Afro Asiática, tendo Portugal assumido uma posição favorável em relação a essa decisão. A posição concertada entre membros da NATO deveria também impedir que essa ONG conseguisse estatuto consultivo na ONU e é nesse sentido que é dado conhecimento da reunião da NATO ao serviço da representação portuguesa junto da ONU⁶³.

O reconhecimento formal da participação das ONGs internacionais em estruturas do multilateralismo internacional tornou aquelas organizações em “alvos” da atenção das diplomacias, incluindo da portuguesa. Para Portugal, tratava-se principalmente de monitorar

61 Ver Anexo F.

62 Ver Anexo G.

63 Ver Anexo H e I.

demandas de ONGs, apresentadas nas Nações Unidas, potencialmente prejudiciais para os interesses do regime. Todavia, as articulações entre países da NATO para limitar a entrada de algumas organizações consideradas “perigosas” indicam as restrições de acesso ao Comité das ONGs do ECOSOC para “organizações não-governamentais internacionais” com posições políticas críticas das potências internacionais. Assim, o interesse daquele Comité pela “causa” da descolonização, na década de 1970, em articulação com o Comité dos Vinte e Quatro, ocorria num contexto em que o colonialismo português já não dispunha de aliados.

Também noutros espaços multilaterais dos quais Portugal tomava parte, as ONGs eram objeto de interesse pelo potencial de cooperação no “desenvolvimento” ou na “assistência” às populações dos “países subdesenvolvidos”. Nesse sentido, em Novembro de 1965, numa nota da Direção Geral de Economia do Ministério do Ultramar, enviada ao Gabinete de Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, informa-se que no seio da OCDE tinha sido solicitada, à representante portuguesa, uma lista de organizações sem fins lucrativos prestadoras de assistência técnica. Em resposta, a representante portuguesa tinha indicado as seguintes: missões católicas e protestantes, Mocidade Portuguesa feminina e masculina, Movimento Nacional Feminino, Cruz Vermelha, Casa do Gaiato, Obras das Noelistas. O entendimento de “assistência técnica” era, nesse sentido, o de assistência social ou humanitária, geralmente prestada por organizações religiosas ou organizações de caráter associativo promovidas pelo regime⁶⁴.

4 ONGs internacionais e suas delegações portuguesas durante o Estado Novo

4.1 A Caritas Portuguesa e o engajamento internacional da Igreja católica na “luta contra a fome”

Durante a vigência do Estado Novo, Portugal era simultaneamente um dos países mais pobres da Europa e colonizador de territórios considerados “subdesenvolvidos”. Com a mobilização internacional católica na “luta contra a fome”, o país tornou-se destinatário de ajuda alimentar fornecida apenas através da *Catholic Relief Service*, ONG católica estado-unidense e membro da rede Caritas Internacional. Os gêneros eram distribuídos às populações na metrópole nas colônias apenas através da Caritas Portuguesa.

64 Ver Anexo J.

Apesar da pertença à mesma rede internacional católica, a relação entre a Caritas Portuguesa e a *Catholic Relief Service* mostrarse-ia tensa devido ao entendimento da primeira sobre o espaço colonial como espaço português e à conseqüente recusa da presença de “supervisores” da organização estado-unidense nas colônias africanas⁶⁵. Uma década após esse “incidente”, a *Catholic Relief Service* suspendeu a ajuda humanitária a Portugal, decisão que teria dado origem a um artigo no jornal *New York Times*, cujo teor foi enviado pela representação diplomática portuguesa em Washington ao Ministério dos Negócios Estrangeiros⁶⁶. No relatório de atividades da Caritas Portuguesa de 1967, realizado em 1968, antecipava-se já o final do programa de auxílio da *Catholic Relief* e apelava-se às dioceses que se adaptassem à nova condição econômica⁶⁷.

65 Excerto da carta endereçada pela Caritas Portuguesa ao representante da Catholic Relief em Portugal, James Coale Sappington, em 12 de Novembro de 1959, com conhecimento para o Ministério dos Negócios Estrangeiros português. A carta estava assinada por assinada por Fernanda Ivens Ferra Jardim: *Eu acredito e creio que tanto V. Ex^a, como o senhor Goodyear da Embaixada dos Estados Unidos da América empregaram o seu melhor esforço para conseguirem que enviássemos géneros para as Crianças de Cabo Verde pelo que estou profundamente reconhecida mas também não posso deixar de dizer que me chocou profundamente a exigência feita pensando talvez que pelo facto de haver uma necessidade de emergência iríamos aceitar o que sempre recusámos. Há um ponto que eu quero deixar muito claro e que me parece ainda não fiz entender como devia, certamente por culpa minha, é que a Caritas está organizada em Caritas Central e Caritas Diocesanas. Sejam asdioceses do continente ou no ultramar são SEMPRE dioceses portuguesas e por conseguinte o contato que fizemos com V. Ex^{as}. tem de ser o mesmo para o continente e para o ultramar. Logicamente o supervisor tem de ser uma a mesma pessoa no continente e nas províncias ultramarinas visto que é SEMPRE Portugal, e por conseguinte o mesmo país. Custa-me pois a entenderesta exigência de haver um Supervisor por cada localidade o que também não encontro na vossa Lei visto que ali se diz ter de haver um Supervisor residente no País e Vossa Excelência por ter sido já nomeado para Supervisor para Portugal e residir na diocese do Porto por ai ter escolhido o seu domicílio. Ver Anexo K*

66 O telegrama reproduzia o artigo do jornal onde se referia o fim do apoio em gêneros que chegava a 350 000 pessoas, em Junho desse ano, à Caritas Portuguesa, que teria apelado sem sucesso. Os recursos desse programa seriam atribuídos prioritariamente aos países pobres de África, Ásia e América Latina, consideradas regiões não desenvolvidas. Segundo o texto, círculos da Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa pensariam que apenas um pedido do Estado português poderia reverter a decisão de terminar o programa, o que não era expectável porque Salazar sempre tinha evitado pedir auxílio direto aos Estados Unidos. Telegrama nº339, assinado por Ressano Garcia. Ver Anexo L.

67 Ver Anexo M.

No período entre 1959 e 1969, as relações entre a Caritas Portuguesa e a *Catholic Relief Service* seriam permeadas por outros momentos de tensão, devidamente acompanhados pela diplomacia portuguesa, relativos à distribuição de gêneros em Portugal. Em Outubro de 1964, o embaixador português em Washington, Vasco Vieira Garin, escrevia para o MNE sobre uma carta que tinha recebido de um padre luso-descendente, Ralph Rafael, na qual se afirmava que os bens enviados pela *Catholic Relief Service* para distribuição gratuita estavam a ser disponibilizados às populações, pelo pároco, a troco de dinheiro. O embaixador pedia elementos para responder a Ralph Rafeael sobre o assunto e colocava a indicação *confidencial*, manuscrita⁶⁸. Em Julho de 1965, nova queixa seria apresentada através das representações diplomáticas portuguesas nos Estados Unidos contra a Caritas Portuguesa. Numa missiva do Consulado Português em Boston para o MNE, assinada pelo vice-cônsul gerente Aníbal Martins, era referida a recepção de uma carta pelo consulado, sem assinatura, que requeria a atenção das autoridades pois *poderia envolver no caso os EUA e o prestígio da Caritas Portuguesa*. A carta do consulado também estava marcada como *confidencial*⁶⁹. Em resposta a esta questão, Fernanda Ivens Ferraz Martins, em representação da Caritas Portuguesa escreveu, em 28 de Setembro de 1965, uma carta endereçada ao Diretor-Geral dos Negócios Políticos e Administração Interna do MNE afirmando que o padre *é muito digno e incapaz de exigir dos assistidos qualquer quantia que não fosse o mínimo indispensável para cobrir as despesas feitas*⁷⁰.

A dinâmica da relação entre a Caritas Portuguesa e a sua congênere estado-unidense revela as dissenções dentro das redes internacionais de ONGs. O posicionamento da organização portuguesa, que seguia a política estado-novista de condicionar o acesso de outros Estados ao espaço colonial português, colocá-la-ia em confronto com a organização estado-unidense que fazia depender o envio de ajuda alimentar da presença de representantes seus naqueles territórios. Por outro lado, a mediação das entidades diplomáticas, em face das suspeitas levantadas junto das representações de Portugal nos EUA, revela o interesse em dar algum tipo de resposta à demanda da *Catholic Relief*, procurando preservar as relações naquele país e,

68 Ver Anexo O.

69 Ver Anexo P.

70 Ver Anexo M.

simultaneamente, proteger a reputação da Caritas Portuguesa no âmbito nacional e no exterior.

Na segunda metade da década de 1960, o jornal da Caritas Portuguesa, *Boletim Caritas*, fazia eco do engajamento da Igreja Católica universal na “causa” do “desenvolvimento”. No *Boletim Caritas* era reproduzido o discurso de Guérin sobre a fome numa conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 1965, recorrendo aquele a uma terminologia “desenvolvimentista” utilizando expressões como “micro realizações”, “experiência”, “exemplo”, “participação dos interessados” para apresentar a experiência da ONG católica Miseror, na Índia, com a FAO⁷¹. No mês de Julho de 1966, era publicada no mesmo periódico, uma mensagem do Papa sobre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Tratava-se de uma mensagem de apoio ao programa, e à mobilização de recursos para *favorecer o progresso físico, intelectual e espiritual dos seus membros mais desfavorecidos*⁷². Em Agosto, o mesmo boletim apresentava um artigo sobre o “desenvolvimento” no Concílio Vaticano II, reproduzia uma nota em que se referia a possibilidade de o Vaticano criar um Secretariado para o Progresso dos Países em Vias de Desenvolvimento e noticiava a reunião dos comités nacionais e de organizações não-governamentais da Europa que conjugavam esforços para lutar contra a fome⁷³. A Caritas Portuguesa introduzia assim, no contexto português, através dos seus meios de comunicação, os discursos do Vaticano sobre o “desenvolvimento” dos “países pobres” e o engajamento na “luta contra a fome”.

Tendo acompanhado o imperialismo europeu e contribuído para a legitimação das suas práticas, a Igreja Católica foi também espaço de emergência de movimentos radicais, minoritários, de protesto em relação à colonização europeia, principalmente quando esta colidia com os seus “interesses de evangelização”, a partir do século XVI. As primeiras redes de ativismo de longa distância foram articuladas no seio da Igreja, criticando a violência contra as populações indígenas na América, e esta serviu também como recurso para os primeiros movimentos transnacionais modernos como da luta contra a escravatura no século XIX (STOMATOV, 2010).

71 CARITAS. *Boletim Caritas*. Nº19, Março de 1966.

72 CARITAS. *Boletim Caritas*. Nº23, Julho de 1966, p.1.

73 CARITAS. *Boletim Caritas*. Nº24, Agosto de 1966.

Em meados do século XX, a estratégia de resposta do Vaticano, até aí a única instituição humanitária com implantação internacional, à construção de instituições multilaterais, em particular à “concorrência” do socialismo e ao protagonismo das Nações Unidas, passou pelo engajamento em causas promovidas por esta organização, especialmente apelativas para os católicos e para os novos países, após as descolonizações, como a “luta contra a fome”, “causa” em que se aproximou da FAO. Efetivamente, desde final da década de 1950, na senda da encíclica *Fidei Donum* (1957), tinham sido criados espaços e formas diversas de mobilização das populações católicas europeias para a “caridade” em relação aos povos africanos organizando-se campanhas de recolha de bens e promovendo-se o recrutamento de leigos para as missões católicas com competências especializadas, consideradas relevantes para o “desenvolvimento” de que são exemplo os professores (MABILLE, 2002). Esse processo prosseguiria nas décadas seguintes após as descolonizações.

No caso português, a mobilização de leigos, em particular de jovens com algum tipo de especialização profissional para apoiar as missões católicas na África ou na Ásia foi tardia e não terá tido os resultados alcançados noutros países. Apesar das limitações, a reflexão internacional sobre o papel na Igreja no contexto africano e a missão interessava aos jovens militantes católicos portugueses que organizariam eventos sobre “temas africanos” através da *Pax Romana* e da Juventude Universitária Católica (FONTES, 2011, p. 764-768). Nesse quadro, as preocupações com os “constrangimentos” vivenciados pelas missões católicas no Ultramar, num quadro de incremento das pressões para a descolonização introduziam, a partir do catolicismo português, demandas por um maior esforço de mobilização de leigos para a Igreja no espaço colonial português e de apoio às missões, à semelhança de outros países europeus, de maior investimento da Ação Católica metropolitana na organização de estruturas congêneres no Ultramar e de “acompanhamento”, pelas estruturas estudantis e juvenis católicas, dos estudantes africanos que realizavam os seus estudos na metrópole (FONTES, 2011, p. 770-774).

Por outro lado, considerando o papel central da ciência econômica no planejamento e na promoção do “desenvolvimento”, foram surgindo no campo católico, pensadores que articulavam a reflexão sobre a Economia com os princípios do humanismo católico. Nesse âmbito, o conceito de “desenvolvimento integral” permitia interligar dimensões espirituais e materiais, ou técnicas, da existência legitimando a intervenção da Igreja nos “esforços de desenvolvimento”.

São exemplos de pensadores de referência dessa corrente, que valorizava as articulações entre religião, conhecimento acadêmico e assistência técnica a países “em desenvolvimento”, o padre Lebret⁷⁴, dominicano e fundador da revista *Economie et Humanisme* (fundada em 1941) e François Perroux seu colaborador, entre outros. Todavia, entendimentos distintos da relação entre religião e técnica ou entre caridade e desenvolvimento permeavam a Igreja Católica, alguns defendendo uma intervenção ao nível do modelo econômico internacional como Lebret, enquanto outros mantinham uma visão “assistencial” da intervenção da Igreja nos “países em desenvolvimento”. Introduzindo a dimensão da “paz” nessa reflexão, a “teologia do desenvolvimento” defendia que o “subdesenvolvimento” constituía um fator de conflito, tornando paz e desenvolvimento interdependentes (MABILLE, 2002, p. 119-124).

A importação pela Igreja portuguesa do discurso da Igreja universal sobre o “desenvolvimento africano” centrar-se-ia na ideia de “estatuto especial” do colonialismo português na evangelização dos povos. O conceito de “desenvolvimento integral” permitiria aos responsáveis da Igreja portuguesa defender que o colonialismo era um “processo de civilização” mediado pelo “exemplo dos colonos portugueses”, povo “especialmente apto para o contato com Outros”, e de evangelização, apresentando-se assim como “motor de desenvolvimento” dos povos africanos. A guerra colonial e a luta pela independência dos movimentos de libertação, que demandavam a melhoria das condições de vida das populações africanas, eram assim considerados “ilegítimos” pela maioria da hierarquia católica nacional (SIMPSON, 2014, p.206-207).

A interpretação nacionalista da reflexão da Igreja universal enfrentava, contudo, alguma oposição em particular de militantes “progressistas” que tinham sido expostos ao processo de reorganização do internacionalismo católico perante o multilateralismo do pós-guerra, a descolonização e a Guerra Fria. Dirigentes da Ação Católica portuguesa participariam em eventos e assumiram cargos na estrutura internacional daquela organização num período em que a Igreja universal assumia como prioridade a participação no “desenvolvimento” dos países recém independentes da Ásia e de África (FONTES, 2011, p.

74Pelletier (1996) analisou a emergência da economia humanista de Lebret e o seu trabalho internacional na área do desenvolvimento em particular no Brasil. Ver PELLETIER, Denis. “*Economie et humanisme*”: de l'utopie communautaire au combat pour le tiers-monde (1941-1966). Paris: Editions du Cerf. 1996.

754-749), apesar da recusa portuguesa em negociar as independências das suas colônias. As dissonâncias entre o quadro político nacional e o contexto internacional tornar-se-iam chave na mobilização daqueles católicos, geralmente membros das elites culturais, contra a aliança entre Estado Novo e Igreja Católica portuguesa e a política colonial do regime a partir da década de 1960.

4.2 A Cruz Vermelha e a guerra colonial

A outra organização não-governamental, membro de uma rede internacional, interveniente em Portugal antes de 1974, era a Cruz Vermelha, estando também representada em delegações nas colônias portuguesas na África. A Cruz Vermelha Internacional (CVI), tendo como sua missão, e historial, o “socorro de feridos e prisioneiros de guerra”, tendo contribuído para a construção do Direito Internacional nessa área, particularmente com a Convenção de Genebra, e para a monitoria do seu cumprimento, seria chamada a participar em alguns momentos da guerra colonial.

Numa circular da Secção de Negócios Políticos Ultramarinos dos Negócios Estrangeiros, em Setembro de 1963, era transcrita uma carta do Presidente da CVI, Leopold Boissier, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, para demonstrar a “boa vontade” do Estado português durante a guerra colonial. A carta refere que o Delegado Geral da Cruz Vermelha na África Sub-equatorial, G. Hoffman, tinha estado em Angola com o Secretário Geral da Cruz Vermelha de Portugal (CVP), general José V. Mateus Cabral para contatos com as autoridades e as várias secções da CVP naquela província. Diz-se na carta que o representante da CVI foi muito bem recebido pelas autoridades do governo português em Angola e pela secção de Luanda da CVP, pelos governadores dos distritos e pelos comités locais da Cruz Vermelha. Agradece o apoio do governo pelas facilidades concedidas o Hoffman na sua visita a Angola. O ponto dois da circular concluía que *Esta carta pode bem ser considerada mais uma prova que o Ultramar português está aberto a todas as entidades que o queiram visitar de boa fé*⁷⁵.

Em 1967 a Cruz Vermelha Internacional foi autorizada a visitar Angola e Moçambique para “monitorar” a situação de prisioneiros de guerra e de combatentes. O Relatório dessa missão foi enviado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da altura, Alberto

75 Ver Anexo Q.

Franco Nogueira pelo Vice presidente da CVI, Frédéric Siordet⁷⁶. Em Março de 1968, a representação diplomática portuguesa em Madrid pedia autorização para divulgar aquele relatório da CVI. O diretor geral do MNE autorizaria desde que retiradas todas as partes sublinhadas a vermelho e que respeitam à existência no hospital, de uma ala para presos “rebeldes” e uma prisão para presos políticos, e os termos “pavilhão prisional da polícia internacional e de defesa do Estado”. Foram rasuradas as palavras “político”, depois de “prisioneiro” e “forças rebeldes”⁷⁷.

Ainda em 1967, a Cruz Vermelha Internacional enviou uma carta para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alberto Franco Nogueira, com informação sobre uma resolução adaptada na XX Conferência da CVI⁷⁸ respeitante à proteção das populações civis em situação de guerra. Perante esta informação, o auditor jurídico Pedro Sousa da Macedo escreveu ao Ministro da Defesa propondo a criação de um grupo de trabalho para considerar as implicações daquela resolução na “situação ultramarina” e a necessidade de estudar a “atitude imediata a tomar pelo governo português”. Em carta para o MNE, o Secretário Adjunto do Ministério da Defesa Nacional, Venâncio Augusto Deslandes, concorda com a criação desse grupo⁷⁹.

A relação da ditadura com uma ONG internacional de elevada notoriedade como a Cruz Vermelha Internacional, com representações autorizadas a atuar em Portugal, permitia a utilização seletiva de relatórios (ou partes deles) produzidos pela organização para defender as posições estado-novistas sobre a guerra colonial nomeadamente, a constatação do “tratamento adequado” de prisioneiros, ocultando-se as referências ao caráter repressivo do regime. Mas, por outro lado, o diálogo com a CVI, que tinha como política a manutenção de uma estrita neutralidade, pressupunha, por parte do Estado português, a “abertura para estudar” as implicações das resoluções da organização na condução da guerra colonial.

No âmbito nacional, ao longo da guerra, a Cruz Vermelha Portuguesa engajou-se na promoção de cuidados de saúde para os militares portugueses feridos na guerra de África, tendo criado o Lar Militar da Cruz Vermelha, e no “apoio moral” às tropas através do envio

76 Em 29 de Dezembro de 1967

77 Ver Anexo R

78 Resolução XXVIII da Cruz Vermelha Internacional. Ver Anexo Q.

79 Ver Anexo Q.

de pequenas ofertas nas épocas festivas, da organização de visitas aos doentes ou da realização de peregrinações religiosas. No quadro da sua Secção Feminina, cuja presidente estava ligada ao regime através de laços familiares⁸⁰, foram construídas articulações com o Movimento Nacional Feminino, apoiado por Salazar, para “dar suporte aos soldados” que combatiam nas colónias através do envio de cartas das “madrinhas de guerra”, visitas ao terreno, entre outras. Todavia, a Secção Feminina da CVP investiria principalmente na assistência aos soldados feridos ou estropiados, tendo em conta que o país não dispunha de sistemas de saúde ou sociais montados para garantir assistência especializada. Ambos aqueles movimentos, dispendo de importante capital social e político, participaram do processo de construção de legislação para garantir algumas “formas de auxílio” aos militares feridos ou às famílias portuguesas que tinham perdido os seus membros. Esse tipo de intervenção, liderado por mulheres das famílias das elites do regime, teria um papel relevante na mobilização social em torno dos combatentes, em particular por parte das mulheres portuguesas⁸¹, contribuindo para a legitimação da política colonial e da guerra.

As delegações portuguesas de ONGs internacionais, autorizadas a atuar no país durante a ditadura, a Caridade da Cruz Vermelha, mantinham práticas e discursos próximos aos do regime. Todavia, esse “alinhamento” seria, necessariamente, articulado, na medida em que, pertencendo a redes internacionais, deveriam importar práticas, repertórios ou “causas”, adaptando-os à conjuntura nacional. São exemplos, a introdução pela Caritas Portuguesa, do tema do “desenvolvimento dos países pobres”, promovido pela Igreja universal, sem referir a questão da “autodeterminação” das colónias africanas e asiáticas, ou as tensões associadas à defesa de posições “nacionalistas”, nas relações com a *Catholic Social Relief* dos EUA, no acesso desta última ao espaço colonial português. No caso da Cruz Vermelha Internacional, as relações com a sua congénere nacional apresentam-se

80A Secção Feminina da Cruz Vermelha era liderada por Amélia Pitta e Cunha, mulher de Paulo Cunha, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar, e no seu núcleo inicial encontravam-se Margarida Fernandes Tomás de Moraes, Maria Luísa Barahona Dias e Celeste Soares de Miranda. In Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=socguerr>. Consultado em 22/2017

81Arquivo da Guerra Colonial disponível em http://www.guerracolonial.org/index.php?content=150#_self Consultado em 22/2017.

mais “serenas”, até porque esta era tradicionalmente presidida por um militar nomeado pelo Estado. A política de “estrita neutralidade” da organização internacional, a possibilidade de utilizar os seus relatórios “favoravelmente” e a prática de “apoio humanitário” aos soldados portugueses prestada por sua Secção Feminina apresentavam-se coincidentes com as “necessidades” do regime e com a “missão” da organização internacional.

Quadro 3- Cronologia (parcial) da “causa” do desenvolvimento na Europa / Portugal

1838 - Abolição total da escravatura nas colônias do Império britânico

1875 - Aprovação da Legislação para proibir a escravatura no Império português

1885 - Conferência de Berlim para divisão do território da África entre alguns países europeus

1919 - Criação da Sociedade das Nações, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização de Saúde

1940 / 1945 - Criação do “Ato de Desenvolvimento e Bem-Estar Colonial” (Império Britânico)

1945 - Criação da ONU

1946 - Criação do “Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social” (Império Francês)

1947 – Início do processo de descolonização afro-asiática após a II Guerra Mundial, com a independência da Índia

1949 - Criação do Comité para os Territórios Ultramarinos na OECE

1949 - Portugal participa da criação do Comité para os Territórios Ultramarinos

1955 - Conferência de Bandung (organização do chamado Terceiro Mundo para enfrentar o colonialismo)

1955 - Adesão de Portugal à ONU

1958 - Criação do Fundo Europeu de

Desenvolvimento
na Comunidade Econômica Europeia

1960 - Aprovação de resoluções
pelas Nações Unidas,
contra o colonialismo

1961 - Transformação do
Comité dos Territórios
Ultramarinos
no Comité de
Apoio ao Desenvolvimento
(CAD/OCDE)

1961-1965 - Concílio Vaticano II
(Publicação da Constituição
Pastoral *Gaudium et Spes*
posicionando a Igreja
perante o desenvolvimento
e as instituições
internacionais, 1965)

1959 – Criação dos
Planos
de Fomento
(colônias portuguesas
na África)

1961 - Início da guerra colonial
em Angola
1963 - Início da guerra
na Guiné-Bissau e
Moçambique
1974 - Golpe militar
“25 de Abril”, fim do
Estado Novo
7/ 1974 - Aprovação
da lei de reconhecimento
direito à
autodeterminação
das colônias
1975- Encerramento formal
da descolonização

II. ENTRE A DESSACRALIZAÇÃO DO IMPÉRIO E A MODERNIZAÇÃO: RECONFIGURAÇÕES DO SISTEMA INTERNACIONAL, A COMUNIDADE EUROPEIA E AS FISSURAS NO REGIME ESTADO-NOVISTA

1 Internacionalização da “causa” do “desenvolvimento” e as disputas em torno do colonialismo português

No Segundo Pós-Guerra, os “ventos de mudança” apresentavam-se ameaçadores para o imperialismo europeu. A Europa perdera o seu lugar cimeiro para as potências em ascensão, os Estados Unidos e a União Soviética que, disputando entre si a supremacia, olhavam com interesse reforçado para os domínios coloniais das nações europeias. A construção das instituições multilaterais pós-1945 e as independências da década de 1950 e 1960, das colônias inglesas, francesas, belgas e holandesas acentuariam os receios portugueses em relação ao Império, um dos alicerces do Estado Novo. A entrada de Portugal nas Nações Unidas, em 1955, inicialmente rejeitada pelo veto da União Soviética, seria apresentada internamente como uma vitória da diplomacia portuguesa que, após a adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), demonstrava assim capacidade de integração no novo sistema internacional (REIS, 2014, p. 187).

Até à década de 1960, Portugal resistiria, com base numa estratégia essencialmente jurídica, à aplicação do Artigo 73, da *Carta das Nações Unidas*, sobre a descolonização, argumentando que não tinha colônias mas “províncias ultramarinas” que formariam, com a metrópole, uma nação indivisível cujas fronteiras deveriam ser respeitadas, considerando o princípio internacional de “respeito pela soberania dos Estados-membros”. Essa estratégia decorria da revisão constitucional de 1951 que renomeou o Ministério das Colônias, transformando-o em Ministério do Ultramar. Todavia, apesar das mudanças de terminologia, o movimento pela descolonização que permeava a ONU, e que estava já inscrito nos princípios da sua carta fundadora, não se deteria perante os argumentos portugueses. Um conjunto de resoluções da Assembleia Geral rejeitou aquela linha de argumentação contribuindo para o incremento da pressão diplomática sobre o regime português.

Com o início da guerra contra os movimentos independentistas africanos em 1961, Portugal distanciar-se-ia dos outros

impérios europeus que negociaram processos de descolonização a partir do final da década de 1950. Os dirigentes portugueses apresentavam-se como os “últimos defensores” da “civilização europeia” e do cristianismo, acusando os outros países ocidentais de “deserção” motivada por uma estratégia de influência junto dos “novos países” africanos. No discurso na ONU, em 1963, Salazar afirmava que, perante a conjuntura internacional restava ao país *defender-se e defender os seus* quando se abria mais uma frente de guerra, agora na Guiné-Bissau (SILVA, 1995, p. 18). O governante assumia assim a opção pelo isolamento internacional do país e negava qualquer possibilidade de negociação tendente à autodeterminação das colônias portuguesas.

Sendo o Segundo Pós-Guerra caracterizado pela internacionalização do “causa do progresso”, adentrando a discussão sobre o colonialismo e a descolonização, os argumentos civilizacionais, “ocidente versus oriente”, ou religiosos, a “proteção do cristianismo”, que o Estado Novo persistia em utilizar nos fóruns multilaterais para legitimar a colonização, apresentavam-se contraditórios com a valorização “global” da ciência e da indústria como dimensões chave do conceito de “desenvolvimento econômico”. Tal importância era evidente por exemplo na “competição” entre potências internacionais por “descobertas científicas” em setores como a produção agrícola, exploração espacial, armamento, energia, transporte e comunicações que se traduziriam em “revoluções” técnicas. Este descompasso entre o discurso português e a discussão internacional era notado e foi mobilizado por alguns dirigentes dos movimentos independentistas africanos que contestavam a colonização portuguesa. Amílcar Cabral rebatia o argumento colonialista da “missão civilizadora” questionando como o “processo civilizatório” dos africanos sob domínio português poderia ser conduzido *por um país subdesenvolvido com um rendimento nacional mais baixo do que o do Gana e que ainda não tinha sido capaz de resolver os seus próprios problemas?*⁸²

Em face da condição de país “mais pobre” da Europa ocidental, a “causa da modernização” adquirira relevância junto dos governantes estado-novistas nas décadas de 1950 e 1960, apesar dos receios sobre as suas implicações para os alicerces do regime. Os Planos de Fomento constituíam instrumentos de promoção e controle do processo de “desenvolvimento” nacional alicerçado na industrialização,

82Discurso de Amílcar Cabral escrito em inglês (1960). Tradução da autora. Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04342.001.006#!2> e acessado em Janeiro de 2018.

construção de infraestruturas de comunicação e transportes e na preparação dos recursos humanos para prover às necessidades da “modernização” da estrutura produtiva através das escolas técnicas. No espaço colonial, as prioridades permaneceram as infraestruturas de transporte e comunicação, o apoio à colonização branca registando-se, a partir da década de 1960, investimentos nos setores da saúde e educação.

A tentativa de mimetizar, parcialmente, os modelos de países centrais da Europa seria geradora de disputas e de inovações no plano político, económico, social e religioso (BADIE, 1992) que colocariam em causa os alicerces do Estado Novo e a sua política colonial. Visando a importação de elementos dos modelos socioeconómicos dos países “desenvolvidos”, não obstante o isolamento diplomático do Estado, o acesso dos portugueses ao espaço europeu - como emigrantes, exilados, militantes, técnicos, intelectuais, turistas, jovens em processo de formação - seria incrementado, num contexto marcado pela aceleração do crescimento económico, pela promoção do contato e intercâmbio entre europeus após as guerras, em particular entre os jovens, e pela integração política e económica da “comunidade europeia”. Esse processo favoreceu a construção de redes de relações transnacionais que se tornariam relevantes em processos de mobilização em contextos nacionais diversos (JOBS, 2009, p. 378-379) no continente, incluindo no português. O interesse da geração de jovens da década de 1950 pelo “internacional”, quer em Portugal quer nos países vizinhos, favoreceria o contato e a importação de ideias, valores ou “causas” para o contexto nacional, com impactos na emergência de grupos que questionariam, a partir de diversos espaços ideológicos, o regime Estado-novista de Salazar e Caetano. No final da década de 1960 e início de 1970, a política colonial tornou-se um elemento chave das dinâmicas de crítica ou oposição ao regime mobilizando grupos de militantes considerados de direita e de esquerda radical.

1.1 “Situacionistas”, nacionalistas radicais e integristas: o “Ultramar” como “defesa da civilização europeia”

No quadro interno, a percepção da “ameaça internacional” ao império e a reação bélica de Salazar perante os movimentos independentistas africanos apresentar-se-iam como detonadores da mobilização da “direita Situacionista”, mas também de movimentos de jovens “nacionalistas radicais” inspirados por grupos semelhantes de outros países europeus, designadamente franceses e belgas. A defesa da superioridade europeia como “realidade indiscutível”, a crítica ao

“racismo anti-branco”, o entendimento das lutas de libertação como iniciativas de “africanos irracionais” apoiados pelas potências internacionais que queriam exercer sua influência no continente, o antiamericanismo e anticomunismo apresentavam-se como elementos centrais no discurso desses movimentos (MARCHI, 2009, p. 106-107). A sua proximidade ao regime, que financiaria a atividade de alguns desses grupos e os acompanharia de perto, constituía também uma aliança para responder ao crescente descontentamento dentro das universidades e à influência da chamada extrema esquerda (MARCHI, 2009, pp. 108-110).

Nesse período, a formação dos nacionalistas radicais portugueses incluiria a circulação e o intercâmbio com movimentos de vários países europeus e a construção de relações com militantes e grupos franceses, belgas, espanhóis (MARCHI, 2009, p. 121). Por essa via, os dirigentes da “Jovem Europa” introduziriam em Portugal a perspectiva da construção da “Europa Nação”, por oposição à hegemonia dos Estados Unidos ou da União Soviética, e de criação de uma união euro-africana como estratégia de resposta ao domínio bipolar e à perda da influência europeia no espaço africano e no resto do mundo. Todavia, esse projeto não seria positivamente acolhido por parte dos setores nacionalistas que entendiam a integração europeia como um risco para a independência de Portugal (MARCHI, 2009, pp. 127-133).

Com a subida ao poder de Marcelo Caetano em 1969, os setores considerados mais à direita vão expressando preocupação, e em alguns casos, oposição frontal, às “reformas” por ele preconizadas, algumas delas próximas das demandas dos deputados da chamada “Ala Liberal”. A perspectiva de liberalização econômica e de reformas políticas tendentes a uma maior abertura do regime colocava em risco as instituições estado-novistas - o Império como “desígnio nacional”, o conservadorismo moral e social, a proteção econômica de alguns grupos econômicos, a centralidade da Igreja Católica na formação ideológica dos cidadãos e na legitimação do regime - e a posição daqueles que dependiam social e economicamente da configuração da situação.

No que respeita à posição do país no sistema internacional, após a adesão ao acordo de livre-comércio europeu, “*European Free Trade Area*” (EFTA). em 1960, emergiria nas gerações mais jovens de “tecnocratas reformistas”, o interesse pela aproximação de Portugal ao modelo dos países europeus e à Comunidade Econômica Europeia (CEE), em processo de consolidação. Alguns desses jovens seriam recrutados para o governo de Caetano onde se criaria uma comissão para estudar a posição do país perante o processo de integração econômica e

política em curso na Europa (CASTILHO, 1997, p.80). Para os setores mais conservadores, a aproximação ao bloco europeu apresentava-se contrária à manutenção do espaço colonial. Para alguns antigos dirigentes do Estado Novo, os “ventos de mudança” importados pela nova geração de intelectuais refletiam a ausência de “sentido histórico” do país que corria o risco de se tornar uma colônia europeia, tal como as suas “possessões ultramarinas”. Sem o Ultramar, Portugal seria sempre dependente da Europa e subalterno em relação às potências do continente (MENDES, 2013, p. 114).

No seio da “Situação”, também os militantes católicos integristas se apresentariam como opositores da mudança do posicionamento geoestratégico português. A defesa do “papel evangelizador” de Portugal no Ultramar mobilizava-os na crítica contra aqueles que, no padroado ou no laicado, defendiam alguma forma de mudança. O combate anticomunista, a condenação das vigílias pela paz promovidas pelos “católicos progressistas” e a interpretação conservadora das posições do Concílio Vaticano II (SANTOS, 2014, pp. 310-312), em particular daquelas relativas ao direito dos povos à autodeterminação, incluindo da aproximação do Papa aos posicionamentos dos movimentos independentistas africanos, tornar-se-iam elementos chave da oposição católica integrista a possíveis mudanças ao regime.

Assim, num período marcado pelo fim dos impérios europeus, a recusa portuguesa em descolonizar, e a subsequente pressão internacional, e, no quadro interno, a introdução de medidas entendidas como de “abertura” do regime, tornariam o espaço político, à “direita” de Caetano, mais diverso e crítico. Nesse período, grupos de “direita” mobilizariam antigos dirigentes estado-novistas, as alas mais conservadoras da União Nacional, os “ultras”, católicos integristas e as gerações mais jovens de “nacionalistas radicais” inspirados por correntes similares de outros países europeus. Tinham em comum o entendimento imperial da nação cuja “independência” dependeria da manutenção do colonialismo, a crítica ao capitalismo e ao socialismo e a crença nas hierarquias raciais. A aproximação à Europa como uma forma de defesa do eurocentrismo num quadro internacional bipolar, apresentava-se divisiva, sendo apelativa para alguns jovens e rejeitada por outra parte dos nacionalistas.

1.2 Os “moderados”: entre a aproximação à CEE e o colonialismo

No espaço da chamada “Oposição Democrática”, tolerada pelo regime a partir da subida ao poder de Marcelo Caetano em 1968, que reunia “críticos” considerados “moderados”, a questão da guerra colonial era ainda abordada com “cuidados”. No II Congresso Democrático Republicano, em Aveiro, em 1969, onde se reuniram opositores de vários espaços ideológicos, o tema colonial foi pouco debatido, apresentando-se como potencialmente gerador de discórdia entre aqueles que defendiam “apenas” o princípio da liberdade de debate sobre a “política ultramarina” e os que demandavam o fim imediato da guerra colonial e o reconhecimento da independência das colónias (PIMENTEL, 2013, p.514).

Ainda no ano de 1969, a entrada de deputados da “Ala Liberal” da União Nacional, “partido” que sustentava o Estado Novo na Assembleia Nacional, era apresentada como uma forma de abertura do regime. Pertencendo a círculos próximos de Caetano, mas a uma geração mais nova, a intervenção dos jovens deputados na Assembleia visava a aproximação do regime ao modelo socioeconómico de outros países europeus, na senda da entrada de Portugal na *European Free Trade Association*, em 1960. A realização de um acordo de comércio com a Comunidade Económica Europeia apresentar-se-ia como o próximo passo⁸³. As reformas políticas e económicas necessárias à adesão à CEE, a instauração da democracia e de uma economia de mercado, e a natureza do regime, autoritário e economicamente protecionista, bem como a sua política colonial, tornavam impossível perspectivar a entrada de Portugal no bloco na conjuntura estado-novista.

O “espaço dos moderados” ultrapassaria o quadro institucional da União Nacional com a constituição da Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES), em 1970, reunindo

83 No início dos anos 1970 a comunidade europeia tinha em curso o seu primeiro alargamento cuja previsão de conclusão seria 1973 com a entrada do Reino Unido, o principal mercado europeu das exportações portuguesas. Nesse quadro, a possibilidade de manter aquela relação comercial dependia de negociações com a CEE, que iriam ser iniciadas em 1971 e concluídas em 1972 com a assinatura em Bruxelas de um Acordo Comercial entre Portugal e a CEE e de um Acordo Comercial entre os Estados Membros da CECA e Portugal que manteria contudo, as relações num quadro estritamente comercial. Ver CASTILHO, José Manuel Tavares. “O marcelismo ea construção europeia”. *Penélope: revista de história e ciências sociais*, n. 18, pp. 77-122, 1997.

alguns elementos da “Ala Liberal” como João Salgueiro (sub secretário de Estado do Planeamento) e Francisco Sá Carneiro (deputado), sendo este um espaço associativo permitido pelo regime. Na SEDES militavam também membros de organizações profissionais e dos chamados “católicos progressistas” em particular os economistas interessados no “desenvolvimento econômico humanista” como Mário Murteira ou Manuela Silva, e alguns militantes da oposição ao regime. Assim, a opção pela fundação de um novo espaço associativo permitiria ao grupo reforçar alianças e promover a sua agenda reformista num contexto de ação coletiva já conhecido visto que muitos dos membros da chamada Ala Liberal não tinham experiência política prévia, mas militavam em associações culturais, religiosas, profissionais e sociais (FERNANDES, 2006).

Sendo um espaço de mobilização de elites acadêmicas e tecnocratas, urbanas e cosmopolitas, a SEDES engajou-se na defesa da aproximação de Portugal à CEE, ainda que tal não significasse necessariamente a adesão formal ao bloco. A persistência da guerra colonial constituía um entrave àquelas demandas num período em que as potências coloniais europeias tinham negociado e praticamente concluído, na sua maioria, os processos de descolonização. Para os deputados da “Ala Liberal”, a resolução do “problema colonial” deveria ser política e garantir os interesses de europeus e africanos residentes nas “províncias ultramarinas” – discurso ainda distante do reconhecimento dos povos africanos à independência. Com efeito, os discursos de deputados como José Pedro Pinto Leite, que defendia a possibilidade de articular a manutenção das colônias e a aproximação à CEE não podem ser dissociados do contato com o modelo de relação pós-colonial que a comunidade europeia estava a institucionalizar⁸⁴. Assim, Pinto Leite afirmaria que o *desenvolvimento de Portugal dependeria da relação com a Europa* e que seria através desta que o país conseguiria os recursos técnicos e financeiros para o *progresso simultâneo da metrópole e das suas províncias ultramarinas, territórios situados no Terceiro Mundo* (MENDES, 2013, pp. 116-118).

O engajamento de membros da “Ala Liberal” na aproximação do país à CEE, vista como determinante para o “progresso nacional”, revela que a importação da “causa do desenvolvimento” para Portugal, o país mais pobre da Europa ocidental com domínio sobre importantes

⁸⁴O deputado refere especificamente a associação do tipo dos Estados africanos da antiga comunidade francesa como possível modelo para a relação entre Portugal e a CEE (MENDES, 2013, p. 115).

territórios na África e na Ásia também considerados “atrasados”, complexificou a integração geoestratégica do país, mas tal não implicou a adesão imediata à ideia de descolonização. Todavia, se era pela “associação” à comunidade europeia que alguns “reformistas” do regime entreviam a possibilidade de relegitimar o colonialismo, através do “desenvolvimento” ou da “modernização”, essa possibilidade não se apresenta coerente com o investimento da CEE em “aplacar” as acusações de neocolonialismo e de gerir as relações com as lideranças africanas na década de 1970 no quadro da institucionalização da cooperação para o desenvolvimento da comunidade europeia (DIMIER, 2003, p. 108).

1.3 “Internacionalismos” e “anti-colonialismos”: comunistas, “esquerda radical” e católicos “progressistas” na oposição ao regime

O movimento anticolonial português é considerado tardio. Entendido como o “último tabu” do regime, o questionamento das fronteiras nacionais do “Minho a Timor” e da identidade imperial portuguesa demorou a emergir nas oposições ao regime salazarista. Adquirindo expressão em meados da década de 1960, altura em que os partidos e movimentos críticos do Estado Novo assumiram posições abertamente contrárias à sua política colonial, o reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos não era, contudo, transversal ou explícito a todos os grupos oposicionistas. A explicação da lenta emergência do “anti-colonialismo” em Portugal ainda carece de aprofundamento, todavia, a natureza do Estado, a repressão interna, o isolamento internacional, os baixos indicadores de alfabetização, e uma cultura política de exaltação dos “feitos ultramarinos” e da “missão sagrada do colonialismo” alicerçada na aliança entre Estado Novo e Igreja Católica constituem elementos a considerar.

Olhando para o período que medeia entre a final da monarquia em 1910 e o golpe militar que abriria caminho para o salazarismo em 1926, Rosas salienta o carácter colonialista da I República que importaria o discurso e a intenção reformista comum a outros impérios europeus, advogando-se a necessidade de “modernização da administração das colónias” e de “melhoria das condições de vida” naqueles contextos através de alguma forma de filantropia (ROSAS, 2015, p. 15). O “investimento” das potências coloniais no “progresso colonial” tornar-se-ia relevante no debate sobre a divisão dos territórios africanos entre elas e a legitimidade do seu domínio. Todavia, tal não implicava o questionamento do colonialismo europeu e estava-se longe

de reconhecer quaisquer direitos às populações dos territórios colonizados.

Salazar, afastando-se dos discursos republicanos que representavam o colonialismo como “progresso dos povos atrasados” e resistindo aos “ventos da modernidade”, na metrópole e nas colônias portuguesas, centrou a legitimação do Império num discurso religioso e paternalista: as populações colonizadas seriam como “crianças” que “careceriam de tutela” através do trabalho (forçado), da ação dos missionários católicos e do “exemplo” dos colonos brancos” (CASTELO, 2014, p. 65). O discurso sobre a “especial capacidade dos portugueses para se relacionarem com outros povos”, a partir da apropriação do luso-tropicalismo pelo regime, constituiria um elemento central da defesa do colonialismo⁸⁵. As concepções Estado-novistas do imperialismo permeariam a formação política dos cidadãos através do ensino, de eventos de evocação do Império e da aliança “evangelizadora” entre Igreja e Estado Novo (CARDOSO, 2015, p. 79-80).

O movimento anticolonial em Portugal a partir de meados da década de 1960 veio colocar em causa o monopólio do regime na produção de discursos e de sentido sobre o império e o colonialismo no espaço político, escolar e religioso. Esse processo foi mediado pelo acesso, por parte de militantes engajados em partidos e movimentos ideológicos diversos, religiosos e estudantis, a atores, ideologias, visões de mundo, valores, em outros contextos socioculturais num período marcado pelo questionamento das instituições nos dois blocos, pela emergência do terceiro-mundismo e pela radicalização da luta anticolonial no espaço imperial português com o início da guerra colonial. A importação de referências políticas, culturais e religiosas tornar-se-ia fundamental para abrir brechas num dos pilares do regime de Salazar e Caetano.

As oposições comunista e socialista ao salazarismo, herdeiras do republicanismo do século XIX e XX, mantiveram até à década de 1950 uma linha discursiva omissa ou dúbia em relação ao colonialismo, apesar do Partido Comunista Português (PCP) ter reconhecido ainda em

⁸⁵ Adaptação do pensamento de Gilberto Freyre, desenvolvido entre os anos de 1930 e 1960, em particular de sua reflexão sobre as relações entre os portugueses e os povos colonizados. Para uma análise da apropriação do pensamento de Freyre pelo Estado Novo ver CASTELO, Cláudia, *O “modo português de estar no mundo”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa: 1933-1961*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

1957, o direito dos povos colonizados à autodeterminação. Destacados adversários do regime estado-novista e candidatos às eleições presidenciais, em 1948 e 1958, Norton de Matos ou Humberto Delgado, tendo reunido apoios de grande parte da oposição, não afrontaram a ideia de Império (BEBIANO, 2002).

No campo socialista, apenas na década de 1960 surgiriam críticas à política colonial do Estado Novo. A chamada “questão colonial” tornar-se-ia cada vez mais presente no discurso de opositores socialistas a Salazar, na ausência de perspectivas sobre o fim da guerra em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, cujos custos humanos e materiais eram enormes. Tais posicionamentos, impulsionados pelos militantes exilados, não podem ser dissociados da exposição destes a um contexto europeu “democrático” onde movimentos “anticoloniais” se mobilizavam contra o último império do continente e mantinham relações com dirigentes africanos das colônias portuguesas.

Efetivamente aquelas lideranças tinham acumulado importante prestígio internacional, particularmente Amílcar Cabral, junto dos dois blocos, dos movimentos não-alinhados e das Nações Unidas (CRAVO, 2011). A aproximação entre militantes socialistas portugueses exilados e os dirigentes de movimentos de libertação africanos, quer nas capitais europeias quer em Argel, terá favorecido o apoio à ideia de autodeterminação dos povos colonizados. Todavia, o “anti-colonialismo” dos socialistas reunidos na Ação Socialista Portuguesa assumiria cambiantes perante afirmações de alguns militantes que esperavam alguma forma de integração entre Portugal e as suas colônias após o reconhecimento do direito à autodeterminação, contradizendo as posições assumidas por seus dirigentes no exílio (ROSAS, 2015, p. 17). No espaço socialista, o apoio ao direito dos povos coloniais à independência só seria totalmente explícito como princípio de orientação aquando da fundação do Partido Socialista (PS) em 1973.

O Partido Comunista Português, fundado em 1921, manteria até 1957 um posicionamento nacionalista e reformista em relação ao colonialismo, considerando a defesa das fronteiras imperiais inerente à manutenção da soberania de Portugal. No início da década de 1950, o PCP defendia que a independência das colônias apenas seria possível na senda de um processo de “desenvolvimento econômico” que permitisse a emergência de uma consciência nacional. Em 1957 os comunistas portugueses seguiriam a posição oficial do Partido Comunista da URSS, reconhecendo o direito dos povos colonizados à autodeterminação. Caberia então ao partido metropolitano, criar delegações nas colônias

portuguesas de modo a promover a organização da luta contra o regime no espaço colonial.

Ao longo da década de 1960, a luta anticolonial não era a luta prioritária para os comunistas pressupondo estes que os esforços oposicionistas deveriam estar concentrados no derrube do regime, o que tornaria possível a negociação das independências (BEBIANO, 2002, p. 6). O enfoque na luta metropolitana contra a ditadura e a tentativa de “supervisionar” os movimentos africanos através da constituição de núcleos do partido nas colônias, seriam alvo de crítica pelas lideranças africanas nacionalistas, algumas delas militantes do PCP, onde realizaram parte da sua formação política aquando da sua estadia como estudantes em Portugal (SOUSA, 2016, pp. 117-125). A posição dos comunistas de que o “progresso” deveria preceder ao autogoverno africano era igualmente elemento de discórdia com os independentistas africanos considerando estes que a melhoria das condições das populações colonizadas só seria possível num quadro de autodeterminação (SOUSA, 2016, pp. 121-122).

A guerra colonial seria, contudo, tema chave das emissões da rádio e das edições da Frente Patriótica de Libertação Nacional, em Argel onde se encontravam exilados alguns oposicionistas. A propaganda, que visava de modo particular os soldados, questionava o sentido do conflito armado contra os independentistas e instava à organização de movimentos de oposição ao regime e à política colonial nas hostes militares. No final da década de 1960 e em particular nos primeiros anos de 1970, o jornal do Partido Comunista, *Avante*, defendia a necessidade de parar a guerra colonial e iniciar processos negociais com os movimentos de libertação visando as independências (BEBIANO, 2002, pp. 8-9).

Com a emergência de movimentos considerados radicais, à esquerda do Partido Comunista⁸⁶, de inspiração maoísta ou marxista-leninista, a hegemonia do PCP na oposição ao regime e em particular, à guerra colonial, seria colocada em causa. Esse processo, muito relevante no quadro do associativismo e da militância no espaço universitário, colocaria os jovens, o grupo mais diretamente afetado pela mobilização militar, na frente da oposição à guerra colonial e ao colonialismo. Os movimentos da “esquerda radical” inspirados pela revolução chinesa ou cubana constituíram comités específicos para a luta anticolonial e

⁸⁶São particularmente relevantes o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) 1970, a Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP), 1972

utilizaram repertórios de ação mais “ousados”, advogando a resistência armada contra o regime e a guerra colonial, mantendo ligações a militantes exilados, jovens desertores, intelectuais estrangeiros e movimentos europeus engajados na contestação ao último império colonial do continente (CARDINA, 2010).

Para além da contestação organizada pelos partidos políticos ou movimentos ideológicos, a crítica à política colonial e à guerra mobilizou grupos de católicos “progressistas”. O processo de reflexão no espaço católico decorrente do Concílio Vaticano II e as transformações no quadro internacional que conduziram a reajustamentos na estratégia diplomática do Vaticano - aproximando-se das Nações Unidas, engajando-se na “causa do desenvolvimento” e reconhecendo o direito dos povos à autodeterminação – exporiam a hierarquia eclesiástica portuguesa, aliada do Estado Novo e de sua política colonial, à crítica dos leigos, em particular daqueles que seguiam de modo mais próximo, as transformações da Igreja universal.

O distanciamento e as tensões entre o clero português, nacionalista, e as posições oficiais do Vaticano tornar-se-iam evidentes a partir da independência da Índia do império Britânico em 1947, processo que colocava cada vez maior pressão sobre os territórios sob domínio colonial português. O apoio do Vaticano ao princípio da autodeterminação e, no quadro nacional, o compromisso da hierarquia católica portuguesa com a identificação entre colonialismo e evangelização, distenderia a relação de alguns grupos de crentes com responsáveis da Igreja num período em que se tornava possível, particularmente para as elites católicas mais cosmopolitas, aceder a um repertório teórico teológico cada vez mais diverso, incluindo a teologia da libertação e o seu “diálogo” com o marxismo.

A participação da Igreja portuguesa na legitimação da guerra colonial, entendendo-a como uma “obrigação patriótica” ligada à “ação evangelizadora” seria permeada pela emergência de críticas no interior da hierarquia nacional e na comunidade de leigos. Entre os eclesiásticos, os bispos do Porto e da Beira (Moçambique), D. Antônio Ferreira Gomes e D. Eurico Dias Nogueira, que tinham sido os dois únicos religiosos portugueses a participar de modo significativo nos trabalhos conciliares tornaram-se vozes críticas, tendo o primeiro sido exilado pelo regime (SIMPSON, 2014, p. 219). O Seminário dos Olivais tinha também registado “atos de desobediência” em “protesto contra o regime” e, com o agudizar das posições no interior da hierarquia, emergiriam situações de confronto aberto, como as do padre Felicidade Alves ou do padre Mário de Oliveira, defensor do apoio à

autodeterminação dos povos colonizados (capelão na Guiné durante a guerra colonial). Em alguns casos, o abandono do sacerdócio pelos ordenados mais jovens, pode ser entendido como uma forma de protesto contra a hierarquia que se mantinha distante do processo de mudança associado ao Concílio e persistia no apoio a um governo intransigente em relação aos princípios preconizados pela Igreja universal (SIMPSON, 2014, p. 222). No laicado, a oposição à ditadura e ao apoio da Igreja ao regime agudizou-se com a campanha presidencial de Humberto Delgado apoiado por militantes católicos. Todavia, a “questão colonial” revestiu-se de particular importância em alguns grupos de católicos “progressistas” em meados da década de 1960.

O acesso de militantes destacados da Ação Católica a eventos e redes de relações noutros países permitir-lhes-ia acompanhar as dinâmicas do internacionalismo católico, contatar com uma maior diversidade de perspectivas teológicas e conhecer novas realidades sociais e políticas (FONTES, 2011, p. 807). Nesse contexto, o confronto com perspectivas críticas da política colonial do Estado Novo e da guerra contra os movimentos independentistas permeava a circulação internacional dos militantes católicos portugueses e favorecia a importação de visões de mundo, do catolicismo e da situação política nacional potencialmente disruptivas⁸⁷.

Nas elites culturais urbanas, procurava-se “informar” os católicos sobre as mudanças na Igreja universal e as suas repercussões quer no engajamento religioso quer político. A Moraes Editora, que publicava a revista *O Tempo e o Modo*, e que mobilizaria importantes intelectuais católicos, importaria o pensamento de teólogos estrangeiros na frente do Concílio. No campo da arte, o movimento de renovação da Arte Sacra envolveu importantes arquitetos e artistas portugueses do catolicismo “progressista”. Alguns destes, em particular, Nuno Teotónio Pereira, fundaram e animaram a Cooperativa Pragma, espaço coletivo que promovia cursos, conferências e debates, e envolveu membros importantes, não católicos, da oposição ao regime como Mário Soares, Jorge Sampaio e Salgado Zenha⁸⁸. Parte de seus membros engajou-se

87 Maria de Lurdes Pintassilgo descreveu a sua participação num encontro internacional no Gana em 1957, experiência que seria particularmente marcante para a então presidente da Juventude Universitária Católica Feminina e da Pax Romana e que terá contribuído para a construção da crítica em relação à política colonial portuguesa. (FONTES, 2011, p. 769-770).

88 Criada em 1964 e encerrada pela polícia em 1967. O chamado “movimento das cooperativas” nasceu de uma lacuna na legislação que permitiu a criação de cooperativas sem aprovação prévia, pelo Estado, dos seus estatutos ou dos membros

noutras iniciativas como o *Direito à Informação*, boletim clandestino de informação sobre a guerra colonial, e publicações subsequentes como os *Cadernos GEDOC - Grupo de Estudos e Intercâmbio de Documentos, Informações Experiência* e os *Sete Cadernos sobre a Guerra Colonial*. O grupo de católicos "progressistas" engajado na luta "anticolonial" e "anti-guerra" foi igualmente responsável pela realização de "vigílias pela paz" de inspiração pacifista, na Igreja de S. Domingos (1 de Janeiro de 1969)⁸⁹ e na Capela do Rato (1 de Janeiro de 1972)⁹⁰. Após a vigília, alguns de seus participantes seriam detidos e aqueles que trabalhavam para instituições públicas demitidos. O responsável da paróquia do Rato,

da direção. Esta lacuna foi utilizada por grupos de opositores que criaram cooperativas culturais em Lisboa e no Porto. A cooperativa Pragma foi criada por um grupo de católicos progressistas tendo entre seus membros, intelectuais católicos e não católicos e dirigentes da Ação Católica operária. Destacam-se neste contexto, Mário Murteira (economista) e Nuno Teotónio Pereira (arquitecto). A Pragma foi criada em 1964 e foi encerrada pela polícia em 1967. O encerramento forçado da Pragma teve destaque na imprensa católica e não católica internacional. Tal evidencia o isolamento internacional do regime, a notoriedade e o enraizamento dos seus membros no espaço católico internacional e nas redes de oposição ao regime tecidas na Europa. Sobre o percurso, atividades e protagonistas da Pragma. Ver, LOPES, Joana. *Entre as Brumas da Memória. Os Católicos Portugueses e a Ditadura*. Lisboa: Âmbar, 2007.

89 Excerto da nota distribuída à assembleia reunida na igreja de S. Domingos em 1/1/1969 critica o modo como o Igreja portuguesa, na sua aliança com o Estado Novo. Em <https://caminhosdamemoria.wordpress.com/antologia/documento-lido-ao-cardeal-cerejeira-e-distribuido-a-assembleia-na-igreja-de-s-domingos-na-vigilia-do-dia-da-paz-111969/>

90 Excerto da nota lida por Conceição Moita que daria início à vigília: "Estamos conscientes de que a guerra de África é o ponto crucial da situação que vivemos. É um problema que temos muito a peito, que nos toca muito de perto e que constitui um drama permanente para nós, como membros de uma sociedade e como cristãos de uma Igreja. Se sofremos com a apatia da Igreja a esse respeito, pesa-nos sobretudo o problema que a guerra representa para os povos de Angola, Guiné, Moçambique, bem como para o povo português. Queremos acreditar que também para esses povos, a paz é possível. Propomo-nos contribuir para que essa paz seja uma realidade. É nossa intenção dar passos firmes no sentido de uma procura da Paz. Esse esforço só poderá ser fecundo se for coletivo, se nascer da discussão livre, se romper o silêncio que tem pesado sobre esta questão. Em ordem a isso, tomamos uma decisão da qual só nós somos responsáveis – vimos permanecer aqui durante dois dias (a partir de agora até à tarde de 1 de Janeiro), a fim de provocar um ambiente de liberdade onde todos os que quiserem – cristãos ou não cristãos – possam debater estes problemas." Disponível em:

<https://caminhosdamemoria.wordpress.com/antologia/capela-do-rato-comunicacao-lida-ao-microfone-por-ma-da-conceicao-moita-30121972/> Acessado 12/12/2017.

padre Alberto Neto, foi afastado (ARAÚJO, 2011) e alguns militantes envolvidos no movimento católico “anti-guerra” seriam presos em 1973

III. COLONIALISMO, DESCOLONIZAÇÃO E A “CAUSA” DA “SOLIDARIEDADE COM OS POVOS AFRICANOS” (1974 - 1976)

Segundo Mathieu (2007) o espaço dos movimentos sociais é um espaço relativamente autônomo no interior do mundo social, organizado a partir de lógicas próprias, onde se estabelecem entre os intervenientes, relações de interdependência que podem ser de cooperação ou concorrência. No seu interior, a mobilização social por uma “causa” é explicada pela posição relativa que seus empreendedores ocupam, determinada pela distribuição dos recursos ou capitais relevantes no interior daquele espaço, e pelas relações com os restantes universos sociais (político, religioso, social, cultural). A pertença a este espaço pressupõe a aquisição, por seus participantes, de disposições, visões de mundo e sistemas de classificação de si e dos outros, que lhes permitem posicionar-se num universo concorrencial de práticas e sentidos.

No interior do espaço dos movimentos sociais podem ser identificados sub-espacos a que alguns autores chamam de “indústrias”, em analogias com o universo econômico (MCCARTHY & ZALD, 1977), e que indicam processos de diferenciação e agrupamento de organizações em torno de temas ou “causas”. Essas indústrias têm suas lógicas e sistemas de classificação próprios e requerem dos seus militantes saberes e saberes ser específicos.

Em Portugal, a emergência de uma associação, no interior do espaço dos movimentos sociais, engajada na “causa” da cooperação solidária com o Terceiro Mundo deve ser entendida no contexto da disputa que opunha grupos favoráveis a uma continuidade da influência portuguesa nas suas antigas colônias, posicionados no quadrante à “direita” do espaço político, e grupos “anticoloniais”, posicionados no espaço da chamada esquerda radical. Em ambos os lados, podem ser identificados militantes com ligações familiares, profissionais, políticas ao regime Estado-novista, sendo as rupturas no interior das elites, entre conservadores / imperialistas e entre progressistas / cosmopolitas fundamentais no processo de incremento da oposição à ditadura de Salazar e Caetano e ao colonialismo. Esses grupos enfrentaram-se após a queda da ditadura. Durante o Processo Revolucionário em Curso

(PREC) esse confronto foi inicialmente favorável à “esquerda”, valorizando a cotação da militância oposicionista a Salazar e Caetano.

1 O 25 de Abril de 1974: "efervescência" política e o fim do Império

O quadro político português do final dos anos 1960 e início dos anos 1970 apresentava algumas características atribuídas a conjunturas políticas fluídas (DOBRY, 2013), que se acentuariam com o golpe militar de 25 de Abril de 1974 e a “efervescência” que lhe seguiu. Nesse período, perante a diversificação da crítica ao Estado Novo no quadrante político à sua “direita”, o incremento do espaço político de grupos “reformistas”, a emergência de movimentos oposicionistas terceiro-mundistas inspirados pela revolução chinesa ou cubana, e a abertura de novas arenas de disputa, a incerteza permeava o regime. Esse processo seria fortalecido pelas pressões internacionais, o isolamento diplomático de Portugal, o arrastamento da guerra colonial e o notório hiato do país em relação ao nível de “desenvolvimento” de outros países da Europa ocidental.

No últimos anos da ditadura, no interior da “Situação”, subunidades do regime foram adquirindo alguma autonomia (DOBRY, 2013, p. 106) com a emergência de movimentos considerados de extrema direita e grupos ultraconservadores, mas também de espaços reformistas como a “Ala Liberal” e a SEDES que assumiriam posições “críticas” do regime nomeadamente no que respeita à política colonial e à integração internacional do país. No campo “reformista”, a importação da “causa da modernização” e do “progresso” na senda do investimento estado-novista no fomento nacional e industrialização, a participação do país, ainda que restrita, nas dinâmicas europeias de “aproximação entre povos” e de comércio do segundo pós-guerra, transformaria o valor dos capitais dos atores, incrementando aqueles associados à “ciência e à técnica”, ao “mérito” e ao “cosmopolitismo”.

Aqueles recursos, mobilizados principalmente por jovens provenientes de famílias das elites ou das classes médias urbanas, com elevado capital académico, circulação internacional e acesso a repertórios culturais e ideológicos diversos, viabilizariam, nessa conjuntura, o engajamento na defesa da transformação dos alicerces normativos e culturais do regime, – o “culto da pobreza e da ruralidade” a “tradição”, a “história”, a “evangelização”, “o imperialismo” – complexificando a cotação dos recursos políticos das elites dirigentes (DOBRY, 2013, p.108).

No início da década de 1970, as oposições reformistas defendiam a substituição da lógica de integração internacional do país, centrada na defesa do nacionalismo e do colonialismo, por uma de cooperação internacional que permitisse a participação dos portugueses nos “avanços” da ciência e da técnica, e no processo de transformação das relações entre as nações da Europa ocidental e entre estas e o resto do mundo “pós-colonial”, em curso após a celebração de acordos diversos que visavam o comércio e o “apoio ao desenvolvimento”. Os empreendedores da agenda "reformista" do regime questionavam o pressuposto Estado-novista de que África era o “espaço natural” de integração de Portugal e defendiam o “reconhecimento” das raízes europeias do país. Mesmo no espaço da “extrema-direita” revolucionária, a ideia de união entre as nações da Europa para, de algum modo, “recuperar” influência no sistema internacional e enfrentar as duas potências, URSS e EUA, era defendida por alguns jovens militantes. Todavia este tipo de lógica não pressupunha a descolonização ou a rejeitava totalmente. Os reformistas entendiam ser possível a criação de alguma forma de associação entre Portugal e as suas colônias, conferindo-lhes “alguma autonomia”.

No campo da “extrema-direita revolucionária” ou dos “ultras” a questão colonial permanecia um dos alicerces da identidade e da soberania nacional mantendo-se, nesse sentido, alinhados com o discurso oficial do regime, rejeitando qualquer tentativa de negociação com os movimentos independentistas e defendendo a continuação da guerra no espaço colonial africano.

No setor das “esquerdas radicais”, foram emergindo grupos que defendiam a aproximação a diversos quadrantes do “socialismo revolucionário”. A Revolução Chinesa, Cubana e o Movimento dos Não-Alinhados apresentavam-se como modelos de “inspiração” para os empreendedores de espaços de militância marxista-leninistas, maoístas, comunistas ou de católicos “progressistas” num quadro de pluralização crescente das “esquerdas” portuguesas. A luta contra a guerra colonial e a defesa da descolonização tornar-se-iam pautas fundamentais para os setores mais jovens, o que reforçaria a capacidade de mobilização das chamadas esquerdas radicais que demandavam o direito das colônias à autodeterminação, o fim imediato da guerra colonial e a solidariedade com os povos do Terceiro Mundo que, “tal como os portugueses, eram oprimidos pelo capitalismo internacional”.

Com a emergência de grupos de “esquerda radical”, a cotação do capital político da oposição histórica do Partido Comunista apresenta-se mais incerta em particular no espaço universitário, perante

a valorização da “causa anticolonial” e de outras fontes de inspiração ideológicas num quadro internacional e nacional de crítica à guerra nas colónias portuguesas, mas também de “desilusão” com o “modelo soviético” entre os militantes de “esquerda”. No que respeita à relação com a Europa, se por um lado a Comunidade Económica Europeia era entendida como uma construção do capitalismo, um mercado estrategicamente alinhado com o bloco liderado pelos EUA e com a Aliança Atlântica, por outro, constituía um espaço de emergência de importantes movimentos de contestação como o Maio de 68 na França, e de redes de relações entre exilados, desertores e imigrantes através das quais era possível mobilizar políticos, intelectuais, ou militantes europeus que se apresentavam como aliados, reforçando os recursos e o capital internacional dos opositoristas portugueses.

O processo de fragmentação não era, contudo, limitado à esfera política. As relações intersetoriais permitiram a construção de mobilizações envolvendo sub-unidades de diversos universos sociais. Em alguns momentos, os movimentos da chamada esquerda radical juntar-se-iam aos católicos “progressistas” para realizar eventos contra a guerra, como no caso da Capela do Rato, e mantinham posições “sincronizadas” no que respeita ao apoio à deserção clandestina de militares.

Igualmente, no espaço militar ocorria um processo de autonomização de sub-grupos que tinham posições distintas em relação à guerra colonial. Por um lado aqueles que se mantinham irredutíveis em relação à “necessidade” de prosseguir-la e por outro os que na senda das críticas de figuras de peso como o general António de Spínola, entendiam ser impossível vencer a guerra por meios militares, demandando uma solução política para o conflito que de algum modo “salvaguardasse” a influência portuguesa no espaço colonial. Dentro da instituição militar emergiriam ainda grupos, principalmente entre o médio oficialato, de opositores à guerra e ao colonialismo cuja prioridade era terminar o conflito e reconhecer a autodeterminação dos povos colonizados, cuja formação ideológica os aproximava das “esquerdas radicais”.

A conjuntura portuguesa que antecedeu à queda da ditadura era assim marcada pelo incremento da incerteza em relação às lógicas internas que governam as diversas esferas sociais – quer os “situacionistas” quer as dinâmicas da oposição - e às relações entre eles. Nos espaços estudantil, intelectual, cultural, religioso, militar, político, de apoio ou da oposição ao regime, a guerra colonial tornar-se-ia uma pauta central, tornando-se uma questão transversal. Com a crítica aos

fundamentos do regime, quer à “missão civilizadora” quer outras dimensões do “conservadorismo” económico, social, político, religioso e cultural em que assentava, expressavam o questionamento das normas e valores que sustentavam as lógicas internas daqueles setores sociais e das relações entre eles.

Quando, em Abril de 1974, os militares, num processo de organização impulsionado a partir da sua experiência na Guiné-Bissau (PIMENTEL, 2013), que representava o mais difícil teatro de guerra para os portugueses, derrubaram o regime de Caetano, as posições sobre o colonialismo, a descolonização, o direito dos povos à autodeterminação e a integração internacional do país, num quadro marcado pela Guerra Fria, eram diversas e contraditórias. Não existia no seio castrense envolvido no golpe, um consenso sobre como terminar a guerra – apenas de que era necessário fazê-lo – que posição assumir perante os movimentos de libertação, as Nações Unidas ou os países centrais.

Por um lado, Spínola, que assumira a liderança do Junta de Salvação Nacional e a Presidência da República após o golpe de Estado bem-sucedido, tinha publicado, no início de 1974, um livro em que afirmava que a única saída para a guerra colonial era política⁹¹. Com a chegada ao poder, o general defendia a construção de um espaço federativo, a realização de plebiscitos nos territórios coloniais, na expectativa da emergência de forças políticas favoráveis a Portugal, designadamente lideradas por colonos brancos, que de algum modo enfrentassem a hegemonia dos movimentos independentistas. Do outro lado estavam os militares do Movimento das Forças Armadas (MFA) que tinham conduzido o golpe e que reagiram à iniciativa spinolista que colocava em causa a perspectiva de terminar rapidamente a guerra.

Spínola e o MFA desencadeariam processos paralelos visando concretizar a sua visão da descolonização, o primeiro procurando apoios para sustentar o processo de construção de uma futura "federação", buscando aliados internacionais, movimentos africanos "favoráveis" ou de colonos brancos, e os segundos, iniciando contatos com os dirigentes dos vários movimentos de libertação e lideranças internacionais com posições comuns. Nas hostes militares avolumava-se o descontentamento com o prolongamento da guerra, sem perspectivas de resolução do conflito.

Nesse período, os governos provisórios seriam permeados pelos entendimentos e iniciativas contraditórias no seio castrense, que

91 SPÍNOLA, A. *Portugal e o Futuro*. Editora Arcádia, em Fevereiro de 1974.

detinha efetivamente o poder. Com a afirmação da posição do MFA principalmente a partir da integração de Melo Antunes no governo, o processo de descolonização seria pilotado pelos militares favoráveis à entrega do poder aos movimentos de libertação. A aprovação da Lei 7/74 de 27 de Julho de 1974 na qual se reconhecia o direito à autodeterminação dos povos das colónias portuguesas foi fundamental para desencadear os processos de descolonização, conduzindo ainda à demissão de Spínola em Setembro desse ano.

No período de 1974/1975, os dirigentes portugueses investiram na apresentação internacional do novo governo de Portugal como “distanciado da política colonial de Salazar”, e orientado para o “regresso” à “comunidade internacional”. Na Assembleia Geral da ONU, em Setembro de 1974, o ministro Veiga Simão afirmava, sobre o reconhecimento da independência da Guiné, que *Portugal é o país que mais vive intensamente este momento, que é também um momento da sua própria história* e que nas relações pós-coloniais *não haverá lugar para neocolonialismos*⁹². Nessa mesma ocasião, o representante da Comunidade Económica Europeia (CEE) nas Nações Unidas expressava satisfação com os acordos realizados entre Portugal e os movimentos de libertação africanos⁹³. O processo de descolonização receberia apoio das Nações Unidas e de diversos países, em todos os continentes, permitindo a Portugal perspectivar a reintegração na “comunidade internacional” e a aproximação à comunidade europeia.

No espaço partidário nacional, o apoio à descolonização era comum aos maiores partidos e participantes dos diversos governos provisórios. O Partido Comunista Português (PCP) tinha sido o primeiro a assumir o apoio ao princípio da autodeterminação dos povos colonizados, ainda em 1957. Em 1974, o PCP rejeitava o projeto federalista e demandava a construção de condições para a paz (RUIVO, 2013, p. 290).

Entre os partidos considerados “reformistas”, o Partido Socialista (PS) manteve após a queda do regime, a posição que tinha assumido no seu documento fundador, em 1973 – era “a favor da autodeterminação”, considerava “prioritário o fim da guerra através de negociações diretas com os movimentos de libertação” e as independências, num espaço temporal curto. Participando do governo em pastas estratégicas da descolonização como as dos Negócios Estrangeiros e da Coordenação Interterritorial, “deixaram” a liderança

92 SIMÃO, José Veiga. *O Século*, 18/9/1974

930 SÉCULO, 18/9/1974.

do processo para os membros do MFA, apresentando-se coincidente com as suas posições (REIS, 2015, p. 92).

O Partido Popular Democrata (PPD), atual Partido Social Democrata (PSD), manteve um discurso mais “cuidadoso” sobre o direito à independência, mas aprovou a lei que reconhecia o direito à autodeterminação e alguns de seus dirigentes participaram da manifestação pública de apoio àquela. Reconhecendo o caráter “doloroso” da descolonização, o seu líder, Sá Carneiro, afirmaria que a rapidez do processo era fundamental perante o agravamento das tensões e incertezas no espaço metropolitano e colonial (REIS, 2015, p. 90). O Centro Democrático Social (CDS) teve posição similar, reconhecendo seu presidente, Freitas do Amaral, que a tentativa de criar uma federação ou de prolongar a presença portuguesa nas colônias estava perdida à partida, sendo então prioritário conseguir negociar a paz e as independências (REIS, 2015, p. 91).

No espaço da chamada “esquerda radical”, logo após a queda do regime, seriam organizadas manifestações pelo Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) a favor da descolonização imediata incluindo o impedimento ao embarque de soldados para as colônias portuguesas que aí permaneceriam até ao encerramento das negociações com os movimentos nacionalistas. O Movimento da Esquerda Socialista (MES) também realizou protestos de apoio aos movimentos de libertação das colônias, bem como as famílias dos soldados exigindo o seu regresso e o fim da guerra. Outras manifestações foram registadas, entre Abril e Setembro de 1974, de “solidariedade com os movimentos de libertação” sem indicação de seus organizadores, num contexto de “efervescência” social em que a “descolonização” e o “fim da guerra” constituíam uma das pautas em disputa, a par das laborais, sociais, políticas, culturais (VARELA, 2014).

No que respeita à chamada extrema direita, elementos deste espaço procurariam mobilizar a chamada “Maioria Silenciosa” para uma manifestação de apoio a Spínola. Tratava-se de *salvar o que se pudesse salvar no Ultramar* (PINTO, 2014, p. 364), após o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau. Com a contenção da manifestação, e a prisão de alguns elementos do regime Estado-novista, o movimento diversificaria os seus repertórios integrando ou constituindo partidos políticos, procurando exercer influência junto de militares e participando da reação ao processo revolucionário liderado pela Igreja Católica e setores conservadores em particular, do norte do país (PINTO, 2014, pp. 364-365). Surgiriam movimentos de “direita revolucionária” como o Movimento Democrático de Libertação de Portugal e o Exército de

Libertação de Portugal (ELP). Com o regresso dos colonos portugueses de África surgiram movimentos de reação à descolonização como o Comando Operacional de Defesa da Civilização Ocidental (CODECO) (PIMENTEL, 2014, p. 449).

Com a abertura política após Abril de 1974, o espaço dos movimentos sociais cresceu e diversificou-se. Ao longo do período de “efervescência” e radicalização, entre 1974 e 1975, a adesão a movimentos, grupos, partidos, comissões de trabalhadores, sindicatos, associações, cooperativas, comissões de moradores, coletivos diversos, foi transversal aos vários setores sociais – camponeses, operários, estudantes, intelectuais, artistas, mulheres – num processo de questionamento das “definições rotineiras”, do que era dado por adquirido (PIMENTEL, 2014). A adesão popular ao golpe militar e a incapacidade de os setores “moderados” controlarem a situação demonstra a transformação do valor dos capitais dos atores políticos e militares, favorecendo os setores considerados mais à esquerda. Nesse período abriu-se a possibilidade de questionar as definições dadas como adquiridas das fronteiras nacionais, da identidade, da relação com o exterior e da nação. Novas arenas de conflito foram abertas – a relação com África, o passado colonial, o presente “em descolonização”, o futuro incerto na relação com os novos países africanos e a CEE como “horizonte de possibilidade”, tornando a integração internacional do país uma arena de disputa.

2 Das disputas em torno da descolonização ao empreendedorismo na “causa” da “cooperação solidária com o Terceiro Mundo” (1974-1975)

Após o 25 de Abril de 1974, durante o período de maior “efervescência política”, entre 1974 e 1975, a “questão colonial” tornar-se-ia foco de importantes disputas. Um grupo de “católicos progressistas” empreendeu na “causa” da “descolonização” e da “solidariedade com o Terceiro Mundo” fundando uma organização, em Maio de 1974, o Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial (CIDAC). Importa então questionar as condições que viabilizaram a reconversão da “causa” e a emergência de um espaço associativo vocacionado para “causas além fronteiras” após o fim do Império.

Os dois idealizadores do CIDAC, Luís Moita e Nuno Teotónio Pereira, libertados da prisão com outros presos políticos após a queda do regime, tinham origens sociais em famílias da burguesia urbana, dispendo de importante capital familiar, social, académico e cultural, e circulação internacional. Durante a ditadura, participaram da

oposição católica “progressista” à ditadura e principalmente, à guerra colonial, tendo liderado iniciativas como a publicação e distribuição do boletim *Direito à Informação* sobre a guerra colonial, a partir de 1963, dos *Sete Cadernos sobre a Guerra Colonial*, em 1971, do *Boletim Anti-Colonial* em 1972. Estiveram igualmente engajados na realização das vigílias pela paz na capela de S Domingos em 1969, e na capela do Rato, em 1972, tendo tido, o primeiro presidente do CIDAC, um papel central na organização desta última. Eram assim reconhecidos como militantes da oposição ao Estado Novo e particularmente engajados no “anticolonial”. Em Maio de 1974, os “empreendedores” mobilizaram para o núcleo da organização familiares e amigos: duas trabalhadoras-estudantes e um antigo companheiro da prisão política em situação de desemprego, que abandonaria o grupo em 1975 para participar de um partido político. Um mês depois da fundação juntar-se-ia outra estudante.

Aquando da fundação da organização, os seus dirigentes mantinham ligações a uma diversidade de importantes atores do espaço político, dispondo de uma rede de contatos junto de antigos oposicionistas próximos do movimento militar que derrubou o regime, de membros dos governos provisórios e de movimentos da chamada extrema esquerda. No campo cultural tinham proximidade aos intelectuais do “catolicismo progressista”, grupo diverso onde participavam artistas, cientistas, políticos, jornalistas. Segundo um dos empreendedores do CIDAC, engajado no catolicismo “progressista” desde os últimos anos da década de 1960:

Naqueles anos efervescentes da vida portuguesa, havia uma enorme vitalidade acompanhada por uma rede de contatos entre os diversos núcleos que tinham cimentado solidariedades na oposição ao regime da ditadura. Desde movimentos cristãos, até sectores político culturais (O Tempo e o Modo, António Alçada Baptista, João Bénard da Costa... Centro Nacional de Cultura, Helena Vaz da Silva) e movimentos mais politizados (grupos de arquitetos, Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas... sectores em torno de Jorge Sampaio e do futuro Movimento Esquerda Socialista, etc., etc. (Homem, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal,)

No exterior do país, os militantes do CIDAC dispunham, no âmbito do internacionalismo católico, de relações com grupos e

organizações de vários países europeus, ligadas à “solidariedade internacional”, com as diásporas portuguesas, exilados e intelectuais. A construção dessas relações requereu competências cosmopolitas associadas ao domínio de línguas, experiência de viagens, estudos no exterior, acesso a publicações... Ao longo do seu percurso, os empreendedores do CIDAC tinham assim adquirido disposições, visões de mundo e práticas da “militância internacionalista” fora do enquadramento dos partidos políticos e articulada por valores “humanistas” e por ideologias políticas atribuídas ao chamado campo da esquerda.

Após a revolução de Abril, a partir da constituição de um espaço associativo, aqueles militantes retomariam os contatos com organizações francesas e de outros países europeus ainda durante a ditadura, nomeadamente as do campo católico engajado no “desenvolvimento”. O *Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement* tornou-se um aliado fundamental do CIDAC garantindo-lhe recursos financeiros para manter o seu funcionamento e mediando o acesso a outras organizações católicas e protestantes de países europeus e do Canadá voltadas para o “desenvolvimento”, através das quais também mobilizariam recursos. Efetivamente, a transformação do modo de “intervenção católico no desenvolvimento”, concretizado por exemplo pelo CCFD, ao longo da década de 1960 e 1970, abriu a possibilidade de organizações católicas financiarem grupos sem ligação às autoridades eclesiásticas e sem um alinhamento religioso, ainda que no caso do CIDAC, os seus membros tivessem percursos reconhecidamente ligados ao catolicismo.

Um dos empreendedores do CIDAC, que realizou a sua formação superior, religiosa, em Itália, durante a década de 1960, refere que:

Isto é curioso (...) porque eu quando tinha aquele trabalho que fiz referência no grupo do BAC, em pleno tempo da ditadura, a um dado momento fiz uma viagem a uma série de países europeus contatar pessoas nossas conhecidas ou referenciadas para ver se conseguíamos fundos aqui para o nosso trabalho. Vim de lá sem um tostão. Fomos a França, à Bélgica, à Holanda, à Itália, nem um tostão. A partir do momento em que há o vinte cinco de Abril e em que a gente começa a trabalhar digamos, na legalidade, esses contatos foram úteis e abriram-se em apoio. Ou

seja, as pessoas provavelmente não queriam dar dinheiro sem ter um controlo muito acentuado, mas que malta é esta, o que é que estão para lá a fazer... Ao passo que, a partir do momento em que o CIDAC agiu na legalidade tivemos condições de obter financiamento. E portanto havia uma quase regularidade de apoios financeiros (...) havia na França, o Comité Catholique pour la Faim et pour le Développement, depois havia na Bélgica não sei quê, depois havia na Alemanha não sei quê, depois havia a OXFAM Canadá imagine, e depois havia algumas organizações holandesas muito interessantes que nos apoiavam também financeiramente, assim mais de natureza humanista, e assim (...). (...) aliás vou sair de Holanda para França. CCFD – Comité Contre la Faim et pour le Développement, CCFD. Porque é que eu digo que isto tem um valor simbólico bastante significativo? Porque, a seguir ao Concílio Vaticano II que começa em 62, vem o Papa Paulo VI quem mantém um pouco essa abertura da Igreja ao mundo e há um grande movimento de motivação das comunidades cristãs para o apoio aos países subdesenvolvidos, então chamados. E em muitos países, nos países agora mais importantes, são criadas pelos episcopados respetivos organizações confessionais de recolha de fundos, fazem as coletas de Quaresma, em que há milhões de francos franceses que são recolhidos para apoio aos países do terceiro mundo, e são criadas organizações para gerir isso, Comité Catholique contre la Faim et pour le Developpement e há congêneres desse organismo em diversos outros países que até estão digamos, articulados entre si (...) que então agrupa comités deste género do Canadá, da Irlanda, da França, da Alemanha, pelo menos estes países, da Holanda, que fazem uma espécie de pool para se articularem entre si. Ora o CIDAC entra nas boas graças desta organização. Temos relações muito pesadas, muito fortes com o CCFD e depois, através dele, com os outros organismos. Católicos. E depois há uma versão protestante também de um esforço análogo, de recolha digamos, de donativos dos fiéis para este rossio.

Por exemplo, na Alemanha há duas organizações muito potentes, uma que se chama Misericórdia, que é dos católicos e outra dos protestantes que se chama, diz em alemão, que significa Pão para o Mundo. Tá a ver? Isto estamos a falar de anos 1970, 1980, 1980. Ora bem, curiosamente, é deste tipo de entidades, que nós recebemos o grande apoio financeiro para a existência do CIDAC. Digo isto porque aqui o financiamento, bom era em condições extraordinárias porque era na base da confiança. Portanto nós pedíamos olhe, nós precisamos este ano de não sei quê e vamos lá fazíamos deslocações e contatos e tal para conseguir reunir aquele pacote de dinheiro que nos desse para garantir a segurança, o funcionamento da organização. (Homem, ex-líderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Durante o período de maior incerteza sobre a “política colonial”, o engajamento na “causa” da descolonização e da “solidariedade internacional” aproximava o CIDAC das posições dos dirigentes do Movimento das Forças Armadas (MFA) e de alguns membros dos governos provisórios, dos movimentos de libertação africanos e de movimentos europeus da “solidariedade terceiro-mundista”. Um dos empreendedores da organização, com relações próximas ao Movimento de Esquerda Socialista (MES) e a Jorge Sampaio, tendo sido seu assessor durante o período em que este foi Secretário de Estado da Cooperação Externa (Março a Agosto de 1975), lembra o processo de construção das redes de relações com militantes dos partidos africanos durante as negociações das descolonizações:

(...) houve ali um longo período, ainda de incerteza sobre qual o desfecho destes processos todos (...) qual era a estratégia que prevaleceria aqui em Portugal? Que receptividade é que haveria em relação aos movimentos de libertação? Há aqui um longo período onde há um contato com um homem chave deste processo todo que é o Aquino de Bragança (...) é o homem que está ao lado dos grandes líderes dos movimentos de libertação a lutar em conjunto, quer dizer, o homem das ligações entre eles para fazerem uma frente comum contra o colonialismo português e portanto relaciona-se com om

*Eduardo Mondlane, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, todos esses (...). O Aquino de Bragança (...)*tem um trabalho diplomático importantíssimo em ligação aqui com os meios de Lisboa e o seu interlocutor privilegiado seria o Melo Antunes (...). Eu, repare, com o Aquino, fomos ali companheiros de muita conversa, de muita jogada, de muita definição estratégica, do avanço disto tudo (...) e simultaneamente e curiosamente por intermédio desse Comité de Angola de Amsterdam, que tinha algumas pessoas que se movimentavam muito bem nestes meios, nós fomos apresentados clandestinamente a representantes dos movimentos de libertação que já aqui estavam em Portugal (...) ou estudantes muito avançados da confiança do MPLA, da FRELIMO ou do PAIGC, ou profissionais imagina, um médico angolano, do MPLA, um cabo-verdiano do PAIGC, uma estudante de direito da FRELIMO, lembro-me muito bem desses três que passaram a ser, mas em boa verdade só através de mim, os elementos de ligação do CIDAC aos movimentos de libertação (...). (Homem, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A transição da “causa anticolonial” para a “solidariedade internacional”, ou seja, a viabilização de uma nova forma organizacional⁹⁴ ainda durante o período “revolucionário”, em Portugal, requereu a mobilização de um conjunto de recursos por seus empreendedores. A identificação do CIDAC com a categoria de “organização de solidariedade internacional” foi possível pela reconversão do capital político, cultural, social e internacional, acumulado ao longo do itinerário de seus primeiros militantes. Tendo origens sociais em famílias burguesas da capital, tinham proximidade a movimentos políticos de “oposição” ao Estado Novo, e de “renovação cultural”, em particular aqueles liderados por católicos “progressistas”. Tinham hábitos de viagens para o exterior e acesso a produtos culturais estrangeiros (livros, filmes, revistas), valorizando o “internacional”.

Mediante o acesso, através do campo católico “progressista”, ao espaço da militância pela “solidariedade com o

94 Para Rao (1998), as novas formas organizacionais constituem novas incorporações de objetivos, autoridade, tecnologia e clientela.

Terceiro Mundo” articulado além-fronteiras, os empreendedores adquiririam disposições, normas, terminologias e práticas consideradas próprias desse universo (BOURDIEU, 2014, pp. 17-18), permitindo-lhes também o acesso a recursos financeiros para viabilizar a “cooperação” com os países africanos. Por outro lado, a proximidade aos governantes portugueses durante o “período revolucionário”, tornaram possível o acompanhamento das negociações da descolonização e dos primeiros acordos de cooperação com os países africanos. Nesse período, teriam acesso aos dirigentes dos novos países com quem o CIDAC iniciaria depois atividades de “solidariedade”. Todavia, para se constituir como uma nova forma organizacional, foi necessário delimitar suas fronteiras através da importação de elementos do espaço de militância pela “solidariedade com o Terceiro Mundo” e da sua rearticulação no espaço nacional.

2.1 Delimitando as fronteiras do espaço de militância pela “cooperação solidária”

No início de sua atividade o CIDAC manteve, agora num contexto de abertura política, um repertório de ação centrado na recolha e divulgação de “informação” sobre a “questão colonial”, no qual as redes de relações nacionais e internacionais constituíam importantes recursos⁹⁵. Nos meses seguintes ao 25 de Abril, os militantes do CIDAC engajar-se-iam na defesa do reconhecimento imediato da independência das colônias portuguesas, na transferência de poder para os movimentos de libertação que tinham liderado a oposição armada ao colonialismo e na “solidariedade com os povos colonizados”, rejeitando a possibilidade de constituição de uma federação ou outra forma de manutenção da autoridade portuguesa nas suas ainda colônias. Nesse período, participaram de manifestações de protesto “contra a guerra colonial” e “a favor da descolonização imediata”, perfilando com outros atores com posições semelhantes como os movimentos da “esquerda radical”, estudantes africanos e membros dos movimentos de libertação em Portugal.

95 Nas entrevistas com uma de suas militantes iniciais, ela refere que foi particularmente importante a recuperação do acervo de “documentação anti-colonial” construído clandestinamente nas décadas de 1960 e 1970. Essa recolha tinha sido possível através de redes de contatos junto de movimentos de “solidariedade terceiro-mundista”, de outros países europeus, nomeadamente do espaço cristão (católico e evangélico), e que tinha sido apreendido pela polícia alguns meses antes do golpe militar.

Apesar da importância do “catolicismo progressista” no percurso de militância dos empreendedores do CIDAC, a narrativa da formação da organização distingue este espaço de engajamento do movimento de oposição católica ao Estado Novo. Nesse sentido, uma das militantes iniciais da organização, com origem numa família de militantes “oposicionistas” católicos, refere que:

(...) então a seguir ao 25 de Abril, um ponto que acho que é bastante curioso e acho que tem alguma importância, no 1º de Maio, o meu pai fez um discurso no estádio Primeiro de Maio em nome dos católicos progressistas, também foi assim uma coisa um bocadinho rara, não é? Mas a importância desse discurso é que uma das coisas que ele disse foi: “acabam aqui os católicos progressistas porque agora cada um vai fazer o que quer, vai integrar os partidos políticos que quiser, os sindicatos, podem não integrar absolutamente nada etc., etc... pronto. Eu acho que essa declaração é importante para se perceber que o que se passou a seguir ao 25 de Abril já é outro contexto. As pessoas às vezes fazem um bocado de confusão, há pessoas que pensam que o CIDAC nasceu antes do 25 de Abril e efetivamente não. (Mulher, liderança de ONGD, entrevista realizada em Portugal)

A causa da “descolonização imediata” e da “solidariedade internacional” não era comum ou prioritária para todos aqueles que tinham militado no catolicismo “progressista”, quer durante a ditadura, quer após a queda do regime. Com a abertura do espaço político e a formação dos primeiros partidos, associações e sindicatos livres, aqueles anteriormente engajados no grupo dos “católicos progressistas” tornavam-se potenciais adversários políticos já que as suas opções ideológicas eram diversas.

Por outro lado, no período pós-ditadura, o reconhecimento como militante da “oposição católica”⁹⁶ não se estendeu àqueles que não

⁹⁶ A “vigília pela paz” na Capela do Rato e a atividade de oposição dos católicos “progressistas” tornar-se-iam objeto de interesse da comunicação social após a queda da ditadura, com artigos e entrevistas publicados. Foram identificados artigos por exemplo, no jornal *Portugal Hoje* de 30/12/1980, no jornal *A Capital* de 10/1/1983 e no jornal *Primeiro de Janeiro* de 9/1/1983. Todavia, neste mesmo ano,

tinham origens familiares nas elites culturais urbanas. Assim, quer os “reformistas” que criticavam o regime a partir de uma situação social privilegiada, tendo assim maior possibilidade de “escapar” à repressão violenta, quer os que sendo provenientes de famílias das elites conservadoras, assumiram posições frontalmente contrárias ao quadro político vigente, e ao seu contexto primário, reconhecer-se-iam e seriam socialmente reconhecidos como parte do grupo “catolicismo progressista”. Todavia, o percurso de oposição ao regime de católicos das classes operárias ou do movimento estudantil não lhes conferia necessariamente o estatuto de pertença àquele grupo e consequentemente, a notoriedade social e política a ele associado. Umreligioso, próximo dos católicos “progressistas” de Lisboa, desde a década de 1960, afirma que:

(...) organizações que lutaram para mudar isto, por exemplo, perguntar, por exemplo, a nível dos operários por exemplo toda a luta que eles fizeram para ter sindicatos livres em que eles pudessem ter a sua palavra. Ninguém vai dizer que essa gente ajudou a fazer o vinte cinco de Abril. Agora? Pertenceram aos católicos progressistas? Está maluco. Agora? Quem eram, quem eram? Os universitários. Não vão falar no coletivo. Vão falar sei lá, num ou outro, o Sá Carneiro, fantástico e tal, ou o Miller Guerra que fez aquelas coisas na Assembleia ou a Pintassilgo mesmo, não sei quê. Agora, os estudantes? Quem é que alguma vez disse que a revolução, porque a revolução de 1962, a luta dos estudantes, quer a de 1962, com o Jorge Sampaio, quer a de 1960 e 1969 tinha católicos, é gente batizada. Estes não são católicos progressistas? Como é que é? Eu disse-lhes isso, peguem nas organizações. Peguem na memória das pessoas. Façam o favor de fazer uma luta contra a ditadura, uma luta cristã que conhece a realidade e a verdade e não uma luta enviesada só das pessoas que cantaram de alto, que tinham condições para poder fazê-lo, que até se fossem para a cadeia tinham o pai e a mãe para levar lá o dinheiro que eles precisavam (...) não pegaram na realidade sociológica da

o evento era igualmente criticado num artigo no jornal *O Dia* de 10/1/1983 com o título *Palhaçadas no Rato*.

Igreja Católica (...) quando se fala dos católicos progressistas, mas o que é que eram? O que é que os católicos queriam? Ao fim e ao cabo o que é que fizeram para isso? E não apenas esse que, enfim, a polícia foi lá buscar à capela do Rato, é sempre a mesma conversa. (...) Falo das organizações mas a própria leitura sociológica é mais complicada do que isso porque há pessoas que a gente à partida, somos injustos porque até há pessoas que fizeram muitas coisas que são contrárias ao seu (...) sentir, à cultura da sua família, e que arruma todos no mesmo cesto (...). (Homem, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A distinção entre participantes da oposição católica ou do “progressismo católico” e o reconhecimento desigual da “importância” relativa da sua participação na luta contra o regime indicam que a reconversão do capital militante e político dos oposicionistas se apresentou viável, na nova conjuntura, quando combinado com outros recursos (familiares, sociais, econômicos, académicos, culturais ou cosmopolitas), acumulados ao longo dos trajetos sociais dos ativistas. Nesse sentido, o empreendedorismo na constituição de uma organização vocacionada para a “causa” da “solidariedade com os países do Terceiro Mundo” em Portugal apresentou-se como processo de reconversão de capitais diversos não podendo ser entendido como uma continuação “natural” da militância anterior no “anticolonial”.

A não filiação formal em partidos políticos foi outra das opções dos militantes do núcleo inicial do CIDAC. O empreendedorismo num espaço coletivo que se apresentava como distinto dos partidos, gerou, em alguns momentos, tensões com aqueles, em particular com o Partido Comunista Português (PCP). Porém, essa disputa não poderá ser dissociada das relações dos militantes do CIDAC com outros partidos da chamada “extrema esquerda”, num contexto de pluralização e concorrência no quadrante político mais à esquerda. Uma das militantes iniciais do CIDAC, com relações familiares com empreendedores do partido Movimento de Esquerda Socialista (MES), refere que:

(...) as pessoas ligadas ao CIDAC nunca foram do partido, eram pessoas de esquerda, eram pessoas com... que participaram na luta contra a ditadura, anti-colonialismo, mas nunca foram

peças do PC. Pronto. Isso gera uma desconfiança no PC porque o PC é daqueles partidos que ou domina ou não interessa, não é? Ou é nosso ou não interessa, basicamente. E em todos os trabalhos que nós tentamos fazer ao longo do tempo com os vários partidos, nós tínhamos sempre uma filosofia que era, e aplicamo-la várias vezes, que era, não temos nenhuma ligação com nenhum partido político, das pessoas que estiveram aqui no CIDAC, algumas propositadamente, que é o meu caso, nunca pertencemos a nenhum partido político para nos dar margem digamos para fazer todas as alianças que fossem úteis e importantes, em cada momento, portanto, mas o CIDAC enquanto tal não tinha nenhuma ligação com nenhum partido político e trabalhava com todos os partidos nas causas que poderiam ser comuns.(Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Estabeleceram-se assim, na construção de um espaço de militância engajado na “solidariedade internacional”, duas fronteiras. Uma em relação ao grupo alargado e diverso da oposição “católica progressista”, de onde eram “provenientes” os empreendedores, e que, entretanto, se “diluiu” nos movimentos políticos e associativos criados na fase da efervescência social e política. Outra em relação à grande diversidade de partidos políticos que emergiriam na senda da queda da ditadura, nos vários quadrantes políticos. O afastamento em relação ao espaço religioso nacional não pode ser dissociado da proximidade entre a Igreja Católica portuguesa e os movimentos de reação à revolução, e da participação de católicos “progressistas” em movimentos com posições ideológicas diversas, também no que se refere à “questão colonial”. No que respeita ao universo político, a distinção permitiria à organização apresentar-se como distanciada das lógicas de interesses partidários e eleitorais.

Com a emergência de uma organização engajada na “cooperação solidária para o desenvolvimento”, de pendor socialista, com os países africanos recém independentes, definiu-se uma terceira fronteira. Os repertórios do CIDAC, centrados na “informação” e na valorização da articulação entre lógicas *experts* e engajamento militante, distinguiam a organização das organizações humanitárias existentes em Portugal antes de 1974, como a Caritas e a Cruz Vermelha, que promoviam atividades de “assistência social” principalmente a

distribuição de bens alimentares ou vestuário. Essa distinção era também política pois aquelas organizações estavam associadas a posições de “neutralidade” ou apoio à política colonial do regime. Essa fronteira colocava no exterior do espaço da “solidariedade com o Terceiro Mundo” indivíduos e organizações “humanitárias” com atividades prévias no espaço colonial africano ou próximas ao Estado Novo.

Assim, para a primeira organização engajada na “cooperação solidária para o desenvolvimento, o reconhecimento como um espaço de “solidariedade desinteressada”(BOURDIEU, 2014, p. 183)requereria a construção de formas de distinção em relação ao passado colonial, mas também, no presente, em relação às lutas partidárias.

2.2 A descolonização como “dupla independência” e a “solidariedade como responsabilidade”: *framing* da “cooperação com os novos países africanos”

Os movimentos sociais são agentes de produção de sentido, construindo “*frames*”, quadros interpretativos para a ação coletiva que dão sentido a eventos, classificam experiências e fornecem orientações para a conduta dos indivíduos. Trata-se de “simplificar o mundo” para conseguir apoios, mobilizar associados e enfrentar os adversários. Assim os “frames” são o conjunto de crenças e sentidos que inspiram e legitimam a atividade dos movimentos sociais (BENFORD & SNOW, 2000, p. 614).

A mobilização pela “cooperação solidária” com os povos africanos das antigas colônias portuguesas requereu a concepção de esquemas de interpretação do passado colonial e da descolonização que tornasse legítima a “causa”. Tratava-se então de atribuir sentido à transformação histórica associada ao fim do Império e às relações pós-coloniais, questionando o enquadramento do colonialismo como “missão civilizadora” e “sagrada” de Portugal e a “especial vocação” dos portugueses para construir relações com outros povos.

Em 1974, a construção de condições simbólicas para o engajamento e a mobilização para a “causa do anti-colonialismo” e da “solidariedade com os povos das (ainda) colônias” teve por base o argumento de que a revolução apenas seria sustentável se as liberdades adquiridas fossem extensíveis ao espaço colonial. A utilização de repertórios de ação “informativos” visava o “esclarecimento” da população metropolitana sobre a “questão colonial” e mobilizar apoio para o reconhecimento das independências através de slogans como “nenhum povo pode ser livre enquanto oprimir outro”. A concepção de

que os povos colonizados eram, tal como os portugueses, vítimas da ditadura estado-novista e igualmente oprimidos pelo capitalismo nacional e internacional, colocava em comum as lutas pela “autodeterminação” de portugueses e africanos que, na senda do golpe militar de Abril de 1974, tinham a possibilidade de se tornarem simultaneamente “independentes”. Os destinos da metrópole e das suas colônias surgiam assim “entrelaçados”.

Com a aprovação da lei que reconhecia o direito das colônias à autodeterminação, e todas as consequências daí advindas, em Julho de 1974, o desenho da “questão colonial” alterava-se, abrindo a porta para a emergência da “cooperação solidária entre portugueses e africanos, enquanto cidadãos de nações independentes”. Os empreendedores do CIDAC transitaram do engajamento “anticolonial” para a “cooperação” com os povos africanos recém independentes, defendendo a responsabilidade pelo “apoio à reconstrução nacional” das antigas colônias portuguesas no continente africano. Após as descolonizações, o quadro de referência para a militância na “solidariedade internacional” foi reconstruído, assentando no pressuposto de que a “verdadeira independência” apenas seria possível através do desenvolvimento econômico e da transformação do sistema internacional, criticando o “neocolonialismo” e a “política das grandes potências”, mantendo-se próximos do marxismo e das posições dos “não-alinhados”. O trabalho de legitimação social da “causa” apresentava a “cooperação solidária para o desenvolvimento” como continuação do apoio à (construção da) “independência” das antigas colônias. É nesse sentido que um dos militantes fundadores do CIDAC afirma que:

Ou seja, do ponto de vista também agora relevante, do impacto que isso tem no CIDAC, é muito claro para nós que a luta anticolonial, que durante aqueles primeiros meses, ou primeiro ano digamos assim, estava em aberto, a partir das independências tinha de mudar de natureza para passar a apoio ao desenvolvimento dos novos países. (Homem, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A relação entre ativismo “pela descolonização” e “solidariedade com o Terceiro Mundo” era comum a contextos de engajamento da chamada “nova esquerda radical” noutros contextos geográficos, incluindo na Europa ocidental. Na senda de processos revolucionários em países como Cuba ou China e dos movimentos

nacionalistas africanos, o Terceiro Mundo tornar-se-ia repositório das esperanças de militantes de “esquerda” um pouco por todo o mundo, animando a mobilização em “solidariedade” com os movimentos independentistas nomeadamente os das colônias portuguesas. Após as descolonizações, aqueles movimentos envolver-se-iam na “cooperação solidária” com os países recém-independentes (KALTER, 2016, p. ix). No contexto europeu ocidental, os movimentos da “nova esquerda radical” francesa engajados na “solidariedade terceiro-mundista” adquiririam dimensão transnacional (KALTER, 2016, p. 8) influenciando movimentos noutros países, incluindo Portugal. Também no contexto francês, e no resto da Europa ocidental, a “solidariedade” com os países recém-independentes na África e Ásia, e as campanhas de “luta contra a fome”, animaram o investimento católico na “causa” do desenvolvimento, surgindo organizações não-governamentais católicas com discursos politizados, críticos da “ordem econômica internacional” com base por exemplo, na Teologia da Libertação.

Assim, o enquadramento da “causa” da “solidariedade internacional” permitia reconhecer e dar coerência ao percurso de militância das lideranças do CIDAC associando as posições “anticoloniais” ao engajamento na “solidariedade internacional”. Por outro lado, representava a dinâmica de poder no espaço político português entre 1974/1975, e no espaço dos movimentos sociais, em que a “esquerda” e o “terceiro-mundismo” adquiriam importante cotação, também através de interligações internacionais, a partir das quais eram importadas terminologias, visões de mundo, repertórios de ação e mobilizados recursos (políticos, acadêmicos, simbólicos, materiais) importantes nas lutas nacionais.

Por outro lado, a “causa” legitimava o sistema de classificação que suporta a chamada “ajuda ao desenvolvimento”, ou seja, a existência de uma hierarquia entre países mais ou menos desenvolvidos, e que os primeiros deverão transferir recursos (financeiros, *expertise*) para os segundos para “apoiar” o seu progresso. Todavia, essa “ajuda”, quando prestada através de espaços associativos que articulavam “humanismo” e “*expertise*”, apresentava-se como “desinteressada” ou “solidária” por contraponto à “ajuda bilateral”, que era entendida como estando sujeita às lógicas de interesses dos Estados, em particular durante a Guerra Fria. Desenhava-se assim a construção da distinção entre Estado e ONGs na “ajuda ao desenvolvimento” que legitimaria o papel daquelas organizações.

2.3 Experimentando repertórios de ação coletiva na “cooperação solidária”

Ao longo de 1974, quando ainda se negociavam os termos da descolonização formal com os movimentos independentistas africanos, o CIDAC testou diversos repertórios de ação como manifestações públicas de “solidariedade”, edições, atividades “informativas” e, adentrando, a “cooperação solidária”, uma campanha de recolha de bens de primeira necessidade para enviar para a África. A partir dessa experimentação, os seus dirigentes decidiram descontinuar as “campanhas humanitárias”, pela grande quantidade de bens em mau estado ou desadequados, distanciando-se de práticas próximas da “assistência” ou “caridade”. Em Portugal, persistiriam nas atividades descritas como de “informação e formação” sobre as antigas colônias portuguesas, o “Terceiro Mundo”, o “desenvolvimento”, tendo organizado atividades como a *Semana Nacional de Solidariedade com os Povos das Colônias e a República da Guiné Bissau*, em Dezembro de 1974, com dirigentes dos movimentos de libertação e militantes portugueses (CIDAC, 2004). O repertório inicial de “solidariedade internacional” daquela organização incluiu, assim, formas de intervenção política já testadas pelos e consideradas bem sucedidas e outras que, apesar de serem utilizadas por outras organizações de vocação internacional, como a recolha e envio de bens, foram testadas e consideradas não adequadas (TILLY, 2003, pp. 253-280).

O CIDAC foi experimentando outro tipo de práticas consideradas próprias do setor, tendo sido responsável pela realização da primeira atividade de “cooperação solidária” com uma antiga colônia portuguesa, a Guiné-Bissau, em Dezembro de 1974, tendo enviado um grupo de professores portugueses, voluntários, para “atividades de formação” de seus pares bissau-guineenses durante as férias de Natal. A realização dessa primeira atividade pressupôs o recrutamento de profissionais especializados, dispostos a trabalhar sem remuneração na Guiné-Bissau, a articulação com os membros do governo bissau-guineense e a organização da logística associada à deslocação de um grupo de pessoas para outro país, que envolveu, por exemplo, a viagem num avião militar português quando as relações diplomáticas estavam numa fase inicial, após uma década de guerra. O pioneirismo do CIDAC na “cooperação” com países africanos, fora do âmbito estatal, ainda no ano de 1974, revela o capital político e social dos empreendedores, o acesso a redes de relações no espaço governamental / militar e no campo

acadêmico / intelectual / *expert* e a cotação social da “causa” naquelas esferas sociais.

Após a primeira atividade de “cooperação solidária” com a Guiné-Bissau, aquela organização centrar-se-ia no envio de cooperantes portugueses para trabalhar em diversos setores dos novos Estados africanos. A “cooperação” ocorria assim, entre uma organização não-governamental e os governos tendo como interlocutores, nos países, funcionários públicos e dirigentes ministeriais. Após o arranque das atividades na Guiné-Bissau, o CIDAC recrutou e enviou cooperantes portugueses para Cabo Verde, em 1975. No ano seguinte realizou um encontro com 50 participantes / interessados com o objetivo de “conversar” sobre a “cooperação militante”. Nesse mesmo ano, em colaboração com a embaixada bissau-guineense em Portugal, o CIDAC foi responsável pelo processo de formação de cooperantes portugueses, recrutados em conjunto com os representantes diplomáticos daquele país (CIDAC, 2004). Para uma das militantes iniciais do organização, envolvida no recrutamento de cooperantes para prestar “assistência técnica” nas antigas colônias, esse tipo de práticas era vantajoso para os países africanos, na medida em que permitia o acesso a *experts* com o perfil profissional e político “adequado” e falantes de português. Segundo ela:

Mas esses cooperantes tinham normalmente um problema que não falavam português, portanto a cooperação com Portugal era importante desse ponto de vista para os países. Só que não era ainda possível, levou algum tempo até ser possível haver uma cooperação Estado a Estado, não é? Então, esta cooperação assim de sociedade civil era bem vinda, era muito bem-vinda. E desse modo acho que, como ainda por cima o CIDAC tinha o antecedente de ter participado na luta anticolonial também não punha problemas digamos ideológicos, ou de, ou de desconfiança, não é, portanto gerou-se aqui uma, também, uma ligação, com alguma confiança, e como as primeiras missões correram também bem, isso depois gerou então os tais, os tais pedidos. (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

O CIDAC tornou-se assim uma organização chave no envio de militantes/*experts* portugueses para os países africanos. Os custos

associados às remunerações desses cooperantes eram suportados pelos financiadores da “ajuda ao desenvolvimento” que passaram a “cooperar” com aqueles países após as independências. Assim, a “cooperação solidária” mediada por aquela organização portuguesa tornou-setambém, nos primeiros anos após a queda da ditadura, num espaço de atuação profissional no qual capital escolar / técnico e posicionamento ideológico se apresentavam relevantes nos processos de recrutamento, num período caracterizado por crise econômica⁹⁷ e “efervescência política”. Para os militantes do CIDAC, que se tornariam também profissionais, o acesso a recursos, incluindo financeiros, das ONGs confessionais europeias e as visitas aos países africanos, que funcionavam como uma espécie de “imersão” no contexto político, social e cultural para indivíduos sem experiência anterior em África, permitiriam o contato direto com a indústria da cooperação *in loco*, com seus agentes, práticas e jargão próprios. Esses processos tornaram possível a organização, adquirir *expertise* no campo da “cooperação para o desenvolvimento” que, apesar de “novo” na política externa portuguesa, constituía um espaço já institucionalizado e especializado das relações internacionais.

3 Aprender fazendo: a cooperação bilateral entre Portugal e os Estados africanos

3.1 As primeiras práticas de cooperação estatal

Em 18 de Junho de 1975, o então Presidente da República português, Costa Gomes, discursava perante a Comissão de Descolonização das Nações Unidas que encerrava os seus trabalhos com sucesso após as independências africanas, nomeadamente das antigas colónias portuguesas. Nessa ocasião, aquele Presidente afirmava:

Portugal aderiu às Nações Unidas para defender a liberdade, a paz e a justiça; Portugal saberá manter as responsabilidades de auxílio aos novos Estados, embora legitimamente esperemos uma contribuição generosa dos países desenvolvidos, e dos órgãos da comunidade internacional, contribuição essencial para a paz e a estabilidade. Todos nós portugueses sonhamos construir aquela comunidade de língua portuguesa que será símbolo de amizade,

97 A situação de crise económica de final da década de 1970 obrigaria o país a solicitar a intervenção do Fundo Monetário Internacional em 1977.

*fraternidade e amor entre povos livres e independentes*⁹⁸

A “cooperação” oficial portuguesa com as suas antigas colônias iniciou-se com a Guiné-Bissau, que tinha sido o teatro de guerra mais difícil para os militares portugueses, o local da conspiração que levaria à queda da ditadura portuguesa, em Abril de 1974, e a primeira colônia africana a quem Portugal reconheceu a independência em Setembro desse ano (GOLIAS, 2016, pp. 282-283). Da parte bissau-guineense, ao longo da luta de libertação (1963-1974), o PAIGC, em particular o seu líder, Amílcar Cabral, tinham alcançado importante prestígio internacional junto dos dois blocos e das Nações Unidas (CRAVO, 2011). Nesse sentido, parte da direção do PAIGC interagiu com o sistema internacional de “cooperação”, adquirindo experiência diplomática e aliados junto de instituições internacionais e organizações não-governamentais de “solidariedade” de diversos países, tendo, Amílcar Cabral, desenvolvido um pensamento crítico sobre os “riscos do neocolonialismo” associados à “ajuda” aos países africanos (SOUSA, 2016, pp. 456-457). Com a independência oficial de Portugal, em 1974, as relações internacionais do PAIGC tornar-se-iam em relações formais de “cooperação para o desenvolvimento” com a Guiné-Bissau.

Todavia, o caráter inesperado da queda do regime em Portugal em 1974, e da subsequente negociação das independências, colocou os novos dirigentes bissau-guineenses perante a eminente saída dos funcionários da administração colonial que asseguravam até aí, os muito escassos serviços de saúde e educação. A relação de proximidade entre combatentes do PAIGC e militares portugueses do Movimento das Forças Armadas (MFA) na Guiné-Bissau permitiu, ainda durante o período de transição da administração, perspectivar a cooperação com Portugal como forma de responder àquelas necessidades no imediato (GOLIAS, 2016, pp. 247-248). Para os dirigentes portugueses tratava-se na altura, de assegurar a transição do governo e construir a cooperação num período de grande incerteza sociopolítica e econômica.

Um dirigente do PAIGC, que ocupava um cargo ministerial em 1974, que realizou a sua formação universitária em Portugal, filho de um funcionário público guineense “crítico do colonialismo”, lembra que:

⁹⁸ GOMES, Francisco Costa. *O Século de 19/6/ 1975*.

(...) Quando começamos a cooperação nem nós nem os portugueses (...) estávamos preparados para a cooperação. Nós sabíamos, sabíamos que queríamos ter relações, mas como é que se faz a cooperação? Quais são digamos os parâmetros, o enquadramento que se deve fazer a esse relacionamento? Eu posso dizer que... isso é uma história... eu e o meu colega na altura da saúde, nós dois, subcomissários, eu na educação nacional e cultura e o meu colega João da Costa, na saúde. Havia tremendas faltas de quadros, não tínhamos gente formada, quer dizer, não havia professores. (...) E então eu e o João da Costa metemo-nos num avião (...) fomos para Portugal e tivemos alguns encontros. (...) Numa das entrevistas (...) um jornalista pergunta-me: 'então, mas vocês lutaram contra os portugueses e agora vêm cá buscar professores? Porquê?' Eu disse: 'é muito simples. Vocês tiveram lá quinhentos e vinte e oito anos (...) e não formaram quinhentos professores. Portanto nós não temos professores. Compete aos senhores nos darem (...). (...) Língua portuguesa, se não for Portugal é o Brasil. Mas como é que nós vamos ao Brasil se temos Portugal? (...) tratem de nos conseguir os professores'. Mas por que então a língua portuguesa?' 'Porque é mais fácil para nós, há escolas primárias, há o Liceu. Bom, mas nós temos que fazer um esforço para criar as condições para a escolaridade e precisamos de professores'. 'Mas vocês combateram os portugueses e agora vão...' 'sim porque não temos outra escolha. Não vamos pôr inglês para as crianças aprenderem, nem francês.' Não teríamos capacidade. Se não temos de pôr professores portugueses quanto mais das outras línguas. Então foi assim que foi começada a cooperação digamos com, no domínio da educação. (...) Os portugueses (...) com quem a gente falou, quase da nossa idade, ou mais novos mesmo, questionaram se Portugal teria obrigações de... de cooperar conosco. Eu disse: 'quer dizer, a escolha não é muita, não é? Ou vocês cooperam ou então nós dirigimo-nos para os países francófonos ou anglófonos não é, para instalar,

mas se isso vai ser um problema para nós nos primeiros tempos, mas é um problema também para vós portugueses. Porque para terem alguma presença no mundo têm de [ter] aproximadamente com as antigas colônias portuguesas.’ (...) A cooperação para nós foi um bocado facilitada dado que já tínhamos o espírito do relacionamento, Mesmo se eu não me encontrei com ninguém, mesmo do Partido Socialista nem do Partido Comunista não é, mas tivemos, através do... deste tal COPCON, os contatos necessários. (...) Tínhamos objetivos concretos que era trazer médicos e trazer professores e conseguimos (...). Porque a coisa foi facilitada porque houve o 25 de Abril que mudou completamente o contexto. Portanto conseguimos trazer os professores. Mas antes mesmo de fazer essa missão, nós tivemos encontros, logo depois do vinte cinco de Abril na frente Nhacra-Morés (...) fizemos lá um encontro com os militares (...). Despi a farda de subcomissário e entrei como combatente e pronto, a gente tem que estabelecer o contato com os militares (...). (...) Entretanto foi destacada uma equipa que foi para a estrada e pôs as barragens. Quando os portugueses iam a passar a gente saiu do mato. Grande surpresa, mas já, digamos, que havia todas as consignas, que não se fazia mais guerra. Então os portugueses que lá estavam cumpriram (...). Nós tínhamos Estado no mato instalados e estivemos à espera, vieram os militares, nós parlamentamos (...) eu, há um colega meu (...) do Instituto de Agronomia que veio e era o capitão operacional, cordão de balas (...)... Então ele chega, olha para mim e disse-me: ‘tu estás cá?’ ‘Eu estou na minha terra e tu, estás a fazer o quê aqui hã?’ Naquela altura era um major que comandava e estabelecemos os primeiros contatos e eu disse, nós não queremos guerra, acabou, acabou. Então marcamos um próximo encontro em que depois veio o Fabião, Carlos Fabião, que na altura acho que era major. Sentamos, parlamentamos (...). E pronto isso aconteceu na frente Nhacra Morés mas também aconteceu em Bafatá, aconteceu em Cacine, nos vários pontos do país. (...) ao mesmo tempo que

se fazia os contatos com vista a ter professores e médicos também se fazia contatos para estabelecer a relação digamos institucional, a cooperação (...). Por isso é que às vezes as pessoas pensam que as coisas aparecem escritas e ensinadas, não, é pouco a pouco que se vai construindo (...) vai-se encaixando as coisas. (Homem, liderança PAIGC, entrevista na Guiné-Bissau)

O arranque das primeiras atividades de cooperação foi viabilizado pela “boa relação” que se estabeleceu entre militares portugueses na Guiné-Bissau, ligados ao MFA, e alguns dirigentes do PAIGC. Essa relação não pode ser dissociada da proximidade social e ideológica entre militantes guineenses que tinham estudado em Portugal, onde tiveram contato com a “política”, no campo da “esquerda”, e os oficiais intermédios do movimento que derrubou o Estado Novo. Nessa conjuntura, as partes partilhavam o interesse em demonstrar que a “transição de soberania ” se realizaria de modo “adequado” e que o Estado bissau-guineense seria capaz de prestar os serviços sociais fundamentais aos seus cidadãos.

Todavia, segundo o relato anterior, o pressuposto de que Portugal deveria cooperar com suas antigas colônias africanas era alvo de questionamento. Iniciava-se então, a luta pelo reconhecimento social da “cooperação para o desenvolvimento” como política de relações do Estado português com suas antigas colônias, que era igualmente, pela legitimação da política de descolonização. Nos outros antigos impérios coloniais europeus, na década de 1970, o entendimento da “cooperação para o desenvolvimento” como modelo de relação pós-colonial, visando a “transferência”, a partir dos primeiros para os segundos, dos recursos considerados necessários para o “progresso”, estava em processo de institucionalização. A importação dessa lógica para Portugal no período pós-colonial requereu a experimentação de modelos de organização das instituições do Estado para a cooperação e a sua legitimação social e política.

O Estado português constituiu, no final do ano de 1974, já depois da primeira atividade de “cooperação solidária” promovida pelo CIDAC, uma primeira forma de enquadramento institucional da cooperação portuguesa, o Gabinete Coordenador para a Cooperação,

criado na Presidência da República⁹⁹. Cerca de 9 meses mais tarde constituiu-se o Ministério da Cooperação, em 25 de Setembro de 1975, que integrava a Secretaria de Estado da Cooperação e a Secretaria de Estado da Descolonização¹⁰⁰, indicando a sobreposição daqueles dois processos. Efetivamente, entre 1974 e 1975, o processo de negociação da descolonização foi acompanhado da celebração de acordos de “Amizade e Cooperação” entre Portugal e os Estados africanos, revelando o investimento na construção de relações entre no período pós-colonial.

Um militante do CIDAC que desempenhou funções de assessoria junto do Secretário de Estado da Cooperação, Jorge Sampaio, em 1975, relembra que:

O Melo Antunes tem uma tese talvez implícita ou não, que é assim, as independências são irreversíveis, a transferência de soberania é inevitável, e então antes mesmo de que as independências ocorram vamos negociar com os movimentos de libertação os acordos de cooperação. E há com o Jorge Sampaio à cabeça, e o papel de um importante embaixador da altura, chamado Fernando Reino, o nome, que mais tarde foi chefe da Casa Civil do general Eanes. Bom, começa uma sequência de missões aos países africanos para negociações com os movimentos de libertação, portanto isto durante os primeiros meses do ano de 75 antes das independências que a primeira independência é Junho de 75, Moçambique, depois em Julho Cabo Verde e S Tomé e depois em Novembro, Angola. Portanto, o ano de 75 é o ano crucial disso. (Homem, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

O enquadramento legal e institucional da cooperação, e a realização de atividades concretas, nomeadamente, o envio de

99 Criado em 31/12/1974 pelo DL 291/74. O Presidente era Francisco da Costa Gomes, militar e membro da Junta de Salvação Nacional.

100 Criado pelo decreto-lei nº 532-A/75. Estava no poder o VI Governo Provisório, tendo como ministro da cooperação Vítor Crespo, militar, participante do MFA e do 25 de Abril e comandante-chefe / administrador em Moçambique durante a descolonização. Este ministério seria extinto em 1976 após as eleições que dariam a vitória ao Partido Socialista.

cooperantes portugueses para responder às necessidades de quadros das administrações dos novos países, constituiriam estratégias para evitar vazios ou hiatos prolongados nas relações com os novos países. A “assistência técnica” prestada por *experts* expatriados, aos governos dos novos países, constituía à época uma das formas mais usuais de cooperação internacional. Esse tipo de cooperação seria respaldado pelo Estado português com a criação, em 1976, do enquadramento legal para a atividade de “cooperante” visando garantir direitos laborais àqueles que através de instituições públicas ou outras realizassem atividades de “cooperação” no exterior¹⁰¹. Nesse momento constituiu-se o Instituto para a Cooperação Econômica (ICE)¹⁰² no âmbito do Ministério da Cooperação com o propósito de prestar apoio técnico e administrativo ao governo português nas suas atividades de *cooperação econômica e financeira com os países em vias de desenvolvimento, em ordem à salvaguarda dos interesses nacionais públicos e privados e à promoção de ações de cooperação e de assistência técnica de interesse mútuo*¹⁰³. Ou seja, para o governo tratava-se ainda, no início de 1976, de negociar as questões econômicas e financeiras associadas à descolonização,

101 Decreto Lei 180/76 de 9 de Março. Aprovado pelo VI Governo Provisório liderado por Pinheiro de Azevedo e tendo como Ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes e como Ministro da Cooperação, Vitor Crespo. O enquadramento legal criado para os cooperantes previa que: No âmbito das relações de cooperação entre o Estado Português e os novos Estados de expressão portuguesa, cabe àquele e através do Ministério da Cooperação ou das pessoas e organismos que este designar, incentivar e promover a adesão e recrutamento de cooperantes qualificados, e entre os quais o Estado solicitante terá o direito de selecionar aqueles cuja cooperação deseje.

102 De acordo com o Decreto - Lei 97-A/76 de 31/1/1976, o Ministério das Finanças partilhava a tutela sobre este Instituto No preâmbulo do DL diz-se que: Por despacho do Conselho de Ministros de 23 de Junho do ano passado (1975) foi criada a Comissão de Coordenação das Negociações nos domínios económico e financeiro com os novos Estados de língua portuguesa, dependente das Secretarias de Estado das Finanças e da Cooperação Externa e composta por representantes dos departamentos governamentais mais diretamente ligados ao processo de descolonização e de empresas públicas ou nacionalizadas que exerciam atividade naqueles Estados. A natureza dos problemas decorrentes das negociações económico-financeiras com os antigos territórios sob administração portuguesa, a necessidade de salvaguardar os interesses públicos e privados portugueses nos novos Estados e de promover e desenvolver ações de assistência técnica e de cooperação em áreas de mútuo interesse impõem, porém, a revisão do esquema institucional então adoptado, de modo a torná-lo mais adequado, em estrutura e meios humanos, ao cabal desempenho das tarefas a seu cargo.

103 Decreto-Lei 97-A/76 de 31/1/1976.

procurando responder às demandas de “defesa dos interesses portugueses” nas antigas colônias, e, simultaneamente, promover a ida de técnicos portugueses para desempenhar funções “técnicas” nos Estados africanos.

3.2 “Retornados” e cooperantes: os fluxos entre Portugal e África após a descolonização

O reconhecimento das independências das colônias africanas, o processo de descolonização e o início das relações de cooperação geraram fluxos simultâneos de pessoas entre Portugal e os novos países que demandariam a intervenção do Estado em duas frentes distintas¹⁰⁴. Assim, no que respeita àqueles que partiram para as antigas colônias portuguesas na África para desenvolver atividades profissionais, o Estado criou legislação, o “estatuto do cooperante”, para garantir direitos laborais e incentivar aquele tipo de atividade. O recrutamento e envio de cooperantes, entendidos como técnicos com saberes especializados para prestar “assistência técnica”, era parte central da política de cooperação portuguesa através da qual se adquiriam competências próprias da indústria internacional da “cooperação para o desenvolvimento”. Nesse contexto, *experts* portugueses participaram da montagem dos aparelhos institucionais e administrativos dos países africanos de “língua portuguesa” bem como na prestação de serviços sociais, educação e saúde, logo após o reconhecimento das independências.

Quadro 4- Número de cooperantes portugueses registados pela Direção Geral de Cooperação

Ano	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81
Nº de cooperantes	107	93	88	110	117	113	106

(Fonte: Direção Geral da Cooperação, Relatório de Atividades de 1986)

De acordo com a quadro 4, nos primeiros anos após o reconhecimento das independências africanas por Portugal, foram registados, em média, uma centena de cooperantes a prestar serviços nas antigas colônias, pela Direção Geral de Cooperação (DGC), entidade

¹⁰⁴Importa reconhecer que os movimentos de pessoas, decorrentes do fim do império português, são mais abrangentes e complexos, incluindo um conjunto diverso de grupos sociais, para além dos colonos brancos e de países

responsável pela cooperação nos setores sociais e cultural. A partir de 1979, o Instituto de Cooperação Econômica (ICE) também passou a enviar cooperantes, tendo reportado, no seu relatório de 1982¹⁰⁵, a existência de 188 cooperantes portugueses nas áreas da cooperação técnico-econômica e empresarial. Nesse mesmo relatório reconhecia-se a existência de milhares de portugueses a trabalhar nos países africanos de “língua portuguesa”. Efetivamente, para além dos contratos de “assistência técnica” mediados pelo Estado português, cooperantes portugueses foram recrutados por instituições internacionais de “cooperação para o desenvolvimento” para trabalhar naqueles países (INSTITUTO DA COOPERAÇÃO ECONÓMICA, 1982).

Por outro lado, para os cerca de um milhão de colonos portugueses que abandonaram África após as independências, aqueles que regressaram a Portugal chegaram, em grande parte, numa situação de vulnerabilidade socioeconômica e psicológica. O Estado procurou organizar respostas sociais de “emergência” e de “integração” (subsídios, habitação, etc.) que abrangeriam centenas de milhares de pessoas. Colaboraram nesse processo entidades diversas incluindo a Cruz Vermelha e a Caritas Portuguesa. Instituições internacionais e Estados europeus apoiaram financeiramente o apoio social aos “retornados”. Contudo, a sua integração no contexto português, desconhecido ou distante para muitos, numa conjuntura revolucionária e de crise econômica, apresentou-se complexa. Na antiga metrópole, os colonos portugueses seriam amiúde chamados de “exploradores dos povos africanos” ou percebidos como “concorrentes” no acesso a empregos (MENESES, 2013, p. 104).

Tais fluxos estiveram associados a disputas sobre o passado colonial e os pressupostos em que deveriam assentar as relações pós-coloniais. Com o regresso a Portugal, os antigos colonos teriam um papel importante na discussão política da descolonização, através da organização em grupos “críticos” ou da participação em partidos, introduzindo narrativas que pleiteavam a resposta dada à “questão colonial”(MENESES, 2013, p. 104). Esse processo seria relevante nas primeiras eleições realizadas em 1976, em particular no discurso do Centro Democrático Social (CDS). No quadro da disputa eleitoral, aquele partido defendia que a cooperação com os países africanos, liderados pelos movimentos de libertação em sistemas de partido único,

105 O Relatório de Atividades de 1982 do Instituto da Cooperação Econômica é o mais antigo a que foi possível ter acesso. O Instituto foi criado em 1979 e reportou problemas de funcionamento durante os primeiros anos.

não deveria ser articulada a partir da *fraseologia redutora e irresponsável de certos marxismos*. A relação de Portugal com África estaria alicerçada na *solidariedade de raízes seculares e nas quais se encontra ligado por laços que puderam sobreviver e reforçar-se, mau grado os períodos mais sombrios da sua história comum* (CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL, 1976, p.8).

Assim, a partir de 1976, o *frame* da causa da “solidariedade com os países africanos”, que tinha sido até então elaborado principalmente por movimentos considerados de esquerda e extrema esquerda, passou a ser disputado à “direita”. Nesse espaço político, o colonialismo era apresentado como um “processo secular” de “criação de laços” apesar dos “períodos sombrios”. No manifesto eleitoral do CDS às eleições de 1976 rejeitava-se a *culpa exagerada* pelo colonialismo suscitada na população portuguesa através de processos de *intoxicação demagógica que tinham contribuído para desmobilizar as Forças Armadas*¹⁰⁶. Iniciar-se-ia assim, após o contragolpe de 25 de

106 (...) Começemos pela descolonização. Apresentada ao Povo Português como um dos objetivos mais nobres da Revolução e uma das suas causas motoras, a descolonização teria de visar, por necessidade elementar de coerência e inescapável imperativo de ética histórica e política, o estabelecimento firme da paz, a promoção e consolidação da democracia, a garantia de uma autêntica representatividade dos governos, o lançamento das bases para uma cooperação duradoura e solidária, que cinco séculos de História e convivência tornavam natural e desejada, e, finalmente, a defesa dos interesses, morais e materiais, das importantes comunidades portuguesas, radicadas desde há várias gerações nos territórios ultramarinos. A tanto nos obrigavam, por um lado, as responsabilidades contraídas perante a História e o Mundo; e por outro, as indeclináveis responsabilidades assumidas perante os povos das ex-colónias, que haveria que defender contra toda e qualquer forma de opressão ou neocolonialismo. Para ser libertadora, e coerente, e honrosa, a descolonização teria de fazer-se de maneira ideologicamente descomprometida; balizada pelo interesse real das populações coloniais; servindo a democracia e a liberdade. Que se fez em vez disso? O CDS, partido personalista, que pondera, sobretudo, os valores e a situação da pessoa humana, não pode deixar de afirmar que a descolonização foi, sem dúvida, o sector da prática governamental -militar e civil- em que maiores e mais trágicos erros se cometeram. Por incompetência, sem dúvida. Por ambição pessoal e de carreirismo político de alguns militares, certamente. Mas sobretudo porque à descolonização presidiu um claro empenhamento ideológico, que se traduziu no privilégio despudorado concedido a certas facções ou movimentos e, ao nível interno, na criação de um clima de intoxicação demagógica destinado a empolar, no Povo Português, um sentimento exagerado de culpa relativamente ao fenómeno da colonização, que veio a desmobilizar as Forças Armadas, incapacitar as forças políticas responsáveis, calar a voz indignada do povo; o clima, enfim, propício ao abandono puro e simples dos deveres e das responsabilidades e à recusa dos sacrifícios que importaria ainda fazer, durante o período da descolonização, para

Novembro de 1975, e o encerramento do Período Revolucionário Em Curso (PREC), que levaria os políticos e militares “moderados” ao poder, a disputa pelos termos em que deveria assentar a cooperação portuguesa com os países africanos, suas antigas colônias. Nessa conjuntura, tornou-se possível introduzir um *frame* concorrente ao do CIDAC, e das organizações do mesmo espaço político, que atribuía aos dirigentes portugueses responsáveis pela descolonização, e não ao colonialismo, a responsabilidade pela situação socioeconômica e política nas antigas colônias portuguesas. Aquele quadro interpretativo reflete assim uma alteração das relações de poder no espaço dos movimentos sociais.

4 A produção de discursos *experts* sobre o “desenvolvimento de África” após a descolonização

Com a queda do regime e o processo de descolonização, as condições de produção do discurso “científico” sobre o “desenvolvimento de África” em Portugal alterar-se-iam. Administradores coloniais e pesquisadores do espaço colonial, em áreas diversas, em particular os da Junta de Investigações Científicas do Ultramar e professores de instituições como o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), veriam o seu capital acadêmico e político desvalorizado pela associação com a política colonial estado-novista, perdendo na conjuntura revolucionária pós-25 de Abril, o monopólio da *expertise* em assuntos africanos (CASTELO, 2012, p. 391-408).

Ao longo das décadas de 1950 e 1960 a ciência econômica, em particular o ramo da Economia do Desenvolvimento, apresentar-se-ia como espaço fundamental do debate sobre o “progresso” dos países “pobres”. Economistas estrangeiros atuavam como *experts* “expatriados” assessorando dirigentes dos países recém-independentes sobre o “planejamento” ou as “estratégias” de desenvolvimento” de seus países, geralmente pagos pela “ajuda ao desenvolvimento”. Também no contexto português, a carreira de “consultor internacional” junto dos governos das antigas colônias tornar-se-ia uma possibilidade de integração profissional. Todavia, tendo em conta o processo histórico de descolonização e o processo revolucionário de 1974/1975 em Portugal,

assegurar a expressão livre da vontade dos povos chamados à independência. Os resultados deste processo estão à vista: duas guerras civis de trágicas dimensões; centenas de milhares de refugiados, forçados a abandonar as suas terras de origem (...) (CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL, 1976. p. 8).

os critérios de acesso àquele tipo de posição combinavam capital acadêmico e político, desvalorizando-se, ou estigmatizando-se, a experiência prévia em África, em particular aquela associada à administração ou à pesquisa colonial (CASTELO, 2012, 391-408), sendo favoravelmente cotada a proximidade à “esquerda” e a “distância” e/ou a oposição ao colonialismo.

Nesse contexto, as relações construídas entre estudantes portugueses e africanos no Instituto Superior de Economia e Finanças (ISCEF) de Lisboa, que assumiriam cargos políticos em Portugal ou nos novos países, promoveriam, após o processo de descolonização, o acesso de economistas portugueses à indústria internacional da “cooperação para o desenvolvimento”, prestando serviços de “assistência técnica” ao planejamento econômico nos “países em desenvolvimento”, principalmente nas antigas colônias portuguesas. Exemplo relevante desse tipo de percurso foi o de Mário Murteira, militante “católico progressista”, dirigente da cooperativa Pragam e da SEDES, reconhecido economista e ministro em três governos provisórios. O interesse pelo processo de “reconstrução nacional” em curso na Guiné-Bissau, a admiração por Amílcar Cabral e a amizade com Vasco Cabral, primeiro Comissário responsável pelo planejamento econômico da Guiné-Bissau, seu colega do ISCEF, são apresentados como motivos para a viagem à Guiné-Bissau em 1975, que era na altura uma espécie de “ímã” para militantes terceiro-mundistas de todo o mundo (MURTEIRA, 2008). Foi nessa viagem que teve contato direto com a indústria da cooperação internacional para o desenvolvimento¹⁰⁷, em particular na assessoria ao planejamento econômico. Após essa experiência fundou, em 1976, com Américo Ramos dos Santos, também economista, a revista *Economia e Socialismo*¹⁰⁸ onde colaboraram

107 Nas suas memórias descrevia a Guiné-Bissau como: *Aquele pequeno e pobre País tornou-se um laboratório ideal para todas as culturas e todas as utopias. (...) Para todos os que procuravam no Universo algo para lá do realmente existente”, fossem chineses, norte-coreanos, russos, alemães ocidentais e orientais, jugoslavos, suecos, franceses, portugueses. Argentinos, chilenos ou brasileiros. Conheci alguns de todas essas proveniências, quase todos interessantes e por diversas razões* (MURTEIRA, 2008, p. 103).

108 A revista, no seu primeiro editorial, afirmava ter como propósito, entre outros: (...) *contribuir para a reflexão dos portugueses sobre aquele teatro mais amplo de luta pela libertação do homem, muito particularmente na dimensão progressista e anti-imperialista, que irrompeu nas ex-colônias portuguesas, e tantas ameaças e pressões externas defronta, apenas vencidas as primeiras fases da conquista da real independência política e económica* (ECONOMIA E SOCIALISMO, 1976).

importantes acadêmicos portugueses e estrangeiros interessados nas relações internacionais e na “reconstrução nacional” após as descolonizações, discutindo as políticas, estratégias e resultados dos governos dos “novos” países e as dinâmicas internacionais. Simultaneamente, os fundadores da revista e outros dos seus membros iniciariam atividades profissionais no setor da cooperação internacional.

Os dirigentes do CIDAC seriam também participantes do processo de construção de discursos “acadêmicos” sobre o “desenvolvimento” do Terceiro Mundo em Portugal, num período caracterizado pela porosidade das fronteiras entre o campo científico e político. O CIDAC apresentava-se como espaço de militância “alternativo” ao espaço partidário, cuja prática de “solidariedade internacional” e “apoio ao desenvolvimento” articulava relações com os dirigentes políticos portugueses, dirigentes de países africanos recém independentes, militantes europeus e acadêmicos, intelectuais e “especialistas” de diversas áreas académicas, participando do debate sobre as práticas da cooperação solidária, os desafios de desenvolvimento das antigas colônias portuguesas ou o sistema internacional. Um dos empreendedores do CIDAC, doutorado, com um itinerário próximo dos “intelectuais” do grupo dos católicos “progressistas”, participantes do espaço académico, artístico, cultural, lembra as relações com agentes daquelas esferas:

Já sobre as questões da cooperação e desenvolvimento, havia ligações especiais, uma delas ao Mário Murteira, grande intelectual, Ministro de governos provisórios, economista, ligado ao ISEG e ao ISCTE, criou um grupo CESO, muito ligado a Cabo Verde. O trabalho do CIDAC manteve sempre contatos estreitos com gente das elites intelectuais e mesmo universitárias como Viriato Soromenho Marques (Filosofia, Universidade de Lisboa), Manuel Ennes Ferreira (Economia, ISEG), Maria Helena Mateus (Educação, linguística, Universidade), Pedro Onofre (Motricidade Humana), Manuel Costa Cabral (Escola AR.CO de artes). (Homem, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A participação de alguns dirigentes do CIDAC na “reflexão académica” sobre aqueles temas revela as intersecções entre setores no processo de importação para Portugal dos problemas, ideias, valores e

do jargão do setor da “cooperação para o desenvolvimento” já institucionalizado noutros países, nas organizações multilaterais e nas ONG atuantes “no internacional”.

IV. NEGOCIANDO AS TRÉGUAS: A INTRODUÇÃO DE LÓGICAS CONCORRÊNCIAS AO TERCEIRO-MUNDISMO PERANTE A ADESÃO DE PORTUGAL À CEE (1976-1985)

As condições políticas, materiais e simbólicas de institucionalização da “causa” da “solidariedade internacional” foram-se alterando com a aproximação de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), as disputas pela política de relações com os países africanos, a alteração da cotação dos capitais no campo político e a valorização dos *experts* na “cooperação para o desenvolvimento”.

1 A prática da “cooperação solidária” e as “desilusões” do “terceiro-mundismo”

Em 1977 o CIDAC mudou de nome, refletindo o encerramento formal das descolonizações, substituindo a designação de “Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial” pela de “Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral”. Entre 1978 e 1980 a organização colocou em prática atividades de cooperação com os Estados de todas as antigas colônias portuguesas, exceto Angola. Em 1978 tinha 35 cooperantes em 4 países (Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde). Em 1981, o CIDAC solicitou o estatuto jurídico de “associação”, tendo funcionado até essa data como um grupo informal. No ano seguinte, em 1982, o CIDAC tinha uma equipa de 8 militantes profissionais permanentes (CIDAC, 2004, pp. 34-36). Durante esse período continuou a mobilizar recursos através de organizações não-governamentais estrangeiras intervenientes na “solidariedade internacional”, nomeadamente as do campo católico e protestante, da França, Alemanha, Holanda ou Canadá.

Dispondo de relações com dirigentes políticos portugueses, europeus e africanos, com ONG europeias, com *experts* da “cooperação para o desenvolvimento” e de informação a partir do “terreno”, o CIDAC investiu na oferta de formação especializada para cooperantes quer portugueses, quer estrangeiros. Assim, ainda na década de 1970, passaram a disponibilizar, no espaço físico em que trabalhavam, cursos para cooperantes ou diplomatas de vários países que se preparavam para viajar para países africanos de língua oficial portuguesa e que

procuravam obter informação sobre aqueles contextos. Em 1982, 1984 e 1985 editaram “manuais de apoio” para cooperantes, o *Guia do Cooperante*, sobre Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau, respetivamente. Em 1983, criaram um Centro de Formação para cooperantes com cursos especializados sobre os países africanos de língua oficial portuguesa, combinados com aulas de português para estrangeiros. Essa atividade permitia à organização gerar rendimento próprio e alargar as relações com militantes da “solidariedade internacional”, cooperantes, diplomatas e funcionários de agências estatais de vários países (CIDAC, 2004, p. 35).

A notoriedade “além-fronteiras” do CIDAC, por sua atividade de “cooperação solidária”, seria incrementada, ainda que parte dos seus dirigentes tivesse já reconhecimento internacional no campo do “catolicismo progressista” e do ativismo “anticolonial”. Em 1984 a organização era apresentada na revista francesa *Afrique-Asie* como um *carrefour de la solidarité internationale*¹⁰⁹. A organização exercia assim um papel de mediação entre cooperantes estrangeiros e os países africanos de língua oficial portuguesa, posicionando-se no espaço da “solidariedade internacionalista” como detentora de conhecimento e acesso àqueles países. Tinha assim, uma posição dominante no espaço da militância “além-fronteiras” em Portugal e na “cooperação solidária” europeia com as antigas colônias portuguesas, excetuando Angola onde as relações “de cooperação” eram frágeis ou inexistentes.

Do ponto de vista ideológico, a “solidariedade internacional” do CIDAC era “inspirada” pelos movimentos “terceiro-mundistas” e o “não-alinhamento” e pelo pensamento económico sobre o desenvolvimento da Teoria da Dependência. Em 1982, a organização editou *O não-alinhamento* da autoria do seu presidente à época, Luís Moita. Em Janeiro de 1980, aquele dirigente participou de seminário na Universidade de Coimbra sobre o Movimento dos Não-Alinhados e as Relações Internacionais onde se defendeu a necessidade de: *“lutar contra todas as formas de agressão ou opressão colonial e contra os mecanismos económicos e financeiros que mantinham o Terceiro Mundo na dependência das potências industrializadas”* (FORTUNA, 1980, p. 262-263).

Todavia, passado o período de “efervescência” política em Portugal, acordadas as descolonizações e iniciada a cooperação, a “solidariedade” seria confrontada com as “contradições” dos dirigentes dos novos Estados africanos e do bloco dos não-alinhados. O

109 AFRIQUE – ASIE, nº 323, Junho de 1984.

acompanhamento das dinâmicas internacionais e da situação política nos países com quem tinham relações próximas, num período marcado pela Guerra Fria, colocava os militantes do CIDAC perante debates permeados pela oposição à política das grandes potências que via nas revoluções do Terceiro Mundo, como a cubana, a possibilidade de “ultrapassar” o binarismo EUA e URSS. O Terceiro Mundo era assim entendido como espaço de experimentação e lugar de viabilização de modelos societais “alternativos” ao capitalismo ou ao socialismo soviético. Nesse sentido, o período subsequente às descolonizações apresentava-se, para os grupos “solidários”, “agitado” e “incerto”, acompanhando as movimentações políticas dos governos dos países recém-independentes, o desenho dos seus sistemas sociopolíticos e econômicos e as disputas internacionais em que participavam, seguindo rumos nem sempre conformes às expectativas dos seus “camaradas” estrangeiros, que procuravam fazer sentido dos acontecimentos.

Segundo um dos dirigentes do CIDAC, que viajava para os países africanos no âmbito da “cooperação solidária” e mantinha também relações com os movimentos de “solidariedade terceiro-mundistas” europeus:

(...) isso para nós foi assim bastante complicado seguir a evolução daquelas sociedades. Concretamente por exemplo, em relação à Angola tivemos muitos problemas desse género. Nós em boa verdade nunca tivemos cooperação com Angola (...). A um dado momento, nós tínhamos um princípio de apoio ao MPLA [Movimento Popular de Libertação de Angola] e a um certo momento há a interferência ainda em 1970 e cinco de Cuba (...) nós éramos antissoviéticos, críticos em relação ao socialismo real e ao bloco soviético mas simpatizávamos com o processo cubano (...) e quando percebemos o envolvimento tão intenso de Cuba em Angola nós, posteriormente percebemos que nos tínhamos enganado, mas analisamos isso com uma perspectiva que era a seguinte: Cuba está muito dependente da União Soviética, é possível que a aposta deles em Angola seja a necessidade de criar um polo de um país forte com quem se relacionem intimamente que melhore a sua margem de manobra em relação aos soviéticos, que minimize a excessiva dependência em relação

ao Kremlin e portanto apoiamos muito a intervenção cubana em Angola, nessa expectativa. Curiosamente (...) nunca tivemos cooperantes em Angola por causa (...) da intransigência do regime, da ideologia muito cerrada (...) da impossibilidade de ter um trabalho de base consistente que era o nosso terreno de eleição (...) e depois com as reiteradas violações de direitos humanos, tivemos problemas com o regime, porque tomamos algumas posições públicas a esse respeito (...) acompanhamos de maneira também agitada, incerta, problemática, a evolução dos regimes pós-coloniais.(Homem, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A prática da “cooperação solidária” colocava o núcleo de militantes do CIDAC perante dilemas que questionavam alicerces do engajamento. A transição dos países africanos, do colonialismo para a condição de Estados soberanos liderados pelos antigos movimentos independentistas em sistemas de partido único, de inspiração marxista, pelos quais os militantes da “solidariedade internacional” tinham “admiração”, construída através da relação com textos políticos, ideias ou dirigentes, apresentava-se ocasionalmente “contraditória” ou “falha” em relação às expectativas iniciais. Nessas geografias, decisões ou eventos políticos considerados “controversos” eram debatidos no âmbito da organização emergindo daí formas diversas de entender “problemas” e “soluções” indiciadoras de brechas no sistema de representações da “causa” e da militância, demandando a sua reatualização perante os “imprevistos”. Uma das militantes iniciais do CIDAC refere que:

Aliás, eu lembro-me de uma discussão que tivemos aqui no CIDAC que ficou na minha memória quando nós fizemos 5 anos, no nosso quinto aniversário em que quisemos produzir um documento e portanto tivemos uma discussão, a equipa, para produzir esse documento e houve um conflito chamemos, houve uma discussão mesmo, sobre uma convicção que algumas pessoas tinham que era, que se expressava da seguinte maneira, países governados por, países que têm governos que vieram de movimentos de libertação, naturalmente prolongam a revolução no seu governo, naturalmente. E eu lembro-me que fui a única pessoa que pôs dúvidas em relação a isto,

não tinha nenhuma base muito concreta ainda, era tipo intuição que às vezes me acontece, não é? Era tipo intuição para essa coisa do naturalmente não me soa nada bem. Mas tivemos uma discussão sobre isso, eu já não me lembro do que ficou no documento, depois qual foi a fórmula que arranjamos mas lembro-me muito bem dessa discussão, mas havia um bocado esse, essa ideia, não é, de que eram coisas, eram movimentos empolgantes que tinham conseguido coisas extraordinárias e que prolongariam esse estado de graça, não é, no período da chamada reconstrução nacional e... pronto, e isso é tudo menos, menos verdade. As contradições vêm ao de cima, esse processo de reconstrução nacional é extraordinariamente complexo e contraditório, muito marcado pelo neocolonialismo, não tanto português não é porque nós nunca tivemos assim, enfim, não somos uma grande potência, mas outros movimentaram-se, a França, na área da Guiné Bissau, a África do Sul e outros países, sobretudo países limítrofes de Moçambique, os seus vários apoios, etc., a mesma coisa para Angola, a Guerra Fria, enfim, era muitíssimo mais complexo do que alguma vez nós podíamos, podíamos imaginar. (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Exemplo relevante do processo de ajustamento de espaços militantes da “solidariedade internacional” perante situações percebidas como “problemáticas” nos países de “destino” dessa “solidariedade”, é a resposta do CIDAC ao golpe de Estado de Novembro de 1980 que afastou Luiz Cabral da presidência da Guiné-Bissau, protagonizado por um grupo de militares liderado por João Bernardo “Nino” Vieira. Esse golpe colocaria em causa um dos fundamentos doutrinários do PAIGC, a unidade política Guiné-Bissau e Cabo Verde. Naquela ocasião, perante o derrube do então presidente e a expulsão dos responsáveis de origem cabo-verdiana da direção do PAIGC, e do governo bissau-guineense, e a subsequente separação dos dois Estados, os dirigentes do CIDAC deslocaram-se àqueles dois países para recolher informação e definir o futuro da sua cooperação com ambos os Estados. Tratava-se então de, enquanto mediadores entre lugares de origem e de destino da “solidariedade com o Terceiro Mundo”, “descodificar” a “realidade” daqueles países, construindo, ajustando e disponibilizando explicações

sobre os seus “problemas” e “soluções”, susceptíveis de serem compreendidas pelos “grupos solidários”, indo de encontro aos seus valores, normas, visões de mundo e terminologias.

A necessidade de reconstruir o quadro de referência em que assentava a “solidariedade internacional” num período em que o terceiro-mundismo da chamada “nova esquerda radical” era desafiado, no início da década de 1980(KALTER, 2016, p. 8-9), apresenta-se particularmente relevante em situações potencialmente questionadoras da “causa”, como os golpes de Estado. A percepção dessa ameaça permeou o discurso sobre a posição a assumir face à conjuntura política da Guiné-Bissau pós-14 de Novembro, estabelecendo uma relação entre o “sucesso” das “dinâmicas revolucionárias” no Terceiro Mundo e os acontecimentos políticos nos países centrais do sistema internacional, bem como em Portugal, antiga potência colonizadora. Assim, na sua análise da situação, os dirigentes do CIDAC escreviam:*Daí que, em nosso entender, um dos erros que agora as forças progressistas poderiam cometer seria o de contribuírem para o isolamento do regime saído do Movimento de 14 de Novembro na Guiné-Bissau (...)*(MOITA & QUINA, 1980, p. 4). Entre os argumentos para a defesa da continuação da “solidariedade” com o novo regime bissau-guineense estava o desenho das lutas internacionais à época, incluindo a situação política em Portugal em que o espaço considerado mais à direita tinha acedido ao poder. Escreviam os militantes do CIDAC que:

Acrescem outros elementos de ordem externa, como são a eleição de Reagan nos Estados Unidos e os prováveis endurecimento e agressividade da política americana, bem como o facto de em Portugal a direita deter a maioria parlamentar e governamental. Porque – é preciso afirmá-lo e anunciá-lo – a direita portuguesa continua a conspirar e a apoiar a conspiração contra os regimes saídos das lutas de libertação e da descolonização. Ainda não desistiu de os desestabilizar, ao serviço do capitalismo internacional(MOITA & QUINA, 1980, p. 4).

O apoio aos regimes saídos das lutas de libertação das antigas colónias portuguesas era assim, também, um engajamento que colocava o CIDAC numa determinada posição nas lutas políticas internas, de viés marxista e radical, num período em que a “efervescência militante” daquele tipo perdia protagonismo. Mas esse apoio expunha também a

organização a críticas de cumplicidade com práticas consideradas “não democráticas” ou “contrárias aos direitos humanos.

2 Redefinindo a “causa” da “cooperação solidária” e a legitimação de seus representantes: a mediação europeia e a importação da categoria ONG(D)

As “ONGDs” apresentam-se como uma categoria socialmente construída, importada num dado momento sócio histórico por agentes com determinadas posições no espaço social, dando à sua expressão no contexto nacional, uma forma própria (LANDIM, 2002, p. 216). Ao longo desse processo, agentes com relações de oposição e cooperação no espaço dos movimentos sociais (MATHIEU, 2007), e no campo político, estabeleceram uma aliança temporária (RAO, 1998), concordando com a *doxa* do campo (BOURDIEU, 2014), com os seus princípios e regras fundamentais. Esse acordo viabilizaria a institucionalização daquela categoria em Portugal e a emergência de um novo universo ou indústria, de militância. Esse processo rearticulava elementos do acervo cultural, político, social e organizacional de seus empreendedores.

A importação dessa categoria para Portugal foi mediada pelas instituições europeias no período anterior à formalização da adesão do país ao bloco, tendo sido constituída uma estrutura que seria responsável pelo reconhecimento da categoria e sua representação institucional no espaço nacional e internacional. Foi criada a Plataforma Portuguesa das ONGDs, em 1985, reunindo, para a sua constituição, organizações provenientes de quadrantes político-ideológicos distintos. Esse processo implicou negociações, ocasionalmente impulsionadas por funcionários europeus ou por indivíduos que dispoñdo de recursos relevantes, nomeadamente no campo social, político e religioso, eram capazes de “caminhar” ao longo do *continuum* político estabelecendo “pontes de diálogo”. Tais organizações tinham também relações distintas com o Estado, incluindo-se sob o chapéu “não-governamental” organizações humanitárias, institutos ligados a partidos políticos “moderados”, organizações católicas de pendor caritativo, *think thanks* e o CIDAC.

Na CEE, a DGVIII, entidade responsável pelos fundos para o “desenvolvimento” introduziu, a partir de meados da década de 1970, formas de administração embasadas em critérios e modelos “técnicos”. Nesse sentido, os procedimentos de financiamento passaram a incluir a definição de objetivos e de resultados a alcançar, introduzindo-se especificações “objetivas” para a seleção de projetos e programas, processo que transformaria o modelo de funcionamento do Fundo

Europeu de Desenvolvimento (DIMIER, 2001, p. 112). Esse tipo de lógica permearia igualmente as organizações não-governamentais do espaço da “solidariedade internacional” que, no caso europeu, estavam reunidas no *Comité de Liaison ONG-CE* (CLONG), que as representava junto da Comissão Europeia. As chamadas ONGs “de desenvolvimento” adotariam, a partir da década de 1980, a lógica e o discurso *expert*, reatualizando a prática da “cooperação solidária” através da valorização de “procedimentos técnicos” - a “identificação de necessidades” dos “destinatários” e o desenho de “projetos” - visando alcançar determinados “resultados”.

Por outro lado, a emergência de organizações não-governamentais “humanitárias” distanciadas simultaneamente das práticas “neutras” de organizações como a Cruz Vermelha e do discurso politizado associado à “esquerda radical”, concorria com ambas aquelas representações da “solidariedade internacional”. São exemplo desse tipo de organização humanitária, os *Médecins sans Frontières*, uma ONG criada na França que assumindo a missão de “testemunhar” as catástrofes e guerras, alicerçava a sua prática nas categorias de “humano” e “direitos humanos” (SIMÉANT, 2001). A notoriedade alcançada por organizações com grande capacidade de intervenção em situações de “emergência humanitária”, “além-fronteiras”, através da utilização de repertórios de ação que mobilizavam os meios de comunicação de massas, tornava a “ajuda humanitária” num espaço de militância com reconhecimento social crescente. No espaço de engajamento pela “solidariedade com os povos dos países pobres” ou “em desenvolvimento”, as disputas pelo domínio do setor evidenciariam, a partir de final da década de 1970, a desvalorização da lógica de militância de “esquerda” e o incremento da cotação das lógicas “humanitárias” e *expert*. Nesse quadro, o discurso político e ideológico passou a ser visto como demasiado “divisivo” ou “conflitual” (COLLOVALD, 2001, pp.135-136).

Tendo sido formalmente reconhecidas como “parceiras” das entidades responsáveis pela política de “ajuda ao desenvolvimento” em diversos países europeus e nas estruturas da CEE, as ONGs vocacionadas para a “solidariedade internacional”, passaram a ser identificadas como “ONG de desenvolvimento”. A categoria refere-se usualmente a organizações que atuam na “ajuda” aos “países em desenvolvimento”, mas também a organizações que nos seus países se dedicam a “informar e sensibilizar” os seus concidadãos para a “causa”. Em Portugal, a emergência das ONGDs esteve associada à

criação de uma estrutura de representação e homologação que daria existência social àquela categoria.

As narrativas sobre como surgiu a Plataforma Portuguesa das ONGDs, e as motivações para a sua formação, convergem na importância da adesão do país à CEE, em particular no papel desempenhado por funcionários europeus na reformulação do setor da “cooperação” com os “países em desenvolvimento”, em particular no processo de importação e reconhecimento da categoria de “organização não governamental de desenvolvimento” (ONGD). Segundo um militante da “solidariedade terceiro-mundista”, dirigente de uma das organizações fundadoras da Plataforma:

(...) o processo da entrada de Portugal na Comunidade Europeia estava a dar-se e havia gente aí já, dos partidos, que estavam a ver qual era o que ia assinar o papel que a gente ficava lá, não é? E aparece um senhor que é na altura creio (...) que começa a ir a Bruxelas com frequência, por razões políticas, do seu trabalho cá (...) e lá, da parte da Comissão Europeia, Comissão Europeia, não foi o Comité de Liaison, da Comissão Europeia falaram disso (...) porque havia nessa altura, o que não acontece hoje, havia uma relação muito estreita entre a Comissão Europeia e o Comité de Liaison (...).(Homem, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Outra militante, também da “solidariedade terceiro-mundista” e membro de uma das organizações fundadoras da Plataforma:

E o que nós vemos é que uma parte eram associações ligadas aos partidos políticos, pronto. E foi daí que surgiu a ideia de fazer a Plataforma, porquê, porque eram pessoas que estavam no Parlamento Europeu, ainda não eram eleitos não é, andavam lá nas lides europeias, a preparar a adesão, etc, etc. Foram eles que se aperceberam que havia uma linha de financiamento para as ONGD e disseram ah, dinheiro, fixe, vamos a isso. Pronto. E então vieram para cá dizer vai haver dinheiro para a cooperação (...) Eram pessoas que tinham poder na sociedade portuguesa na altura... mas tinham

pouco a ver com a cooperação.(Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Para um dos empreendedores da Plataforma, que tinha residido com sua família em África durante parte da infância, adolescência e idade adulta, ainda durante o período colonial, e militante da “democracia cristã”:

O que acontece é que, e isto próprio é estimulado pela representação da CE aqui em Lisboa que ela própria promove reuniões para sensibilizar personalidades e organizações da sociedade civil para a necessidade de participarem numa política. (...). Quando nós quisemos constituir aqui a Plataforma havia um departamento na Comissão Europeia que era exclusivamente dedicado a ONG e as pessoas que estavam à frente disso, era um senhor Anthony Reithinger, alemão, deu-nos um apoio enorme. Apoio burocrático, apoio financeiro, apoio administrativo para que nós constituíssemos isso. E julgo que as pessoas que em Espanha também lançaram o movimento tiveram o mesmo tipo de o mesmo tipo de, de entusiasmo. Bruxelas considerava que a sua política, a sua afirmação, ficava mais reforçada na medida em que pudesse por bandeirinhas no mapa em Portugal e em Espanha e, portanto, ajudou a que isso acontecesse.(Homem, diplomata aposentado, entrevista em Portugal)

Tal como na Europa, também em Portugal, os anos 1980 foram marcados pela desvalorização do capital político da “esquerda radical”. O processo de constituição de um espaço de militância, multi-organizacional, orientado para a “cooperação solidária para o desenvolvimento”, em meados da década de 1980, foi marcado pelas mudanças na cotação dos capitais políticos. Num período de incremento do interesse pelo “além-fronteiras”, de “atratividade da “causa da solidariedade internacional”, a mudança do valor relativo dos recursos políticos mobilizados pelo CIDAC, até aí a principal organização portuguesa de “solidariedade internacional”, possibilitaria a entrada de outros atores na cooperação não-estatal com os “países em desenvolvimento”.

Se se considerar que a emergência do CIDAC e os seus primeiros anos de atividade, em que ocupou uma posição dominante na “solidariedade internacional” em Portugal, foram possíveis pelo conjunto de capitais mobilizado pela organização, no espaço nacional e além-fronteiras, e por um contexto político e social de valorização da militância à “esquerda”, a transformação da situação nos países africanos e em Portugal a partir de meados da década de 1980 tornaria a “causa” atrativa para outros empreendedores e espaços de militância do quadrante mais à “direita”. Assim, o investimento na constituição de uma estrutura coletiva para reunir organizações interessadas na “cooperação solidária para o desenvolvimento” em Portugal pode ser entendido como uma resposta à reconfiguração do espaço político e do espaço dos movimentos sociais que incrementou a relevância da “causa”. A entrada de Portugal na CEE, os governos de maioria do Partido Social Democrata (PSD), de “centro-direita”, e os programas de ajustamento estrutural na África, que aproximariam os países africanos dos modelos económicos do ocidente, apresentam-se como elementos importantes nessa reformulação.

O interesse na dinâmica de exportação - importação da sigla “ONGD” para Portugal, que se tornaria membro da CEE a breve trecho, era partilhado quer pelos funcionários da Comissão quer pelo movimento europeu de “ONG de desenvolvimento”, o *Comité de Liaison* (CLONG) e no quadro nacional, pelos dirigentes estatais do setor da cooperação e pelos partidos políticos participantes da governação desde as eleições de 1976 (Partido Socialista, Partido Social Democrata e Centro Democrático Social). Importantes organizações humanitárias e filantrópicas seriam mobilizadas para as primeiras reuniões com funcionários europeus com o propósito de preparar um encontro de organizações interessadas na “cooperação para o desenvolvimento” que pudessem “incorporar” assim a sigla “ONGD”.

2.1 O espaço multi-organizacional da “solidariedade internacional” em Portugal

O espaço dos movimentos sociais apresenta-se como um terreno de avaliação mútua entre participantes. Esse processo é fundamental para que possam perceber a configuração das relações no interior do espaço e tomar decisões a partir das jogadas dos outros, de seus repertórios de ação, quadros interpretativos, discursos, formas de organização, imitando-as quando as entendem bem sucedidas. Mas as organizações e militantes olham também para o exterior do espaço, percebendo determinados elementos dos seus contextos como

oportunidades políticas e elaborando formas de aproveitá-las. É a partir da avaliação subjetiva do espaço de militância em que atuam e do seu exterior que se engajam ou não em determinadas “causas”, estabelecem relações de aliança ou oposição (ZALD & ASH, 1966; MATHIEU, 2005).

A distensão do espaço de militância pela “cooperação solidária” requereu um processo de negociação de suas fronteiras gerando alianças temporárias entre concorrentes para viabilizar o reconhecimento pela CEE de “ONG de desenvolvimento” em Portugal. A importação da categoria “organização não-governamental de desenvolvimento” para o contexto português requereu um processo de seleção, inclusão e exclusão, de organizações intervenientes no hiato entre o Estado e o mercado, que deu forma ao espaço de representação das ONGDs portuguesas. Esse processo foi empreendido a partir de institutos com ligações a partidos políticos, organizações de assistência e organizações filantrópicas que mantinham entre si, através dos seus dirigentes, em alguns casos multi-posicionados, relações próximas, perante a adesão de Portugal à CEE.

Em 22 de Novembro de 1984 reuniram-se na sede da Cruz Vermelha Portuguesa, em Lisboa, representantes daquela organização, da Caritas Portuguesa, do Instituto Democracia e Liberdade (IDL), ligado ao CDS, e da Fundação Calouste Gulbenkian¹¹⁰, e uma funcionária da representação da CEE em Portugal¹¹¹. Nesse encontro, a representante da CEE partilhou informação sobre a relação entre a Comissão Europeia e as ONGDs e os mecanismos financeiros para projetos de “cooperação para o desenvolvimento”. Nesse sentido, segundo ela, seria importante que as organizações portuguesas se organizassem para integrar o “movimento europeu das ONGDs” e assim conseguirem recursos para os seus projetos¹¹². A intervenção europeia

110 Teve como responsável do setor da cooperação para o desenvolvimento Vítor de Sá Machado, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros (1978), militante do CDS e fundador e primeiro presidente do IDL.

111 De acordo com a ata da reunião, estiveram presentes Maria do Rosário Almeida do Bureau de Lisboa da CEE, João Vieira da Fundação Calouste Gulbenkian, Frederico Monteiro da Silva membro da direção da Caritas, Coronel Raul Cabarrão da Cruz Vermelha Portuguesa e o seu chefe de gabinete, inspector, Edmundo Pires e Eugénio Anacoreta Correia do Instituto Democracia e Liberdade. Ata da reunião de 22/11/1984, Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGDs.

112 O representante do IDL na reunião deu indicações sobre os passos a seguir para a adesão de organizações portuguesas ao “movimento europeu das ONGDs” nomeadamente, a realização de uma reunião geral de “ONGs” onde deveria estar

na exportação - importação da categoria “ONGD” ocorria com o conhecimento do Estado português, num quadro de “sensibilização” dos agentes nacionais para a “participação das ONGs” na política externa¹¹³. Após essa reunião, em 30 de Novembro de 1984, a representante da CEE presente no encontro enviou uma carta¹¹⁴ ao responsável da Cruz Vermelha Portuguesa informando-o sobre as suas diligências nomeadamente, o envio de informação a Theo Hastings, diretor do *Bureau*, da reunião tida em Lisboa, tendo-lhe entregue o convite para visitar Portugal¹¹⁵.

Para além do empenhamento através dos canais “oficiais” da CEE e de seus dirigentes, o “incentivo” das entidades europeias da cooperação para o desenvolvimento seria ainda “encaminhado” através de militantes portugueses da “solidariedade internacional” com experiência prévia nas ONGDs europeias e no CLONG e que interviriam como “mediadores”. Segundo um militante português que tinha colaborado no movimento europeu das ONGs “de

presente um representante da CEE e um representante do Comité de Liaison (CLONG). O representante da Caritas considerava desnecessária “demasiada” institucionalização da reunião geral ou da própria estrutura institucional a criar - bastaria um documento de compromisso que recolhesse as assinaturas dos que quisessem aderir. Por sugestão da Cruz Vermelha Portuguesa propôs-se que o Bureau da CEE disponibilizasse os dados necessários e informação sobre as “ONG”. Essa solicitação foi aceite, comprometendo-se, a representante europeia, a prestar as informações necessárias sobre as “ONGDs” e a conseguir a presença de pessoas do CLONG e da Comissão Europeia no Encontro das “ONGs” em Portugal. O representante do IDL acrescentou que os convites a realizar para o encontro geral para a criação da Plataforma seriam determinados pela definição da Comissão Europeia do que era uma ONG. O processo de constituição de um espaço de representação da “causa” da “cooperação solidária” portuguesa nascia desse modo, com o suporte das instituições europeias, ainda antes da entrada formal de Portugal na comunidade europeia. Ata da reunião de 22/11/1984, Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGDs.

113 Apesar da ausência de responsáveis do Estado português, a representante da delegação da Comissão Europeia referiu aos presentes uma conversa prévia com o Secretário de Estado da Cooperação para o Desenvolvimento durante a qual o tinha informado das articulações existentes, em diversos espaços europeus, com as “organizações não-governamentais de desenvolvimento”.

114 Nessa correspondência, a representante europeia enviava ainda documentos oficiais da CEE sobre as ONGDs designadamente, um relatório sobre a cooperação europeia com as “ONGDs”, realizado em 1984, as regras de financiamento, os relatórios de sub-comités especializados do Comité de Liaison (CLONG) e um documento espanhol sobre o diálogo entre ONG e Estado.

115 Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGDs.

desenvolvimento” durante a década de 1970 e 1980, e que tinha regressado recentemente a Portugal:

(...) eu vinha com, não digo a incumbência, mas pelo menos com o desejo expresso de que houvesse em Portugal uma coordenação de ONG que pudesse até ser representado no Comité de Liaison. Porque é que era eu que vinha com isso? Porque era eu que tinha estado lá, não é? Bom, eles não conheciam mais ninguém aqui. (Homem, religioso, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

As presenças nas primeiras reuniões com representantes da Comissão Europeia indicam a antecipação de algumas organizações portuguesas para mediar a importação da categoria “ONG de desenvolvimento” para Portugal. Trata-se de um Instituto ligado a um partido político e organizações humanitárias de grande dimensão, uma delas católica, atuando na assistência social em Portugal. Tratando-se de entidades fora do terceiro-mundismo e com posições distanciadas das do CIDAC, que era na altura a organização dominante na “solidariedade internacional”, essa antecipação permitiria questionar as fronteiras da “cooperação solidária”, em particular a sua associação à “esquerda” e aos percursos de “anti-colonialismo”. Com efeito, o IDL, era tutelado por um Instituto pertencente a um dos partidos políticos mais críticos do processo de descolonização, o Centro Democrático Social (CDS) onde militavam antigos colonos ou funcionários de instituições da administração colonial.

O CIDAC acompanhou e participou do processo de importação da categoria “ONGD” para Portugal entendendo-a como uma oportunidade de reconversão dos recursos que já mobilizava na “cooperação solidária”. Apesar de dispor de contatos junto de ONGDs europeias e de experiência internacional no setor da “cooperação solidária”, ou seja, de capital internacional e *expertise*, esses recursos não se apresentavam suficientes para liderar a construção de uma organização de representação / homologação de ONGDs, evidenciando-se assim, a relevância do capital político nacional no processo. Com efeito, o interesse em adentrar a “indústria” era principalmente daqueles a quem a definição das fronteiras, e de suas lógicas, colocava no exterior. Assim, ainda que a partir da “periferia” do processo, a organização participou da criação da Plataforma Portuguesa das ONGD. Segundo um dos militantes participantes do processo de “negociação”

para a constituição da Plataforma Portuguesa das ONGD, com um itinerário na “solidariedade internacional”:“(…) o CIDAC, não se fala disso, que eles nem queriam, isso era uma coisa horrível agora o CIDAC para a Plataforma (…)”.

Uma militante da “cooperação solidária”, desde a década de 1970, refere:

Portanto, o CIDAC aí teve um período um pouco difícil porque tinha mais legitimidade, mas tinha muito menos poder e muito menos visibilidade e pronto e foi fundador e durante alguns anos tentou acompanhar, influenciar alguma coisa, mas consciente dos limites que tinha nesse... (...) Sim, visões políticas completamente diferentes, não é? E as outras tinham mais poder do que a nossa e muitas vezes até éramos vistos, o Luís Moita tinha Estado preso, etc., que era a nossa cara, até éramos um bocado vistos como esquerdistas, e coisas assim desse gênero, não é? Decidimos estar, claro. Achamos que isso era, que era fundamental, que podíamos fazer alguma coisa, influenciar enfim alguma coisa. Beneficiar alguma coisa, se fosse o caso e pronto.(Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Apesar do capital político nacional, e das ligações no espaço europeu, o estatuto das entidades engajadas na importação da sigla “ONGD” para o contexto português era passível de contestação, por sua associação aos partidos políticos, que agora “se faziam passar” por “organizações não-governamentais”, por sua limitada ou inexistente participação no espaço internacional da “cooperação para o desenvolvimento” ou pela dependência do Estado¹¹⁶. A legitimação das novas fronteiras do espaço de militância pela “cooperação solidária” tornava relevante a presença do CIDAC na nova Plataforma, que era já uma organização conhecida nos “meios europeus” da “solidariedade internacional”, incluindo pelo percurso de militância “anticolonial” dos seus dirigentes. Efetivamente, o CIDAC tinha sido financiado desde o início por organizações confessionais como o CCFD que eram já participantes do *Comité de Liaison* (CLONG), entidade de representação das “ONG” europeias engajadas no “desenvolvimento” junto da CEE.

¹¹⁶Por exemplo, no caso da Cruz Vermelha Portuguesa, os seus dirigentes eram nomeados pelo governo.

De acordo com o testemunho de um militante com um percurso em organizações confessionais, europeias, da “solidariedade com os países em desenvolvimento”: *Conheciam o CIDAC pelo Luís Moita, mas era assim uma coisa de apreço porque era um tipo que se bateu até ir para a cadeia pronto, essas coisas são importantes (...)*. Segundo um dos militantes que participou do processo de constituição da Plataforma, do espaço da “solidariedade terceiro-mundista”:

Embora naquelas primeiríssimas reuniões já nos anos 1980 preparatórias à adesão de Portugal, os comunitários e os de Bruxelas chegam cá, mas quem são as ONG aqui? percebem o deserto que isto era, e convocam as fundações, a Fundação Gulbenkian, a Fundação tal e tal, são chamadas, apesar de não terem bem a natureza de ONG, de movimentos, e os partidos políticos criam muitas vezes institutos ou assim que se fazem passar por ONG para ter pé neste processo. Já existiam, mas foram encaminhados para isto. Por exemplo, então o caso do CDS [Centro Democrático Social] é muito claro, tinha o Instituto Amaro da Costa, chamado Instituto Democracia e Liberdade, que ainda existe, aliás. Que canalizaram para esse grupo e tiveram um papel muito importante. A Cruz Vermelha Portuguesa, que já existia, aparece como ONG (...) o PS [Partido Socialista] tinha o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, o IED, que também aparece como ONG (...).(Homem, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

(...) Havendo uma importante Direção Geral do Desenvolvimento chamada DGVIII, na altura era assim que se chamava, que desembarcam em Portugal como um país candidato e, portanto, venham cá que nós temos aqui uma data de recursos para a cooperação (...) e havia um Comité de Liaison com as ONG, havia tudo e financiamento para as ONG. Eles desembarcam cá e lembro-me perfeitamente desses primeiríssimos contatos, cadê as ONG portuguesas? Então praticamente rendem-se à evidência que havia o CIDAC (...). (Homem, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Apesar da distância de seus posicionamentos no espaço político, e da diversidade de estatutos, políticos e jurídicos, entre as organizações fundadoras da Plataforma de ONGD em Portugal, a perspectiva de acesso ao espaço europeu das “ONG de desenvolvimento”, de participação nas instituições especializadas da CEE e de acesso a recursos, contribuíram para a negociação e a “conjugação”, entre concorrentes, de capitais mobilizados no quadro nacional, europeu e internacional. Essa aliança temporária apresentava-se fundamental para conferir legitimidade ao processo de importação da “causa” da “solidariedade com os países em desenvolvimento” e da categoria de “ONG” de desenvolvimento.

Em Fevereiro de 1985¹¹⁷, alguns meses após a reunião inicial sobre a criação de uma estrutura de “ONG de desenvolvimento”, foi realizado um encontro entre o *Bureau* da Comissão das Comunidades Europeias, em Lisboa, organizações portuguesas e dirigentes estatais para prestar informação sobre a colaboração entre a Comissão Europeia e as “ONG” de outros países europeus, e as possibilidades de apoio a projetos em “países lusófonos” (PALOP). Alguns dias após aquele encontro, um grupo de organizações portuguesas reuniu-se com uma representante da Comissão Europeia para preparar o ato de constituição da Plataforma. A lista de presenças nessa reunião indica o entendimento do tipo de organizações que poderiam ter interesse e legitimidade para participar do espaço da “cooperação solidária para o desenvolvimento”, organizações de assistência social (confessionais e não-confessionais), nacionais e membros de redes internacionais, organizações da Igreja Católica, institutos ligados a partidos políticos e *think thanks*(organizações de *experts*)¹¹⁸.

117 Nessa reunião todas as organizações presentes terão demonstrado interesse em se organizarem para usufruírem dos “benefícios” da cooperação com a CE. Nesse encontro também o Secretário de Estado da Cooperação afirmou a importância da colaboração com as “ONG”. Os representantes da Comissão presentes declararam a sua disponibilidade para auxiliar as “ONG” portuguesas nos seus esforços através de contatos com as “ONG” europeias e com o CLONG. Foi anunciado e depois efetivado, um convite para duas “ONG” portuguesas se deslocarem como observadores a uma Assembleia Geral do Comité de Liaison. Ata da reunião de 8-9/2/1985, Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD.

118 Estiveram presentes, para além de representantes da Caritas, da Cruz Vermelha e do Instituto Democracia e Liberdade, o CIDAC, a Fundação Antero de Quental (associada ao Partido Socialista), a Fundação Oliveira Martins (associada ao Partido Social Democrata), o Instituto de Estudos de Desenvolvimento (associado ao Partido Socialista), o Instituto Fontes Pereira de Melo, o Instituto Sá Carneiro

Naquele encontro defendeu-se que a reunião geral das “ONG” portuguesas, que seria “oficialmente” o momento “fundador” da “Plataforma Portuguesa das ONGD”, deveria ser amplamente noticiada para permitir a todas as organizações interessadas participar. Seria um encontro aberto àquelas que não tinham experiência prévia de “cooperação internacional” ou de atividades de “sensibilização para a solidariedade com os países em desenvolvimento”, mas que tivessem esse tipo de práticas como horizonte. Apenas nessa condição seria possível mobilizar um número “razoável” de entidades coletivas para constituir uma estrutura com funções de representação num período em que a “cooperação solidária” com os “países em desenvolvimento” era parte da atividade de um número muito reduzido de organizações.

Relativamente ao “formato” da Plataforma, considerou-se que a primeira reunião geral deveria promover o seu reconhecimento, a definição de estruturas de coordenação das “ONG” portuguesas e a eleição de dois delegados para a Assembleia Geral das “ONG” europeias em Abril de 1985 (Portugal aderiu formalmente à CEE em 1986). Recusou-se a possibilidade de constituição de uma estrutura formal, com estatuto jurídico, não sendo a “Plataforma Portuguesa das ONGD” entendida como um organismo federativo, mas como um “secretariado”¹¹⁹. O coletivo das “ONG” portuguesas interessadas na “cooperação solidária” apresentava-se assim como um espaço com fronteiras pouco delimitadas de modo a apresentar-se “atrativo” para organizações muito diversas, incluindo para aquelas sem experiência de engajamento “além-fronteiras”, e acomodar diversas “sensibilidades” políticas e ideológicas. As capacidades de representação eram também por isso limitadas, sendo essa função principalmente orientada para a participação nos espaços europeus como o CLONG. No que respeita ao âmbito “geográfico” da “solidariedade além-fronteiras”, as organizações interessadas em aderir à “causa” demonstrariam interesse particular nos países africanos que foram colônias portuguesas.

Em 23 de Março de 1985, reuniram-se na sede da Cruz Vermelha Portuguesa os signatários da nova Plataforma, dirigentes da CEE, responsáveis do Estado português e a comunicação social para a cerimônia que assinalava a constituição daquele espaço. Os convites

(associados ao Partido Social Democrata), o Instituto de Apoio à Criança, e o Lions Club. Justificaram a sua ausência o embaixador da Ordem de Malta, a Comissão Nacional Justiça e Paz, a Sociedade de S. Vicente de Paulo, e o Rotary Internacional.

119 Ata da reunião de 13/2/1985, Arquivo da Plataforma Portuguesa de ONGD.

para o encontro foram assinados por Theo Hustinx, pela Comissão das Comunidades Europeias, e, pelo comité organizador, pelos representantes da Caritas (Monteiro da Silva), do CIDAC (Agostinho Jardim Gonçalves), da Cruz Vermelha Portuguesa (Coronel Raul Cabarrão), do Instituto Democracia e Liberdade (Eugênio Anacoreta Correia), e do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (Teresa Ambrósio). Estiveram presentes o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Secretário de Estado da Cooperação e o Presidente da Comissão para a Integração Europeia. Da comunidade diplomática participaram representantes das embaixadas da Irlanda, Reino Unido, França, Guiné-Bissau, Alemanha, Grécia, Holanda, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Brasil, Itália, Cabo Verde, Dinamarca, Angola. Também compareceram ao encontro vários elementos da mídia¹²⁰.

Apesar das atas de reuniões anteriores referirem a proposta de realizar uma reunião “aberta” a quem quisesse participar, a lista de signatários do acordo de constituição da Plataforma revela um processo de recrutamento de número restrito de organizações.

Quadro 5– Organizações fundadoras da Plataforma Portuguesa de ONGD em 1985

Nome	Filiações e relações conhecidas à época (1984/1985)	Financiadores conhecidos à época
Caritas Portuguesa	Igreja Católica portuguesa Caritas Internacional	Donativos particulares Donativos da Caritas EUA, Caritas Internacional e Conselho Pontifício Cor Unum
Centro Informação e Documentação Amílcar Cabral	ONG europeias Estado guineense Associações culturais portuguesas	ONG europeias
Cruz Vermelha Portuguesa	Cruz Vermelha Internacional	Doações individuais Estados
Fundação Antero de	Fundada por dirigentes do Partido	Fundação Friederich

120 Diário de Notícias, Correio da Manhã, O Dia, a Tarde, a Capital, Diário de Lisboa, Tempo, Semanário, Expresso, o Jornal, Jornal de Notícias, Primeiro de Janeiro, Comércio do Porto, Diário do Minho, Rádio Renascença, Rádio Televisão Portuguesa.

Quental	Socialista Ligação ao Partido Socialista	Erbert (Alemanha)
Instituto Amaro da Costa	Fundada por dirigentes do partido Centro Democrático Social	Fundação Konrad Adenauer (Alemanha)
Instituto Apoio à Criança	Fundada pela então Primeira Dama de Portugal, Manuela Ramalho Eanes em 1983 Presidência da República	
Instituto de Estudos para o Desenvolvimento	Fundado por dirigentes do Partido Socialista	Fundação Friederich Erbert (Alemanha)
Instituto Progresso Social e Democracia Francisco Sá Carneiro	Fundado por dirigentes do Partido Social Democrata	Fundação Friedrich Naumman (Alemanha) Fundação Konrad Adenauer (Alemanha)
União das Misericórdias Portuguesas	Fundada pelas Misericórdias (instituições seculares de "assistência social)	Financiamento Misericórdias
Associação para as Relações Internacionais	Fundada por dirigentes do partido Centro Democrático Social	
Comissão Nacional Justiça e Paz	Conferência Episcopal Portuguesa	Igreja Católica
Fundação Oliveira Martins	Criada por dirigentes do Partido Social Democrata	Fundação Friedrich Naumman (Alemanha) Fundação Konrad Adenauer (Alemanha)
Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais	Fundada por dirigentes do partido Centro Democrático Social	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados recolhidos em arquivo e em entrevistas

De acordo com o quadro 5, é possível identificar polos distintos que revelam “afinidades ideológicas” entre organizações e a multi-posicionalidade de alguns de seus dirigentes.

Pelo menos 5 das organizações que assinaram a ata de constituição da “Plataforma Portuguesa de ONGD” tinham ligações a partidos políticos. Ao Partido Socialista estavam associados o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e Fundação Antero de Quental. Ao Partido Social Democrata, a Fundação Oliveira Martins e o Instituto Progresso Social e Democracia Francisco Sá Carneiro. Ao Centro Democrático Social (CDS) estava ligado o Instituto Amaro da Costa. Aquelas entidades visavam, de um modo geral, a formação de quadros partidários e a elaboração de estudos, no contexto de construção do sistema democrático em Portugal, e eram todas financiadas por Fundações de partidos alemães da mesma área ideológica. Apesar de serem organizações ligadas a partidos distintos, que disputavam entre si, estavam todos engajados no processo de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) e partilhavam os pressupostos políticos daquela entidade nomeadamente, a economia de mercado e a propriedade privada e a organização do sistema de governo em torno dos princípios da “democracia representativa”.

Assinariam igualmente, a ata de constituição da Plataforma duas organizações que se apresentam como *think thanks* orientados para as questões internacionais, dirigidos por especialistas da área, o Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais e a Associação para as Relações Internacionais. Apesar de alguns de seus dirigentes serem igualmente, militantes de partidos, estas organizações não tinham uma associação formal àqueles.

Outro conjunto de organizações intervenientes na constituição da Plataforma, estava ligado às estruturas da Igreja Católica designadamente, a Caritas, organizações humanitária e membro da rede internacional com o mesmo nome, e a Comissão Nacional Justiça e Paz, uma estrutura laica da Conferência Episcopal Portuguesa. Estas entidades contavam com os recursos da Igreja Católica. Estavam igualmente presentes, importantes organizações de cariz assistencial, a Cruz Vermelha Portuguesa, a União das Misericórdias e o Instituto de Apoio à Criança, presidido pela Primeira Dama à época, Manuela Eanes. Os seus recursos eram provenientes de privados e do setor público. E finalmente, o CIDAC, que constituía a única associação nacional constituída com o propósito da “solidariedade internacional”.

Os signatários da ata de constituição da Plataforma Portuguesa de ONGDs tinham em comum, elevado capital político e social, dispondo de redes de relações no espaço político, recursos materiais e reconhecimento social. Algumas delas dispunham ainda de contatos com entidades além-fronteiras como Fundações, ONG, ou

outros Estados. Neste sentido, o percurso prévio de engajamento na “cooperação solidária” não constituiu o critério fundamental de recrutamento dos fundadores da plataforma ou de acesso a posições dominantes naquele espaço. Por outro lado, as relações entre as organizações fundadoras da Plataforma e o campo político e religioso revelam a sua pouca autonomia em relação a outras esferas sociais (MATHIEU, 2007, p. 137).

2.2 Acordando um *frame* para as ONGs “de desenvolvimento” portuguesas

A “trégua” obtida com a adesão de dirigentes políticos e de organizações diversas com importante capital político e social permitia incrementar a legitimidade da “solidariedade com os países em desenvolvimento” no contexto português, redefinindo o *frame* da “causa”. Esse processo negocial implicaria a acomodação de posições - entre representações do passado e do presente, entre posições ideológicas distintas, entre a “pertença europeia” e a “vocação atlântica” na abordagem às relações exteriores do país, entre o “estatal” e “não-estatal”.

A Plataforma Portuguesa das ONGDs apresentava-se como um espaço coletivo no qual um conjunto de atores “*se reconhecem mutuamente*” como organizações que “*incluem entre os seus objetivos a cooperação, a solidariedade e o diálogo com os povos dos países em vias de desenvolvimento*” (PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGDs, 2010, p.17), acomodando percursos diversos, ou a sua inexistência, não requerendo especialização ou experiência prévia na “solidariedade internacional”.

Na ata de constituição declarava-se a intenção de participar e contribuir para a atividade que as “*ONGs de cariz humanitário, cultural, social ou religioso têm desempenhado quer em prol da propagação de uma mentalidade sensível e predisposta das condições de justiça internacional, quer em programas e ações diretas a favor do desenvolvimento*”. As ONGDs portuguesas associavam-se assim a um “movimento internacional” engajado na “justiça internacional” e no “desenvolvimento”. (PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGDs, 2010, p.17).

A “causa” das “ONGDs” era apresentada como uma forma de relacionamento com os “países em desenvolvimento”, particularmente as antigas colônias portuguesas, assente no pressuposto que “*o auxílio aos PVD (países em vias de desenvolvimento) é um dever essencial imposto por um compromisso internacional de solidariedade ativa*” e

que apesar do seu compromisso ser universal, as ONGDs portuguesas declaravam que *“sendo Portugal a matriz de muitos dos valores que forjaram e integram o sentimento nacional dos países lusófonos, as ONG portuguesas (...) possuem particular vocação (...) para o desenvolvimento daqueles países”*. A adesão à CEE era a “oportunidade” de colaborar na prossecução daqueles objetivos, *“(…) perante a iminência da adesão de Portugal às Comunidades Europeias”* perante a qual *“declaram privilegiar, nas suas relações internacionais, a colaboração com as ONGs europeias e com a Comissão das Comunidades”* (PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGDs, 2010, p.17).

Assim, se por um lado, o enquadramento das relações pós-coloniais com África foi construído a partir da ideia de que a condição de membro da comunidade europeia implicava “cooperar” com os “países em desenvolvimento” por outro, o passado colonial, que era descrito como uma forma de “construção de laços” e de “conhecimento” dos agora denominados “países de expressão portuguesa”, legitimava, e fortalecia, a posição portuguesa na “política de desenvolvimento” europeia. Essa interpretação da “causa” da “solidariedade internacional” reflete a mobilização de esquemas de interpretação de si e do mundo que desassocia o passado colonial do exercício da violência sobre outros povos, sendo antes um reflexo da “capacidade de relacionamento” dos portugueses, atribuindo também, esse passado, relevância à participação nos “esforços europeus” de “desenvolvimento internacional” de um país da periferia da CEE. Efetivamente, numa reunião com responsáveis europeus, todas as organizações presentes terão demonstrado interesse particular pelos problemas dos PALOPs o que levou o responsável europeu Werner Kodderitzsche a falar de certo “lusu-centrismo” das ONGs portuguesas¹²¹.

Desvalorizando, no sistema de classificação do espaço de militância pela “cooperação solidária” o “terceiro-mundismo”, a vinculação à “esquerda” e o “anti-colonialismo”, a avaliação dos participantes passou a assentar na articulação entre “humanitarismo” e “eficácia em programas de desenvolvimento”. Essa lógica alteraria a socialização dos militantes, valorizando-se o profissionalismo e as competências técnicas e simultaneamente o “voluntariado” e o “altruísmo”, sendo essa duplicidade estrutural (BOURDIEU, 2014, p. 190) fundamental no funcionamento do espaço.

121 Ata da reunião de 8-9/2/1985, Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGDs

3 Afastando o “estigma de potência colonizadora”: o “regresso de Portugal à Europa e a política estatal de cooperação

Em Portugal, após as eleições de 1976, o governo eleito do Partido Socialista¹²² tornou a adesão de Portugal à então Comunidade Econômica Europeia (CEE) o propósito central da política externa (e interna), decisão acordada entre os chamados partidos “moderados”. O “regresso à Europa” transformou-se num objetivo “de Estado” em torno do qual outras áreas da política, nomeadamente a de cooperação internacional, de articulavam. Nesse sentido, foi criada a Comissão para a Integração Europeia, em Agosto de 1977¹²³, entidade responsável pela condução do processo de negociação com a CEE. Nesse quadro, simultaneamente, no que respeita à cooperação com África, em particular com as antigas colónias portuguesas, foi alterado o modelo institucional extinguindo-se o Ministério da Cooperação, atribuindo-se à Secretaria de Estado da Cooperação, no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) aquela função. Outras estruturas de cooperação foram criadas noutros ministérios nomeadamente, em 1977, o Gabinete para a Cooperação Econômica Externa no Ministério das Finanças, visando a centralização das atividades de cooperação econômica.

A par da atividade de cooperação do governo, também o Presidente da República Ramalho Eanes, eleito em 1976, investiu politicamente na melhoria das relações diplomáticas com as antigas colónias portuguesas. Em 1977, o então presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral, organizou um encontro entre o Presidente português e o Presidente angolano para atenuar as tensões que ainda existiam entre os dois países. Nessa altura, Ramalho Eanes reconhecia que a abertura pioneira da Guiné-Bissau para a cooperação com Portugal, depois do “afastamento do estigma de potência colonizadora”, tinha permitido a construção de relações mutuamente vantajosas, afirmando que:

(...) relações bilaterais que não hesito em considerar inteiramente conformes às mais exigentes regras do convívio entre Estado soberanos. Resultou assim em mútua vantagem uma política de cooperação conduzida, sem a menor dívida, de acordo com a vontade dos nossos povos, mas só possível porque Vossa Excelência compreendeu o Portugal da

122 Liderado por Mário Soares.

123 Pelo Decreto Lei 306/77, de 3 de Agosto.

*descolonização. Estou certo de que a colaboração desenvolvida serve os interesses do povo português, no quadro moral em que ele se movimentou desde que afastou da vida nacional o estigma de potência colonizadora. Mas estou igualmente certo de que a cooperação que promovemos a cooperação que promovemos serve os interesses da Guiné-Bissau (...)*¹²⁴

Em 1978 o IV Governo Constitucional¹²⁵, dando continuidade à “opção europeia” da política externa portuguesa, afirmava que seria através da sua condição de membro da CEE que o país poderia reforçar as relações com outros povos e continentes, incluindo com África. Nesse hiato, até à conclusão do processo de adesão, a cooperação portuguesa com os Estados de “expressão portuguesa” deveria priorizar o setor cultural lembrando os “laços históricos e culturais” de Portugal com o continente africano¹²⁶. Com esse propósito, foi revisto o estatuto laboral dos professores cooperantes¹²⁷ alargando-o a todos os que prestavam serviços na cooperação com os “Estados de expressão oficial portuguesa” nas áreas da investigação, educação ou ensino, independentemente da sua ligação ao Ministério da Educação, garantindo-lhes assim o acesso a determinados direitos laborais. Aquele

124 SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL. “Discurso do Presidente Ramalho Eanes”. *Encontro em Bissau*. Guiné-Bissau, 1977, p. 8.

125 Liderado por Carlos Mota Pinto (Partido Social Democrata), governo de iniciativa presidencial.

126 Segundo o Programa do IV Governo Constitucional: (...) *do condicionalismo criado nos últimos anos da vida portuguesa resultou bem clara a opção europeia que será determinante primordial da política externa portuguesa e factor decisivo, pluridimensional e irreversível do nosso projecto nacional. Tal adesão será causa do aprofundamento dos laços que unem Portugal a outros continentes e países, nomeadamente no quadro de uma Europa à qual já estamos institucionalmente ligados, e também em relação a outros sectores da nossa política externa, a que a opção europeia poderá dar novas dimensões e facetas.* (...) *Especial atenção será dada às relações com os Estados do continente africano, relações essas fundamentadas em sólidos e antigos laços culturais e históricos. Neste campo será dada ênfase particular às relações culturais com certos países de África, ao mesmo tempo que serão envidados esforços para incrementar, alargar e solidificar uma política de cooperação global com os novos Estados de expressão portuguesa, na base do interesse mútuo e do estrito respeito pelas soberanias nacionais.* Disponível em: <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc04/programa-do-governo/programa-do-iv-governo-constitucional.aspx> Acessado em 15/7/2018

127 Despacho Normativo n°278/79

tipo de “incentivo” apresenta-se coerente com a importância atribuída à língua portuguesa como capital relevante nas relações pós-coloniais e à cooperação como instrumento para a sua promoção. Nesse período, em resposta a um requerimento do deputado Antônio Reis (Partido Socialista) sobre as medidas tomadas pelo governo naquele sentido, o Gabinete do Secretário Geral do MNE respondia:

(...) a expansão e consolidação da língua portuguesa tem merecido da parte do Ministério da Educação a maior atenção, sobretudo na parte que diz respeito às relações bilaterais com os países de expressão portuguesa. Tal atividade está naturalmente, ligada ao desenvolvimento da cooperação com aqueles novos Estados e tem sido progressivamente incrementada, à medida que as dificuldades existentes no período delicado subsequente à descolonização se vão esbatendo. Neste contexto, tem sido dado todo o apoio ao recrutamento em Portugal de professores cooperantes com o fim de irem leccionar Português, e em português, nas ex-colônias que assim o desejem (...).128

Em 1979, o V Governo¹²⁹ investiu na constituição de novas instituições estatais orientadas para a cooperação internacional sobre a direção do ministro dos negócios estrangeiros que transitou do governo anterior¹³⁰. Foi constituída a Direção Geral de Cooperação¹³¹ (DGC) e

128Resposta a Requerimento do deputado Antônio Reis por parte do Gabinete do Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), publicada no Diário da República de 18/4/1979, II Série, nº50.

129 Liderado por Maria de Lurdes Pintassilgo (independente) governo de iniciativa presidencial.

130 João de Freitas Cruz

131 Decreto Lei 486/79 de 18 de Dezembro de 1979. *À Direção Geral de Cooperação: caberá uma dupla tarefa; por um lado a coordenação da das ações bilaterais e multilaterais de cooperação nos domínios sociocultural, científico e tecnológico ou outros, para o que manterá estrito contato com as entidades interessadas em programas de cooperação (...) por outro lado, e atento o carácter dinâmico e frequentemente inovador das relações de cooperação, àquela Direção-geral caberá o tratamento de formas de cooperação não enquadráveis na competência de outros departamentos estatais.” A justificação da criação daquela DG é dada “Pelo seu passado histórico, aberto à convivência com muitos povos, Portugal inseriu-se com naturalidade no quadro da cooperação internacional, ao qual se encontra aliás vinculado por preceitos constitucionais. Assim, constitui já uma realidade, a participação do nosso país em tarefas de cooperação que*

regulamentado o Instituto para a Cooperação Econômica¹³² (ICE). Essa arquitetura institucional dividia a intervenção estatal na área da cooperação internacional entre a “área sociocultural”, da responsabilidade da DGC, e a “área econômica”, o ICE. Foi também regulamentado o Gabinete para a Cooperação Econômica Externa (GCEE) no Ministério das Finanças que era responsável pela cooperação financeira, tendo um papel executivo relativamente a decisões de financiamento. Tendo em conta que Portugal era nesta altura, alvo da intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo também receptor de ajuda oficial ao desenvolvimento, o GCEE coordenava aquela relação¹³³.

A construção de instituições especializadas e as práticas de cooperação bilateral criaram oportunidades de recolocação profissional para os funcionários de instituições estatais que foram extintas após a descolonização. Por exemplo, a Direção Geral de Cooperação que

traduzem acatamento pelos princípios da solidariedade internacional sem deixarem de coincidir com interesses profundos e permanentes do povo português. (...) Importa por outro lado, ter presente que, se Portugal é já um país dador e receptor de cooperação, poderá igualmente vir a beneficiar de forma mais efetiva de importantes programas de cooperação levados, designadamente, a efeito por organizações internacionais de que é parte. A fim de corresponder adequadamente às perspectivas abertas, torna-se premente estabelecer de forma conveniente os órgãos nos quais há-de assentar o desenvolvimento de uma política de cooperação.

132 Decreto Lei 487/79 de 18 de Dezembro 1979. Este instituto era um “organismo de apoio técnico administrativo a prestar ao governo para a cooperação económica e financeira com os países em vias de desenvolvimento, em ordem à salvaguarda dos interesses nacionais públicos e privados e à promoção de ações de cooperação e de assistência técnica de interesse mútuo.” Este instituto deveria responder a “solicitações de assistência técnica e de cooperação nos domínios técnico-económico e financeiro e empresarial, e a necessidade de assegurar a coordenação da gestão do património do Estado e do sector público português no estrangeiro e de acelerar a execução de trabalhos, muitos dos quais de elevada tecnicidade, que se prendem com próximas e importantes negociações impõem que se dote desde já o Instituto de meios humanos e materiais indispensáveis (...).

133 Despacho Normativo nº369/79. O Gabinete para a Cooperação Econômica tinha como responsabilidade a *centralização, num único departamento, de todas as ações de cooperação económica externa de modo a, através de uma maior coordenação das atividades aumentar a eficácia dessa cooperação. O considerável volume de assistência oficial para o desenvolvimento de que o nosso país é beneficiário aconselha também a existência de uma entidade especializada para o seu tratamento.*” *Compete-lhe em exclusivo: a promoção, o acompanhamento, e a coordenação das ações de cooperação económica bilateral e multilateral, bem como a preparação o acompanhamento e a execução de todos os programas de assistência técnica e financeira bilateral ou multilateral.*

absorveu funcionários do Fundo de Fomento Mineiro Ultramarino, e que procurava pessoas cuja “experiência profissional e especialização” fossem relevantes para o prosseguimento da sua “missão de cooperação”. Também na área da pesquisa acadêmica, a reconversão da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais/do Ultramar (JIC/JIU) no Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT) permitiria aos seus pesquisadores retomar o trabalho no contexto africano através da cooperação estatal com os países africanos de língua portuguesa¹³⁴.

Assim, após o processo “revolucionário” subsequente à queda da ditadura, e transcorrido o período em que a “proximidade” ao antigo regime, e ao colonialismo, se apresentavam como fatores “depreciativos” do capital social, político, profissional ou acadêmico, a construção de uma arquitetura estatal viabilizadora da participação do país na “cooperação internacional” requereu a construção de um enquadramento “conciliador” do passado e do presente. O colonialismo passou a ser representado como um período de “construção de laços com outros povos” e de aquisição de “conhecimento” nomeadamente sobre África que legitimaria a cooperação de Portugal, após as descolonizações, com as suas antigas colônias, implicando nesse processo, funcionários estatais e dirigentes políticos com posicionamentos e papéis distintos em relação à “questão colonial”. Esse tipo de discurso permitiria tornar distantes os slogans do período revolucionário (1974-1975) como o “nenhum povo pode ser livre enquanto oprimir outro” e as “disputas a eles associados, tornando-se corrente, após a vitória de forças políticas “moderadas”, num contexto nacional e internacional caracterizado pela desvalorização das ideologias “radicais” e da politização da “cooperação solidária”.

Em 1980, chegou ao poder uma coligação de partidos de “centro-direita” e “direita” (PSD-CDS), após um período de governo socialista (1976-1978) e de sucessivos governos de iniciativa presidencial (1978-1979) incluindo dirigentes de setores considerados de “centro-esquerda”, “centro-direita”, “direita” e “independentes” - durante os quais se foi construindo a arquitetura constitucional e as práticas de cooperação em domínios diversos - as relações com os países

134 Ver por exemplo, o depoimento do um antigo Presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), que transitou da Junta de Investigação do Ultramar para o IICT passando da pesquisa no âmbito colonial para a cooperação com os países de expressão portuguesa. Disponível em: <http://actd.iict.pt/view/actd:MOJACS>. Acessado em: 6/1/2018

africanos de “língua portuguesa. Nesse contexto, perante a continuidade ou mesmo agravamento do “contencioso colonial”, disputa na qual Portugal demandava pagamentos aos novos Estados, decorrentes da descolonização, *experts* e políticos debatiam o rumo das relações com a África¹³⁵.

O investimento pós-colonial nas relações com as antigas colônias não se apresentava consensual – se para os economistas, o valor limitado das trocas comerciais com as antigas colônias portuguesas, e a sua situação política, as tornavam pouco relevantes para Portugal, para alguns políticos, a influência geoestratégica, a “exportação” da cultura e a “proteção” da língua deveriam sobrepor-se ao estrito cálculo econômico¹³⁶. Apesar das hesitações, a perspectiva de adesão à CEE, colocava o país perante a vinculação a acordos comerciais com os países africanos no âmbito da Convenção de Lomé, e com a política de “ajuda ao desenvolvimento da comunidade europeia”. A “indiferença” e o investimento num processo de “contencioso colonial” apresentavam-se então divergentes da política de relações exteriores e comerciais da comunidade europeia¹³⁷.

A cooperação com os novos Estados africanos arrancou prioritariamente nos setores onde as tensões pós-coloniais eram menores, como a área da saúde e educação, da assistência técnica, ou a disponibilização de bolsas para estudantes africanos. Assim o capital internacional associado à utilização de uma língua comum que viabilizava o recrutamento de *experts* portugueses para a construção das instituições dos novos países e a formação em Portugal, de técnicos e dirigentes governamentais africanos, permitiu manter a “cooperação” mesmo em períodos em que as relações diplomáticas se mostraram distanciadas ou conflituosas. Por outro lado, nas questões econômicas, onde se incluíam a resolução de disputas associadas à descolonização, o acesso de empresas portuguesas a oportunidades nas antigas colônias, e a “cooperação técnica” em setores econômicos, estava mais dependente do estado das relações diplomáticas¹³⁸.

135 Debate organizado pelo periódico *O Jornal* e publicado na sua edição de 18/4/1980.

136 Ibid.

137 Ibid. Atribuiu-se, nesse artigo, à pressão dos países da CEE, em particular ao chanceler alemão, Helmut Schmidt, uma “rápida viragem” do governo português em relação à política de relações com os Estados africanos de língua portuguesa.

138 A relação entre a situação diplomática e o acesso a oportunidades económicas nas antigas colônias pelas empresas portuguesas é evidenciada pelo Relatório de Atividades de 1982 do Instituto para a Cooperação Económica,

Ainda durante o processo de negociação da adesão à CEE, Portugal procuraria assumir o papel de mediador entre a comunidade europeia, ou outros países europeus “desenvolvidos”, e os países africanos, suas antigas colônias¹³⁹. Tendo em conta que o Instituto de Cooperação Econômica se apresentou, desde a sua constituição, vocacionado para a “assistência técnica”, mobilizando nesse sentido, *experts*, a prestação de serviços aos países centrais que tinham atividades de cooperação nas ex-colônias portuguesas apresentava-se como estratégia para a viabilização da participação do país no sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento. Naquela conjuntura, a experiência colonial portuguesa e a língua apresentavam-se como capitais passíveis de reconversão junto dos financiadores do “desenvolvimento”.

Em virtude da diversificação do número e da diversidade de integrantes da “cooperação portuguesa”, foi criado em Julho de 1985, um espaço consultivo, a Comissão Consultiva para a Cooperação, com o propósito de coordenar e consultar os “operadores” do setor para executar uma “política de cooperação coerente”. Tinham assento permanente nessa comissão, um conjunto de instituições do setor público, do setor universitário, e do setor privado (associações de empresas). Não estavam listadas como membros permanentes organizações humanitárias ou de assistência, ou o CIDAC, que tinha já

descrevendo a ligação entre visitas oficiais e abertura de oportunidades para as empresas portuguesas (INSTITUTO PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA, 1982).

139 Em 1982, responsáveis do Ministro dos Negócios Estrangeiros deslocaram-se a Bruxelas para reuniões com altos funcionários da CEE, em particular com o Comissário Pisano que dirigia a “cooperação para o desenvolvimento”, tendo expressado interesse no mecanismo de financiamento europeu para projetos de “desenvolvimento” nos países africanos “de língua portuguesa” e na possibilidade de Portugal prestar assistência técnica nesses contextos. Após esses contatos, o comissário Pisano retribuiu a visita deslocando-se a Portugal e, após uma reunião com o secretário de Estado português para a Cooperação e Desenvolvimento, acordou o financiamento de três projetos no setor da água em São Tomé e Príncipe. Lógica semelhante foi seguida em encontros com outras diplomacias por exemplo, na reunião da comissão mista luso-norueguesa, no encontro com a diretora de administração da Cooperação e Desenvolvimento da Bélgica e na reunião com a embaixada da República Federal da Alemanha, em que os dirigentes do ICE se mostraram interessados na cooperação tripartida em que Portugal assistiria a implementação de projetos de cooperação de países centrais e os países “em desenvolvimento”. (INSTITUTO PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA, 1982, p. 194-196).

“atividades de cooperação com o Terceiro Mundo” há pelo menos dez anos¹⁴⁰. É assim evidente o entendimento da cooperação internacional como espaço do Estado, das empresas e das universidades ou de outras entidades afins, entendidas como partes interessadas na “preservação da língua” e da “cultura portuguesa” ou na promoção de atividades econômicas nas antigas colônias portuguesas na África.

Todavia, reconhecendo a “*assistência às populações dos países em vias de desenvolvimento atingidas por calamidades naturais ou que se encontrem numa emergência*”¹⁴¹ como parte das funções da cooperação portuguesa, foi assinado um protocolo de colaboração entre o Estado português e a Soberana Ordem de Malta, em 1983¹⁴². O acordo com o Estado português visava apoiar a “ajuda humanitária” prestada a “países em desenvolvimento” através da representação nacional e

140 Decreto-lei 266/85, de 16 de Julho. Eram membros permanentes da Comissão Consultiva de Cooperação, a) Diretor-geral da Cooperação; b) Presidente do Instituto para a Cooperação Económica; c) Representante da administração do Banco de Portugal; d) Representante da administração da COSEC Companhia de Seguros de Crédito; e) Representante da administração do Instituto do Comércio Externo de Portugal; f) Presidente do Instituto de Investimentos e Participações do Estado; g) Presidente do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; h) Presidente da Academia das Ciências; i) Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas; j) Diretor do Instituto Nacional de Desportos; l) Diretor do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial; m) Presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical; n) Presidente do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais; o) Representante das associações industriais do Norte; p) Representante das associações industriais do Centro; q) Representante das associações industriais do Sul; r) Representante da Associação Comercial de Lisboa; s) Representante da Associação Comercial do Porto.

141 No Relatório de 1986 da Direção Geral de Cooperação escrevia-se que: *Os fundamentos históricos, políticos e afetivos que justificam o esforço português de cooperação com os PALOP são particularmente relevantes no domínio da “assistência” no que esta comporta de solidariedade humanitária. Daí que Portugal tenha procurado sempre estar presente, quer isoladamente quer em cooperação com outras entidades, nas oportunidades que ofereceram de cooperação, em tal domínio, com os países africanos de expressão portuguesa. Esta ação tem sido desenvolvida sobretudo em conjugação com a Soberana Ordem de Malta (...) em ações tão importantes como o fornecimento de roupas, produtos alimentares, medicamentos e material hospitalar, envolvendo auxílio no montante de vários milhões de contos.* (DIRECÇÃO GERAL DE COOPERAÇÃO, 1986, p. 7.).

142 Trata-se de uma ordem religiosa obediente ao Vaticano com origem no período das cruzadas que detém desde meados de 1960, estatuto de organização internacional católica, com personalidade jurídica internacional, estatuto diplomático e de observador na ONU.

internacional daquela organização. Em concomitância, no início da década de 1980, a relação entre responsáveis da cooperação portuguesa e o CIDAC é descrita como “distante”, sendo referidos contatos para solicitações pontuais. Não existindo espaços de representação junto do Estado, não se tendo expectativas de acesso a recursos financeiros estatais e tendo-se também abandonado a perspectiva de que a organização pudesse participar da formação dos cooperantes portugueses enviados através das instituições públicas – apesar do CIDAC o fazer para entidades estrangeiras – as possibilidades de interação eram limitadas. Por outro lado, o posicionamento ideológico da organização vista como “esquerdista” ou radical” distanciava-a da linha considerada “moderada” dos governos, em particular, a partir de 1979. Segundo uma militante do CIDAC:

Não havia política para as organizações, a política de cooperação oficial estava a montar-se não é, muito lentamente. Não havia uma visão de relação com a sociedade civil sobre isso porque também não havia praticamente organizações da sociedade civil que fizessem cooperação, não é? E, portanto, nós às vezes precisávamos de alguma coisa e tentávamos obter mas era, era caso a caso, eram coisas esporádicas, eram... e não era grande coisa. Houve essa tentativa de preparar os cooperantes oficiais, mas que também depois não avançou, não se esperava que houvesse financiamento, não tínhamos ainda essa ideia, não é? (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

O Estado português apresentava assim um entendimento das organizações não-governamentais como “prestadoras de ajuda humanitária” em situações pontuais, recorrendo à colaboração com aquele tipo de entidades para a distribuição de bens essenciais nos países de “expressão portuguesa”, sendo essa ajuda justificada por razões “históricas” e “afetivas” e de “solidariedade humanitária”. Nesse quadro, a interação entre Estado e ONG realizava-se através da Direção Geral de Cooperação que era responsável por áreas de cooperação não enquadráveis noutros departamentos estatais. A definição pelo Estado de quem poderia tomar parte da cooperação portuguesa, de que modo, e a partir de que modo de legitimação, estabelecia assim as primeiras fronteiras do espaço da “cooperação para o desenvolvimento” ainda antes da adesão formal à CEE que ocorreria em 1986.

4 A cooperação portuguesa como objeto de debate no âmbito intelectual e académico perante a adesão à CEE

O interesse na “cooperação para o desenvolvimento” como tema de debate intelectual ou de pesquisa académica esteve ligado no seu início ao espaço da economia nomeadamente aos economistas politicamente próximos do espaço da “esquerda”. Nesse sentido, numa primeira fase, a intersecção entre militância e intervenção intelectual, tornou o conceito de “dependência”, a partir dos autores da Teoria da Dependência de vários países da América Latina, uma das chaves em torno das quais se foi construindo o debate intelectual sobre a “cooperação” em Portugal no final da década de 1970. Destacar-se-ia nesse contexto, a revista *Economia e Socialismo* onde escreveram intelectuais como Ladislau Dowbor e Immanuel Wallerstein.

Outra das chaves importantes na discussão dos “temas internacionais” em particular no que respeita aos países africanos, era o conceito de Terceiro-Mundo e o não-alinhamento. Em 1976/1977 seria relançada em Portugal, pelos militantes latino-americanos Altair Campos, Neiva Moreira e Beatriz Bissio, a revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, fundada na Argentina em 1974. Nesta revista escreveram importantes personalidades dos países africanos, nesse então recém-independentes, académicos-militantes terceiro-mundistas, e foram entrevistados dirigentes, apresentando-se como uma fonte de informação relevante sobre aquelas temáticas no contexto português, mas também brasileiro e africano. Luís Moita, do CIDAC, foi um dos participantes portugueses da revista com um artigo sobre a situação na Guiné-Bissau, após o golpe de 1980, e a análise do primeiro Congresso Extraordinário do PAIGC, publicado em Dezembro de 1981¹⁴³.

Outras revistas, seminários, espaços de debate foram sendo organizados ao longo da década de 1970 e início de 1980 sobre a cooperação entre Portugal e as suas antigas colónias. Em 1979, o CIDAC criou uma revista sobre “questões internacionais”, os *Cadernos CIDAC* onde participaram importantes intelectuais portugueses. Em 1983, Boaventura de Sousa Santos escreveu um artigo para esse periódico, sobre as relações pós-coloniais e a cooperação com os países africanos, argumentando que a posição “periférica” e “dependente” de Portugal no sistema internacional tornava-o “especialmente capaz” de dialogar com os “três mundos”.

143 Artigo na revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, nº39, Dezembro de 1981, de Altair Campos e Editado por Neiva Moreira. Tiragem de 36000 Exemplares.

Parece, pois, que tanto portugueses como africanos estamos a viver o momento histórico da passagem de uma longa experiência para uma curta experiência. De uma longa experiência de relações, de que nos queremos libertar, mas que constituirão durante muito tempo ponto de referência obrigatório das nossas ações, para uma curta experiência que sob bons auspícios ora nos empenhamos. E os melhores auspícios residem no facto de a cooperação que os portugueses podem oferecer em África, por não ter lugar num espaço neocolonialista, não beneficiar de qualquer monopólio. Para ser aceite e se expandir terá que mostrar os seus méritos na concorrência, por assim dizer. E esses méritos resultam sobretudo, do facto de Portugal uma vez apeado da presunção colonialista, se ver restituído à sua verdadeira condição de país periférico e dependente que, não pertencendo caracteristicamente a nenhum dos três mundos, tem uma capacidade acrescentada para dialogar com todos eles. É neste contexto que são de saudar e se devem desenvolver as iniciativas de cooperação no domínio do direito e da administração da justiça(SANTOS, 1983, p. 3).

Em 1984¹⁴⁴, para assinalar o décimo aniversário da Revolução e da descolonização, a Associação 25 de Abril organizou a conferência *25 de Abril: 10 anos depois* com importantes figuras do espaço político e intelectual, incluindo dirigentes do Movimento das Forças Armadas (MFA) que derrubou o Estado Novo. Participaram por exemplo Fernando Piteira Santos, Manuel Alegre, Victor de Sá, Domingos Lopes, Manuel Lourenço Neto, Carlos Fabião, Jorge Sales Gólias, Fernando Dacosta, Manuel Braga da Cruz, Vinício de Sousa, Vitor Crespo, José Medeiros Ferreira, Maria de Lurdes Pintassilgo. O CIDAC também foi convidado para o debate, constituindo a sua presença entre aquele conjunto de individualidades um indicador do capital político associado ao percurso de engajamento anticolonial e principalmente à experiência de construção de relações de cooperação com os Estados africanos. Nesse contexto, a questão da cooperação com as antigas colónias portuguesas foi analisada a partir da discussão da descolonização, do impacto desse processo nas relações externas do país

em particular com a comunidade europeia.

A partir do final da década de 1970, as representações sobre a descolonização seriam disputadas por grupos de *experts* críticos do “movimento anticolonial”, das suas representações sobre o colonialismo português e das opções políticas ao longo do processo de descolonização. Um grupo de académicos, alguns deles formados no ISCSPU, instituição central na formação de pesquisadores / administradores coloniais até 1974, realizou uma pesquisa sobre a descolonização que seria publicada pelo Instituto Democracia e Liberdade (IDL). O livro visava apresentar, de modo “isento”, *“elementos aos estudiosos que mais aprofundadamente venham a tratar o tema ao longo dos anos que virão na perspectiva de simples conhecimento que não na utilização política”* e simultaneamente, *“pacificar os portugueses sobre tão traumatizante questão que, apesar das violências envolvidas, não pode continuar a ser encarada sob o ângulo da culpa própria ou alheia* (GRUPO DE PESQUISA SOBRE A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA, 1979, s/p).

Apesar da preocupação expressa pelos autores com o distanciamento político através e do enfoque “acadêmico”, o livro apresenta a intervenção dos “movimentos anticoloniais” após a queda do regime como:

(...) agitação escassamente elaborada, repetindo lugares-comuns do marxismo-leninismo primário e seria excessivo esperar da “esquerda revolucionária” que ultrapassasse o plano dos chavões retumbantes e deixasse de tudo resumir na repetição exasperada da sua mitologia. (GRUPO DE PESQUISA SOBRE A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA, 1979, p. 378).

Ainda que o livro não tenha explorado a política de cooperação com os Estados africanos, o propósito de “apaziguar” os portugueses através da rejeição da culpa “*própria ou alheia*” apresenta-se relevante para a legitimação do investimento na construção das relações no período pós-colonial. Ou seja, na década de 1980, as disputas associadas à descolonização surgiam de modo entrelaçado na reflexão *expert* sobre as relações de cooperação com os chamados “países em vias de desenvolvimento” em particular, com as antigas colônias portuguesas.

Perante a perspectiva de integração na CEE, outros espaços de

reflexão intelectual e acadêmica integraram o debate sobre a política portuguesa de relações internacionais a partir do viés da política europeia “de apoio ao desenvolvimento”. Em 1983¹⁴⁵, o Centro de Estudos da Dependência (CEDEP) do Instituto Superior de Economia (ISE) organizou um *workshop* com o título “*Portugal, Países Africanos, CEE – Cooperação e Integração*”. Em 1985, o Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa iniciou um projeto de pesquisa sobre a cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa, em colaboração com o Instituto Damião de Góis e a Presidência da República, com apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian. Entre os objetivos desse projeto estava a discussão do futuro da cooperação portuguesa no contexto multilateral da Convenção de Lomé III que seria assinada em 1985 e à qual Portugal estaria vinculado a partir de 1986, altura em que se tornaria oficialmente membro da CEE.

Nesse período, foram sendo introduzidos conceitos importantes do sistema internacional de “cooperação para o desenvolvimento”. Nesse contexto, uma das consultoras pioneiras no setor do “desenvolvimento”, o Centro de Estudos Economia e Sociedade (CESO), que tinha entre os seus fundadores o economista Mário Murteira, editou o estudo “*Ajuda Pública ao Desenvolvimento em África*” em Dezembro de 1985, trazendo assim para o debate nacional a terminologia da “ajuda pública ao desenvolvimento” (APD), que se apresenta central na “avaliação” da contribuição dos países “desenvolvidos” para o “desenvolvimento” dos países mais “pobres”.

A reflexão sobre a cooperação econômica seria ainda tema de um artigo na revista “*Economia e Socialismo*” de Janeiro-Março de 1984¹⁴⁶. Também na esfera da defesa, a cooperação com os países africanos de “língua oficial portuguesa” se tornou tema debate com a realização de um seminário em Novembro de 1984¹⁴⁷ pelo Instituto de Defesa Nacional.

Assim, perante a integração na CEE, após quase uma década de negociações e preparação das instituições portuguesas, também na área da política externa, os anos de 1984 e 1985 foram marcados por

145 Em 2,3,4 de Novembro de 1983, Lisboa.

146 GUERRA, J.A.M. “Aspectos legais e institucionais da cooperação económica Portugal/África de expressão oficial portuguesa”, *Economia e Socialismo*, nº 60, Janeiro-Março de 1984.

147 Seminário com o título *A Cooperação com os Novos Países de Língua Oficial Portuguesa*, realizado de 5 a 9 de Novembro de 1984.

debates “acadêmicos” e por estudos sobre a cooperação portuguesa com os países africanos, suas antigas colônias. Esse debate seria do interesse de sociólogos, economistas, dirigentes estatais de áreas diversas que participaram assim da importação para o contexto nacional de conceitos e terminologias do setor da “cooperação para o desenvolvimento” institucionalizadas nos “países desenvolvidos” da CEE. Nesse período, coexistiam na discussão intelectual-acadêmica da cooperação portuguesa, a “reflexão” sobre o passado colonial e a descolonização, a discussão do “alinhamento internacional” e “ideológico” do país, e a aprendizagem dos conceitos e terminologias “técnicas” da indústria da “ajuda ao desenvolvimento”.

V. A ENTRADA NO GRUPO DOS “PAÍSES DESENVOLVIDOS” E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO MULTI-ORGANIZACIONAL DE MILITÂNCIA PELA “COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA”

A institucionalização da “causa” e das práticas consideradas legítimas no espaço de militância pela “cooperação para o desenvolvimento”, e de sua mobilização social, estiveram associadas à importação dos modelos de “ajuda ao desenvolvimento”, na senda da integração formal do país na comunidade europeia. Esse processo requereu a construção de condições simbólicas de legitimação da “solidariedade com os países em desenvolvimento”, políticas, com a reforma das instituições públicas especializadas e o reconhecimento jurídico das ONGD, acadêmicas, com a valorização da “cooperação para o desenvolvimento” e das ONGD como objeto de pesquisa acadêmica, e midiáticas, com a publicações de trabalhos jornalísticos sobre aquelas organizações.

1 Dinâmicas de atração da “causa” e a Plataforma Portuguesa das ONGD

Após a sua fundação, a Plataforma foi organizada em dois órgãos principais, a assembleia, denominada “Reunião Nacional” e a “Comissão Permanente”, órgão executivo, mantendo-se contudo, como estrutura “informal”, sem estatuto jurídico. A Reunião Nacional integrava todos os seus associados e elegia os membros da Comissão Permanente nomeadamente o representante ao CLONG e os delegados portugueses à Assembleia Geral daquela estrutura europeia. A Reunião Nacional deveria ainda aprovar os pedidos de adesão à Plataforma e assim determinar quem tinha acesso ao estatuto de “ONGs de

cooperação para o desenvolvimento” cujo reconhecimento era válido no âmbito nacional e no quadro da CEE. Nesse sentido, a Plataforma procurava assumir um papel de coordenação do espaço de militância pela “cooperação solidária com os países em desenvolvimento” cuja legitimação derivava da condição de membro do “movimento europeu das ONGDs”, reconhecido pela CEE, e por ter entre os seus membros organizações com importante capital político e reconhecimento social. A Comissão Permanente, era a entidade executiva da Plataforma, com mandatos de três anos, tendo funções de coordenação e representação da estrutura junto de interlocutores nacionais e internacionais. Entre os seus membros era eleito um presidente. Apesar das funções de representação, a Comissão Permanente deveria respeitar a autonomia de cada ONG, salvaguardando-se as relações bilaterais entre ONG portuguesas e estrangeiras ou instâncias comunitárias¹⁴⁸.

Após a sua fundação, a Plataforma passou a receber solicitações de adesão de organizações já existentes que atuavam noutros espaços de militância, em particular do setor católico, de associações de assistência social e de movimentos cristãos, e do setor “técnico-político” em particular de associações de “quadros” com interesse nos temas do “desenvolvimento” e da “integração europeia”. Porém, surgiriam, entretanto, organizações criadas com o propósito explícito de “cooperar com os países em desenvolvimento”. Entre essas estavam associações vocacionadas para a prestação de “assistência técnica” onde participavam *experts*, a primeira organização católica criada com o propósito do “desenvolvimento dos países pobres” e a primeira organização médica de “ajuda humanitária de emergência” portuguesa, constituída na senda do movimento dos Médicos Sem Fronteiras franceses. Nesse contexto, com a criação de um campo de engajamento articulado pela Plataforma das ONGDs, o CIDAC deixou de ser a única organização fundada e orientada para a “solidariedade internacional” numa conjuntura em que a “causa” se tornou atrativa para outros espaços sociais.

A análise das atas das Reuniões Nacionais da Plataforma permite estimar em 24 o número de organizações com o estatuto de “ONGD”, suas associadas, em finais de 1988. Todavia, com o processo de delimitação do campo de militância pela “cooperação solidária”, alguns dos membros da fundadores foram diminuindo a sua participação em particular algumas das entidades ligadas aos partidos políticos bem como de alguns dos *think thanks* que tinham sido fundadores. Segundo

148 Ata da Reunião Nacional de 12/4/1986. Plataforma Portuguesa das ONGD.

uma das militantes na Plataforma, engajada num instituto ligado a um partido político, que acompanhou aquela estrutura desde cedo:

Havia dessas organizações quase todas acabaram por sair porque de facto não continuavam, tinham outro tipo de intenções e não continuaram na cooperação. Fizeram parte da Plataforma durante um ano e depois foram saindo. (...) dos poucos da fundação depois houve uns, como lhe disse, que deixaram completamente, deixaram a Plataforma e os outros foram entrando mas os que foram entrando depois já eram pessoas que já trabalhavam em cooperação, as associações médicas por exemplo (...)(Mulher, ex-militante de ONGD, entrevista em Portugal)

Se em 1985, aquando da sua fundação, apenas o CIDAC, entre as treze signatárias, tinha como objeto da sua atividade, e prática concreta, a “cooperação solidária”, em final de 1989 existiam na Plataforma mais 5 organizações constituídas propositadamente com aquela finalidade, ou seja, eram 6 em 24 membros. A delimitação do setor, a especialização, requeria o domínio de um conjunto de “saberes” e “saberes fazer” que apenas podiam ser adquiridos através da participação no espaço da “cooperação solidária para o desenvolvimento” reduzindo a cotação dos capitais adquiridos noutras esferas. Para os recém-chegados, empreender na constituição ou na reconversão total de um espaço organizacional visando a “cooperação solidária” requeria um conjunto de recursos, nacionais e internacionais, que tornavam arriscada, a especialização naquela “causa”. Nesse quadro, entre as primeiras associadas da Plataforma, o mais comum era a reconversão parcial, introduzindo a “cooperação para o desenvolvimento” como interesse ou prática complementar e ocasional em relação à sua atividade principal em áreas como a “assistência social”, o “apoio a crianças” ou em atividades de cariz académico e político como as conferências, debates, estudos.

A década de 1990 foi marcada pelo incremento da presença das ONG na “cooperação para o desenvolvimento” que se tornaram participantes dos programas das principais instituições internacionais do setor (Nações Unidas, Banco Mundial, agências bilaterais de cooperação). Na chamada “década do desenvolvimento”, as “organizações não governamentais” integraram as várias conferências

das Nações Unidas¹⁴⁹, e outros espaços de “debate” nas instâncias internacionais multilaterais. No mesmo período, durante o processo de “abertura política” no contexto africano, acelerado após a queda do Muro de Berlim, os regimes de “partido único” foram eliminando os preceitos constitucionais que constroem a formação de associações “autônomas” o que permitiu a emergência de interlocutores / mediadores para as ONG estrangeiras. Os processos de especialização, profissionalização (SIMÉANT, 2001) e transnacionalização (SMITH & WIEST, 2005) das ONG “humanitárias” e “desenvolvimentistas” marcaram esse “período. No final da década, as “redes transnacionais de ativistas eram vistas como atores em ascensão na política “internacional” (KECK & SIKKINK, 1998).

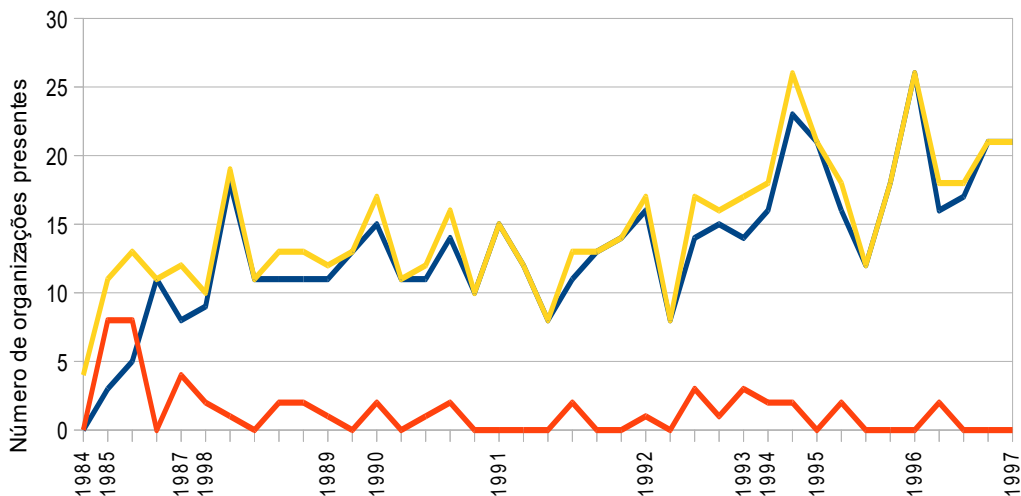
Em Portugal, nos anos 1990, registou-se um aumento do número de organizações engajadas na “cooperação solidária para o desenvolvimento”. Estas apresentavam combinações diversas entre atividades no espaço nacional e além-fronteiras permanecendo complexa a definição de “ONG de desenvolvimento” e as fronteiras do setor. Aderiram à Plataforma organizações cuja atividade se centrava em Portugal, na “sensibilização” para as questões da “solidariedade internacional”, organizações que tinham atividades ocasionais de cooperação nos chamados “países em desenvolvimento” mantendo o cerne da sua atividade em Portugal e organizações totalmente orientadas para a sensibilização e cooperação solidária, com “projetos além-fronteiras”. Essas novas adesões referem-se a associações, e em alguns casos, a fundações, que mobilizavam contatos internacionais, incluindo nos “países de expressão portuguesa”, através de relações mediadas por exemplo, pela Igreja Católica, pela circulação de técnicos /*experts* no espaço “lusófono”, por africanos a residir em Portugal, por antigos colonos portugueses, por redes de ONGs internacionais.

Entre 1990-1993, iniciaram a sua participação na Plataforma, 16 organizações. Entre essas, pelo menos 10 explicitam a “cooperação para o desenvolvimento” como a sua principal missão. As restantes 6 colocam a cooperação como parte da sua atividade, entendendo-a como

149 Ao longo da década de 1990 a ONU realizou um conjunto de conferências visando a definição de uma “agenda global” em temas considerados fundamentais: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992), Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos (Viena, 1993), Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995), IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (Pequim, 1995), II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, Habitat II (Istambul, 1996).

coerente com a atuação nas áreas do racismo e imigração, saúde, direitos dos trabalhadores rurais ou o voluntariado de “assistência técnica”. Entre 1994 e 1996, juntaram-se à Plataforma mais 8 organizações, 5 delas vocacionadas principalmente para a “cooperação para o desenvolvimento” em áreas como a agricultura, educação, infância e juventude, saúde. As restantes 3 tinham atividades nas áreas da cultura, juventude e luta contra a pobreza. Em 1997/1998 a Plataforma Portuguesa das ONGD publicou a primeira inventariação das suas associadas contabilizando 45 “organizações não-governamentais de desenvolvimento” (3 antigas associadas, entretanto abandonaram a Plataforma). Dessas 45 organizações, 33 reportavam atividades de “cooperação internacional”, identificando os “países em desenvolvimento” em que tinham experiência, tendo mais de metade iniciado esse tipo de iniciativas na década de 1990 (PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD, 1998).

Gráfico 1 - Presenças nas Reuniões Nacionais da Plataforma Portuguesa das ONGD (1984-1997)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do arquivo da Plataforma das ONGD

- Organizações presentes em reuniões anteriores
- Novas presenças
- Total

A Plataforma permaneceria assim ao longo da década de 1990, um espaço de representação de organizações com experiências e entendimentos diversos da “cooperação para o desenvolvimento” e com níveis de investimento na “causa” igualmente diversos, considerando que parte importante delas participavam de outros espaços sociais. Segundo um militante, engajado na “cooperação solidária” desde meados da década de 1970, em organizações portuguesas e estrangeiras, e com circulação internacional na Europa, África e América Latina:

(...) porque essa era a grande diferença, havia ali uma, a gente focou no último dia, que era um bocadinho a concepção da cooperação para o desenvolvimento, passava muito pelo assistencialismo ou por uma solidariedade que estava muito próximo, digamos, não digo da caridade no mau sentido, esmoler quase, mas que daí a dias voltava tudo ao princípio não é? havia disso, também havia por lá disso, e havia depois o outro aspecto que eram organizações que até tinham um concepção até interessante do desenvolvimento, falavam dessas coisas e tal, agora não tinham trabalho local, lá nesses países etc. Havia ali essa, essa mistura, pronto. (Homem, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Todavia, tratando-se de um movimento ainda com um número reduzido de organizações - apenas no final de 1994 as presenças na Reunião Nacional chegaram a 20 organizações - a aplicação estrita dos critérios importados do movimento europeu das “ONG de desenvolvimento” tornaria o campo ainda mais reduzido, pois apenas poderiam ter acesso ao estatuto aquelas organizações que no espaço nacional promoviam principalmente atividades de “sensibilização” para a “solidariedade com os países em desenvolvimento” e/ou realizavam no “Sul” atividades de “desenvolvimento” ou “ajuda humanitária”. A construção do espaço social para a “causa” requeria um conjunto de capitais no espaço nacional – e de alianças – que mantinha a Plataforma um espaço diverso, cuja autonomia em relação ao espaço político e religioso era limitada. Essa diversidade é avaliada por alguns como uma “fragilidade”. Para um militante de uma ONGD, com um itinerário de engajamento em organizações católicas desde a década de 1980:

(...) e portanto isto deixou-me também a pensar que se estava a colocar dentro do movimento das

ONG muita coisa pouco consistente, não é era pouco consistente mas era demasiado heterogênea, organizações que sobretudo faziam congressos, conferências, de gente que de alguma forma tinha tido um passado ligado à, à estrutura colonial ou à militância pós-colonial, faziam umas conferências, uns círculos de estudo, umas ações de formação, umas visitas, umas assistências técnicas mas não eram propriamente organizações com consistência. Havia ali também uma questão que era uma certa independência face quer a organizações políticas e religiosas, que eu entendia que as ONG deviam ter independentemente de lá dentro poderem ter gente de diversas origens e de até poderem ter tido um passado confessional, ou digamos mais ou menos, como satélites, organizações satélites de partidos políticos que na altura havia várias, havia o IED por exemplo, o Instituto Amaro da Costa, uma série de organizações que tinham tido essa origem... mas achava digamos que isso deviam ser critérios para, de alguma forma, homogeneizar um bocadinho o movimento das ONG o que tinha como consequência manter a Plataforma um bocadinho mais enxuta mas se calhar mais coesa... (Homem, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A atração da sigla “ONGD” revela o reconhecimento, em diversos universos sociais, da ideia de “cooperação solidária” com os países africanos de língua oficial portuguesa após a intervenção do Estado para regular o setor, com a criação de um estatuto jurídico próprio e da expectativa de acesso a financiamento. A constituição do grupo de organizações representadas pela Plataforma requereu um trabalho de importação e formação de disposições e interesses considerados próprios do setor, fundamental para o reconhecimento mútuo entre membros, e na consagração social da sigla, que seria gerador de entradas e saídas naquela estrutura. Nesse sentido, a aplicação de critérios mais ou menos exigentes de entrada no espaço foi também sendo ajustado de acordo com a maior ou menor atratividade da “causa”.

1.1 Disputas e consensos na institucionalização da “cooperação solidária para o desenvolvimento”

O processo de institucionalização do espaço de militância na “causa” da “cooperação solidária para o desenvolvimento” entre 1985 e 1998, revela tensões e oposições estruturais e deslocamentos da dinâmica de poder, em torno de posições políticas e ideológicas de “esquerda”/“direita”; lógicas “*experts*” / “assistenciais”; organizações “especializadas na “cooperação solidária para o desenvolvimento” / “organizações engajadas em diversas “causas”. A análise das bipolaridades do processo de institucionalização revela as posições dominantes no espaço e a sua mudança ao longo do tempo (ELIAS, 2006, p. 28-29).

As disputas eleitorais pela liderança da Plataforma, e sua representação no “movimento europeu das ONGDs”, colocavam em concorrência recursos políticos mobilizados no quadro nacional e o capital específico do setor da “cooperação solidária para o desenvolvimento”. Enfrentavam-se, nas eleições para os órgãos da Plataforma, organizações com posições distintas do ponto de vista ideológico, mas também sobre a “questão colonial”, opondo-se o quadrante político “conservador” ou “moderado” à organização considerada de “esquerda radical” que, contudo, detinha ainda, em meados dos anos 1980, uma posição dominante na “cooperação solidária para o desenvolvimento” em Portugal, o CIDAC.

Numa primeira fase, as eleições para cargos na Plataforma das ONGDs foram favoráveis ao grupo de organizações empreendedoras, o Instituto Democracia e Liberdade (IDL), a Caritas Portuguesa e a Cruz Vermelha Portuguesa. O impulsionador do processo da Plataforma, o então Presidente do IDL, tinha origens sociais em famílias da classe média-alta, com proximidade a grupos dirigentes do espaço académico, político e religioso, metropolitano e colonial, particularmente em Angola. Tinha ligações com antigos administradores e pesquisadores de instituições coloniais, entretanto reorganizadas e reorientadas para a “cooperação internacional com os países em desenvolvimento” como o Instituto de Higiene e Medicina Tropical. A Caritas e a Cruz Vermelha, em particular o então presidente da segunda, um militar, tiveram um papel importante na operação “humanitária” para receber os colonos regressados da África. Assim, os primeiros empreendedores da Plataforma formavam um subgrupo no interior daquela estrutura tendo sido eleitos como primeiros representantes das ONGDs portuguesas no

Comité de Liaison em Bruxelas. Segundo um militante “terceiro-mundista”:

(...) essas forças todas e então lá se juntavam, Cruz Vermelha e não sei quê, e faziam eleger como representantes nossos para Bruxelas nomeadamente um tipo que era o do CDS (...) foi eleito como representante das ONG portuguesas para aquelas Assembleias que havia em Bruxelas. (Homem, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

De acordo com uma militante com um percurso ligado ao “anticolonial”, a partidos considerados de “extrema esquerda” e ao “terceiro mundismo”:

E, portanto, há ali uma, como a Plataforma é dominada pelos gajos de direita de fato, não é, pronto. Gente do CDS, sobretudo do CDS, há alguma do PSD também, mas sobretudo do CDS na altura, há claramente o impedir que o CIDAC (...) porque são os gajos que andaram também a vender as colônias não é, quer dizer, um bocado aquela coisa (...). (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Nos primeiros anos do “movimento das ONGDs”, apesar das dinâmicas eleitorais se apresentarem permeadas pelas diferenças políticas e ideológicas, e de posições em relação ao passado colonial, essas questões não eram parte dos debates no interior da Plataforma. A inexistência desse tipo de discussão apresenta-se como pressuposto para a possibilidade de manutenção daquela estrutura. Segundo uma militante, com um percurso de engajamento em partidos políticos, tendo transitado de um partido da chamada “extrema esquerda” para o “centro-esquerda”:

(...) No interior da Plataforma não havia discussões políticas praticamente, que as pessoas mais ou menos estavam com vontade de trabalhar no mesmo sentido, o que havia é que realmente, quando se elegia pessoas para uma coisa ou para outra havia de facto esquerda e direita (...) mas por isso é que eu lhe estava a dizer politicamente havia a direita e a esquerda mas era, mas não se discutia política, nem pensar (...). (...) As pessoas podiam achar que uns tinham uma ideia da

cooperação mais neocolonialista se quiser, mas não quer dizer com isso que não tivessem boa vontade, não é ?(Mulher, ex-militante de ONGD, entrevista em Portugal)

Entendendo as organizações como espaços de interação e socialização, tal só é possível num ambiente que permita a todos manter uma *ordem expressiva* consistente com a sua fachada e a dos outros. Nesse sentido, a adesão à “causa” da “solidariedade com os países em desenvolvimento” e a subsistência da aliança que tinha permitido fundar uma Plataforma “não-governamental” requeria, por parte dos seus participantes, a manutenção de uma linha (padrão de atos verbais e não verbais através dos quais expressa suas opiniões)(GOFFMAN, 2012, pp. 11-17) coerente com concepções relevantes na categoria “ONG” como “autonomia” em relação ao Estado e aos partidos, “bem comum” ou “solidariedade desinteressada”.

Com efeito, a necessidade de acomodar a diversidade política e ideológica é apresentada como justificação para a não formalização da Plataforma. No início de 1987, o tema do estatuto jurídico da organização foi discutido, tendo sido apresentada uma moção à Reunião Nacional¹⁵⁰ para a constituição de uma associação. Na Reunião Nacional de Novembro de 1987¹⁵¹ a Comissão Permanente, apresentou um parecer contrário argumentando que noutros países, referindo-se concretamente a Espanha, a coordenadora das ONG tinha apenas 11 associados e era um “sistema fechado”. A opção pela não formalização da Plataforma portuguesa seria mais adequada, defendendo-se que o sistema nacional era exemplar pois reunia quadrantes muito diversos, facto que não acontecia noutros países, e exigia por isso, maior “prudência”. Foi assim aprovado por unanimidade, esse parecer de rejeição da formalização do “movimento das ONGDs”. A questão da formalização da Plataforma regressaria na década de 1990, sendo apresentada como demanda por algumas associadas, mas apenas seria concretizada no início dos anos 2000.

As dinâmicas eleitorais estavam associadas à possibilidade de representação da Plataforma em espaços internacionais, em particular o acesso a “Bruxelas”, a “capital” da comunidade europeia. Contudo, num período em que a participação das ONGs no setor da “cooperação para o

150 Ata da Reunião Nacional das ONGDs 12/01/1987. Plataforma Portuguesa das ONGDs.

151 Ata da Reunião Nacional das ONGDs 4/11/1987. Plataforma Portuguesa das ONGDs.

desenvolvimento” ocorria em espaços institucionalizados de diálogo com instituições multilaterais, a componente “técnica” das discussões tornava a especialização e a experiência no setor em capitais relevantes. Assim, ocasionalmente, alguns membros da Plataforma portuguesa, eram convidados a participar nas Assembleias Gerais do CLONG com o estatuto de “peritos”, apesar de a estrutura nacional ter votado outros representantes, prática que gerava conflitos entre os associados da Plataforma¹⁵². Segundo um dos militantes, com um percurso de militância no “movimento europeu” das ONGs “de desenvolvimento” na Europa desde o final da década de 1970:

(...) eu nunca deixei de ser convidado pela, pelo Comité de Liaison (...) eles tinham lá a ficha das pessoas que eles gostavam, mesmo os que saíam, que eles gostavam de continuar a poder dialogar, conversar, ouvir as opiniões, etc., bom eu nunca deixei de ir, ia sempre não é? (...) convidado, convidado. (Homem, religioso, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Os convites diretos do CLONG a militantes de ONGDsportuguesas, para a presença em atividades em Bruxelas, fora do âmbito do movimento nacional, indicam, por um lado, a diferença de distribuição dos recursos relevantes no setor da “ajuda ao desenvolvimento” no interior da Plataforma portuguesa e por outro, do confronto entre lógicas nacionais / europeias / internacionais da “cooperação solidária para o desenvolvimento”. Ao longo do processo de importação da “causa”, tais diferenças contribuiriam para a redefinição das fronteiras da Plataforma Portuguesa das ONGDse, no seu interior, para a alteração das posições de poderà medida que se dá a institucionalização daquele espaço de militância. A incorporação das lógicas, discursos e práticas específicas do setor, articulado internacionalmente, afastaria das posições centrais parte dos fundadores da Plataforma e atrairia para o campo novas organizações.

Entre 1985 e 1991, as eleições para a Comissão Permanente da Plataforma, seu órgão executivo, foram vencidas por organizações do quadrante “conservador”. Todavia, a partir de 1992 e até a 1999/2000, a

¹⁵² Ata da Reunião Nacional das ONGDS 10/5/1988 e Ata da Reunião Nacional das ONGDs de 20/6/1988. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGDs. Nessas ocasiões foi aprovado o envio de cartas de protesto sobre o modo como tinham sido feitos os convites, argumentando-se que cabia à Plataforma nacional selecionar os seus representantes.

Plataforma seria liderada por organizações do quadrante de “centro – esquerda” com importante capital político, social e cultural, e capital “internacional”, o Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IED), a OIKOS, e o CIDAC. A partir de um discurso articulado pelo “humanitarismo”, emergiria também como organização dominante, a Assistência Médica Internacional, (AMI) especializada na “ajuda de emergência”. Apesar de não ter presidido nesse período à Comissão Permanente, ocupando outros cargos na Plataforma, a sua importância no espaço está associada à valorização do “humanitário” na “cooperação solidária”. A sua atuação em situações de “catástrofe” era fundamental para a demonstração da existência social do setor, tornando-a um agente central do universo do engajamento “além-fronteiras” em Portugal.

Aquelas ONGDs mobilizavam uma combinação de capitais, no espaço nacional, e recursos valorizados pelo espaço da “cooperação solidária para o desenvolvimento”, em particular, acesso a *experts* dos temas do “desenvolvimento”, domínio de competências próprias do setor, como “metodologia de projetos”, e relações com mediadores nos países do Sul. O processo de aquisição desses recursos não pode ser dissociado do itinerário de seus empreendedores, com origens sociais em famílias de classes médias altas, formação escolar superior, proximidade a grupos dirigentes no espaço político e cultural nacional, e circulação internacional. A multiposicionalidade de seus empreendedores, engajados em organizações partidárias e religiosas, é também relevante.

Mas a socialização no “espaço europeu” das ONGDs, antes mesmo da criação da Plataforma, surge como fundamental, na medida em que lhes permitiu a acumulação de capital específico do setor que pôde ser reconvertido na liderança da Plataforma quando as relações de força no interior passaram a ser estruturadas pelas lógicas próprias da “cooperação solidária para o desenvolvimento”. Todavia, no caso da AMI, apesar de seu empreendedor ter origens sociais e um itinerário no espaço europeu das ONGDs equivalente ao dos fundadores do CIDAC ou da OIKOS, aquele tinha vivido em “África” durante o colonialismo português e suas origens familiares estão associadas a indivíduos com cargos na administração colonial.

A apropriação das lógicas próprias da “cooperação solidária para o desenvolvimento” no espaço nacional foi realizada através da socialização no espaço internacional / europeu das ONGDs no âmbito do qual os militantes da Plataforma, foram aprendendo as normas, discursos e repertórios de ação do setor. Esse processo contribuiria para o contato com os “problemas” da “cooperação para o desenvolvimento”,

exigindo posicionamentos concertados das organizações portuguesas, contribuindo para a geração de “consensos” em torno de demandas “comuns” das ONGDs. Assim, a preparação da participação nacional nas estruturas do CLONG foi organizada em grupos de trabalho que tinham a seu cargo a preparação das intervenções da delegação portuguesa na Assembleia Geral, em questões prementes da agenda política à época (“ajuda europeia”, questões comerciais, circulação de pessoas, relações com “países terceiros”, mercado único, funcionamento das ONG CEE, harmonização e legislação fiscal)¹⁵³.

Por outro lado, a integração no “movimento europeu das ONGDs” contribuiu para a introdução no contexto português, de questões associadas ao estatuto jurídico e político daquelas organizações. Em 1990, em termos comparativos, o CLONG considerava que Portugal e a Grécia eram os dois países onde as ONGDs apresentavam um grau de organização “menos forte”¹⁵⁴ e que não existia “harmonização” da legislação das ONGDs, tornando necessário trabalho nesse sentido, assim como a construção de um código de conduta para as ONGDs. A “harmonização” em particular no domínio da segurança social e do voluntariado, era considerada prioritária¹⁵⁵.

Nesse sentido, a Plataforma Portuguesa das ONGDs engajou-se na elaboração do “estatuto das ONGD” e dos “voluntários e cooperantes” a propor aos legisladores e na construção de um regulamento interno que definisse os trâmites e critérios de admissão à Plataforma. Esses documentos foram concluídos no final de 1990 e estariam em discussão na Assembleia da República no início de 1991¹⁵⁶. Tratava-se assim de tentar intervir na organização e estruturação do setor, quer nos mecanismos internos de regulação quer na institucionalização jurídica das suas fronteiras externas. Nesse período, a Plataforma definia como requisitos para o acesso ao estatuto de ONGDs, por si concedido, i) a organização solicitante ter estatuto jurídico, ii) ser uma organização nacional, iii) não ter fins lucrativos, iv) ter aptidão ou prática de “cooperação com países em vias de

153 Ata da Reunião Nacional das ONGDs 8/2/1990. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGDs.

154 Ata da Reunião Nacional das ONGDs 6/3/1990. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGDs.

155 Ata da Reunião Nacional das ONGDs 22/4/1990. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGDs.

156 Ata da Reunião Nacional das ONGDs 7/2/1991. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGDs.

desenvolvimento” v) e/ou promover ações de informação e sensibilização sobre aquele tema, aceitar a participação em instâncias nacionais e internacionais¹⁵⁷.

O estatuto jurídico específico das “ONGs de desenvolvimento” foi oficialmente criado em 1994, um ano antes do encerramento de uma década de governos do Partido Social Democrata (PSD) e a chegada ao poder do Partido Socialista (PS). Todavia, a “modernização” da “cooperação para o desenvolvimento” portuguesa atravessaria os governos desses dois partidos num processo de crescendo, já durante o governo socialista, dos mecanismos de planejamento, administração, monitoria e avaliação preconizados pelas instituições internacionais centrais no setor. A valorização da lógica *expert* no Ministério dos Negócios Estrangeiros foi incrementada com o regresso do país ao CAD/OCDE, em particular após a avaliação da “ajuda ao desenvolvimento” portuguesa, realizada em 1993. Esta descrevia a administração portuguesa da “cooperação para o desenvolvimento” como pouco “moderna”, colocando os organismos responsáveis do Estado perante a necessidade de reformulação das suas atividades para atender à agenda, aos procedimentos técnicos e estatísticos daquele Comité, que seriam sujeitos a nova avaliação em 1997 (INSTITUTO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA, 1996, p. 16-20).

No contexto da “Plataforma das ONGDs”, a chegada ao poder dos socialistas em 1995, coincidiu com o momento em que a presidência da Comissão Permanente da Plataforma, estava a cargo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED), fundado por importantes militantes do Partido Socialista.

Alguns meses depois da mudança de governo, seriam apresentadas críticas e propostas que indicam as interdependências entre transformações na esfera estatal e as disputas no espaço da militância pela “cooperação solidária para o desenvolvimento”. Numa Reunião Nacional, o representante de uma importante organização de assistência social portuguesa, ligada à hierarquia da Igreja Católica, questionava os dirigentes da Plataforma sobre uma: *excessiva preocupação política quando existem problemas graves e que têm que ser verdadeiramente questionados, argumentando que existiam organizações com opções distintas pelo que a Plataforma Nacional teria de ser neutra não*

157 Ata da Reunião Nacional das ONGDs 22/4/1991. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD.

podendo estar a seguir determinada linha” e que: “a maior parte das ONG não se sente à vontade na Plataforma (...)”¹⁵⁸.

Todavia, as questões “ideológicas” não podem ser dissociadas das lutas pela distribuição do capital específico do setor. Com efeito, a valorização das lógicas *experts*na “cooperação para o desenvolvimento” tornavam os diplomas escolar importantes, em particular aqueles associados ao internacional (Relações Internacionais) ou ao “desenvolvimento” (Economia, Direito, Engenharia), mas principalmentesua combinação com determinadas competências, discursos e quadros de referência próprios do espaço da “cooperação solidária” como a “metodologia de projetos”, cuja aquisição não é possível fora daquele universo, e acesso a mediadores nos “países em desenvolvimento”. Nesse sentido, os dirigentes de ONGDsque expressaram apoio àquelas críticasdetinham posições periféricas no espaço, liderando organizações não especializadas na “cooperação para o desenvolvimento” ou que sendo vocacionadas para a “cooperação” não dispunham daquela combinação de recursos. Assim, demandavam que a ação da Plataforma priorizasse o acesso dos membros a competências especializadas para participar dos concursos de projetos no setor e de acesso aos financiadores. Pedia-se por exemplo, que a Plataforma prestasse serviços aos associados, nomeadamente que tivesse um perito para auxiliar o trabalho das ONGDs¹⁵⁹.

Contudo, a estrutura da Plataforma durante o período em que permaneceu sem estatuto jurídico era limitada, não dispondo de um espaço de trabalho próprio ou de recursos logísticos de apoio até meados da década de 1990. Em 1995, passou a ter de um secretariado em tempo parcial que funcionava na sede de uma das organizações da Comissão Permanente. Ao longo da década de 1990, realizou ainda diversas atividades de formação dos seus membros em áreas tendo enviado representantes a todas as conferências das Nações Unidas realizadas nesse período.

Ao longo do período de sua institucionalização, as lógicas partidárias permearam a Plataforma das ONGDs, gerando-sesub-grupos com maior ou menor proximidade aos governos que se enfrentariam de modo mais “aceso” durante eleições para os órgãos da Plataforma, em particular para os cargos de representação no “movimento europeu das ONGDs”Mas, considerando que as organizações no interior daquela

158 Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGDs.

159 Ata da Reunião Nacional das ONGD 27/5/1996.Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD.

estrutura mantém relações de interdependência concorrencial, a importação da sigla “ONGD” e do repertório de práticas e discursos para o contexto português geraria “tréguas”. Nesse sentido, foram sendo produzidas “demandas” de reconhecimento do estatuto daquelas organizações e delineadas as fronteiras através de definição de critérios de acesso ao espaço. Num contexto de valorização de lógicas *expert*, a Plataforma investiria na aproximação dos seus membros ao movimento da “cooperação solidária para o desenvolvimento” articulado internacionalmente e na facilitação da importação das competências consideradas próprias do campo.

1.2 Interações entre o Estado e as ONGs “de desenvolvimento”

Com o processo de constituição da Plataforma Portuguesa de ONGDs, que foi acompanhado pela Secretaria de Estado da Cooperação e pelos responsáveis do Ministério dos Negócios Estrangeiros, iniciou-se um período de interações diversas entre o Estado e o espaço de representação das organizações não-governamentais interessadas na “causa” da “solidariedade com os países em desenvolvimento”. Apesar de nem sempre essas relações serem reportadas nos documentos anuais da Direção Geral de Cooperação, as atas da Plataforma Portuguesa das ONGDs permitem perceber que os responsáveis daquela entidade e do governo mantiveram diálogo desde a sua constituição.

Importa considerar, a este respeito, que os primeiros dirigentes da Plataforma das ONGDs dispunham de importante capital político, sendo alguns deles simultaneamente militantes de partidos políticos, tendo assim acesso aos governantes em contextos diversos. Numa reunião das ONGDs em Janeiro de 1987¹⁶⁰, o então Presidente da Comissão Permanente, Anacoreta Correia, que acumulava esse cargo com militância partidária e atividade parlamentar, referiu ter ouvido comentários elogiosos em relação a algumas ONGDs portuguesas em São Tomé e Príncipe e em Cabo Verde, durante uma visita do Presidente da República àqueles países. Referiu ainda que, numa conversa com o Primeiro Ministro, este tinha demonstrado interesse em apoiar as ONGDs portuguesas. Ou seja, o processo de importação da categoria “ONGs de desenvolvimento” permitiu à “causa” da “solidariedade com os países em desenvolvimento” ocupar um lugar no espaço político,

160 Ata da reunião nacional de ONGDs de 12/01/1987. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGDs.

abrindo o diálogo entre dirigentes da Plataforma e os responsáveis do governo, particularmente através de militantes multiposicionados.

No final do ano de 1987, na reunião nacional¹⁶¹, o responsável da Comissão Permanente apresentou um resumo de um encontro com o então Secretário de Estado da Cooperação, Durão Barroso. Afirmou que este tinha mostrado interesse pelas ONGDs, tendo acedido à reivindicação da Plataforma de participar no Conselho Consultivo da Cooperação¹⁶². Todavia, segundo ele, o acesso a financiamento estatal seria difícil porque existiam entraves orçamentais, podendo, contudo, ser financiados projetos, analisados caso a caso, que obtivessem igualmente apoios da CEE e que se inscrevessem na política de cooperação do governo. Da parte da Plataforma foi proposta a criação de um serviço de apoio à elaboração e acompanhamento de projetos de ONG. A Plataforma era assim formalmente reconhecida como parte do setor da “cooperação internacional” e aceite nos espaços de consulta, não se expressando esse reconhecimento no acesso a meios para a realização de práticas concretas de “cooperação para o desenvolvimento”, sob a forma de projetos, que estariam sujeitos a uma análise da sua pertinência ou interesse para a política estatal de cooperação.

No ano seguinte, em Dezembro de 1988¹⁶³, foi reportado, na reunião nacional das ONGDs, um encontro com Seixas da Costa (adjunto do gabinete do Secretário de Estado, Durão Barroso, entre 1987/1989) centrado em dois pontos: os critérios utilizados para distinguir as ONG e o apoio a projetos destas, quando condizentes com a política governamental. Todavia, no memorando preparado para aquela reunião, as ONGDs apresentavam um conjunto diverso de questões a serem ponderadas pelo governo. As demandas incluíam: i) institucionalização das relações com as ONGDs através de reuniões regulares, ii) troca de informação sobre financiamentos, iii)

161 Ata da reunião nacional de ONGDs de 4/11/1987, Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGDs.

162 Tinha sido criada em 1985, pelo Decreto-lei 266/85, de 16 de Julho, a Comissão Consultiva para a Cooperação, com o propósito de *consultar os operadores económicos, culturais e sociais públicos e privados, de molde que na implementação daquelas linhas se obtenham resultados mais apropriados*. Essa comissão tinha membros permanentes e membros “eventuais” que poderiam ser convidados a participar em algumas reuniões. É nesse quadro que as ONGD foram introduzidas naquela Comissão Consultiva.

163 Ata da reunião nacional de ONG de 21/12/1987, Arquivoda Plataforma Portuguesa das ONGDs.

identificação no Orçamento do Estado do apoio à cooperação através das ONG, iv) atribuição de subsídios às ONGDs e à Plataforma para que estas possam estudar, propor e desenvolver projetos, v) instrução das embaixadas para apoiar o pessoal das ONGDs no terreno, vi) eliminação de barreiras burocráticas que fazem demorar o financiamento, presença das ONGDs nos trabalhos de estudo e negociação do acordo de Lomé IV. Foram ainda apresentadas como medidas de fundo a tomar pelo governo, i) a consagração legal das ONGDs no Conselho da Cooperação, que tinha ocorrido de fato mas não de direito, ii) a publicação de uma lei quadro para a cooperação onde seja referido explicitamente o papel da cooperação não-governamental, iii) considerar o mecenato para a cooperação (a retenção de impostos e dádivas de pessoas singulares destinadas à cooperação), iv) isenções fiscais, v) proteção do pessoal das ONGDs no terreno e uma maior proteção ao cooperante, vi) a não inclusão das atividades das ONGDs na alçada das Comissões Mistas pois tal desvirtuava o carácter não-governamental da cooperação, e a formação para o desenvolvimento.

Assim, em finais de 1988, as ONGDs organizadas na Plataforma tinham construído um conjunto alargado de sugestões de medidas de cariz “corporativo”, centradas principalmente no acesso a recursos, no reconhecimento político e legal da sua participação na “cooperação portuguesa” e na proteção dos seus militantes e cooperantes, procurando institucionalizar o seu lugar no setor. Neste articulado de demandas não são identificadas questões associadas à “política de ajuda ao desenvolvimento” do Estado português.

Ao longo dos anos 1990 a Plataforma alargou os espaços de interlocução com o Estado, participando de reuniões com os deputados da Assembleia da República. Numa reunião com a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros foram entregues projetos de legislação sobre o estatuto das ONG e o voluntariado na cooperação internacional, tendo sido reportada receptividade por parte dos representantes partidários¹⁶⁴.

164 Ata da reunião de ONG de 24/6/1991. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGDs. Após a reunião com deputados portugueses e europeus, os representantes da Plataforma encontraram-se com o Secretário de Estado da Cooperação que demonstrou interesse em ter um contato mais estreito com as ONGDs. Da parte das ONGDs, o secretário de Estado foi informado sobre a entrega na Assembleia da República dos projetos legislativos. Persistindo na solicitação de apoio financeiro para o funcionamento da Plataforma, conseguiram o compromisso de um subsídio anual para a compra de um computador, uma fotocopiadora e uma verba para um secretariado em regime de tempo parcial.

Todavia, com a transformação do quadro institucional da política de cooperação portuguesa, em particular com a “utilização” pelo Estado de repertórios de ação associados às ONGDs, apresentando-se como concorrente, algumas ONGDs procurariam reforçar a demarcação do que consideravam ser o seu espaço, nomeadamente no que respeita às “campanhas humanitárias” e ao “voluntariado”. Na reunião de ONGDs de Julho de 1993¹⁶⁵ foi abordado um programa estatal para os “jovens voluntários para a cooperação”¹⁶⁶, da iniciativa do Gabinete do Primeiro Ministro. Essa iniciativa apresentava-se concorrente ao “estatuto dos cooperantes e voluntários das ONGDs” que tinha sido apresentado pela Plataforma à Assembleia da República¹⁶⁷. Por outro lado, entre 1993 e 1995, a campanha humanitária “África Amiga”, que envolveu parte das ONGDs da Plataforma, apresentou-se, contudo, para outras como um fator de “diminuição” do espaço das ONGDs e de divisão do setor. Para um militante, que investiu na “causa” da “cooperação solidária” como atividade profissional, desde o início da década de 1990, em particular na “ajuda humanitária:

Eu considero que há dois momentos em Portugal que tiveram custos que as ONG de cooperação ainda estão a pagar. E esses dois momentos foram, um em 1993, com a campanha da África Amiga, que foi portanto uma campanha em que

165 Ata da reunião de ONG de 1/7/1993. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD. Para manifestar o seu protesto pelo facto de não ter sido consultada e para sugerir a não promulgação deste diploma, a Plataforma solicitou à sua Comissão Permanente o envio de uma carta com a sua oposição àquele diploma legal às entidades oficiais (Primeiro Ministro, Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Secretário de Estado da Cooperação, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comissão dos Negócios Estrangeiros da Assembleia da República, Secretária de Estado da Juventude, Diretor do Instituto da Juventude, Ministro da Defesa e Ministro Adjunto do Primeiro Ministro).

166 Decreto-Lei nº205/93 emanado da Presidência do Conselho de Ministros. Cria um programa de apoio a programas de voluntariado jovem para a cooperação. Os projetos deveriam ser aprovados por ONGDs e entidades privadas sem fins lucrativos, que prossegam atividades de cooperação em áreas específicas; Os projetos deveriam ser apresentados nos serviços do Instituto da Juventude; Os projetos deveriam ser selecionados pelo Instituto da Juventude, e ter parecer prévio do MNE. Os jovens deveriam ter entre 18 e 30 anos e teriam direito a despesas de avião, alimentação e alojamento e teriam uma bolsa de estadia. Os projetos seriam acompanhados, nos países, pelas representações diplomáticas portuguesas.

167 Apesar da resistência inicial ao programa dos “jovens cooperantes” foi decidido solicitar uma audiência à Secretária da Juventude para se definirem modos de colaboração nessa área.

(...) o Estado [andou] a fazer uma campanha de angariação de fundos, que depois não angaria fundos angaria, como eu costume dizer, angaria pastas de dentes Colgate, para entregar não a ONG mas à ONG do padre A e do padre B. Porque não era só do fulano A e do fulano B, era, aquilo que apareceu publicamente era do padre isto e do padre aquilo. E isso foi um atestado de menoridade à sociedade civil e as ONG não conseguiram reagir em unísono a dizer assim, não, não queremos, não aceitamos, ponto final. (Homem, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Com a remodelação dos serviços estatais com responsabilidade no setor da “cooperação para o desenvolvimento” as ONGDs passaram a ser “acompanhadas” pela unidade de Ajuda Humanitária de Emergência do Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) criado em 1994. Esse Instituto garantiria à Plataforma Portuguesa das ONGDs um financiamento que lhe permitia manter o secretariado e as suas atividades administrativas.

Em finais de 1994, apesar das mudanças introduzidas com o conjunto de legislação e de programas criados nesse ano, em particular a aprovação da Lei das ONGDs, os mecanismos de financiamento e as relações institucionais entre ONGD e o Estado permaneciam ainda algo incertos. Apesar de lacunas na sua formalização, a prática institucional de relações entre a Plataforma Portuguesa das ONGDs e os dirigentes da cooperação portuguesa, a vários níveis do Estado, indica a existência de diálogo entre aqueles espaços desde o início da Plataforma.

Após a mudança de governo, assumindo os socialistas o poder em final de 1995, as ONGDs¹⁶⁸ deliberaram no sentido de apresentar aos novos responsáveis do setor as tomadas de posição da Plataforma sobre os diversos assuntos insistindo por exemplo, na aprovação do estatuto do voluntariado que nunca tinha sido implementado. Em meados de 1996¹⁶⁹, as propostas de alteração da legislação tinham sido aceites nomeadamente a “revisão do estatuto das ONGDs” e do “estatuto do voluntário e cooperante”. Estavam em apreciação as normas para estabelecer um regime de financiamento para as ONGDs

168 Ata da Reunião Nacional de ONGDs de 24/10/1995. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGDs.

169 Ata da Reunião Nacional de ONGD de 27/05/1996. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGDs.

através de concursos públicos e abria-se ainda a possibilidade de criar um regime de mecenato para a cooperação. O processo de revisão da legislação seria concluído entre 1998 e 2002.

As relações entre “ONGs de desenvolvimento” e o Estado português estiveram sujeitas a oscilações tendo em conta, quer o investimento político e simbólico do Estado na política de “cooperação para o desenvolvimento”, quer os dirigentes escolhidos para administrar as instituições responsáveis pela cooperação, em particular o Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) e a Secretaria de Estado da Cooperação. Segundo uma militante, engajada num instituto partidário, e participante da Plataforma desde o final da década de 1980:

O grande problema das relações com a cooperação é que o Instituto da Cooperação era presidido por diplomatas (...) os diplomatas estavam cá um bocadinho naquela fase de pousio quando eles estão entre... e, portanto, não davam à cooperação, não sabiam do assunto. A minha experiência, que vários dos que lá estiveram, que alguns deles também conheço muito bem pessoalmente porque eram da minha geração, quase quando estavam a sair é que estavam verdadeiramente metidos nos assuntos. Portanto a relação era boa, mas era sempre uma relação, cada vez que entrava alguém nós tínhamos que recomençar o trabalho todo. (Mulher, ex-militante de ONGD, entrevista em Portugal)

O intervalo temporal de quase uma década entre a criação da Plataforma e o reconhecimento formal do estatuto das ONGD não pode ser dissociado do processo de legitimação da “cooperação para o desenvolvimento” como área relevante da política portuguesa. A adesão à CEE, o regresso ao CAD, o fim da Guerra Fria, a abertura política nas antigas colónias portuguesas e o investimento na criação de um espaço de representação internacional mediado pela “língua portuguesa, constituíram elementos importantes no investimento pelo Estado, na construção de um aparato institucional para a política de “cooperação para o desenvolvimento” e da imagem pública da “cooperação portuguesa”.

Nesse contexto, a política de “cooperação para o desenvolvimento” pôde, nomeadamente através da apropriação de repertórios considerados próprios das ONGDs, pelo Estado (campanhas humanitárias, voluntariado, mídia), adquirir o estatuto social de uma

“boa causa” sendo representada como uma forma de demonstração da “solidariedade portuguesa” com os povos dos “países pobres”, em particular as suas antigas colônias e de projeção de Portugal, agora membro da CEE, no mundo. Apenas na senda desse processo que permitiria ao Estado determinar as “regras do jogo”, foi institucionalizado o papel das ONGDs na “cooperação para o desenvolvimento” assumindo a função de atribuição do estatuto jurídico de “ONGD” de modo autônomo em relação à Plataforma das ONGDs. O reconhecimento do papel das ONGDs na construção das condições políticas e simbólicas da “ajuda desinteressada” às antigas colônias portuguesas na África foi mediado pelas instituições “modernas” da “cooperação para o desenvolvimento”, quer europeias quer multilaterais. Para estas, o caráter “desinteressado” da “ajuda” dos países “desenvolvidos” constitui um elemento fundamental da sua legitimidade - que assenta na ideia de “contributo” para o “desenvolvimento econômico” e “bem estar” dos países considerados “em desenvolvimento”.

1.3 O reconhecimento jurídico da categoria “ONGD” e a atração social da “sigla”

A partir de meados de 1990, contudo, a Plataforma deixou de ter o monopólio da atribuição do estatuto de ONGD. A partir da aprovação da lei que criou o estatuto jurídico para as “ONGD”, em 1994, este passou a ser atribuído também pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros¹⁷⁰, tornando a adesão à “Plataforma Portuguesa das ONGDs” opcional no acesso àquela. Em 1998, a legislação relativa ao reconhecimento jurídico e político das ONGDs foi alterada¹⁷¹ passando a incluir a Plataforma no processo de atribuição do estatuto jurídico, apesar do seu parecer não ser vinculativo para a decisão final do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Manteve-se assim a possibilidade de uma organização ter estatuto de “ONGD” atribuído pelo Estado e simultaneamente, não ser reconhecida como tal pela estrutura representativa das “ONGs de desenvolvimento” portuguesas.

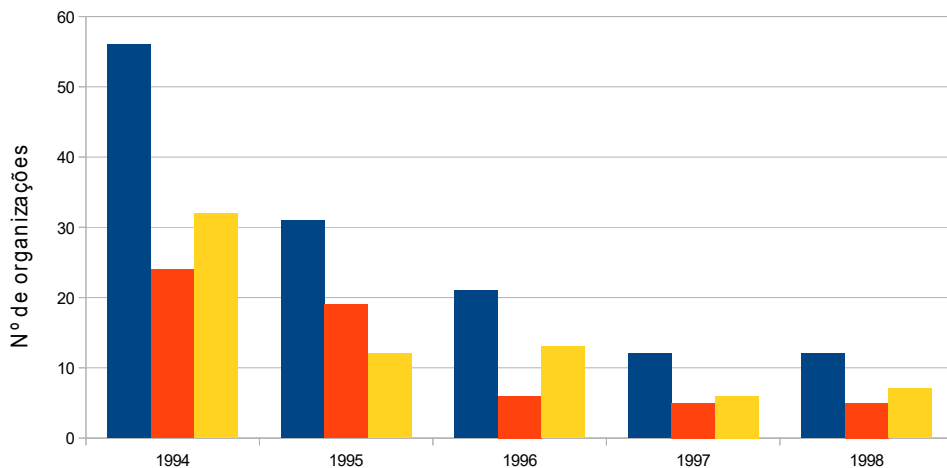
Assim, o campo da militância pela “cooperação solidária pelo desenvolvimento” passou a incluir organizações que tendo aquele estatuto oficial não eram filiadas à Plataforma. De acordo com os

170 O pedido de estatuto era feito através da apresentação dos estatutos da organizações junto dos serviços responsáveis do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

171 Lei n.º 66/98 de 14 de outubro

registos daquele Ministério¹⁷², em 1994, 56 organizações solicitaram o reconhecimento como “ONGD”. No ano seguinte, em 1995, foram 31, em 1996, foram 21 e em 1997, foram 12 as organizações que solicitaram o estatuto de ONGD. Em 1998 também foram registados 12 pedidos. Assim, entre 1994 e 1998 pelo menos 132 organizações solicitaram e obtiveram o estatuto de “ONGD”, número que representava quase o triplo das ONG filiadas na Plataforma em 1997. Entre estas, identificamos 69 como organizações que “acrescentaram” a “cooperação internacional” à sua atividade regular e 60 em que aquela era a sua missão principal. Não foi possível identificar a documentação de três organizações.

Gráfico 2 - Número de organizações que solicitaram estatuto de ONGD junto do Estado (1994-1998)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do arquivo do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua

- Total de organizações que solicitaram estatuto de ONGD
- Número de organizações especializadas na cooperação para o desenvolvimento
- Número de organizações que integraram a cooperação na sua atividade principal

As organizações que solicitaram o estatuto de “ONGD” ao MNE entre 1994-1997 estavam ancoradas em vários espaços sociais:

¹⁷² Arquivo do Instituto Camões da Cooperação e da Língua. Dossiers class. 20.01/01 a 20.01/15. Não foi possível a consulta da pasta 11 com dados de 1996.

Igreja Católica, setor educativo / academia, associativismo ligado às migrações / refugiados, partidos e movimentos políticos, setor privado / empresas, associativismo juvenil, associativismo de base local, associativismo de “quadros” (agrônomos, engenheiros, jornalistas). No que respeita aos seus fundadores, a partir dos documentos das ONGDs foi possível identificar em trinta associações, a participação de indivíduos nascidos noutros países de “expressão portuguesa”. A “causa” da “cooperação para o desenvolvimento” atrairia ainda membros dos grupos dirigentes, que fundaram cerca de uma dezena de novas associações de “cooperação para o desenvolvimento” na década de 1990, nomeadamente importantes políticos¹⁷³, diplomatas, académicos, indivíduos com “títulos de nobreza”, indivíduos provenientes de famílias de elevado capital social e económico, antigos militantes “ultranacionalistas” e “opositores das independências africanas”¹⁷⁴.

Em 1998, entre as cerca de 130 organizações com estatuto de “ONGD” reconhecido pelo Estado português, e que tinham como missão central a “cooperação solidária”, 42 foram constituídas entre 1994 e 1998, demonstrando o incremento do interesse naquela militância após o seu “reconhecimento jurídico” pelas entidades estatais¹⁷⁵. O empreendedorismo na constituição de organizações parece

173 Marcelo Rebelo de Sousa, atual Presidente da República foi um dos fundadores da Associação Portuguesa de Apoio a África em 1995, com membros das famílias Teotónio Pereira, Champalimaud, Bataglia, Morais Sarmiento e Horta e Costa.

174 Jaime Nogueira Pinto fundou a Fundação Luso Africana para a Cultura em 1992. Antes da queda da ditadura participou de movimentos de jovens “ultranacionalistas”.

175 Segundo a Lei n.º 66/98 de 14 de outubro, que aprovou o Estatuto das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGDs), estas são instituições da sociedade civil constituídas por pessoas singulares ou coletivas de direito privado sem fins lucrativos, com sede em Portugal. As ONGDs têm por objetivos a concepção, execução e apoio a programas e projetos de Cooperação para o Desenvolvimento, de Ajuda Humanitária e de Emergência e de Proteção e Promoção dos Direitos Humanos. Uma ONGD pode revestir a forma de associação, fundação, cooperativa ou organização canonicamente ereta, e não lhe é permitido ter natureza político-partidária, sindical ou religiosa, nem desenvolver atividades de cooperação militar. Em regra, as ONGDs têm as seguintes áreas de intervenção: ensino, educação e cultura; assistência científica e técnica; saúde, incluindo assistência médica, medicamentosa e alimentar; emprego e formação profissional; proteção e defesa do ambiente; integração social e comunitária; desenvolvimento rural; reforço da sociedade civil, através do apoio a associações congêneres e associações de base nos países em desenvolvimento; educação para o

indicar a adesão de vários setores sociais ao *frame*, às visões de mundo e às práticas consideradas próprias do setor da “cooperação para o desenvolvimento”, homologadas pela Plataforma das ONGDs e pelo Estado. Tal poderia ser entendido como um processo de homogeneização do conjunto diverso de participantes do espaço da “cooperação solidária”, alguns deles constituídos pouco tempo antes ou até após a legislação de 1994, de seus objetivos, áreas e repertórios de ação.

Todavia, a dinâmica geradora de isomorfismos num espaço de militância está associada a dinâmicas de interação entre organizações e de construção de alianças e estruturas inter-organizacionais (DIMAGGIO & POWELL, 1983, p. 148) o que não se verificou totalmente, pois os membros da Plataforma das ONGDs mantiveram-se em 1/3 do total de organizações com obteve aquele estatuto. A intervenção do Estado, ao reduzir os requerimentos necessários para acesso à sigla, solicitando apenas o envio da documentação legal da organização para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, e sinalizando o seu interesse em “colaborar” com as ONGDs, gerou um interesse na “causa” que nem sempre se concretizou num investimento¹⁷⁶ das organizações naquele espaço de militância.

Com efeito, à medida que o espaço da “cooperação solidária” se institucionaliza, as condições de entrada e participação no setor vão-se transformando, elevando o capital de entrada. Considerando que a década de 1990 constitui um período de valorização de lógicas *experts* (COLLOVALD, 2001) e da profissionalização no setor do desenvolvimento e da ajuda humanitária, demandando competências especializadas associadas à prática concreta da ação coletiva, e por isso não necessariamente transmissíveis através de espaços formais (MATHIEU, 2007, p. 146), a entrada na Plataforma constitui um indicador relevante do investimento na “causa”, para lá do momento do

desenvolvimento, designadamente através da divulgação das realidades dos países em desenvolvimento junto da opinião pública.

¹⁷⁶ O conceito de investimento utilizado ao longo deste trabalho não é entendido como racionalidade econômica. A ideia de investimento segue a abordagem de Bourdieu que entende o conceito como “estar envolvido no jogo”. Tal pressupõe a valorização dos fundamentos essenciais do campo em que esse jogo ocorre, e nesse sentido, que vale a pena “participar do jogo”. O investimento não é necessariamente consciente na medida em que o processo de aquisição das estruturas do universo em que aquele jogo ocorre, e que são fundamentais para o poder jogar, tornam “evidente” que o jogo vale a pena” e o modo de o jogar. (BOURDIEU, 2014, pp. 139-141).

pedido de reconhecimento formal. Assim, o hiato entre o número de pedidos de estatuto de “ONGD” e de adesões à estrutura de representação das ONGDs portuguesas indica que o interesse na “causa” não se reflete de modo automático num investimento de maior prazo, na “cooperação para o desenvolvimento”.

Por outro lado, os critérios de entrada na Plataforma das ONGDs foram-se tornando mais “exigentes” em relação aos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo, para além de aspectos formais, a experiência de utilização dos repertórios de ação entendidos como próprias das “organizações não-governamentais de desenvolvimento”. Nesse contexto, a valorização da lógica de “dar prova de existência” (BOLTANSKI, 1982, p. 57) pela Plataforma apresentava-se fundamental para o seu reconhecimento social. Essa exigência pode explicar em parte, a distância entre o número de organizações com estatuto de “ONGD” junto do MNE e o número de associadas da Plataforma, reforçando também a relação entre práticas da “solidariedade internacional” e mobilização de recursos, competências, relações, financiamento, que tornavam o investimento na “causa” elevado. Para uma militante, que exerceu funções de dirigente da Plataforma Portuguesa no final da década de 1990:

(...) aquilo que me vinha parar à mão de ONG e mesmo as regras, o nível de exigência que a Plataforma tinha era completamente, era muitíssimo mais exigente que o Instituto da Cooperação Portuguesa porque qualquer vai lá, inscreve-se e é uma ONG. E têm as coisas mais estrondosas e depois chegavam à Plataforma e chumbavam porque a gente queria prática. (...). (Mulher, ex-militante de ONGD, entrevista em Portugal)

Todavia, as possibilidades das “organizações não-governamentais” portuguesas praticarem repertórios de “cooperação solidária para o “desenvolvimento” foram ampliadas por um conjunto de fatores no âmbito nacional e internacional. Na década de 1990, nos países africanos de “expressão portuguesa”, a introdução do pluralismo partidário, da “liberdade” de imprensa e de associação e a adesão ao “livre-mercado” favoreceram a emergência de “mediadores” fora da esfera do Estado – e dos partidos que lideraram a “luta anticolonial” e posteriormente governaram aqueles países – diversificando assim as relações que facultavam o acesso àqueles contextos para as ONG ou outros atores estrangeiros. A adesão de Portugal à CEE, o regresso ao

CAD no início da década de 1990 e a “desvalorização” do alinhamento geopolítico e ideológico após a queda do Muro de Berlim, permitiram a algumas ONGD o acesso a recursos – políticos, simbólicos ou financeiros – relevantes para a viabilização da “solidariedade com a África”. No âmbito nacional, o investimento na língua e na “revitalização” das ligações com os países de “língua portuguesa”, entendidas como recursos geoestratégicos, incrementaram o valor da política de “cooperação para o desenvolvimento” com implicações positivas no reconhecimento das ONGD e na transferência de recursos para estas pelo Estado¹⁷⁷.

O incremento do número de organizações aderentes à Plataforma das ONGD e principalmente dos pedidos de estatuto de “ONGD” junto do Estado revelam que a “causa” recebeu atenção a partir de 1994, sendo considerada um dos domínios do associativismo onde os progressos eram evidentes (BARRETO, 2002). Todavia, o hiato entre o número de organizações com o estatuto de “ONGD” conferido pelo Estado e pela Plataforma e a diminuição do número de pedidos de reconhecimento junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros após o *boom* de 1994 indicam que, apesar daquelas oportunidades terem sido percebidas pelos empreendedores de novas organizações e por aqueles que buscavam integrar a cooperação em organizações preexistentes, a sua concretização em práticas de “solidariedadealém-fronteiras” ainda era limitada. Efetivamente, numa publicação de 1999, já após a mudança das regras de acesso ao estatuto, e a criação de um concurso público para financiamento de projetos das ONGD, os responsáveis da cooperação portuguesa referiam que:

*(...) no final de 1998 estavam registadas no ICP cerca de 130 organizações não governamentais para o desenvolvimento (grande parte delas inativas, só 44 fazem parte da Plataforma e só 54 apresentaram projetos à cooperação portuguesa), atualmente só estão inscritas 37 organizações, por força da aplicação do novo diploma que define o estatuto das ONGD, que estabelece a obrigatoriedade de renovação dos anteriores registos*¹⁷⁸.

177 O Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) reportou, desde 1989, nos seus Relatórios de Atividades, subsídios a "organizações não-governamentais" para atividades de "cooperação solidária".

178 Resolução do Conselho de Ministros nº43/99, de 29/4/1999.

Os discursos técnicos e acadêmicos sobre o 'movimento das ONGD portuguesas' entre o final dos anos 1990 e o início de 2000, consideravam-no um "movimento" com pouca capacidade de aceder a recursos, humanos e materiais, e de intervenção no espaço político. Essas fragilidades eram atribuídas a um baixo nível de capital social, fraca capacidade de mobilização social, elevada personalização e individualismo (RIBEIRO,1995; RIBEIRO & MARQUES, 2002). O CAD salientava no seu relatório de avaliação do setor da cooperação para o desenvolvimento de 1997 que, apesar dos laços ainda presentes em Portugal com África, as ONGD portuguesas não dispunham das competências técnicas necessárias para assumir um papel relevante no setor da ajuda ao desenvolvimento (OCDE, 1997).

1.4 A Plataforma Portuguesa de ONGDs e a indústria europeia de "ajuda ao desenvolvimento"

A participação no "movimento europeu das ONGD" através do CLONG constituiu um processo chave na importação da "causa" da "cooperação solidária com os países em desenvolvimento" para o contexto português. Logo no momento de arranque da Plataforma Portuguesa das ONGD, o então dirigente do CLONG, Pierre Galland, foi contactado no sentido de esclarecer dúvidas sobre aquele tipo de estruturas.

Para a CEE, o investimento na constituição da "Plataforma Portuguesa de ONGD" visava a "harmonização" da política externa dos seus Estados-membros, em particular daqueles considerados "periféricos" cuja participação em áreas como a "ajuda ao desenvolvimento" era quantitativamente reduzida e organizada em torno de pressupostos técnico e políticos "não modernos". Contudo, a comunidade europeia entendia que aquela área da política externa carecia de suporte social.

Efetivamente, pelo menos desde 1983, a União Europeia vem realizando estudos de opinião, os "Euro-barómetros", sobre a imagem dos europeus em relação ao "Terceiro Mundo" e a "ajuda aos países pobres", procurando identificar o apoio dos cidadãos dos Estados-membros à política de "ajuda ao desenvolvimento". No estudo de 1987, Portugal foi incluído pela primeira vez na sondagem. Os dados demonstraram que os portugueses "acompanhavam" as opiniões dos cidadãos dos outros países europeus - eram maioritariamente a "favor da ajuda ao Terceiro Mundo" e atribuíam ao binómio "necessidades dos países pobres" / "altruísmo europeu" a motivação para as relações com aqueles Estados, apesar do contexto caracterizado *pelo movimento de*

ideias visando a redução do sentimento de culpa dos europeus em relação ao Terceiro Mundo (EUROPEAN COOPERATION AND SOLIDARITY & COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENES. 1988, p.19).

As posições / opiniões dos portugueses distinguiam-se contudo, em alguns temas: demonstravam mais pessimismo em relação à evolução recente da situação no Terceiro Mundo, favoreciam uma perspectiva mais “caritativa” das relações com aqueles países defendendo, ao contrário dos membros mais antigos da CEE, o “alívio da pobreza” em vez do “apoio à autossuficiência”, e eram favoráveis à “ajuda” prestada pela CEE e pelas organizações internacionais, enquanto os restantes europeus consideravam que a ajuda prestada pelas associações e pelas instituições internacionais era a mais “útil”. Efetivamente, os portugueses apresentavam as taxas mais baixas de conhecimento sobre atividades realizadas “em prol do Terceiro-Mundo”, apenas 16% conhecia esse tipo de iniciativas e apenas 11% relatava pedidos de doação para aquela “causa”.

A relação com Bruxelas estava associada, para além da legitimação social da “causa” e da importação de *frames*, ao acesso a recursos que viabilizariam a “prova de existência” das ONGD portuguesas através de práticas de “cooperação solidária”. Nesse sentido, os recursos da CEE suportaram o primeiro projeto, realizado em 1986, por 6 ONGDs portuguesas sobre a cooperação com os “países em desenvolvimento” e que envolveu, nas sessões de abertura e de encerramento, importantes figuras do Estado Português. O representante português no CLONG nos primeiros anos salientava a expectativa em relação à participação das ONGD portuguesas e a necessidade de estas apresentarem projetos em quantidade e qualidade¹⁷⁹ aos concursos europeus. Nesse contexto, a diferença entre países-membros no que respeita ao acesso a recursos era evidente, tendo-se criado no CLONG um grupo de ONGDs dos países do sul da CEE. A integração da periferia da Europa ocidental naquela estrutura requeria a criação de estratégias próprias para promover nesses países, o acesso a recursos para suportar a importação da “causa”.

A participação na Plataforma, e no “movimento europeu das ONGs de “desenvolvimento”, colocava as organizações portuguesas perante a necessidade de aquisição de um aparato conceptual, discursivo e técnico que requeria um investimento por parte dos militantes e das

179 Ata da Reunião Nacional de ONGDs de 12/01/1987. Plataforma Portuguesa das ONGDs.

organizações. Para uma militante “anticolonial” e da “solidariedade terceiro-mundista”, que investiu profissionalmente na “cooperação solidária para o desenvolvimento” desde meados da década de 1980:

(...) há já da parte de quem estava na Plataforma, na altura, a noção de que o ser[d]o grupo de financiamento, em Bruxelas, não é propriamente uma coisa para pagar viagens, não é? Que aquilo é preciso trabalho duro e trabalho técnico, não é?(...) Que é uma coisa que as ONG não tinham nessa altura. (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Mas a possibilidade de participar nas estruturas europeias do setor da “cooperação para o desenvolvimento”, em processos de formulação de propostas ou de tomada de decisão, constituía uma motivação para o engajamento das associadas na Plataforma nacional, que importavam algumas daquelas discussões para Portugal. Segundo uma militante, com um percurso de engajamento no associativismo estudantil internacional, que iniciou a sua participação na Plataforma na década de 1990:

E o CLONG na altura, o facto de haver as Plataformas e de haver uma vontade de participação também ajudava a que houvesse maior envolvimento. (...) Tu estares envolvido nas discussões em Bruxelas, e não serem sempre os mesmos, também fazia com que houvesse maior participação e empenho por parte das pessoas. (Mulher, militante de ONGD, entrevista em Portugal)

No âmbito da CEE, as ONG portuguesas construiriam relações e contatos não só com os seus pares, mas também com os funcionários e políticos presentes nas instituições europeias como a Direção Geral de Desenvolvimento / DGVIII, o Parlamento Europeu ou a Comissão Paritária ACP-CEE. Esses contatos incluíam vindas a Portugal por parte de representantes europeus. As ONGD portuguesas receberiam visitas de dirigentes da DGVIII como Anton Reithinger, ainda na década de 1980, e de técnicos envolvidos na avaliação dos projetos ibéricos de cooperação e do Fundo Europeu de Desenvolvimento. Ao longo da década de 1990 esse processo de contato com os responsáveis da CEE continuou com demandas das ONGD portuguesas para “atividades formativas” por parte da DGVIII, em

particular sobre a “apresentação de projetos”. Apesar desses contatos com agentes chave do setor, em 1995, o levantamento sobre o acesso das ONGD portuguesas aos fundos europeus demonstrava que em 6 ou 7 anos de experiência com os concursos europeus, apenas 3 ou 4 ONGDs portuguesas tinham tido projetos financiados através de recursos europeus. Assim, o acesso a meios financeiros requeria um conjunto de outros capitais que poucas ONGDs portuguesas mobilizavam.

Com a criação de uma agência europeia especializada na “ajuda humanitária de emergência”, a Direção-geral das Operações Europeias de Proteção Civil e Ajuda Humanitária (ECHO), em 1992, novas possibilidades de “visibilidade” e de acesso a fundos foram criadas. Nesse período, Emma Bonino, que liderava a organização, visitou Portugal e reuniu com as ONGDs portuguesas com atividades na área da “assistência humanitária de emergência” em Junho de 1995. Refletindo a importância atribuída pela UE ao setor “humanitário”, o estudo de opinião da comunidade europeia, *Eurobarómetro*, publicado nesse mesmo ano, teve como tema a “ajuda humanitária europeia”, em particular, a sua imagem junto dos europeus e o apoio destes à política externa europeia. Nessa sondagem, portugueses revelavam das menores taxas de reconhecimento da logomarca da ECHO entre os países da União, reconhecendo, contudo, os das Nações Unidas, em particular os logos da UNICEF. Mais de 80% nunca tinha ouvido falar do “serviço humanitário” da CEE. Apesar disso tinham elevadas taxas de aprovação ao incremento do orçamento europeu para a ajuda humanitária. Quanto aos “prestadores” dessa “ajuda”, apenas 7% consideravam as ONG como os mais eficazes, revelando, contudo, grande desconhecimento a esse respeito (23,7% não pôde responder) (INRA EUROPE, 1995). Os resultados do Eurobarómetro de 1995 revelam que, passada quase uma década da adesão de Portugal à comunidade europeia e da constituição da Plataforma Portuguesa das ONGD, o conhecimento do setor do “desenvolvimento e ajuda humanitária” era ainda reduzido, em particular das ONGD como seus participantes, apesar da dimensão mediática da “ajuda de emergência”.

Também na década de 1990 começaram a ser introduzidas no debate europeu, as relações com as ONG de “países em desenvolvimento” que tinham vindo a emergir e a organizar-se ao longo dos anos 1980 e 1990 com as aberturas políticas. Nesse sentido, as ONG do CLONG, que durante algumas décadas trabalharam com departamentos dos Estados africanos ou, através de sua mediação, com associações “autorizadas” pelos regimes de partido único,

questionavam-se sobre as relações com as “ONG do Sul” nomeadamente até que ponto “*esse conceito era dominado por definições marcadamente explicitadas do norte*”.¹⁸⁰

Assim, à medida que a categoria “ONG” se tornava emergente nos países periféricos e semiperiféricos, o “movimento europeu das ONGD” questionava o processo de exportação. A dinâmica de aproximação da Plataforma Portuguesa às ONG dos países de língua portuguesa, após a participação dos seus representantes nas reuniões de ONG de meados da década de 1980 na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe, ainda num período em que apenas existiam ONG estrangeiras, ocorreu no final da década de 1990. Em 1997, seria realizado o “Fórum das ONG dos Países da Comunidade de Língua Portuguesa” na Cidade da Praia.

2 Continuidades e mudanças na política de “ajuda ao desenvolvimento” do Estado português

Nas vésperas da adesão de Portugal à CEE, no final de 1985, o Partido Social Democrata (PSD) regressou ao poder após dois anos de governo socialista (1983-1985). O primeiro mandato durou dois anos (1985-1987), tendo sido derrubado por uma moção de censura do Parlamento. Em 1987 e 1991 o partido venceu novamente as eleições mantendo-se no poder até 1995. Ao longo desses dez anos, a política externa portuguesa, em particular a de cooperação, foi-se ajustando à condição de membro da comunidade europeia e posteriormente, do regresso ao Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento (OCDE) num período marcado pelo “degelo” e o final da Guerra Fria.

A reestruturação do quadro institucional da “cooperação portuguesa” tornou-se evidente a partir de 1989, apesar da continuação, até 1994, das duas estruturas encarregues daquela política, criadas em 1979, a Direção Geral de Cooperação (DGC) e o Instituto de Cooperação Económica (ICE). Em 1989 a cooperação era apresentada como *uma das prioridades da ação externa do Estado* envolvendo, de modo articulado, *três planos – político-diplomático, técnico-económico, e sociocultural* (DIREÇÃO GERAL DE COOPERAÇÃO, 1990, p. 7). Tratava-se de, através da Secretaria de Estado da Cooperação, melhorar a coordenação das práticas de “cooperação” do MNE e restantes

180 Ata da Reunião Nacional das ONGD 23/4/1990. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD.

ministérios e departamentos públicos¹⁸¹ e, considerando o conjunto do setor, incluindo o espaço “não-estatal”, adquirir centralidade na definição das “as regras do jogo” e na “direção” do setor. Esse processo requeria o incremento da cotação política e social daquela área da política externa portuguesa.

2.1 As reconfigurações institucionais e a medida certa dos “afetos”, do “interesse” e da “técnica”

Apesar do processo de reforma político-institucional da cooperação portuguesa ter sido reforçado com o governo que tomou posse nas eleições de 1987, em particular com o então Secretário de Estado da Cooperação, Durão Barroso (1987-1991), o “consenso” interpartidário sobre a cooperação é anterior. A priorização, na política de “cooperação para o desenvolvimento”, do binômio língua / “países africanos de língua portuguesa” tinha sido “acordada” entre os vários partidos que participaram do governo do país desde 1974. O governo socialista que cessou funções em 1985 tinha já aprovado o quadro legal para a criação de “centros culturais portugueses” nos países africanos de língua oficial portuguesa¹⁸² e a contribuição financeira para o Fundo Africano de Desenvolvimento¹⁸³. Outro exemplo de posições concertadas entre espaços partidários concorrentes na política de cooperação, foi a participação de institutos associados a partidos de “centro esquerda”, do “centro-direita” e da “direita” na criação da “Plataforma de ONGD”.

No que respeita à relação com as “organizações não-governamentais” foi também a partir do relatório da Direção Geral de Cooperação de 1989 que se passou a detalhar os “apoios” do Estado às ONG e a participação em atividades daquelas organizações, sendo essas interações descritas como “parcerias” que visavam dar *à cooperação a dimensão humana que ela atualmente comporta* (DIREÇÃO GERAL DE COOPERAÇÃO, 1990, p. 61). A distribuição de recursos da cooperação pelas ONGDs era justificada a partir de terminologia “humanitária”, ainda que a descrição das atividades financiadas referisse principalmente iniciativas de caráter “não-emergencial” mais coincidentes com abordagens “desenvolvimentistas”. A relação com as

181 A existência de práticas de “cooperação” com países africanos em vários ministérios, atuando por vezes de forma descoordenada é registada por Cravinho (2004, pp. 55-56).

182 Decreto Lei 405/85, de 16 de Outubro de 1985

183 Decreto Lei 409/85, de 16 de Outubro de 1985

ONG passou a ser parte das funções de uma das divisões da Direção Geral da Cooperação aquando da reorganização interna em finais da década de 1980.

Em 1991, foi criado um fundo para promover a participação dos empresários portugueses na cooperação. Afirmava-se, no preâmbulo da lei que o Fundo visava promover o *conveniente aproveitamento daquelas vantagens comparativas, criar aos nossos agentes económicos, (...) condições apropriadas em matéria de financiamento (...)* mas, no artigo 3º introduzia-se outro propósito, o de *apoiar financeiramente projetos que contribuam para o desenvolvimento dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP)*¹⁸⁴. Procura-se então, alargar ao setor privado o “interesse” na cooperação apresentando-a como um espaço de oportunidades económicas, pressupondo-se que a língua e as “relações seculares” constituíam “vantagens comparativas” para os agentes económicos nacionais. Simultaneamente, afirmava-se que os projetos financiados “contribuiriam para o desenvolvimento” dos PALOP. O engajamento do setor privado implicava o “reconhecimento” do carácter “não-desinteressado” da “cooperação”.

A Direção Geral de Cooperação, apresentava no seu relatório de 1990, uma secção de “avaliação” onde se concluía que:

(...) a Direção-geral da Cooperação cresceu novamente em relação ao período coberto pelo último relatório publicado, o que vem pôr simultaneamente em evidência a importância de que se reveste a ajuda pública ao desenvolvimento (...) e o empenho do Governo na execução das linhas de ação fixadas para este importante sector da política externa portuguesa (DIRECÇÃO GERAL DA COOPERAÇÃO, 1990).

Entre 1993 e 1994, já após o primeiro exame do CAD à cooperação portuguesa, o processo de reestruturação da cooperação portuguesa acentuar-se-ia quer ao nível da reorganização da administração pública quer do trabalho de legitimação da “cooperação para o desenvolvimento”, que era apresentada simultaneamente como um espaço de expressão da “solidariedade humanitária” dos portugueses em relação aos “países em desenvolvimento” e de “oportunidades”, nomeadamente para os “jovens”.

184 Decreto-Lei nº162/91 de 4 de Maio.

Em 1994, o governo reorganizou o setor da “cooperação portuguesa” alterando a arquitetura dos serviços estatais e regulando a participação das ONG na definição e execução da política de “cooperação para o desenvolvimento”. Esse processo vem na senda da primeira avaliação da “ajuda ao desenvolvimento” de Portugal realizada em 1993, onde se concluiu que, em termos quantitativos, não era expectável que o país cumprisse os compromissos internacionais de volume de “ajuda” e em termos da organização do sistema, que os dispositivos de planeamento e avaliação dos resultados da “cooperação para o desenvolvimento” eram inexistentes ou pouco rigorosos e que a colaboração com as ONG era insuficiente (OCDE/CAD, 1993).

Foi assim criado o Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) sob tutela do Ministério de Negócios Estrangeiros com funções de planeamento, coordenação, acompanhamento e avaliação da política de cooperação para o desenvolvimento¹⁸⁵ reunindo-se assim numa só entidade as funções desempenhadas anteriormente pelo Instituto para a Cooperação Económica e a Direção Geral de Cooperação¹⁸⁶. Com o propósito de melhorar a coordenação política da cooperação internacional, o governo criou a lei orgânica da Comissão Interministerial para a Cooperação¹⁸⁷ (a Comissão tinha sido criada em 1985). Finalmente, foi também em 1994 que as “ONGD” portuguesas passaram a ter um estatuto jurídico próprio. Nesse estatuto, eram considerados objetivos das ONGD:

(...) a cooperação e o diálogo intercultural, bem como o apoio direto e efetivo a programas e projetos em países em desenvolvimento (...) [através] de “ações para o desenvolvimento, assistência humanitária, proteção e promoção dos direitos humanos, prestação de ajudas de

185 Decreto Lei 60/94 de 24 de Fevereiro de 1994

186 O Instituto estava organizado em: gabinete de planeamento, programação e avaliação; direção de serviços da coordenação geográfica; direção de serviços dos assuntos comunitários para a cooperação; direção de serviços da cooperação multilateral; direção de serviços da cooperação sociocultural; direção de serviços da cooperação técnica e económica; divisão da formação e dos agentes de cooperação; divisão de gestão; unidade de ajuda humanitária. Era na unidade de ajuda humanitária que estava a competência de “assegurar a elaboração, coordenação e execução de programas de informação e a prestação de apoio às organizações não governamentais de cooperação para o desenvolvimento, nos termos legalmente definidos.”

187 Decreto-lei 58/94, de 24 de Fevereiro

*emergência, realização de ações de divulgação, informação e sensibilização da opinião pública, com vista ao desenvolvimento da cooperação e ao aprofundamento do diálogo intercultural com os países em desenvolvimento*¹⁸⁸.

O Estado reconhecia, quase uma década após a importação da categoria “ONGD” para Portugal, a sua participação na execução da política estatal de cooperação, previa a disponibilização de financiamentos àquelas organizações e o direito à participação na definição das políticas de cooperação. O acesso ao estatuto de “ONGD” deveria ser solicitado junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros através do depósito dos estatutos da organização¹⁸⁹. Refletindo sobre as relações Estado - ONGDs durante o governo do PSD, que encerraria o seu mandato em 1994, um dos militantes empreendedores da Plataforma Portuguesa das ONGD, com um itinerário de militância partidária na “democracia cristã”, afirma que:

(...) A cooperação portuguesa há vários momentos, mas neste momento histórico de que estamos a falar nós podemos dizer que há um momento histórico anterior à ida do professor Cavaco Silva para primeiro ministro e depois o momento que se lhe segue. Isto porque, porque há uma perfeita inversão e essa inversão traduzida não apenas em acréscimo, mas traduzida também numa nova visão da cooperação quando ele é primeiro ministro.(...)A cooperação tem nessa altura (...) um incremento muito grande na cooperação empresarial. Porque anteriormente a cooperação era praticamente toda oficial, toda institucional. Tem um grande incremento na cooperação autárquica, chamada descentralizada, e tem um incremento muito grande com as ONG. Não havia, não havia ONG até à adesão de Portugal, portanto até 86, não é? a partir de 86 as ONG passam a entrar numa forma institucionalizada dentro dos programas de cooperação. (...) A vida era outra como digo, o Cavaco Silva mudou o panorama, a vida era outra, havia uma outra disposição, mesmo para o diálogo, mesmo para o diálogo com a parte

188 Lei 19/94, de 24 de Maio

189 Lei 19/94, de 24 de Maio

africana o ambiente era muito diferente daquele que foi o ambiente precedente.(Homem, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Com a chegada ao poder do governo socialista, em 1995, o investimento na reformulação da cooperação portuguesa prosseguiu, em particular a partir das “recomendações” das instituições as quais o país se encontrava vinculado. Segundo o então Secretário de Estado da Cooperação, José Lamego, o objetivo dos socialistas era ultrapassar a “política avulsa de cooperação”¹⁹⁰ dos governos anteriores.

Em 1997, foi realizada pelo CAD, a segunda avaliação da política portuguesa de “ajuda ao desenvolvimento”. Essa avaliação insistia na necessidade de construir uma estratégia global para o setor, aumentar a escala da cooperação técnica bilateral, desenvolver um programa e um orçamento de modo integrado e garantir a sua gestão coordenação e avaliação de modo profissional, e alargar a relação com a sociedade civil e fortalecer o sector das ONGD (IPAD, 2011). Tratava-se enfim de “modernizar” a cooperação portuguesa aproximando-a dos modelos dos países europeus mais “desenvolvidos”.

O processo de importação, na década de 1990, do quadro de referência internacional da “ajuda ao desenvolvimento” pelo Estado português requeria a transição do entendimento da cooperação para o desenvolvimento como uma resposta à “perda das colônias”, e de defesa dos interesses portugueses naqueles contextos, para a ideia da “ajuda ao desenvolvimento” como uma forma de “solidariedade” ou “sensibilidade aos problemas dos países em desenvolvimento” em particular aqueles de língua oficial portuguesa. O afastamento da cooperação para o desenvolvimento do discurso centrado nos “laços” construídos no contexto colonial era considerado prioritário pelas avaliações do CAD / OCDE, sendo fundamental a adoção de abordagens técnicas e modernas que transformassem a “cooperação para o desenvolvimento” numa política “coerente”, “orientada para resultados” (MESQUITA, 2005).

A exposição da cooperação para o desenvolvimento das antigas potências coloniais europeias, e da própria CEE, a críticas de “neocolonialismo”, e as raízes coloniais do CAD e do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) tornavam esta questão particularmente sensível no regresso da última potência colonial europeia ao grupo de países “doadores” de “ajuda ao desenvolvimento” e na sua participação

190 Entrevista a José Lamego publicada no jornal *Diário Económico* de 3/2/1996.

no setor europeu da “cooperação para o desenvolvimento”. Todavia, apesar das avaliações críticas do CAD, no espaço nacional, até ao final dos anos 1990, o discurso de legitimação da “ajuda internacional” permaneceu permeado pela ideia de “afetos” e de “ligações especiais” ao continente africano tendo-se, contudo, investido na produção de mudanças legislativas e institucionais.

Após a avaliação do CAD, realizada em 1997, o governo produziu um conjunto de instrumentos políticos e legislativos com o propósito de valorizar o estatuto e a “visibilidade” da área da “cooperação para o desenvolvimento” no interior do governo e do aparelho estatal. Nesse sentido procedeu à criação de um Conselho de Ministros para a Cooperação¹⁹¹ presidido pelo Primeiro Ministro e integrado por todos os ministros. Aprovou ainda o “Programa de Cooperação”¹⁹² que procurava articular a cooperação realizada por todos os setores da administração pública. Esse programa tinha por objetivo representar de modo abrangente a diversidade de atividades de cooperação internacional realizadas pelos ministérios através da sistematização de todos os “custos da cooperação”. Esta contabilidade, que constitui uma das obrigações de reporte por parte dos países-membros do CAD¹⁹³, pretendia valorizar o “esforço financeiro” da cooperação portuguesa no contexto nacional e no quadro concorrencial da “cooperação internacional”. Por outro lado, procurava projetar a “ajuda ao desenvolvimento” introduzindo processos de planeamento nas várias áreas do Estado. Na Resolução do Conselho de Ministros (102/1998) o governo socialista afirmava que:

A cooperação promovida e executada por entidades públicas portuguesas é muito rica e diversificada. No entanto, a percepção global deste fenómeno tem sido dificultada pelo facto de

191 Decreto-Lei nº 267/98 de 28 de Agosto

192 Resolução do Conselho de Ministros nº102/98

193 Na Resolução do Conselho de Ministros nº102/98 escrevia-se que:O

Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano não estão organizadas de molde a que deles se retire uma leitura transversal como é a requerida pela cooperação. Por outro lado, o apuramento da ajuda pública ao desenvolvimento português, que é feito em resposta a compromissos internacionais, tem um âmbito diferente, mais restrito, e, principalmente, é voltado para o passado, para o realizado e não para o que está sendo feito ou irá fazer-se em breve. É esta lacuna que se pretendeu agora colmatar, dando início a um ciclo de previsão, execução e avaliação de resultados do esforço público em matéria de cooperação.

*não existir um documento que a sintetize e lhe confira visibilidade e significado*¹⁹⁴.

Em Março de 1998, o então secretário de Estado da cooperação, Luís Amado afirmava numa entrevista à revista *África Hoje*, a necessidade de introdução de técnicas modernas de planeamento e de incremento do estatuto da política de cooperação, referindo as mudanças geopolíticas e da “cooperação internacional” após a Guerra Fria. Referindo-se à oportunidade política afirmava que:

*(...) as políticas de cooperação estão num virar de horizonte um pouco por todo o mundo na sequência dos ajustamentos que vão sendo feitos nas relações internacionais decorrentes, por um lado, do fim da Guerra Fria, e por outro, da própria dinâmica da globalização. (...) o que impõe também que nesse domínio tenhamos que fazer um esforço no sentido de coordenar mais e melhor (...) nossos serviços de cooperação com as organizações multilaterais que se envolvem na política de cooperação designadamente, da União Europeia, do Banco Mundial ou da ONU. Sobre as ONGD (...) a própria natureza da cooperação portuguesa, dada a circunstância de se alicerçar numa riqueza de relações extraordinárias que existe entre o povo português e os povos africanos de língua portuguesa, fruto séculos de convívio comum, impõe uma atenção mais particular ao papel das sociedades civis e das organizações não-governamentais, devendo esse setor constituir, a nosso ver, um eixo importante também de dinamização futura da nossa política de cooperação.*¹⁹⁵

Tratava-se assim, no final da década de 1990, de incrementar a cotação social política da “cooperação internacional para o desenvolvimento”, também através das ONGD, visando “aproveitar” a oportunidade política associada às mudanças internacionais naquele período. Esse processo foi mediado pela importação do aparato institucional e técnico das organizações internacionais através do

194 Resolução do Conselho de Ministros nº102/98

195 AMADO, Luís. *África Hoje: política, economia e cultura*. Ano XIV, Março 1998, p. 16.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, o que incrementaria os recursos políticos e a legitimidade dos dirigentes da diplomacia portuguesa para coordenar uma área de política considerada “confusa”, pela diversidade de intervenientes e lógicas, e definir as “regras do jogo”. Essas regras abrangeriam também as organizações não-governamentais de “desenvolvimento”.

Em 1999, a Secretaria de Estado da Cooperação concluiu um documento de estratégia para o setor, aprovado pelo governo, denominado *A cooperação portuguesa no limiar do século XXI - Documento de orientação estratégica*. Procedeu-se, nesse processo, à reformulação do Fundo da Cooperação Económica e à criação da Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD), voltando a separar a “cooperação económica” e a “cooperação para o desenvolvimento”. O Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) deveria nesse quadro, desempenhar *o papel de órgão central de apoio à definição, elaboração e execução da política de cooperação no âmbito do MNE*.

2.2 O Estado portuguêsêse as diversas faces da legitimação da “cooperação para o desenvolvimento”: entre o “interesse nacional” e a “solidariedade” com os “países de língua portuguesa”

O trabalho de legitimação da política de “cooperação para o desenvolvimento”, junto de vários atores, nacionais e estrangeiros, requeria o ajustamento do discurso dos dirigentes estatais portugueses reconhecendo-se e ocultando-se alternadamente, as retribuições, ou expectativas de retribuição, da “cooperação solidária” com os países africanos de língua portuguesa. Outra das dimensões discursivas que foram sujeitas a dinâmica semelhante foi o passado colonial, que seria “recordado” no âmbito da cooperação, como uma forma de “convivência multissecular” ocultando-se com essa terminologia, as “guerras de pacificação” no século XIX e XX na África e a guerra de colonial. Uma década após as descolonizações, as tensões coloniais/pós-coloniais diziam-se “ultrapassadas”. Apesar dos discursos políticos, as bases e o tipo de relações que Portugal deveria manter com as suas antigas colónias permaneceriam alvo de disputa, em particular quando um desses países africanos colocava em causa a pertença à “comunidade de língua portuguesa”.

Numa crónica de Novembro de 1987 no semanário “*Expresso*”, um dos mais importantes intelectuais da chamada “nova direita” portuguesa, Miguel Esteves Cardoso, questionava as relações de

Portugal com as suas antigas colônias abrindo uma linha discursiva distinta da “direita nacionalista integralista”, questionando o passado imperial como “essência da nação” e os “laços seculares” como fundamento das relações com os países africanos de “língua portuguesa”.

O nosso governo fez muito bem em cortar relações com a Guiné-Bissau, um palop que está em vias de promoção a palop, já que lhes dá mais jeito exprimirem-se na língua de Proust. A República Popular da Guiné-Bissau, apesar de palop, é um país que nos é um pouco estranho. Dá a impressão que gostam pouco de nós. Se calhar têm razão, mas não faz mal. (...) Para respeitar as nossas ex-colônias temos de lhes fazer o favor de achá-los países estrangeiros. O facto de serem estrangeiros não impede que sejam muito amigos. Com quem é que nos damos melhor? Com os italianos de Itália ou com os guineenses da Guiné-Bissau? Os amigos escolhem-se e nós temos de escolher os nossos. Porque é que havemos de ser amigos de quem não gosta de nós, só porque vivemos uns tempos com eles ou porque falamos a mesma língua?”¹⁹⁶

A “nova direita” emergente em Portugal na década de 1980, mediada por intelectuais intervenientes no espaço da comunicação social, é apresentada como resultado da aproximação à “direita anglo-saxônica”, em oposição à “influência francófona”. Nesse contexto, a “mística imperial” e a “tradição” eram desvalorizadas enquanto elementos centrais da identidade da “direita” portuguesa, defendendo-se a possibilidade de se ser “conservador” e “cosmopolita” (RAPOSO, 2014). Nessa perspectiva, a Europa apresentava-se como espaço fundamental de relações do país da sua relação com o resto do mundo (RAPOSO, 2014), colocando os países africanos de língua oficial portuguesa em igualdade com os países “estrangeiros” com quem se poderia ter, ou não ter, relações de “amizade”. Todavia, a condição de membro da CEE, o ser “europeu” e “cosmopolita” era, também, manter relações representadas como “especiais” com os países colonizados pelos europeus.

¹⁹⁶CARDOSO, Miguel Esteves Cardoso. *Expresso*, 7/11/1987, p. 29.

Efetivamente, as disputas entre franceses e ingleses no que respeita à política europeia de “cooperação para o desenvolvimento” permearam a institucionalização do setor na CEE. Se numa primeira fase os franceses lideraram esse processo a partir do conceito de “associação” entre a comunidade europeia e o espaço colonial francês, que se manteve após as independências, valorizando a rede de “relações pessoais” com os dirigentes dos novos países africanos, com a adesão do Reino Unido introduziu-se a ideia de “programação” visando “melhorar” o planeamento e “eficácia e eficiência” da “ajuda ao desenvolvimento” (DIMIER, 2003). Assim, ainda que com entendimentos distintos de como fazer, ambos, franceses e ingleses, mantinham o pressuposto de que a CEE deveria ter uma política externa “específica” para os países “em desenvolvimento” que tinham sido suas colônias. Também ao nível bilateral, ainda que a partir de referenciais distintos, o passado imperial constituiu a base da construção de “relações especiais” expressas em instituições como a *Commonwealth* e principalmente a *Francophonie*. Assim, estando já integrado na CEE, Portugal ajustaria a legitimação da sua política externa de relação com as suas antigas colônias às abordagens da comunidade europeia e dos antigos impérios europeus, a partir da sua condição de Estadosemi-periférico e dos entendimentos sobre o passado colonial e a descolonização.

No final da década de 1980, a Direção Geral da Cooperação (DGC)¹⁹⁷ definia como áreas de atuação, o “desenvolvimento dos recursos humanos”, a “defesa e preservação dos valores de identidade nacional”, a “organização” e a “dimensão social”, reconhecendo-se a diversificação setorial da intervenção da instituição nesse período. Entendo como prioritária a “*defesa e preservação dos valores da identidade nacional*”, a cooperação portuguesa, fora do espaço estritamente econômico, estava centrada nos setores da cultura, da ciência e da língua portuguesa, esta última considerada como “*símbolo nacional*” dos países africanos que a assumiram como língua oficial, sendo uma, entre outras “*marcas de convivência secular que se deseja conservar ou recuperar*” (DIREÇÃO GERAL DA COOPERAÇÃO, 1989, p. 24).

O entendimento da língua portuguesa como “capital internacional” era já percebido no discurso político dos dirigentes da legislatura anterior do Partido Socialista (1983-1985) em que o então

197 Estrutura que intervinha na dimensão “sociocultural” da cooperação e que tinha entre as suas funções, as relações com as organizações não-governamentais.

Ministro dos Negócios Estrangeiros português Jaime Gama, advogava o diálogo e a articulação internacional entre os participantes da “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”¹⁹⁸. A criação formal dessa comunidade (CPLP) teve um importante impulso em 1989 quando foi acordada a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) pelos governos do Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe¹⁹⁹.

Foi também em 1989 que foram reportadas pela primeira vez ações de “sensibilização da opinião pública” portuguesa (DIREÇÃO GERAL DA COOPERAÇÃO, 1989, p. 62). Efetivamente, a valorização social e política da “cooperação para o desenvolvimento” requereu um trabalho social de legitimação que implicou vários tipos de investimentos. Foi criada uma “imagem institucional” da cooperação portuguesa tendo sido concebida uma imagem gráfica (logomarca) que visava “*identificar e individualizar a Cooperação Portuguesa no contexto internacional e dar uma imagem de unidade às ações de cooperação desenvolvidas (...)*”. Esse tipo de prática era comum entre as agências de “ajuda ao desenvolvimento” de outros países, tendo-se tornado mais relevante à medida que a cooperação e a ajuda humanitária em particular adquiriam espaço nos meios de massas.

O processo de criação e seleção da imagem oficial da cooperação portuguesa, através de um concurso lançado junto de estudantes das Escolas de Belas Artes, é também um indicador do interesse em “marcar a presença” daquela área da política externa junto dos “jovens”. Estes seriam um dos grupos prioritários da “sensibilização para a cooperação” reforçando-se por exemplo, a ideia de que a cooperação internacional constituía um espaço de acesso a oportunidades profissionais²⁰⁰ (DIREÇÃO GERAL DA COOPERAÇÃO, 1989, p. 63). Lógica semelhante foi seguida com o

198Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>. Acessado em 2/6/2018

199 "O primeiro passo concreto no processo de criação da CPLP foi dado em São Luís do Maranhão, em Novembro de 1989, por ocasião da realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, a convite do Presidente brasileiro, José Sarney. Na reunião, decidiu-se criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que se ocupa da promoção e difusão do idioma comum da Comunidade." Disponível em <https://www.cplp.org/id-2752.aspx> Acessado em: 2/6/2018

200 A presença de representantes da Direção Geral da Cooperação na revista Fórum Estudante de 1989 visava apresentar a vertente da cooperação internacional a nível profissional. (DIREÇÃO GERAL DE COOPERAÇÃO, 1989, p. 63).

estímulo à participação de determinados grupos sociais na “cooperação” através do associativismo mediado pelo vínculo “além fronteiras” da “língua portuguesa”. Nesse sentido, foi apoiado pelo Estado português, a realização do *I Congresso de escritores de língua portuguesa*. O investimento na visibilidade social da “cooperação portuguesa” passou ainda pela aquisição de páginas em revistas como a *Jeune Afrique* (DIREÇÃO GERAL DA COOPERAÇÃO, 1989, p. 54).

No início da década de 1990 o governo engajou-se na transformação da política de “cooperação para o desenvolvimento” numa “causa nacional”. Em 1993, o Ministério dos Negócios Estrangeiros lançou a campanha “humanitária”, *África Amiga*, para recolher bens e recursos financeiros para Angola e Moçambique, países que tinham passado por conflitos civis e no caso de Moçambique, por catástrofes naturais. Esses recursos seriam depois distribuídos naqueles contextos através de organizações não-governamentais portuguesas, paróquias locais ou outras entidades, com apoio logístico do Estado português. A campanha *África Amiga* teve a participação de importantes dirigentes do Estado, da televisão pública e do banco estatal. Foram promovidos anúncios de TV, eventos públicos com “celebridades” e a mobilização de alunos e professores que participaram da campanha por todo o país.

Tratando-se de uma campanha promovida pelo Estado foi mobilizado apoio político nacional e, através da rede diplomática, reconhecimento internacional, de personalidades como o primeiro ministro português Cavaco Silva, a primeira dama Maria Barroso, o Papa João Paulo II, o secretário-geral das Nações Unidas Boutros Ghali, o arcebispo de Luanda, Cardeal Alexandre do Nascimento e o primeiro ministro da República Checa Vaclav Havel (INSTITUTO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA, 1995). Nesse mesmo ano, o governo criou um “programa de apoio ao voluntariado jovem para a cooperação”. Os voluntários deveriam ser integrados em “ONGD” ou outras entidades particulares sem fins lucrativos que promovessem atividades de cooperação nos “países em desenvolvimento” onde seriam também acompanhados pelas representações diplomáticas portuguesas²⁰¹. O investimento na “sensibilização” para a “causa”, mobilizando escolas, crianças, jovens, permitiria ao Estado valorizar no discurso político sobre a cooperação, até aí permeado pela ideia de

201 Os jovens deveriam ter entre 18 e 30 anos e teriam direito ao financiamento das despesas de avião, alimentação e alojamento e teriam uma bolsa de estadia.

“interesse nacional”, a componente humanitária, “desinteressada” da “solidariedade internacional”.

Em 1995, o Partido Socialista assumiu funções de governo. Algumas das medidas iniciais visavam ampliar a presença das temáticas associadas à “cooperação para o desenvolvimento” portuguesa através do apoio a publicações e da reconstrução da imagem do ICP com suporte técnico de agências de publicidade (INSTITUTO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA, 1997). Tal como tinha sido feito pelo governo anterior.

Após as eleições de 1995, os socialistas deram continuidade ao investimento na construção de uma organização multilateral dos “países de língua portuguesa”, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), oficialmente fundada em 1996. Para além da CPLP, a segunda metade da década de 1990, foi marcada pela organização da *Expo 98* (Exposição Internacional de Lisboa) que tendo como tema central os oceanos, permitia “recordar” o “passado glorioso” das “descobertas” num período caracterizado pelo optimismo perante o crescimento económico (BARRETO, 2002) e pela vontade de afirmação internacional, dentro e fora da CEE - apesar das críticas à ocultação da violência colonial e à escravatura, e à exaltação do imperialismo (CAHEN, 1998, pp. 11-19).

A dimensão sociopolítica e económica de ambas as aquelas iniciativas e a sua transversalidade a governos de dois partidos de orientações ideológicas (algo) distintas, indicam a institucionalização de entendimentos sobre a política externa do país alicerçados em *frames* sobre o passado colonial e as relações pós-coloniais, que seriam mobilizados também no âmbito da “cooperação para o desenvolvimento”. Dizia-se, aquando da reestruturação do quadro institucional da cooperação portuguesa, em 1999, que:

Portugal está agora em condições de reconstituir, com renovado sentido estratégico, a teia de relações seculares que sucessivas gerações de portugueses foram tecendo ao longo dos séculos, por esse mundo fora e que constituem um património extraordinário. O importante desafio que se coloca a Portugal é o de saber articular, nos planos político, económico, cultural, a dinâmica da sua integração europeia com a dinâmica de constituição de uma comunidade estruturada nas relações com os países e as comunidades de língua portuguesa no mundo e de

*reaproximação a outros povos e regiões, a que nos ligam, nalguns casos, séculos de história.*²⁰²

No ano anterior, o secretário de Estado, Luís Amado afirmava, na introdução ao *Relatório de Cooperação de Portugal com África 1998* que:

Decorridas duas décadas após a fase difícil e agitada da descolonização, Portugal foi reconstituindo aos poucos, as suas relações com os países africanos de expressão portuguesa (...). Desfeitos alguns dos equívocos da nossa história recente, Portugal soube afirmar-se na comunidade internacional como país europeu, empenhado na construção de um destino comum para os seus povos, mas simultaneamente aberto ao Mundo e, particularmente, ao aprofundamento das relações de Portugal e da Europa com os Estados e as regiões a que nos encontramos indelevelmente ligados. Muito especialmente com África. Portugal é, e será sempre, um país ligado afetivamente a África, aos problemas dos seus povos, e sensível aos conflitos que continuam infelizmente, a dilacerar o continente. A aventura africana deixou um risco fundo na memória e na pele do povo português. É por isso natural, que no âmbito da sua política de cooperação, as relações com África, particularmente com os países africanos de expressão portuguesa, representem o que de mais significativo vamos fazendo lá por fora. (INSTITUTO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA, 1998).

O investimento português na “reconstrução” das suas relações com os países africanos de “língua portuguesa” através da “cooperação para o desenvolvimento” representou um investimento na dimensão “atlântica” da política de relações exteriores, num contexto em que a condição de membro da comunidade europeia estava associada a recursos simbólicos, políticos e econômicos que viabilizariam o “regresso” àqueles contextos articulando o aparato da “cooperação para o desenvolvimento” e dos “laços históricos”. Essa combinação visava distinguir Portugal dos outros participantes da cooperação com aqueles

202 Resolução do Conselho de Ministros nº43/99 de 29/4/1999.

países, considerando o mercado concorrencial das relações internacionais.

Todavia, aquele processo deve ser também entendido no quadro da preparação do maior alargamento da história da União Europeia, que se concretizou em 2004, agregando mais dez países do leste do continente à comunidade. Era assim expectável o incremento da influência geoestratégica dessa região e maior competição pelas oportunidades e recursos entre os países periféricos da UE. Nessa configuração, as alianças noutros continentes, em particular através da mobilização dos “laços” com as antigas colônias, adquiriam relevância apresentando-se como um capital político importante na CEE e na cena internacional.

3 Produção de discursos académicos sobre a “cooperação para o desenvolvimento”: da cooperação como “alternativa” à “perda das colônias” à crítica do “lusotropicalismo” como discurso de legitimação da cooperação

Após a adesão de Portugal à CEE em 1986 foi publicado, em 1987, um estudo sobre a cooperação portuguesa entre 1974-1985, incluindo o percurso de relações, atores e instrumentos políticos da cooperação portuguesa naquele período e questões para o futuro do setor no contexto da participação do país na comunidade europeia. Nesse trabalho, o autor concluiu que, uma década após a descolonização, as relações de cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa eram ainda insuficientes (ROLO, 1987).

Os constrangimentos e dificuldades enfrentadas no setor da cooperação de Portugal com os países africanos de “língua portuguesa” eram atribuídas ao caráter conflitual da descolonização e no período posterior, a persistência do “contencioso colonial” que tinha gerado *rupturas políticas, sociais, culturais e econômicas, muitas das quais ainda hoje não estão sanadas*. A instabilidade política nos primeiros dez anos após a queda da ditadura, a crise econômica e a concorrência das potências internacionais nos países africanos constituíam outras explicações para os constrangimentos da política de cooperação (ROLO, 1987, p. 124).

Apesar dos constrangimentos identificados no estudo, o autor considerava que Portugal tinha um conjunto de vantagens comparativas na cooperação com os países africanos. Essas vantagens eram nomeadamente, a “*impossibilidade unanimemente reconhecida da criação de relações tutelares de tipo neocolonial*”, a língua comum, as

“*tecnologias de nível intermédio*” entendidas como mais ajustáveis à condição dos países africanos, a “*capacidade de relacionamento dos portugueses*” e o “*conhecimento do continente africano*” (ROLO, 1987, p. 125). A lógica de posicionamento da cooperação portuguesa no sistema concorrencial internacional assentava na condição de país “semiperiférico” que, apesar de ser uma antiga potência colonial, não tinha condições de atuar de modo “neocolonial”, e simultaneamente, considerando essa posição intermédia, o país dispunha de “tecnologias apropriadas” que o aproximavam dos “países em desenvolvimento”. Perante essas vantagens comparativas, o autor apelava para a construção de um “consenso” para a política externa portuguesa.

Em 1988 foi realizado um inquérito visando recolher a opinião dos jovens universitários de Relações Internacionais sobre a “cooperação para o desenvolvimento” pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação (MACHADO, 1988). O enquadramento do estudo, o desenho do questionário e a análise dos resultados expressam o modo como, no final da década de 1980, a relação entre o processo de descolonização e cooperação permanecia relevante na legitimação desta última como área da política externa encarregue das relações pós coloniais com os “novos países de língua portuguesa”. Efetivamente, o questionário aborda essas duas questões – a opinião sobre a “cooperação” e sobre a “descolonização”.

A cooperação com os *países de expressão portuguesa* onde existia “estabilidade” é tida como *uma realidade* que tem dado *frutos* em áreas diversas, em particular setores económicos e na educação / formação de jovens daqueles países, apesar de Portugal *estar longe de ser um país rico*, sendo contudo, os *laços* que o unem às suas antigas colónias que lhe permitem *emparceirar com as nações prestadoras de cooperação* (MACHADO, 1988, p. 4). Os dados recolhidos apontavam um muito expressivo apoio dos jovens à cooperação (mais de 90%) considerando-a *mutuamente vantajosa*, quer para Portugal quer para os países africanos. A opinião dos jovens de que a cooperação deveria ser principalmente no domínio “cultural”, apenas 27% defendiam a cooperação económica, indica a não associação entre a cooperação e o “desenvolvimento económico” ou mesmo a “solidariedade” ou a “assistência humanitária” (MACHADO, 1988, pp. 6-8)

Os resultados do inquérito apontam para a não-associação entre cooperação e “apoio ao desenvolvimento” ou “solidariedade”, mas para objetivos geoestratégicos, como a “proteção” da língua portuguesa e manutenção de formas de influência nas antigas colónias. Assim, a cooperação não invocava representações de Portugal como um “país

desenvolvido” que “presta auxílio aos países em desenvolvimento”, mas de país com uma história de colonialismo, sendo a cooperação uma forma de relação no período pós-colonial com “vantagens mútuas”. Não é possível perceber a posição em relação a outros atores neste estudo, como as ONG.

Outro ponto central daquele estudo é a avaliação da descolonização. Segundo a autora, este tinha sido um processo que tinha aberto brechas na organização dos territórios anteriormente colonizados pelos portugueses e que esse processo requeria “apoio externo”. Assim, apesar da *rejeição inicial* tinham-se retomado as relações de Portugal com os povos africanos, que eram um *passado histórico* associado ao *jeito* (dos portugueses) *de se relacionarem com outros povos*. A cooperação apresentar-se-ia assim como *ponte entre o passado e o futuro* (MACHADO, 1988, p. 8). Este tipo de enquadramento sobre a cooperação permeava assim o campo político e os discursos *experts* sobre o tema, tornando a cooperação como uma continuação da “missão civilizadora”, agora entendida noutros termos. Por outro lado, a autora refere uma *rejeição inicial*, argumento que se apresenta “incompleto” tendo em conta que pelo menos alguns movimentos e espaços de engajamento mantiveram relações de “cooperação solidária” desde o período da descolonização com os “novos países”.

Introduzindo um conjunto de questões relativas à avaliação da descolonização, o estudo apontava que quase 80% dos jovens considerava que aquele processo tinha tido consequências negativas para o país pela perda de mercados e a desarticulação da economia, apesar de apenas 25% verem os territórios colonizados como território nacional. Todavia, alguns consideraram que a descolonização tinha permitido o *desenvolvimento interno* e a adoção de *novos padrões de vida*. O caráter tardio da descolonização era atribuído pelos inquiridos à *coerção política e militar*, tendo os argumentos associados à *especial vocação dos portugueses para se relacionarem com outros povos* e o *respeito dos portugueses pelos usos e costumes nativos* uma pontuação cotação semelhante. Os jovens consideravam Portugal responsável pela situação das suas antigas colônias, não se aferindo, contudo, as motivações dessa resposta. A autora concluía a esse respeito que *não existe uma aceitação muito marcada dos pontos de vista que justificaram a política ultramarina portuguesa, mas estes não foram totalmente recusados* apesar da que no seu entender foi a pressão, após a revolução de 25 de Abril, para rejeitar o colonialismo português (MACHADO, 1988, p. 9-12).

Este estudo de 1988 demonstra assim o caráter interligado da discussão entre colonialismo, descolonização e cooperação no final da década de 1980 e a preocupação em aferir junto das gerações mais novas, a avaliação do passado. A conclusão de que não existia “total adesão” ou “total rejeição” indica que o “movimento anticolonial” do período revolucionário não adquiriu uma posição dominante no discurso sobre o passado e que os “consensos” sobre esse período, entre os partidos considerados “moderados” foram relevantes para a construção de posições “matizadas” sobre o colonialismo e a descolonização, que contribuíram para o “consenso” em torno das relações de cooperação pós-coloniais.

Em meados da década de 1990, contudo, surgiram estudos críticos do “consenso” em torno do discurso da cooperação portuguesa em particular do enquadramento da cooperação com os países de expressão portuguesa como uma forma de “reconstituição de laços históricos” associada à “especial competência dos portugueses para a relação com outros povos”. O interesse do espaço acadêmico pelos discursos *experts* e políticos que visavam a legitimação da política portuguesa da cooperação para o desenvolvimento, e as disputas em torno das representações e das políticas, indicam a importância crescente do setor nesse período.

Costa (1995, s/p) analisou artigos em duas revistas especializadas de cooperação, recortes de jornais e documentos de duas ONGD concluindo que o discurso mítico colonial foi retomado e reapropriado no contexto da cooperação, por *tecnocratas e economistas – os executivos, de uma forma geral, sejam funcionários públicos ou privados – para fazer passar determinadas mensagens consideradas estratégicas*. Aquele setor prestava-se então à reatualização do “mito do império” quer no que respeita ao papel de Portugal quer à atribuição aos “países de expressão portuguesa” de interesses, mobilizando nesse contexto, *lugares comuns* que remetiam para afirmação da *identidade nacional e dos interesses portugueses* (COSTA, 1995, s/p).

As críticas à cooperação portuguesa adentravam também a estrutura institucional e as opções políticas suportadas pelos discursos ideológicos da cooperação em particular, a centralidade da ideia de “lusofonia”. Oppenheimer (1997) entende que esse conceito, que se tornou estruturante para a política de cooperação portuguesa e para a sua política externa em geral, correspondia a uma reatualização dos mitos em que assentava o imperialismo português nomeadamente no “universalismo” da “cultura portuguesa”.

Para o autor, a centralidade do argumento cultural na legitimação da política de cooperação com as antigas colônias portuguesas de África era seguida pela maioria da opinião pública unindo quer os “Estado-novistas” quer os opositores do regime ditatorial, as gerações mais velhas e mais novas, os dirigentes de todos os partidos políticos, os media e parte dos intelectuais dos países africanos de língua portuguesa. Todavia, apesar desse “consenso alargado” e as das vantagens comparativas atribuídas pelo discurso de alguns daqueles atores à cooperação portuguesa, esta tinha pouca qualidade efetiva e pouco prestígio. O autor argumentava que a cooperação portuguesa não dominava os métodos de trabalho da cooperação internacional para o desenvolvimento mantendo um discurso centrado na “expertise” adquirida durante o colonialismo e uma abordagem à cooperação “improvisada”. O mito do “lusotropicalismo” reatualizado na cooperação não contribuiria assim para a modernização do setor (OPPENHEIMER, 1997).

Em 2001, no âmbito de uma dissertação de mestrado, Singens (2001) realizou uma análise do tratamento jornalístico da cooperação portuguesa ao longo de 1998-1999. A autora concluiu que o tema da cooperação era associado pela comunicação social a situações negativas como as guerras, as catástrofes ou a corrupção. Nesse contexto, o carácter “negativo” daquele tipo de situações seria gerador de fortes emoções sem, contudo, prestar informação de contextualização que permitisse uma análise dos eventos nos chamados “países em desenvolvimento” (SINGENS, 2001, p.118).

Emergem assim da pesquisa três argumentos principais. Numa primeira fase, durante o final da década de 1980, a reflexão no espaço académico importaria os conceitos da “ajuda ao desenvolvimento”, e os instrumentos de sua “medida”, defendendo a sua utilização pelo Estado na “reaproximação” a África, agora através de formas internacionalmente “aceites” de relação. Portugal daria vantagem “competitiva” nesse “regresso”, em relação a outros países, devido aos “laços especiais” e ao “conhecimento sobre África”. Esse discurso seria comum ao espaço político durante o processo de legitimação da política de “cooperação para o desenvolvimento”. Todavia, com a importação de disciplinas académicas como os Estudos Africanos e a Economia do Desenvolvimento para as universidades portuguesas o discurso legitimador da “ajuda” seria contestado por pesquisadores daquelas disciplinas, principalmente pela reutilização de argumentos associados ao imaginário colonial estado-novista que ocultariam a impreparação técnica do “sistema de ajuda ao desenvolvimento” português. Assim,

não se tratava mais de “cooperar com África”, mas de fazê-lo através de procedimentos “técnico-científicos”, visando a “eficácia da ajuda”.

3.1 As ONGD como objeto de pesquisa acadêmica

Na década de 1990 as ONGD tornaram-se também objeto de estudo no contexto do debate sobre a “cooperação para o desenvolvimento”, tendo sido realizadas as primeiras pesquisas sobre o tema. Em 1995, foi publicado um estudo de caracterização das ONGD portuguesas, o seu historial e o movimento nacional pela “cooperação solidária (RIBEIRO, 1995, p. 140). Segundo o autor, a emergência das ONG de desenvolvimento em Portugal esteve associada à adesão do país à CEE e à perspectiva de acesso a recursos. Todavia, importa considerar que o acesso a fundos europeus não se limitava à questão da “cooperação solidária”, tendo-se aberto possibilidade de acesso a financiamento para outros tipos de “causas”. Assim, a explicação das motivações para a constituição de um espaço de militância pela “cooperação solidária com os países em desenvolvimento” não pode ser desassociada das disputas em torno da política externa no período pós-colonial, da colonização e da descolonização.

Por outro lado, o acesso a recursos financeiros europeus não se concretizaria para grande parte das organizações que demonstraram interesse ou procuraram adentrar o setor. A capacidade de “praticar” a “solidariedade internacional” apresentava-se restrita, sendo que das 40 ONGD respondentes, apenas 20 ONGD tinham projetos em África e 2 na América Latina e Ásia. Entre essas 20, cerca de metade tinha projetos financiados pela comunidade europeia. A cooperação estatal portuguesa financiava 5 organizações. As campanhas de recolha de fundos permitiam ainda a um pequeno número mobilizar recursos.

Nesse sentido, outros tipos de recursos, no espaço nacional e internacional, permaneceriam importantes para a participação no espaço “não-governamental” da “cooperação para o desenvolvimento”. Nesse sentido, o autor considerava a existência de competição no interior do campo entre as ONGs de desenvolvimento, nomeadamente por aqueles que dispunham de:

(...) instrumentos que são hoje fator de afirmação da cooperação não-governamental: qualidade dos projetos, influência política, profissionalismo e acesso à informação. Daí a notoriedade de quatro delas: a AMI, CIDAC, IED e OIKOS Há uma competição oculta entre as duas principais ONGD portuguesas. Apesar da concorrência

(ainda) não existir entre as ONG, assiste-se dissimuladamente a formas de competição entre as duas ONGD de terceira geração (CIDAC e OIKOS) que podem ser interpretadas mais como estratégias de afirmação junto do poder político e de estratos da sociedade portuguesa (...). Estas duas organizações, lideradas por personalidades com uma atividade de intervenção política marcante (e de longa data) em defesa dos direitos dos povos do Sul e com pontos de contato em determinado período dos seus percursos, têm hoje definidas as suas vantagens comparativas que as diferenciam profundamente como organizações não-governamentais de desenvolvimento(RIBEIRO, 1995, p. 141).

Em meados da década de 1990, a partir da produção acadêmica sobre as ONGD é possível identificar um espaço multi-organizacional de engajamento na “causa” da “cooperação solidária” em Portugal, que tinha lógicas próprias e dinâmicas internas de cooperação e competição.

Os estudos sobre a configuração organizacional do setor e as representações a ele associadas convergem na ideia de que aquele universo de “militância tinha pouca notoriedade, associada a eventos negativos nos “países em desenvolvimento”. As ONGD apresentavam-se como portadoras de um discurso articulado por valores tidos por universais, inerentes à condição humana e à ideia de Humanidade, a partir dos quais atividades como a cooperação “solidária”, eram justificadas. Tais discursos colocavam os sujeitos perante o “*dever íntimo de fazerem ou virem a fazer parte de uma Humanidade mais justa e solidária*” (COSTA, 1995, s/p). Apesar da ambição global de seus princípios, as ONGD não teriam uma *estratégia de divulgação* e que o seu papel era associado à ajuda humanitária, e “*quase sempre na sequência de um acontecimento*” (SINGENS, 2001, p. 119). A valorização social das lógicas humanitárias nessa análise “oculta” as dimensões políticas e *expertsdo* espaço das “ONG de desenvolvimento”.

3.2 Instrumentos de comunicação sobre a “cooperação para o desenvolvimento”

Entre o final da década de 1980 e de 1990, o investimento na “cooperação para o desenvolvimento” esteve associado à criação de publicações, números temáticos em revistas, e artigos. Esse processo

indica o incremento do interesse pelo tema e diversificação do modo como foi sendo abordado em várias esferas sociais.

Entre os participantes do setor da “cooperação para o desenvolvimento” foram criadas revistas por ONGD, associações e pela instituição estatal responsável pela cooperação portuguesa. Entre as ONGD, o Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC) criou as revistas *Terra Solidária* (1986) e *NortiSul* (1991). Nesta última colaboraram jornalistas, escritores e académicos como Diana Andringa; José Eduardo Agualusa; Mário Murteira; Viriato Soromenho Marques; Rui Pimentel. O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED) publicava a revista *Desenvolvimento* (ao longo das décadas de 1980 e 1990), com enfoque no contexto nacional e internacional. Nessa revista, num número sobre “cooperação para o desenvolvimento”, foram publicados artigos de importantes personalidades portuguesas como Jorge Sampaio, Mário Soares, Jaime Gama, Jardim Gonçalves, Luís de França, Jeremias Carvalho, nomeadamente sobre o papel das organizações não-governamentais.

A associação ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação também editava uma revista sobre cooperação internacional (ao longo das décadas de 1980 e 1990), focada principalmente na área económica, a *Revista Elo*. No espaço estatal, o Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) criou uma revista dedicada à cooperação portuguesa, *Cooperação* (ao longo da década de 1990) onde escreveram académicos, dirigentes de ONG e dirigentes estatais. Nesse contexto, a participação de um conjunto importante de políticos e intelectuais em publicações sobre a cooperação com os “países de língua portuguesa” indiciam o capital social e político das organizações responsáveis pela sua edição e o interesse pelo tema nas elites políticas e culturais.

A “cooperação para o desenvolvimento” foi tema de artigos ou números em revistas fora do âmbito da política externa. Na revista *Grande Reportagem* de Outubro/Dezembro de 1990 foi publicado um conjunto de reportagens sobre África, 30 anos depois das primeiras independências, com o título *África: o fracasso*, incluindo também nesse número uma entrevista com o então secretário de Estado da cooperação e um artigo do então presidente do CIDAC, Luís Moita. Apesar do título da reportagem, nenhum africano foi entrevistado para esse número. Na revista *Reflexão Cristã*, ligada a grupos de intelectuais católicos, de Out/Março 89, foram apresentados artigos sobre “solidariedade internacional” reunindo contributos de académicos, dirigentes associativos ou sacerdotes como José Leitão; Manuela Silva; Antônio

Sousa Franco; Tolentino Mendonça e Luís de França, Agostinho Jardim Gonçalves, Rogério Roque Amaro.

Também no campo acadêmico, foram criadas revistas e publicados artigos sobre temas associados à “cooperação para o desenvolvimento”, refletindo o interesse dos pesquisadores sobre aquele tipo de questões. O Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) publicou, em 1989, na sua *Revista Internacional de Estudos Africanos*²⁰³, os resultados de uma conferência internacional sobre “desenvolvimento e subdesenvolvimento em África” onde participaram acadêmicos de referência na construção do campo de pesquisa sobre aquele continente e sobre o desenvolvimento no contexto português, como Franz Wilhelm Heimer, Mário Murteira (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), Jochen Oppenheimer (Instituto Superior de Economia), Jorge Braga de Macedo e Jill Dias (Universidade Nova de Lisboa), Abílio Lima de Carvalho (Universidade do Minho). A *Revista do Instituto Superior de Economia*²⁰⁴ teve em 1986 um número especial sobre Economia Africana com artigos de José Manuel Rolo, Jochen Oppenheimer e Christopher Stephens sobre Cooperação.

Nessa conjuntura, apesar de em meados da década de 1990, os estudos de opinião realizados na comunidade europeia demonstrarem o desconhecimento da população sobre a “ajuda ao desenvolvimento” do Estado português e das “ONG de desenvolvimento”, o tema foi tratado por destacados jornalistas, escritores e dirigentes políticas e associativos, e acadêmicos em diversos tipos de edições. Nesse contexto, a “causa” da “cooperação para o desenvolvimento” interessava a diversos espaços sociais onde circulavam membros dos grupos dirigentes.

203 N° 10-11, Jan a Dez de 1989

204 Vol. VI, n°3, Abril e Junho de 1986

**Quadro 6 - Cronologia da construção do espaço de militância pela
“cooperação solidária” em Portugal**

1960 – Integração de Portugal
no acordo de
de livre comércio europeu (EFTA)

1961 – Início da guerra nas colônias
portuguesas de África

1957 – Partido Comunista
Português (PCP)
reconhece o direito
dos povos à autodeterminação

1964 – Criação da cooperativa
Pragma
por intelectuais
do espaço do católico
“progressista”

1960 / 1970 – Emergência de
grupos de
jovens “nacionalistas
radicais” engajados
na defesa do Império

1960 / 1970 - Emergência de grupos
de jovens da
“esquerda radical”,
“anti-guerra” e
“anticoloniais”

1967 – Encerramento da
Cooperativa Pragma
pelo governo

1969 – Vigília contra a guerra
colonial
na capela de S. Domingos

1970 – Constituição da
Associação para o

Desenvolvimento Econômico
e Social
(SEDES)
com “tecnocratas” da
“oposição democrática”

1971 – Vigília contra a guerra
colonial
na capela do Rato

1974 – Primeiras atividades
de “cooperação solidária”
com os novos países africanos do
CIDAC na Guiné-Bissau

1974 / 1975 – Protestos “
anticoloniais” e
de “defesa do Império”

1974 / 1975 – Fim do Estado Novo e
descolonização

1974 – Primeiras atividades de
“cooperação”
do Estado português na
Guiné-Bissau

1975 – Constituição do
Ministério da Cooperação

1976 – Lei de enquadramento
dos cooperantes

1976 – Pedido de adesão formal
à CEE

1977 – Extinção do
Ministério da Cooperação.

1977 - Criação da Secretaria de
Estado da Cooperação

no Ministério dos Negócios
Estrangeiros

1979 – Constituição da Direção
Geral da Cooperação
e do Instituto da
Cooperação Económica

1986 – Adesão formal à CEE

1991 – Reintegração de Portugal
no Comité de
Apoio ao Desenvolvimento
(CAD/OCDE)

1991 – Avaliação da “ajuda pública
ao desenvolvimento”
de Portugal pelo CAD / OCDE

1993 / 1995 – Campanha humanitária
a internacional
promovida pelo Estado
português “África Amiga”

1994 – Criação do Instituto de
Cooperação Portuguesa

1984 / 1985 – Primeiras reuniões
para a criação
da Plataforma Portuguesa
das ONGDs
e sua constituição

1985 / 1986 – Participação
no movimento europeu,
CLONG

1986 – Primeiros financiamentos
europeus
a ONGDs portuguesas

1994 – Reconhecimento
do estatuto jurídico

1997 – 2ª Avaliação
da “ajuda pública ao
desenvolvimento
portuguesa

1998 / 1999 – Revisão do
programa de
cooperação portuguesa.

das ONGD pelo Estado

1995 – Criação de um
secretariado
para a Plataforma
das ONGDs

1998 – Revisão
da Lei das ONGDs

CONCLUSÃO

A “causa” do “auxílio” aos povos considerados “atrasados” constituiu uma das bases de legitimação do colonialismo europeu em particular a partir do século XIX. As ideias de “evolução” e “progresso” pressupunham a existência um modelo “universal” de “civilização” representado pela Europa, pelos seus países “centrais”. O “humanitarismo europeu” entendia a “missão civilizadora” como uma forma de “transferir” ao progresso e de “melhorar” a condição dos povos colonizados tornando-se, no contexto das disputas entre potências coloniais, parte dos argumentos para justificar o domínio sobre regiões e povos, em particular aquando “divisão de África”. Nesse contexto, a participação das Igrejas, católica e protestante, constituía parte da “missão” de “levar a salvação” àqueles contextos. Sociedades “filantrópicas” adentraram aquela “causa” no século XIX, participando das disputas entre impérios e das primeiras campanhas transnacionais pela “melhoria da condição dos povos colonizados” e de modo particular na abolição da escravatura.

Na transição para o século XX o engajamento naquela “causa” passou a envolver, a partir da I Guerra, organizações multilaterais, entretanto fundadas. A dinâmica de “avaliação” entre pares, neste caso entre impérios” no que respeita à sua capacidade e investimento no “progresso” das suas colônias tornar-se-ia uma arma nas disputas pelo território. No Segundo Pós Guerra, num contexto político marcado pela ascensão do mundo bipolar, de multilateralismo e de reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos, as potências colonizadoras apresentavam o colonialismo como um processo de “modernização” visando preparar os territórios sobre os quais tinham domínio, para o “auto-governo”.

Foram introduzidos, em alguns contextos, no discurso sobre o “desenvolvimento colonial” processos como a “participação das populações” ou “desenvolvimento comunitário” para “demonstrar” aquela preparação. Simultaneamente, as organizações internacionais passaram a questionar o “investimento” dos colonizadores europeus no “bem-estar” das populações, construindo mecanismos de recolha de informação e de comparação entre impérios. Com as descolonizações da década de 1950 e 1960, o “apoio” ao “desenvolvimento” dos países recém-independentes tornou-se parte das relações pós-coloniais, num período em que a “modernização” e o “progresso” se tornaram uma “causa” dos dirigentes políticos um pouco por todo o mundo. Nesse

período, após as independências formais, o “desenvolvimento” era entendido como indispensável à efetiva independência.

Para o colonialismo português, a ideia de “desenvolvimento” apresentava-se sensível na medida em que, num contexto da ditadura, constituía um potencial de questionamento dos alicerces do regime Estado-novista – a tradição, a autoridade, a hierarquia e a Igreja. A “modernização” do país foi sendo introduzida a partir de meados da década de 1950 e acelerada na década de 1960. No espaço colonial, Portugal procurava adaptar o discurso do “desenvolvimento” introduzindo processos de planeamento e administração visando principalmente a exploração dos recursos, a colonização branca e a integração econômica do Império.

A emergência de movimentos independentistas africanos, que mobilizaram importante apoio internacionais, correspondeu a um endurecimento da opressão do regime e à construção de um discurso que articulava simultaneamente, a ideia de “progresso”, defesa da “civilização ocidental” “missão evangelizadora” e “especial capacidade dos portugueses para se relacionarem com outros povos”. Esse conjunto de argumentos, era permanentemente ajustado aos interlocutores, nacionais ou internacionais, constituindo uma retórica difundida, no plano nacional, através da Igreja, do sistema de ensino, dos meios de comunicação controlados pela censura... No plano internacional, aquela linha de argumentação isolava o país em particular após o início da guerra colonial (1961-1974).

Ao longo da década de 1960 abrir-se-iam, contudo, brechas no regime ditatorial. A agenda da “modernização” do país tornava-se atrativa para quadros e tecnocratas que entendiam a aproximação à Comunidade Econômica Europeia como central para o país. No espaço visto como mais à “esquerda”, surgiam grupos novos de oposição, em particular nos meios universitários, diversificando a oposição até aí liderada pelos comunistas. Na Igreja, grupos de católicos progressistas opunham-se à guerra, alguns deles adentrando também o espaço da “esquerda radical”. Mesmo na chamada direita, as tentativas de alguma “abertura” do regime e a perspectiva de perda do Império emergiram grupos de “ultras”, jovens nacionalistas radicais, em alguns casos, alinhando com os situacionistas. Neste quadro, o regime caiu por um golpe militar, liderado por jovens oficiais.

A queda do regime em Abril de 1974 exporia as divisões do país em relação à “questão colonial” abrindo um conflito complexo entre aqueles que defendiam o reconhecimento imediato das independências e os que defendiam alguma forma de influência de

Portugal nas suas antigas colônias. O engajamento na causa “anticolonial”, antes e depois da queda da ditadura, de um grupo de “católico progressistas” foi transferido para a “solidariedade com os países em desenvolvimento” através da criação do CIDAC. O empreendedorismo na “causa” foi viabilizado pela reconversão dos recursos familiares, sociais, políticos, culturais e pela notoriedade nacional e além-fronteiras. Trata-se de militantes com origens sociais nas famílias da classe média-alta lisboeta, com relações no seio primário quer ao regime quer à oposição ao Estado-Novo, expostas aos movimentos de “renovação” do catolicismo na década de 1960/1970, nomeadamente através de viagens no espaço europeu, numa conjuntura de valorização da militância de “esquerda” e da “solidariedade internacional” de inspiração “socialista”. Ainda durante o processo de descolonização formal, esses empreendedores acompanharam de perto as negociações, construindo relações com dirigentes portugueses e africanos que seriam fundamentais na concretização das primeiras atividades de “cooperação solidária” entre organizações fora do âmbito institucional e os países africanos recém independentes. Importariam nesse processo, elementos do “movimento europeu” das organizações de “cooperação solidária para o desenvolvimento”, suas práticas e discursos, mantendo contatos com seus dirigentes, com “cooperantes” e *experts*.

A década de 1980 foi, contudo, um período de desvalorização das “ideologias” e da militância de “esquerda” um pouco por todo o mundo. No contexto português, a “aproximação” política à Europa ocidental e o encerramento do período revolucionário favoreciam processo semelhante. Com o acesso ao poder dos partidos “moderados” e de “direita”, a “solidariedade internacional” com os países africanos, antigas colônias portuguesas, governados em sistemas de partido único de “inspiração socialista” tornavam a “causa” num espaço para militantes considerados “radicais”.

O Estadoportuguês iniciou, logo em 1974, atividades de “cooperação” com as suas antigas colônias. Com a adesão à CEE em 1986, a importação dos modelos de política externa europeia, nomeadamente de “cooperação para o desenvolvimento” requeriam, no contexto português, de um processo de legitimação e de importação de mudanças institucionais.

Através da CEE, a “causa” da “cooperação” visando o “auxílio ao desenvolvimento” dos países “pobres” tornou -se atrativa para outros espaços sociais e políticos. (organizações humanitárias, organizações católicas, “tecnocratas”, partidos políticos). O

investimento no processo de exportação e importação da categoria ONG “de desenvolvimento”, constituía um elemento chave da legitimação social daquele setor da política externa, tendo sido incentivado pela CEE. Os empreendedores da importação formal da “sigla” ONGD” e da constituição de uma Plataforma para homologá-la, eram dirigentes de organizações do espaço “conservador” com origens sociais em famílias de classe média-alta com ligações ao “desenvolvimentismo” colonial ou indivíduos com proximidade aos colonos regressados de África. São organizações articuladas a partir da “democracia cristã”.

Nesse quadro, a mediação europeia permitiu um acordo entre os empreendedores da “causa” em Portugal, vindos do campo da “esquerda radical”, e as organizações do espaço “moderado” ou “conservador” viabilizando a emergência das “organizações não governamentais de desenvolvimento”. A Plataforma das ONGDs, a representante daquele espaço de militância, nasce assim permeada por relações de interdependência, engajando grupos opositores no “consenso” que permitiria a valorização social da “causa”, e das organizações a ela associadas, mas também pelas disputas que dividiram o espaço católico e político português, e internacional desde meados dos anos 1960.

Com a emergência da categoria “ONGD” novas organizações não-governamentais se juntariam ao espaço da “cooperação solidária para o desenvolvimento” em particular a partir do seu reconhecimento jurídico pelo Estado. A capacidade de atração da “causa”, que se tornou parte dos horizontes de militância dos portugueses foi expressa na criação de novas associações, mas também na reconversão total ou parcial de organizações de outros setores para a “solidariedade além-fronteiras”. Todavia, apesar do interesse, a entrada e a permanência no setor estava associada a um conjunto de recursos / recompensas, lógicas próprias e dinâmicas concorrenciais que a tornavam possível / pertinente para apenas uma parte dessas organizações. Assim, as organizações com práticas regulares de “solidariedade além-fronteiras” permaneceram poucas. Parte significativa das associadas da Plataforma mantinha principalmente atividades de “sensibilização” para a ‘causa” ou de “debate e reflexão” em Portugal.

O processo de importação de elementos próprios do espaço da “cooperação solidária para o desenvolvimento” seria apropriado de modo desigual entre os participantes da Plataforma das ONGDs, entre o final da década de 1980 e 1990, revelando os hiatos entre as organizações portuguesas e suas congêneres europeias. Nesse contexto, seriam favorecidas as organizações que mobilizavam maior capital

específico (relações além-fronteiras, na Europa e nos países do Sul, com grupos dirigentes, acesso a *experts* do “desenvolvimento”, mobilização dos saberes próprios como a “metodologia de projetos”, das terminologias, visões de mundo e discursos da “ajuda ao desenvolvimento”) em relação àqueles com maior capital político ou reconhecimento social no espaço nacional. Num contexto de “desradicalização” das militâncias e do espaço político, os antigos militantes “anticoloniais”, católicos “progressistas e com proximidade à chamada “extrema esquerda” aproximar-se-iam do “centro”, combinando a experiência de “solidariedade terceiro-mundista” nos países do Sul, lógicas “*experts*” e relações com ONGDs europeias, tornando-se atores centrais do espaço da “cooperação solidária para o desenvolvimento” em Portugal ao longo dos anos 1990.

Simultaneamente, o setor estatal introduzia alterações visando a construção de uma política de “cooperação com os novos Estados de língua portuguesa”, de uma simbologia a ela associada e de um discurso legitimador desse investimento. A “solidariedade” com as antigas colônias, agora categorizadas como “países de expressão portuguesa” era simultaneamente, uma forma de afirmação da língua e cultura portuguesa e de aproveitamento das vantagens a ela associadas para a cooperação, e um retomar de laços históricos que expressavam a “especial capacidade dos portugueses de se relacionarem com outros povos”. Esse enquadramento da “cooperação para o desenvolvimento” permeou os governos de partidos diferentes entre 1976 e 1998, tendo-se tornado especialmente evidente a partir de meados da década de 1980, e foi sendo reproduzido por acadêmicos, dirigentes políticos e associativos. Apesar do “consenso” no final da década de 1990, aquele discurso era criticado pela reatualização da mitologia colonial que mantinha a cooperação portuguesa “pouco moderna”. As debilidades técnicas, institucionais e políticas da cooperação portuguesa eram igualmente questionadas pelas instituições internacionais de referência.

As ONGs “de desenvolvimento” enquadravam a “cooperação solidária” como “obrigação moral” centrada na “universalidade” da “condição humana”. Se ao longo da década de 1990 os governos investiriam na “modernização” nas instituições da administração pública responsáveis pela política de “cooperação para o desenvolvimento”, o discurso manter-se-ia permeado pela ideia de “defesa do “interesse nacional” na “ajuda ao desenvolvimento”, da influência portuguesa além-fronteiras e da preservação da língua e da cultura, sendo articulados de modo estratégico com a “solidariedade”.

Cabia às ONGs “de desenvolvimento”, o discurso da “cooperação desinteressada” como “obrigação moral” centrada na “universalidade” da “condição humana”. As interações entre Estado e ONGDs seriam alicerçadas efetivamente no reconhecimento da importância da ideia de “desinteresse” no “auxílio aos países pobres” na legitimação da “ajuda ao desenvolvimento” como parte da política externa, nomeadamente a partir da condição de membro da comunidade europeia. Contudo, no espaço nacional, a evocação das “relações especiais” com as antigas colônias legitimava a “causa” junto daqueles que entendiam a descolonização como perda, daqueles que viam a cooperação como “reparação” do colonialismo e dos que a entendiam como expressão do Portugal “europeu”, participante de “causas além-fronteiras” como exercício dessa identidade.

Quadro 7—ONGD representadas nas Reuniões Nacionais da Plataforma Portuguesa de ONGD (1984-1997)

Reunião	Organização	ENTIDADES NÃO-ESTATAIS		
		Organizações presentes em reuniões anteriores	Novas presenças	Total
Reunião preparatória 22/11/84	FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, CARITAS, CVP, IDL	—	—	4
Reunião preparatória 13/02/85	CARITAS, CIDAC, CVP, FUNDAÇÃO ANTERO DE QUENTAL, FUNDAÇÃO OLIVEIRA MARTINS, IDL, IAC, IED, INSTITUTO FONTES PEREIRA DE MELO, INSTITUTO SÁ CARNEIRO, LIONS CLUB	3	8	11
Reunião Fundacional 23/03/85	CARITAS, CIDAC, CVP, FUNDAÇÃO ANTERO DE QUENTAL, IDL, IAC, IED, INSTITUTO SÁ CARNEIRO, UMP, APRI, IEEI, CNJP, FUNDAÇÃO OLIVEIRA MARTINS	5	8	13
Reunião Nacional das ONG 12/10/1985	CARITAS, CIDAC, CNJP, CVP, FUNDAÇÃO ANTERO DE QUENTAL, INSTITUTO SÁ CARNEIRO, IDL, IEEI, IED, UMP, IAC	11	--	11
Reunião Nacional das ONG 12/4/1985	S/DADOS	--	--	--
Reunião Nacional de ONG 26/5/1986	S/DADOS	--	--	--
Reunião Nacional das ONG 12/01/1987	S/DADOS	--	--	--

Reunião Nacional das ONG 4/11/1987	AMI, APRI, FUNDAÇÃO OLIVEIRA MARTINS,CARITAS, CNJP, CECEPEP, CVP, COOPÁFRICA, IDL, IED, SEDES, UMP	8	4	12
Reunião Nacional das ONG 12/01/88	CARITAS, CNJP, CECEPEP, CIDAC, IAC, IDL, IED, ILADAP, SEDES, GRAAL	9	2	11
Reunião Nacional das ONG 29/02/88	AMI, APRI, CARITAS, CIDAC, CNJP, CVP, COOPÁFRICA, CECEPEP, FUNDAÇÃO OLIVEIRA MARTINS FUNDAÇÃO ANTERO DE QUENTAL, GRAAL, MARANATHA, IAC, IEEI, IDL, IED, ILADAP, , UMP , SEDES	18	1	19
Reunião Nacional das ONG 10/05/88	IDL, SEDES, MARANATHA, CNJP, CECEPEP, CIDAC, IED, CARITAS, GRAAL, CVP, IAC	11	--	11
Reunião Nacional das ONG 20/06/88	S/DADOS			
Reunião Nacional das ONG 21/11/88	CARITAS, CIDAC, CNJP, CVP, FUNDAÇÃO ANTERO DE QUENTAL, GRAAL, IDL, IED, ILADAP, MARANATHA, SEDES, LEIGOS, IIDCF,	11	2	13
Reunião Nacional das ONG 21/12/88	AMI, CARITAS, CIDAC, CVP, ANTERO DE QUENTAL, IAC, IDL, IED, ILADAP, INSTITUTO 1ºDE MAIO, LD,SEDES	11	2	13
Reunião Nacional das ONG 3/4/1989	AMI, CARITAS, CIDAC, CVP, FUNDAÇÃO ANTERO DE QUENTAL, IAC, IDL, IED, ILADAP, INSTITUTO 1º DE MAIO, LD, SEDES	11	1	12
Reunião	CIDAC, IAC, SEDES, ILADAP,	13	--	13

Nacional das ONG 03/05/89	INSTITUTO 1ºMAIO, AMI, INSTITUTO SÁ CARNEIRO, GRAAL, IED, LEIGOS, CVP, IDL, SOAM			
Reunião Nacional das ONG 08/02/90	AMI, CARITAS, CIDAC, CNJP, CVP, GRAAL, GSAL, IAC, IED, INSTITUTO 1ºMAIO, INSTITUTO SÁ CARNEIRO, LD, OIKOS, SAOM, SEDES, UMP, UNICEF	15	2	17
Reunião Nacional das ONG 06/03/90	AMI, CVP, GRAAL, IAC, IED, 1ºMAIO, OIKOS, SAOM, SEDES, UMP, GRAAL	11	--	11
Reunião Nacional das ONG 23/04/90	GRAAL, 1ºMAIO, GSAL, CIDAC, GRAAL, CARITAS, AMI, IED, SETAAFOC, OIKOS, CVP	11	1	12
Reunião Nacional das ONG S/data	CARITAS, CIDAC, COOPAFRICA, CPPC, CVP, GRAAL, IAC, IED, IEEI, ILADAP, 1MAIO, LEIGOS, MEDEC, OIKOS, SEDES, SETAAFOC	14	2	16
Reunião Nacional das ONG 05/12/90	IED, CARITAS, CVP, GRAAL, IED, ILADAP, INSTITUTO 1º MAIO, LD, OIKOS, SEDES	10	--	10
Reunião Nacional das ONG 07/02/91	CVP, MEDEC, GRAAL, LD, CARITAS, CIDAC, IPSD, IAC, CPPC, AMI, INSTITUTO 1ºMAIO, SEDES, ILADAP, IED, OIKOS	15	--	15
Reunião Nacional das ONG 25/03/91	AMI, CARITAS, CIDAC, COOPAFRICA, CVP, IED, ILADAP, INSTITUTO SÁ CARNEIRO, LD, MEDEC, OIKOS, SEDES	12	--	12
Reunião Nacional das ONG 22/04/91	COOPAFRICA, IED, ILADAP, LEIGOS, MEDEC, OIKOS, SEDES, SETAFOC	8		8

Reunião Nacional das ONG 24/06/91	APARF, APCS, CARITAS, CIDAC, CVP, IED, ILADAP, INSTITUTO SÁ CARNEIRO, MEDEC, OIKOS, SEDES, SETAAFOC E UMP	11	2	13
Reunião Nacional das ONG 19/09/91	IED, APARF APCS, CPPC, CVP, IED, ILADAP, INSTITUTO SÁ CARNEIRO, LEIGOS, MEDEC, OIKOS, SEDES E SETAAFOC	13	--	13
Reunião Nacional das ONG 13/11/91	AMI, APARF, APCS, CIDAC, COOPAFRICA, CPPC, CVP, GRAAL, IAC, IED, ILADAP, LEIGOS, OIKOS, SEDES	14	--	14
Reunião Nacional das ONG 19/12/91	NÃO TEVE QUORUM			
Reunião Nacional das ONG 17/02/92	AMI, APARF, APCS, CARITAS, CIDAC, CPPC, CVP, GRAAL, IAC, IED, IPSD, LEIGOS, MEDEC, OIKOS, SEDES, UMP, ISU	16	1	17
Reunião Nacional das ONG 30/03/92	APARF, COOPAFRICA, CVP, IED, LEIGOS, OIKOS, SEDES E UMP	8	--	8
Reunião Nacional das ONG 01/06/92	APARF, CIDAC, CVP, GRAAL, IED, IPSD, LEIGOS, MEDEC, OIKOS, SEDES, SETAAFOC, UMP, CPU, ISU, ACEP, IFL, AAS	14	3	17
Reunião Nacional das ONG 02/11/92	APARF, APCS, CIDAC, COOPAFRICA, CVP, GRAAL, IED, LEIGOS, MEDEC, SEDES, SETAAFOC, CPU, ISU, ACEP, IMVF, IFL	15	1	16
Reunião Nacional das ONG 01/06/93	ACEP, APARF, APCS, CIDAC, CIC, COOPAFRICA, CVP, IAC, IED, ILADAP, IPMP, IFL, LIÁFRICA, OIKOS, SEDES, UMP E MEDEC	14	3	17
Reunião	ACEP, AMI, APARF, APCS,	16	2	18

Nacional das ONG 20/06/94	CIDAC, CVP, CULTIVAR, IAC, IED, ILADAP, IPMP, LD, LIÁFRICA, MEDEC, OMAS, OIKOS, SEDES, VIDA			
Reunião Nacional das ONG 21/11/94	ACEP, AMI, APARF, APCS, AAS, CHAPITÔ, CIDAC, CPPC, CVP, CULTIVAR, GRAAL, IED, IMVF, IPSD, ISU, LEIGOS, LIÁFRICA, MARANATHA, MEDEC, OIKOS, OMAS, SEDES, SETAAFOC, SUL, UMP, VIDA	23	2	25
Reunião Nacional das ONG 13/02/95	ACEP, AMI, APCS, CHAPITÔ, CIC, COOPAFRICA, CPPC, CVP, GRAAL, IED, IMVF, ISU, LD, LIÁFRICA, MEDEC, OMAS, OIKOS, SEDES, SETAAFOC, SUL E VIDA	21	--	21
Reunião Nacional das ONG 29/05/95	ACEP, AMI, APARF, APCS, CHAPITÔ, CIC, CIDAC, CULTIVAR, FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA, GRAAL, IED, ILADAP, LD, MEDEC, OIKOS, SOLSEF, SUL, VIDA	16	2	18
Reunião Nacional das ONG 24/10/95	ACEP, APCS, CIC, CIDAC, CPPC, IED, ISU, LD, OMAS, OIKOS, SEDES, UMP	12	--	12
Reunião Nacional das ONG 18/12/95	ACEP, AMI, APARF, APCS, CARITAS, CIC, CPPC, GRAAL, IAC, IED, IMVF, IPMP, ISU, LD, LIÁFRICA, MEDEC, OIKOS, SEDES	18	--	18
Reunião Nacional das ONG 28/02/96	ACEP, AMI, APCS, AAS, CHAPITÔ, CIC, CIDAC, CPPC, CVP, FOM, GRAAL, IDL, IED, IMVF, IPMP, IFL, ISU, LIÁFRICA, MEDEC, OMAS, SEDES, SETAAFOC, SSF, UMP, CPU, VIDA	26	--	26
Reunião Nacional das ONG 27/05/96	ACEP, AMU, APCS, CIDAC, CHAPITÔ, CVP, CPPC, CULTIVAR, IED, IMVF, ISU, LEIGOS, LIAFRICA, OIKOS,	16	2	18

Reunião Nacional das ONG 07/10/96	REAPN, SAÚDE EM PORTUGUÊS, SEDES, UMP ACEP, AMU, APCS, CIDAC, CIC, CHAPITO, CPPC, CULTIVAR, FUNDAÇÃO ANTERO QUENTAL, IED, IMVF, IPMP, ISU, LIAFRICA, REAPN, SAUDE EM PORTUGUES, SOLSEF, VIDA	17	0	17
Reunião Nacional das ONG 18/12/96	ACEP, AMI, APCS, AAS, CIDAC, CIC, CVP, FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA, IEEI, IED, IMVF, LEIGOS, OIKOS, REAPN, OMAS, SAÚDE EM PORTUGUÊS, SEDES, SOLSEF, UMP, CPU, VIDA	21	--	21
Reunião Nacional das ONG 19/02/97	ACEP, AMI, CARITAS, CIDAC, CHAPITO, CPPC, CULTIVAR, GRAAL, IEEI, IED, IMVF, IPMP, ISU, LEIGOS, MEDEC, OIKOS, REAPN, SAUDE EM PORTUGUÊS, SEDES, SOLSEF, VIDA	21	--	21

Fonte: elaborado a partir das Atas das Reuniões. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGDs.

CAPÍTULO II –GERAÇÕES DE MILITANTES EM “CAUSAS ALÉM FRONTEIRAS” EM PORTUGAL (1974-1998)

INTRODUÇÃO

As iniciativas de “ajuda humanitária” e de “advocacia pela paz”, promovidas por um conjunto de organizações não-governamentais portuguesas ao longo do conflito armado na Guiné-Bissau entre Junho de 1998 e Maio de 1999, em articulação com suas congêneres bissau-guineenses ou de outros países, deverão ser entendidas como parte do repertório de práticas utilizado pelas ONGs do espaço de militância “pelo desenvolvimento e ajuda humanitária” aos povos de “países pobres”. Sendo aquele campo composto por organizações orientadas para “o internacional” - ainda que suas práticas expressem combinações e entendimentos diversos da relação entre espaço nacional e internacional - importa questionar como se constrói o engajamento na “defesa e promoção” de “causas além-fronteiras” no contexto português?

Poderão os militantes portugueses pela “solidariedade com os países em desenvolvimento” e mais, especificamente, aqueles engajados na “solidariedade com a Guiné-Bissau” durante a guerra de 1998/1999 ser entendidos como “ativistas além-fronteiras” ou *network activists*? Segundo Keck & Sikkink (1998) esses ativistas são cidadãos de diferentes países, organizados de modo coordenado a partir de diversas geografias, orientados por uma “moralidade universal”, defendendo ideais, normas e valores que se sobrepõem ao espaço nacional ou à esfera de seus “interesses diretos”, econômicos ou outros. São “autoconscientes e auto-reflexivos”, tendo adquirido competências específicas para a intervenção em redes transnacionais e para a interação com os diversos tipos de atores do sistema internacional (KECK & SIKKINK, 1998, p.35). Seguindo essa concepção teórica, poder-se-ia concluir que o engajamento na “solidariedade com o povo da Guiné-Bissau” em 1998/1999 constituiu uma forma de participação “desinteressada” numa ação coordenada internacionalmente para a defesa do “valor universal” da paz.

Todavia, ainda a “paz” seja, habitualmente, representada como uma causa “sem adversários”, a ação coletiva não pode ser explicada apenas pelo valor moral atribuído a uma determinada demanda ou por sua relação com o interesse imediato dos que por ela

militam, como demonstrou, por exemplo, Olson (1999). Assim, o processo pelo qual determinada “causa” se torna parte do horizonte de possibilidades de militância dos indivíduos apresenta-se como uma questão central a responder. Nesse sentido importa perguntar, quais as disposições e lógicas subjacentes, ao engajamento em “causas além fronteiras? Em que espaços sociais tais disposições são construídas? Que entendimentos da relação com “outro” em “situação de desvantagem” em “lugares distantes”, sustentam aquele tipo de militância? Tais questionamentos requerem um olhar crítico para perspectivas teóricas que explicam o engajamento a partir de dicotomias como as de egoísmo *versus* altruísmo, nacional *versus* global ou causas morais *versus* causas materiais, adentrando a análise empírica do modo como se constrói a militância.

Tarrow (2005), propõe o termo *rooted cosmopolitans* para designar os militantes que atuam internacionalmente, salientando as interconexões entre suas lutas no espaço nacional e os engajamentos além-fronteiras. Defende o autor que, ainda que a militância seja orientada por demandas de cariz “internacional” ou “causas globais”, tal engajamento não pode ser entendido sem a análise dos espaços sociais dos quais os ativistas participam no quadro nacional e os processos pelos quais são construídas as relações fora daquele espaço. A interação entre o âmbito nacional e internacional da militância constitui assim um elemento de análise empírica, não podendo ser pressuposta à partida.

Em Portugal, ao longo do período que medeia entre Abril de 1974 e o final dos anos 1990, os militantes da “cooperação solidária para o desenvolvimento” vivenciaram etapas distintas do processo histórico de redesenho das concepções de espaço nacional, de disputa e de “consenso” sobre o lugar do país na “comunidade de estados”. Considerando aquele quadro temporal, a compreensão das condições de engajamento no “auxílio às populações dos países pobres” requer a identificação dos espaços sociais, recursos e processos de formação de disposições associados ao investimento naquela causa. Torna-se fundamental perceber quem se engaja, quando, como e porquê, que sentido atribui às suas experiências de ativismo ao longo do tempo, nas diferentes etapas históricas vivenciadas pelas várias gerações políticas e micro-coortes²⁰⁵ que teceram o espaço da militância pela “solidariedade com os países em desenvolvimento”.

205 O conceito de geração considera, numa perspectiva diacrónica, os grupos aderentes em etapas distintas dos movimentos e, numa perspectiva sincrónica, as

Com esse propósito, foram estudados itinerários de militância no espaço da “cooperação solidária para o desenvolvimento” ou seja, a sequência de posições objetivas ocupadas pelos indivíduos e suas interpretações subjetivas, permite compreender as disposições e recursos, as “terminologias” de classificação de si e do mundo (STRAUSS, 1999), a construção das relações com “o internacional” e a circulação entre geografias, que medeiam o engajamento (a permanência e o desengajamento). A discussão da interação entre percursos individuais e coletivos, através dos conceitos de geração política²⁰⁶ e de micro-coorte²⁰⁷, tem em consideração o estado do movimento e o contexto sócio histórico aquando da adesão dos militantes. Esta abordagem permite questionar o modo como a experiência coletiva de determinados eventos se apresenta geradora de vínculos e disposições promotoras do engajamento, possibilitando a identificação das diferentes lógicas de engajamento presentes nas várias gerações de militantes e que conferem diversidade ao movimento²⁰⁸.

O capítulo está estruturado em três partes, de acordo com as três gerações de militância, e respetivas micro-coortes, identificadas ao longo do processo de emergência e institucionalização do espaço da “cooperação solidária para o desenvolvimento. Assim, a primeira geração refere-se aos militantes engajados durante o período de importação de elementos daquele universo de militância e da categoria “ONG de desenvolvimento” para Portugal (1974-1984), a segunda refere-se ao período de construção do espaço multi-organizacional das ONGD, através da criação de uma estrutura de representação, a Plataforma Portuguesa das ONGD (1985-1993), e a terceira refere-se à

micro-coortes, subgrupos que participam de uma mesma geração mas que possuem identidades distintas (WHITTIER, 1997).

206O conceito de gerações políticas visa distinguir os militantes aderentes a um movimento social ao longo de suas diversas etapas (WHITTIER, 1997).

207No interior de gerações políticas podem ser encontradas micro-coortes que correspondem a grupos de participantes que, tendo aderido à “causa” em períodos próximos possuem contudo, identidades distintas, construídas a partir da experiência de mudanças no contexto político. A adesão daqueles militantes resulta na formação de subgrupos com normas, valores e discursos distintos (WHITTIER, 1997).

208Por exemplo, o estudo de Brodier (2009) sobre as gerações de militantes no movimento Emaüs apresenta a diversidade de lógicas no interior daquele espaço de militância, quer numa perspectiva sincrónica quer anacrónica, indicando o interesse daquele conceito para questionar as abordagens que pressupõem a “homogeneidade” no interior de organizações “sociais e humanitárias”.

maturação daquele espaço, na senda do reconhecimento jurídico e político da “causa” e das organizações que a portam (1994-1998).

Quadro 8 – Ano de adesão dos entrevistados ao espaço de militância pela “solidariedade com os países em desenvolvimento”

Id	Sexo	Setor(es) de atuação atual / último setor em que trabalhou	1ª Geração Adesão(1974-1984) Importação da “causa” da “cooperação solidária”	2ª Geração Adesão(1985-1993) Construção do campo multi-organizacional das ONGDs	3ª Geração Adesão(1994-1998) Maturação do setor / reconhecimento jurídico das ONGDs
44	F	Gestora de projetos / ONGD			1997
65	F	Diretora de ONGD	1980		
65	F	Dirigente de ONGD	1974		
79	M	Professor Universitário	1974		
77	M	Professor arte (aposentado)	1974		
79	M	Embaixador aposentado		1985	
76	M	Padre		1985	
89	M	Padre	1984 (1976 na França)		
49	M	Diretor de ONGD		1989	
67	M	Presidente de Fundação, médico	1984 (1979 na Bélgica)		
72	F	Dirigente de ONGD Técnica microcrédito aposentada		1992	

66	F	Professora Universitária / consultora	1978		
69	F	Aposentada / funcionária intermédia Ministério das Finanças Dirigente associativo de ONGD /		1991	
55	M	administrador empresa comunicação		1988	
44	F	Gestora de projetos / ONGD / dirigente associativa			1997
56	M	Diretor de associação setor saúde mental		1989	

Fonte: Elaborado a partir das entrevistas e da consulta do arquivo da Plataforma das ONGD

I. A PRIMEIRA GERAÇÃO DE MILITANTES PELA “SOLIDARIEDADE”: DA MILITÂNCIA ”ANTICOLONIAL “AO “TERCEIRO- MUNDISMO”(1974-1984)

No contexto português, a abertura do campo político após a queda do Estado Novo em Abril de 74, e o subsequente reconhecimento da plenitude de direitos cívicos e políticos aos cidadãos, resultou no alargamento do horizonte de possibilidades de engajamento no espaço partidário, associativo e sindical. Os primeiros anos a seguir à "Revolução dos Cravos" foram marcados por grande dinâmica militante, expressa em repertórios diversos de protesto (greves e manifestações)²⁰⁹, e na constituição de diversos espaços de ação coletiva – comissões de moradores, comissões de trabalhadores, associações e cooperativas, sindicatos e partidos políticos²¹⁰. No período de maior "efervescência militante", até meados de 1975, entre as diversas lutas sociais e políticas em curso, esteve em disputa a estratégia para acabar com a guerra colonial, iniciada em 1961, em Angola, processo que culminaria com as independências da então chamada "África portuguesa".

Enfrentaram-se naquele período em Portugal, grupos dirigentes que objetivavam a manutenção de alguma forma de poder²¹¹ sobre os territórios africanos, através de um regime de tipo federalista, e os que pretendiam o término imediato da guerra, e o conseqüente reconhecimento da legitimidade política dos movimentos de libertação²¹². Tendo prevalecido esta última posição sobre o processo de

209 Sobre os protestos e manifestações em Portugal entre 1974 e 1975 ver, VARELA, Raquel. *A História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75*. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.

210 Sobre o associativismo em Portugal após 1974 ver FERNANDES, Tiago. *Civil society after dictatorship: a comparison of Portugal and Spain, 1970s – 1990s*. Working Paper 384, Kellogg Institute. 2012.

211 Representados na posição do General Antônio de Spínola, Governador da Guiné entre 1988 e 1973. Após o golpe militar de 1974 assumiu, durante o processo de transição, o cargo Presidente da República entre Maio e Setembro de 1974. A sua estratégia visava promover consultas às populações das colónias africanas e criar um sistema de tipo federalista, processo semelhante ao que havia sido promovido pela França algumas décadas antes. Renuncia ao cargo em Setembro de 1974 após promulgar, em Julho, a Lei nº 7/74 que reconhecía o direito das colónias à independência.

212 Representados pelo MFA – Movimento das Forças Armadas que reunia os militares responsáveis pelo golpe militar de 1974. Parte importante desse grupo

descolonização, foi reconhecido, em Julho de 1974, o direito à autodeterminação das colônias africanas e, no ano seguinte, encerrado o processo negocial conducente às independências. Na antiga metrópole, ainda mergulhada na incerteza política e na crise econômica, o retorno de cerca de meio milhão de colonos de África, em situação de “emergência social”, contribuiu para a transformação do processo de descolonização, e suas implicações sociais, políticas e econômicas, num argumento mobilizado nas lutas políticas e eleitorais nos anos (e décadas) seguintes.

Com o fim do Império e a aproximação à Europa, tendo sido solicitada, formalmente, a adesão à Comunidade Econômica Europeia em 1977, o país iniciou a importação de elementos dos modelos de relação com o espaço internacional dos países centrais da Europa ocidental, ainda que numa condição periférica, e semiperiférica no sistema-mundo (SANTOS, 1985). Aquela transição desencadeou um processo de reconstituição e reatualização de discursos sobre a identidade nacional, a partir da articulação entre o imaginário nacional do Estado Novo, marcado pela ideia de Portugal “pluricontinental”, “do Minho a Timor”, e o do “regresso” às “fronteiras europeias”, associando-se a um coletivo de estados “desenvolvidos”, com valores e “modos de estar no mundo” apresentados como sendo “naturalmente” próximos ao português.

Para as ex-colônias portuguesas, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau, a independência implicou uma dupla transição de status – para estados soberanos, participantes da “comunidade internacional” e, ao mesmo tempo, para “países em vias de desenvolvimento”, categoria criada pelas instituições internacionais²¹³ para legitimar os fluxos financeiros e de *expertise*, denominados de “ajuda ao desenvolvimento”²¹⁴. Aquele tipo de

tinha passado pela Guiné durante a guerra colonial. Para uma análise das relações entre o MFA e os movimentos de libertação ver, MAXWELL, Keneth. "As colônias portuguesas e a sua descolonização". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº15/16/17. 1985.

213 Organização das Nações Unidas, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento

214 As várias definições e classificações associadas aos países que se tornaram independentes do colonialismo europeu ao longo do século XX partem de pressupostos distintos e expressão categorias com uma conotação política diferente. Neste contexto, os termos são utilizados para expressar a condição de países independentes do colonialismo europeu e de países com indicadores

mudança de “status”, semelhante ao de outros estados africanos independentes de impérios coloniais europeus ao longo do século XX, revela a institucionalização de seus percursos no sistema internacional decorrente da Segunda Guerra. É igualmente a partir daquele esquema classificatório que os estados africanos recém-independentes se tornaram “destinatários” da ação de organizações e grupos de militantes de vários países “desenvolvidos”, em particular da Europa ocidental e da América do Norte, engajados “na solidariedade internacional” ou no “auxílio aos países pobres”.

Nesse contexto, a primeira geração de militantes pela “solidariedade internacional” em Portugal, considera aqueles que aderiram à “causa” no período entre 1974-1984, que medeia entre o fim do Estado Novo, a descolonização, e o ano anterior à criação da Plataforma Portuguesa das ONGD, em 1985. Durante esse tempo, existia apenas uma organização não-governamental engajada na “solidariedade internacional” em Portugal, à qual se juntou, em finais de 1984, uma ONG de ajuda humanitária de emergência. Assim, durante uma década, a militância “além-fronteiras”, em particular a cooperação com os chamados “países em desenvolvimento”, esteve centrada num espaço coletivo ideologicamentepróximo da “esquerda” e do “terceiro-mundismo”, cujos militantes tinham itinerários de engajamento anticolonial e anti-ditadura, não se podendo falar ainda da existência de um espaço multi-organizacional de militância. No final de 1984, o regresso ao país de um militante “humanitarista” engajado numa ONG médica, noutro país europeu, marcaria o início de um processo de importação do “movimento humanitário” de inspiração francesa para Portugal.

Na análise da primeira geração de militantes pela “solidariedade internacional” serão consideradas micro-coortes de indivíduos que, tendo aderido “à causa” com intervalos de alguns anos, apresentam identidades distintas, formando subgrupos com lógicas diversas de engajamento, indicativas das mudanças no contexto sociopolítico. Para esta primeira geração serão consideradas três micro-coortes de militantes: a primeira que considera os indivíduos engajados entre 1974 e 1977, a segunda, entre 1977 e 1980 e a terceira, entre 1980 e 1984.

1 Do engajamento “anticolonial” à” solidariedade internacional”: os empreendedores da “solidariedade com o Terceiro-Mundo” (adesão entre 1974-1976)

Quando o regime fascista de Salazar e Caetano cai, por golpe de estado militar, em 25 de Abril de 1974, Portugal vive um período de grande dinâmica militante e associativa. Entre as manifestações, greves, ocupações de fábricas, e outras formas de ação coletiva associada a demandas econômicas, sociais e políticas, num país sujeito a mais de quarenta anos de ditadura, a descolonização e o fim da guerra colonial constituíam parte fundamental da discussão sobre o futuro²¹⁵. A incerteza em relação ao rumo que tomaria a guerra que o regime travava contra os movimentos independentistas africanos há mais de uma década, e ao processo de descolonização, manteve aberto o espaço de engajamento associado àquelas questões.

Nesse contexto, um grupo de militantes transitou da oposição ao Estado Novo, à guerra colonial e ao colonialismo, organizada no seio do chamado “catolicismo progressista”, para a “defesa das independências das colônias”, até à conclusão do processo de descolonização, em Novembro de 1975. Paralelamente, a partir de Dezembro de 1974, aquele grupo de militantes iniciou atividades de “cooperação internacional solidária” com os países africanos recém-independentes. Assim, a primeira micro-coorte de militantes considera indivíduos que aderiram àquela causa entre 1974 e 1976, ou seja, aqueles que empreenderam num campo de militância até aí inexistente em Portugal, mas já consolidado noutros países, designadamente da Europa ocidental, sendo promotores e protagonistas das primeiras atividades de “cooperação solidária além-fronteiras”.

Os três militantes considerados são nascidos entre 1939 e 1953, tendo entre 20 e 30 anos aquando da revolução de 1974 e do início da sua participação em atividades de “cooperação solidária” com países africanos. Nascidos em Lisboa, ou aí residentes desde muito

215 O cansaço da guerra, entre civis e militares, os seus custos humanos e materiais ao longo de mais de uma década, tornavam difícil de sustentar a possibilidade da continuação do conflito após a queda do regime. Movimentos de extrema-esquerda, de estudantes, sindicatos, organizaram manifestações, assembleias, ocupações, em protesto contra o embarque de soldados para a África e o colonialismo. Entre os slogans estavam “nem mais um soldado para as colônias” e “uma nação jamais poderá ser livre enquanto escravizar outra” ou “quem explora os trabalhadores nas fábricas portuguesas são os mesmos que exploram os trabalhadores nas colônias” (VARELA, 2016).

novos, são oriundos de famílias católicas das elites burguesas, num dos casos com títulos de nobreza, com familiares em cargos políticos no regime. Filhos de funcionários públicos, industriais / proprietários rurais ou profissionais liberais, mobilizam, combinações diversas, mas relevantes, de capital cultural²¹⁶, social, político e econômico.

Em seus contextos familiares, as posições em relação ao regime e ao colonialismo apresentam-se distintas, em particular entre os militantes nascidos nas décadas de 1930 e 1940 e aqueles nascidos nos anos 1950, indicando a emergência, no espaço católico, de movimentos de leigos, críticos do Estado Novo e da Igreja portuguesa, a partir de meados do século XX. Os entrevistados nascidos nas décadas de 1930 e 1940 viveram suas infâncias e adolescências em contextos familiares conservadores onde se apoiava o regime ou se “convivia” com as suas políticas.

Um dos militantes, nascido na década de 1930 refere:

(...) o meu pai era uma pessoa de tradição liberal, republicana, convertida ao Estado Novo. (Homem, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Outro militante, nascido na década de 1940 afirma:

(...) pertença àqueles portugueses que tiverem sempre África presente porque a minha família, as minhas irmãs, principalmente a minha irmã mais velha casou com (...) um português, mas que viveu sempre em Moçambique. Quer dizer para mim, desde miúdo (...) a África existia no mapa (...) não só no mapa colónia, mas no mapa de afetos. (...). E nessa altura nem sequer se falava em guerra, não é? (Homem, professor, ex-cooperante, entrevista em Portugal)

Todavia, a socialização primária de uma militante nascida no início da década de 1950 apresenta-se distinta. A defesa de um “catolicismo progressista” e o engajamento na oposição à ditadura, à

216 Importa referir, para os militantes mais velhos, que o capital cultural de suas famílias nem sempre está associado a títulos escolares homologados por escolas oficiais. São famílias onde, no início do século XX, a educação é também realizada em casa, com preceptores, e em áreas diversas (literatura, línguas estrangeiras, música).

guerra colonial e ao colonialismo foram experienciados no seio familiar em particular pela atividade do pai, ativista “católico progressista”, profissional reconhecido no campo cultural. Neste sentido, o engajamento paterno é entendido como *vivência*, na medida em que esteve associado a acontecimentos marcantes de sua biografia, como as várias prisões do genitor. Segundo essa militante:

De fato, havia, antes do 25 de Abril esses movimentos contra a ditadura e a guerra colonial (...) aquela mais ligada ao que então se chamava os católicos progressistas, pronto. Em que havia alguns profissionais como o meu pai (...) Portanto houve aqui uma mistura de influência familiar, não só de influência, mas também de vivência, no sentido de... as prisões do pai, pronto, essas coisas (...). (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

O contato com a política no seio familiar deverá ser entendido num quadro histórico, entre 1958 e 1961, no qual uma série de eventos contribuíram para a diversificação das frentes de oposição à ditadura. Nas eleições presidenciais de 1958, a candidatura de Humberto Delgado, em desafio ao regime, reuniu apoios de diversas esferas sociopolíticas, incluindo de grupos de católicos, utilizando um discurso de abertura política e democratização. A proximidade da Igreja ao candidato de Salazar e a repressão ao longo da campanha eleitoral, motivaram a apresentação, por parte de um grupo de leigos, de uma carta de protesto junto da hierarquia eclesiástica portuguesa da época²¹⁷, marcando o afastamento progressivo entre opositores católicos, as estruturas católicas nacionais e o Estado Novo de Salazar. No espaço colonial, em 1961, o exército português foi rendido em Goa²¹⁸ pelas tropas da União Indiana, encerrando assim a presença portuguesa na Índia, e no mesmo ano, grupos independentistas realizaram ataques armados no norte de Angola. Tinha assim início a guerra colonial que, nos anos seguintes, se estenderia à Guiné-Bissau e a Moçambique e que isolaria o governo português, por sua recusa em negociar a descolonização, no sistema internacional (REIS, 2014).

²¹⁷Esse descontentamento foi expresso por um grupo de vinte e oito leigos junto do diretor de um jornal da Igreja, o *Novidades*, utilizado para expressar o apoio da Igreja ao candidato do regime. (SIMPSON, 2014. p. 166-167).

²¹⁸Os militares portugueses em Goa, Damão e Diu foram rendidos por tropas da União Indiana que tomaram aqueles territórios.

Durante a década de 1960, no campo religioso, o início do Concílio Vaticano II, visando “adaptar a Igreja aos desafios da modernidade”, favoreceu a emergência, nos meios católicos portugueses, de espaços críticos. Foram principalmente círculos de intelectuais, que importaram a reflexão do concílio (FONTES, 2011, p. 837) em temas como o “desenvolvimento econômico”, as “relações de trabalho”, as “injustiças sociais”, o “ecumenismo”, “a guerra e a paz”, a “relação com os não católicos”, a “participação dos leigos”, o “direito à autodeterminação dos povos”, cujo “progressismo” se distanciava das posições oficiais da Igreja portuguesa e do Estado Novo. O movimento católico de oposição ao regime, que permaneceu circunscrito a uma parte das elites urbanas, principalmente do universo da cultura, reunindo pessoas com posições ideológicas variadas, utilizou a argumentação das diversas encíclicas para denunciar a “ausência de liberdades políticas”, a política colonial do regime, e a “cumplicidade da hierarquia católica portuguesa” (SIMPSON, 2014, p. 222-226) com a ditadura salazarista. Com a guerra colonial, elementos dos católicos “progressistas” aproximar-se-iam de ideias e movimentos que defendiam a independência das colônias portuguesas.

A agudização da oposição ao regime encontraria os entrevistados em momentos distintos de seu trajeto. Para dois deles, tendo frequentado os liceus públicos lisboetas na década de 1950, os estudos secundários foram períodos de experiências e decisões importantes, mas ainda algo distanciadas da atividade política.

Para um dos militantes a adolescência foi um período de percepção da vocação religiosa e da subsequente integração nas estruturas de formação católica onde permaneceu até à sua ordenação no final da década de 1950. Oriundo de uma família da média-alta burguesia, considera que o exemplo da vivência religiosa da mãe, *que tinha uma crença muito esclarecida*, contribuiu para a decisão de prosseguir estudos religiosos para ingressar no sacerdócio. Afirma assim que:

(...) quanto à marca religiosa que eu disse que tive muito cedo, por decisão minha, estando eu já no Liceu Camões a frequentar o quarto ano, decidi ir para o seminário. (Homem, ex-liderança ONGD, entrevista em Portugal)

O outro entrevistado, com origens numa família lisboeta, associada à nobreza, com ligações familiares ao campo artístico através do irmão mais velho, recorda a adolescência como um período de

interesse pelas artes. Participou durante o período do ensino secundário, de grupos de estudantes no contexto dos quais desenvolveu certo “espírito empreendedor”, uma “audácia”, que se expressava na organização de atividades culturais no contexto escolar, às quais não atribui contudo, significado político. A “naturalidade” atribuída à organização de eventos socioculturais no espaço escolar, simultaneamente percebidos como ousadias”, revela um entendimento da arte, ou do capital cultural, como elemento de distinção num espaço social onde conviviam alunos de posição social próxima à sua, descendentes de famílias das elites da capital²¹⁹. Segundo ele:

No liceu fazia parte de uma, não tinha nada a ver com política, nunca fui muito político, político no sentido de partidário, mas no liceu achava completamente natural que se organizassem exposições, organizei concertos de música. Era muito ousado quer dizer, não achava que era difícil Lembro-me de fazer concertos de discos (...). (Homem, professor, ex-cooperante, entrevista em Portugal)

A experiência liceal, na década de 1960, da outra militante, com origens sociais numa família da classe média-alta lisboeta, católica, com pais militantes católicos “progressistas”, ligados a movimentos culturais e oposicionistas, foi marcada pela participação em grupos de jovens na intersecção entre escolar e religioso, onde adquiriu valores, interesses e saberes relevantes para o engajamento. Participando desde muito jovem em grupos de estudantes de base católica, de orientação “progressista”, associa essa experiência à formação de redes de relações, conhecimentos e princípios sociopolíticos e morais, que considera fundamentais na construção da identidade militante. Ela conta que:

Eu comecei muito nova, ingressei na JEC, na Juventude Escolar Católica, naquela fase teve ali

219A seleção social dos estudantes universitários começava logo nos graus de ensino posteriores à escolaridade primária, tendo em conta os elevados níveis de pobreza e o reduzido número de liceus, restritos aos espaços urbanos. Assim, para os alunos que entravam no liceu, a frequência da Universidade apresentava-se como a próxima etapa, fundamental na aquisição do capital escolar relevante para o acesso espaços profissionais socialmente valorizados (importa considerar aqui a diferença entre homens e mulheres para quem o acesso ao ensino superior, crescentemente valorizado a partir de meados dos anos 1960 dos homens) (VIEIRA, 1995).

um momento de progressismo bastante claro. Já vinha um bocado de trás não é, foi uma evolução que se foi fazendo, e, portanto, isso me deu por um lado, para conhecer bastantes pessoas, alargar o meu horizonte de conhecimentos, e confirmar as minhas convicções, neste caso pela via de um catolicismo progressista (...).(Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Em idades relativamente precoces, dois dos entrevistados desenvolveram competências cosmopolitas. A realização de viagens no final dos estudos secundários ou logo no início das carreiras universitárias, principalmente as realizadas sem a presença de pais, mas com o seu consentimento, e que implicaram a participação em espaços coletivos como campos de trabalho ou encontros internacionais, expuseram aqueles militantes ao convívio com pessoas de diversos espaços nacionais, a outras línguas e a contextos “democráticos”. A “naturalidade” atribuída às viagens para o exterior é indicativa da valorização de experiências “internacionais” pelas famílias das elites urbanas, em particular a circulação pela Europa. O investimento na aquisição de competências cosmopolitas, como a aprendizagem de línguas estrangeiras, e a proximidade a pessoas com experiências semelhantes, nomeadamente no meio familiar, viabilizariam viagens internacionais / períodos no exterior.

Um dos militantes, nascido na década de 1940, numa família de classe média-alta urbana com hábitos de viagens ao exterior, afirma que:

Viajei desde muito cedo. Com dezesseis anos, ainda não fazia a barba, ainda não tinha barba, comprei um bilhete de terceira classe, com o acordo dos meus pais, (...) e partia para Inglaterra para aquelas coisas dos campos de trabalho, aquelas coisas, trabalhava em fábricas... com dezesseis anos trabalhava doze horas, entrava às dez da noite, saía às dez de manhã. (...) Mas portanto esse lado da viagem foi muito importante. As línguas também, falava bem inglês, francês. E... e achava natural que assim fosse. Não me passava pela cabeça que não fosse assim.(Homem, professor, ex-cooperante, entrevista em Portugal)

Para outra militante, num quadro de isolamento internacional como era o de Portugal durante a ditadura salazarista, as viagens para a representação de grupos nacionais da Ação Católica em eventos promovidos pelas estruturas internacionais da Igreja permitiram o contato direto com as concepções do internacionalismo católico em voga à época, em particular, a valorização da pertença a um espaço além-fronteiras, a “responsabilidade dos católicos no apoio ao progresso dos povos subdesenvolvidos” e o papel da Igreja na “construção da paz mundial” (MABILLE, 2001). Tais experiências permitiram àquela agente, com ligações familiares a militantes católicos “progressistas, desenvolver competências de “uso da palavra” em espaços coletivos internacionais, reforçando disposições sociopolíticas e visões de mundo que contribuiriam para o interesse por temas internacionais. Segundo ela:

(...) eu cheguei rapidamente ao que se chamava na altura equipa nacional da JEC que tinha, portanto, contatos com outras equipas nacionais de outros países. Lembro-me que (...) em 1970, fui ao congresso da JEC internacional em Londres em que o tema era a utopia e foi assim uma coisa super empolgante ver pessoas do mundo inteiro, centenas de pessoas no mundo inteiro numa, ali num fervilhar de ideias (...).

Nos espaços católicos internacionais, a valorização pelos pares vindos de outros países, das posições políticas defendidas no seu contexto nacional tornavam esses momentos em formas de alento à militância de oposição ao regime e à guerra colonial, reforçando o engajamento e abrindo o “espaço de possibilidades” a ele associado, “além-fronteiras”. Segundo a mesma militante:

(...) os portugueses e os espanhóis se articulavam para explicar o que era a ditadura na Península Ibérica (...) éramos muito acarinhados por causa disso e tínhamos sempre bastantes atenções de modo que isso também deu para alargar horizontes a nível internacional (...). (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A entrada para a universidade²²⁰ apresenta-se para os militantes desta micro-coorte como um momento marcante no seu interesse pela política e na aquisição de esquemas de percepção considerados “políticos” (GAXIE, 2002), ainda que de modos distintos²²¹. Dos três militantes considerados neste subgrupo, um possui o grau de doutoramento, na área da Ética, outra é licenciada em História (tendo interrompido o curso em 1974 e retomado mais tarde) e o terceiro não concluiu a formação superior em Belas Artes, tendo contudo complementado a sua formação acadêmica com a realização de um semestre na Universidade de Harvard na área da pedagogia da arte. Os seus percursos escolares revelam o investimento na aquisição de diplomas e competências especializadas no exterior e as intersecções entre espaço acadêmico e político nas décadas de 1960 e 1970, em Portugal e na Europa, apresentando-se importantes na construção das identidades militantes e profissionais.

Um dos militantes, após a ordenação como sacerdote, foi enviado pelo Cardeal Cerejeira, então responsável máximo da Igreja Católica portuguesa, para Itália. Segundo ele, a realização da formação superior em Roma proporcionou-lhe, no início dos anos 1960, um contato estreito com o processo de “renovação” do catolicismo decorrente do Concílio Vaticano II, a experiência numa sociedade democrática e a construção de relações com opositores ao regime salazarista exilados, foram sido determinantes na identificação com as dinâmicas de reinterpretação da doutrina cristã centradas na ideia de libertação. Alguns elementos daquele processo - a crítica ao capitalismo e ao individualismo, a valorização da proximidade aos pobres, a ideia de comunidade - favoreceram o estabelecimento de pontes com os princípios de interpretação social do marxismo. É nesse quadro que prática religiosa e engajamento político na “luta contra a ditadura”, o “capitalismo”, o “colonialismo e a guerra colonial”, se apresentam como elementos indissociáveis da vivência de um “cristianismo humanista”, articulando a atividade religiosa / sacerdotal e o engajamento política.

Aquele agente, tendo origens sociais numa família burguesa, católica, com fortes convicções republicanas por parte do pai, que

220O acesso ao ensino superior em Portugal durante o Estado Novo foi mantido em níveis muito baixos, reservado às classes sociais mais elevadas, apesar do aumento do número de alunos nos anos 1960 e 1970 (VIEIRA, 1995, p. 318-319)

221Entendendo a frequência da universidade com um espaço de socialização no contexto do qual os entrevistados foram realizadas aprendizagens e adquiridos interesses e sistemas de classificação permeados por dimensões “políticas”

era, contudo, próximo ao Estado Novo, tendo desempenhado cargos no poder autárquico, a vivência na Europa aproximou-o de ideias e militantes “progressistas”. A realização de estudos no estrangeiro adquire ainda maior importância na construção de disposições à militância no espaço católico, se considerarmos a recepção limitada das encíclicas papais e das alterações propostas pelo Concílio Vaticano II pela hierarquia portuguesa (SIMPSON, 2014, pp. 218-219). Segundo este militante:

Portanto temos o Papa João XXIII, grande efervescência de vitalidade e de renovação do pensamento da Igreja Católica, e eu apanho essa onda, claramente. Ou seja, há aqui uma junção, uma confluência de dois fatores importantíssimos para mim, na minha existência que é uma releitura cristã do evangelho, no sentido de ser próximo dos ideais de libertação e de humanização e, por outro lado, uma crescente politização e até marxização, que é muito corrente na minha geração, cristãos progressistas digamos assim, ou católicos progressistas que, embora numa posição muito independente e autônoma, têm muita influência do pensamento marxista. Isto por uma razão tão simples como (...) a experiência cristã e a leitura do evangelho alimentavam em nós uma esperança pela justiça ou a luta pela justiça e admitíamos que o marxismo fosse um instrumento historicamente interessante para instaurar sociedades justas. (Homem, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

No seu regresso a Portugal, “passou ao ato militante”, aproximando-se de grupos de oposição ao regime, dentro e fora do espaço católico. Sendo a “promoção da paz”, um elemento central do processo de reflexão do Concílio Vaticano II, e do entendimento do papel da Igreja no mundo, a luta contra a guerra colonial, que considerava o “elo fraco do regime”, tornou-se então um elemento central de sua militância, engajando-se num grupo de “católicos progressistas” que editavam e distribuíam materiais informativos criticando a política colonial do regime. Esse militante afirma que:

(...) ao voltar para Portugal com muita facilidade eu comecei a ter intervenção política porque vinha com esta carga de uma mentalidade cristã refeita e renovada e (...) tinha um sentido de responsabilidade política bastante forte... (...) A um dado momento tenho contato com um grupo de Lisboa e do Porto, de católicos que estão a preparar (...) uma publicação chamada “Sete Cadernos sobre a Guerra Colonial”. Isto era bastante pilotado pelo arquiteto Teotónio Pereira, ele já tinha uma experiência de uma publicação de algum modo parecida que era o chamado Direito à Informação, que era uma folhazinha rápida que era muito difundida nestes meios da oposição democrática. E bom, sei que pouco a pouco, vigília de S. Domingos, o ter participado nessa iniciativa dos “Sete Cadernos sobre a Guerra Colonial” fez-nos ver que era importante centrarmo-nos na luta nesse domínio, nesse terreno. De tal maneira que num dado momento é constituído um pequeno grupo de católicos progressistas (...) que resolve organizar-se especificamente e clandestinamente contra a guerra colonial. Começamos a reunir com uma periodicidade regular na casa de um de nós e daí resulta uma reflexão que vai no sentido de ser prioritário informar, informar, informar. E resolvemos começar a editar também clandestinamente um Boletim chamado Boletim Anti Colonial, BAC (...) (Homem, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

No que respeita aos outros dois militantes, tendo realizado seus estudos superiores em Portugal, vivenciaram um ambiente universitário permeado por lutas contra o sistema de ensino, o regime político e a guerra colonial. No país, o processo de politização dos espaços estudantis intensificou-se a partir do final dos anos cinquenta, tendo atingido pontos importantes de tensão nas revoltas estudantis de 1962 (PIMENTEL, 2013, p. 434), em Lisboa, e 1969, em Coimbra (CARDINA, 2008), ambas fortemente reprimidas pela polícia que ocupou as universidades. Entre aqueles dois episódios, a perseguição aos dirigentes estudantis incluiu a prisão de um número importante de jovens militantes do Partido Comunista em 1965 (PIMENTEL, 2013,

pp. 397-391)²²². Até 1974, as tensões entre estudantes e regime agravar-se-iam com a emergência de grupos de várias tendências da esquerda, engajados na oposição ao regime e à guerra colonial (CARDINA, 2009).

A experiência de um dos militantes, enquanto estudante numa escola superior de artes, entre o final dos anos cinquenta e início de 1960, foi marcada pela participação em protestos estudantis contra a “censura à expressão artística”. Tinha, no contexto familiar, proximidade ao meio das artes pois o irmão tinha estudado na mesma Escola e prosseguia uma carreira como arquiteto sendo próximo de militantes oposicionistas do setor intelectual / cultural católico. Segundo ele:

(...) em mim despertou. Mas não era a universidade que despertava, era porque a gente funcionava todos contra, quer dizer... que era completamente diferente. (...) Mas só para lhe dar um exemplo de três ou quatro notas da escola de Belas Artes, para você perceber isto, isto passa-se em [19]58. Os alunos eram proibidos de irem à Biblioteca. A Biblioteca estava fechada para os alunos, era só para os professores. Não havia cantina, evidentemente. Nós fizemos um “sit in”, levando sandes de casa e tudo, foi tudo, o diretor chamou a polícia de choque e foi tudo corrido à paulada da Escola de Belas Artes. (Homem, professor, ex-cooperante, entrevista em Portugal)

A oposição às condições e ao modelo de ensino pode ser entendida simultaneamente, como reivindicação política e como parte do processo de construção da identidade artística que valoriza “o ser diferente” e a “liberdade de criar”. Para Bourdieu (2013, p. 275), a possibilidade de dispor de domínio total sobre a criação constitui uma demanda decorrente da autonomização do campo das artes na modernidade, processo que pode ser tanto mais disruptivo politicamente quanto a expressão artística coloque em causa os valores e a ordem estabelecida. É nessa perspectiva que, para além da utilização de repertórios de protesto mais comuns, a organização de eventos

222 Em 1961, a celebração do Dia do Estudante em Coimbra é interrompida pela repressão policial. No ano seguinte, é proibida pelo regime a celebração das atividades do Dia do Estudante, em Lisboa, decisão que não foi cumprida pelos estudantes. A polícia invade as universidades e são presos alguns estudantes. A crise estudantil manteve os estudantes das universidades lisboetas em greve entre meados de Março e o fim de Abril de 1962.

associados a formas de expressão consideradas inovadoras como o *jazz*, ou a “nova música portuguesa”, num contexto de ditadura, adquire conotações políticas.

A formação da identidade artística e política deste militante foi igualmente tecida por relações construídas nas intersecções entre o campo cultural / artístico, onde atuava profissionalmente, e os grupos de intelectuais “católicos progressistas” que contestavam o regime, entre os quais havia familiares seus, e onde criou laços com militantes engajados na luta contra a guerra colonial. Nesse contexto, já após a saída da universidade, participou na cooperativa Pragma, espaço que reunia importantes opositores do espaço católico e não católico. Segundo ele:

Depois, nos anos 1960 tive ligado aos movimentos das cooperativas culturais aqui em Portugal, a Pragma, (...) fiz parte da última direção da Pragma com o Nuno Teotónio Pereira (...). E tomei parte em reuniões que havia em Lisboa de grupos que no fim formavam, e que eram pré-grupos, do CIDAC, e que ouviam relatos de pessoas que estavam na guerra. E que iam contando o que é que se passava e que iam, portanto, desfazendo mentiras que se propagavam e era completamente indiscutível e natural em nós a adesão a uma ideia da independência. (Homem, professor, ex-cooperante, entrevista em Portugal)

O trajeto de militância daquele entrevistado revela o modo como, no processo de identificação com a atividade profissional, desencadeado a partir da experiência universitária e adentrando no tempo, o engajamento político se articula subjetivamente com a atividade artística, tornando a oposição ao regime estado-novista coerente com o papel “subversivo” atribuído à arte.

Para a outra militante, a experiência de frequência universitária, no início da década de 1970, em Lisboa, mostra que a participação em grupos políticos no contexto acadêmico, em períodos de valorização social do engajamento, pode apresentar-se inviável. Sendo dirigente da Juventude Escolar Católica, no espaço do “catolicismo progressista”, e tendo crescido num ambiente familiar da classe média-alta, com relações de proximidade a intelectuais e religiosos católicos “progressistas”, a sua experiência revela a dificuldade de reconversão na universidade, das disposições políticas construídas ao longo de seu percurso. Segundo ela:

Depois é engraçado que detestei a universidade. (...) fui para Letras não é, Universidade de Letras, curso de História, era uma coisa muito grande, muito partidária, cheia de grupos partidários e políticos, todos uns em cima dos outros, e eu odiei aquilo, não gostei absolutamente nada e nunca me consegui integrar em grupos na universidade. (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

As dificuldades de integração relatadas expõem as diferenças nos modelos de socialização militante entre os grupos de católicos “progressistas” e os grupos das várias “tendências de esquerda” que passaram a disputar o espaço acadêmico com o Partido Comunista, a partir de meados da década de 1960, ainda que tendo em comum a oposição ao Estado Novo e à guerra colonial. Assim, durante o período de estudos universitários, esta militante manteve o investimento na militância fora do espaço acadêmico, em coletivos católicos cujos repertórios combinavam atividades de assistência social e política. Nesse quadro realizava atividades voluntárias junto de grupos sociais em “situação de desvantagem” e, simultaneamente, participava da “ação informativa clandestina” contra a guerra colonial e a ditadura. Aquele tipo de atividades reflete a centralidade do valor da “paz” e da utilização de estratégias “pacifistas” pelos católicos “progressistas” para “esclarecer a opinião pública” sobre a guerra colonial. Nesse sentido, distanciavam-se dos repertórios de ação preconizados e utilizados por grupos ligados a movimentos políticos de “esquerda”, centrados na ação política entendida como conflito, alguns recorrendo ou defendendo a ação armada contra o regime²²³. Segundo aquela agente:

(...) como a questão da guerra era tão premente por razões práticas, também por causa de todo o problema da guerra face à questão da paz que era um valor importante ao nível, por exemplo, destes grupos de católicos, havia muita gente envolvida em atividades a este nível sobretudo atividades informativas, eu acho que era bastante isso, e atividades tipo social, dar aulas por exemplo, a operários, a jovens, a pessoas que não tinham

223 Cardina (2009) assinala o modo como grupos de estudantes da esquerda radical foram legitimando o uso de repertórios de ação que previam o uso da violência contra o regime, por contraponto aos repertórios de ação pacifistas utilizados pelos “católicos progressistas”.

tido oportunidade de estudar. Eu dei aulas na Igreja de S. Nicolau ainda antes do vinte cinco de Abril, também no Centro Cultural de Cascais e depois no CCC continuei ainda durante algum tempo. Isso era uma coisa que os estudantes faziam, muitos estudantes assim deste tipo faziam. (...) e ajudava as famílias dos presos políticos.(Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Até à queda da ditadura, em Abril de 1974, os itinerários de engajamento dos três militantes considerados nesta micro-coorte entrecruzaram-se no espaço do “catolicismo progressista” lisboeta que reunia leigos, alguns sacerdotes e missionários. Parte dos membros desse grupo estabeleceram, já nos anos 1970, pontes de contato fora do espaço católico, com movimentos estudantis, sindicatos e grupos de “extrema esquerda”. Em finais de 1972 esse conjunto de relações foi mobilizado para a realização de um dos eventos mais simbólicos na luta contra a guerra colonial, a “vigília da Capela do Rato”. A experimentação dos “católicos progressistas” com aquele tipo de repertório começou em 1969, na igreja de S. Domingos, em Lisboa, quando realizaram uma “vigília pela paz” que, nessa altura, ficou restrita ao círculo religioso.

A segunda ação “pacifista” promovida por elementos daquele grupo em 30 de Dezembro 1972, ocorreu após um processo de organização que envolveu articulações com as Brigadas Revolucionárias e com elementos dos movimentos estudantis, relações que um dos militantes designa de “não-orgânicas”, salientando a independência do grupo e o carácter circunstancial daquela aliança. Naquele dia, a missa seria interrompida pelo anúncio da realização de uma vigília aberta ao público durante a qual se “refletiria sobre a guerra colonial”. Aquela paróquia, considerada um espaço “progressista”, era liderada pelo padre Alberto Neto, conhecido por suas posições críticas em relação à acomodação da Igreja portuguesa com as políticas do Estado Novo. A vigília deveria durar até ao dia 1 de Janeiro de 1973, Dia Mundial da Paz, proposto pelo Papa Paulo VI, e durante esse período os participantes manter-se-iam na igreja, em jejum, participando de debates. Todavia, no final do dia 31 de Dezembro, o ato foi interrompido pela polícia e várias pessoas foram presas. Mas aquela manifestação teria repercussões relevantes quer no contexto nacional, com a demissão de membros da chamada ala liberal da Assembleia

Nacional²²⁴ e um pronunciamento público de Marcelo Caetano sobre os eventos, quer internacional, com a publicação de artigos na imprensa internacional sobre o caso²²⁵.

A “vigília do Rato” tornou-se o evento mais simbólico da luta dos “católicos progressistas” contra a guerra colonial apresentando-se igualmente, como um acontecimento biográfico relevante, particularmente para um dos militantes que participou ativamente da organização do ato. Alguns meses após aqueles eventos, o grupo de “católicos progressistas” engajados na “luta anticolonial” teve a sua atividade estrangida. Um dos entrevistados foi preso em Novembro de 1973, e os outros dois tinham relações familiares ou de amizade com outros membros do grupo igualmente detidos pela PIDE. O local onde o grupo mantinha documentação sobre a guerra colonial foi invadido pela polícia e os materiais utilizados para as “atividades de informação” foram confiscados, o que se refletiria na atividade do grupo que se tornaria mais cautelosa e limitada.

Com o fim da ditadura, em Abril de 1974, e a subsequente libertação dos presos políticos, os militantes do “catolicismo progressista” juntaram-se à diversidade de espaços de engajamento político e social entretanto criados. Em Maio desse ano, alguns membros do grupo decidiram criar o Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial (CIDAC). A criação daquele espaço coletivo ocorreu num quadro marcado pela disputa sobre a estratégia negociada a adotar com os movimentos independentistas africanos e o modelo de descolonização a seguir, questões determinantes para terminar a guerra²²⁶. A causa “anticolonial” permanecia assim premente,

224Demitem-se Miller Guerra e Francisco Sá Carneiro

225O estudo detalhado da vigília do Rato foi realizado por António de Araújo para a sua tese de doutoramento. ARAÚJO, António. *A Oposição Católica no Marcelismo: o Caso da Capela do Rato*. Tese de Doutoramento, Universidade Católica Portuguesa, 2011.

226 Se a guerra colonial constituiu uma das principais motivações para o golpe de estado militar que derrubou Marcelo Caetano, em 1974, a estratégia para a terminar abriu brechas profundas na relação entre o Movimento das Forças Armadas – MFA e António de Spínola, Presidente da República nomeado pelos militares revoltosos. Após a queda do regime, a visão spinolista da descolonização, inspirada pelos processos conduzidos pela França, consistia na realização de plebiscitos e eleições nas várias colónias africanas visando a criação de um modelo federalista, uma “comunidade lusíada”, e a manutenção “de laços” com Portugal considerados vitais pelas elites socioeconómicas. Todavia, a recusa, pelos diversos movimentos de libertação, daquele tipo de acordo, adiava a possibilidade do cessar-fogo gerando um afastamento cada vez mais profundo entre o Presidente e os dirigentes do MFA.

possibilitando a reconversão do capital político e social, adquirido no espaço nacional e internacional, num contexto em que tais recursos adquiriram elevada cotação.

De acordo com o testemunho de uma das primeiras militantes, filha de um dos mais reconhecidos militantes “anticoloniais”, que tinha sido preso pela PIDE, e solto na senda do 25 de Abril:

Então decidimos abrir uma coisa que se chamou na altura o Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial e o objetivo era juntarmo-nos a outras forças políticas que exigissem ao novo poder nascido do 25 de Abril o respeito pelo direito à autodeterminação e a independências das colónias, pronto, era o nosso objetivo. Contribuindo com informação basicamente. (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Dos três militantes entrevistados, dois decidiram dedicar-se exclusivamente, à “defesa da descolonização” e, no seguimento, à “solidariedade internacional”. O terceiro participou da organização e realização da primeira “missão de cooperação solidária”, envolvendo professores voluntários, enviada pelo CIDAC para a Guiné-Bissau, em Dezembro de 1974, durante o período de férias letivas.

Os dois entrevistados que se engajaram a tempo inteiro naquele espaço coletivo fizeram-no em momentos distintos de seus percursos. Assim, se para um dos militantes, com elevado capital escolar, adquirido durante a sua formação religiosa, aquele engajamento foi sendo articulado com a procura de oportunidades de integração na carreira docente, na sequência do casamento e do abandono do sacerdócio, para a outra, ainda em fase de formação universitária, que conciliava com uma atividade profissional, a militância tornou-se a sua atividade principal após a suspensão dos estudos e do trabalho. A

Com o segundo governo provisório, e a nomeação de membros do MFA para posições-chave³, num contexto de agudização das tensões sociais, políticas e económicas na metrópole, as posições de Spínola perderam espaço. Este processo culminaria na aprovação da lei constitucional de 27 de Julho reconhecendo o direito à auto-determinação dos povos das colónias portuguesas. A “aliança” temporária entre antigos inimigos, os militares do MFA e os movimentos independentistas africanos, aproximados pela partilha do espaço ideológico marxista, contribuiria para a conclusão dos processos negociais até 1975, num contexto internacional que há muito se tinha tornado hostil em relação à guerra colonial (MAXWELL, 1985, p.539).

disponibilidade biográfica para o engajamento está associada, num dos casos, à indefinição profissional, na transição entre o campo religioso e o acadêmico, e no outro caso, a uma etapa da vida ainda sem compromissos impeditivos da dedicação total à “causa”.

Importa ainda considerar naqueles engajamentos, as dimensões socio afetivas e emocionais. Nesse sentido, o engajamento pós-ditadura, de familiares ou amigos próximos com quem foi vivenciada a militância “anticolonial”, a experiência de um acontecimento histórico no qual se tinham engajado, o ambiente de “efervescência” sociopolítica e o contexto de valorização social da atividade militante, apresentaram-se relevantes na continuação da dedicação à “causa”.

Empreender na constituição de um espaço coletivo de “defesa da descolonização”, em Maio de 1974, centrado na atividade de “informação e documentação” sobre aquela causa, evidencia elementos de continuidade em relação à atividade militante mantida durante a ditadura, quer no que respeita à “causa”, a “descolonização”, quer no que respeita aos repertórios utilizados, a informação e comunicação. Nesse período, a opção pela não filiação em partidos políticos, visando manter a “independência” do engajamento, e a constituição de uma nova organização, “pouco hierarquizada” está associada a um percurso no “catolicismo progressista” distanciado ou crítico de espaços institucionalizados²²⁷, quer os da hierarquia católica portuguesa quer os do espaço político nomeadamente, os grupos reformistas dentro do partido do regime, a chamada Ala Liberal, tolerada por Marcelo Caetano, ou os partidos da oposição ao regime na clandestinidade, em particular o Partido Comunista.

A circulação europeia dos empreendedores da “causa” da “cooperação solidária” permitiu-lhes acumular capital internacional. A notoriedade dos ativistas portugueses “anti-guerra colonial” em espaços políticos “além-fronteiras” e as redes de relações com organizações com atividades e interesses similares, no contexto católico europeu, tecidas ainda durante o período da ditadura, permitiu aos empreendedores do CIDAC dispor de aliados e recursos logo após a queda do regime em Abril de 1974. Segundo uma das primeiras militantes do CIDAC, com proximidade familiar e social a grupos engajados no “anti-colonialismo”:

227 Segue-se aqui a reflexão de Pechu (2001, p.80) sobre os percursos de militância dos católicos “progressistas” franceses.

(...) tinha também ligações com grupos de alguns países nomeadamente, da Holanda, que apoiavam a informação que se fazia cá clandestinamente e que começaram a apoiar outro tipo de coisas que se faziam e... e depois foi todo aquele movimento social à volta das colónias, não é? (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Assim, as relações com organizações não-governamentais confessionais de outros países, atuantes nas questões do “desenvolvimento”, colocaram os militantes portugueses perante novos horizontes de engajamento que ultrapassavam a “causa” e o horizonte temporal da descolonização e os repertórios de ação centrados na “informação”, permitindo-lhes adentrar a “cooperação solidária” e a realização de “atividades de desenvolvimento” no terreno.

Tal como referido no Capítulo I, na Europa ocidental, a Igreja Católica iniciou, em meados da década de 1950, do século XX, um processo de reflexão sobre o seu papel no “progresso dos povos” visando reposicionar a instituição em face da constituição de organizações internacionais²²⁸ com discursos e práticas concorrentes com a “missão evangelizadora”, estruturadas pela centralidade atribuída à ciência e à técnica no “desenvolvimento”. Neste contexto, participando das discussões internacionais sobre o “progresso”, alguns teóricos do espaço católico²²⁹ propuseram interpretações da prática da caridade distantes das concepções esmoleres, defendendo que a ação social das organizações católicas deverá “combinar técnica e espiritualidade”, sendo “ambas fundamentais para o progresso da humanidade e a paz” (MABILLE, 2001).

Em Portugal, apesar do engajamento dos fundadores do CIDAC no espaço do “catolicismo progressista”, a motivação religiosa não é explicitada no discurso sobre a militância na “cooperação solidária” com os países africanos. Após Abril de 1974, a desagregação do grupo dos “católicos progressistas”, que passaram a integrar os vários espaços políticos em concorrência, e a reação da hierarquia católica portuguesa à queda do regime, centrada no “anti-comunismo”, tornavam politicamente difícil, a mobilização de argumentos religiosos na

228 Em particular a Organização das Nações Unidas (ONU)

229 De central importância os trabalhos do grupo liderado pelo frade dominicano Louis-Joseph Leuret, economista. Importa aqui salientar a centralidade da Economia como “ciência do desenvolvimento” e a legitimidade atribuída aos economistas na construção e execução de planos e projetos de “desenvolvimento”

militância pela “descolonização” e pela “solidariedade internacional”²³⁰. Todavia, os empreendedores do CIDAC continuaram a encontrar apoios e referências de militância noutros países que lhes permitiram articular o seu percurso no “catolicismo progressista” e o posicionamento político de esquerda, principalmente em ONGs confessionais engajadas na “solidariedade internacional”, em diversos países europeus. Essas relações contribuíram para a transição da “luta anticolonial”, construída a partir da utilização pública de argumentos provenientes do espaço religioso, para uma prática de “cooperação com os países em desenvolvimento” alicerçada em discursos fundamentalmente políticos, e técnico-políticos.

O CIDAC realizou a primeira atividade de “cooperação solidária” com o Estado da Guiné-Bissau, em Dezembro de 1974. O empreendedorismo naquele tipo de prática foi viabilizado pelo capital político adquirido pelos fundadores da organização, ao longo de seus itinerários de militância “anticolonial” e oposição ao Estado Novo, mas também pelo capital familiar, social, cultural e cosmopolita. Seus trajetos permitiram-lhes construir relações com os partidos africanos no poder após 1974/1975, com grupos dirigentes em Portugal (políticos, sociais, culturais), e com organizações não-governamentais confessionais na Europa. Esse conjunto de recursos introduziria, no repertório de ação do CIDAC, a realização de “missões de cooperação solidária” nos países africanos, antigas colônias portuguesas, permitindo pleitear-se como “percursores” da “solidariedade internacional” no contexto português.

Segundo um dos fundadores do CIDAC, com um percurso de engajamento no catolicismo “progressista”, “anticolonial”, marcado pelo abandono do sacerdócio, e pela aproximação a movimentos de “esquerda radical”, antes e depois da queda do regime, a atração pela “causa” da “solidariedade internacional” está associada ao contexto de “mobilização social” na senda do 25 de Abril. Ele refere que:

Imagine um país que de repente percebe que, que se abre ao mundo, que nós próprios travámos

230 A Igreja católica portuguesa centrou o seu discurso, após a revolução de 1974, na “justificação” de suas posições durante o Estado Novo. Neste contexto, os responsáveis da hierarquia permaneceram os mesmos e foram estabelecidas alianças com alguns partidos políticos para contrariar a influência do Partido Comunista nas primeiras eleições. Neste contexto, os católicos próximos dos espaços ideológicos mais à esquerda eram chamados pela hierarquia “anti-cristãos” (SANTOS, 2013, p 15-16).

uma luta, que fomos aliados de outras lutas às vezes pensando que éramos inimigos, bom, de repente há uma espécie de consciência coletiva de grande motivação e digamos a mobilização no sentido de apoiar países com os quais a gente teve em guerra e que agora estão a renascer, digamos. Portanto isso, não sei se há assim qualquer mistério nisso, é um período de grande ativismo cívico e político, portanto uma parte desse ativismo canaliza-se para estas causas. Isso é compreensível. (Homem, ex-liderança de ONGD)

A importação da problemática e de elementos que formarão um novo espaço de militância para o espaço nacional²³¹, o da “cooperação internacional solidária”, e das práticas a ele associadas, foi realizada a partir de categorias de percepção próximas do terceiro-mundismo e do espaço ideológico da “esquerda”. Maso primeiro espaço não-governamental de “cooperação solidária para o desenvolvimento” em Portugal tornou-se igualmente, um espaço de exercício profissional da militância. Nesse contexto, dois dos agentes dedicados à causa da “cooperação solidária” a tempo inteiro tornaram-se militantes remunerados, adquirindo competências especializadas do setor. Essa transição de *status* foi vivida com ambiguidade, requerendo a construção de novas interpretações sobre si e os outros. Assim, se a introdução de elementos de distinção entre militantes no interior da organização, como diferenças de salários, critérios “técnicos” de recrutamento e divisão de tarefas, colocavam em causa ideais de horizontalidade ou informalidade, o processo de institucionalização da organização tornava a profissionalização “inevitável”.

Para uma militante do CIDAC, com um percurso de engajamento no catolicismo “progressista”, onde desenvolvia atividades de assistência social, como voluntária, junto de presos políticos, operários... e no “anti-colonialismo”, esse processo apresentou-se doloroso, apesar de percebido como “necessário”. Ela afirma que:

Houve uma altura em que nós sentimos a necessidade, nesta linha de começar a profissionalizar, sentimos a necessidade de dividir de uma forma mais organizada e mais a médio

231 Na senda dos argumentos de DESALAY & MADSEN (2009), a importação de “causas” implica a sua re-significação a partir dos interesses, posições e categorias de percepção dos mediadores desse processo, inseridos em disputas de poder.

prazo as nossas funções. Foi terrivelmente difícil porque como todos fazíamos tudo, todos estávamos agarrados muito a tudo. Portanto dizer assim tu agora só fazes cooperação e tu só fazes documentação (...) todos nós tivemos de fazer o luto de alguma coisa e não foi nada fácil (...) mas foi na ideia de nós termos, ganharmos mais competência numa determinada área para podermos responder melhor às coisas (...) houve outro momento difícil que foi, nós ganhávamos todos a mesma coisa, houve outro momento que foi alguém que pôs em cima da mesa (...) temos de ganhar de acordo com o nosso perfil, a tarefa que fazemos, o curriculum que temos, etc., e foi uma grande discussão, foi muito complicado, mas basicamente toda a gente estava de acordo em que se devia fazer distinções, eu fui a única que votei contra, fiquei completamente isolada, ainda achava nessa altura que ainda não tinha chegado esse momento e que ainda fazia sentido ganharmos todos o mesmo que aliás não era muito. (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Alguns autores têm argumentado que o processo de profissionalização favorece a emergência de identidades militantes distintas, permeadas por modos diversos de entender a relação com o “além-fronteiras”, associado às dinâmicas de especialização no interior das organizações vocacionadas para o internacional. Do ponto de vista da divisão do trabalho, é possível distinguir entre militantes que permanecem a maior parte do tempo na sede da organização, tendo como geografias de referência o espaço nacional e/ou europeu e aqueles que viajam em “missão”, com estadias mais ou menos longas nos países designados “em desenvolvimento” (SIMÉANT, 2001).

Uma das primeiras militantes do CIDAC, cuja atividade estava centrada no contexto nacional e europeu, ainda que orientada para “temas internacionais”, a sua relação com os países “de destino” da atividade “solidária” foi sendo construída através da interação com os cooperantes enviados pela organização. Tendo como responsabilidade, a realização dos primeiros processos de recrutamento, seleção, treinamento e motivação dos que partiam como *experts*, e da mediação com quem os recebia nos países para onde se deslocavam, a imputação

de motivos aos cooperantes apresenta-se fundamental para dar sentido à sua conduta e reatualizar sua identidade militante. Segundo ela:

Eu penso que era uma ideia de, de partilhar conhecimentos com pessoas digamos, pares, no sentido de profissionais das mesmas áreas, naqueles países (...) que tinham sido oprimidos pelo regime colonial português, não é? (...) Há uma coisa talvez também é importante dizer. É que, a motivação principal, e isto eu não expressei muito bem, a motivação principal das pessoas é uma motivação com base política, não é? Ou seja, eram pessoas que tinham fortes sentimentos anticoloniais e que queriam contribuir para um país que estava a, recém independente e a reconstruir-se. Portanto, havia aqui uma componente política bastante, bastante forte. (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

O modo como aquela agente / militante entende as motivações dos cooperantes, desvalorizando o interesse profissional ou econômico dos *experts* e enfatizando as motivações políticas e morais, é comum à justificação do seu investimento pessoal na “causa”, descrevendo-o como a contribuição para a concretização de uma *determinada visão política do mundo (...)*. A recusa das retribuições econômicas, ou de outras, associadas a alguma forma de “calculismo”, expressa a adesão à lógica do campo da “cooperação solidária que nega”²³² ou escotomiza²³³ as retribuições da militância. Todavia, ela distingue a sua militância da dos cooperantes pois estava engajada principalmente na “sensibilização” dos cidadãos portugueses para a “solidariedade com os países em desenvolvimento”, não tendo interesse em ir viver durante algum tempo nos países de “destino da solidariedade”.

Eu pessoalmente distingui-me sempre de muitas outras pessoas no sentido em que a maior parte

232 Bourdieu, na teoria das trocas simbólicas, argumenta que a vivência subjetiva de um ato como “desinteressado” resulta da incorporação das estruturas sociais que rejeitam a aplicação aos bens simbólicos, dos mesmos critérios de racionalidade econômica de outros bens transacionados na economia capitalista. (BOURDIEU, 2014).

233 Para GAXIE (2005), a escotomização apresenta-se como processo psicológico subjacente a dinâmicas de explicitação e negação, em alternância, das retribuições do engajamento (GAXIE, 2005).

das pessoas, muitas pessoas que passaram por aqui, não só na equipa, mas fora da equipa, vinha ter conosco porque queriam dar uma contribuição indo para os países cooperar. Era a contribuição que queriam dar para um mundo melhor (...) eu nunca tive essa vontade. Eu sempre pensei que o que eu podia dar e o que eu queria dar era sempre aqui. Nunca tive vontade de sair daqui. (...) Faz imenso sentido para imensa gente e ainda bem. Mas para mim isso nunca foi uma, nunca pensei que isso fizesse sentido. Eu sempre tive muito clara a ideia, por isso é que eu sou muito mais ligada à Educação para o Desenvolvimento, desde o princípio, porque eu sempre tive a ideia que era aqui que eu achava que podia dar o meu, a partir daqui, com as ligações todas que se possam imaginar, mas a partir daqui. (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Para outro entrevistado, empreendedor do CIDAC, com uma posição central no espaço da militância pela “solidariedade internacional em Portugal, nas décadas de 1970 e 1980, as viagens ocasionais ao terreno permitiram dar continuidade à atividade política anterior, centrada no “anticolonial”, e agora orientada para temas da “cooperação internacional” e do “desenvolvimento”, em particular para o “terceiro-mundismo” ou “não-alinhamento”. Tendo construído relações com dirigentes dos movimentos de libertação africanos, alguns deles dirigentes dos países recém-independentes, as viagens a África permitiam articular iniciativas concretas de cooperação e acompanhar as dinâmicas sociopolíticas em curso nos novos países, sobre as quais passou a escrever, publicando artigos em revistas dirigidas por académicos²³⁴ e em jornais ou revistas especializadas²³⁵ em Portugal.

As estadias nos “países em desenvolvimento” permitiram àquele militante, sem experiência prévia em África e cuja formação académica na área da Teologia não era particularmente cotada na “cooperação para o desenvolvimento”, mas com capital político e proximidade às ONG europeias de “solidariedade”, diversificar o leque de relações e criar laços com dirigentes e técnicos de departamentos estatais, com “cooperantes” estrangeiros de ONG ou de instituições internacionais. Esse processo permitia a aquisição de competências

234 *Economia e Socialismo* dirigida por Mário Murteira e colegas economistas.

235 Exemplo *Cadernos do Terceiro Mundo* dirigida por Neiva Moreira

experts, das terminologias da “cooperação”, mas também de “informação sobre o terreno”.

Nos “países em desenvolvimento” os funcionários estatais intermediavam as relações com os “destinatários” da atividade “solidária”, favorecendo o contato direto com grupos populacionais. Através dessa mediação, os militantes estrangeiros ligados a organizações não-governamentais foram sendo também expostos aos “desajustes” dos projetos de desenvolvimento promovidos através da cooperação bilateral e das agências internacionais. Assim, ao serem introduzidos às “comunidades”, às formas de “organização popular” e às “culturas locais”, seus interesses pelas “questões sociais” e os “problemas humanos” são atualizados, e o engajamento em estruturas organizacionais de menor dimensão e “próximas das pessoas”, atributos geralmente atribuídos às organizações não-governamentais, é legitimado.

Num contexto de partido único, como o da Guiné-Bissau ou Moçambique, até meados da década de 1990, as relações com “dirigentes políticos” e “comunidades” permitiram àquele dirigente do CIDAC, com um itinerário marcado pela articulação entre o espaço religioso e político, sustentar uma prática militante vivenciada simultaneamente, como atuação política e intervenção em “questões sociais”, mantendo a *proximidade às coisas do povo* por contraponto à “insensibilidade” e ao “distanciamento” das instituições internacionais do setor do “desenvolvimento”. Essa concepção do engajamento na “solidariedade internacional”, expresso como “solidariedade crítica”, é atribuída a um espaço associativo considerado por esse agente como: *suficientemente informal, suficientemente politizado mas suficientemente independente também e com uma prática muito livre, muito pouco hierarquizada*. Essa percepção distinguiria as ONGs dos partidos políticos e sindicatos, mas também de organizações de cariz humanitário / assistencial que se apresentam como “politicamente neutras”.

Nos países de “destino” da militância, o trânsito entre universos sociais, dos dirigentes políticos, quadros do Estado e o “povo” possibilita a reconstrução das motivações do engajamento em face da percepção das *contradições* do “desenvolvimento”, das lideranças dos movimentos de libertação, agora no exercício do poder, e da comunidade internacional, e confirma as disposições para a militância fora de espaços institucionalizados e de inspiração humanista, reconvertidas no espaço da “solidariedade internacional”. Segundo

essedirigente do CIDAC, com um percurso de militância “além-fronteiras” iniciado no espaço religioso:

(...) a nossa capacidade de avaliação político social destes processos acabou por nos dar, dentro de um quadro sempre de solidariedade, uma postura muito crítica em relação àquelas opções, tá a compreender, e ao mesmo tempo o apoio aos movimentos populares e às cooperativas, à descascadora de pedal, tá a perceber, se isto faz sentido dizer assim. (...) Mas muito cedo com os movimentos de base (...) porque trabalhando no domínio da política acabávamos por ter contato com os líderes e os altos quadros mas com o tipo de militantes desprendidos que nós éramos, muito sensíveis às questões sociais, aos problemas humanos, muito cedo a gente estabeleceu contato direto com, escolas, cooperativas, compreende (...) e apanhamos gente incrível a ajudar-nos nesse processo (...)(Homem, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Paralelamente à atividade de cooperação com os “países em desenvolvimento” esse militante construiu redes de relações junto do movimento europeu de “cooperação solidária”, mas também de outras redes de dimensão internacional, adquirindo um importante capital internacional. Segundo ele:

(...) a um certo momento este processo de um certo ativismo de base, militante, solidário, internacionalista, cruza-se com outro processo europeu, já com os anos 1980 entrados, que é os processos pela paz na Europa contra o armamento nuclear, é uma outra coisa importantíssima (...) isto é um movimento importantíssimo e em que o CIDAC se mete em cheio sabe. (...) Isso deu origem, esse contato (...) que se criasse mais um coletivo no âmbito do CIDAC chamado GAP – Grupo de Ação pela Paz que se envolveu imenso nessas questões. Havia um movimento inglês poderosíssimo chamava-se movimento ENDS, com uma fundação Russel, fomos aí em grupo a Amsterdam, a uma grande assembleia europeia. (...) Logo no princípio dos anos 1980 começámos a ter bastante contato com

Itália e há em Itália uma série de instituições criadas por um importantíssimo senador da esquerda independente italiana (...) Lélío Basso que tinha criado uma fundação, um tribunal independente dos povos que ainda hoje existe e do qual ainda sou membro, ainda hoje, e uma Liga Internacional para os Direitos e Libertação dos Povos (...) mercê de muitos contatos meus com aquela coisa, participei nos congressos deles (...). Eu, por exemplo, em representação dessa organização, eu fui às Nações Unidas, a Geneva, testemunhar a favor da luta da Eritreia, bom, os circuitos que se tomam aqui nem imagina. E esse tipo de movimento era muito favorável a uma corrente que eu pessoalmente desenvolvi imenso, e até escrevi um livro sobre isso etc., sobre o tema do não alinhamento. Ai uma noutra vertente (...) era cultivar essa vertente, num mundo muito bipolarizado nós colocamo-nos muito claramente fora dessa lógica e preconizávamos que aqui nós europeus, independentemente de sermos Norte, Sul e tal, devíamos ser também não alinhados (...) isto tinha que ver com os problemas da paz, tinha que ver com os problemas do desenvolvimento, estou-lhe aqui a apontar um outro filão de internacionalização e de movimento de escala europeia e não só, esta Liga era verdadeiramente internacional. Tinha ramificações desde a Argentina à Alemanha sei lá, percebe, e tinha malta ali notabilíssima (...)(Homem, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

O engajamento na “cooperação solidária para o desenvolvimento” desse agente /militante terminaria, contudo, nos primeiros anos da década de 1990 após o ingresso na docência na área da Sociologia das Relações Internacionais, campo no qual tinha procurado entrar desde o abandono do sacerdócio nos anos 1970. Segundo ele, o seu interesse e disposições para o ensino foram construídas ainda durante o período em que leccionou num colégio católico, antes da sua ordenação, fase que considera muito importante. Com a transição para o campo acadêmico, a experiência anterior no setor da “cooperação para o desenvolvimento” apresenta-se como “recurso didático” utilizado para a formação dos alunos. Neste âmbito, o passado como militante na “solidariedade internacional” apresenta-se agora como pleno de contradições ou de equívocos no que respeita às

“estratégias de desenvolvimento” preconizadas pelos atores da cooperação internacional para os chamados “países em desenvolvimento”. Assim, esse agente, um dos empreendedores do CIDAC, engajado desde meados da década de 1960 no anticolonial, afirma:

(...) uma visão muito, muito problemática sabe, eu não consigo falar muito a frio dessas coisas sabe porque sei que por trás das nossas palavras e das nossas análises estão realidades humanas pesadíssimas (...). (...) Ou seja, as contradições teóricas, estratégicas, sociais destas realidades são muito perturbadoras compreende, de tal maneira que eu à medida que olho assim para esse passado fico com uma grande perplexidade mental digamos, intelectual, a olhar para ele. Porque vi como eram falaciosas as estratégias, como eram enganadoras, às vezes, as práticas declaratórias que a gente tinha, não é? (...) Ultimamente a gente lê coisas de autores consagrados que falam do pós-desenvolvimento, como quem diz, foi um período que passou, agora pós-desenvolvimento, depois há o período todo da suposta democratização daquelas sociedades, os equívocos de tudo isso (...). Tudo isto repare, ao dizê-lo posso parecer assim um intelectual desiludido. Não é verdade, sou uma pessoa muito consciente das contradições históricas de um processo histórico atribulado compreende? (...) A gestão do coletivo tem de ser muito cautelosa, tem de ser políticas de pequenos passos, para não comprometer irremediavelmente soluções finais que julgávamos boas e que se revelam incapazes (...) (Homem, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A desilusão face aos resultados da “cooperação solidária” e das “doutrinas do desenvolvimento” não pode ser desassociada do processo de objetivação do campo onde atuou como militante, inerente à aquisição de disposições académicas e da posição atual em seu trajeto social. Todavia, o desencajamento não pode ser atribuído apenas ao “desencantamento” com os resultados da “solidariedade internacional”. Efetivamente, no final da década de 1980 e início da década de 1990, assistiu-se a um incremento da valorização social das “ONG de

desenvolvimento” e de interesse pelo “internacional”, apresentado no capítulo anterior. Nesse período, os capitais mobilizados pelo entrevistado ao longo do ativismo “além-fronteiras”, o seu elevado capital escolar, as disposições para a “reflexão” sobre temas da política internacional e a proximidade a círculos de intelectuais adquiriram importante cotação pelo crescimento das universidades particulares em Portugal e do incremento do número de cursos e alunos de Relações Internacionais (MENDES, s/d). Este contexto favoreceu a transição da atividade militante para a atividade de docência no Ensino Superior, mas a sua capacidade de circulação entre esferas sociais indica a mobilização de um conjunto de recursos, ao longo de seu itinerário (políticos, sociais, culturais) reconvertíveis em diferentes esferas sociais. Segundo ele:

Eu às vezes brinco comigo próprio e com alguns amigos com quem falo disso a dizer que tenho três vidas. Uma vida, um período de vida muito marcado pela experiência religiosa, muito marcado. Um segundo muito marcado pela experiência política. E um terceiro, que é o que ainda continua, onde domina digamos a experiência universitária, portanto, científica, o conhecimento, etc. (Homem, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A causa da “cooperação internacional para o desenvolvimento” mobilizou após as independências das ex-colônias portuguesas outra categoria de militantes, a dos cooperantes expatriados temporariamente nos “países em desenvolvimento” para prestar “assistência técnica”, ou seja, para “transmitir conhecimentos e práticas” para os dirigentes e técnicos locais. O grupo de cooperantes que, não sendo militantes a tempo inteiro do CIDAC, participaram de suas atividades de cooperação através da prestação de “assistência técnica” na formação de professores bissau-guineenses, ainda em 1974, concretizou a primeira experiência de cooperação, fora do espaço estatal, promovida por atores portugueses após o fim do Estado Novo e a descolonização. O percurso do militante que liderou esse grupo revela que no período de “efervescência” social, política e cultural dos anos 1974/1975, em Portugal, a elevada cotação atribuída à dimensão política da “cooperação solidária” pelos empreendedores do setor apresentava-se “coerente” com as disposições de “questionamento do estabelecido”, “experimentação” e de “não-diretividade” de alguns grupos profissionais.

Assim, para aquele militante, professor de arte, integrado no primeiro grupo de cooperantes do CIDAC, a “cooperação solidária” foi motivada pelo *espírito do tempo*. A *animação* que se vivia no contexto português, o entusiasmo com os novos países, em particular com a Guiné-Bissau, por onde tinham passado amigos seus durante a guerra, e a admiração por Amílcar Cabral, constituem-se como elementos justificativos do engajamento. Apesar de ter sido a sua primeira viagem para o continente, a África estava *no mapa dos afetos* pois tinha familiares próximos em Moçambique. Relatando o seu percurso na área das artes e da pedagogia, destacou as experiências em projetos educativos considerados “pioneiros” e *na margem* - como as primeiras oficinas de arte realizadas em museus portugueses, com crianças de vários estratos sociais, e junto de instituições de assistência a crianças portadoras de deficiência... O domínio de outras línguas permitiu-lhe integrar equipas estrangeiras de cinema onde adquiriu um sentido de *the show must go on*, a capacidade de adaptação ao imprevisto. No ano anterior à ida para a Guiné-Bissau, após uma estadia nos Estados Unidos, tinha fundado uma escola de arte orientada por princípios pedagógicos não-diretivos.

Neste sentido, a experiência como cooperante na Guiné-Bissau, integrado no primeiro grupo de voluntários, enviado a partir de Portugal, ainda em 1974, por um espaço coletivo engajado na “solidariedade internacional”, apresenta-se como um processo de reatualização e mobilização de disposições adquiridas ao longo do trajeto individual designadamente, certo “espírito de aventura” e de “empreendedorismo”, a adaptação a condições de vida e de trabalho “pouco confortáveis” e que requerem algum tipo de improviso. Esse “improviso” era, contudo, “controlado”, já que as viagens de “voluntariado solidário” eram realizadas durante períodos de férias e assim, articuladas com as responsabilidades profissionais e familiares, entretanto assumidas em Portugal.

A atividade de voluntariado na Guiné-Bissau entre 1974 e 1977, é construída como coerente com uma concepção da relação entre arte, pedagogia e militância no qual o engajamento sociopolítico entendido como “subversão do estabelecido” é parte da identidade do artista / professor / pedagogo. Assim, a participação em atividades como as de “cooperação solidária”, nas “margens”, promovidas por organizações não-hierarquizadas e não-formais como o CIDAC, permite o exercício prático daquela identidade. Segundo este militante, com um percurso próximo dos católicos “progressistas” e empreendedor de uma escola de arte:

Um artista vê-se pelo que faz. Uma artista faz. Portanto é relativamente fácil avaliar do seu compromisso, do seu entusiasmo, do seu interesse, do seu estímulo, do seu crescimento, da sua inteligência. (Homem, professor, ex-cooperante, entrevista em Portugal)

Por outro lado, o engajamento na solidariedade internacional apresentava-se como uma experiência socialmente valorizada por outros significantes em particular, por seus pares no âmbito profissional, com concepções semelhantes sobre a atividade pedagógica e artística, e por amigos com quem criou laços durante a oposição à ditadura, no contexto do “catolicismo progressista”. Para este militante, voluntário do CIDAC nos primeiros grupos enviados para a Guiné-Bissau, socializado em universos que valorizavam a relação entre a arte e a militância, a viagem e a estadia naquele país foram uma aventura marcada pelo “sacrifício” e o “inesperado”, devido à precariedade das condições logísticas existentes, e vivida como um prolongamento da “animação” associada à “efervescência militante” do Portugal pós-25 de Abril. Segundo ele:

E deu-me um vaípe e disse (...) estaria extremamente interessado (...) E, de uma forma completamente improvisada, a nível de irmos para o aeroporto com passaporte, não sei se havia visto, sem dinheiro (...). E, e fomos, uma equipe, uns tantos professores que estavam ligados ao movimento da escola Freinet, (...) da motricidade, da pedagogia não-diretiva, pessoas (...) do campo da música, depois essa equipe foi-se redimensionando ao longo do tempo. Isso depois durante três anos, portanto, 74, 75, 76, 77, fizemos um vaivém, entre ir duas vezes por ano, no Natal e depois nas férias grandes, ir um mês, assim, um vaivém, sempre neste regime de voluntariado, com uma equipe que se ia redimensionando também, ia ganhado com a experiência que ia fazendo, ia depois programando para a experiência seguinte, e uma equipe disposta a trabalhar nas condições absolutamente, rarefeitas digamos, que existiam na Guiné Bissau. Dormindo ao Deus dará, comendo ao Deus dará. E... pronto o que eu estava a dizer é que, podia ter calhado em outras mãos mas calhou nas minhas e nas mãos das pessoas que foram, que se foram juntando para

essas equipes da Guiné, eram pessoas que tínhamos muito esta mesma, e nós trabalhávamos muito em Portugal também (...) andávamos por aí mas não calcula, uma grande animação. (Homem, professor, ex-cooperante, entrevista em Portugal)

No país de destino, o encontro com o “outro”, a relação com atores políticos e sociais locais, a interação com militantes de outros países, apresentam-se como elementos fundamentais do processo de “tornar-se cooperante” ainda que em estadias de curta ou média duração. Para o entrevistado, esse processo foi vivido como um ajustamento das expectativas iniciais. Ao imaginário da “criatividade” do PAIGC durante a luta de libertação, em particular, o exemplo das “escolas do mato”, contrapôs-se, para este cooperante, o processo de institucionalização em curso no país.

A frustração das perspectivas de criação, na Guiné-Bissau, de uma escola com um modelo pedagógico “diferente”, a “desilusão com a conduta dos dirigentes do PAIGC”, que tinham dirigido uma luta de libertação considerada exemplar e que eram agora criticados pela utilização das “ajudas internacionais”, e a constatação das contradições entre o discurso e a prática da “generosidade” pelos “doadores estrangeiros”, que enviavam para a África as suas sobras, conduziu ao reajustamento das motivações e à valorização de outros elementos da experiência, como o “companheirismo entre os voluntários” e as “aventuras”. A “animação do grupo” passou a ser entendida como a forma de “subversão” possível num país que esse militante entendia estar em processo de “formalização”.

Efetivamente, o fim das experiências de envio de cooperantes voluntários é atribuída pelo entrevistado, à não renovação dos pedidos por parte do governo bissau-guineenses, num contexto em que os mecanismos de institucionalização da cooperação internacional permitiam ao país dispor de cooperantes remunerados que permaneciam no terreno ao longo do ano. Para esse agente, a sua atividade na “cooperação solidária” terminaria assim em 1977, sendo agora percebida como uma experiência pessoal importante, mas percebida como insatisfatória do ponto de vista dos resultados alcançados, e por isso associada a alguma desilusão. Afirma assim que:

A mim trouxe-me experiência valorosa. (...) Do ponto de vista... trouxe-me um certo, uma certa desilusão de, de, não muita, mas alguma, de, de sentir que não, não sou capaz também de fazer uma avaliação completa. De saber se apesar de

tudo alguma coisa ficou... desta nossa, ou não ficou nada, ou, ou até serviu para, ao ser contrariada, criar outras coisas, não sei. Mas, um certo ar de segura, de uma coisa que foi plantada e não medrou (...).(Homem, professor, ex-cooperante, entrevista em Portugal)

A transição da militância de oposição ao salazarismo e ao colonialismo, organizada no seio dos chamados “católicos progressistas”, para a militância “de solidariedade internacional” e “pelo desenvolvimento” dos novos países, é apresentada como o percurso “natural” para alguns daqueles engajados em acabar com a ditadura e principalmente, com a guerra colonial num contexto de efervescência militante. Neste sentido, aquela transição é um “produto do seu tempo”.

Todavia, o engajamento na realização das primeiras atividades de “cooperação solidária”, fora de espaços institucionalizados, e o processo de tornar-se militante daquela “causa” após o 25 de Abril não podem ser dissociados de processos de mobilização de recursos internacionais, junto dos atores do internacionalismo católico engajados no “desenvolvimento” e da mobilização de capital político, social e cultural que permitiram a reconversão da militância. O passado de ativismo “anticolonial” tornou-se um recurso simbólico e político a ser preservado e reinvestido noutros engajamentos, em particular, na “cooperação solidária”. Neste quadro, as contradições e desilusões do “desenvolvimento”, dos ideais associados às lutas independentistas e as pressões sentidas para a profissionalização do ativismo que emergem nos primeiros anos da militância “pela solidariedade internacional” vão sendo geridas visando a preservação da *illusio* da militância cuja cotação se mantém elevada.

2 Experts militantes pela “solidariedade internacional” (adesão entre 1977-1980)

Em 1976 foram realizadas as primeiras eleições após a queda da ditadura em Portugal. O processo de institucionalização de um modelo de governo próximo ao dos outros países da Europa ocidental estava assim em curso. A “efervescência” política e social tinha atingido o seu ápice com o golpe de 25 de Novembro de 1975 que permitiu a ascensão das “forças moderadas” dentro das Forças Armadas, e os partidos do “centro” do espaço político. Terminaria assim o Processo Revolucionário em Curso (PREC), liderado por um grupo de militares e seus aliados políticos da “extrema esquerda”.

Apesar da disputa sobre os sentidos do Império português, do colonialismo e da descolonização, após as independências africanas, a celebração de acordos de cooperação com as diversas ex-colônias portuguesas apresentou-se como o modo de relação possível com os novos países, à semelhança do que tinha sido feito por outras antigas potências coloniais europeias e da própria CEE. Em meados da década de 1970, a cooperação internacional para o desenvolvimento caminhava no sentido da especialização técnica e da profissionalização, quer no contexto das organizações multilaterais, quer nos países “prestadores de ajuda”, com a criação de agências dedicadas à cooperação com os “países em desenvolvimento”. Assente no pressuposto do “dever moral” dos países “desenvolvidos” exportarem conhecimentos técnicos e modelos sócio institucionais para os países recém-independentes, através da chamada “assistência técnica”, o envio de *experts* para “formar” dirigentes e quadros africanos tornou-se uma prática-chave da cooperação para o desenvolvimento²³⁶. Assim, quando foram criadas, em Portugal, as primeiras instituições vocacionadas para a cooperação internacional abriram-se perspectivas de integração profissional para indivíduos com capital escolar²³⁷ ou especialização técnica valorizada no âmbito do “desenvolvimento”.

236 Analisando a transição do colonialismo para a cooperação para o desenvolvimento, no caso inglês, Kothari (2005a) demonstra, a partir dos trajetos de antigos funcionários coloniais, o modo como, naquele setor, foram, num primeiro momento, valorizadas as competências daqueles profissionais e, num segundo momento, partir da década de 1970, foram sendo substituídos por *experts*, sem relação prévia com os países “em desenvolvimento” para onde eram enviados. Este processo de profissionalização e especialização está associado à ambição universal de determinados saberes. Por outro lado, o distanciamento em relação aos “saberes-ser e saberes-fazer coloniais”, e a valorização do profissionalismo constituem formas de distanciar a cooperação para o desenvolvimento do colonialismo.

237 Ao longo das décadas de 1960 e 1970, Portugal viu crescer o número de estudantes, incluindo mulheres, nas universidades. Desde a década de cinquenta, uma nova geração de tecnocratas, alguns com experiência académica no exterior, defendia a escolarização da população como instrumento de modernização nacional, apelando para a aproximação do país às instituições europeias e a abertura ao espaço internacional. Esse enjejo modernizador contribuiria para mudanças no setor da educação, ainda que prosseguidas de modo limitado por um regime tensionado entre os que defendiam o status quo e os que advogavam por reformas (STOER, 1983). Após o período de expansão, durante a década de 1970, em 1974, quando se dá a queda do Estado Novo, o país atravessava um período de agravamento da situação económica e social, na sequência da crise internacional do início da década de 1970, que se agravaria nos anos seguintes constringendo as aspirações

Em 1976 foi publicada a primeira legislação relativa às relações de cooperação entre Portugal e as suas antigas colônias. Este enquadramento legal permitia recrutar, para os programas de cooperação, técnicos especializados dentro e fora da administração pública portuguesa. Nesse período, também o CIDAC enviava regularmente, a pedido dos países africanos, e em articulação com as suas embaixadas em Portugal, cooperantes para prestarem serviço em diversas áreas profissionais. Ao contrário do que acontecia com os programas estatais, que eram financiados e enquadrados pelo estado português, os cooperantes recrutados e acompanhados pelo CIDAC eram pagos pelos governos locais através de fundos mobilizados junto de organismos internacionais ou das cooperações bilaterais.

É, assim, num contexto em que a cooperação internacional para o desenvolvimento se torna, em Portugal, um espaço de atuação profissional, que as militantes consideradas nessa micro-coorte, iniciam, no período entre 1977 e 1980, sua relação com a “cooperação solidária”, uma através do Estado português e outra através do CIDAC. Partindo de organizações distintas, suas expectativas e experiências, formas de recrutamento, motivações e recompensas são percebidas de modo diferente, revelando processos distintos de engajamento e de articulação entre a “militância” e a “profissão” (SAWICKI & SIMÉANT, 2009).

Ambas as militantes são nascidas no início da década de 1950 e cresceram fora de Lisboa, na região centro do país, em cidades pequenas, tendo, contudo, realizado seus estudos secundários, na totalidade ou em parte, em liceus da capital. Uma das militantes é filha de um agricultor e de uma operária. A outra militante é filha de um funcionário público e de uma professora do ensino primário.

Suas infâncias e adolescência, ao longo dos anos 1960, ocorrem num período de “europeização” de Portugal. Verifica-se um incremento dos contatos com o continente quer através dos fluxos de turistas quer da emigração de portugueses para diversos países europeus, deslocando as rotas migratórias da América e das colônias africanas (BARRETO, 2002). Entre as classes médias-altas e altas, que valorizavam as viagens e a formação escolar no estrangeiro, processo que se acentua com o início da guerra colonial como forma de evitar a mobilização dos jovens para as Forças Armadas. Entre os decisores políticos, a integração nas instituições europeias era considerada estratégica para o desenvolvimento do país e fundamental para o seu

prestígio internacional²³⁸. Nesse contexto, uma das agentes / militantes, refere que logo na infância foi estimulada pela mãe, professora, a interessar-se por outros países. Segundo ela:

Tanto que quando aquela fase da adolescência, meio parva, eu dizia que me ia embora de Portugal e ia estudar Sociologia para Lovaina e tal... era uma coisa na altura, sair assim, era normal, eu tinha passado a vida a ouvir histórias de outros países e, portanto, era normal. Na altura não era nada normal, nem sequer era normal sair de casa quanto mais... quanto mais para outro país. (...) me permitiu muito cedo ter acesso a outros horizontes, pensar diferente percebes, do que era a maioria, pensar-se diferente lá em casa, ter curiosidade por outros sítios, embora por exemplo não tivesse família praticamente nenhuma em África, só um irmão do meu pai é que a uma dada altura foi, mas não havia ligações por aí. Era uma curiosidade mais intelectual (...). (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Apesar de não ter viajado para fora do país durante a infância ou adolescência, o ambiente social “mais próximo” da Europa e o estímulo “cosmopolita” no seio familiar colocavam-na perante horizontes de possibilidade “além fronteiras” ainda que não concretizados, como a saída do país para estudar. O interesse pelo “além-fronteiras” é descrito como “curiosidade” e atribuído a um ambiente familiar em que se “pensava diferente da maioria”. Exercitavam-se competências “cosmopolitas” através da conversação noutras línguas, em particular em francês, liam-se histórias sobre lugares distantes e “exóticos” e partilhavam-se as memórias de viagens europeias de seus avós.

Do ponto de vista da relação com o “político” a oposição à ditadura de seu avô materno e a sua demissão da função pública por

238 Neste sentido, o regime salazarista participou da fundação da OECE – Organização Europeia para a Cooperação Econômica em 1948, e decidiu integrar a zona europeia de livre-comércio criada no final da década de 1950 através da negociação de acordos em que, recusando a condição “desprestigiante” de país “em desenvolvimento”, procurou contudo aceder a condições especiais para proteger as indústrias nascentes num dos membros mais pobres da organização (ANDRESEN-LEITÃO, 2004).

motivos políticos, e o conseqüente declínio da condição socioeconômica da família, contribuíram para a formação de suas disposições de resistência ao regime. Por outro lado, a convivência com o ateísmo do outro avô contribuiu para o seu distanciamento, e posicionamento crítico, em relação à Igreja Católica, vista como próxima de Salazar.

Ao longo de sua formação escolar mudou várias vezes de cidade não tendo construído relações de amizade ou de pertença a grupos que considere relevantes durante a infância e adolescência. Foi nos últimos anos do ensino secundário, em Lisboa, enquanto aluna interna de uma escola particular que começou a interagir com estudantes universitários, mais velhos, e a ter contato com literatura que até aí não tinha acesso. Prosseguindo os seus estudos, a entrada na universidade foi percebida como uma oportunidade de autonomização pessoal, optando nesse sentido por conciliar a atividade acadêmica e o trabalho assalariado, e de ligação a espaços politizados. Segundo essa agente / militante, com origem numa família da classe média, de fora de Lisboa, educada num contexto de valorização de competências cosmopolitas:

(...) entro na Universidade, na prática era a altura em que eu achava que ia ter um quadro mais de coisa, mais de poder estar mais por dentro das coisas, ter mais ligações, mas isso coincidiu com duas coisas. Coincidiu, quando entrei na universidade decidi sair de casa e decidi trabalhar para viver sozinha. (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A escolha do curso de Economia deu-se por orientação familiar. A valorização social daquele diploma, no contexto da “modernização” do país, por contraponto à área para a qual a estava mais motivada, a das artes, expressa o investimento das famílias de classe média e média alta na escolarização dos filhos, e filhas, em áreas de mais fácil integração profissional, e socialmente valorizadas (VIEIRA, 1995). Combinando os estudos com o trabalho assalariado, iniciou a vida profissional num centro de documentação de uma instituição estatal. Todavia, sendo aquela uma atividade a tempo inteiro, condicionou a sua participação nos grupos estudantis que atuavam na sua universidade. Sentindo necessidade de *ligar-se a algo*, de atuar politicamente, foi através de colegas de trabalho que estabeleceu contatos com o grupo de católicos “progressistas” engajados na “oposição ao regime” e em particular, à guerra colonial, junto dos quais militaria. A aproximação a esse grupo não decorreu, contudo, da partilha

de convicções católicas, e não alterou o seu distanciamento em relação à prática religiosa, mas permitiu-lhe construir relações com pessoas pelas quais desenvolveu admiração e amizade. Segundo ela:

Acabou por ser nesse meio que eu acabei por me ir integrando, embora não tivesse nenhuns referenciais católicos, nem de perto, nem de longe, nunca tive nem passei a ter, mas reconheci ali um grupo de gente que estava contra o regime por um lado, e sobretudo contra a guerra, pronto, contra a guerra colonial. E portanto essa fase ali antes do vinte cinco de Abril que tem a ver com os movimentos dos católicos progressistas contra a guerra não é, acaba por ser o espaço onde eu me consigo de alguma maneira ver. Na prática foi um espaço, embora não fosse um espaço identitário para mim porque a matriz de partida daquela gente era diferente da minha não é, mas era um espaço de gente que fazia coisas e onde contatei com gente mais velha que eu admirei, admirava intelectualmente, admirava em termos de coragem política, sei lá, (...) pessoas que conheço nesta altura e que são as minhas grandes referências nessa altura. (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A carreira escolar e o engajamento político dessa agente seriam teriam limitações com o nascimento do primeiro filho, ainda durante a frequência universitária, constituindo família com um colega da universidade igualmente militante “anticolonial” e “anti-ditadura” que conheceu no grupo dos católicos “progressistas”. No seu novo espaço familiar, a atividade política permaneceria importante, mantendo-se ambos próximos de grupos contestatários do regime no meio estudantil e de católicos “progressistas”.

A outra militante, dessa micro-coorte, viveu a sua infância numa região rural. Todavia, com a transição para o ensino médio, deslocou-se para Lisboa, período durante o qual teve militância católica. No acesso à universidade, escolheu o curso de Letras, uma área de estudos comum entre o número crescente de mulheres com acesso ao ensino superior à época (VIEIRA, 1995). Tendo origens sociais numa família em que o pai era agricultor e a mãe era operária, o investimento na formação escolar apresenta-se como mecanismo de ascensão social. Foi durante o tempo na universidade que teve contato com outros países, através do associativismo estudantil. Segundo ela:

Tinha feito Europa, tinha feito viagens pela Europa, pois. As viagens pela Europa eram possíveis, por exemplo no meu caso, no âmbito das associações de estudantes das faculdades. No âmbito das associações havia ah... havia aquelas... as deslocações para as pessoas fazerem trabalhos durante as férias, organizadas no âmbito das associações dos estudantes em contato umas com as outras. E neste âmbito eu tinha estado na Polónia, tinha estado na Inglaterra, tinha estado na Alemanha, tinha andado aí por muitos sítios, onde era possível trabalhar, fazer não sei quê, portanto, as associações de estudantes tinham uma vertente ah... aí a nível até de intervenção, uma vertente muito politizada como tu sabes, etc., etc., etc., (...). (Mulher, professora universitária, ex-cooperante, entrevista em Portugal)

Durante a formação universitária aquela militante viajou por vários países europeus através dos programas de intercâmbio entre associações de estudantes universitários, participando de campos de trabalho durante as férias. A componente política associada a essas viagens é reconhecida pela militante, que participou do associativismo estudantil universitário, num período histórico, final da década de 1960 e início de década de 1970, de grande “efervescência” política no espaço académico nacional e europeu.

A queda do Estado Novo em 1974, encontrou as militantes em situações sócio profissionais distintas. Uma delas, estudante de Economia, que acumulava os estudos e o trabalho num Ministério, abandonara a faculdade na sequência da maternidade. Tendo relações com o espaço de ativismo estudantil e o dos “católicos progressistas, mudaria seus engagements. Envolveu-se então: (...) *muito nesta coisa do trabalho no bairro, bairro e comissão de trabalhadores, as duas coisas, até para aí, sei lá 1978, 1979.* As suas atividades de militância dispersaram-se para espaços de engajamento mais próximos do seu quotidiano, participando da comissão de trabalhadores, da comissão de moradores do seu bairro e através desse espaço, ingressou num partido da “extrema esquerda”. A atividade sindical não lhe interessava, pela proximidade ao Partido Comunista, e porque lhe parecia *cheia de truques.* Em final dos anos 1970, em 1979, essa agente / militante reencontrou elementos do grupo de “católicos progressistas” fundadores do CIDAC através das relações de amizade que mantinha

com aqueles que se tinham convertido à “solidariedade internacional”. Afirmando que estava num período de desmotivação com a militância partidária, que já não a *entusiasmava*, aproximou-se do grupo de voluntários interessado na cooperação com a Guiné-Bissau do CIDAC. Tendo um itinerário próximo do “anti-colonialismo”, e tendo interrompido a formação escolar superior por questões familiares, afirma que:

(...) eu vou para o grupo de voluntários de solidariedade com a Guiné-Bissau (...) e havia guineenses a estudar cá em Portugal, tinha gente que tinha sido cooperante nos primeiros anos logo a seguir à independência que tinha regressado (...). Nesse fim de anos 1970 largo um bocado o quadro mais partidário que comecei a não me entusiasmar muito e volta a ideia de bom, se andei no anticolonial agora pode fazer sentido fazer o processo de construção dos estados pós independência, não sei quê, e o CIDAC aparece aí como ir àquilo que tinha sido as motivações antes do vinte cinco de Abril que estava muito ligado à história do anticolonial, e portanto o grupo da Guiné Bissau aparece assim, e aparece a hipótese de ir trabalhar um tempo (...). (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

No CIDAC passou a interagir com antigos cooperantes e estudantes bissau-guineenses. Seus interesses de militância, associados a atividades ou “causas” que combinam política e alguma forma de intervenção social, prática, ligada a questões concretas, eram congruentes com as oportunidades de militância que o CIDAC oferecia, em particular, através da atividade de “cooperação solidária”. O distanciamento daquela organização em relação à dimensão religiosa dos “católicos progressistas” e a cotação atribuída ao capital político no recrutamento de militantes, permitiram a esta militante reconverter os recursos mobilizados em suas militâncias anteriores, agora na “solidariedade internacional”.

A aproximação ao universo da “cooperação solidária” possibilitou a percepção de novas perspectivas profissionais, em particular as oportunidades associadas à circulação internacional de cooperantes. Neste sentido, através do CIDAC, foi recrutada para trabalhar para o Estado da Guiné-Bissau em 1980, no Comissariado do

Plano e da Cooperação Internacional. Porém, a viagem seria suspensa devido ao golpe de estado que destituiu o presidente Luís Cabral naquele ano. Assim, a viagem para a Guiné-Bissau concretizar-se-ia apenas em 1983, onde permaneceu alguns meses trabalhando no centro de documentação daquele ministério, atividade próxima à que desempenhava em Portugal. Em 1985 regressou à Guiné-Bissau com o marido, economista, entretanto contratado como *expert* por uma instituição internacional para prestar serviços como consultor no comissariado do Plano e Cooperação Internacional. Esta segunda estadia naquele país durou um ano e meio.

A outra agente / militante, que cursava Letras em Lisboa, prosseguiu a sua formação académica sem interrupções e concluiu o curso em 1974. Iniciou então a sua vida profissional na área da docência assumindo rapidamente uma posição de chefia numa escola fora de Lisboa. Em 1977, já integrada nos quadros do Ministério da Educação e com um vínculo profissional que lhe conferia estabilidade, considera que tinha chegado ao topo da carreira como professora do ensino básico. Segundo ela:

Depois, nessa altura, logo imediatamente a seguir ao 25 de Abril eu passei para diretora de uma escola, uma escola enorme que era Vila Franca de Xira. Depois fiz também um estágio, portanto havia assim um percurso que na altura estava completamente (...) sobre o ponto de vista académico e até sob ponto de vista profissional, a situação também estava perfeitamente adquirida, realizada, era professora efetiva numa escola, portanto as expetativas, tinha chegado, era um caminho, o final do caminho. (Mulher, professora universitária, ex-cooperante, entrevista em Portugal)

O investimento escolar e profissional bem sucedidos e as experiências de viagens pela Europa criaram as condições e interesses que suportariam a sua busca por experiências internacionais. Tinha disponibilidade, não tendo ainda “obrigações familiares”, motivação e recursos para procurar outras experiências de trabalho, *ir para coisas novas*, que associava a viver noutros países. A busca por essas oportunidades motivou a apresentação de uma candidatura para leccionar português na República Democrática Alemã, em 1977. Mas, apesar de ter sido aprovada pelas autoridades alemãs não foi autorizada, pelos responsáveis do Ministério da Educação português, a sair do país.

Nessa altura, tendo tido conhecimento de que os estados africanos de língua oficial portuguesa estavam a recrutar professores em Portugal, decidiu concorrer junto das respetivas representações diplomáticas. Foi recrutada através da embaixada da Guiné-Bissau, país para onde viajou em Fevereiro de 1978, ao abrigo dos acordos de cooperação celebrados com aquele país. Não tendo um percurso de militância na “solidariedade internacional” e não entendendo a “cooperação” a partir de referenciais políticos, dispunha de um tipo de *expertise* valorizado pela cooperação internacional, em particular nas antigas colónias portuguesas onde o ensino continuou a ser realizado em português. A sua especialização profissional apresentou-se como a “porta de entrada” para aquele setor.

Sendo, ambas as militantes, funcionárias do Estado, foi-lhes possível, através do estatuto legal criado para os cooperantes portugueses²³⁹, integrar programas de cooperação internacional e simultaneamente, manter os seus vínculos laborais. A atuação como cooperantes veio dar resposta ao interesse em atuar profissionalmente noutros países, à “curiosidade pelo além-fronteiras” e às disposições políticas formadas ao longo do engajamento em espaços partidários ou associativos, do âmbito das “esquerdas”, sem colocar em causa, no momento da “adesão”, a situação profissional.

Adentrando o engajamento nas questões da “solidariedade internacional”, as justificações para a adesão à “causa”, especialmente a articulação das dimensões políticas e profissionais, são mais bem entendidas se se considerar o modo como as agentes / militantes entendem comparativamente, suas motivações e as de outros cooperantes²⁴⁰ com quem conviveram no final da década de 1970 e início de 1980 na Guiné-Bissau.

Expressando-se sobre o interesse na “cooperação solidária” uma das militantes justifica sua entrada naquela área de militância como um modo de relação com o seu passado, uma forma de dar continuidade ao engajamento anterior no “anticolonial”. Não tendo concluído os estudos superiores, e atuando profissionalmente numa organização estatal, ela valoriza principalmente os recursos políticos no acesso à atividade profissional / militante como cooperante. Quando compara, as

239Decreto-Lei nº169/76, de 9 de Março

240Na senda de Strauss (1999) que afirma que: *a confissão da motivação e a imputação de motivos não são atos radicalmente opostos; diferem apenas na medida em que são atribuídos motivos a mim mesmo ou a outros. Mas os únicos motivos que podem ser imputados são aqueles que eu mesmo posso entender.* (STRAUSS, 1999. p. 68).

suas motivações com as dos primeiros cooperantes do Estado português da área da educação na Guiné-Bissau, considera que aqueles eram igualmente animados por um “militantíssimo”, associado à “culpa colonial”, aceitando viver em condições socioeconômicas que consideradíficeis. Ela afirma que:

Portanto é um modelo completamente, pronto, completamente diferente do que é hoje e pronto e aí de fato, é o militantismo não é? (...) Para esta malta, a má consciência colonial. Eu acho que a má consciência colonial não assumida não é, mas é a motivação. Isso por um lado, e por outro lado, é a zona de conforto que é achar que dos PALOP a gente sabe e portanto podemos... não ficamos mal na fotografia, não chegamos lá e fazemos asneira, sabemos fazer, porque achamos que sabemos, e portanto como há essa visão simplista porque houve 500 anos de não sei quê, que todos sabemos, todos conhecemos os PALOP não é, os PALOP, são uma zona de conforto, não é? (...) Má consciência, ou pode ser má consciência ou pode ser mesmo solidariedade que não tem, que não assume má consciência, assume é que tem uma responsabilidade pelo passado colonial. Porque esta componente que tem a ver com o passado, tanto pode assumir a forma da má consciência como pode assumir a forma da responsabilidade. De achar que há uma responsabilidade. De uma certa responsabilidade em relação ao passado que não é má consciência, mas é responsabilidade. (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

O passado colonial apresenta-se, no discurso daquela agente sobre as motivações dos professores cooperantes, de modo dicotômico. Tendo ligação a movimentos “anticoloniais” e ao CIDAC, considera que os primeiros cooperantes portugueses desejavam contribuir “para saldar a dívida colonial”. Mas, por outro lado, o passado colonial teria criado um imaginário, que considera simplista, de que os portugueses tinham “conhecimento” sobre os novos países, “legitimando” assim a atuação profissional²⁴¹ de pessoas sem experiência prévia naqueles

241 Segundo Kothari (2005), o setor do desenvolvimento internacional absorveu modelos de pensamento e práticas das antigas potências coloniais. Apesar de não

contextos. Entendendo os primeiros professores cooperantes como “militantes” movidos por alguma forma de “culpa colonial” não assumida, essa militante introduz, no discurso sobre as motivações para a “cooperação solidária”, a ideia de “responsabilidade” como alternativa à “culpabilização”. Esta nuance no seu discurso permite-lhe manter o passado como motivação para a sua própria militância, mas afastar-se da conotação negativa do sentimento de culpa e distinguir a justificação do seu engajamento daquela dos professores cooperantes. Esta narrativa não pode ser dissociada do processo de socialização num espaço de “cooperação solidária” fundado a partir do pressuposto da continuidade entre a luta “anticolonial” e o “apoio à reconstrução” dos Estados africanos.

A outra agente/militante, após ter alcançado, em Portugal, poucos anos após a licenciatura, uma posição de estabilidade profissional como professora, justifica o seu interesse pela atividade como cooperante na Guiné-Bissau com a vontade de ter “novas experiências”. Essa “disponibilidade” é entendida como interesse em viver e trabalhar noutros países, procurando, com esse intuito, oportunidades de intercâmbio ou cooperação enquadradas pelo Estado, tendo em conta o seu estatuto de funcionária pública. A “curiosidade” é assim apresentada elemento-chave na “passagem ao ato”, na sua entrada para o setor da cooperação internacional.

Oh pá, queria. (...) Era diretora de uma escola e já estava cansada daquilo, tinha estágio feito, tinha tudo feito, porque é que não, o que é que estava aqui a fazer o quê? Foi nesta coisa, portanto, estás a ver, não sabia nada dos países, não tinha informação nenhuma. É pá, o que é que eu fico aqui a fazer anos numa escola, para quê? Aliás, nunca... Nunca tinha ido a África. Não tinha nada, nada, nada. A minha relação com África foi por contraposição a não me terem deixado sair para... para a Alemanha. Então o que é que havia no cardápio? Havia a hipótese de ir de cooperação para um lado qualquer. Pronto. Já que não me deixam sair como (...) leitora de português para Humbolt. Já que não me deixam sair como leitora, a única situação que se punha no caso era a cooperação, e aí foi por onde,

poder ser visto simplesmente a continuação do colonialismo, ambos assentam na ambição “global” das ideias e instituições provenientes do Ocidente.

pronto. (Mulher, professora universitária, ex-cooperante, entrevista em Portugal)

Quando aquela militante, se refere às motivações de seus pares, também professores cooperantes, salienta igualmente razões profissionais, mas algo distintas das suas. Na conjuntura portuguesa em rápida mudança, em finais da década de 1970, marcada pela crise econômica e a “efervescência social”, a participação na cooperação internacional como professor expatriado, apresentava-se como possibilidade de aceder a alguma forma de integração profissional ou reorganização pessoal e familiar. Segundo ela:

Não tinham emprego em Portugal. (...) havia de tudo, portanto, gente com os cursos incompletos, gente para resolver problemas com filhos... Oh, pá, problemas que as grandes perturbações de [19]75,[19]76, as situações de drogas, de indisciplinas, de não sei quê, não sei quê, não sei quê. Vários casos, ou seja, ao nível da resolução de problemas pessoais, estás a ver? (...) Ou não tinham cursos terminados, (...) era uma instabilidade enorme e as pessoas não estavam para isso porque desde que entrassem na cooperação começavam a receber um ordenado que era cá colocado, etc, etc, era uma outra estabilidade (...).(Mulher, professora universitária, ex-cooperante, entrevista em Portugal)

A atribuição de centralidade ao “engajamento solidário” ou à “resolução de problemas pessoais e profissionais”, como motivações dos professores cooperantes, segue o modo como essas agentes justificam o seu próprio interesse na atividade expatriada na “cooperação solidária”, evidenciando processos de recrutamento mediados por espaços institucionais distintos – uma organização não-governamental de “solidariedade internacional” e as instituições estatais do setor da educação e da cooperação internacional.

Todavia, apesar de terem sido enviadas através de entidades distintas, suas experiências como cooperantes na Guiné-Bissau, entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, permitiram a ambas as militantes desenvolver uma prática profissional vivenciada como atividade militante. Importa então compreender o processo pelo qual aquelas duas dimensões se entrecruzaram na construção do seu percurso na “causa” da “cooperação solidária”.

Para uma das agentes, engajada na “solidariedade internacional” no CIDAC e funcionária pública, a atividade como cooperante no Ministério do Plano e da Cooperação Internacional da Guiné-Bissau, onde esteve como técnica expatriada durante alguns meses, em 1983, permitiu a construção de laços com quadros e dirigentes bissau-guineenses, facilitadas quer pelo capital simbólico da organização à qual estava associada quer pela “proximidade social” com vários de seus “camaradas” bissau-guineenses, alguns deles antigos estudantes em Portugal ou noutros países europeus, da sua geração. Segundo essa agente / militante:

E em 1980 e três vou a primeira vez à Guiné Bissau numa formação ligada com malta que estava a trabalhar aí em formação, documentação nos Ministérios (...). E eu fui e estive três meses, 1983. (...) Eu conhecia África dos livros e de algumas pessoas com quem eu tinha um contato, o chegar lá foi assim uma coisa absolutamente deslumbrante porque não era imaginável (...). quando cheguei percebi que não conseguia imaginar nada do que era a realidade, a realidade era longuíssima daquilo que podias imaginar, é completamente diferente por muito que a gente imagine (...) é uma altura em que as pessoas vivem muito ainda, embora já há uma grande desilusão em relação ao Nino, em relação ao golpe, mas há muita gente que tem a história do PAIGC e que continua a viver com as aspirações da independência e da construção de um país diferente e não sei quê. E, portanto, as relações pessoais são muito bonitas. (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A primeira viagem a África, após um período de construção de expectativas e imagens sobre a Guiné-Bissau, a partir da relação com militantes portugueses e bissau-guineenses próximos ao CIDAC, é percebida como um momento “deslumbrante” pelo que entende ser um ambiente de engajamento com a *construção de um país diferente*, apesar das “desilusões”. Quando regressou a Portugal, após aquela experiência, essa militante afirma que: *“tinha a cabeça completamente virada do avesso e achava que não ia voltar para a função pública, mas pronto, mas tinha que voltar, pronto, lá voltei”*. Todavia, foi a segunda estadia, em 1985, que confirmou as suas motivações para investir na “cooperação solidária” como atividade profissional a tempo inteiro.

Nesse período colaborou durante mais de um ano com o principal centro de pesquisa do país, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, liderado por um grupo de jovens quadros bissau-guineenses e aonde acorriam pesquisadores de outros países, num período em que o país atraía militantes e acadêmicos de várias partes do mundo. Segundo ela:

E aí de fato os tempos eram outros, foram tempos muito difíceis, era o tempo dos fuzilamentos, era o tempo da grande repressão, dessas coisas todas, mas era um tempo também que te cria ali solidez nas tuas convicções e naquilo que tu queres fazer... isto não é aquilo que a gente imaginava, que a gente queria que fosse mas não vamos largar, não vamos atirar a toalha e portanto vamos continuar por aí... e portanto esta é uma área, é aqui que eu quero continuar, é este tipo de coisas que eu quero continuar a fazer. . (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

O agravamento da situação política e econômica bissau-guineense, a experiência de eventos históricos como os fuzilamentos ocorridos em meados dos anos 1980, e o contato com quadros locais e internacionais engajados no “desenvolvimento” do país, reforçaram suas convicções políticas e a motivação para o exercício da militância a tempo inteiro. Tratando-se de uma estadia mais longa, articulada por um espaço de militância em Portugal, os laços de amizade e as relações pessoais foram reforçados. Perante a constatação das dificuldades e contradições dos primeiros anos após a independência do país, a decisão pelo investimento na militância “pelo desenvolvimento” pode ser entendida como uma prova de lealdade “à causa” e aos amigos, ao espaço coletivo do qual participava.

A experiência como cooperante esteve associada à aquisição de conhecimento e competências específicos da “cooperação para o desenvolvimento” no “terreno”. Esse processo foi mediado pelas relações com dirigentes e quadros bissau-guineenses, cooperantes portugueses e de outros países, a vivência de acontecimentos históricos em Portugal e na Guiné-Bissau, e o engajamento de alguns anos na militância pela “solidariedade internacional” em Portugal, no CIDAC. Esse conjunto de saberes associados àquele espaço de militância contribuiriam para a percepção de novas oportunidades profissionais no espaço não-estatal da “cooperação internacional”, em processo de institucionalização no contexto português e, por isso, com contornos ainda pouco definidos.

No regresso a Portugal, em 1986, aquela militante conseguiu aposentar-se precocemente, o que lhe permitiu investir, a tempo inteiro, na atividade como voluntária na “cooperação solidária”, na expectativa de integrar o quadro de profissionais remunerados do CIDAC, o que aconteceria após esse ano de voluntariado, em 1988. Importa considerar que nesse período, a partir de 1986, as ONGDs portuguesas passaram a ter oficialmente, acesso aos recursos financeiros europeus para a realização de atividades de “cooperação para o desenvolvimento” passando a dispor de melhores condições para remunerar os seus quadros e/ou recrutar outros.

A transição para o exercício da militância como atividade profissional é indiciador do valor atribuído, no recrutamento para a “cooperação solidária”, a uma combinação de “experiência de terreno” nos chamados “países em desenvolvimento” e de engajamento na “causa” no contexto nacional e europeu, após 1986. O percurso daquela militante demonstra que a aquisição de saberes-fazer e saberes-ser a partir da militância em Portugal e da atividade profissional expatriada na África sustentou a transição de status no interior da ONG, de militante voluntária para militante profissional, na ausência de títulos universitários, que não se apresentaram determinantes. O processo de valorização profissional associado à militância pela “cooperação solidária” seria reforçado com a sua participação na Plataforma Portuguesa das ONGDs e no *Comité de Liaison*, o “movimento europeu das ONGDs”. Segundo ela:

Há uma coisa porque eu passei... eu acho que foi importante ter passado por isso, que é o fato de ter passado durante alguns anos a fazer a ligação entre a Plataforma Portuguesa e a União Europeia ao nível do Comité de Liaison das ONG. Isso de fato deu-me acesso a essa costela mais, digamos, mais técnica também, com aquele, aquele jargão, perceber também aquele jargão, a forma de funcionamento, pronto. E eu fiz isso para aí durante uns seis anos. . (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Para a outra militante, a estadia como cooperante no Ministério da Educação na Guiné-Bissau, entre 1979 e 1983, possibilitou-lhe trabalhar junto das esferas de decisão no setor da educação, afastando-se parcialmente das tarefas estritamente letivas. Neste quadro, estando integrada num gabinete de apoio ao Ministro da Educação, adquiriu conhecimentos e competências associadas à

elaboração e implementação de políticas educativas e à produção de manuais escolares, adquirindo *expertise* na área da educação em países “em desenvolvimento” / africanos de língua oficial portuguesa. Essa agente, com formação académica na área das Letras e professora, afirma que:

Mas, ou seja, tive a sorte de ter uma visão logo global do sistema, não ir para uma situação micro dar uma aula de, na turma tal, e não sei quê. Nunca tive uma situação dessas. Foi logo uma situação macro, anexo aos poderes de decisão, o gabinete era formado por meia dúzia de pessoas que faziam os pareceres para o Ministro, portanto entrei, o que me deu por exemplo, uma visão não só do sistema, mas da Guiné. (Mulher, professora universitária, ex-cooperante, entrevista em Portugal)

Ao longo da experiência como cooperante naquele país, aquela militante construiu uma rede de relações profissionais e pessoais com dirigentes estatais, com quadros bissau-guineenses e com outros cooperantes que a levaram a interessar-se por outros projetos, em outras áreas, nos quais passou a participar, indo além da realização das tarefas estipuladas para a sua função²⁴². Este “engajamento” é justificado pela predisposição para conhecer “coisas novas” e a disponibilidade para participar: *nas coisas que não são os nossos hábitos*. Segundo ela:

As relações foram sempre, foram progressivamente aumentando com as pessoas das outras cooperações e cada vez menos com os

242 Paulo Freire, que trabalhou como cooperante na Guiné-Bissau, no setor da educação, lembra o modo como experts engajados viam a Guiné-Bissau na década de setenta: *Sabíamos que iríamos trabalhar não com intelectuais ‘frios’ e ‘objetivos’ ou com especialistas ‘neutros’, mas com militantes engajados no esforço sério de reconstrução de seu país. De reconstrução, digo bem, porque a Guiné-Bissau não parte de zero, mas de suas fontes culturais e históricas, de algo de bem seu, da alma mesma de seu povo, que a violência colonialista não pôde matar. (...) Daí a satisfação com que recebemos o convite: o de poder participar mesmo com um mínimo, da resposta ao desafio que tal reconstrução coloca* (FREIRE, 1978, p. 10-11). Sobre a circulação internacional de estudantes brasileiros na África nesse período ver GARCIA, Afrânio. “O exílio político dos estudantes brasileiros e a criação das universidades na África (1964-1985)”. In: ALMEIDA, Ana M. F. et al. (Eds.). *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

portugueses porque me interessava conhecer outra gente, outras pessoas, outras coisas. (...) E, portanto, fui-me metendo o mais possível, aí até com os outros cooperantes noutros projetos, noutras coisas, pessoal que trabalhava na área da saúde, o pessoal que trabalhava na área da agricultura, (...) na área da assistência social (...) e nesse âmbito eu (...) acompanhava as pessoas no âmbito dos projetos. Depois conheci o pessoal (...) que aplicou o projeto do Paulo Freire e aí meti-me no projeto, era cá, cá em baixo em Catió, ou seja, tinha imensos projetos, trabalhava em imensos projetos e fazia imensas coisas e era super entusiasta daquilo tudo. (Mulher, professora universitária, ex-cooperante, entrevista em Portugal)

Tendo um percurso na área da educação, e apesar de não associar a sua entrada na cooperação internacional a motivações políticas ou ideológicas, o “entusiasmo” pela atividade que desenvolvia na Guiné-Bissau contribuiu para que, em Portugal, construísse relações com o CIDAC, *a nível pessoal*, trazendo e levando informações. Essa aproximação foi facilitada por uma das militantes iniciais da organização, que conhecia do período do liceu, em Lisboa. Assim, a atividade profissional como cooperante foi vivida como uma forma de militância “pelo desenvolvimento”, apresentando-se como um compromisso com a intervenção numa realidade política, indo além do exercício estrito de suas funções (SEIDL & GRILL, 2013) e favorecendo a aproximação ao espaço não-governamental português da “solidariedade internacional”. As disposições desenvolvidas durante a militância católica e no movimento estudantil facilitariam essa identificação, num período de valorização social do engajamento.

A experiência como cooperante teve implicações também na sua vida pessoal, tendo constituído família com um cidadão bissau-guineense, o que a manteve ligada *às coisas da Guiné*. Num período de reorganização da esfera familiar, retomou o investimento na atividade acadêmica e profissional em Portugal, regressando em definitivo ao país em 1983 porque estava *farta de tanta miséria*. Nessa altura, conseguiu um a vaga de docência num Instituto Politécnico e prosseguiu a sua formação acadêmica pós-graduada, concluindo o doutoramento alguns anos depois. Em paralelo, tendo desenvolvido competências especializadas na área da educação nos chamados “países em desenvolvimento”, em particular nos de língua oficial portuguesa,

passou a ser atuar como *expert* junto de organizações nacionais e internacionais do setor da “cooperação para o desenvolvimento”. Nesse contexto, manteve relações com o CIDAC, e outras ONGDs portuguesas, participando de projetos na área da educação na Guiné Bissau durante alguns anos.

A vivência engajada da atividade como cooperante ao longo do trajeto entre os países africanos de língua oficial portuguesa o seu país de origem, a proximidade aos centros decisórios e a espaços de militância, e a construção de redes de relações com profissionais e organizações do setor do “desenvolvimento”, possibilitaram a essa agente / militante, adquirir recursos, posteriormente reconvertidos na atuação profissional noutros âmbitos institucionais (ONG, agências internacionais) e temáticas, na intersecção entre educação e cooperação para o desenvolvimento²⁴³. Tais capitais seriam complementados pelo investimento acadêmico no doutorado, favorecendo o alargamento de horizontes de trabalho no setor da “cooperação” na área da educação. Segundo essa agente, participante dos primeiros grupos de professores cooperantes na Guiné-Bissau:

[Fiz](...) apoio técnico, consultoria, pelo meio meti a UNICEF, meti a UNESCO (...) fiz trabalhos pagos por estas organizações resultante de concursos, estás a ver? Mas isto sempre... ..) sempre a educação, não me vou meter noutras coisas. (Mulher, professora universitária, ex-cooperante, entrevista em Portugal)

Para ambas as militantes dessamicro-coorte (1977-1980), as vivências e relações construídas nos países de destino da “solidariedade” apresentaram-se particularmente relevantes na construção da vocação profissional e militante num período em que a institucionalização do setor em Portugal estava ainda numa fase inicial e os espaços de aprendizagem, formais e informais, sobre a cooperação e o

243 Willemez (2013) salienta que entre as diversas retribuições da atividade militante se encontra a aquisição de competências passíveis de reconversão noutros espaços sociais. A vivência da atividade profissional como militância e nesse contexto, a construção de relações com ONG é entendida neste sentido, permitindo à militante atuar fora do espaço da escola e de um sentido estrito da educação tornando-se competente para a atuação junto de ONG e instituições internacionais nos temas da política educativa em “países em desenvolvimento”.

desenvolvimento internacional eram incipientes²⁴⁴. Assim, era durante as estadias nos “países em desenvolvimento” que se tornava possível contatar com o sistema internacional de “ajuda ao desenvolvimento” “em ação”, com os seus principais atores (agências internacionais, cooperações bilaterais) e com os “destinatários” da “solidariedade” e perceber esse setor como possibilidade de atuação profissional e engajamento político.

A atuação no espaço da “cooperação solidária para o desenvolvimento” e o investimento profissional no setor, está associado a “críticas” às práticas e atores da “indústria do desenvolvimento”, que revelam a construção de novas interpretações sobre a “solidariedade internacional” a partir das experiências como cooperante. Assim, segundo uma das militantes, professora durante alguns anos na Guiné-Bissau, a vivência no país permitiu-lhe adquirir de competências de interpretação dos acontecimentos, distinta da dos militantes engajados na “solidariedade internacional” que apenas visitavam ocasionalmente os países africanos e que analisavam os acontecimentos políticos a partir de pressupostos ideológicos. Tais competências são associadas por ela, à posição ocupada pelos cooperantes nas décadas de 1970 e 1980, em particular os integrados nos gabinetes ministeriais, com grande acesso ao poder quer na esfera pessoal, quer profissional, que lhes permitia ter uma visão a partir de “de dentro”. Segundo essa agente / militante:

Então a nível, se tu quiseres, quase a nível familiar é pá, eu conhecia aquela gente toda (...) portanto não era assim uma coisa que eu estivesse de fora. Porque aquilo o ambiente era tão pequeno, tão da aldeia, estavas dentro (...) na altura os cooperantes, por exemplo, iam dar aulas aos ministros. Eu não tive essa tarefa, mas (...) muita gente, tinham aulas semanais com os ministros para aprender português. Então estava na casa dos ministros (...) era uma relação com o poder de trazer por casa. (...) conforme os papéis que as pessoas desempenham e conforme o lugar da barricada em que tu estás, assim tu percebes as coisas e vês as coisas. (...) é pá, se lá estiveres, lá, a visão é outra, a interpretação é outra ,e isto

244 Os primeiros cursos universitários de Relações Internacionais são criados em Portugal no final da década de 1970. A existência de cursos de pós-graduação na área do desenvolvimento datam de meados da década de 1980.

é mesmo assim. (Mulher, professora universitária, ex-cooperante, entrevista em Portugal)

A outra militante, que se tornaria profissional do setor numa organização não governamental portuguesa refere que foi percebendo as “contradições” na atividade dos *experts* estrangeiros “solidários” enviados para os “países em desenvolvimento”, quer através de Estados, quer através de ONGs da “solidariedade internacional”. Critica assim, o pressuposto da relação entre a origem nacional e a competência técnica e a desigualdade de condições de remuneração dos estrangeiros em relação aos quadros locais. Segundo ela:

Agora, para mim a questão da solidariedade não podia, não podia justificar, por ser boa pessoa, ser muito solidário, fosse fazer coisas para as quais não tinha competências só porque era branco e era solidário. Estás a ver? Porque isso até demonstrava um certo paternalismo. Porque é branco sabe mais que os que estão lá, independentemente de não saber? (...) E, portanto, a minha atitude relativamente a isso é muito de rejeição deste, desta atitude de solidariedade que é um bocado irresponsável em relação às responsabilidades que as pessoas vão assumir nos países. E portanto, solidário mas competente. Quer dizer, não, a solidariedade não justifica que houvesse N pessoas a irem para os sítios, é pá que competências tinham a mais que as pessoas que lá estavam, estás a ver? (...) Muitas vezes não tinham e até iam para viver em condições muito melhores que as que lá estavam, estás a ver. Também é contraditório, não é? (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A sua crítica à legitimidade da “assistência técnica” prestada por *experts* expatriados não pode ser dissociada dos ataques aos “resultados” da cooperação internacional, em particular a partir da década de 1980. Em países submetidos a programas de contenção salarial na administração estatal, as diferenças de remuneração entre quadros nacionais e expatriados, justificadas pela “competência” atribuída dos segundos, tornaram-se parte da discussão sobre a eficácia e eficiência da “assistência técnica” permeando as relações entre militantes estrangeiros da “cooperação solidária” e seus interlocutores

nos “países em desenvolvimento” (LOPES, 1991). Essa militante, sem título acadêmico superior, tendo investido na aquisição de capital específico da “cooperação para o desenvolvimento”, que seria também uma forma de colmatar a interrupção dos estudos superiores, tornaria as lógicas da “competência” e dos “resultados” elementos fundamentais do seu engajamento. Essa lógica afastava-a das abordagens que consideravam a profissionalização como uma forma de “calculismo” da “solidariedade”, processo que contribuiria para a saída, em meados dos anos 1990, da organização onde militava desde a década de 1980. Segundo ela:

(...) eu decidi sair porque percebi que havia esta visão, esta era a visão dominante não é... desta, desta dicotomia ou se é eficiente ou se é solidário, ou se é militante ou se é profissional e para mim essa dicotomia era falsa, percebes...(Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Tendo reforçado a sua posição no espaço multi-organizacional da militância pela “cooperação solidária” entre os anos 1980 e 1990, num período de valorização das lógicas *expert*, aquela militante ingressou numa ONGD portuguesa “recém-chegada” à “cooperação para o desenvolvimento”, mobilizando, nesse novo contexto organizacional, os recursos adquiridos ao longo de seu itinerário. Tais recursos, em particular as suas *relações e competências*, suportariam o processo de reconversão do seu novo espaço de engajamento à “causa” da “solidariedade com os países em desenvolvimento”.

A micro-coorte que adere à “causa” entre 1974 e 1984, refere-se a militantes que iniciaram o seu engajamento na “solidariedade” com os “países em desenvolvimento” no período em que a “cooperação para o desenvolvimento” se tornou um espaço de exercício profissional, mediado quer pelo Estado, quer por ONG (1977-1980). Nesse âmbito, a experiência como cooperante em África, vivida como um engajamento, permitiria às duas agentes / militantes adquirir capitais específicos do setor, (competências, discursos, relações). Num dos casos, esses recursos contribuiriam para colmatar a ausência de títulos de Ensino Superior, permitindo a especialização profissional e o deslocamento vertical, e entre organizações, no espaço das ONG. No outro, a atividade como cooperante contribuiria, para a especialização e o investimento em estudos pós-graduados, favorecendo o acesso à condição de *experta* na “cooperação para o desenvolvimento” junto de instituições internacionais centrais.

Ao longo do processo de construção da legitimidade e autonomia do espaço de militância pela “cooperação solidária” em Portugal, este se tornou um espaço de atuação profissional requerendo dos seus participantes, o domínio de determinados métodos de trabalho que lhe são “próprios”, definindo-se, assim, quem pode exercer aquele tipo de atividades (DIMAGGIO & POWELL; 1983, p. 152). Todavia, a combinação considerada “adequada” entre “experiência de terreno”, “solidariedade desinteressada”, “capital escolar”, “competência técnica” e “posicionamento ideológico” apresenta-se como um dos elementos em disputa no campo, determinando o acesso e a posição nele ocupada.

3 Os importadores de “modelos europeus” de ONGs “de desenvolvimento” (adesão em 1984)

A primeira década após a queda da ditadura constituiu um período permeado por lutas ideológicas, num contexto internacional bipolar. Todavia, para os vários partidos políticos participantes da governação após 1974, a integração na Comunidade Econômica Europeia (CEE), entendida como determinante para a permanência do país na esfera do Ocidente, tornou-se o elemento de “consenso” orientador da política (externa) portuguesa.

Viveu-se assim, entre 1974 e 1985, ano da entrada formal do país no bloco europeu, um processo de acelerada mudança socioeconômica e política que redesenhou as principais instituições nacionais visando a sua harmonização com as normas fundamentais da comunidade europeia. Tratou-se principalmente da constituição de um sistema político assente no voto livre e universal, na separação de poderes, na livre associação e na liberdade de expressão, e de um sistema econômico orientado pelo livre mercado e o princípio da propriedade particular, contrabalançados pela criação de políticas sociais e laborais coerentes com o modelo europeu de estado previdência. A presença do Fundo Monetário Internacional em Portugal em 1977 e em 1983 contribuiu para reforçar o alinhamento de Portugal com o modelo capitalista.

Nesse contexto, as relações com África foram perdendo centralidade na diplomacia portuguesa em particular, com a conclusão das negociações sobre o contencioso colonial e a eclosão periódica de tensões associadas às posições assumidas por dirigentes portugueses e africanos na disputa ideológica entre blocos. Todavia, também naquele espaço de relações, a integração na CEE se apresentava fundamental pois Portugal passaria a participar, de entre outros, nos acordos de cooperação já existentes entre o bloco europeu e os países da África,

Caraíbas e Pacífico²⁴⁵ e no FED - Fundo Europeu de Desenvolvimento. Nesse sentido, o país iniciou, também na política externa, um processo de harmonização com o “modo europeu” de estar no mundo²⁴⁶, processo esse que reatualizaria os discursos sobre a “nação” e o entendimento das relações com os chamados “países em desenvolvimento”.

É nesse período de preparação da adesão à CEE, que a terceira micro-coorte de militantes se associa à causa da “solidariedade internacional” em Portugal, em 1984, após terem passado vários anos em importantes organizações não-governamentais do setor da “cooperação solidária” e da ajuda humanitária em países europeus.

Essa micro-coorte é composta por dois militantes, nascidos em 1929 e em 1951, um na ilha da Madeira e outro em Angola. Ambos são oriundos de famílias de estratos sociais médios-altos, com importante capital econômico, cultural e social. Seus pais eram, em ambos os casos, empresários, um comerciante e outro industrial. Seus antepassados tinham igualmente combinações de elevado capital social e econômico.

Um dos militantes, nascido na Madeira, refere que seus avós *se fizeram a pulso*, com negócios bem sucedidos, tendo o avô materno investido na educação superior das filhas em Lisboa. A situação da família seria afetada negativamente pela crise de 1929. Tendo passado sua infância no Funchal, recorda um contexto familiar marcado pelo interesse pela cultura, pelos livros. A mãe, católica, proprietária de um colégio privado, reservava algumas vagas para as crianças mais pobres, mas as preocupações sociais ou políticas não estavam particularmente presentes no seio familiar. Realizou os estudos primários e secundários na cidade onde nasceu tendo decidido seguir o seminário e ordenando-se padre igualmente, na ilha da Madeira, passando a atuar também como jornalista.

O outro entrevistado, nascido numa *família com posses*, é descendente das *linhagens antigas do país*, tendo antepassados angolanos, brasileiros, holandeses e franceses. Tendo nascido e crescido

245Intervenção de José Medeiros de Ferreira no colóquio da Associação 25 de Abril, 25 de Abril 10 anos depois, realizado na Fundação Gulbenkian de 2 a 4 de Maio de 1984.

246Ainda durante os anos que antecederam à entrada oficial, militantes em vários espaços foram adentrando o sistema europeu de cooperação internacional através da mediação da delegação europeia em Portugal. Importa lembrar que o responsável das negociações da adesão de Portugal e Espanha era igualmente experiente na Direção Geral de Desenvolvimento, a entidade responsável pela cooperação internacional da comunidade europeia.

em Angola no período em que esta era uma *província ultramarina portuguesa*, a sua educação e referências eram sobretudo europeias, portuguesas e francófonas, assumindo-se um *português africanista*. No seu contexto familiar, o desenvolvimento de disposições humanitárias é atribuído ao exemplo da mãe que recolhia em Luanda, crianças que viviam na rua e as encaminhava para internatos: (...) *sempre tive uma mãe muito, muito atuante em termos de humanidade. O meu pai era mais o rigor (...)*. Com o início da guerra colonial, em 1961, a família mudou-se para o Congo, onde viveu durante alguns anos. Foi então enviado para a Bélgica, adolescente, onde realizou os estudos secundários. Ainda em Bruxelas realizou toda a sua formação em Medicina.

Para ambos os agentes / militantes, o engajamento em “causas” ocorre após a sua formação superior. Para um deles, recém ordenado padre, a experiência como sacerdote no interior da ilha da Madeira, nos anos cinquenta, foi marcada pelo contato com a pobreza extrema das populações. Permanecendo aí durante um ano, considera essa vivência central: *na descoberta do mundo, que a gente chama em vias de desenvolvimento (...). E foi lá que eu descobri isso*. Após esse período, quando regressou ao Funchal, em 1957: *vinha outro*.

Aí atuou no jornal da diocese, tendo sido simultaneamente, nomeado assistente da Ação Católica, agrária e operária, onde conheceu gente com: *grande engajamento militante*. Em 1960 foi transferido para Lisboa, mantendo a sua atividade na Ação Católica Operária e no jornalismo, aproximando-se dos grupos de intelectuais católicos “progressistas” engajados na oposição ao Estado Novo, em particular aqueles próximos da cooperativa Pragma, e depois no Comité de Apoio aos Presos Políticos. Assim, o seu percurso de politização, desencadeado pela experiência junto de “populações pobres” da Madeira, que lhe mostraria um mundo que não conhecia, foi reforçado pelo contato direto com operários engajados e com a percepção da censura ao longo de sua atuação como jornalista ainda naquela ilha. Esse militante, religioso, com disposições culturais e atuação no jornalismo afirma que: (...) *relativamente à ditadura quer dizer, a gente vivia, a gente não podia escrever senão aquilo que os senhores entendiam que a gente podia passar, não é? Eu era jornalista, portanto vivi isso (...)*.

Todavia, foi no contexto da Ação Católica que o seu trabalho adquiriu uma vertente além-fronteiras, assumindo cargos naquela estrutura ao nível internacional. Segundo ele:

(...) fez de mim, portanto, uma pessoa que estava aqui em Portugal, mas estava fora, pronto (...) também, era uma nomeação que me permitia, para um país fechado como era Portugal, permitia-me também determinadas ousadias que não teria se não tivesse essa nomeação. Eu tinha passaporte de serviço do Vaticano, portanto podia-me deslocar, podia ir a países que Portugal não tinha relações diplomáticas, não tínhamos relações diplomáticas com ninguém a não ser a América Latina, um bocado, alguns países da América Latina, e aqueles países que eram como nós, não é? Foi um tempo lindo, quer dizer, eu digo sempre lindo quando mexi coisas. (Homem, religioso, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Nesse período, o seu “progressismo” distanciava-o das posições oficiais da Igreja portuguesa mas, por outro lado, favorecia a sua aproximação às mudanças em curso na Igreja universal, em particular após o Concílio Vaticano II. Em Portugal, o pendor conservador através do qual a Igreja portuguesa importou o Concílio Vaticano II, a aliança com o Estado Novo e a legitimação, pela hierarquia católica nacional, da guerra colonial, não permitiram a emergência, no espaço religioso português, de organizações católicas vocacionadas para a atuação “internacional”, em moldes semelhantes aos de outros países. Com efeito, o “internacionalismo católico” animou o incremento e a diversificação do modo “católico” de entender e intervir nas questões na “paz” e do “desenvolvimento”, em particular, com a aproximação a posições políticas críticas do capitalismo e do sistema internacional²⁴⁷. Atuando na direção da estrutura internacional

²⁴⁷No contexto português, está por fazer a análise da recepção daquela reflexão pela hierarquia católica. No jornal da União da Caridade Portuguesa de 1966 traduziam-se discursos dos responsáveis da Igreja sobre o apoio aos “países subdesenvolvidos”, ao mesmo tempo que se escrevia sobre a distribuição de alimentos a meio milhão de pessoas na metrópole, enviados pela Igreja estado-unidense. Naquela publicação, a utilização simultânea de termos como “desenvolvimento” e “caridade”, “países subdesenvolvidos” e “províncias ultramarinas” expressam o hiato entre a reflexão da Igreja nacional e o contexto internacional. Todavia, no laicado, sendo Portugal um país subdesenvolvido, com colônias, a reflexão da Igreja sobre o desenvolvimento interessava particularmente aos envolvidos nos “círculos progressistas”. Os trabalhos de economistas como

da Ação Católica operária, entre 1968 e 1974, aquele militante pôde construir relações com lideranças políticas e religiosas de diversos países, num período histórico marcado pela disputa ideológica e pela valorização social do engajamento militante um pouco por todo o mundo, também no campo católico, (SEIDL & NERIS, 2017), ao longo do qual Portugal se manteve isolado devido à guerra colonial e à ditadura.

Após a queda da ditadura, em Abril de 1974, a ausência de organizações católicas nacionais “internacionalizadas”, no sentido descrito atrás, e a focalização da Igreja portuguesa em organizar alguma forma de resposta à “ameaça comunista”, limitavam as possibilidades de reconversão das competências e recursos adquiridos na atividade internacional, no espaço nacional, em particular para religiosos e leigos associados ao “progressismo católico”. Assim, na sequência do término do mandato na Ação Católica Internacional, nos primeiros anos após o 25 de Abril, esse agente / militante manteve a proximidade aos grupos de operários com quem tinha construído relações na Ação Católica nacional, tendo optado contudo, pela prossecução da carreira no exterior, seguindo para França, em 1976, após uma proposta para trabalhar no *Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement*, considerado um espaço de ativismo católico permeado pelo terceiro-mundismo e por influências da teologia da libertação (DAVEY, 2012).

A segunda experiência internacional daquele agente / militante, entre 1976 e 1984, esteve centrada na “cooperação solidária” com a América Latina onde desenvolveu relações com lideranças e movimentos do espaço religioso, político e acadêmico. Desta experiência valoriza sobretudo, a articulação entre aquelas esferas nos espaços de militância com os quais interagiu em diversos países latino-americanos e que iam de encontro às suas predisposições para a atuação na intersecção entre o social, o político e o cultural. Tendo disposições para a cultura, adquiridas no seio familiar e na atividade como jornalista, e um percurso de engajamento no “progressismo” católico, ele afirma que:

(...) havia uma simbiose entre a, o sentido de luta daqueles que viviam mal, e o sentido digamos, de luz, de ilustrar o pensamento que vinha do mundo acadêmico Eu senti isso no Chile de uma maneira

incrível que liga também à própria arte, ao próprio pensamento, à própria técnica. Isso para nós, mesmo no Comité Francês, os franceses, (...) para lhes explicar estas coisas às vezes não era fácil porque para eles era uma novidade, para os franceses era uma novidade (...) a América Latina deu-me outra perspectiva, havia uma simbiose, havia um encontro das coisas (...).(Homem, religioso, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Para além da experiência na América Latina, aquele militante participou da estrutura federativa que reunia as ONGDs atuantes na “cooperação solidária” no espaço da Comunidade Económica Europeia (CEE). Assim, antes da adesão de Portugal àquela estrutura, ele estava já integrado no *Comité de Liaison*, entidade responsável pelo diálogo ente as ONGDs e a Comissão Europeia sobre os temas do “desenvolvimento internacional”.

Em 1984, aquando do seu regresso a Portugal, aproximar-se-ia do CIDAC cujos dirigentes conhecia desde o período do seu engajamento na cooperativa cultural Pragma e do engajamento católico “progressista”. Manteria também contatos com militantes do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED). Nesse período, a reorganização do espaço político português, decorrente da adesão à CEE, tornava o capital “europeu”/ “internacional”, em particular os conhecimentos e relações nas estruturas europeias, mais valioso. Esse contexto permitiu-lhe dar continuidade à intervenção nos temas do desenvolvimento em Portugal, mantendo igualmente ligações às estruturas europeias das ONG da “solidariedade internacional”. Segundo ele: (...) *uma área que me fascinou, não que me tenha apaixonado, mas fascinou-me, a ponto de digamos pensar que seria aí digamos o fechar, o concluir um bocadinho a minha vocação final de homem, ou de cidadão ou de padre ou o que fosse.*”

Assim, empreendeu, em 1988, dois anos após a adesão de Portugal à CEE, com o apoio de estruturas do ecumenismo europeu, na criação de uma nova organização não-governamental “de desenvolvimento”, onde militou até ao final da década de 1990. Trata-se de uma ONG ecuménica, independente da hierarquia católica, profissionalizada, e engajada em temas considerados, no final da década de 1980, como “emergentes”, na “causa” do “desenvolvimento”, como a “ecologia” ou a “economia”. Ele afirma que:

(...) tivemos um grupo, criamos um grupo pequenino, havia um grupo de gente que refletiu sobre o assunto. (...) É OIKOS porque, e nisso, custa-me dizer isto, mas, precedemos muita coisa. Chegámos primeiro de certo modo. Porque nessa altura falava-se pouco de ambiente, falava-se pouco de economia, ligadas a este trabalho de cooperação e quando se escolhe a palavra OIKOS, a OIKOS tem uma origem etimológica, ou está na base em etimologia, de uma quantidade de palavras que nascem de oikos e que se balizou não só o espírito como os objetivos dessa organização. Oikos, que está na origem de economia, tá na origem de ecologia, está na origem de ecumenismo (...) e era a filosofia da OIKOS. (Homem, religioso, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A reflexão sobre o papel da Igreja no “desenvolvimento dos povos” desencadeada a partir dos anos cinquenta do século XX, que daria origem à concepção do “desenvolvimento integral” no qual técnica, ciência, e fé eram fundamentais, abriu espaço para a emergência de concepções distintas da participação da Igreja e dos católicos no “desenvolvimento dos povos”. Assim, apesar do entendimento de que o “desenvolvimento integral” pressupõe o “desenvolvimento espiritual”, o discurso e a prática das ONG confessionais, no que respeita à dimensão evangelizadora da sua ação “desenvolvimentista”, foi adquirindo variantes. Esta diversidade no universo católico “desenvolvimentista” seria foco de negociação e tensão entre correntes distintas no seio da Igreja Católica (MABILLE, 2003).

É nesse quadro que é possível entender o modo como a experiência daquele militante numa ONG de “desenvolvimento” europeia, confessional, profissional, que trabalhava com organizações religiosas e não religiosas, e com posicionamentos políticos considerados próximos da “esquerda”, foi vivenciada sem questionamento da pertença à Igreja Católica ou da vocação sacerdotal, permitindo articular a valorização da técnica e da política na “solidariedade internacional”. Os pressupostos que sustentam o “desenvolvimentismo” de organizações confessionais com as quais esse militante tinha relações próximas, subentendem a valorização de um conjunto de competências, de lógicas *experts*, que legitimam a profissionalização das organizações, distanciando-se de abordagens estritamente “evangelizadoras” ou “assistencialistas”. Ele afirma que:

(...) as pessoas têm de tomar a vida na mão e se desenvolver integralmente, não é apenas fazer com que haja mais maçãs lá no pomar ou não sei quê, é a própria pessoa que se tem de desenvolver. Isto não vai sem profissionalismo também. Porque há coisas que já estão, há coisas que já não se usam (...) eu hoje se tiver uma dor não me lembro agora de por aqui um penso com azeite e uma folha de couve como a minha mãe fazia quando eu era pequeno. Telefone ao médico ou vou ao centro clínico. (Homem, religioso, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Aquela lógica de engajamento no “desenvolvimento” dos países “pobres” desvaloriza simultaneamente, os repertórios de ação social entendidos como “assistencialistas”, “desprovidos de competência técnica” e por isso considerados incapazes de introduzir mudanças sistêmicas, e as abordagens totalmente “despolitizadas” ou “ideologicamente radicais”, pela incapacidade ou recusa do diálogo com os poderes. Neste sentido, o “desenvolvimentismo católico”, promovido por espaços como aqueles em que o militante participou, em particular o CCFD, na França, distinguia-se quer das abordagens das organizações católicas internacionais orientadas pelo binómio evangelização e assistência, e politicamente “neutras”, quer daquelas das organizações militantes politicamente “mais radicais”. Essa posição “intermédia” permitiu-lhes reforçar seu capital no setor da cooperação internacional para o desenvolvimento no qual a especialização técnica e a participação em espaços internacionais institucionalizados se tornaram competências centrais para as organizações não-governamentais e seus militantes.

Para o outro entrevistado, nascido de famílias “nobres” em Angola, de classe média-alta, com antepassados de várias origens nacionais e ligados à administração colonial, a sua atuação militante em “causas além-fronteiras” está associada à sua área de formação académica, em Medicina, realizada na Bélgica. Suas primeiras atividades de ativismo foram em Bruxelas, onde trabalhou com crianças autistas. Posteriormente, participou da secção médica da Amnistia Internacional onde se engajou no movimento internacional contra os internatos soviéticos. Em 1978, com 27 anos de idade, passou a atuar como cirurgião nas missões humanitárias dos Médicos sem Fronteiras, organização de ajuda de emergência médica francesa, criada em 1971, constituindo depois, com alguns colegas, a secção belga daquela organização. Segundo ele:

(...) eu tinha a minha atividade voluntária, humanitária enquanto cirurgião tirando o meu período de férias do hospital e tirando, como eu fazia muitas, muitos bancos de urgência, e tínhamos direito depois de um banco de urgência de vinte e quatro horas, tínhamos direito a meio dia de recobro, eu acumulava tudo ao longo do ano, nunca recuperava o meio dia após um banco, continuava a trabalhar de tal modo que eu conseguia acumular mais um mês e essas missões de cirurgia eram, fazia durante dois meses. (Homem, médico, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A constituição do campo da medicina humanitária e o ressurgimento da ajuda humanitária nas décadas de 1970 e 1980 do século XX, na França, são habitualmente entendidos como fenômenos “novos” no campo da militância em causas “além-fronteiras”. Apesar da “atividade humanitária” internacional ser muito anterior ao século XX, são exemplos as organizações missionárias coloniais e, mais recentemente, as organizações humanitárias intervenientes em situações de guerra como a Cruz Vermelha, alguns elementos distinguem, contudo, o humanitarismo dos anos 1970 e 1980. Esses elementos podem ser sintetizados na relação entre técnica, política e mídia.

Assim, num período de intensa disputa ideológica à escala global, inclusive no contexto francês na senda do Maio de 68, os Médicos sem Fronteiras apresentavam um discurso de engajamento motivado por “princípios morais”, equidistante em relação às lutas partidárias, mas também, em relação à “neutralidade” das organizações suas percussoras. Intervindo em situações de conflito ou catástrofe, a sua presença no terreno atraiu a atenção das televisões, entretanto capazes de relatar em direto a atuação dos médicos expatriados em situações extremas. Por outro lado, o incremento técnico e científico da medicina, em particular a de emergência, a rapidez e a disponibilidade de meios de transporte para quase qualquer parte do mundo, e a introdução de modelos especializados de gestão da ajuda humanitária, permitiram àquele tipo de organizações chegar ao terreno com grande rapidez e eficácia. Aquele conjunto de condições favoreceu a rápida aquisição de importante notoriedade de alcance internacional (DAVEY, 2012).

Nos Médicos sem Fronteiras, esse militante encontraria colegas de profissão com disposições e itinerários próximos dos seus

designadamente, vivências em África e na Europa, experiências em situações de guerra, origens familiares aristocráticas e neste sentido, a valorização da coragem, do dever e a desvalorização das retribuições monetárias da atividade médica (SIMÉANT, 2001, pp. 50-53). Segundo ele:

(...) tenho uma marca, um sentido do dever, eu tive sorte, eu nasci numa família que me deu as hipóteses todas, eu tenho os títulos académicos todos, eu tenho, enfim, de aristocracia, e tudo o que se queira imaginar e por isso eu tenho dever. Inclusive, na Idade Média, quando alguém era armado cavaleiro, por isso entrava na linhagem da fidalguia, era-lhe inculcado deveres, dever de proteção das viúvas, dos órfãos, havia uma ética, ser fidalgo não era vaidade era deveres, deveres, deveres, deveres. E é o que eu digo, as lideranças têm que assumir sobretudo deveres, não direitos. (Homem, médico, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Segundo esse militante, o sentido de “dever” está associado a suas origens sociais e familiares, a sua condição “privilegiada”, de ser parte de uma elite / grupo dirigente:

(...) uma carga genética identitária, que é a minha, talvez me apela para servir e para olhar para os menos afortunados do que eu. Que eu tenho a sorte, olha de ter nascido numa família com posses que me permitiu fazer tudo o que eu queria fazer, por isso eu sou privilegiado Eu faço parte, como eu digo, que é uma metáfora, eu faço parte da casca de ovo da avestruz. Mas também digo (...) se as pessoas por mérito próprio, por nascimento, enfim fazem parte da casca da avestruz não olharem com muita atenção para o que está a acontecer no interior do ovo, o ovo vai apodrecer e se está a apodrecer vai rebentar com a casca. E por isso nem que seja, como digo, se não for humanismo que seja em nome da inteligência, pensem no que está a acontecer. (Homem, médico, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Aquele agente / militante atribui igualmente às suas origens familiares, “multiétnicas”, o “interesse pelo mundo”. Tal justificação

apresenta-se coerente com discursos sobre a identidade portuguesa, e o colonialismo, entendida como essencialmente “mestiça” e, nesse sentido, “universalista” pois predisposta para a “convivência” com todos os outros povos. Segundo ele: *o fato da minha, multiétnica, multiculturalidade, não sei se geneticamente também me potenciou para olhar para o mundo de outra maneira (...)*.

Nos primeiros anos da década de 1980, viajou para diversos países, onde emergiram situações de conflito, que atraíram também importante atenção da comunicação social, como o Chade, o Líbano ou o Iraque. A vocação para a participação naquele tipo de missões é justificada por esse agente / militante como uma alternativa ao sonho *primeiro que era ter um hospital no mato*, inspirado pela prática de Albert Schweitzer²⁴⁸, entretanto inviabilizado pelas independências das colônias portuguesas. A medicina humanitária permitiu-lhe assim, no período pós-colonial, reconstruir suas motivações e reorientar seus investimentos profissionais e militantes, substituindo o sonho da construção de um “hospital em África” pelas missões médicas, periódicas, nos “países pobres”.

Aquela decisão, por oposição à continuação do investimento na carreira acadêmica, que retomaria contudo, mais tarde, está associada a um entendimento da medicina humanitária como um “exercício extremo” no qual se interseccionam a dimensão técnica e humana da profissão, ou seja, no seu entender, aquilo que torna a medicina uma atividade profissional distinta de todas as outras. Neste sentido, a medicina humanitária apresenta-se como uma forma de exercício da profissão médica socialmente prestigiante quer para quem a pratica, quer para a disciplina em si mesma. Segundo ele:

(...) eu no meu discurso de sapiência tive a ocasião de dizer aos meus colegas, a medicina tem a componente evidente científica, técnica, etc, mas tem necessariamente que ter a componente humanística porque senão é só mais uma profissão entre um milhão de outras (...). (Homem, médico, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A socialização, no final da década de 1970, nos Médicos sem Fronteiras da França e Bélgica, contribuiu para uma vivência politizada

²⁴⁸Médico alemão / francês que criou um hospital no Gabão, onde trabalhou durante décadas na primeira metade do século XX. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1952.

da prática da medicina humanitária, distanciada, contudo de modelos ideológicos. A experiência de situações extremas nas quais se colocavam em situações de risco, “transformava” os médicos estrangeiros em testemunhas diretas dos “problemas da humanidade” atribuindo-lhes legitimidade para o exercício público da palavra sobre os países em que intervinham (SIMÉANT, 2001, p. 55).

Assim, esse militante defende que é a vivência direta de guerras e catástrofes, em todas as geografias, que confere autoridade às suas intervenções públicas, dando-lhe, tais experiências, o “direito a falar”. A “coragem” associada o exercício da medicina humanitária em contextos de perigo e a “coragem” para falar, saindo do *politicamente correto*, e expressando a “sua verdade”, podem ser entendidas como duas faces do entendimento militante da medicina humanitária. A vocação para a intervenção no espaço público e o reconhecimento social associado ao seu percurso no “humanitário” foram mobilizados para a participação de disputas eleitorais, no espaço político nacional, tendo sido candidato à Presidência e à Assembleia da República, nos anos 2000, cargos para os quais não chegou a ser eleito. A justificação para a intervenção na política é apresentada como a vontade de *impor alguma ética* e enfrentar *lobbys*. Segundo ele:

Arrogo-me hoje o direito, com a idade que eu já tenho, com a formação acadêmica que tenho e com a experiência de terreno que tenho de falar livremente seja perante quem for porque acho que tenho o direito de o fazer (...). (...) O ser humanitário não faz de mim um encéfalo, eu ainda penso até porque vou a esses países, eu estive nos campos de refugiados do Curdistão iraquiano o ano passado, é... eu sei o que se passa. (...) depois tem de haver pessoas que sabem do que é que estão a falar, não é? Eu antes de falar de refugiados repito, eu estive em imensos campos de refugiados na minha vida, muitos. Desde o Ruanda ao Burundi, ao Congo, à Somália, à Etiópia, ao Quênia, à Jordânia na guerra do golfo, no Iraque, no Curdistão iraquiano, no Afeganistão com os Curdos, eu sei lá, na Colômbia. É preciso que as pessoas saibam do que estão a falar e para saber do que se está a falar é preciso ter conhecimentos teóricos e ter vivências práticas porque senão estamos só a falar de cátedra e acho que cátedra por si só não

chega. É preciso vivenciar as questões e é preciso depois, ter, desculpe-me dizê-lo, ter a coragem para as exprimir, quando assim não é ficamos no politicamente correto (...) eu arrego-me o direito de dizer a minha verdade (...). (Homem, médico, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

No contexto internacional da década de 1980, marcado pela ampla difusão de imagens de catástrofes e de guerras nos diversos órgãos de comunicação social de massa, o “heroísmo” associado à atividade humanitária conferiu aos militantes e às organizações “emergencistas” importante notoriedade social. Aquele militante, médico, ligado a ONGs e a missões de emergência humanitária, apareceria na capa de uma revista francesa. Na sequência, recebeu atenção da televisão pública portuguesa, tendo sido contactado pelo então ministro da saúde português e incentivado a criar, no país, uma organização similar à organização francesa Médicos Sem Fronteiras. Segundo ele:

Enfim, na sequência da reportagem do Chade em 1983(...) há um artigo sobre mim que é publicado na revista francesa “L'Express”. A equipa da “Grande Reportagem” aqui na RTP na altura dirigida pelo José Manuel Barata Feio, decide ir ver o que é que eu ando a fazer por aí e vai ter comigo ao Chade em 83. Em 83 pronto, o Barata Feio, a “Grande Reportagem” da RTP, acaba por se encontrar comigo no Chade, isso dá uma reportagem, tem muito impacto aqui ao ponto que o Ministro da Saúde da altura, o Maldonado, veio para Bruxelas e uma coisa puxando a outra, eu decido vir para Portugal (...). (...) então pronto, o desafio foi lançar a AMI, na base da experiência recolhida nos Médicos sem Fronteiras(...). (Homem, médico, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Após aquele encontro, o entrevistado lançar-se-ia no empreendimento de constituir uma ONG portuguesa de “assistência humanitária” em 1984, regressando a Portugal definitivamente em 1985, mediando a importação, para o contexto português, da “causa” da “ajuda humanitária de emergência”, através da criação da AMI - Assistência Médica Internacional. Esse espaço de engajamento, apresentado como a “versão portuguesa” dos Médicos sem Fronteiras simbolizaria a

“aproximação” de Portugal ao “universalismo europeu” (WALLERSTEIN, 2007) no ano anterior à entrada de Portugal para a CEE. Por outro lado, após um período marcado por importantes disputas ideológicas em Portugal, o facto de o ativismo humanitário aparecer distanciado de tendências partidárias, e sustentado por valores morais “indisputados”, favorecia a sua “aceitação” e incentivo pelas diversas sensibilidades políticas / partidárias.

Em ambos os casos analisados nesta micro-coorte (adesão em 1984), o empreendimento na “causa humanitária” e do “desenvolvimento”, considerados como “causas” conexas no espaço da “cooperação solidária para o desenvolvimento” em Portugal, em meados dos anos 1980, apresenta-se viável pela reconversão do capital social, cultural, simbólico e político adquirido no espaço familiar, ao longo de seus percursos escolares e profissionais, e pelo capital internacional adquirido durante a militância em organizações humanitárias e de desenvolvimento europeias. Neste contexto, na senda de Dezalay e Madsen (2009) o capital social herdado, as competências culturais e linguísticas e o capital escolar homologado apresentam-se relevantes na construção de seus percursos internacionais em ONG de referência.

No regresso a Portugal, o capital internacional acumulado permitiu aos militantes entrevistados empreender na criação de novas organizações não-governamentais, sendo reconhecidos como importadores de “causas” e de *expertise* homologado pelos atores centrais do sistema internacional em áreas como a “ajuda médica e humanitária de emergência” e o “desenvolvimento sustentável”. Importaram neste quadro modelos de ativismo em “causas além fronteiras” que aproximariam aquele setor da militância em Portugal do de outros países europeus adaptando para o contexto português, as mudanças nas “causas” e práticas do “desenvolvimento” e do “humanitarismo”, em curso na década de 1970 e 1980 no espaço internacional. Neste sentido, constituíram espaços associativos “distanciados de ideologias radicais” e “centrados em princípios morais”, permeados pela valorização do profissionalismo e da técnica, e a participação em espaços institucionais, “inspirados” e impulsionados por relações com militantes e organizações congêneres dos países centrais da CEE, dez anos após o fim do Império e na véspera da entrada formal do país para aquele bloco.

II. A SEGUNDA GERAÇÃO DE MILITANTES: MULTIPOSICIONALIDADE E CONSAGRAÇÃO DA SIGLA “ONGD” (ADESÃO ENTRE 1985-1993)

A segunda geração de militantes pela “cooperação solidária com os países em desenvolvimento” considera aqueles que aderiram à causa entre 1985 e 1993. Trata-se do período que medeia entre a criação da Plataforma Portuguesa de ONG(D) em 1985 e o ano anterior à criação oficial, pelo estado português, mais especificamente pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, de um estatuto legal específico para as organizações não-governamentais engajadas no “desenvolvimento internacional” e na “ajuda humanitária de emergência”, em 1994. Este período foi marcado pela criação e institucionalização da Plataforma Portuguesa de ONGD, pela sua participação na estrutura federativa europeia das ONG de desenvolvimento, o *Comité de Liaison ONG-CE*, e pela criação ou reconversão de diversas organizações para a intervenção no setor da cooperação internacional para o desenvolvimento. Neste sentido, o campo atraiu, a partir da institucionalização da sigla “ONGD”, militantes de diversos espaços sociais e políticos, tornando-se mais diverso e complexo.

No que respeita à relação entre o espaço nacional e o internacional, durante o intervalo temporal de 1985 a 1993 Portugal tornou-se formalmente membro da Comunidade Económica Europeia em 1986, regressando ao Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em 1991. A integração na CEE e a reintegração no CAD apresentam-se como marcos do processo de identificação de Portugal com a Europa e ao mesmo tempo, com os países “doadores” de “ajuda ao desenvolvimento”. Internamente, o desempenho económico, os níveis de renda, o acesso das populações aos serviços públicos de educação e saúde e o saldo migratório registaram importantes incrementos (BARRETO, 2002), validando a ideia de convergência socioeconómica e cultural de Portugal com o espaço da CEE.

A partir de meados da década de 1980 verifica-se, a partir dos países centrais, a “popularização” dos temas da “ajuda humanitária de emergência” e do “desenvolvimento” através por exemplo, de grandes festivais de música, transmitidos por TVs de todo o mundo com o propósito de angariar fundos para os países africanos onde se viviam situações de “emergência alimentar”, destacando-se o *Live Aid*. A articulação entre as imagens televisionadas de crianças em situação de

subnutrição e o “engajamento” de “celebridades internacionais”, através dos meios de comunicação de massas, favoreceram a emergência de uma “cultura popular do humanitarismo além fronteiras” (LOUSLEY, 2014, p. 16) que, articulando entretenimento e assistência de emergência, aumentou simultaneamente, a cotação social e mediática da “causa humanitária” e atribuiu “virtudes filantrópicas” aos indivíduos “célebres” e às organizações nela envolvidos, contribuindo para o imaginário de emergência de uma “solidariedade globalista” (BUDABIN; RASMUSSEN; RICHEY, 2017). No mesmo sentido, as diversas conferências das Nações Unidas, ao longo da década de 1990, sobre temas de interesse “global” atraíram atenção política e mediática e ensaiaram a construção de compromissos globais, com a “participação” de ONG.

Assim, em Portugal, a aproximação ao modelo de política externa dos países “desenvolvidos”, “doadores”, ocorre num quadro de midiatização das “catástrofes humanitárias” e de incremento da participação das ONG nos espaços de concertação internacional. Este processo contribuiu, no quadro nacional, para a valorização do “internacional”, das causas associadas à “solidariedade” com os “países pobres”, ao “Outro”, e das organizações não-governamentais aí intervenientes.

1 Da militância partidária e católica à causa da “cooperação para o desenvolvimento”: empreendedores multiposicionados e a institucionalização do campo das ONGD em Portugal (adesão entre 1984-1986)

A primeira micro-coorte da segunda geração de militantes pela “cooperação com os países em desenvolvimento” considera o percurso de dois indivíduos, dois homens, sendo um deles empreendedor de uma organização não-governamental atuante no tema do “desenvolvimento internacional” e o outro dirigente de um instituto partidário que aderiu aquela “causa” aquando da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Os dois militantes considerados nesta micro-coorte nasceram entre o final dos anos 1930 e o início dos anos 1940, um em Lisboa e outro em Coimbra, em famílias de elevado estatuto social, dispondo de combinações diversas de capital econômico, social político e cultural. Os pais desses dois agentes ocuparam cargos em instituições públicas, num dos casos, o pai foi juiz, presidente de Câmara Municipal e empresário, e noutro, professor universitário, em Coimbra e em Luanda,

e diretor de serviço numa instituição estatal da área da engenharia em Angola. No seio familiar, ambos tiveram uma formação católica.

No que respeita às posições políticas, o pai de um dos militantes, com origem numa família da nobreza rural, com grande interesse pela política e pela religião, era próximo do integralismo lusitano, monárquico, e admirador dos Jesuítas, expulsos de Portugal com a I República, em 1910, e que regressariam com o Estado Novo. O outro militante cresceu próximo do círculo acadêmico de Coimbra onde privou com responsáveis da Universidade, da democracia cristã e da hierarquia católica. Assim, a socialização primária de ambos os militantes ocorreu em contextos familiares conservadores, católicos, e próximos de grupos dirigentes da esfera acadêmica, política e religiosa²⁴⁹.

A formação escolar primária dos agentes / militantes foi realizada, num dos casos, em casa, com preceptores, e no outro, em escolas oficiais em Moçambique e Coimbra. Para os estudos secundários, um dos agentes frequentou uma escola particular, o colégio S. João de Brito, entretanto fundado pelos Jesuítas em Lisboa, e o estudou nos liceus oficiais de Coimbra e de Luanda onde viveu parte da adolescência. Ao longo da sua formação escolar, os dois agentes / militantes participaram de espaços associativos de inspiração católica. Enquanto estudante do ensino secundário em Coimbra, um foi sócio e membro da direção do Centro Acadêmico da Democracia Cristão – CADC²⁵⁰ e o outro participou da JEC – Juventude Escolar Católica em Lisboa e das Conferências de São Vicente de Paulo. Apesar de ambos

249 Para Braga da Cruz (1982) quer o integralismo lusitano quer a democracia cristã inspiraram a ideologia do regime salazarista. Estudante em Coimbra e membro destacado do CADC, Salazar conviveu com ambas e alicerçou o regime na trilogia Deus, pátria, família, ou seja, num discurso que articulava a defesa do catolicismo, do nacionalismo e do império, e da família entendida como espaço de preservação do nome e da tradição. Trata-se de uma síntese entre duas correntes que tinham pontos de contato, mas também de discórdia em particular, no que respeita à monarquia orgânica / republicanismo. Neste sentido, no espaço do integralismo lusitano, alguns de seus membros tornaram-se opositores do regime. (CRUZ, 1982)

250 Os centros católicos, a exemplo do CADC, fundado no início do século XX, visavam responder ao avanço do laicismo, racionalismo e liberalismo, e retomar o espaço de influência da igreja católica no espaço público, em particular no espaço cultural e acadêmico, a partir do ideário tomista. As universidades, tendo assumido um papel central na produção e difusão de ideias em particular, a partir do século XIX tornaram-se pontos estratégicos de atuação da igreja católica, visando à formação ideológica dos grupos dirigente e através deles, contrariar a perda de influência social, cultural e política (CRUZ, 1978).

terem frequentado coletivos católicos, o CADC estava vocacionado para o pensamento e intervenção política, no quadro da democracia cristã, e a Ação Católica Escolar visava a formação de cristãos para a intervenção pública, numa aceção mais ampla do termo, expondo os estudantes a atividades sociais, intelectuais e religiosas. As conferências de São Vicente de Paulo estão associadas principalmente a atividades de assistência social e caridade. Os processos de socialização dos entrevistados em espaços associativos de inspiração católica apresentam-se assim diferenciados em seus propósitos, experiências e vivências proporcionadas, e relações.

Após a conclusão dos seus estudos secundários, os dois militantes prosseguiram a sua formação, no final dos anos cinquenta e início da década de 1960, em universidades portuguesas nas áreas do direito, em Lisboa, da engenharia, no Porto. Apenas um concluiu os estudos superiores no curso escolhido, na área da Engenharia. O outro interrompeu os estudos universitários para prosseguir os estudos religiosos conducentes ao sacerdócio.

No que respeita ao interesse pela política, um dos militantes, estudante da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no início da década de 1960²⁵¹, com origens sociais numa família próxima do “integralismo lusitano, optou pelo distanciamento dos movimentos políticos existentes na universidade e do associativismo estudantil. Considerando-se ideologicamente conservador, defensor da guerra colonial²⁵², era favorável a uma reorganização do Império como federação de estados liderada por Portugal e reconhecia a necessidade de mudanças no regime. Todavia, num contexto universitário onde as suas posições ideológicas se apresentavam distanciadas dos movimentos políticos mais ativos, das diversas esferas da “esquerda”, e frequentando

251 O período em que frequentou a universidade, 1959-1965 foi permeado por lutas estudantis importantes que opuseram os estudantes da Faculdade de Direito ao regime, tendo seu auge em 1962. Durante esse período, a Associação Acadêmica da Faculdade de Direito de Lisboa publicou a revista Quadrante onde se travaram debates sobre a universidade, a política, o país, com tendências críticas ao regime.

252 A guerra colonial apresentou-se, nos meios católicos portugueses, em particular nas elites urbanas, como elemento gerador de alguma divisão. Todavia, a posição oficial da Igreja considerava legítima a guerra contra os movimentos africanos independentistas considerando que esta visava a proteção da “missão civilizadora” de Portugal, entendida como sinônimo de missão. Assim, apesar da intervenção crítica de alguns católicos “progressistas”, sustentada nas posições do Vaticano, favoráveis às independências, a hierarquia católica portuguesa e o laicado mantiveram um “modelo de unidade” com “pretensões de hegemonia” que se mantém (ESTEVÃO, 2000, p. 262).

um curso que não o motivava, e no qual o seu desempenho era modesto, investiu durante esse período, no engajamento nas atividades de assistência social realizadas no seio da Ação Católica Universitária. Após alguns anos de frequência universitária, decidiu abandonar a universidade, em meados da década de 1960, seguindo uma vocação religiosa que conduziria à sua entrada nos Jesuítas, tendo concluído a sua formação, após a realização da Teologia, na Alemanha, em 1974.

O outro militante realizou os seus estudos universitários em Engenharia no Porto, onde participou da criação e coordenação de um grupo informal, o “Movimento de Estudantes Católicos”, prosseguindo atividade militante próxima da democracia-cristã, procurando mobilizar outros, noutros espaços universitários em particular o lisboeta, coimbrese e luandense. Assim, foi construindo, ao longo de seu percurso escolar secundário e superior, um conjunto de relações com académicos, políticos, e responsáveis da hierarquia católica intervenientes na metrópole e no espaço colonial. O investimento na articulação política entre o espaço metropolitano e colonial foi acompanhado do investimento profissional em Angola para onde regressou um ano após a conclusão do curso de engenharia. Segundo ele;

Não fui imediatamente porque antes de ter concluído o curso estava convidado para assistente da Faculdade de Engenharia do Porto, estive um ano como assistente, mas foi só mesmo um ano porque o que eu queria era ir para África. E fui para África e estive a dar aulas na Universidade de Luanda durante 5 anos. (Homem, diplomata aposentado, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Olhando para o contexto em que aquele agente terminou os seus estudos, a década de 1960, importa referir que o Estado Novo adotou, a partir dos anos 1950, um discurso progressivamente “modernizador” e tecnocrata, aderindo a ideias “desenvolvimentistas” na metrópole e nas colónias, em particular, de Angola e Moçambique (CASTELO, 2014). Com esse propósito foram introduzidos “Planos de Fomento”, concebidos por “especialistas” segundo os “métodos modernos” de planeamento. Apesar do início da guerra colonial, em 1961, em Angola, seguindo-se Moçambique e a Guiné Bissau, o investimento público naquelas colónias foi incrementado, tendo sido direcionado principalmente, para a fixação de colonos portugueses e

para a realização de obras públicas no setor de transportes e comunicação (CASTELO, 2014, p.69), tal como apresentado no capítulo I. Assim, para o entrevistado, a formação em Engenharia Civil, valorizada na política do regime de “modernização colonial” e o exercício profissional, entre a metrópole e as, então, colônias africanas, comuns ao pai e irmão, tornavam a estadia em Angola parte de um projeto de vida familiar e profissional, ideologicamente articulado pela democracia-cristã.

Com a revolução de Abril de 1974, ambos os militantes se mobilizaram, ainda que a partir de espaços distintos, para reagir à influência dos movimentos de esquerda, em particular do Partido Comunista, no país. Regressado de Angola, em 1973, um dos agentes / militantes participou da fundação de um partido político, alguns meses após a queda da ditadura, o Centro Democrático Social (CDS), definido como “centrista” e “democrata-cristão”. Nesse quadro, construiu ao longo do seu percurso político, relações próximas com dirigentes como Adelino Amaro da Costa e Diogo Freitas do Amaral. Em 1975, tomou também parte na constituição de um instituto partidário, o Instituto Democracia e Liberdade (IDL), promotor de debates, estudos e formação de quadros daquele partido. Em 1976, aquando das primeiras eleições, foi eleito deputado, cargo que ocupou até 1987. Em 1979, assumiu a presidência do IDL, que publicaria nesse ano, um estudo sobre o processo de descolonização²⁵³ na senda do engajamento do partido, em particular nos primeiros anos a seguir à independência, na crítica à negociação das independências das ex-colônias africanas.

Para o outro militante, com origens em famílias católicas conservadoras, estudante de Teologia na Alemanha na altura do golpe militar de Abril de 1974, a situação em Portugal preocupava-o. Aderiu às iniciativas de oposição ao Processo Revolucionário em Curso (PREC) entre 1974-1975, tendo participado das manifestações promovidas pela Igreja Católica e pelo Partido Socialista contra o que entendiam ser o “viés totalitário” dos grupos mais à esquerda, em particular do Partido Comunista. Escreveu artigos em jornais e acompanhou a situação política através das relações que detinha junto das esferas do poder, em particular de seus conhecidos nos partidos “moderados”. Paralelamente, após a ordenação como padre em 1974, iniciou a sua atividade na

253 GRUPO DE PESQUISA SOBRE A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA. *A Descolonização Portuguesa: aproximação a um estudo*. IDL, 1979.

Universidade de Coimbra com a criação de um centro católico, o Centro Universitário Manuel da Nóbrega. Segundo ele:

Quando eu era universitário, aqui em Lisboa, havia duas grandes forças na universidade. Havia o Partido Comunista, e que formava bem as suas pessoas e tudo mas era, estava, perseguido e oculto, mas era em todo o caso uma força que marcava muito. E a Igreja Católica, a JUC não é? Que também formou muita gente e tal, muita dessa que anda por aí, olhe o Marcelo Rebelo de Sousa, foi tudo gente que por aí passou. Mas mesmo assim, a presença da Igreja na Universidade era fraca. Eu próprio pertencia também à JUC e tal. Fraca quer dizer, podia e devia ter mais adesões, mais militância e tudo o mais. Nisso o Partido Comunista é formidável, não é? Bom, mas o pouco que havia, com o pós- vinte cinco de Abril desmoronou-se. Portanto ficou uma coisa completamente caótica, não é? Foi um corte violentíssimo. (Homem, religioso, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Para aquele militante, sacerdote jesuíta, tratava-se de intervir no contexto universitário para contestar a hegemonia do Partido Comunista, e de outros espaços de “esquerda”, na formação dos estudantes e dos futuros dirigentes do país, situação que tinha acompanhado de perto durante os seus tempos de estudante na Faculdade de Direito de Lisboa.

Olhe até hoje vi no jornal uma coisa com piada (...) que é ver o que é que ficou do Maoísmo. (...) O Pacheco Pereira, o não sei quantos, quer dizer, figuras que hoje até estão, muitas delas, até mais à direita, foram todos. O Durão Barros... foi tudo percebe? Quer dizer, é próprio da juventude estas coisas e, sobretudo, de não haver nada, de ser uma desorientação completa está a perceber. E isso foi um motivo que nos levou a pensar que a presença na Universidade era muito importante, não é? (Homem, religioso, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A intervenção no espaço universitário tornou-se a sua área principal de trabalho nos anos seguintes, prosseguindo na criação de

centros universitários católicos, jesuítas, em Lisboa e em Braga na década de 1980.

Naquele período, o outro militante, deputado e dirigente do Instituto Democracia e Liberdade (IDL), do quadrante da “democracia cristã”, acompanhou o processo preparatório da adesão à CEE no âmbito do qual, os dirigentes políticos portugueses foram introduzidos à arquitetura política e institucional daquela comunidade. O interesse dos partidos políticos pela agenda da “cooperação internacional para o desenvolvimento” em particular através dos seus institutos, propiciou a entrada naquele setor de alguns integrantes de partidos políticos. Foi nesse processo que este militante se interessou pela política europeia de “cooperação para o desenvolvimento” da qual Portugal iria participar. Segundo ele:

Isto dá em resultado que em 1979 eu assumo a presidência do Instituto Amaro da Costa e faço uma ação de sensibilização da sociedade, não se chamava assim, mas no fundo era uma reunião pública, sociedade civil da época à necessidade da preparação da adesão à União Europeia, CEE como disse. E logo a seguir dou o salto para as questões do desenvolvimento porque dentro da CEE aquele dossiê que mais me atraiu foram as questões do apoio ao desenvolvimento. (Homem, diplomata aposentado, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

O interesse pelas questões da “cooperação para desenvolvimento” é atribuído por esse militante, à experiência de alguns anos em África na infância, juventude e idade adulta e ao engajamento pela entrada de Portugal na CEE.

(...) quando eu chego ao Instituto Amaro da Costa de facto não havia nem tradição nem precedente deste trabalho com África mas como lhe digo eu vivi em África quando era miúdo, não é, formei-me muito em África portanto percebe-se que, com a adesão à CEE, percebe-se que há uma política de cooperação na CEE e que nós vamos ter de participar nela. E, ao termos de participar nela, preparamo-nos para participar. (Homem,

diplomata aposentado, ex-liderança de ONGD,
entrevista em Portugal)

Existem elementos de ligação entre os dois tipos de justificação apresentados por aquele militante que importa adentrar. O seu engajamento pela integração no bloco regional, no contexto do qual as antigas potências coloniais europeias tinham construído um modelo de “cooperação” com as suas ex-colônias, legitimava, no espaço nacional, mesmo para os grupos mais críticos da descolonização, alguns deles próximos ao seu partido, a militância pela “cooperação para o desenvolvimento”. O engajamento pela “aproximação à Europa” permitiu a esse militante, com um percurso de vivências na África durante o período colonial, a reatualização dos interesses e disposições próximos da ideia de “progresso” ou de “modernização” daquele continente, que adquirira importância na retórica do colonialismo tardio português. A intervenção dos europeus nos “esforços de desenvolvimento africano” deixariam, contudo, de ser apresentados como “missão civilizadora”, tornando-se antes “cooperação”, “obrigação moral” ou manutenção dos “laços históricos” entre Europa e África.

Na senda da sua atuação partidária, e aproximação às instituições da CEE, o engajamento daquele entrevistado na “cooperação com os países em desenvolvimento” e o seu investimento na criação da Plataforma das ONGD foram mediados por relações construídas em Bruxelas e em Portugal, com dirigentes de importantes instituições do setor da “cooperação internacional para o desenvolvimento”, em particular o comissário responsável pelas negociações da adesão de Portugal, que tinha igualmente liderado a Direção Geral de Desenvolvimento da CEE, Lorenzo Natali, e o administrador da Fundação Gulbenkian, Sá Machado, responsável pelo setor de cooperação daquela fundação, com as antigas colônias portuguesas, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros (1978), e fundador do CDS. Segundo ele:

Eu devo lhe dizer que conheço e conheço por mão do Sá Machado de quem era amigo e que estava na Gulbenkian, que conheci alguns dos, das personalidades importantes na condução da vida política de Angola, de Angola de Cabo Verde, da própria Guiné-Bissau e, portanto, há um incremento muito grande do trabalho da CEE que já vinha de trás. (Homem, diplomata aposentado, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A mobilização de capital político a partir da militância na democracia cristã e de cargos no Estado, o acesso a decisores políticos portugueses, europeus e africanos, e a dirigentes de importantes instituições fora do espaço estatal, permitiram a estemilitante atuar na importação e institucionalização da sigla “ONGD”, para o contexto português. Esse processo, que implicou o investimento na construção de um “consenso” sobre o engajamento na cooperação com os “países em desenvolvimento” entre um conjunto diverso de organizações, a maioria com laços com os partidos políticos (PS, PSD e CDS) e com a Igreja Católica, ocorreu num contexto político no qual a militância mais à “esquerda” foi perdendo espaço²⁵⁴. Assim, a “solidariedade com os países em desenvolvimento” deixou de estar associada aos setores da “esquerda”, à “militância anticolonial” ou ao “terceiro-mundismo”, de que era exemplo, o CIDAC, para se tornar, através do simbolismo “europeu” entretanto atribuído à “cooperação para o desenvolvimento”, numa “causa” promovida pelos espaços políticos “moderados” e/ou “conservadores” e por setores da Igreja Católica portuguesa, com posições críticas em relação descolonização.

Em meados da década de 1980, as ONGs europeias do espaço da “cooperação solidária para o desenvolvimento” tinham já décadas de experiência. Em Bruxelas, o *Comité de Liaison* (CLONG), era a estrutura federativa que articulava as relações entre as ONGDs e a Comissão Europeia desde meados da década de 1970. Nesse contexto, para esse militante, dirigente de um instituto partidário, sem experiência prévia na “causa” ou em ONGs, a integração naquele espaço de concertação não se apresentou fácil. Para entender o que eram as organizações não-governamentais “de desenvolvimento” o empreendedor da Plataforma das ONGDs recorreu a ONGs de países centrais, em particular da França. Segundo ele:

Não entendia o conceito de ONG, sempre me fez muita confusão era dizer assim, mas como é que a gente define uma ONG? Bom, então a definição

²⁵⁴Relativamente aos resultados eleitorais, entre 1976 e 1985, o PS – Partido Socialista e o PSD – Partido Social Democrata tornaram-se os partidos mais voltados. Governaram o país isoladamente ou em coligações entre eles e/ou com o CDS - Centro Democrático Social. No que respeita a outros espaços de militância importa notar por exemplo, o decréscimo do número de associados dos sindicatos e das comissões de trabalhadores entre 1978 e 1984, passando de 31% para 12,9% e de 6,5% para 0,5%, respectivamente. No mesmo período cresceu o número de associados em organizações desportivas, culturais, religiosas e humanitárias (FERNANDES, 2012).

era feita pela negativa. Não é estatal, não é religiosa... não depende de não sei de que mais, bom, era tudo pelo não. E eu pensava assim tá bem, quem é que confirma que esta instituição é uma ONG? Uns aos outros. Portanto são as próprias ONG que reconheciam os candidatas como ONG. Isto era uma coisa que eu nunca tinha visto na vida e aprendi isto em Paris, falando com algumas das ONG com quem contatei que me disseram não, é assim, quer dizer, nós reconhecemos que eles são nossos pares é uma outra maneira de, de ver, de ver esta problemática. (Homem, diplomata aposentado, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

O acesso e a participação no “movimento” das ONGDs, articulado no âmbito europeu, e nos espaços de diálogo com a CEE permitiram àquele militante reforçar o seu capital “internacional”²⁵⁵ e sua reconversão no espaço nacional. A construção de relações em “Bruxelas” e a aquisição de competências e conhecimentos especializados sobre temas da “cooperação internacional para o desenvolvimento”, tornar-se-iam recursos relevantes no seu itinerário profissional e político, em particular se se considerar a importância da aquisição de “capital europeu” nas vésperas da adesão de Portugal àquela comunidade.

Assim, em 1988, cerca de três anos após ter iniciado o investimento na criação da Plataforma Portuguesa de ONGDs, e cerca de um ano após ter atuado como seu representante no CLONG, entre 1986/1987, atividade que acumulava com a de deputado, iniciou uma carreira na diplomacia. No cargo de embaixador, deu continuidade à relação com algumas ONGDs portuguesas, “promovendo” a sua atuação nos países por onde passou (São Tomé e Príncipe e Cabo Verde em particular), segundo ele, numa perspectiva de “estreitamento de laços entre comunidades”. Desempenhou posteriormente, no âmbito da carreira diplomática, o cargo de presidente do Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) em 1999/2002 onde interagiu, enquanto dirigente estatal, com a Plataforma de ONGDs. Segundo esse militante, engajado na “democracia cristã e empreendedor da Plataforma das ONGDs:

255 Por capital internacional entende-se o domínio de línguas, o conhecimento das regras e formas de funcionamento de organizações / espaços internacionais, o acesso a relações naqueles espaços e a informação específica.

Outra intervenção que foi muito importante e essa protagonizada pela Cruz Vermelha mas na qual tive alguma intervenção foi que houve um surto de paludismo muito forte, morreu muita gente, em São Tomé, e São Tome obteve da UE, da CEE, apoio para o combate a essa epidemia. E nesse combate à epidemia quem foi designada como agente de realização desse combate foi a Cruz Vermelha Portuguesa. Bom e a Cruz Vermelha Portuguesa era uma das entidades que estava a preparar o lançamento da Plataforma e é por isso também que tenho essa relação enfim, conhecia muita gente com ainda hoje ainda faço. (...) foi comigo por exemplo os Leigos para o Desenvolvimento, a primeira presença deles em São Tomé e Príncipe faz-se comigo, mas há mais que se fizeram comigo e mais tarde houve outras que foram, uma que se chamava CIC, esses também vão para São Tomé e Príncipe e depois estiveram em Cabo Verde também comigo. A AMI, a AMI vai para São Tomé e Príncipe quando eu lá estou (...) (Homem, diplomata aposentado, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

É nesse período, meados da década de 1980, caracterizado pelo incremento da “cotação” social da “causa” da “cooperação solidária com os países em desenvolvimento”, junto dos setores políticos e sociais mais conservadores que o outro militante, sacerdote jesuíta, desenvolveu esforços para fundar uma organização católica de envio de leigos voluntários portugueses para os “países em desenvolvimento”. Em 1985, aquando do seu investimento na “cooperação para o desenvolvimento” atuava na formação de jovens universitários, através dos centros universitários católicos por si co-fundados a partir de 1974/1975, em Coimbra e Lisboa, e no setor da comunicação social, dirigindo a rádio da Igreja Católica, a Rádio Renascença. Engajou-se igualmente nesse período na criação de outras instituições particulares de assistência social.

O interesse desse agente / militante pela atividade missionária da Igreja no contexto africano surgiu ainda durante o período colonial tendo criado, durante o seu processo de formação como jesuíta, com o apoio da mãe, uma organização para apoiar material e financeiramente as missões religiosas católicas nas então designadas “províncias ultramarinas”. Cerca de dez anos após a queda da ditadura e o fim do

Império colonial, empreendeu na criação de uma nova organização vocacionada para o “apoio aos países em desenvolvimento”, os Leigos para o Desenvolvimento. A emergência de uma nova organização católica vocacionada para a atuação nos “países pobres” apresenta um referencial distinto das práticas humanitárias centradas no envio de bens para responder a necessidades essenciais, ou da missionação em sentido estrito, revelando uma aproximação a algumas abordagens “desenvolvimentistas” do “internacionalismo católico”, e ao maior protagonismo atribuído aos leigos pelo Concílio Vaticano II.

O início de atividade de cooperação daquela organização deu-se em 1986, após a visita do fundador aos vários países africanos de língua oficial portuguesa para identificar em qual deles se poderiam encontrar as condições, junto da hierarquia católica local, para receber os leigos voluntários. Neste sentido, a universalidade da missão de “auxílio aos pobres” da Igreja continuou a ser associada, no espaço católico português, à priorização da “assistência” às antigas colônias portuguesas na África e na Ásia, depois da Igreja portuguesa ter representado, durante o colonialismo, um papel central na prestação de serviços de educação e saúde naqueles contextos através das missões religiosas. Segundo aquele militante, sacerdote jesuíta:

(...) sou realmente o fundador, com outros, dos Leigos para o Desenvolvimento (...). E fizemos logo algumas opções, uma primeira foi estava, vamos centrar nos países de língua portuguesa porque claro, podíamos ir para a China ou para outro sítio qualquer, mas se há países com língua portuguesa que estão muito carenciados, começamos por estes, isto facilita até as trocas de um lado para o outro. Pronto, foi uma opção. (Homem, religioso, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Para esse militante, cuja atividade religiosa estava centrada na evangelização de jovens estudantes do ensino superior, a participação em iniciativas de “cooperação para o desenvolvimento” apresenta-se como um “complemento” da formação cristã dos leigos. Na sua perspectiva, durante o período em que permanecessem nos “países em desenvolvimento”, os universitários colocariam as suas competências ao “serviço” dos “mais carenciados”, contribuindo assim para o seu “desenvolvimento”, regressando depois ao seu país de origem com disposições “humanitárias” e religiosas fortalecidas. Neste sentido, a atribuição de motivações e disponibilidade para o “trabalho social” em

“países pobres” aos jovens leigos, no período de transição entre a formação escolar e a entrada no mercado de trabalho, válida o investimento na constituição de uma organização católica, de inspiração jesuíta, engajada na “cooperação para o desenvolvimento”, como instrumento de evangelização e concretização da missão da Igreja de “promoção social de populações pobres em países distantes”. Este investimento é assim percebido como coerente com a sua atividade evangelizadora centrada no meio acadêmico. Segundo esse agente / militante:

(...) eram pessoas, umas que vinham de meios muito cristãos, outras não vinham de todo, mas estavam interessados e, portanto, faziam progresso, e, portanto, a animação cristã dessas pessoas era a finalidade número um dos centros universitários (...). E (...) nos últimos anos, eu comecei a promover, e a sentir, que havia muitos rapazes e raparigas que estavam prestes a acabar a sua formação e que não estavam interessados em, digamos assim, entrar imediatamente na sociedade de consumo e de produção (...) há muita gente que diz não, eu gostava de pôr os meus talentos ao serviço de comunidades mais carenciadas e onde pudesse enfim ajudar a promoção social (...).(Homem, religioso, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A concepção da “cooperação solidária” como “assistência técnica” prestada por expatriados com elevado capital escolar ou especialização profissional apresenta-se comum aos atores confessionais e não-confessionais intervenientes na “causa”, demonstrando a valorização do capital escolar e a legitimação da atuação dos *experts* no “desenvolvimento”. Importa adentrar o modo como esse agente / militante, entende o “religioso” e o “técnico”, e a relação entre ambos, no engajamento na “causa” da “solidariedade com os países em desenvolvimento”. Referindo-se ao processo de recrutamento de leigos com algum tipo de *expertise*, ele pressupõe que indivíduos com elevado capital escolar dispõem à partida, dos saberes requeridos para o desempenho de tarefas “desenvolvimentistas” na África. Assim, são as disposições religiosas, ou as que se situam na intersecção entre “saberes sociais” (interação com outros em contextos culturais distintos, adaptação às condições no terreno) e vocação religiosa (voto de “pobreza”, entendimento religioso da missão “desenvolvimentista”,

catequese, frequência das atividades religiosas, diálogo com a hierarquia católica local), que importa promover ao longo do período de formação obrigatório para “partir em missão”. Ao longo desse processo os leigos deveriam demonstrar as “disposições adequadas”, garantindo-se assim a sua identificação com o espaço religioso de que tomam parte, e a expressão de dessa identidade no “além-fronteiras”. Segundo ele:

(...) de início, de início (...) é o tal processo da formação, que é também um processo de discernimento e, portanto, pode chegar ao fim e dizer, você tem imensas qualidades, mas não tem a motivação religiosa suficiente. Vá para outro movimento, que há, e muito respeitável e tudo, mas para aqui não cabe. Agora, o que é muito frequente é que as pessoas entram com pouca formação e tal, mas depois vão descobrindo e vão se interessando e apaixonando, não é, por isso. (Homem, religioso, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A importância da formação religiosa como elemento de preparação de leigos engajados no “desenvolvimento internacional”, e de legitimação da sua atuação nos países africanos, é associada por esse agente / militante, ao seu próprio percurso. Assim, refletindo sobre seu trajeto e suas motivações, considera que apesar de não ter experiência prévia em contextos africanos, a formação religiosa, jesuíta, permitiu-lhe adquirir as motivações, as competências e “visões de mundo” “adequadas” ao engajamento em “causas” que concernam o “Outro” em “situação de pobreza”, em espaços nacionais e culturais distintos do seu. Neste sentido, entende a sua nomeação para um cargo na área da imigração pelo governo português, em 2001, como uma validação social das disposições adquiridas ao longo do seu percurso religioso.

(...) eu sou Jesuíta, pertenço à Companhia de Jesus, e nós, Companhia de Jesus globalmente, temos três grandes linhas de missão: o serviço da fé, a promoção da justiça e o diálogo intercultural. Ora está a ver que o promover uma comunidade ou um país, e países muitas vezes com carências extraordinárias, está perfeitamente dentro da minha coisa, não é? (Homem, religioso, ex-liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Aquele militante distingue, no âmbito da atuação das organizações de cooperação para o desenvolvimento, entre práticas

“desenvolvimentistas” e “humanitárias”. Assim, considera que a introdução de critérios de recrutamento associados ao capital escolar / *expert* e a permanência dos leigos nos países de destino durante períodos longos, pelo menos 1 ano, constituem elementos distintivos da abordagem “desenvolvimentista” da organização que fundou. Todavia, apesar da valorização da utilização de competências técnicas visando o “desenvolvimento” essas não constituem em si mesmas, o fundamento da intervenção dos leigos. A introdução de um *modus vivendi* de inspiração católica durante o período de expatriamento na África, designadamente, a “vida em comunidade”, o “voto de pobreza”, entendido como a não remuneração do trabalho, as condições de vida “simples”, “próximas” das populações locais, e a relação prioritária com a hierarquia católica local, apresentam-se como formas de restringir as possibilidades de secularização das práticas “desenvolvimentistas” e promover a reatualização da identidade religiosa dos leigos ao longo da experiência “além-fronteiras”.

A adesão à causa da “cooperação solidária com os países em desenvolvimento” por parte de membros da hierarquia católica portuguesa e de militantes partidários, na iminência da adesão de Portugal à CEE, indica o incremento da cotação daquela causa junto dos setores “moderados” ou “conservadores”, incluindo aqueles mais “críticos” da descolonização portuguesa. Sendo a “cooperação para o desenvolvimento” parte importante da política externa da comunidade europeia, o investimento na importação da sigla “ONGD” para o quadro nacional permitia àqueles com capital político e social para investir na institucionalização da “causa”, acumular capital “europeu”, passível de reconversão no espaço nacional, nos seus espaços de atuação política e profissional. Por outro lado, a “cooperação para o desenvolvimento” representava a possibilidade de “reatualizar” as vocações construídas ainda durante o período colonial para atuar no “progresso de África” ou apoiar a missão naquele continente, dirigidas de modo evidente para as antigas colônias portuguesas.

Sendo, nos dois casos analisados nesta micro-coorte (adesão em 1985), militantes engajados em “causas” e organizações diversas, ambos abandonariam a militância na “solidariedade internacional” na senda de mudanças nas suas funções no espaço político ou religioso. Assim, um deles desengajou-se do setor das organizações não - governamentais de desenvolvimento em 1988, cerca de três anos após ter participado da fundação da Plataforma das ONGD. Esse desengajamento é por ele atribuído à nomeação para o cargo de embaixador. Outro dos entrevistados, fundador de uma ONG de

inspiração religiosa manteve-se na causa da “cooperação com os países em desenvolvimento” até 1997, altura em que foi chamado, no quadro da ordem religiosa a que pertence, para desempenhar outras funções. Considerando a multi-posicionalidade comum aos dois casos, a mudanças nas esferas política e religiosa, particularmente a transição para outras funções ou organizações, determinou o afastamento da “causa”.

2 Engajamentos no universo católico e a militância em “causas além-fronteiras” (adesão entre 1986 e 1990)

Na segunda micro-coorte de militantes são analisados os itinerários de militantes que aderiram à “causa” entre 1986 e 1990, correspondendo ao período de institucionalização, em Portugal, da categoria “ONG de desenvolvimento”, referindo-se às organizações interessadas na causa da “cooperação solidária para o desenvolvimento”. Nesses anos, o espaço multi-organizacional orientado para a defesa daquela “causa” diversificou-se, tendo sido fundadas ou reconvertidas organizações com o propósito de participar do “desenvolvimento internacional”.

Trata-se igualmente do período no qual Portugal se tornou oficialmente, membro da CEE. Nesse quadro, a Plataforma Portuguesa das ONGD, criada em 1985, passou, em 1986, a integrar o *Comité de Liaison ONG-CE* em Bruxelas, a estrutura federativa das ONGs “de desenvolvimento” dos países membros da comunidade europeia, com funções de representação junto das instâncias europeias do setor do desenvolvimento. A integração no CLONG traduziu-se, na prática, na possibilidade dos militantes das ONGD portuguesas frequentarem os espaços de discussão de nível europeu sobre o “desenvolvimento internacional”, obterem conhecimento sobre políticas e oportunidades e estabelecerem relações com decisores, em “Bruxelas”, sendo esses recursos políticos especialmente importantes no contexto português.

A presente micro-coorte considera o percurso de três militantes, homens, com experiências de engajamento em organizações não-governamentais “de desenvolvimento” e em “causas internacionais”, em particular no espaço católico português, a partir de 1986 (aderentes entre 1986 e 1990).

Os três agentes / militantes são nascidos entre 1962 e 1970, dois deles em Portugal, e um em Angola. Um é natural de Lisboa, onde residiu durante alguns anos, antes da mudança da família para uma região urbana da periferia da capital. O outro nasceu na região da Guarda, viveu em França e depois no interior sul de Portugal. O terceiro

nasceu em Luanda e veio para Portugal ainda criança, com cerca de 5 anos de idade, em 1962, tendo vivido na região urbana da margem sul do Tejo, e depois em Lisboa.

No que respeita à condição socioeconômica das famílias de origem dos militantes, o pai de um dos entrevistados trabalhou na polícia, em Angola, tendo abandonado a profissão e regressado a Portugal. Voltou depois a emigrar, com a família, para França, onde trabalhou na construção civil durante alguns anos, atividade que manteve após ter regressado ao país natal, em simultâneo com a agricultura. A mãe trabalhou como doméstica e como auxiliar numa escola, durante a estadia em França, e posteriormente como trabalhadora agrícola em Portugal. Esse militante estudou em escolas públicas no interior sul do país, em Évora, onde frequentou o Seminário em simultâneo com o ensino secundário.

O segundo militante, cresceu num agregado familiar que caracteriza como relativamente humilde, onde havia memória de situações de escassez nas gerações anteriores. O pai era empregado de escritório. Residindo na periferia de Lisboa, frequentou ensino primário e secundário em escolas públicas.

A família do terceiro militante experimentou um processo de declíniosocioeconômico após a perda do pai, empresário, depois do regresso de Angola em 1967. A mãe, escriturária, passou a ter de trabalhar para manter os sete filhos, acumulando vários empregos. Apesar da difícil condição econômica da família, esse militante estudou num colégio particular de jesuítas, São João de Brito, em Lisboa, até completar o ensino secundário, dispondo de uma bolsa de estudos conseguida por uma tia, religiosa numa congregação católica. No espaço escolar, vivia um confronto quotidiano entre as condições que conhecia em casa, de grandes constrangimentos econômicos, e o contexto em que estudava.

Ao longo da infância e adolescência, dois dos militantes tiveram experiências e construíram relações que consideraram importantes na formação do seu interesse por “causas sociais” associadas principalmente à esfera católica. Um deles, residente na periferia de Lisboa, recorda a atividade religiosa e de “assistência social” dos pais, em particular do pai, a quem acompanhava, ainda criança, nas suas visitas a prisões. Posteriormente, ao longo da sua formação escolar, foi desenvolvendo disposições para o exercício de “cargos de liderança” como o de “delegado de turma”²⁵⁶ e esteve envolvido em atividades

256O delegado de turma é o representante dos alunos e por eles eleito.

extracurriculares, participando dos espaços associativos no espaço escolar. No contexto religioso, integrou grupos de jovens católicos na sua paróquia. Segundo ele:

(...) a participação em grupos de jovens desde logo na minha paróquia, Algueirão Mem Martins, um grupo que se chamava Sempre Mais Alto foi muito importante e foi um contributo muito importante (...). (Homem, liderança de ONG, entrevista em Portugal)

Para o outro entrevistado, a convivência com religiosos, durante a infância e a adolescência, foi fundamental na construção do interesse pela “condição de outros povos”. Residindo em regiões distantes dos maiores centros urbanos, o contato com relatos de missionários sobre a África e a América Latina despertaram a sua curiosidade por essas regiões tendo sido igualmente importantes na decisão de ingressar no Seminário. Tendo origem numa família de agricultores, com experiências de emigração para Angola e França, esse militante afirma que:

(...) as primeiras pessoas que me motivaram, pessoas e escritos, que me motivaram, basicamente eram missionários que apareciam na minha aldeia e que por ali andavam e que falavam enfim de situações que eu desconhecia em absoluto, quer de África quer da América Latina. De facto a minha primeira resposta foi, então aonde é que eu posso encontrar isso?(...) Isso basicamente abriu-me um bocado o apetite (...).(Homem, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Em meados dos anos 1980, após a conclusão do secundário, os três militantes prosseguiram os seus estudos no Ensino Superior. Um iniciou a sua formação em Medicina, na Universidade de Coimbra e depois na Universidade de Lisboa, outro em Química (dois anos após concluir o ensino médio, período durante o qual trabalhou), na Universidade de Lisboa e o terceiro em Teologia, na Universidade de Évora. O investimento na obtenção de títulos académicos indica a percepção do investimento escolar, pelas famílias com condições socioeconómicas intermédias ou baixas, como determinante do destino social dos filhos, expressa na intensificação da procura de cursos

superiores e de competição pelo acesso à universidade na década de 1980 (VIEIRA, 1995, p. 333).

Durante a frequência do ensino superior, os três militantes criaram relações com espaços do associativismo juvenil / estudantil católico designadamente, com os centros universitários jesuítas de Lisboa e de Coimbra. Um dos militantes, estudante de Teologia, interessado nos Teólogos da Libertação, em particular nos jesuítas na revolução sandinista²⁵⁷, aproximou-se do Centro Universitário Manuel da Nóbrega, animado pela Ordem de Jesus, em Coimbra, que passou a frequentar durante o período de férias escolares. Segundo ele:

(...) eu também tinha(...) pensado eventualmente, entrar para os Jesuítas, tive quase para entrar para os próprios Jesuítas, tinha lido muita coisa sobre alguns teólogos nomeadamente Jesuítas da América Latina ligados à Teologia da Libertação, tinha havido uma série de assassinatos em El Salvador, Guatemala, etc., e, portanto, era algo que me motivava. (...). (Homem, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Todavia, avocação sacerdotal daquele militante foi questionada, tendo decidido abandonar os estudos de Teologia em Évora. Nesse período, seguindo o interesse de viajar para a América Latina, procurou oportunidades para partir, como voluntário, para o exterior, tendo sido recrutado por uma organização espanhola para trabalhar no Peru. Abandonaria, contudo, aquele projeto, quando percebeu que tal engajamento implicaria uma mudança permanente para outro país, para a qual, com cerca de vinte anos, não se sentia preparado. Mantendo-se interessado pela atuação em “causas além-fronteiras”, teve contato, através do centro aniversário de Coimbra com o Centro Universitário Padre Antônio Vieira (CUPAV), em Lisboa, e com a ONGD, Leigos para o Desenvolvimento, entretanto oficialmente criada, em 1986.

Para o segundo militante, com uma família de origens “modestas”, residente na periferia de Lisboa, estudante de medicina em Coimbra, e depois em Lisboa, a frequência universitária foi combinada com a militância nos centros católicos jesuítas, naqueles dois espaços

²⁵⁷ Sobre o processo de politização de religiosos no contexto da Teologia da Libertação ver SUÁREZ, H. “Une mystique de la politique. Note de recherche : Sur l’engagement de prêtres-ouvriers dans la guérilla révolutionnaire en Bolivie”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 2004/5, n. 155, pp. 90-100, 2005.

acadêmicos. Após participar do centro universitário de Coimbra, envolveu-se na fundação do centro de Lisboa, o CUPAV, em 1984, tendo sido o seu primeiro secretário geral, e também da criação dos Leigos para o Desenvolvimento, em 1986, onde teve uma breve participação. Paralelamente, ainda durante a formação universitária colaborou profissionalmente, com a rádio da Igreja Católica, a Rádio Renascença, desde meados dos anos 1980 e até 1991, altura em que fundou uma revista para jovens, a “Fórum Estudante”, não chegando assim a exercer medicina. Durante esse período esteve engajado na campanha eleitoral para a Presidência da República de Freitas do Amaral²⁵⁸, em 1986. Assim, a partir da militância católica nos centros universitários criou relações com grupos dirigentes no campo político (em particular do CDS, partido da “democracia cristã”), religioso e da comunicação social, reatualizando disposições para a participação e liderança de grupos, atuando agora em campanhas políticas e desenvolvendo o gosto pela comunicação social e mídia.

O terceiro militante dessa micro-coorte, com origens num contexto familiar de antigos colonos, em Angola, com experiência de dificuldades económicas após o regresso a Portugal, e um percurso escolar num colégio jesuíta, aproximou-se também do CUPAV através de amigos que aí participavam, ainda na universidade, em Lisboa. Em 1986, participou também, com outros elementos daquela organização, da campanha eleitoral do candidato presidencial apoiado pelo CDS, Freitas do Amaral. Tendo competências de administração, adquiridas através do trabalho na secretaria de uma escola, manteve-se ligado ao CUPAV, no final dos anos 1980, onde colaborou profissionalmente na organização de eventos sobre “educação” e “integração profissional dos estudantes”. Até ao início da década de 1990, o seu engajamento esteve centrado no contexto nacional e em causas associadas aos “jovens”, no seio do associativismo católico universitário.

Apesar de a sua educação ter sido realizada num colégio jesuíta, esse militante entrevistado vivenciou, a partir da entrada na universidade, um período de questionamento das suas crenças religiosas, afastando-se da Igreja e da prática espiritual. Todavia, esse afastamento não foi sentido como constrangedor da participação num espaço de associativismo católico no contexto do qual, o engajamento era percebido através de um viés político ou social, e mediado pelo acesso a

258 Fundador do partido Centro Democrático Social, CDS. Derrotado por Mário Soares nas eleições presidenciais de 1986.

relações com importantes dirigentes políticos e acadêmicos do espaço católico. Segundo ele:

(...) eu comecei-me a aproximar do CUPAV e portanto foi aqui uma reaproximação se quisermos à Companhia de Jesus e até sem ser nada forçado, e não me falem em Igrejas nem nada (...) nunca me senti obrigado a retornar à Igreja, Era um espaço onde a gente se sentia livre, também se sentia livre para estar. Eu me fui identificando com algumas coisas e aí (...) o CUPAV organiza, por exemplo, (...) um trabalho que era uma reflexão sobre a Lei de Bases do sistema educativo português e eu fiz parte desse grupo (...) para juntamente com outras figuras, o António Guterres, o Marcelo Rebelo de Sousa, (...) Braga da Cruz, e portanto começo aí a ter alguma participação se quisermos, social e política sem dúvida nenhuma, de reflexão sobre algumas temáticas (...) por arrasto desse grupo de reflexão vem a organização do primeiro Fórum Estudante (...). (Homem, liderança de ONG, ex militante de ONGD, entrevista em Portugal)

Com a realização das primeiras missões de leigos voluntários promovidas pelos Leigos para o Desenvolvimento (LD), a partir de 1988, abriu-se um horizonte de possibilidades para a intervenção dos católicos portugueses, em particular de jovens recém-formados ou estudantes universitários, na “cooperação solidária” Até aí, o envio de cooperantes para “países em desenvolvimento”, e o enquadramento do “causa”, estavam associados ao CIDAC, organização fundada por católicos “progressistas”, ideologicamente próximos do marxismo. A criação dos Leigos para o Desenvolvimento (LD) permitiria assim aos católicos que não partilhavam aquele espaço político adentrar a “causa” da “cooperação solidária para o desenvolvimento” e atuar nos países africanos de língua portuguesa.

A passagem ao ato e o modo de conceber a militância pelos leigos engajados em “causas internacionais” apresenta nuances. Assim, um dos militantes, após interromper a formação em Teologia, e de ter recusado a ida como voluntário para o Peru, viajou, através dos LD, em 1989, para São Tomé e Príncipe, concretizando assim, o seu projeto de partir para África ou para a América Latina, alimentado precocemente pelos relatos de religiosos e as leituras sobre a Teologia da Libertação.

A experiência enquanto leigo / *expert* num país africano, mediada por um espaço de militância religiosa, foi vivida como uma confirmação das disposições para a atuação “além-fronteiras”, nos chamados “países em desenvolvimento”. Mas foi também percebida como insuficiente para responder ao engajamento individual numa “causa” que segundo esse militante, demandava uma “dedicação total”, ultrapassando os horizontes de uma atividade como “voluntário” que, sendo de maior ou menor duração, era temporária.

(...) aí tive um... digamos... uma percepção de que a minha experiência em São Tomé e como voluntário era mais enriquecedora para mim do que propriamente o contributo que eu podia dar. (...) mas no entanto aquilo que me preocupava era esse tipo de voluntariado não permite digamos, ter uma estruturação de trabalho de princípio ao fim, de longo prazo, porque isto são, é preciso períodos de muito longo tempo e digamos, isto é uma coisa que é necessário praticamente dedicar a vida a isto e portanto, e não fazer um ou dois anos de voluntariado, interrompendo ou no final dos estudos, na maior parte no final dos estudos, eu interrompi, mas de facto percebi que isso tinha sido muito enriquecedor do ponto de vista, do meu ponto de vista, mas que precisava de me dedicar a esta área. (Homem, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

No regresso a Portugal, um ano depois, em 1990, aquele militante manteve a colaboração com os Leigos para o Desenvolvimento, preparando, na sede, outros grupos de leigos voluntários para partir. Todavia, a motivação para investir na causa do “desenvolvimento internacional” como atividade profissional, na sequência da missão como leigo voluntário em São Tomé e Príncipe, contribuiu para a sua identificação com espaços de militância “pelo desenvolvimento”, estruturados a partir de lógicas *expert* e, nesse sentido, tendencialmente, seculares. O interesse na militância como atividade profissional contribuiu para o distanciamento de repertórios de ação centrados no envio de leigos voluntários e das concepções de “desenvolvimento” na intersecção entre o religioso e o técnico. Segundo ele, (...) *fazia sentido eu ir para uma organização mais estruturada de desenvolvimento, dedicar-me profissionalmente (...)*. Assim, tendo

acumulado capital específico da “cooperação solidária” através da “experiência de terreno”, na África, e da participação na Plataforma Portuguesa das ONGDs, etendo proximidade ao espaço católico, foi recrutado por outra organização, de “inspiração cristã”, ainda que independente da hierarquia da Igreja portuguesa, com uma lógica “desenvolvimentista”/ “profissionalizada”, tendencialmente secular, em contraposição à lógica “assistencial” / ”voluntária” / religiosa. Segundo esse militante:

(...) se calhar era mais uma questão de perceber que havia todo um lado, um lado digamos de reivindicação social, de espaço de liberdade que, do que propriamente questões de assistência, portanto, que a coisa era muito mais profunda (...).(Homem, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

No novo contexto de engajamento, aquele militante pôde alargar a sua circulação internacional, visitando países da América Latina e da África e interagindo com entidades de referência no setor, quer em Portugal quer no “movimento europeu das ONGD”. Estavam engajados nessa organização, padres com experiência internacional em organizações europeias, na América Latina e na África, com proximidade a movimentos cristãos nos quais a ideia de libertação era fundamental. Encontrou assim militantes cujos percursos e experiências iam de encontro àquilo que o tinha interessado inicialmente na Teologia da Libertação.

Para outro militante dessa micro-coorte, a participação no CUPAV, que se tinha tornado também uma atividade profissional, aproximou-o dos Leigos para o Desenvolvimento. Mas resistia à ideia de “partir em missão” principalmente, porque a condição de leigo missionário pressupunha uma preparação espiritual e o “regresso” à prática católica da qual se tinha distanciado durante a frequência da universidade. Porém, após o relato de uma amiga, leiga, sobre uma visita a São Tomé e Príncipe, a sua posição em relação à participação em missões de “cooperação para o desenvolvimento”, transformou-se. Analisando as suas motivações retrospectivamente, considera que aquelas histórias sobre o “terreno”, desencadearam uma resposta emocional que descreve como “sentimentos de compaixão” perante a “pobreza” e a “miséria”, que o motivaram a partir “em missão”. Segundo ele, que tinha também memórias pessoais da experiência de dificuldades econômicas:

(...) eu acho que naquela conversa teve muito daquele sentimento de compaixão que eu acho que está muito no cerne daquilo que é a verdadeira solidariedade, aquilo que nos move, aquilo que nos faz sair do nosso sofá e do nosso comodismo e que é de fato a gente perceber que há ali uma situação de fragilidade, de pobreza, (...) às vezes miséria humana (...) e há aqui um sentimento de compaixão que a gente naturalmente parece que, e de facto aquilo que ela me falou que encontrou desde as crianças aos idosos, das suas necessidades básicas, eu acho que hoje se calhar foi isso mesmo (...).(Homem, liderança de ONG, ex militante de ONGD, entrevista em Portugal)

Para aquele militante, o engajamento na “solidariedade com os pobres” dos chamados “países em desenvolvimento” promoveu uma reatualização da identificação com a prática religiosa e com as atividades espirituais específicas dos jesuítas, nomeadamente os Exercícios de Santo Inácio, fundamentais na preparação daqueles que partiam “em missão” pelos Leigos para o Desenvolvimento. A adesão àquela “causa” é assim vivenciada também, como um “regresso à fé católica”, dando sentido à decisão de viajar para África. Segundo ele:

(...) e fiz os exercícios, foi de facto uma experiência muito exigente, foi dolorosa porque foi aquela coisa que, eu não vou dar aqui a volta só para dar, mas foi tão consolador e tão gratificante porque a exigência que eu dei a mim mesmo, foi uma experiência muito racional, eu tenho que ter respostas para as coisas não é, mas de repente ainda me lembro como hoje, que são sete dias foi ao quinto dia, foi ao quinto dia que, olhe, que de repente há ali um momento que é o da viragem. Isto parece que nos transforma, isto parece que de repente tudo ganha sentido não é, ganha sentido as grandes questões que nós temos na nossa própria vida e ganha sentido também o partir para. (Homem, liderança de ONG, ex militante de ONGD, entrevista em Portugal)

Após o processo de formação, aquele militante viajou para São Tomé e Príncipe, onde permaneceu durante 4 anos (1990-1994). Durante esse período, adquiriu competências e conhecimentos da

“cooperação” e do “desenvolvimento”, a partir do contato com as práticas, discursos, e “visões de mundo” próprias da “cooperação solidária para o desenvolvimento” e com organizações nacionais e internacionais. Nesse processo de aprendizagem destaca-se a aquisição de competências de “metodologia de projeto” consideradas centrais naquele setor, e nas ONGDs. A identidade de leigo, próximo aos jesuítas, permeia esse processo de especialização técnica, o entendimento do que é o “desenvolvimento” e o relacionamento com as autoridades locais. Os leigos voluntários mantinham alguma independência da diocese, habitando em casas “civis”, distinguindo-se dos outros leigos missionários, que viviam no episcopado, demonstrando que (...) *somos igreja mas também estamos no bairro* (...). Segundo esse militante, a atuação dos leigos fundamenta-se numa “teologia do desenvolvimento” centrada no indivíduo, entendido como parte de uma comunidade, visando a sua “promoção” nas esferas social, econômica, cultural e espiritual. A intervenção no “desenvolvimento” ocorre assim, tal como a evangelização, no nível micro, e é orientada por concepções antropológicas e metodologias próprias dos jesuítas, em particular, a “vivência próxima” e a “adaptação aos costumes locais”. Ele afirma que:

O serviço ao desenvolvimento é uma promoção centrada na pessoa, isto é fundamental, a pessoa é o centro, com as suas capacidades, potencialidades, fragilidades, mas com uma vontade imensa de aprender (...) muitas vezes estas pessoas que nós vamos ajudar (...) vamos ajudar a crescer do ponto de vista do desenvolvimento humano entendido como um desenvolvimento integral da própria pessoa em todas as suas mas depois integrado. Integrado aonde? No seu contexto, no seu contexto comunitário, com as suas tradições, com as suas culturas, com as suas regras, com os seus modos de ser (...) e portanto isto exige tempo, exige relação de confiança e a relação de confiança é aquilo que eu acho que é um dos valores acrescentados dos Leigos que é a presença e é um testemunho (...).(Homem, liderança de ONG, ex-militante de ONGD, entrevista em Portugal)

No regresso a Portugal, em 1994, aquele entrevistado passou a atuar profissionalmente na administração dos Leigos para o

Desenvolvimento. O investimento profissional naquele espaço de militância constituiu uma reconversão do capital especializado do setor do “desenvolvimento”, adquirido durante a atividade voluntária expatriada, mas também, uma reatualização das disposições religiosas associadas à ligação com a Companhia de Jesus desde a infância. Apresenta assim, uma concepção da relação entre competências sociais e técnicas / profissionais na militância que questiona a centralidade dos diplomas acadêmicos na “cooperação solidária”. Apesar de entender o capital escolar como importante, afirma que aquele deve ser combinado com determinadas “competências pessoais”, “saberes-ser”, que facilitem a “adaptação” ao contexto local e a “interação com as populações”.

A defesa da legitimidade de abordagens à “cooperação solidária” que combinam competências *experts* e motivações religiosas na interior da Plataforma Portuguesa das ONGDs, evidencia a disputa pela definição das práticas e lógicas consideradas próprias do setor, em particular entre as perspectivas técnicas / profissionais e as que valorizam o voluntariado / evangelização, ou os engajamentos expressos por termos religiosos. Segundo esse militante, a sua participação na Plataforma visava:

(...) passar uma imagem dos Leigos na Plataforma que eu acho que foi importante, até por ser uma associação católica que às vezes cria pruridos só por ser católica. As vezes só ser católica, era outra coisa que eu sentia, era espera lá, quem são estes e os católicos o que é que andam aqui a fazer? (...) sermos capazes de passar uma mensagem e uma ideia, e dar um testemunho que o ser católico é uma dimensão que está intrínseca ao ser leigo para o desenvolvimento, mas que o ser católico é também tolerante e é capaz de trabalhar com todos (...). (Homem, liderança de ONG, ex- militante de ONGD, entrevista em Portugal)

A sua atuação no setor da cooperação para o desenvolvimento terminaria em 2010. Tendo constituído família com uma leiga que conheceu durante uma missão na África, resolveu deixar a “cooperação solidária para o desenvolvimento” pela dificuldade de conciliação das viagens internacionais com esfera familiar (PASSY & GIUGNI, 2000). Todavia, as disposições adquiridas ao longo de seu itinerário naquele espaço de militância, em particular as competências especializadas de

administração de ONG, seriam reconvertidas num cargo de direção numa ONG ligada à saúde mental, causa da qual se aproximou também por razões familiares.

O terceiro militante, formado em Medicina, também com estreitas relações com os centros universitários animados pelos jesuítas, optou por prosseguir uma carreira profissional na área da comunicação social. Fundou em 1991, após um período em que atuou em organizações da mídia católica, uma revista direcionada para estudantes, a *Fórum Estudante*, através da qual se engajou e procurou “mobilizar os jovens” para em causas “nacionais” e “internacionais” de importante alcance mediático. Esse militante, com um percurso de engajamento na esfera religiosa, política e social, ao longo da qual mobilizou capital social e político, afirma que:

(...) a Fórum (...) nasce em 1991 e tem uma visão de si própria e de intervenção no mundo dos estudantes muito ousada, muito ambiciosa (...) nós tínhamos o sonho de fazer da Fórum Estudante e fizemos um espaço de intervenção cívica e, portanto, mobilizando os jovens para causas (...). (Homem, liderança de ONG, entrevista em Portugal)

A utilização dos meios de comunicação de massas para a “defesa” de “causas globais” ocorre num contexto em que as ONG internacionais, e europeias em particular, utilizavam já repertórios de ação visando atrair a atenção dos meios de comunicação social²⁵⁹. A encenação de momentos simbólicos, que seriam depois transmitidos por TVs de todo o mundo, foi utilizada por ONG internacionais como a *Greenpeace*. Essas práticas são apontadas por esse militante como fonte de inspiração para a organização de uma campanha de protesto contra a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia, e contra os massacres de jovens naquele país, em 1991, relatados por um jornalista australiano e que tiveram grande impacto internacional, e em Portugal²⁶⁰. Todavia, no

259 No contexto pós conciliar a Igreja Católica decidiu recorrer aos meios de comunicação de massas para transmitir a sua mensagem, movimento que é acompanhado pelas ONG, confessionais e não confessionais atuantes em causas “internacionais” ou “universais” como o ambiente, os direitos humanos e a ajuda humanitária.

260 A causa da autodeterminação de Timor-Leste constituiu uma causa “consensual” em Portugal. Militantes associados a diversos espaços políticos relatam o seu engajamento naquela causa que mobilizou os portugueses de modo particular, a partir de 1991.

contexto internacional, e nacional, outras ações “humanitárias” tinham alcançado grande impacto mediático, como as imagens dos médicos europeus atuando em “emergências humanitárias” na África ou os festivais de música para “recolher fundos” e “combater a fome na Etiópia“, o *Live Aid*, em meados da década de 1980. Neste sentido, o processo de identificação nacional com o espaço europeu favorecia a importação daqueles repertórios de expressão da “solidariedade universal” com os “desfavorecidos” noutras partes do mundo.

A missão de “solidariedade com Timor-Leste”, em 1992, na qual esse militante assumiu uma posição de liderança, consistiu numa viagem marítima iniciada em Portugal, com jovens de diversos países, dirigentes políticos e jornalistas a bordo, para tentar aportar em Timor-Leste, na altura ocupado pela Indonésia, e prestar uma homenagem simbólica às vítimas do massacre. A ação foi construída a partir da relação entre atenção mediática e “defesa de causas” e constituiu, para o agente / militante, um momento-chave de seu itinerário de engajamento. Na sequência dessa atividade, através da revista que dirigia, realizou campanhas públicas de recolha de bens para África e de “apoio à recepção de refugiados” vindos para Portugal na sequência dos conflitos armados nos países do leste europeu. O seu itinerário, entre o campo da comunicação social e da militância revela as interligações entre o espaço dos movimentos sociais e o campo jornalístico (JUHEM, 1998).

O interesse pelo “internacional” é entendido por esse militante como uma adesão a valores de “universalismo humanitarista” como a “empatia com o outro, em situação de sofrimento”, e não a experiências pessoais ou familiares em outros países. O imaginário da “afinidade” com as ex-colônias portuguesas direciona o engajamento do entrevistado para aqueles contextos, mobilizando as redes da Igreja aí presentes. Segundo ele:

(...) não tive muita experiência internacional muito cedo, a primeira vez que saí do país (...) estava já na universidade enfim, tinha já, estava já no terceiro ou quarto ano da faculdade e, portanto, tinha muita pouca experiência internacional e também não tinha relações familiares, na minha família não havia nenhuma tradição de interesse internacional. Mas depois progressivamente, e já com a Renascença e com Timor primeiro, e Moçambique depois, esta noção da solidariedade com outros que estavam em grandes dificuldades, com os quais se sente algum

tipo de afinidade, com certeza afinidades histórica, linguística, cultural, e que estão a viver momentos difíceis não é? E portanto Timor e Moçambique foram logo dois interesses muito cedo e acho que esse interesse nasce da, da percepção, da compreensão do sofrimento e da necessidade de ajuda de diferente natureza e de achar que não há fronteira nem distância que limite essa ajuda. E era chamado a dar esse contributo independentemente se estava ou não fora do meu país e, portanto, é assim que nasce esse interesse.(Homem, liderança de ONG, entrevista em Portugal)

Apesar do seu engajamento em “causas internacionais” durante a década de 1990, a sua experiência como voluntário expatriado apenas ocorreu em 2001, quando partiu para Timor-Leste, após a independência do país, tendo aí permanecido por cerca de um ano. Nessa altura, viajou com a família, a esposa também tinha sido militante no “Lusitânia Expresso”, participando, em articulação com os missionários jesuítas presentes em Timor-Leste, da construção de um centro para jovens, considerando ser essa a sua principal experiência na “cooperação solidária para o desenvolvimento”. Após o regresso a Portugal, em 2002, integrou a equipa do Alto Comissariado Para a Imigração e Minorias Étnicas, liderada pelo sacerdote fundador do CUPAV, onde se manteve até 2008, ocupando, nos últimos três anos, o cargo de direção daquela entidade estatal.

A circulação entre os espaços político, social e mediático, quer numa perspectiva sincrónica quer diacrónica, permitiram a esse militante, mobilizar recursos (sociais, políticos, mediáticos) para empreender na realização de campanhas sociais, recorrendo aos meios de comunicação, de modo mais ou menos permanente, em causas e esferas (cooperação internacional, migrações) na intersecção entre o nacional e o internacional. Apesar da sua experiência além-fronteiras ser limitada, a elevada cotação social / midiática / política das “causas” em que se engajou, e a capacidade de circular entre esferas sociais, permitiram-lhe utilizar repertórios de ação que, através da mídia, apelavam ao imaginário do “humanitarismo global” articulado com símbolos do passado colonial, como as viagens marítimas, reforçando a sua notoriedade social. No mesmo sentido, a reconversão dos capitais acumulados num trajeto “multi-posicionado”, em espaços de engajamento diversos e em cargos estatais evidencia as homologias

entre o campo religioso, político e associativo – e a importância da esfera mediática para aqueles três setores. Esses capitais, em particular a notoriedade associada à campanha internacional “Lusitânia Expresso” permitiram-lhe, segundo ele, *ainda sem sequer ter chegado aos trinta anos, eu tive depois uma série de outras intervenções.*

Todavia, na experiência de militância, vivenciou igualmente momentos de desilusão ou contradição, associados a críticas à sua conduta que tiveram eco no espaço público. Salienta nesse sentido, a “ingratidão” de alguns refugiados em Portugal, que apresentaram reclamações, nos meios de comunicação social, sobre a sua conduta na distribuição de bens, e que considera injustas. Refere ainda, na senda das campanhas de envio de livros e arroz para Moçambique, as resistências levantadas à ajuda alimentar aos países africanos. Neste sentido, se o capital pessoal de notoriedade do entrevistado possibilita a intervenção pública em “causas sociais” diversas, articuladas pelo “universalismo católico” também o expõe a críticas e julgamentos. O desafio ao caráter “desinteressado” do seu engajamento requer um processo de racionalização, através do qual são construídas explicações para as “desilusões”, atribuindo-as à situação particular dos refugiados ou ao pragmatismo em situação de emergência alimentar.

Para esse militante, a associação do engajamento a um compromisso pessoal, em alguns momentos vivido em família, não é mediado pela pertença a uma organização, sendo a sua inserção em espaços institucionais muito diversa. Apresentando-se como *um homem da Renascença*, a justificação desses diversos engajamentos é atribuída à sua identidade religiosa. Segundo ele, o seu itinerário de engajamento...

(...) encontra imenso sentido nesta abordagem, nesta lógica, que sendo muito diferente tem uma linha comum. Por um lado este sentido de serviço e a ideia de que o mundo muda mesmo sem nós, depende de nós que mude conosco. Isto é uma frase do Pedro Arrupe que é, enfim, um jesuíta que foi geral dos Jesuítas e de quem gosto muito. Foi um homem extraordinário, fundou por exemplo o Serviço Jesuíta de Apoio aos Refugiados e é uma história de vida também extraordinária, mas ele dizia muito que nós podemos passar sem que se note pela vida e o mundo continua a mudar e continua a agir mas podemos fazer, se quisermos, que o mundo mude um bocadinho conosco, com o que fazemos, com a

forma como estamos e construir um mundo melhor, e eu tento mais esta segunda versão, mais do que a primeira de passar anônimo (...).(Homem, liderança de ONG, entrevista em Portugal)

A renovação da motivação para o engajamento é expressa por referências à religião, aos valores cristãos, católicos em particular, e a exemplos de jesuítas. São esses elementos que dão coerência às diversas “causas” e atividades de militância e profissionais em que se engajou e favorecem a resistência às “desilusões” decorrentes desses engajamentos. Atribuindo centralidade às motivações religiosas, investiu, contudo, na formação escolar, pós-graduada, em áreas das ciências sociais e humanas, já nos anos 2000, período em que ocupou cargos públicos na área das migrações. Importa considerar, neste quadro, o incremento do valor dos diplomas de ciências sociais na legitimação da atuação profissional em “causas sociais”.

A micro-coorte analisada neste ponto do trabalho revela o modo como a Igreja Católica portuguesa se reorganizou para participar do setor da “cooperação solidária para o desenvolvimento”, mobilizando leigos para o “voluntariado além-fronteiras” a partir de uma combinação de “lógicas religiosas” e “técnicas”, que são apropriadas e vivenciadas de modo diverso. Os três militantes considerados têm origens sociais modestas, em famílias em que os pais trabalhavam como operários, agricultores ou empregados de escritório. Investindo na aquisição de capital escolar como forma de mobilidade social ascendente, iniciariam o seu contato com a “defesa de causas” no associativismo católicouniversitário. A partir desse espaço, tiveram contato com grupos dirigentes do campo político, em particular com dirigentes do espaço partidário da “democracia cristã”, mas também de outros partidos onde militavam católicos (Partido Socialista, Partido Social Democrata), da comunicação social católica e da “cooperação solidária”.

Tendo em comum a participação nos centros universitários dos Jesuítas, a experiência de militância, no espaço nacional e além-fronteiras, afastaria os três das áreas de estudos superiores (Medicina, Química e Teologia) aproximando-os do campo político, religioso e da comunicação social, no contexto dos quais desenvolveriam competências e disposições militantes. Os capitais adquiridos através do engajamento (competências, relações, notoriedade) em campanhas políticas ou “causas” valorizadas pela Igreja portuguesa, como o “apoio aos jovens” a “solidariedade além-fronteiras” seriam reconvertidos

noutros espaços associativos, noutras “causas”, ou no exercício de cargos no Estado.

Seus itinerários evidenciam as tensões no universo católico entre o religioso e o técnico, e politicamente, entre disposições próximas da Teologia da Libertação ou da “democracia cristã”. Assim, para um dos entrevistados, inspirado pelos padres próximos da revolução sandinista, a experiência como leigo num “país em desenvolvimento” favoreceu o interesse, e o investimento, num desempenho profissional, técnico e tendencialmente secular, da militância. Para outro, que tinha militado na campanha presidencial de um candidato “democrata cristão”, o “voluntariado” num país africano foi vivido como um “regresso” à vivência religiosa de inspiração jesuíta, após um período de afastamento e, apesar de se ter tornado “profissional” na organização, engajou-se na defesa da legitimidade das motivações religiosas e do voluntariado naquele setor.

Para o terceiro entrevistado, a entrada na “solidariedade com outros povos”, tendo-se iniciado no mesmo espaço coletivo que os outros dois, não esteve associada a missões noutros países, nomeadamente africanos. O seu engajamento também na campanha presidencial dos “democratas cristãos” e posteriormente, em “causas além-fronteiras” é articulado por valores “religiosos” e “humanitários”, por querer “fazer a diferença no mundo”, e mediado pela atuação profissional na área da comunicação social que lhe permitiu “distinguir-se”. Neste espaço, o seu itinerário foi marcado pela importação de repertórios de ação comuns em organizações como o Greenpeace, ou seja, performances orientadas para “chamar a atenção” para uma causa, através de ações “arriscadas” e com forte repercussão na mídia.

3 Entre o Estado e as ONGDs: a militância pela “cooperação solidária” e as carreiras no setor estatal (adesão entre 1991-1993)

A terceira micro-coorte, da segunda geração de militantes na “solidariedade com os países em desenvolvimento” considera o percurso de duas mulheres cujo engajamento nos temas do “desenvolvimento” é articulado com a sua atividade profissional, no setor público, e o engajamento noutras “causas” ou setores. O seu interesse pelos temas do “desenvolvimento internacional” ocorre num contexto (1991-1994) em que aquelas “causas” adquirem importante cotação em Portugal e no sistema internacional. A década de 1990 é habitualmente referida como a “década do desenvolvimento” apresentando-se como um período de ensaio de modelos de “governança” à escala “global” entre os quais, a

realização de grandes eventos sobre temas “de alcance mundial” para os quais as ONG foram convidadas a participar. Destacam-se as conferências das Nações Unidas (1990-1996) e a emergência da arquitetura conceitual e institucional associada ao “Índice de Desenvolvimento Humano” de Amartya Sen e Mahbub ul Haq em 1990.

Em Portugal viveu-se um período de expansão econômica na senda da adesão à comunidade europeia e da aceleração da importação de elementos do modelo político, econômico, social e cultural da CEE, incluindo de relação com o exterior. Tal requereu a introdução de conceitos e metodologias específicas da “ajuda ao desenvolvimento”, contribuindo para a identificação com a política externa europeia, reatualizando o imaginário de pertença ao grupo dos “desenvolvidos”, e “solidários” com aqueles “em desenvolvimento”. Concorreu também para aquele processo, a atuação da Plataforma Portuguesa das ONGDs que se apresentava como um espaço multi-organizacional, com uma identidade “vocacionada para o internacional”, integrada no “movimento das ONGD europeias” e com relações diretas com as instituições nacionais e europeias da “cooperação para o desenvolvimento”.

As duas militantes entrevistadas nesta micro-coorte nasceram em 1946 e 1949, uma em Lisboa e a outra em Macau. Uma delas descreve o seu contexto primário como uma família burguesa, católica, *muito católica*. O pai era conservador, com um cargo numa empresa multinacional, *mas foi abrindo com o crescimento dos filhos*. No espaço familiar, sendo a mais nova entre nove filhos, *durante um certo tempo aquilo era uma distância muito grande mesmo em conversas, eu não percebia o que eles diziam (...)*.

A outra militante, filha de um militar, professor numa escola militar, recorda o seu nascimento, em Macau, ilustrando a vida de itinerância da família devido à condição profissional do progenitor durante o colonialismo português. Ela afirma:

(...) e eu nasci em Macau. (...) a separação da China comunista e da China nacionalista foi em Outubro de 49 e era suposto as mulheres e as crianças virem mas a minha mãe estava de barriga na boca, portanto eu nasci lá. (...) Estive lá quatro meses, regresssei e fiz uma viagem, fizemos uma viagem de quatro meses porque fizemos a viagem de Vasco da Gama, viemos por baixo, com quinze dias em Lourenço Marques,

mais duas semanas em não sei quê, pronto. Eu cheguei cá com o dobro da idade com que saí de lá. Saí de lá com quatro meses, cheguei cá com oito. (Mulher, militante de ONGD, funcionária pública aposentada, entrevista em Portugal)

Os itinerários escolares de ambas as agentes / militantes foram marcados por períodos em escolas particulares, religiosas, e em escolas públicas. Assim, uma delas estudou num colégio de freiras durante parte do ensino primário e secundário, frequentando igualmente, por alguns anos, um liceu lisboeta. A outra militante completou o ensino primário no interior do país e, não dispondo de liceus perto de casa, foi enviada para um internato na região de Lisboa, um colégio católico feminino onde frequentou todo o ensino secundário. Ambas as militantes desenvolveram, durante esse período de suas vidas, atividades no seio de grupos católicos.

No que se refere à participação em espaços associativos durante a adolescência, ambas as militantes integraram grupos religiosos. Um delas pertenceu a um grupo feminino noelista, que considera ser um grupo de reflexão, no qual militavam também todas as suas irmãs e onde construiu relações de amizade. Tendo origens sociais numa família burguesa de Lisboa, católica, ela afirma que:

Tive uma militância católica nessa altura num grupo feminino que havia chamado Noelistas, de que faziam parte todas as minhas irmãs e outras pessoas. (...) Era um grupo de, no fundo era um grupo de afirmação de valores e não havia assim uma grande saída para o exterior. Era um grupo mais fechado, de reflexão de temas, de campos de férias, de, pronto, era mais um grupo de facto de, afirmação de valores e de...pronto. (Mulher, militante de ONGD, aposentada, entrevista em Portugal)

A outra militante, que estudou num colégio de freiras, participou das Conferências de São Vicente de Paulo. As atividades de “assistência social” eram parte das atividades escolares. Mas, da vivência no colégio, destaca principalmente, a aprendizagem do que pode ser considerado “espírito de corpo”, ou seja, lealdade a um coletivo, solidariedade com os pares. Sendo filha de um militar, e sem irmãos, ela conta que:

Criei laços de solidariedade com as colegas porque aquilo era, funcionava assim, (...) as vigilantes (...) viam no pomar umas pequenas (...) pela cor do cinto e pela altura sabiam se eram meninas de quinto ano, meninas de quarto ano, entravam nas turmas e perguntavam, quem é que foi hoje ao pomar? E as trinta meninas da aula levantavam-se. Ficávamos as trinta de castigo (...) aprendi esse espírito, eu que era filha única, aprendi esse espírito assim (...).(Mulher, militante de ONGD, funcionária pública aposentada, entrevista em Portugal)

O percurso escolar das duas agentes / militantes diverge, contudo, a partir dos últimos anos do ensino secundário na medida em que uma delas constituiu família ainda antes da maioridade e da conclusão dos estudos. Passou então a estudar em casa, com tutores, e completou o ensino secundário. Posteriormente, perto dos 25 anos de idade, ingressou numa universidade particular para estudar Psicologia. Todavia, após a perda de uma irmã, numa situação de suicídio, passou a questionar o sentido do seu curso, a eficácia da psicologia, abandonando os estudos. Iniciou então uma carreira profissional como secretária, numa empresa pública.

A segunda militante concluiu o ensino secundário no colégio interno que frequentava, e entrou na Faculdade de Letras, em Lisboa, onde estudou Línguas Românicas com o propósito de se tornar bibliotecária. A escolha do curso era a “opção segura” em relação à História, pois sonhava ser arqueóloga, e era, simultaneamente, “aprovada” pelo pai. Durante a frequência da universidade, no final da década de 1960, vivenciou as greves e protestos estudantis, mas não se envolveu no ativismo por receio das consequências na carreira militar do progenitor. Neste contexto, administrava o quotidiano na universidade de modo a não estar presente durante os confrontos que considerava mais “arriscados”, e participava em eventos coletivos associados a reivindicações escolares, como a utilização das instalações da faculdade. Segundo essa militante:

(...) repare que eu entrei para a Faculdade em [19]67 portanto apanhamos, apanhei as greves a seguir a 68, tive um ano faculdade fechada. E eu, com um pai militar, se me metia em assados o meu pai ia para a rua e eu achava que não tinha o direito de me meter em caldeiradas e prejudicar o

meu pai. Portanto, pura e simplesmente, não ia às aulas, não ia à faculdade. Fazia depois outras coisas (risos) mas lá eu não me metia porque não queria ir presa, não era por mim era pelo meu pai. Depois a gente fazia aquilo que podia quer dizer, fizemos uma greve por causa da casa de banho porque nos abriram uma casa de banho num sítio que era uma sala que a gente gostava dela para estar, para ter um... e decidiram pôr lá uma casa de banho e a gente não achou graça, fizemos greve. Depois também fizemos greve porque criaram a cadeira de História de Portugal que era comum a todos os cursos e a gente não tinha lugar onde se sentar(...). (Mulher, militante de ONGD, funcionária pública aposentada, entrevista em Portugal)

A outra militante, pelo contrário, tinha familiares próximos ativamente engajados na oposição ao regime. Dois dos seus irmãos, estudantes em França, tinham-se aproximado de movimentos de contestação. Um deles, sacerdote, tornou-se um conhecido crítico quer da hierarquia católica portuguesa quer do Estado Novo, tendo abandonado os votos religiosos durante a estadia fora de Portugal. Dispondo, suafamília, de elevado capital social e econômico, com relações nos meios culturais, ela refere os contatos com destacados militantes católicos “progressistas”:

(...) eu ia com alguma regularidade a Paris (...) e o meu irmão nessa altura não podia vir porque estava lá muito implicado (...) na política, e portanto se viesse cá arriscava-se a ser preso, e portanto nós íamos lá de vez em quando visitá-lo. E fartei-me de trazer papéis e coisas. (...) Mandaram-nos um tipo que era guerrilheiro da Colômbia que queria vir a Portugal conhecer a oposição e a gente a oposição que conhecia não era o Partido Comunista, ninguém tinha contatos com o PC, era a oposição dos progressistas, dos católicos progressistas. E ele vinha com os nomes deles, o Fernando tinha-lhes dado os nomes deles, do Bénard da Costa (...), o Antônio Alçada, o Vaz da Silva, o Nuno Bragança, enfim toda aquela gente e então nós, ele telefonou, o guerrilheiro e nós fomos almoçar com ele (...) e tivemos ali assim, já levávamos os nomes, os telefones, as

moradas, tudo escrito (...).(Mulher, militante de ONGD, aposentada, entrevista em Portugal)

A carreira laboral de ambas as militantes teve início no Estado, na década de 1970. Uma delas começou a sua vida profissional como secretária, numa empresa pública. Com a revolução de 1974, e a reorganização do setor estatal, foi trabalhar para uma empresa privada, propriedade de um familiar, exercendo o mesmo tipo de funções. Não se sentindo realizada, resolveu retomar a sua formação escolar concluindo o curso de História, na Universidade de Lisboa, em meados da década de 1980. Começou então uma carreira no ensino, leccionando em várias escolas públicas, ao longo de cinco anos. Essa atividade profissional tornar-se-ia incompatível com a sua vida familiar quando foi colocada numa escola distante de sua casa, optando por abandonar a docência.

Entre 1988 e 1989, a convite da irmã, entretanto eleita deputada ao Parlamento Europeu pelo Partido Socialista (PS), integrou o seu gabinete onde passou a prestar, a partir de Portugal, apoio à atividade parlamentar, através de análises da legislação portuguesa e europeia e da articulação com outros deputados, partidos e entidades estatais. Uma das atividades na qual se envolveu de modo particular foi a avaliação do racismo em Portugal, no quadro de um estudo comparativo promovido pela União Europeia²⁶¹. Na senda daquele trabalho, durante o qual contactou com responsáveis políticos e membros de associações de imigrantes no país, resolveu fundar, em 1990, com a irmã, algumas pessoas próximas, do período da militância católica, e membros de grupos imigrantes, uma associação de “luta contra o racismo”, Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP).

Nesse quadro, após cessar a atividade como assessora parlamentar, passou a dedicar-se profissionalmente ao espaço associativo, desenvolvendo projetos nas escolas e nos bairros da periferia de Lisboa onde se fixaram os imigrantes a partir da década de 1970, com maior incidência no final dos anos 1980 e início de 1990. Naquele período convergiam também para o espaço escolar, as “ONGs de desenvolvimento”, no âmbito de suas atividades “educativas” com

261 Os anos 1990 foram um período de crescimento econômico em Portugal. A entrada na CEE, a expansão das obras públicas e infraestruturas, decorrentes do acesso a recursos europeus, e o incremento da atividade em setores diversos, em particular o da construção, tornaram o país, até aí um país de emigração, também num espaço de imigração. Com a chegada dos imigrantes, iniciaram-se os debates sobre a política de migração, sendo este um setor no qual a CEE, em particular os países centrais, tinham já longa experiência.

crianças e jovens para a “solidariedade com os países em desenvolvimento”. Foi nesse contexto que reencontrou conhecidos seus, militantes “católicos progressistas”, através dos quais se aproximou da Plataforma Portuguesa das ONGDs - tinha já relação com aquela “causa” através da sua atividade como assessora de uma deputada europeia da Comissão de Desenvolvimento e Cooperação, do Parlamento Europeu. Assim, após a adesão formal da organização à qual pertencia, àquela Plataforma, em 1992, passou a participar simultaneamente no “anti-racismo” e no “desenvolvimento internacional”, construindo relações com militantes e organizações em ambos os setores. A sua primeira e única experiência internacional no “desenvolvimento” foi como observadora do processo eleitoral de 1994 em Moçambique. Segundo esta militante, com um itinerário de engajamento no catolicismo “progressista” e no “anti-racismo”:

E foi uma experiência giríssima No primeiro dia que eu fui às aldeias (...) onde tinha que ir fazer observação (...) e fui falar com os sobas para pedir licença para se instalar lá as mesas de voto, etc, falei para cá a chorar de comovida, estás a ver? Era uma realidade tão diferente e tão única ao mesmo tempo que, que eu fiquei impressionadíssima com aquilo. (Mulher, militante de ONGD, aposentada, entrevista em Portugal)

Na transição da esfera estatal para a associativa, esta militante empreendeu em “causas” associadas ao “Outro”, ao “imigrante”, ao “estrangeiro”. A percepção da relação entre ambas as “causas”, a do “anti-racismo” e da “cooperação solidária para o desenvolvimento” como modos de ver e representar o “Outro” em situação de “exclusão” e de se relacionar com ele, é apontada por Collovald, num trabalho sobre a França (COLLOVALD, 2001, pp. 141-144). O investimento no “anti-racismo” e na “cooperação solidária” apresenta-se também como um engajamento na importação de uma agenda política e *deexpertise* homologados pela CEE, congruente com a ideia de “participação” das ONG nas políticas públicas²⁶².

262 Siméant (2004, p. 12) salienta que as relações entre ONG, estado e mercado, e a espaço ocupado pelas primeiras em relação aos segundos, carecem de análise histórica e contextual, situando-se num hiato entre o conflito e a cooperação e podendo combinar práticas como a implementação de políticas públicas, a participação em espaços de discussão ou a oposição.

Num quadro de “aproximação” de Portugal aos restantes países da comunidade europeia, entendido como processo de “modernização”, o interesse pelo “internacional” apresentava-se como elemento constitutivo dessa “condiçãomoderna” (SILVA, 1994, 158). Assim, para aquela militante, o elevado capital social, político e cultural, designadamente o herdado, e as experiências cosmopolitas (aprendizagem de línguas, experiência de viagens, convívio com estrangeiros), apresentam-se como recursos mobilizáveis na “intermediação” entre o Estado e o espaço associativo, e entre o âmbito nacional e europeu/internacional, especificamente no engajamento em “causas sociais” associadas ao percurso do país para a “modernidade”. Neste sentido, a sua carreira assemelha-se à de outros militantes com posições sociais equivalentes, especificamente aqueles provenientes do catolicismo “progressista”, membros das elites lisboetas, com trajetos marcados por experiências “além fronteiras”, principalmente na Europa, que se tornaram empreendedores da “solidariedade internacional” no período pós-ditadura.

Mantendo-se no setor associativo ao longo dos últimos anos da década de 1980 e início de 1990, após as eleições de 1995, ganhas pelo Partido Socialista, essa militante regressou profissionalmente ao setor estatal, passando a integrar um gabinete ministerial a tempo inteiro, como assessora. Assim, entre 1995 e 1999 afastou-se da atividade profissional no setor das organizações não-governamentais mantendo-se, contudo, como voluntária, nos corpos dirigentes da associação que fundou, entretanto em processo de reconversão para a causa da “cooperação solidária” após o recrutamento de militantes profissionais com experiência no setor do “desenvolvimento” em países africanos de língua oficial portuguesa.

Em 1999, cessando a atividade no setor estatal, regressou ao exercício profissional no setor associativo, mas num enquadramento organizacional distinto, numa organização interveniente no “direito ao crédito”. O processo de importação daquela “causa”, deu-se a partir da participação de uma amiga sua, e dirigente da ACEP, em uma conferência internacional das Nações Unidas, onde teve contato com a abordagem do “microcrédito” criada por Mohammed Yunus. no Bangladesh. Alguns membros da organização engajaram-se então, na introdução daquela abordagem em Portugal dando origem a uma nova

associação com um modelo de “intervenção” nas questões da pobreza adaptado de experiências de “desenvolvimento” de países do Sul²⁶³.

Ao longo de seu itinerário, a “multi-posicionalidade” daquela militante, permitiu-lhe reconverter recursos em espaços distintos dos de sua aquisição, circulando entre espaço estatal e associativo (GAXIE, 2005, p. 163). Essa circulação é por ela associada por um lado, à sua opção pela não adesão formal a partidos políticos e, por outro, à sua proximidade ideológica “à esquerda”, às relações com militantes partidários e ao seu interesse pela política. Todavia, o espaço associativo representa também a possibilidade de engajamento em “causas” em períodos de afastamento de funções profissionais no Estado, e de realização de interesses construídos durante a militância religiosa, católica “progressista”. Segundo essa militante:

(...) seguir ao 25 de Abril tive bastante militância, não partidária, na minha Junta de Freguesia, ligada à esquerda. Fizemos ocupações de casas, estávamos ali entre o PC [Partido Comunista] e o poder popular. O PS [Partido Socialista] já achávamos que era um bocadinho conservador, mas pronto, foi um tempo muito giro, muito interessante e de muita (...). Depois as coisas começaram a ficar muito fidelizadas aos partidos e eu não me apetecia nada estar envolvida nos partidos e, portanto, deixei-me de, de participar. Pronto, tinha um grupo de amigos com quem a gente se reunia uma vez por mês, conversávamos sobre a atualidade, sobre as coisas, não sei o quê, mas não passou disso. (...) Eu sempre fui muito crítica em relação às posições da Igreja, desde muito nova. Mas de facto a minha maneira de estar na vida tem muito a ver com princípios que

263 Collovald (2001) fala da importação para o setor das políticas sociais na França, do “desenvolvimentismo” que pressupõe a existência de dois grupos, os “desenvolvidos” e os “excluídos do processo de modernização”, requerendo estes últimos a intervenção de experts para a sua “integração social”. Nesse sentido, práticas associadas ao “desenvolvimento” dos países do Sul são importadas para os países do Norte para intervir junto dos “excluídos”, nomeadamente as populações imigrantes. Esse tipo de lógica é justificada pelo argumento de que existe “um Sul no Norte e um Norte no Sul” utilizada por algumas “ONG de desenvolvimento” que utilizam esse tipo de frame para expressar as “interdependências globais” e justificar sua atuação no espaço nacional, por exemplo com as populações migrantes, e nos chamados “países em desenvolvimento”.

eu considero válidos que adquirir nessa altura.
(Mulher, militante de ONGD, aposentada,
entrevista em Portugal)

O afastamento da “causa” da “cooperação internacional” como atividade profissional, a tempo inteiro, deu-se em 1999, e é atribuído pela militante a uma situação de urgência no contexto familiar. No seu percurso de engajamento e desengajamento, a interação entre atividade profissional e as restantes esferas da vida (PASSY; GIUGNI, 2000, p. 125) apresentou-se, por diversas vezes, um elemento importante estando associada a processos de reconversão. Assim, o investimento a tempo inteiro, de modo profissional, na atividade política e associativa, no espaço nacional, ocorreu na sequência do abandono da atividade docente por esta não se apresentar compatível com a vida familiar. Nesse período, aquele investimento, também valorizado por familiares próximos e amigos, foi percebido como atividade profissional, conciliável com o acompanhamento da família. Quando essa coerência foi novamente colocada em causa, perante a dissonância entre a situação familiar e as exigências do engajamento a tempo inteiro na “cooperação internacional”, apesar do valor subjetivo que atribuíria àquela “causa”, a militante optou pelo afastamento mantendo, contudo, um acompanhamento à distância, reconvertendo o seu engajamento noutro espaço coletivo, menos exigente em termos de viagens internacionais. Segundo aquela militante, com um percurso de empreendedorismo na importação de “causas” como o “anti-racismo” e o “direito ao crédito”:

(...) devo-te dizer que tive muita pena e foi uma escolha que... que pronto, foi uma escolha racional e afetiva pela razão que foi. Porque eu acho que tinha preferido ter continuado (...) nestas atividades da cooperação. (...) mas pronto, mas eu depois também gostei muito do microcrédito sobretudo dos primeiros anos do microcrédito, gostei imenso. (Mulher, militante de ONGD, aposentada, entrevista em Portugal)

A outra agente / militante iniciou a carreira profissional no setor estatal, nos serviços de informação de um ministério após a conclusão do curso superior como bibliotecária. Nos anos 1980 assumiu a direção da biblioteca do Gabinete para a Cooperação Económica Externa onde contactou com publicações das instituições internacionais

daquele setor, em particular, o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento. Neste contexto, participou da criação de um serviço de prestação de informação a empresários portugueses sobre oportunidades econômicas na área internacional e organizou a vinda de missões de especialistas daquelas instituições financeiras. Estando integrada no Ministério das Finanças, mas tendo formação acadêmica nas Letras, investiu no estudo da “cooperação econômica internacional” e frequentou formação especializada. Em 1992, quando realizou um concurso para progressão na carreira como funcionária pública, resolveu apresentar um trabalho sobre “cooperação internacional” e ONG. Segundo ela:

(...) em 1990 e dois eu fiz concurso para assessor (...) e naquela altura para se fazer concurso para assessor era preciso apresentar um trabalho escrito, era facultativo, não era obrigatório, era facultativo mas eu era de Letras e sempre que se lembravam de mim, quando se lembravam de mim diziam-me sempre que eu era de Letras. E eu decidi que havia de fazer uma coisa, um trabalho, numa área que mostrasse que eu não era só de Letras (...).(Mulher, militante de ONGD, funcionária pública aposentada, entrevista em Portugal)

O interesse na “cooperação internacional” está associado ao investimento num espaço profissional, o da economia e finanças, no contexto do qual a sua formação acadêmica em Letras era percebida como uma desvantagem. Nesse sentido, a aquisição de conhecimento, através de atividades formativas complementares, como cursos de curta duração, estudo individual e contato com *experts*, permitiu-lhe obter uma especialização técnica em temas relevantes no seu contexto profissional, por exemplo o “desenvolvimento internacional”.

No seu ambiente de trabalho construiu relações de amizade através das quais se tornou associada, em 1991, da SEDES -Associação para o Desenvolvimento Econômico e Social. Trata-se de uma organização criada por técnicos “engajados na modernização” do país e da sua aproximação a modelos socioeconômicos da Europa ocidental, ainda antes de 1974. Nesse sentido, buscando exercer “influência”, realiza atividades de análise e tomada de posição em relação a políticas públicas, promove eventos, conferências e cursos. Sendo uma entidade com intervenção em temas relacionados ao “desenvolvimento”, fez parte do grupo de organizações que fundaram a Plataforma Portuguesa de

ONGD. Na senda da sua adesão à SEDES, a militante passou a participar da estrutura que reunia as ONGDs portuguesas em representação daquela associação. Ela afirma que:

(...) no princípio dos anos 1990 fui convidada para entrar para a SEDES. Conhecia o Presidente que era meu colega (...). Eu sou muito amiga dele e portanto, tinha um outro colega meu que também pertencia à SEDES. E ambos começaram por dizer que queriam organizar, como eu organizava as missões que vinham dos bancos cá (...) acharam que eu sabia muito bem organizar (...), e eles precisaram organizar o segundo congresso da SEDES que foi em 1991 (...) cujo tema era sempre a Europa. (Mulher, militante de ONGD, funcionária pública aposentada, entrevista em Portugal)

Entre 1995 e 2002, assumiu novas funções no gabinete ministerial de um antigo colega de trabalho, membro do governo do Partido Socialista. Durante parte desse período acumulou a atividade profissional como assessora de um ministro, com a presidência da Plataforma das ONGDs, onde representava a SEDES, atuando no *Comité de Liaison*, em Bruxelas, entre 1998 e 2001. A interconexão entre as esferas profissional e militante apresenta-se relevante no modo como defende a “competência técnica” como justificação para a sua participação na “solidariedade internacional”. Assim, apesar da associação a que pertencia, a SEDES, não desenvolver projetos nos “países em desenvolvimento” apresentando-se fundamentalmente “teórica”, na intersecção entre “pensamento” e política, a legitimidade da sua integração na Plataforma das ONGD decorria do capital de *expertise* nos “temas do desenvolvimento” de que dispunha, através de seus membros.

(...) porque não tinha de fato projetos, mas tinha, eu podia, agarrava em meia dúzia de sócios e agora vamos aqui fazer uma reflexão sobre esta questão e eles produziam pensamento sustentado e sustentável. (...) outras [ONG] que tinham tudo a ver ali e a quem faltava, havia muitas a quem faltava a parte teórica. (Mulher, militante de ONGD, funcionária pública aposentada, entrevista em Portugal)

Aquela lógica, que valoriza o “conhecimento técnico” e a “reflexão” como capitais relevantes na legitimação do engajamento, está igualmente subjacente às críticas que tece às abordagens “voluntaristas”, particularmente, ao envio de bens para “países em desenvolvimento”, considerando a militante que esse tipo de repertórios de ação tinham consequências “negativas” nos contextos a que se destinavam. Segundo ela:

(...) porque eu não jogo nos filmes do livro e do pacote de arroz. (...) numa missão daquelas loucas que se faziam (...) o arroz ganhou gorgulho, (...) arroz que entrava depois em canais comerciais e prejudicava os produtores de arroz. Portanto, cá em casa a minha filha fez sempre triste figura no colégio porque quando havia campanha de arroz e de livro. eu dizia não. Houve uma campanha no princípio dos anos 1990 de livros que eu tive, tive consciência, primeira ida de livros para eu já nem me lembro para que sítio era, mas metia avião, custou uma pipassa de dinheiro. E o senhor ministro da, o Fernando Nogueira que era na altura ministro da Defesa, ofereceu o carro dos livros. Mas ofereceu aquele, não ofereceu mais. Depois estavam os livros a apodrecer no aeroporto e tiveram de construir um barraco para meter os livros. (Mulher, militante de ONGD, funcionária pública aposentada, entrevista em Portugal)

Apesar dessa agente não ter experiência de “projetos de desenvolvimento” promovidos por ONGDs nos países, o capital técnico adquirido durante a sua permanência no ministério das Finanças, e as suas disposições para a “preparação técnica” e o “estudo” apresentavam-se coerentes com o processo de profissionalização do setor das ONG “de desenvolvimento” que veio atribuir maior centralidade à intervenção dos *experts*, deslegitimando práticas associadas à “caridade” ou à política / ideologia. Esse processo contribuiu igualmente, para a desvalorização da “experiência nos países em desenvolvimento” como critério de recrutamento de militantes, pressupondo-se que, é o domínio de determinados “saberes” técnicos que pode assegurar os “resultados” dos “projetos de desenvolvimento” (KOTHARI, 2005, pp. 435-436).

Por outro lado, para essa militante, com um percurso de engajamento em organizações de assistência social católica enuma

associação “técnico-política”, o acesso às instituições europeias apresenta-se como um elemento de valorização da sua posição profissional e militante, permitindo-lhe dar coerência à sua atividade na Plataforma das ONGDs. A circulação europeia e o interesse pelo “internacional” permitiram-lhe adquirir capitais (recursos, competências) e visões de mundo que se apresentavam relevantes nos espaços engajados na “modernização” do país, nomeadamente no interior do Estado, onde trabalhava. A percepção da coerência entre aquelas diversas esferas de vida e a atividade na Plataforma das ONGDs e junto do CLONG, foi geradora de efeitos identitários, o *sentimento de pertença* e a *consciência que era europeia*, que permeiam o modo como entende a lógica do campo da “cooperação solidária”. A militância pelo “desenvolvimento dos países pobres” é um elemento do que considera “ser europeu” e uma forma de “defender a Europa”. Ela afirma que:

Eu cito muito o Lorenzo Natalli por exemplo porque o Lorenzo Natalli nos anos 1980 escreveu um livro (...) que me passou pela mão e eu li, e que dava quatro razões obrigatórias para a gente, para se fazer cooperação para o desenvolvimento e duas delas estão aí em cima de nós. Uma é que a terceira guerra mundial vai começar, começará sempre numa fronteira de um país em desenvolvimento, é só a gente escolher. A outra, se a gente não lhes criar lá condições para eles lá morarem, eles vêm todos para cá. (...) e o Lorenzo Natalli foi uma, enquanto comissário da União Europeia e enquanto escrevedor de coisas sobre cooperação, é um tipo que vale a pena ler. (Mulher, militante de ONGD, funcionária pública aposentada, entrevista em Portugal)

Essa militante terminaria, em 2001, o seu mandato no governo, tendo sido integrada numa instituição estatal, o Fundo para a Cooperação Económica, do Ministério das Finanças, onde desempenhou funções associadas às relações das empresas nacionais com o exterior, passando a representar o Estado português em organizações internacionais como a OCDE. As aprendizagens realizadas no espaço profissional e na Plataforma das ONG de “desenvolvimento” (WILLEMEZ, 2013), e a sua condição “multi-posicionada”, permitiram-lhe transitar entre aquelas e reconverter, em ambos os campos, recursos adquiridos no outro (GAXIE, 2005). No seu caso, essa multi-posicionalidade foi também favorecida pelo enquadramento legal que

permite aos funcionários estatais com cargos de dirigentes associativos, disporem de dias de trabalho para a realização de atividades associativas, e principalmente, pelo incentivo de colegas e superiores hierárquicos, com quem partilhava a atividade militante na SEDES, e o interesse por questões “europeias” / “internacionais”. Neste sentido, a sua participação na Plataforma Portuguesa das ONGD e a assunção do cargo de presidente desta estrutura foram incentivadas pelo Ministro com quem trabalhava, igualmente membro da SEDES.

Também em 2001, terminou o mandato na direção da Plataforma Portuguesa das ONGDs, optando por deixar a militância naquele espaço. Segundo ela, a condição de profissional no Ministério das Finanças era incompatível com o engajamento nas ONGDs, já que estas advogavam pelo aumento dos recursos públicos para a “ajuda ao desenvolvimento”. Todavia, aquando de sua entrada e durante a sua permanência na Plataforma Portuguesa das ONGDs, esteve profissionalmente ligada ao Estado. Importa considerar então as mudanças ocorridas nas redes de relações, no interior da organização em que militava e no seu espaço profissional, fundamentais na sua adesão aos temas da “cooperação para o desenvolvimento” e à estrutura que reúne as ONGD. Assim, após a militante deixar os corpos dirigentes da associação e conseqüentemente, a sua representação na Plataforma, a SEDES deixou de ser membro daquela estrutura, indicando a desvalorização dos temas da “cooperação para o desenvolvimento” naquele espaço associativo. Por outro lado, no seu espaço profissional, com a saída do gabinete ministerial, deixou de dispor das redes de relações que tinham contribuído para a sua atividade militante no “desenvolvimento internacional”. Assim, as coerências percebidas entre as diversas esferas da vida (profissional, associativa) e o seu engajamento na “cooperação para o desenvolvimento” estiveram associadas à adesão, e ao desengajamento, quando as recompensas sociais e profissionais atribuídas à militância se alteraram.

Ambas as militantes consideradas nesta micro-coorte têm origens em famílias conservadoras, católicas. Uma delas, com irmãos engajados na oposição ao Estado Novo, tem um itinerário ligado ao “progressismo católico” e proximidade às elites culturais lisboetas, enquanto que a segunda, manteve-se distante de espaços de engajamento político durante a ditadura, por receio pela família. Todavia, ambas tinham relações no campo político, assumindo cargos junto de ministros durante a governação do Partido Socialista, em concomitância com o engajamento na “cooperação solidária” ou no “anti-racismo”, indiciando

a valorização desse tipo de “causas” por aquele partido.²⁶⁴ O engajamento de ambas as agentes / militantes, na “causa” da “cooperação solidária” no início da década de 1990 está associado à sua atividade profissional como funcionárias do Estado, em órgãos com relações diretas com as instituições da UE (Parlamento Europeu / Comissão Europeia) e outras organizações internacionais (Banco Mundial, OCDE), num período em que as ONG passaram a serem consideradas como “parceiras” na implementação de políticas públicas. Foi nesses contextos que tiveram contato com “causas” “além-fronteiras” ou associadas ao “Outro”, prosseguindo, no quadro de espaços associativos, o investimento naquele tipo de temas.

A circulação entre espaço estatal e associativo foi possível pela reconversão de capital familiar, social, político e “internacional”. O seu engajamento nos temas da “cooperação para o desenvolvimento” foi estimulado por seus superiores hierárquicos, no espaço profissional, por colegas, amigos ou familiares, sendo percebida como coerente com as restantes esferas da vida. O seu desengajamento resulta de alterações naquelas esferas que questionariam a percepção das recompensas da militância.

Após o seu desengajamento da “cooperação solidária para o desenvolvimento”, os percursos de ambas as militantes entrevistadas evidenciam o modo como o acesso ao “internacional”, e em particular ao “europeu”, através de espaços não-estatais permitiu a reatualização de saberes e a aquisição de capital internacional relevante, passíveis de reconversão no desempenho de novos cargos no Estado ou no empreendedorismo na importação de outras “causas”.

III. A TERCEIRA GERAÇÃO DE MILITANTES: A COTAÇÃO SOCIAL DO “INTERNACIONAL” E AS ONGDs COMO ESPAÇO PROFISSIONAL (1994-1998)

Em 1994, quase uma década depois da constituição da Plataforma Portuguesa das ONGD, o Estado português, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, criou a primeira legislação

264 A relação entre militantes em “causas” que respeitam ao “Outro”, aos migrantes ou aos “pobres” dos “países em desenvolvimento”, e o Partido Socialista francês é abordada por Juhem (2007). Considerando as interações entre espaços partidários europeus, em particular no interior da União Europeia, essa análise é pertinente para a reflexão sobre a militância naquelas “causas” em Portugal.

visando o reconhecimento jurídico²⁶⁵ da “especificidade” das organizações não-governamentais intervenientes em temas como o “desenvolvimento” e a “ajuda humanitária”. Neste contexto, o acesso ao estatuto de organização não-governamental de desenvolvimento, determinante para a entrada no espaço multi-organizacional da cooperação para o desenvolvimento, passou a estar dependente da apresentação, junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do registo formal da organização candidata e da referência expressa nos seus estatutos, da prossecução de objetivos como “ações de desenvolvimento”, “assistência humanitária” ou “realização de ações de divulgação, informação e sensibilização da opinião pública, com vista ao desenvolvimento da cooperação e ao aprofundamento do diálogo intercultural com os países em desenvolvimento”.

O reconhecimento legal das ONGs de “desenvolvimento” apresenta-se como parte do processo mais abrangente de institucionalização e delimitação das fronteiras do espaço da “cooperação internacional para o desenvolvimento”. Em 1994, no contexto da reforma das instituições estatais responsáveis por aquela área, foi criado o Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) visando a concentração, numa só instituição, da gestão da “ajuda pública ao desenvolvimento” portuguesa. A atribuição de um estatuto oficial, específico às ONGD e à Plataforma que as representa, veio contribuir para a legitimação da sua participação na política externa do país e a sua condição de interlocutores naquele setor, importando e adaptando, o Estado português, modelos de relação estado – sociedade, na área da política externa, comuns a outros países europeus “doadores” de “ajuda pública ao desenvolvimento”, e as recomendações de entidades internacionais, principalmente da OCDE.

A “reorganização” política, institucional e técnica daquele setor da política externa apresentava-se fundamental para alguns *experts* que viam nos discursos dos políticos portugueses sobre a “cooperação internacional para o desenvolvimento” da década de 1990, a retoma do “mito luso-tropicalista” veiculado por Salazar e Caetano para legitimar a colonização portuguesa. A utilização de argumentos “míticos” em vez de “técnicos” contribuiria, segundo alguns *experts*, para a “fragilidade institucional” das instituições da cooperação portuguesa. Assim, a ideia de que Portugal tinha uma “vantagem comparativa” nas relações com os países africanos que colonizou deveria ser questionada para que o país

265 Lei 19/94 de 24 de Maio de 1994

puddesse entrar na “modernidade” no campo da “cooperação internacional para o desenvolvimento”.

Sendo Portugal simultaneamente, um país “periférico” no contexto da União Europeia e uma antiga potência colonial, a sua participação no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento deveria promover a mudança do seu aparato técnico-institucional através da importação dos “modelos internacionais” de planejamento da “ajuda pública ao desenvolvimento”, capazes de melhorar a “eficácia” das políticas de cooperação para o desenvolvimento. Esse processo deveria colocar a “técnica” e *expertisen*o centro da relação entre países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”, legitimando as relações de “cooperação para o desenvolvimento” na “competência técnica” do país que “fornece a ajuda” e não nos “laços históricos” associados ao colonialismo. No período pós-colonial esta lógica tornou-se central no setor do “desenvolvimento”, como modo de distinção das relações pós-coloniais.

O hiato de competências, “visões de mundo”, recursos, entre os atores portugueses intervenientes na “ajuda ao desenvolvimento” e as expectativas e demandas decorrentes da participação do país em espaços multilaterais especializados naquele setor, incluindo os da UE, tornaram as “competências especializadas” da “cooperação para o desenvolvimento” mais valiosas e, simultaneamente, os diplomas escolares vocacionados para o “internacional”. O “além-fronteiras” passou assim a fazer parte do horizonte de possibilidades e interesses de outras classes sociais, para além das elites urbanas apresentando-se, os títulos académicos, como “portas de acesso” a posições “internacionais”. Esse processo foi particularmente evidente no incremento da procura de cursos de Relações Internacionais, num período de massificação do acesso ao ensino superior (BARRETO, 2002) Aqueles cursos tornar-se-iam dos mais procurados na área das Ciências Sociais, representando 2% do total dos alunos de todo o ensino superior em 1994/1995 em Portugal, mais de 4000 inscritos (MENDES, s/d).

A atratividade do “internacional” como espaço de atuação profissional, está também associada à “popularização” do “global”, presente em terminologias que visam expressar uma ideia de “proximidade” e interdependência entre povos como as de “cidadania global” ou “aldeia global”. As campanhas humanitárias de grande impacto midiático, nacionais e internacionais, enquadradas por aquele tipo de discurso, acrescentaram notoriedade às “causas” relativas ao “outro” e aos seus defensores, aumentando a sua cotação social. Assim,

as ONG portuguesas vocacionadas para o “desenvolvimento” e/ou a “ajuda humanitária” internacional, em processo de profissionalização, tornaram-se espaços de recrutamento com capacidade de atração de recém-diplomados. O processo de institucionalização e o reconhecimento estatal daquele tipo de organizações e do seu papel na política de cooperação internacional para o desenvolvimento, favoreceram e foram favorecidos pela profissionalização da militância e pelo engajamento de indivíduos com elevada escolaridade.

1 Da universidade à “cooperação solidária”: investimento escolar e profissionalização

A terceira geração de militantes pela “cooperação com os países em desenvolvimento”, aderentes entre 1994 e 1998 (ano da guerra na Guiné-Bissau), considera o percurso de duas militantes. Ambas nasceram na década de 1970²⁶⁶, e cresceram na região urbana a sul de Lisboa em famílias de classe média, com progenitores ligados a profissões do setor dos serviços. O pai de uma das militantes trabalhava como engenheiro agrônomo e a mãe era contabilista. No caso da segunda militante, o pai era analista químico e a mãe era uma pequena empresária. Ambas as militantes estudaram em escolas públicas durante o ensino primário e secundário.

No contexto familiar, ao longo da infância e adolescência, as agentes / militantes adquiriram hábitos de viagens internacionais, tendo conhecido outros países europeus (por exemplo, Espanha, França, Itália, Mônaco, Suíça)²⁶⁷. Uma dessas militantes entende, hoje, essas viagens como particularmente relevantes para despertar o seu interesse pelo

266 Importa referir que ambas realizaram a sua formação escolar ao longo das décadas de 80 e 90, num período de redefinição dos programas escolares e de massificação do ensino. Num estudo que analisa a produção da identidade nacional nos manuais escolares portugueses, desde a década de 70, Araújo e Maeso (2016) concluem que a aproximação à Comunidade Europeia foi sendo refletida no modo de entender a “nação”, valorizando a ideia de retorno às “origens europeias”. Outra dimensão identificada pelas autoras nos manuais escolares é a da representação dos povos da África como “primitivos”, entendendo-se contudo, que os manuais escolares deveriam promover a “tolerância” em relação a “outro povos e culturas” e a “solidariedade”. A introdução da disciplina de História da África no ensino secundário, em meados da década de 1970, foi rapidamente afastada, principalmente no que se refere ao pensamento e discursos dos dirigentes dos movimentos nacionalistas africanos. (ARAÚJO & MAESO, 2016, p. 244-259).

267 Nesse período, no contexto português, os hábitos de viagens ao exterior cresceram de modo acentuado, 17% ao ano, entre 1989 e 1996, num contexto de incremento dos níveis de rendimento das famílias (MATEUS, 2005).

“internacional”, considerando também significativa a influência de familiares e amigos. A outra militante tinha contato, através de familiares, com pessoas ligadas a atividades profissionais “internacionais”. Ainda durante esse período, as militantes tiveram experiências no espaço escolar e religioso que consideram importantes para o engajamento em causas “além-fronteiras” em contextos associativos. No contexto escolar, são referidas como experiências relevantes as atividades de *pen friend*, a troca de correspondência com estudantes de outros países, em inglês. Segundo essa militante, com hábitos de viagem em família, para o exterior:

Eu lembro-me no sétimo ano tinha aquelas coisas dos pen friends, que então tinha amigos desde a Indonésia, (...) da Grécia, do Chipre, do Brasil, eu tinha amigos em praticamente todos os continentes. E era curioso porque nas cartas que escrevíamos e que trocávamos muitas vezes vinha troca de receitas, troca, coisas das bandeiras dos países (...). Era incentivado na aula de inglês mas depois cada um fazia à sua maneira (...). Por exemplo, vinha uma carta em que mostrava quais eram os trajes tradicionais que o povo utilizava, (...) havia uma troca de informação. (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Assim, a formação da “curiosidade pelo mundo” e de interesse pelo “humanitário” foram também favorecidos pela televisão, onde uma das militantes refere que assistia a debates, reportagens, e aos grandes eventos “de solidariedade internacional”: (...) *havia o Live Aid, nos anos 1980, mas eu ainda era uma jovem, com alguma sensibilidade que sempre a tive (...)*. O globalismo e a “sensibilidade” para os “problemas” dos povos em países distantes, remete para sentimentos e emoções que estão na base do investimento pessoal naquele tipo de “causas” e que são construídos nos espaços do cotidiano como a família, a escola e a televisão. O incentivo de práticas pedagógicas como a troca de correspondência com alunos de outras culturas e nacionalidades, ou a exposição a imagens, na TV, de “tragédias”, em particular nos países africanos, e dos eventos de “solidariedade” visando expressar o “apoio” dos países “desenvolvidos” aos “povos em sofrimento”, promovem a tessitura de um imaginário da “união” entre os povos, mediada por uma afetividade capaz de se sobrepor às disputas políticas (LOUSLEY, 2014, p. 12) e “enobrecedora” de quem a pratica.

A outra militante refere a participação em grupos de jovens no espaço religioso, católico, como importante na construção de disposições para o associativismo, que associa à escolha do curso de Relações Internacionais. A lógica associativa a que a militante se refere, remete para a aquisição de competências para participar de espaços coletivos associados a “causas”. Segundo ela: e *assim, eu fui estudar Relações Internacionais, mas já havia essa lógica de associativismo, até talvez por pertencer aos grupos na Igreja (...)*.

A “sensibilidade” para o internacional ou o “interesse pelo associativismo” orientaram a seleção do curso superior decidindo ambas as militantes concorrer para Relações Internacionais. Porém, apenas uma delas prosseguiu os estudos naquela área, numa universidade particular, em Lisboa. A outra, não conseguindo obter a classificação necessária para entrar numa universidade pública, optou por cursar Cooperação e Desenvolvimento Internacional, numa outra universidade particular, na região a sul de Lisboa. No período em que frequentaram a universidade, meados da década de 1990, aquele tipo de cursos tornou-se bastante procurado por candidatos ao ensino superior. A oferta de cursos de Relações Internacionais, iniciada após a queda da ditadura, em 1976, registou particular aumento a partir do final da década de 1980. Efetivamente, em 1986, para além dos dois cursos existentes em universidades estatais, foram criados outros dois em universidades particulares e, em 1994/1995, existiam já oito cursos conferindo grau de licenciado (MENDES, s/d). O setor da “cooperação internacional para o desenvolvimento” e as ONG orientadas para “causas além-fronteiras” passaram a constituir espaços de potencial integração profissional para parte daqueles diplomados, a par de instituições internacionais, europeias, das empresas multinacionais e das diversas entidades diplomáticas portuguesas.

A vivência universitária das militantes favoreceu a construção de entendimentos, disposições e expectativas distintas sobre o trabalho no “internacional”. Uma delas participou, enquanto aluna de Relações Internacionais, numa associação internacional de estudantes que organiza intercâmbios, visando promover o “diálogo intercultural”, em particular entre estudantes das áreas da economia e da gestão, a AIESEC²⁶⁸. Esse engajamento manter-se-ia durante a pós-graduação em

268 Association internationale des étudiants en sciences économiques et commerciales (AIESEC). Criada em 1948, por estudantes da área da economia e de administração com experiência de circulação europeia para realização de estágios especializados. A associação visava associar a formação e circulação de jovens

Estudos Europeus. Nesse período desempenhou funções de direção daquela organização, tendo sido eleita presidente nacional da AIESEC em meados da década de 1990. Segundo ela:

Eu entrei pelas Relações Internacionais, para a AIESEC (...) estive na Autônoma até acabar o curso. (...) O curso era 4 anos (...), depois fiz a Pós Graduação (...), e eu entrei como Vice Presidente na área da Educação. E depois a minha direção demite-se e eu volto a candidatar-me como Presidente. Portanto eu fiz três meses como vice presidente e o resto do tempo como Presidente nacional. Na AIESEC Autônoma nunca estive na direção. (Mulher, militante de ONGD, entrevista em Portugal)

Naquele espaço associativo desenvolveu competências e disposições relevantes para a atividade profissional no “internacional”: realização de viagens frequentes, hábitos de contato e trabalho com pessoas de diversos espaços nacionais e culturais, organização de eventos. O acesso ao internacional permitia-lhe ainda ter acesso às discussões “atuais” na agenda internacional, estar “por dentro” do que estava a acontecer no mundo. Essa militante, afirma que:

A primeira vez que trabalhei a responsabilidade social foi na AIESEC em 90... 94, 95. (...) Portanto aquilo andava sempre um bocadinho no topo das temáticas. (...) Eu lembro-me de estar em 96 na Tunísia (...) por forma a pressionar para a abertura do acesso às comunicações por parte dos estudantes universitários, à Internet. (...) Apanhei na altura o conflito na Jugoslávia com a Macedônia ali, aquela divisão toda, era muito interessante (...) ver o pessoal da Turquia, da Grécia a dar-se bem, os da Croácia, Eslovênia, da Bósnia, todos ali a trabalhar em conjunto, foi muito interessante esse tipo de aprendizagem e de conhecimento das problemáticas. (Mulher, militância de ONGD, entrevista em Portugal)

economistas e gestores à reconciliação entre as várias nações europeias, após a II Guerra, através da promoção de estágios e intercâmbios de alunos. A organização cresceu rapidamente estando atualmente, presente em todo o mundo e tendo alargado a sua atuação a todas as áreas do saber.

A partir da participação numa organização internacional de estudantes universitários estabeleceu relações, através de um antigo dirigente da AIESEC, com a secção juvenil de uma associação com intervenção nos temas da “economia” e do “desenvolvimento”, membro da Plataforma das ONGDs, a SEDES. Nesse contexto, foi mobilizada, pelo seu domínio de várias línguas, para participar da organização de um evento internacional, passando a militar também naquele espaço. Ambos os engajamentos, em organizações nas quais militavam *experts* ou *experts* em processo de formação, apresentavam-se complementares pois ambas tinham, segundo essa militante, “interesse” pelas “causas” da “interculturalidade” e da “promoção do entendimento entre os povos” através da circulação internacional de “ideias”, “saberes” e pessoas. Tratava-se assim, de uma *lógica de direitos humanos, mas mais conceptual, não em termos práticos*. Ou seja, aquele tipo de associação não promovia projetos “de desenvolvimento” no terreno.

A outra militante, estudante de Cooperação e Desenvolvimento Internacional, decidiu concluir aquele curso apesar de essa não ter sido a sua primeira escolha. Considera que se foi “apaixonando” pelo tema e, por outro lado, as avaliações que ouvia de colegas de Relações Internacionais não eram positivas, designadamente a sua integração no mercado de trabalho. Segundo ela:

E acabei por me apaixonar pelo curso e achei, “olha porque não?”. Depois tive colegas minhas que tinham entrado em Relações Internacionais e afinal aquilo se calhar também não era tão fantástico. Depois também tinha o feedback de pessoas que tinham as Relações Internacionais, mas depois também estavam no mercado de trabalho um bocadinho à toa, e não tinham encaixe (...).(Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

As imagens associadas à “cooperação solidária” na década de 1990, em particular, o “heroísmo” e “coragem” atribuídos aos trabalhadores humanitários em situações de emergência ou de perigo, favoreceram a emergência de identidades profissionais em que as motivações para “fazer a diferença nos países pobres” estão entretecidas no investimento escolar, em diplomas especializados no “internacional”. Segundo aquela militante, estudante de Cooperação para o Desenvolvimento, a valorização midiática da “causa” da “solidariedade além-fronteiras”, a melhoria dos níveis de rendimento em Portugal e a entrada na União Europeia, tornavam o retorno do investimento

profissional naquele setor mais “seguro” designadamente, quando comparado com a situação atual.

Eu acho que havia porque havia esta questão de... de muitos programas na televisão que passavam sobretudo em prime-time e nos telejornais, os meninos esqueléticos a morrer em África e a Somália, e havia uma grande sensibilização, não é? E estamos a falar de um período em que ainda estávamos a beneficiar da entrada de Portugal na União Europeia em que havia algum dinheiro não é, portanto podíamos ser solidários com os nossos irmãos africanos digamos assim, o que não se verifica hoje. (Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Foi durante o período de formação universitária que essa militante conheceu melhor a intervenção das ONGDs, acompanhou situações de conflito armado como a guerra civil no Ruanda em 1995, e aprendeu História de África, elementos que contribuíram para despertar o seu interesse pelo “humanitário”. Até aí, o investimento escolar num curso vocacionado para o internacional estava associado à perspectiva de atuar profissionalmente no setor empresarial ou diplomático. Decidiu, no final do curso, realizar o estágio de conclusão da graduação numa ONG portuguesa do setor da ajuda humanitária de emergência.

Todavia, asua primeira experiência profissional numa ONGD não correspondeu às expetativas que tinha sobre aquelas organizações. Ainda durante o período de estágio curricular, foi recrutada por outra ONG para trabalhar num projeto de “desenvolvimento”, em Cabo Verde, durante cerca de quatro meses. No regresso a Portugal, equacionou a mudança de área profissional pois a experiência naquele paísapresentou-se igualmente distante em relação ao “ideal” que tinha construído sobre as ONG intervenientes nos “países em desenvolvimento”. Em ambas as experiências, a desilusão é atribuída a aspetos da prática e do quotidiano daquelas organizações, que colocavam em causa o imaginário de “desinteresse” e o ideal da “cooperação” em particular, as disputas associadas aos recursos e as relações entre agentes locais expatriados. Segundo essa militante, formada em “cooperação e desenvolvimento”:

(...) e confesso que quando regresssei depois dessa coordenação estava um bocadinho frustrada com a cooperação, mundo da cooperação, porque aquilo que tinha encontrado não era bem o que eu

idealizava em termos de cooperação, os conflitos de recursos, da gestão dos recursos humanos, do envolvimento das próprias equipas com as autoridades locais e isso deixou-me um bocadinho em baixo. E quis fazer uma última tentativa antes de calhar de iniciar outra Licenciatura noutra área qualquer (...).(Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

No regresso a Portugal, apesar da “desilusão” com as ONGDs, aquela agente prosseguiu na procura de uma nova colocação profissional no setor, que entendia como uma “última tentativa” perante a possibilidade de retomar os estudos numa outra área. A persistência na procura de uma nova colocação profissional no setor deverá ser entendida num quadro em que o custo associado ao “abandono” do investimento escolar já realizado na cooperação internacional seria elevado, apesar de ser recém-graduada. As experiências nas ONGDs por onde passou, apesar de insatisfatórias, não implicaram, contudo, o total “desinteresse pelo jogo” (BOURDIEU, 2014, 139-140) e o seu abandono definitivo, apresentando-se antes como parte do processo de aprendizagem das várias lógicas em disputa no campo. Encontrando-se numa fase inicial da sua carreira, as primeiras experiências profissionais em ONGD permitiram-lhe adquirir o “sentido do jogo” da cooperação para o desenvolvimento que não lhe era acessível quando estava “de fora”.

A forma como nos apercebemos (...) como é que são os bastidores não é? O que é transmitido lá para fora e o que é que é feito na realidade. E para uma miúda de vinte e três anos que vai cheia de sonhos e acha que, não vai salvar o mundo, claro, mas que vai fazer alguma diferença, quando se depara com determinadas coisas põe em causa uma série de valores que lhe estão incutidos em si. Lá está, que vem se calhar da educação que eu tive, mas daquilo que eu fui-me desenvolvendo como ser humano, da minha interpretação das coisas com as quais não concordava e que ainda hoje não concordo e que acho que não é maneira de fazer a cooperação (...) e isso chocou-me, chocou-me bastante (...).(Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Após o envio de candidaturas para as várias ONG do setor, essa militante foi selecionada e recrutada para outra ONG de desenvolvimento, em 1997, a Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano (VIDA). Foi nessa ONG “de desenvolvimento” de inspiração católica, que encontrou a possibilidade de “identificação” com uma “missão” que entende coerente com os seus valores. Este novo contexto de engajamento profissional apresenta-se para si coerente com a *illusio* da cooperação para o desenvolvimento. Ela afirma que:

(...) porque lá está, porque me identifico com esta missão (...) de estar com os outros, de lhes fornecer, desenvolver as capacidades que eles têm, as potencialidades da terra onde eles vivem, porque aquilo é deles e efetivamente (...) enquanto eu puder continuar a fazer a diferença e a organização a que eu pertença poder continuar a fazer essa diferença para mim faz todo o sentido eu cá estar. (...) Enquanto não nos vendermos (...) pelo menos não vendermos os nossos princípios e os nossos valores estarei cá para o que der e vier (...).(Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

Para essa militante, a mobilização do “conhecimento técnico” adquirido no espaço acadêmico e no espaço laboral, não se apresentava suficiente para obter “realização profissional” no setor das ONGD. Foi o engajamento profissional numa ONG confessional que possibilitou a construção de um sentido de coerência entre formação escolar, especialização técnica, e “sentido de missão” na “cooperação para o desenvolvimento”. A centralidade dos “valores e princípios”, que “não se vendem”, ou seja não se sujeitam a lógicas de “interesse” apresentam-se como determinantes da continuidade do seu engajamento. Segundo ela:

(...) e todas as lágrimas e sangue correm num dia mas no outro dia olhamos para as fotografias e relembramos os momentos no terreno e ouvimos as pessoas (...) mas quando vou ao terreno venho com a alma cheia não é (...) nós podemos ajudar a reabilitar as infraestruturas, a construir, mas isso é o mínimo, o que interessa tá muito mais além, que não é visível no imediato, que se vai ver, que se vai vendo mas não é o imediato (...).

(Mulher, liderança de ONGD, entrevista em Portugal)

A identificação com aquele espaço coletivo foi mediada pela valorização da “proximidade às pessoas” que se apresenta simultaneamente, como experiência geradora de emoções positivas, importantes para a renovação da motivação e do engajamento individual, e “garantia” dos “resultados” dos projetos no longo prazo, ou seja, a possibilidade de “fazer a diferença”.

A outra militante, que transitou do associativismo universitário internacional para o setor da “cooperação internacional para o desenvolvimento”, iniciou o seu itinerário na “defesa da causa” na Plataforma Portuguesa das ONGDs, no secretariado da organização, em 1997. Com esta transição permaneceu ligada ao “trabalho internacional”, apesar de num contexto setorial distinto. O seu recrutamento para a Plataforma ocorreu após o envio de um *curriculum* para concorrer a uma vaga, entretanto aberta, e da qual teve conhecimento através de uma colega com quem mantinha relações noutra espaço associativo, a SEDES. Na altura, para além do engajamento na SEDES, tinha responsabilidades de direção na AIESEC, onde era remunerada. Todavia, estando a terminar os estudos pós-graduados, o horizonte de participação no associativismo universitário era limitado. Para além da atividade associativa, realizava trabalhos de tradução a tempo parcial. Assim, o recrutamento para a Plataforma Portuguesa das ONGDs representou o seu primeiro trabalho na sua área da formação académica, as Relações Internacionais.

Em ambos os espaços, o do associativismo universitário e da Plataforma das ONGD, aquela militante teve responsabilidades de administração, organização de eventos, e de trabalho de articulação entre organizações, não tendo participado de experiências no “terreno”. No associativismo universitário realizou diversas viagens associadas às suas responsabilidades de coordenação e direção, mas não realizou intercâmbios ou estágios que implicassem residir noutros países. Segundo essa militante, com um itinerário de proximidade ao internacional:

Na AIESEC que tive depois experiência internacional de participar numa série de atividades. Não fiz “exchange” porque enquanto estava a estudar foi muito de organizar seminários que a AIESEC tinha em Portugal e na organização dos encontros. Quando acabo a

universidade (...) ponho-me a fazer a pós-graduação e vou para o nacional. Portanto acabei por estar sempre ocupada (...).(Mulher, militante de ONGD, entrevista em Portugal)

Na Plataforma Portuguesa das ONGD, essa militante desempenhou atividades de suporte à estrutura e às ONGD portuguesas e acompanhou o movimento europeu da “cooperação solidária”, viajando regularmente para Bruxelas. Nesse contexto mobilizou competências e recursos adquiridos durante o associativismo universitário como o hábito das viagens frequentes, a organização e participação em reuniões com representantes de vários países, o que a militante denomina de *lógica do trabalho internacional*. A experiência associativa internacional, durante a formação universitária, apresentou-se como processo de aquisição de competências, disposições e visões de mundo relevantes no engajamento profissional²⁶⁹ num outro espaço associativo orientado para o “além-fronteiras”, embora especializado noutro tipo de “causas”.

Tendo sido recrutada para uma estrutura que reunia as ONGDs portuguesas e que mediava a sua participação no” movimento europeu de ONGDs”, criou, desde cedo, relações com os/as dirigentes das instituições estatais e das ONG do setor, quer em Portugal, quer no espaço da comunidade europeia. Essa militante, com um percurso no associativismo estudantil europeu, afirma que:

(...) era a Comissão Permanente que delineava as coisas comigo Secretariado e fazíamos muito em conjunto (...) quando alguma associada fazia alguma coisa que tinha interesse para as várias a Plataforma, eu, o Secretariado participava no que era preciso (...).(Mulher, militante de ONGD, entrevista em Portugal)

Naquele âmbito acompanhava a agenda nacional, europeia e internacional do setor, construindo *uma visão um bocadinho mais abrangente*. Efetivamente, a possibilidade de acompanhar a discussão dos temas prementes, nacionais e internacionais, apresenta-se como um elemento valorado positivamente. Nesse sentido, o percurso profissional e associativo daquela militante foi marcado, nos primeiros anos, pela experiência nos “bastidores” das “causas em que participou e não no

269 Para Willemez (2003), os espaços de militância permitem desenvolver competências e saberes que podem ser reconvertidos noutros espaços sociais, em particular no mundo do trabalho onde são cada vez mais reconhecidos.

“terreno”, no contato direto com organizações e populações nos “países em desenvolvimento”. Construiu, assim, competências que lhe permitiram tomar parte da discussão política e técnica da “cooperação solidária” nos espaços de articulação entre ONGDs nacionais e europeias. Neste quadro, acompanhou o processo de institucionalização formal da Plataforma das ONGD, e a vivência do “movimento” das ONGD “por dentro”. Esse período, entre o final da década de 1990 e início da década de 2000, é considerado um momento de afirmação das ONGDs em Portugal. Segundo essa militante, nesses anos, as relações próximas entre os membros da Plataforma, com os seus pares de outros países da comunidade europeia e a vivência da “luta por uma causa comum”, o reconhecimento estatal do papel das ONGD e da sua Plataforma, eram geradoras de um “espírito de união”. Segundo ela: *“O termos uma causa comum e estarmos a lutar por algo muito concreto, pela afirmação das ONG, pela criação do setor, no fundo unia as pessoas à volta da Plataforma”*.

Durante a sua experiência na Plataforma das ONGDs, aquela militante foi recrutada para trabalhar com projetos de desenvolvimento numa das organizações membro. Não dispo de experiência prévia de cooperação nos “países em desenvolvimento”, o capital escolar e internacional, o conhecimento do “movimento das ONGD” em Portugal e na União Europeia, e o seguimento da agenda da cooperação internacional para o desenvolvimento apresentam-se como recursos fundamentais na transição da militância profissional, numa estrutura de coordenação, onde desempenhava funções de administração, para o trabalho mais próximo do terreno. Os projetos de “desenvolvimento” concebidos e administrados com base em procedimentos técnicos e burocráticos, e de métodos de trabalho legitimados pelas instituições estatais e multilaterais do setor da “cooperação”, valorizam saberes especializados, adquiridos ao longo da formação escolar e em experiências práticas como as de administração.

Assim, na terceira geração de militantes pela “cooperação para o desenvolvimento” ambas as militantes foram recrutadas para “a causa” na sequência do seu investimento escolar em cursos vocacionados para o “internacional”, área de estudos que adquiriu elevada cotação na década de 1990 em Portugal. Neste quadro, a construção do interesse pelo “além-fronteiras” como espaço de atuação profissional é atribuída a viagens, à midiaticização de campanhas humanitárias na década de 1980/1990 e a experiências no espaço religioso, como a participação em grupos de jovens. A experiência

universitária moldaria o imaginário e os interesses das agentes / militantes em relação àquele que viria a ser o seu espaço de engajamento profissional. Assim, se para uma das militantes, a experiência internacional está associada ao intercâmbio entre estudantes ao “diálogo entre culturas” e à possibilidade de acompanhar os “debates do seu tempo”, para outra, a experiência internacional foi orientada para a intervenção no “humanitário” ou na “cooperação para o desenvolvimento”. Esta diferença de interesses deve ser contextualizada no tipo de curso superior que frequentaram: uma delas o curso de Relações Internacionais, e a outra de Cooperação e Desenvolvimento Internacional, este último com uma orientação normativa assente no pressuposto do “auxílio desinteressado aos países “pobres”.

A vivência da “causa” da “cooperação para o desenvolvimento” pelas militantes é assim distinta. Para uma delas, recrutada pela Plataforma das ONGD, a “causa” estava associada à afirmação daquelas organizações no plano nacional e internacional, e o reconhecimento formal da sua participação na política externa portuguesa. O seu engajamento foi reforçado pelo “espírito de união” que sentia existir na Plataforma das ONGD, e na sua congênere europeia, no final dos anos 1990 e início de 2000, em torno daquela “causa”. Para a outra militante, a “causa” era “estar com os outros” para apoiar o seu “desenvolvimento”. A relação “próxima” com os “grupos-alvo” nos “países em desenvolvimento” e a percepção da possibilidade de “fazer a diferença” apresentam-se fundamentais no seu engajamento e desengajamento nas diversas ONGD por onde passou. Este tipo de disposições, e a militância profissional numa organização de inspiração católica, promoveram a sua aproximação à religião.

Assim, apesar do engajamento de ambas as militantes estar associado ao investimento académico e profissional no “internacional”, e do facto de ambas terem sido recrutadas através de candidaturas para ocupar postos remunerados, a vivência da “causa da cooperação para o desenvolvimento” apresenta-se distinta. As disposições, motivações e representações do trabalho “além-fronteiras”, as experiências e os percursos universitários estão associados a entendimentos distintos da “cooperação solidária” nomeadamente na relação com o “terreno”, com os “grupos-alvo” nos “países em desenvolvimento”, e com o “político” em particular, com o “movimento das ONGD” e a sua relação com o estado português e com demais atores.

CONCLUSÃO

O pretende capítulo buscou, através da análise das carreiras de militância no espaço da “cooperação solidária para o desenvolvimento” compreender os processos de formação das disposições, visões de mundo e lógicas que sustentam engajamento naquela “causa” e os espaços sociais de sua aquisição. A combinação da abordagem das carreiras de militância com o conceito de gerações políticas, e de micro-coortes no interior destas, permitiu analisar as dinâmicas de mudança do espaço das ONGs “de desenvolvimento” ao longo do tempo, e a sua diversidade, pressupondo-se que transformações nos contextos sociopolíticos são geradoras de processos identitários, visões de mundo, motivações e disposições distintas que contribuem para a pluralização das lógicas no interior dos movimentos coletivos, adesões e desengajamentos.

A “causa” da “solidariedade com os povos do Terceiro Mundo” emergiu no contexto português na senda da queda da ditadura e simultaneamente, do fim do império colonial. O primeiro espaço de militância foi fundado por militantes “anti-guerra” e “anticoloniais”, católicos “progressistas”, próximos ao “terceiro-mundismo”, com origens sociais nas elites lisboetas (famílias com origens na nobreza e na burguesia urbana) e dotados de um patrimônio de recursos sociais, culturais, políticos e cosmopolitas. Seus itinerários de militância foram marcados pela oposição ao regime de Salazar e Caetano, em particular à política colonial, dispendo de redes de relações com organizações e militantes na Europa ocidental e nos países africanos recém-independentes. As motivações para o engajamento estão associadas a um processo de politização que articula a “renovação” do pensamento católico sobre o “papel da Igreja no mundo” e a doutrina marxista, que os aproxima do “pacifismo” e do “não-alinhamento”.

Num período marcado pela polarização política em Portugal, aqueles militantes mobilizaram um conjunto de recursos no espaço nacional, europeu e africano para empreender nas primeiras práticas de “cooperação solidária” com a Guiné-Bissau, ainda em 1974: relações com dirigentes políticos, acesso a recursos financeiros e a competências especializadas através de ONGDs europeias, relações com *experts* e acadêmicos de várias áreas... Naquele tempo, “o questionamento” dos “modelos ocidentais”, associado à “luta pelas independências”, criava expectativas sobre a possibilidade de “experimentar” novos modelos de sociedade nos novos países, atraindo profissionais militantes de várias partes do mundo. A militância pela “solidariedade internacional”

inscreve-se numa prática política mais abrangente na qual se articulam “causas” diversas, o “não-alinhamento”, a “paz”.

Com a criação pelo Estado de instituições para administrar a “cooperação internacional” com os “países em desenvolvimento”, em particular com as suas ex-colónias, e o engajamento do CIDAC, a primeira organização vocacionada para a “cooperação solidária”, o envio de “cooperantes” portugueses para aqueles países, como *experts*, tornou-se uma prática central da “cooperação”. Surgiriam assim novos espaços de integração profissional, além-fronteiras, para indivíduos com elevado capital escolar ou competências técnicas especializadas. Para alguns dos primeiros cooperantes, enviados nos primeiros anos a seguir às independências, aquela experiência profissional, na senda de processos de politização durante a frequência universitária, foi vivida como uma forma de militância. Expressando um “entusiasmo, um compromisso com o “desenvolvimento” das ex-colónias portuguesas, em alguns casos entendido como forma de “culpa” ou de “responsabilização” pelo passado colonial, os *experts* militantes, investiram na profissionalização e especialização na “cooperação para o desenvolvimento” dando continuidade ao engajamento na “causa”, em alguns casos a tempo inteiro. Esse processo conduziria à sua integração em espaços estatais ou em ONG intervenientes naqueles temas e à valorização quer da experiência “de terreno”, quer das competências profissionais, no engajamento “solidário”. Assim, a “solidariedade” entendida prioritariamente a partir de critérios morais ou políticos passa a ser questionada principalmente, pelos seus “resultados” nos países alvo das ações “solidárias” ou pela distância dos militantes em relação aos eventos no terreno.

Na década de 1980, durante o processo de preparação da adesão de Portugal à CEE, as “ONG de desenvolvimento” europeias tinham já décadas de experiência. A circulação por ONG de referência no campo, em particular no contexto francês, permitiu a alguns militantes portugueses, igualmente provenientes de famílias com capital social, cultural e económico, adquirir recursos, relações, visões de mundo que reconverteram no engajamento em espaços de “cooperação solidária” já existentes em Portugal e no empreendedorismo organizacional, em meados da década de 1980. Assim, o “humanitarismo” dos *french doctors*, que “recusa a neutralidade” e o engajamento “ideológico”, é alicerçado em princípios morais de ambição universal e mobiliza os meios de comunicação de massas, é importado para o contexto português através da militância de um médico engajado em missões humanitárias por ONG médicas francesas

e belgas, sendo criada a AMI – Assistência Médica Internacional. No mesmo sentido, a experiência numa ONG confessional de referência, francesa, na senda de experiências internacionais no espaço católico, permitiu a importação de um modelo de ONG de desenvolvimento que articula posicionamento político, de feição dialogante com os poderes, e práticas desenvolvimentistas, a OIKOS. Intervindo em causas “novas” como o ambiente ou a economia, valoriza o profissionalismo e a técnica, articulados com a “inspiração religiosa”. Neste sentido, a importação de “causas” e modelos de engajamento na “cooperação solidária” e na ajuda humanitária, próximos aos dos países centrais, pluraliza aquele setor de militância.

Com a perspectiva da adesão à CEE, que aconteceria em 1986, um movimento de militantes multi-posicionados empreende para importar a sigla ONGD – organização não-governamental de desenvolvimento, como categoria formal concedida a organizações não governamentais com intervenção, ou interesse na intervenção, nas causas da “cooperação para o desenvolvimento” ou “educação para o desenvolvimento”. Este processo foi liderado por militantes dos partidos “moderados”, com proximidade a funcionários europeus, e em alguns casos à hierarquia católica. A “causa” da “solidariedade com os países em desenvolvimento” atraiu membros de institutos partidários, sacerdotes e leigos com elevado capital social, escolar e político, e permitiu em particular, a indivíduos com vivência colonial “regressar” às antigas colônias portuguesas como militantes pela “cooperação solidária”. Todavia, o engajamento de militantes multi-posicionados na “cooperação para o desenvolvimento” apresentou-se temporário e dependente das mudanças nas outras funções desempenhadas no espaço político ou religioso.

Neste quadro, o empreendimento, na constituição de “ONG de desenvolvimento” a partir do espaço católico, sendo pioneiros os “Leigos para o Desenvolvimento”, tornou possível, o engajamento de leigos na causa da “cooperação para o desenvolvimento”, em particular para aqueles que não se reviam no quadrante ideológico mais à esquerda. A articulação entre especialização técnica e atividade missionária apresenta-se como elemento-chave do “internacionalismo católico” do século XX, e é importado em meados da década de 1980 para Portugal. Neste sentido, são mobilizados para “cooperação para o desenvolvimento” leigos com elevado capital cultural que atuam simultaneamente como “técnicos” e “missionários”, visando implementar o “modo católico” de entender o “desenvolvimento”. A vivência da “cooperação para o desenvolvimento” enquanto leigo

apresentou-se geradora de novas vocações e investimentos, quer religiosos, quer profissionais, aproximando ou afastando os indivíduos de práticas seculares e técnicas. Por outro lado, a ocupação, pelo espaço católico, da “solidariedade além-fronteiras” esteve associada à importação de repertórios de ação, campanhas mediáticas, humanitárias e de “solidariedade”, contribuindo para a construção do capital de notoriedade das causas e dos militantes.

Outras formas de multi-posicionalidade permeiam o processo de institucionalização do setor das ONGD em Portugal. Tratam-se de militantes com elevado capital social e escolar que atuando profissionalmente em instituições do Estado, estão engajadas simultaneamente em espaços associativos, combinando a militância pela “cooperação para o desenvolvimento” com outras “causas” e esferas. Sendo funcionárias do Estado no final da década de 1980 e 1990, estas militantes contataram diretamente com o processo de “harmonização” das políticas públicas portuguesas com as da CEE em particular, aquelas “associadas aos países europeus mais desenvolvidos”, como as das “migrações e racismo” e da “cooperação para o desenvolvimento”. Atuando como empreendedoras daquelas questões em Portugal, no espaço associativo, ou como membros de organizações nelas envolvidas, participaram através da Plataforma Portuguesa das ONGD do movimento nacional e europeu da “cooperação solidária”. Todavia, em face de mudanças na atividade profissional, eventos no âmbito familiar ou transformações nas organizações, o desengajamento de “causas além-fronteiras” é atribuído a divergências entre aquelas esferas que diminuiriam as retribuições da militância.

Perto do final da década de 1990, num quadro de reconhecimento legal pelo Estado português, do estatuto das ONGD portuguesas, e do seu papel na política de cooperação para o desenvolvimento, o setor apresenta-se um espaço de atuação profissional para diplomados. O processo de institucionalização do campo das ONGD em Portugal, associado ao elevado capital escolar e político de parte de seus promotores, e ao reconhecimento pelas instituições nacionais e internacionais, das organizações não-governamentais como interlocutores, introduziriam o capital escolar como critério de recrutamento de militantes. A valorização daquele capital não é contudo, restrita ao espaço da militância sendo importante em quase todas as esferas sociais – perceptível no contexto português com o aumento da procura no Ensino Superior, incluindo de Relações Internacionais.

O investimento em cursos universitários é mediado pela “curiosidade pelo mundo”, pelas imagens dos “heróis” da ajuda humanitária de emergência em países “pobres” ou pelas experiências em “grupos de jovens na igreja”. Essas disposições ainda pouco delimitadas são reatualizadas no espaço universitário quer através dos conteúdos teóricos, e do acompanhamento das “tragédias em África” quer através de experiências no associativismo universitário internacional. Neste quadro, o investimento no espaço das ONGD como atividade profissional, associada a uma especialização acadêmica, é entendido como uma forma de articular disposições e “sensibilidades” para “fazer a diferença” ou “promover o entendimento entre os povos” e conhecimentos especializados. A militância como atividade profissional era vivenciada como uma forma de “proximidade às pessoas”, por vezes articulada pelo “regresso” à prática religiosa ou pela “possibilidade de participar em espaços internacionais” onde se discutiam questões “importantes” e “criar relações de amizade dentro e fora das fronteiras.

CAPÍTULO III – A REDE DE SOLIDARIEDADE COM O POVO DA GUINÉ-BISSAU: AS ONGD PORTUGUESAS E A GUERRA NA GUINÉ-BISSAU (1998-1999)

INTRODUÇÃO

Em 7 de Junho de 1998 os residentes de Bissau foram “surpreendidos” pelos combates entre membros das Forças Armadas leais ao então presidente João Bernardo “Nino” Vieira e militares próximos ao brigadeiro Ansumane Mané, recém-afastado do cargo do Chefe do Estado Geral Maior das Forças Armadas²⁷⁰. Em Portugal, as notícias de início de uma guerra na Guiné-Bissau²⁷¹ desencadearam contatos entre organizações não-governamentais associadas da Plataforma Portuguesa de Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento (Plataforma de ONGD), para articular suas posições perante o conflito armado num país onde mantinham “relações de cooperação”. Decidir-se-ia, alguns dias depois do *7 de Junho*, a criação da “Rede de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau” integrando parte das ONGD portuguesas e algumas de suas congêneres bissau-guineenses, cujos dirigentes se refugiaram em Portugal. A Rede visava “enviar ajuda de emergência às populações” e realizar uma “ação de informação e pressão” sobre os diversos intervenientes no conflito, mobilizando pessoas, grupos e organizações na África, Europa e

270 Para uma análise do conflito de 1998/1999 na Guiné-Bissau ver, Soronda - Revista de Estudos Guineenses, nº 002, INEP, Dezembro de 2000. Ver também RUDEBECK, Lars. *Colapso e Reconstrução Política na Guiné-Bissau 1998-2000. Um estudo de democratização difícil*. Nordic Africa, 2001.

271 A Guiné-Bissau é um país oeste-africano, com cerca de 1,5 milhão de habitantes. Foi parte do Império do Mali e do Reino do Gabu e, até meados do século XVIII. Os portugueses dominaram partes do território entre o século XVI e XIX e dominaram totalmente o território da Guiné-Bissau entre final do século XIX e meados da década de 1970. Em Setembro de 1974, o país seria formalmente reconhecido como nação independente. No território da Guiné vivem dezenas de grupos étnicos, mas aqueles com maior expressão demográfica são os Fulas, Mandingas, Balantas, Manjacos, Papéis, Biafadas, Bijagós. Parte da população guineense tem origens africanas e europeias, os mestiços. A diversidade linguística segue a diversidade étnica, não sendo o português a língua dominante. Para além das línguas dos diversos grupos étnicos e do português, parte da população fala crioulo, que resultou da mistura do português com as línguas locais. Do ponto de vista religioso, a população é principalmente islâmica e animista e uma menor percentagem é cristã.

América para a “solidariedade com o povo da Guiné-Bissau” durante o período da guerra, entre Junho de 1998 e Maio de 1999²⁷².

A rede transnacional tem sido considerada como uma forma de ativismo que engaja pessoas não imediatamente atingidas pelas “demandas”, a partir de *frames* de ambição “universal”, construídos a partir de valores morais considerados “sem adversários” (KECK & SIKKINK, 1998). A “paz” e o “auxílio a populações em países em guerra” apresentam-se como “causas” classificáveis como “moralmente universais” e nesse sentido, com potencial de mobilização para lá dos Estados nacionais. Todavia, o pressuposto de que o valor normativo atribuído a uma “causa” reflete a emergência de uma “sociedade global” que partilha “valores universais”, desvaloriza a análise do contexto no qual as mobilizações estão ancoradas, a sua história e as dinâmicas de cooperação e disputas, fundamental também para discutir o caráter inovador das redes transnacionais. Esta crítica tem sido apresentada por autores que salientam a necessidade de considerar, no estudo de movimentos sociais “transnacionais”, a estrutura de oportunidade política nacional, as pessoas, grupos e organizações e as relações entre elas nos seus contextos, e a dinâmica de importação e ajustamento dos *frames* que suportam as “causas transnacionais” (TARROW 2005; 2009).

Seguindo essa linha de análise, estudos de mobilizações transnacionais têm utilizado abordagens genealógicas e recortes locais / nacionais para analisar as condições de emergência e de desenvolvimento de “movimentos transnacionais” buscando compreender como esses processos estão associados a dinâmicas de ação coletiva anteriores, concluindo da importância da configuração (de oportunidades e constrangimentos) na arena política nacional e da relativa originalidade de movimentos que assentam em redes de relações preexistentes (SOMMIER & FILIIEULE, 2012).

272As organizações membro da Plataforma Portuguesa das ONGD reuniram-se em 16 de Junho de 1998. Nessa reunião acordaram a sua estratégia para unirem esforços de solidariedade efetiva com o Povo e Organizações da Guiné-Bissau. Nesse Encontro acordaram um Plano de ação com carácter de urgência e grande flexibilidade, organizado a dois níveis: em primeiro lugar, um conjunto de ações com vista ao fornecimento de ajuda humanitária imediata às populações e em segundo lugar, uma ação de informação e pressão, com vista à criação das condições políticas indispensáveis à disponibilização e distribuição da ajuda e também para um esforço de facilitação duma saída negociada para a grave crise que lacera o país e previna situações de desrespeito pelos direitos humanos dos cidadãos guineenses. Ata da reunião na Plataforma Portuguesa das ONGD em 16 de Junho de 1998.

No Portugal de finais da década de 1990, a compreensão da atuação de um conjunto de “ONG de desenvolvimento” organizadas em “rede” pela “solidariedade com o povo da Guiné-Bissau”, em face do conflito armado nesse país, requer a análise das relações e recursos que sustentaram a sua constituição, modos de organização e formas de atuar, num contexto concreto de oportunidades e constrangimentos na arena política nacional, e no modo como interage com o internacional. É a partir da sua “localização” que as relações que dão suporte às mobilizações além-fronteiras, os recursos mobilizados e o modelo de organização se tornam inteligíveis.

Assim, o presente capítulo busca responder a duas questões principais: entendendo a “Rede de Solidariedade” como parte do repertório de ação próprio do espaço de militância pela “cooperação solidária para o desenvolvimento”, de que modo as relações de força nesse espaço, e com outras esferas sociais, contribuíram para a mobilização de “apoio à Guiné-Bissau”, e para a forma que assumiu? Sendo as ONG “de desenvolvimento” infraestruturas de suporteespaços de interação (CLEMENS & MINKOFF, 2004) que recursos, lógicas e *frames* suportaram a constituição da Rede e a sua atuação ao longo do conflito?

As práticas de “solidariedade internacional” com a Guiné-Bissau em 1998/1999 apresentam-se como formas de representação do papel social atribuído às “ONG de desenvolvimento”, construído ao longo do processo de institucionalização daquele campo de engajamento. Cenários de guerra, de “urgência humanitária”, em “países em desenvolvimento”, em particular os de “língua oficial portuguesa”, apresentavam-se como eventos importantes para a construção da crença coletiva “na causa” e em seus portadores, permitindo àquele grupo de organizações fazer-se representar no espaço político, através de entidades e pessoas por elas designadas, como a Plataforma das ONGD ou a “Rede de Solidariedade”. No caso das ONG portuguesas, oportunidades de acesso ao “internacional”, e recursos para viabilizar o engajamento “além-fronteiras”, foram sendo incrementados com a adesão do país à União Europeia em 1986, as reformas da política de “ajuda ao desenvolvimento” do Estado e a constituição da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) em meados da década de 1990.

Apesar da “paz” ser habitualmente a demanda central em torno da qual se mobilizam aliados aquando de conflitos armados, a “Rede de Solidariedade” utilizou ao longo do tempo, argumentos diversos que indicam mudanças no modo de interpretar o desenrolar do conflito. Os *frames* utilizados foram sendo ajustados aos eventos, sendo

introduzidas nuances no enfoque das principais questões em disputa, na atribuição de “culpas pela guerra” e de “responsabilidades pela construção de soluções”. Para compreender os matizes nos *frames* importa analisar não só as demandas concretas e as tomadas de posição públicas, mas também o modo de enquadrar e interpretar informação e a sua utilização no âmbito da atividade de informação sobre o conflito.

Efetivamente, o trabalho de concepção de *frames* foi atribuído a alguns dos membros da “Rede de Solidariedade” que tinham como tarefa a recolha e envio de informação sobre o conflito e o movimento de “solidariedade internacional” para pessoas consideradas relevantes em todos os continentes. Para além desse tipo de trabalho, outros participantes da “Rede de Solidariedade” empenharam-se no auxílio humanitário às populações deslocadas de Bissau que procuraram abrigo no interior do país. Apesar da divisão de tarefas, a “ajuda humanitária” e o “envio de informação” apresentam-se como repertórios complementares enquanto *expressões dadas* e *expressões emitidas*, sendo ambas fundamentais na capacidade da “Rede” de definir a situação (GOFFMAN, 2002, p. 12-14).

O presente capítulo está organizado em três pontos principais: o primeiro refere-se à configuração do setor da “cooperação para o desenvolvimento” no final da década de 1990 em Portugal, o segundo respeita à história das relações entre militantes e ONG de “desenvolvimento” portuguesas e da Guiné-Bissau e o terceiro trata da “Rede de Solidariedade”, de sua constituição, divisão de tarefas entre seus participantes, os repertórios de ação utilizados e os *frames* construídos sobre a “guerra”, a “paz” e os outros intervenientes no processo ao longo do tempo.

I. TRANSFORMANDO A “PAZ NA GUINÉ-BISSAU” NUMA “CAUSA” EM PORTUGAL

1 A “solidariedade com o povo da Guiné-Bissau” e as lutas pelo “regresso a África”

A “Rede de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau”, organizada a partir da Plataforma Portuguesa das ONGD durante o conflito armado de 1998/1999 naquele país expressa a reorganização do espaço político após a queda da ditadura de Salazar, em 1974 e a adesão do país à comunidade europeia. Esse processo transformaria a política de relações externas do país com a importação das “lógicas europeias”, nomeadamente da “cooperação para o desenvolvimento” e a sua

combinação e ajustamento ao percurso histórico do país e à sua condição de periferia da Europa.

Considerando que os diversos universos sociais que compõem as sociedades não são completamente autônomos (BOURDIEU, 2014, p. 65), entende-se que as lógicas e disputas no espaço político permeiam o espaço da militância pela “cooperação solidária para o desenvolvimento”, gerando alianças que contribuem para emergência de formas equivalentes de entender as “causas” e permitindo a circulação dos diversos recursos que dão suporte às mobilizações. Aqueles universos sociais mantêm também relações de interdependência com o espaço midiático, sendo este fundamental na legitimação social das “causas”, no reconhecimento social de seus portadores e na mobilização de aderentes e outros capitais. Assim, a “Rede de Solidariedade” não pode ser entendida fora das transformações na política de relações exteriores e de seus desdobramentos na mídia portuguesa que tornariam o “auxílio à Guiné-Bissau” durante a guerra um “problema” em cuja “solução” os portugueses deveriam participar.

Se o fim do império colonial, e da ditadura, constituíam pré-condições para o acesso à Comunidade Econômica Europeia, a adesão formal à CEE permitia a Portugal dispor de recursos, financeiros, políticos, simbólicos, e *expertise*, para perspectivar o “regresso a África” e assim incrementar a sua influência geoestratégica dentro e fora do espaço europeu. O reposicionamento internacional do Portugal “europeu” passava pelo investimento nas relações com as suas antigas possessões coloniais após a queda do bloco soviético, buscando fazê-lo em moldes considerados “modernos”, a partir dos modelos pós-coloniais de outras antigas potências imperiais como a Inglaterra e a França.

No final da década de 1990, aquele processo foi enquadrado por uma campanha nacional e internacional de maior amplitude visando a “afirmação” externa de Portugal, que recuperava elementos do imaginário do passado colonial, apresentado como um período de “aventuras”, “viagens” e “descobertas”, reajustando-os às “causas universais” como a ecologia, neste caso a “defesa dos oceanos”. Esse seria o mote para a realização da exposição mundial “Expo 98” em Lisboa, durante a qual os visitantes estrangeiros deveriam testemunhar a “capacidade” do país “moderno”, mas também o seu passado, e os portugueses, “orgulhar-se” da sua história, mas também do seu presente. Essa conjuntura de revalorização e ressignificação do período colonial teve desdobramentos na política diplomática e de cooperação.

Os países africanos, antigas colônias portuguesas, passaram a ser representados em Portugal como um bloco, os “PALOP”, “países

africanos de língua portuguesa”, que estariam “inevitavelmente ligados entre si”, e a Portugal através de uma língua comum. Esta se tornaria então o legado colonial a “proteger” pois era o que dava unidade àquele “bloco” muito diverso de países²⁷³ e o “recurso a valorizar” perante a concorrência internacional dos países centrais por influência em África. Segundo um diplomata, com um itinerário no setor da “cooperação para o desenvolvimento”, quer nas ONG quer no Estado:

Nós queremos fazer cooperação, pronto, muito bem. A língua é essencial na cooperação. Daqui a cem anos o que fica da ligação de Portugal com estes países são duas coisas, uma é a língua e a outra é a arquitetura jurídica dos Estados que comandam o funcionamento da sociedade. A língua é fundamental.(Homem, diplomata aposentado, entrevista em Portugal)

O investimento na língua como carro-chefe da diplomacia portuguesa fora do espaço europeu permeou pontualmente a década de 1980 mas apenas se afirmou nos anos 90, sendo comum a governos do Partido Socialista (PS) e do Partido Social Democrata (PSD). Em 1987, o “*Diário de Notícias*” dedicava várias páginas à cooperação de Portugal com as suas antigas colónias, com destaque para as atividades no âmbito da “defesa” e “divulgação” da língua portuguesa. Aquelas iniciativas eram apresentadas como fundamento e elemento distintivo da cooperação de Portugal com os Estados africanos numa indústria concorrencial, a da “ajuda ao desenvolvimento”.

A identidade linguística e a grande aproximação cultural conferem a Portugal um papel relevante

273 Angola e Moçambique são duas importantes potências nas regiões africanas onde estão inseridos, África Central e África Austral, respetivamente. São Tomé, Cabo Verde, e a Guiné-Bissau são países de pequena dimensão e os últimos dois pertencem à região da África Ocidental. Todos estes blocos regionais estão organizadas em instituições económicas, formando blocos comerciais. Em termos étnico linguísticos, são países onde se falam várias línguas, em alguns casos dezenas, e onde o português não é a língua dominante no quotidiano, apesar de ser a língua oficial. Do ponto político são também países muito distintos, com percursos históricos e modelos institucionais próprios, e as estruturas das suas economias são também muito diversas.

*na cooperação com estes novos Estados africanos em todos os setores (...)*²⁷⁴

Mas seria após o fim da Guerra Fria que se desenhariam os contornos da “causa da língua” na diplomacia portuguesa, utilizando-se ocasionalmente terminologias belicistas. Em 1992, afirmava-se a existência de uma “guerra linguística apontada ao português” protagonizada pela “cooperação” de outros países europeus, em particular a França e o Reino Unido, com os países africanos de língua portuguesa.

*(...) quando a progressão imparável dessas forças desabar sobre o coração e as mentes dos angolanos e moçambicanos, Portugal terá de enfrentar a decisão implacável de ter de admitir mais uma derrota na sua sobrevivência pluricontinental ou de convocar todo o seu potencial de defesa à herança histórica.*²⁷⁵

A descrição da “guerra pelo coração e as mentes” dos africanos recuperava termos familiares da defesa do colonialismo português, em particular a ideia de um “Portugal pluricontinental ameaçado pelas grandes potências mundiais”, que desejavam agora fazer desaparecer a “herança histórica” do colonialismo português, a língua. *Experts* participariam da discussão questionando o modo de “afeiçoar o português à realidade africana”²⁷⁶. No âmbito da luta política, dirigentes partidários argumentavam que a valorização da relação com África constituía uma forma de reduzir a centralidade europeia nas relações externas do país, e de valorizar a história do país, apelando a uma abordagem “pragmática”. Um dirigente do Partido Socialista afirmava, sobre as relações com as antigas colônias portuguesas da África:

Sugiro que percamos complexos, se ainda os temos. É que consideremos um dever em face do

274GRILLO, Eduardo & ROSA, Manuel. “Cooperação e Língua Portuguesa” *Diário de Notícias*, 1/3/1987.

275ALMEIDA, Assunção. “‘Guerra’ linguística apontada ao português” *Diário de Notícias*, 11/9/1992

276PÚBLICO, 26/11/ 1996

*passado e do futuro – a valorização da nossa
vertente Atlântica (...)*²⁷⁷

Na década de 1990, Portugal intensificaria a atividade diplomática visando criar uma instituição multilateral de Estados de língua oficial portuguesa, processo que encontraria impasses diversos até à sua conclusão, em meados de 1996, com a constituição da Comunidade de Estados de Língua Portuguesa (CPLP). Ao longo desse período, e após a instituição da CPLP, criar-se-iam, a partir da ideia de “lusofonia” organizações de empresários, municípios, escritores religiosos... validando a língua portuguesa como motor de espaços associativos multinacionais. Em Março desse ano, a televisão pública criou um canal internacional vocacionado para África. Todavia, a CPLP enfrentaria desde o seu início críticas diversas, sendo vista como pouco ativa e permeada por conflitos entre os seus membros. A comunicação social reportava que “ninguém acredita nesta comunidade. A organização desenvolve apenas atividades culturais e recreativas.”²⁷⁸ Aquando da Expo 98, dizia-se que “(...)o espaço da CPLP na Expo 98 é como a própria tem sido: pequenina, muito pequenina, sem relâmpagos nem lampejos. Envergonhada, tão só”²⁷⁹.

Em paralelo à lógica da “luta pela língua portuguesa”, entendida como o último reduto da presença portuguesa em África, o “regresso” ao continente ocorria num período de “afro-pessimismo”, ao longo da década de 1980 e particularmente de 1990. Esse “afropessimismo” foi articulado em categorias produzidas por académicos que, apropriadas pelas instituições internacionais como o Banco Mundial, passaram a orientar suas políticas de “ajuda ao desenvolvimento”. Os Estados, nas “fronteiras” dos “países desenvolvidos”, que ao longo dos anos 1960 e 1970 tinham sido considerados aliados a mobilizar pelas potências em confronto na Guerra Fria, eram agora apresentados como “incapazes” de exercer as suas funções de soberania e de “desenvolvimento” ou mesmo “delinquentes” e caracterizados pela violência e imprevisibilidade (DUFFIELD, 2001, p. 311).

277 SANTOS, António de Almeida. “Uma política para África, já”. *Público*, 1/8/1993.

278 ABECASSIS, Rebecca & MASCARENHAS, Paulo. “A falar português é que não nos entendemos na CPLP”. *Independente*, 9/4/1998.

279 FERREIRA, Manuel Ennes. “A Expo 98, os PALOP e a CPLP”. *Expresso*, 13/8/1998.

Aquele aparato conceptual e discursivo expressar-se-ia também no espaço midiático. África, mas também o Médio Oriente e o Leste da Europa, eram assim, representadas na comunicação social, como regiões caracterizadas pela desordem e o “fracasso”, associados ao fim dos impérios europeus e da União Soviética. A “causa do desenvolvimento” passou a ser entendida através da ideia de “segurança, estabelecendo-se uma ligação entre a segurança dos “países desenvolvidos” e daqueles em “desenvolvimento”, apresentados como tendencialmente “instáveis” (DUFFIELD, 2001).

Segundo o editorial de uma revista portuguesa, em 1990:

*A retirada das potências coloniais tem destes inconvenientes. Sem o freio da velha ordem, os indígenas depressa se instalam na desordem. E pouco importa a cor da pele do indígena. Foi assim, em África com a queda dos impérios britânico ou português; é assim na Europa de Leste ou no Médio Oriente com a queda do império soviético. Até que venha instalar-se uma nova ordem, essas duas regiões do globo terão tendência para viver de excessos.*²⁸⁰

Diante da eclosão de “guerras civis” em várias partes do mundo, particularmente na África, instituições internacionais, Estados e ONG deveriam persistir no “dever” de, “altruisticamente”, “ajudar aqueles afetados por situações de guerra”, ainda que o “auxílio humanitário” apresentasse “dilemas morais” (SLIM, 1997). Em Portugal, campanhas humanitárias organizadas pelo Estado em meados dos anos 1990, reproduziam a imagem de África como um território de conflito e miséria, carente da intervenção internacional. O então Primeiro-Ministro de Portugal, Cavaco Silva, apresentava, nos seguintes termos, a campanha “África Amiga” (1993-1995) que promoveu a recolha de bens para Angola e Moçambique, posteriormente distribuídos por ONG portuguesas e pelas estruturas da Igreja Católica.

Diariamente, chegam-nos desses dois países de língua portuguesa imagens e testemunhos, por vezes chocantes, reveladores da existência de situações de verdadeiro estado de necessidade. As carências no domínio alimentar e sanitário e as

280 BARATA-FEYO, José. “Carta do diretor”. *Grande Reportagem*, Out/Dez 1990.

*consequências devastadoras de guerras fratricidas conduziram esses Países a situações de terrível sofrimento para milhões de seres humanos. Perante acontecimentos desta natureza, constitui obrigação do Mundo civilizado prestar toda a ajuda possível para minorar o sofrimento das populações*²⁸¹.

A lógica da “ingerência humanitária” assenta na dicotomia entre regiões do mundo apresentadas como “civilizadas” e por isso responsáveis por “minorar o sofrimento” nos territórios “não-civilizados”. Essa responsabilidade legitimaria a intervenção “humanitária” de países centrais em situações de guerra nos chamados “países em desenvolvimento”. Nessa conjuntura, a lei internacional, em particular a garantia da soberania nacional, foi sendo desvalorizada face aos argumentos morais, mas também securitários, que atribuíam àquelas geografias riscos para o resto do mundo, legitimando formas diversas de intervenção externa para “garantir a ordem”, “conter ameaças” ou “salvaguardar os direitos humanos”. Tais processos estiveram associados a “inovações organizativas” no âmbito das quais as ONG participariam, ao lado dos Estados, de agências da ONU e de empresas privadas, de iniciativas de “ajuda humanitária”.

Em 1998, a emergência de uma situação de guerra num país de língua oficial portuguesa ocorreu num momento em que o dispositivo de cooperação internacional português estava engajado na legitimação de uma estrutura multilateral da “língua portuguesa” e na valorização da política de “cooperação para o desenvolvimento”, tinha adquirido experiência da logística e simbologia da “ajuda humanitária” e havia reconhecido o estatuto jurídico das ONGDs “de desenvolvimento” e o seu papel na política externa. Para além disso, a televisão pública tinha criado um canal específico para os países africanos de língua portuguesa, com acesso a infraestruturas de comunicação nesses contextos. Esses elementos revelam que o Estado dispunha de um conjunto importante de recursos (políticos, diplomáticos, sociais, midiáticos, materiais) para “regressar a África” e disputar o “ameaça” que se afigurava em face da percepção de uma “aproximação” da Guiné-Bissau, à francofonia²⁸². Perante a mobilização daquele conjunto de

281 SILVA, Aníbal Cavaco. *Cooperação Portuguesa*. Instituto da Cooperação Portuguesa, 1995.

282 A Guiné-Bissau aderiu formalmente à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e à União Económica e Monetária do

recursos para responder à oportunidade política percebida no conflito bissau-guineense, seriam tensionados os pressupostos de “neutralidade” na negociação diplomática da “paz”, da não-ingêrência nos assuntos de Estados soberanos e da ajuda humanitária “desinteressada”.

1.1 Os itinerários do Estado português pela “paz na Guiné-Bissau”

As primeiras notícias sobre a guerra na Guiné-Bissau davam conta de uma rebelião dentro das hostes militares contra o Presidente “Nino” Vieira. Os responsáveis políticos portugueses manifestaram publicamente preocupação com nacionais residentes em Bissau, garantindo, contudo, que estavam a ser acompanhados pela embaixada. Nos dias seguintes, em particular após a chegada de tropas dos países vizinhos, foram-se tornando evidentes as movimentações nas Forças Armadas portuguesas para retirar os portugueses e outros estrangeiros que queriam abandonar o país, em particular Bissau. A evacuação de estrangeiros estaria a ser articulada pelas autoridades portuguesas e de outros países. Na imprensa portuguesa dizia-se que o governo encarava um resgate militar dos seus cidadãos que faria a tropa portuguesa regressar à Guiné²⁸³.

Nos primeiros dias após o início da guerra, o então Presidente português Jorge Sampaio, manifestou, junto do Presidente bissau-guineense, “preocupação com o conflito” em curso no país, formulando votos de que a situação entendida então como um “levantamento militar” que “colocava em causa a legalidade constitucional”, pudesse ser resolvida rapidamente²⁸⁴. Nessa altura, o primeiro-ministro, Antônio Guterres, (Partido Socialista), declarava que os militares portugueses, que tinham saído de Lisboa em direção à Guiné-Bissau, apenas realizariam “operações de resgate” e de “envio de ajuda humanitária”. O governo invocava o princípio da não-ingêrência num país soberano para justificar a ausência de qualquer plano de intervenção militar. As representações diplomáticas e de organizações internacionais abandonariam o território guineense, mantendo-se, contudo, os embaixadores português e francês. As operações de resgate de cidadãos portugueses e de outros países, bem como de alguns refugiados bissau-

OesteAfricano (UEMOA) em 1997, passando a utilizar o franco, moeda comum aos restantes membros. A moeda comum estava ligada ao franco francês. A Guiné já era membro da Organização Internacional da Francofonia desde 1979.

283 PÚBLICO, 13/6/1998.

284 PÚBLICO, 11/6/1998

guineenses, iniciaram-se em 11 de Junho, por um navio civil e manter-se-iam até meados do mês de Julho por militares. Portugal manteve tropas e equipamento das suas Forças Armadas na região da Guiné-Bissau até início de Setembro de 1998.

Mas as “causas além fronteiras” não podem ser entendidas fora das disputas políticas nacionais. Assim, durante o primeiro mês da guerra na Guiné-Bissau, as posições do governo português foram sendo questionadas pelos partidos da oposição, do quadrante mais à “direita”. Um militante do Partido Social Democrata (PSD) criticaria a evacuação de cidadãos estrangeiros de Bissau, considerando que a operação foi motivada por interesses midiáticos, colocando em causa a relação de Portugal com o governo guineense afirmando: *não nos admiremos depois da Guiné sair do espaço português*²⁸⁵. Na senda da entrada da CPLP na mediação da guerra, aquele partido considerava que a organização tinha assinado a *certidão de óbito* criticando a *passividade demonstrada neste conflito*²⁸⁶. Posteriormente, o líder do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, salientava que o Presidente da Guiné-Bissau se tinha formalmente queixado da posição do governo português sobre o conflito, considerando que este não tinha sido suficientemente firme na condenação do movimento rebelde²⁸⁷. Com efeito, o seu partido mantinha ligações próximos ao círculo de “Nino” Vieira (GOMES, 2014).

Tratava-se, então, de dois entendimentos distintos do conflito. Por um lado, a perspectiva de que a guerra era um levantamento militar que colocava em causa a ordem constitucional e nesse sentido, a resposta de Vieira e dos países vizinhos visava repor a legalidade e, por outro, de que a situação não podia ser entendida apenas a partir de pressupostos jurídicos, sendo necessário negociar com ambas as partes para “alcançar a paz”. Numa fase inicial, o governo português assumiu a primeira posição “distanciando-se”, contudo, de “Nino” Vieira, pouco tempo depois.

Esse “afastamento”, e a mobilização da CPLP para desenvolver esforços diplomáticos de negociação, seriam entendidos como um reconhecimento da Junta Militar, e criticado por parte do PSD que afirmava o seu apoio às “autoridades legítimas”²⁸⁸. O “desvio” da posição inicial de Portugal é atribuído a uma “análise da realidade” pelo

285 PÚBLICO de 16/6/1998

286 PÚBLICO de 21/6/1998

287 PÚBLICO de 7/8/1998

288 PÚBLICO de 21/6/1998

responsável do Ministério dos Negócios Estrangeiros à época, Jaime Gama. O propósito do governo português seria o de manter a “neutralidade” ou “equidistância” para desenvolver *uma política de paz* porque *não se apoiava nenhuma das partes e se conversava com as duas*²⁸⁹. Todavia, esse posicionamento não pode ser dissociado das relações tensas entre membros do Partido Socialista e “Nino” Vieira²⁹⁰ e a questionamento da relevância internacional da CPLP num quadro de aproximação da Guiné-Bissau à “francofonia”.

A operação militar portuguesa montada aquando da guerra de 1998/1999 na Guiné-Bissau foi a maior desde o final da guerra colonial, permitindo ao país posicionar-se no âmbito humanitário e político (ZEFERINO, 2005, p. 69). Assim, a partir da disposição dessas forças, Portugal convocaria a CPLP, que assumiria algum protagonismo nos primeiros esforços de mediação diplomática, abordo de navios militares portugueses. A “política de paz” alicerçou-se também na forte simbologia da ajuda humanitária. Em paralelo com as operações para retirada de cidadãos portugueses, o governo e as ONGD nacionais iniciaram o envio de bens de primeira necessidade para a Guiné, operações que seriam seguidas pela mídia. O Estado apoiaria financeira e logisticamente as ONG portuguesas na sua intervenção na Guiné-Bissau durante e guerra. Os relatos de membros das organizações humanitárias sobre as dificuldades decorrentes do encerramento da fronteira com o Senegal, único ponto de entrada dos carregamentos de ajuda, as imagens da população guineense deslocada e dos danos da guerra, contribuiriam para o desgaste da imagem de “Nino” Vieira e de seus aliados em Portugal.

A política “humanitária” portuguesa, da qual as ONGDs também tomaram parte, reforçava a posição de Portugal e da CPLP, e a sua participação no palco das “negociações de paz”. Tendo posições próximas às do governo português, as ONGDs nacionais e suas congêneres dos países de língua oficial portuguesa, demonstraram publicamente a sua oposição à presença de tropas estrangeiras na Guiné-Bissau, apelando às “negociações pela paz”²⁹¹. Assumindo a identidade

289 Entrevista realizada com Jaime Gama em 28 de Novembro de 2016

290 Em particular após os fuzilamentos em 1986 de prisioneiros acusados de planejar um golpe de Estado contra “Nino” Vieira. O então Presidente da República Mário Soares (Socialista) envolver-se-ia na campanha internacional de “clemência” que não seria bem sucedida. Posteriormente, condenou publicamente os fuzilamentos.

291 DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 18/7/1998.

“lusófona”, reconheceriam e contribuiriam para a legitimação da participação da CPLP na mediação do conflito.

Com efeito, a mediação diplomática tornar-se-ia um espaço concorrencial a partir da entrada da Comunidade de Estados da África Ocidental (CEDEAO), à qual a Guiné pertencia bem como os seus aliados, nas negociações entre “Nino” Vieira e Ansumane Mané. A CEDEAO argumentava que, tratando-se, a guerra na Guiné-Bissau, de um “problema africano”, deveriam ser as organizações multilaterais da região a resolvê-lo. A mediação africana seria finalmente reconhecida como primordial, tendo o devido mandato da ONU. A CPLP e a CEDEAO realizariam um acordo, em Agosto de 1998, para concertar posições, o que permitiria à primeira ainda assim acompanhar o processo negocial.

Entre alguns diplomatas portugueses, os países vizinhos da Guiné-Bissau, na sua maioria antigas colónias francesas, teriam “dificultado” a ação diplomática portuguesa, apesar de terem uma “boa imagem” de Portugal, associada aos contatos entre portugueses e os povos daquela África ocidental durante a expansão colonial portuguesa. Assim, as disputas com a CEDEAO eram atribuídas à ausência de investimento numa política externa que valorizasse aquelas relações. De acordo com um diplomata português que viveu em África durante o período final do colonialismo, que desempenhou cargos nas instituições públicas da “cooperação” e do quadrante político da “democracia cristã”:

(...) a parte portuguesa serviu bastante de rainha santa, não é, de procurar conciliar os irmãos desavindos. Esta ação foi muito dificultada por toda a envolvente francófona. Primeiro porque achavam que aquilo era um conflito africano não tinham que aparecer nenhuns portugueses, não tinham que aparecer europeus a decidir essa situação, primeira questão, e a segunda questão resultava que Portugal não tinha nenhuma presença junto de nenhum vizinho da Guiné Bissau (...). E isto é tanto mais de estranhar e de lamentar quanto a imagem de Portugal é extremamente favorável. Na zona do golfo da Guiné, desde a Costa do Marfim ao Gana, ao Togo, ao Benin e depois aos Camarões, há imensos lugares que têm nomes portugueses e as pessoas chamam sempre a atenção para isso, ah isso foram os portugueses que puseram, ah isso

foram os portugueses, e portanto a imagem é uma imagem muito positiva que nós nunca exploramos devidamente (...). (Homem, diplomata aposentado, entrevista em Portugal)

Rapidamente, as disputas pelo protagonismo na guerra, e na paz, na Guiné-Bissau foram apresentadas como o retomar de lutas coloniais pelo domínio de posições estratégicas na África ocidental, agora opondo a “lusofonia” e a “francofonia”. O presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, receava então que a relação de Portugal, aparentemente distante, com “Nino” Vieira, aproximasse a Guiné-Bissau da francofonia, reconhecendo a importância de estar ao lado dos vencedores do conflito.

Almeida Santos, dirigente do Partido Socialista, afirmava que:

*(...) tudo depende dos resultados do atual conflito, mas o fato de a Guiné estar enquadrada entre dois países francófonos (Senegal e Gâmbia) e ter como opção monetária o franco francês, estabelece uma alternativa às relações com Portugal*²⁹².

Tais preocupações foram, contudo, desvalorizadas pelo Secretário de Estado da Cooperação, do mesmo partido, que afirmava, sobre a relação entre Portugal e a França durante a guerra na Guiné-Bissau, *não estamos em competição mesquinha*²⁹³. O desenrolar do conflito seria favorável à Junta Militar. A partir do terreno, os diplomatas portugueses foram “percebendo que a guerra estava perdida” e que as “pessoas estavam contra Vieira”. Do ponto de vista militar, as tropas fieis ao Presidente estavam cercadas, apesar do apoio militar externo. Noticiava-se, em Novembro de 1998, que “Nino” Vieira eram um “*Presidente sem povo*” e que a oposição e a sociedade civil exigiam a saída dos militares senegaleses²⁹⁴.

Entre Agosto de 1998 e Maio de 1999 foram realizados, quebrados, renegociados, diversos acordos de “cessar-fogo” e “de paz”. Em Dezembro de 1998, foi formado um Governo de Unidade Nacional, liderado por Francisco Fadul, com representantes dos dois lados do conflito com o objetivo de preparar o país para novas eleições. A

292SANTOS, António Almeida. *Público*, 20/6/1998.

293 AMADO, Luís. *Público* 60/6/1998.

294CASTANHEIRA, José Pedro. “Um Presidente sem povo”. *Expresso*, 21/11/1998.

“manutenção da paz” seria assegurada por uma força militar de países da CEDEAO, a ECOMOG. Mas o impasse entre “Nino” Vieira, e seus aliados, e a Junta Militar sobre a saída de tropas estrangeiras que apoiavam o Presidente e a dimensão do contingente da ECOMOG atrasaria a posse do novo governo, mantendo-se tensões e desconfianças entre os beligerantes que resultariam em enfrentamentos ocasionais.

Em Fevereiro chegaram, à Guiné-Bissau, os primeiros militares da ECOMOG. Em Abril e Maio de 1999, a situação vivida no país era apresentada, pelas entidades estrangeiras, como estando em “transição”, perspectivando-se o fim da guerra. Realizaram-se então conferências internacionais sobre a “reconstrução da Guiné-Bissau” e uma “Mesa Redonda”, em Genebra, para mobilizar fundos para o país. Todavia, a solução para o conflito não seria “diplomática” mas militar, encerrando-se as hostilidades com o assalto final da “Junta” à cidade de Bissau, em 7 de Maio de 1999, que provocaria a capitulação de “Nino” Vieira. Encerrava-se assim, a favor do primeiro-ministro Fadul e da “Junta Militar”, a disputa sobre a presença de militares estrangeiros no país. Portugal alinharia com o primeiro-ministro guineense, temendo que a presença de um contingente militar de países africanos, francófonos, “colocasse em causa a soberania da Guiné-Bissau” e a sua “especificidade identitária” como único país de língua portuguesa da região (SILVA, 2014). A França estaria ao lado de Vieira e dos responsáveis da ECOMOG, que demandavam apoio internacional para um amplo dispositivo militar no território bissau-guineense.

Em Maio de 1999, a Junta Militar “venceria” a guerra. No assalto final a Bissau, capturou alguns soldados franceses e “Nino” Vieira, que se encontrava no Centro Cultural Francês. Após negociações com os militares da “Junta”, o Presidente e os soldados franceses foram evacuados por militares portugueses. Algum tempo depois, o Presidente da Guiné-Bissau foi recebido em Portugal, após ter sido aceite o seu pedido de asilo político, uma decisão contestada por movimentos ligados aos “direitos humanos” na Guiné-Bissau, incluindo pelas autoridades religiosas locais, que demandavam a possibilidade de um julgamento que responsabilizasse “Nino”. Na senda do ataque e destruição do Centro Cultural Francês, os franceses conseguiriam a condenação, pelas instituições internacionais, do assalto final a Bissau, intervindo junto da União Europeia (UE) para a suspensão dos fundos europeus para a Guiné-Bissau. A “cooperação” da UE seria retomada em Julho de 1999. Mas simbolicamente, as imagens de soldados franceses a serem escoltados por portugueses representava a vitória da “lusofonia”.

A guerra de 1998/1999 na Guiné Bissau, apresentou-se como uma oportunidade para o Estadoportuguês demonstrar “empenhamento” na “defesa da língua” como recurso geoestratégico e de afirmação da recém-criada CPLP no espaço concorrencial da “cooperação internacional”. Todavia, o balanço da intervenção portuguesa no conflito, feito por diplomatas, militares, políticos e intervenientes do setor da “cooperação para o desenvolvimento” revela lógicas distintas no modo de entender a reconfiguração das relações exteriores do país, em particular com as suas antigas colônias africanas.

Uma das lógicas, sustentada pelo então embaixador de Portugal na Guiné-Bissau (SILVA, 2014, p. 476-477), assenta na ideia de que colonialismo português “não concluiu a sua missão”, ou seja, “não conseguiu implantar estruturas estatais na Guiné-Bissau”. Após a descolonização, os bissau-guineenses demonstravam “incapacidade para constituir um Estado-nação”, mantendo-se “divididos pela diversidade étnica”, mas agora a presença portuguesa seria necessariamente contingente. O “regresso a África” não é mais possível.

Uma segunda lógica expressa o modo como as relações pós-coloniais combinam argumentos “humanitários” e “diplomáticos” para legitimar o “regresso a África”, apesar do reconhecimento das “soberanias nacionais”. Segundo o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama²⁹⁵, a descolonização representou também a “libertação de Portugal”. Tratando-se de “Estados soberanos”, as relações pós-coloniais são parte do conjunto das relações internacionais.

De acordo com os militares portugueses que participaram da missão enviada para a Guiné-Bissau, a intervenção na guerra de 1998/1999 foi algo “inédito” e uma “demonstração da capacidade político-diplomática e militar” de atuação, de modo autônomo, em situações de conflito. Essa demonstração constituiria um “motivo de orgulho nacional”(RODRIGUES & SANTOS, 2007). O mesmo tipo de lógica é apresentado por um então funcionário público, do setor da “cooperação para o desenvolvimento”, em relação à CPLP, entendendo a intervenção da instituição na guerra na Guiné como uma “prova da relevância daquela organização” em questões que ultrapassam a “defesa da cultura e da língua”, revelando assim a diversidade de interesses atribuídos àquele tipo de estruturas(ZEFERINO, 2005).

A justificação da atuação de Portugal durante a guerra na Guiné-Bissau apresenta-se assim permeada por lógicas diversas, por vezes opostas, que revelam as disputas pós-coloniais entre críticos e

295Entrevista com Jaime Gama, 28 de Novembro de 2016, Lisboa

defensores da descolonização formal (seus intervenientes, processo, decisões). Assim, os “problemas dos países africanos” no período pós-independência são entendidos por uns como resultado da “interrupção” do processo de “transferência das instituições europeias” enquanto para outros são responsabilidade exclusiva dos Estados africanos “independentes”. Ambas as perspectivas procuram definir os termos de interpretação do passado e das relações pós-coloniais.

Após a independência formal, a reconfiguração das hierarquias abriria lutas entre os guineenses com posições dominantes / dominadas durante o colonialismo, particularmente pela atuação de “Nino” Vieira que, a partir de 1980, questionaria a identidade guineense e a legitimidade política daqueles com antepassados europeus, habitualmente com maiores recursos escolares, sociais e econômicos. A “cooperação internacional” interviria nessa disputa permitindo a ambos os lados aceder a capitais e apoios noutros países. Esse processo favorecia a criação de alianças fora do antigo espaço colonial, por exemplo, no espaço soviético, na China ou em Cuba, na Europa ocidental ou no continente americano, abrindo disputas pela reconversão dos capitais mobilizados no exterior no contexto nacional.

As perspectivas dos militantes das ONG bissau-guineenses sobre o papel do Estado português no conflito revelam que, apesar do discurso de “promoção da paz”, as lógicas de avaliação daquele processo não podem ser dissociadas das posições dos agentes no espaço político e social e da prevalência de critérios morais / humanitários ou políticos / interessados.

A “ação humanitária”, prestada pelo Estado português, é valorizada por uma empreendedora de uma ONG bissau-guineense, refugiada em Portugal e crítica de “Nino” Vieira, com antepassados portugueses, guineenses e cabo-verdianos, com um itinerário de militância na “esquerda” durante os anos 1970. Ela lembra que:

Então houve gente de direita e de esquerda que se juntou na diplomacia para a paz na Guiné Bissau. (...) Sentíamos, quando havia histórias que apareciam na televisão, da Guiné, etc, havia empatia. (...) Toda aquela organização que foi feita através do Ministério da (...) Solidariedade para encontrar aqueles fundos, para dar-nos autorização de vivermos, para termos acesso à segurança social, as crianças, nossos filhos, irem para a escola serem aceites (...) para entrarem na escola, para nós termos, eu recebia, recebia um

subsídio por mim, pelos meus dois filhos (...).(Mulher, ex-liderança de ONG guineense, consultora, entrevista na Guiné-Bissau)

A dimensão política / diplomática da atuação dos portuguesesé, contudo, questionada, sendo entendida como parcial. São apresentadas críticas em relação ao papel de do Estado português, por um empreendedor de uma ONG bissau-guineense, que fez o seu itinerário de estudos na Guiné-Bissau, na União Soviética e na França, e que permaneceu no país durante o conflito armado. Segundo ele, as duas partes em conflito eram “equivalentes” e a aproximação a uma delas pelo governo português, não favoreceu a “resolução do conflito”:

(...) o governo português na altura, como tinha muita raiva do general 'Nino', nem sequer orientou-se bem daquilo que apoiava. Jogou um papel muito negativo no conflito de 98. Acreditou naquilo que estava a apoiar, não sabia que era um conjunto de podridão que estava aí, que podia criar ao país problema para todo o tempo. O Nino tinha seu problema, mas não é (...) com problema que se resolve problema (...) e esta situação é a que está, que continua a perpetuar na Guiné (...). (...) [O] representante de ECOMOG na altura, quando apresentou o projeto de continuação da ECOMOG na Guiné Bissau, como força de interposição, o primeiro governo da Guiné Bissau esteve contra (...)e teve como aliado nessa, Portugal, o representante de Portugal, que estava também na sala, que achava na altura que não havia necessidade de continuar com essa força porque a guerra já tinha acabado, quando na verdade a informação que nós tínhamos, porque também nós estávamos aqui no terreno(...). Então, a guerra não tinha acabado, então na mesa redonda, quem representava o governo da Guiné Bissau não quis associar-se a esse projeto de continuação de ECOMOG, e o governo de Portugal foi da mesma... água (...). Saímos da sala da reunião, (...) estávamos ainda no aeroporto, começou a sair letreiro (...) que a guerra se retomou na Guiné. (...). (...) E foi aí o último assalto da Guiné, que destruiu toda a mesa redonda. Os doadores que estavam lá retiraram a simples declaração de intenção e acabou aí, o

fundo nunca mais veio para a Guiné até hoje.
(Homem, ex-liderança de ONG bissau-guineense,
funcionário público, entrevista em Portugal)

A dinâmica de negação / afirmação de interesses na atuação dos Estados em “boas causas” além fronteiras, e a sua percepção pelos agentes nos países, nesse caso, pelos militantes de ONGs bissau-guineenses, está assim associada às suas posições no espaço social, às dinâmicas de aliançase à reconversão dos recursos internacionais nas lutas políticas nacionais. Durante a guerra, a legitimação de tais alianças parece assentar na articulação entre repertórios de atuação “humanitários” e “políticos/diplomáticos”, combinando discursos “universalistas”, centrados em valores morais como a “paz”, o “humanismo” ou o “diálogo” (plano internacional) e de “defesa de interesses” como a “proteção da lusofonia” (plano nacional).

II. A “REDE DE SOLIDARIEDADE COM A GUINÉ-BISSAU”

1 Aliados, adversários e outros

A compreensão de coalizões entre militantes e organizações de vários países requer o estudo do processo de sua constituição, sobretudo das condições que permitem a difusão além-fronteiras de determinada “causa”. Entendendo que a emergência e configuração da “Rede de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau”, a partir da “Plataforma Portuguesa das ONGDs” indica o estado de estruturação das relações sociais no espaço da militância pela “cooperação solidária para o desenvolvimento” no final da década de 1990, em Portugal, essa configuração apenas se torna inteligível a partir de um recorte geográfico e temporal que considere a evolução de relações das ONGDs portuguesas com a Guiné-Bissau. Assim, é fundamental perceber a posição daquelas organizações portuguesas no espaço cooperativo e concorrencial, das ONGs nacionais e estrangeiras engajadas na “no desenvolvimento da Guiné-Bissau”, e suas mudanças ao longo do tempo. Para tal, importa adentrar e recortar o associativismo pós-colonial na Guiné-Bissau e suas interações com o exterior, em particular com Portugal, após a independência do país do colonialismo português.

Todavia, é necessário lembrar que a esfera do associativismo na Guiné-Bissau, apresenta-se historicamente diversa, não se limitando às organizações não-governamentais, sendo caracterizado por modulações próprias, associadas ao percurso do país e aos diversos

grupos étnicos e religiosos que o habitaram ao longo do tempo, podendo ser identificadas formas de organização coletiva variadas, quer nas áreas rurais quer nos centros urbanos²⁹⁶.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a “solidariedade com luta de libertação das colónias portuguesas”, em particular na Guiné-Bissau, apresentou-se como “causa” mobilizadora em diversos países europeus. Associações, movimentos “internacionalistas” de pendor socialista e “anticoloniais”, ONGs humanitárias, de vários países europeus foram interlocutores de Amílcar Cabral e do grupo de militantes encarregues da diplomacia do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC). Durante a guerra nas então colónias portuguesas, militantes europeus “anticoloniais” deslocaram-se às “zonas libertadas”, e algumas ONGs estrangeiras abasteceram de bens de primeira necessidade as regiões que já estavam sobre o controle do partido.

Nesse período, o PAIGC recorreu, para além da mobilização das populações no interior da Guiné-Bissau, a estratégias de bumerangue (KECK & SIKKINK, 1998), recorrendo a redes de relações além-fronteiras para mobilizar recursos e aliados para a “causa” e assim alterar a relação de forças a seu favor na luta contra o colonialismo português²⁹⁷. A estratégia foi bem sucedida, tendo contribuído para o reconhecimento internacional, por mais de 80 países, da independência unilateral, proclamada pelo partido em 24 de Setembro de 1973, ainda durante a guerra. Um ano depois, com o fim da ditadura portuguesa e a conclusão das negociações para terminar o conflito, a Guiné-Bissau tornar-se-ia uma nação soberana e membro das Nações Unidas, em 17 de Setembro de 1974. Após a independência, o financiamento externo, o acesso a relações e a potenciais aliados na “cooperação internacional”, apresentavam-se como recursos relevantes nas lutas no espaço nacional como lembra Forrest (1987).

Mas a direção das estratégias de bumeranguee principalmente, a sua direção, apresentam-se complexas. A ideia de bumerangue no ativismo além fronteiras refere-se, na sua concepção inicial de Keck e Sikkink (1998), a processos em que militantes de países “em

296Ver por exemplo, CARDOSO, Carlos. “Sociedade civil, espaço público e gestão de conflitos: o caso da Guiné-Bissau”. *12ª Assembleia Geral CODESRIA*, CODESRIA, 2008.

297Para uma análise minuciosa das relações internacionais do PAIGC e da estratégia diplomática de Amílcar Cabral de SOUSA, JULIÃO S. *Amílcar Cabral (1924-1973). Vida e morte de um revolucionário Africano*. Edição do autor. 2016.

desenvolvimento” buscam recursos nos países “desenvolvidos” e nas instituições internacionais, para influenciar as lutas que travam nos seus contextos de origem. Todavia, tal como demonstra Pallas (2016), o percurso oposto também ocorre, ou seja, ONGs de países “desenvolvidos” por vezes com recursos da “ajuda ao desenvolvimento”, exportam “causas” para os “países em desenvolvimento” fazendo regressar o bumerangue, com legitimidade e recursos para melhorar a sua posição nas arenas internacionais.

A presença de ONGs dos países “desenvolvidos” no chamado Terceiro Mundo não pode ser dissociada do incremento da participação daquela categoria de organizações nos espaços internacionais do âmbito da “ajuda ao desenvolvimento” e do acesso a recursos. Aquela sigla tornar-se-ia reconhecida por todo o mundo, no final da década de 1990, (KALDOR, 2003) estando associada a “causas sem adversários” como a “ajuda humanitária”, o “desenvolvimento”, os “direitos humanos”, ou “democratização”. Mas as relações e os símbolos que mediarão os processos de exportação e importação daquela “categoria” apresentam continuidades e mudanças entre o período colonial, as “lutas de libertação”, a instauração de sistemas de partido único, e a abertura política.

2 Percursos das ONGDs portuguesas no espaço multi-organizacional da “cooperação” na Guiné-Bissau: “solidariedade internacional” durante o monopartidarismo (1974-1990)

Na Guiné-Bissau, as relações com os atores da “cooperação internacional” no período logo após a independência, foram favorecidas pelo “prestígio internacional do PAIGC” e a imagem de “moderação” dos dirigentes políticos do país, em particular de Luís Cabral, que optaram por uma política internacional de “não-alinhamento”, atraindo agências multilaterais e bilaterais para “ajudar ao desenvolvimento”, quer do bloco socialista quer dos países capitalistas. Pedro Pires, delegado do PAIGC, afirmava, aquando da cerimônia de reconhecimento da independência por Portugal, que a Guiné-Bissau se manteria “estritamente não-alinhada” e que, apesar da “necessidade de ajuda externa”, esta teria de ser prestada “incondicionalmente”²⁹⁸. Aquele partido governaria o país num sistema monopartidário de inspiração socialista até 1994, altura em que se realizaram as primeiras

eleições. Todavia, a relação do PAIGC com as ONGs estrangeiras é anterior a 1974, remontando ao período da “luta de libertação”, e estas organizações seriam autorizadas a atuar no país desde o reconhecimento da soberania nacional e a formação do primeiro governo.

Passados os primeiros anos de “euforia” com as independências africanas, incluindo da Guiné-Bissau, a “comunidade internacional” foi perdendo interesse no país e surgiram as primeiras críticas de *experts* estrangeiros às opções do governo, quer no que respeita aos resultados da política econômica, quer à ausência de liberdades políticas, repressão e violência contra opositores, após as primeiras execuções de indivíduos acusados de conivência com o regime colonial ou de oposição ao regime (CRAVO, 2011, p. 14). Em 1980, o presidente Luís Cabral foi derrubado por um golpe de estado militar, liderado por João Bernardo “Nino” Vieira, que encerraria a união política entre Cabo-Verde e a Guiné-Bissau, desenhada durante a “luta anticolonial” por Amílcar Cabral. O golpe foi recebido com apreensão pelos “observadores externos” do país, que o entendiam motivado por questões de base étnica, principalmente a presença de indivíduos de origem cabo-verdiana, “mestiços”, em postos-chave do governo (CRAVO, 2011, pp. 16-17).

Quando “Nino” Vieira chegou ao poder, a “ajuda ao desenvolvimento” passava já por um período de transformação. Ao longo dos anos 1980, os pressupostos orientadores da disciplina da Economia do Desenvolvimento, desde meados dos anos cinquenta, de influência keynesiana, - a liderança do Estado nos “esforços de progresso” dos “países em desenvolvimento”, a planificação e a industrialização – foram então abandonados pelas principais instituições internacionais, defendendo-se que o livre funcionamento dos mercados, com a menor intervenção possível dos Estados, promoveria a eficiência na afetação dos recursos e o crescimento econômico (HODGE, 2015). O conjunto de políticas preconizadas pelos “financiadores” da “ajuda ao desenvolvimento” foram sistematizadas na denominação “Consenso de Washington” (GORE, 2000).

Com efeito, a Guiné-Bissau, e as restantes antigas colônias portuguesas na África tornaram-se países independentes numa conjuntura internacional marcada pela Guerra Fria e pela eclosão de crises econômicas internacionais, os “choques petrolíferos” e as subsequentes “crises da dívida”, que interromperam o período de trinta anos de crescimento econômico subsequente à Segunda Guerra. As condições de acesso a recursos financeiros por aqueles países foram-se deteriorando alguns anos após a independência, processo que colocou os

dirigentes de grande parte dos países africanos, incluindo da Guiné-Bissau, perante a necessidade de recorrer a empréstimos do Fundo Monetário Europeu (FMI). Esta organização condicionaria o financiamento à introdução de medidas de desagregação do pendor socialista de muitos desses Estados, num período de constrangimentos econômicos e reformas no bloco soviético. Segundo um militante bissau-guineense do PAIGC, desde os anos 1960, que ocupou o cargo de Ministro em vários governos entre os anos 1970 e 1990:

(...) Eu penso que foi o partido, aí que começamos a ver que o partido precisava de mudar. Havia ideias do Cabral que não estavam a ser aplicadas. (...) Pode-se pôr o problema de se nós fomos influenciados pelas mudanças, sobretudo na URSS, com a Perestroika, mas de qualquer maneira nós já estávamos preparados, não foi difícil que aderissemos àquela abertura que se estava a processar nos países do Leste. Como dizia Amílcar Cabral, nós não somos comunistas (...). (Homem, liderança do PAIGC, ex-ministro, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

No início da década de 1980, as promessas de reformas econômicas e políticas apresentadas pelo Presidente “Nino” Vieira em particular a redução do centralismo do Estado e a abertura econômica, “aproximavam” o país das posições defendidas pelos principais atores do setor da “ajuda ao desenvolvimento”, as agências multilaterais e os financiadores bilaterais, em particular os países mais industrializados do ocidente. A sinalização do interesse, pelo governo bissau-guineense, em aproximar-se do modelo econômico liberal, e do ocidente, foi bem recebido, tendo-se iniciado, em 1983, um “Plano de Estabilização” que preconizava a introdução de medidas de abertura ao investimento externo, de liberalização do comércio e de ajuste das finanças públicas, visando assim reduzir as despesas e a centralidade do Estado na vida econômica do país (SANGREMAN, 2003). Com o propósito de mobilizar financiamento internacional para aquelas políticas, o governo da Guiné-Bissau realizou em Lisboa, em 1984, uma “mesa redonda de doadores”²⁹⁹ com instituições internacionais e outros Estados. Refletindo o “regresso do optimismo internacional” com o rumo do país, um ano depois, a revista portuguesa *Atualidade e Cooperação*

299 Mesa Redonda, Lisboa, 21-24 de Maio de 1984

Econômica considerava 1985 como *ano da esperança* para a Guiné-Bissau³⁰⁰.

Abriu-se-ia, com as mudanças institucionais visando a redução do centralismo do Estado e o discurso sobre a “eficácia” da cooperação internacional no “desenvolvimento” dos países, a oportunidade política³⁰¹ para que as ONGs robustecessem sua posição no setor da “cooperação solidária” na Guiné-Bissau. Com efeito, na “mesa redonda de doadores” participaram, para além dos financiadores bilaterais e multilaterais e diplomatas, uma dezena de organizações não-governamentais de vários países, tendo sido o CIDAC e a Fundação Calouste Gulbenkian as únicas entidades não-estatais portuguesas (uma ONG e uma Fundação) presentes. O convite a ONGs estrangeiras para participarem, como “observadoras”, num espaço de negociação de grande relevância para o país, constitui um indicador da importância atribuída àquelas organizações no contexto das transformações sociais e económicas em curso nos países sujeitos a Programas de Ajustamento Estrutural (PAE). Para o então ministro Bartolomeu Simões Pereira, economista, formado em Portugal, a presença daquelas organizações nas reuniões: *visava uma política de cooperação com as ONG eficaz e bem sucedida*³⁰². Nesse sentido, foi assumido o compromisso de realizar uma conferência com todas as ONG estrangeiras com “relações de cooperação” com a Guiné-Bissau.

Foi criada uma agência estatal em 1984/1985, a SOLIDAMI, com a função de mediar as relações entre “a ajuda não-governamental” e o governo bissau-guineense. A criação da SOLIDAMI reconhecia e antecipava, a valorização do papel das organizações não-governamentais perante o recuo do Estado, apresentado como “demasiado centralizador” e “responsável pela situação de crise socioeconómica”. Segundo uma empreendedora de uma das primeiras ONG bissau-guineenses, com relações com ONG estrangeiras da “solidariedade” desde a década de 1970, e participante do processo de importação daquela categoria para a Guiné-Bissau:

300ACTUALIDADE E COOPERAÇÃO ECONÓMICA. "Guiné-Bissau: 1985 – o ano da esperança", *Atualidade e Cooperação Económica*, nº18, Março / Abril, Atualidade Editora, 1985.

301Na senda de Kriesi (2004, p. 72) entende-se a oportunidade política na sua dimensão institucional e cultural, considerando-se as condições políticas e simbólicas de emergência das ONG.

302 PEREIRA, Bartolomeu. “Guiné-Bissau: 1985 – o ano da esperança”. *Atualidade e Cooperação Económica*, nº18, Março / Abril, Actualidade Editora, p. 31, 1985.

(...) E quando se deu essa ideia, começou com a questão do ajustamento estrutural, e... da privatização, foi apoiado não só pelo Banco Mundial mas também pelo USAID em particular, houve muitas coisas que aconteceram naquela altura. Então, quem estava no Plano, havia sempre aquela visão herdada da economia planificada, sabermos quais são os meios que nós temos para nós podermos planificar (...). O Bartolomeu foi um dos quadros novos do PAIGC, depois da independência, muito criativo (...) então nesse trabalho ele tentou saber não só as ajudas que vêm pelas agências bilateral, multilateral, mas essas ajudas que vêm da cooperação não-governamental. E para poder criar o serviço que faz, se debruça sobre este setor da ajuda portanto, ele criou, mas só que ele não criou sozinho, criou com gente de ONG, que conhecem mais o mundo de ONG, dessas ONG que até tinham tradição desde o tempo da luta armada, OXFAM, CIDAC (...) a INTERPARES já tinha, porque eram organizações que naquela altura, era uma altura muito da militância, que correspondia, apoiava-se os grupos armados porque era uma das formas de poder libertar povos oprimidos e então muitas vezes era uma diplomacia que era feita na sombra, que criava oportunidades para os líderes que estavam a tentar abrir o campo diplomático e também o campo para o reconhecimento do Estado (...) era gente também que ajudava a encontrar meios para financiar algumas coisas que não eram da vertente armada como por exemplo a educação, como por exemplo a saúde. Por exemplo, a INTERPARES canadiana já financiava escolas, que eram as escolas do mato. E a OXFAM também. O CIDAC tinha coisas que fazia (...)entre os holandeses, alemães, havia (...) os Comitês Eduardo Mondlane, Comitês Amílcar Cabral, havia estes grupos que apoiavam muitas vezes malta que estava nas universidades, malta intelectual, que lia, que sabia, e que tinha uma forma de prestar solidariedade e havia grupos que faziam isso. Então tem muita raiz nisto (...) que estas pessoas depois, ou já estavam ou

encontram-se no quadro de organizações não-governamentais e têm os bons contatos com as pessoas com quem fazer, continuar, em tempos de paz fazer isto. Então o Bartolomeu aproveitou isso também (...). Então marcou-se que havia uma conferência que se ia fazer das ONG. Para fazer a conferência tinha que haver um serviço, fazia parte da estratégia de cooperação não-governamental que o governo da Guiné Bissau ia apresentar. Então era um 'bargaining'(...) que se fazia onde (...) vocês dão informações onde estão, o que é que fazem, quantidade de ajuda que canalizam, nós cedemos essa informação a toda a gente, facilitamos a concertação e facilitamos a vossa vida para não terem que estar a lidar com 'N' departamentos (...) esta conferência era mostrar um bocadinho, esta é a situação da cooperação não-governamental, estas são as orientações que nós estamos a levar, esta é a instituição encarregue de fazer isto, foi essa a primeira conferência das ONG (...). (Mulher, ex-liderança de ONG guineense, aposentada, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

Em face das transformações geoestratégicas que alteraram o campo político e econômico, nacional e internacional, o processo de exportação/importação de modelos econômicos e políticos, a “liberalização econômica” ou a “colaboração entre Estado e ONG” para os países do Sul, foi mediado pela circulação internacional de indivíduos que adquiriram capital internacional (títulos universitários, conhecimento de línguas estrangeiras, contatos, reconhecimento social) atuando depois, no seu contexto nacional, para tornar determinadas opções, construídas noutros lugares, “aceitáveis” (DEZALAY; GARTH, 2000, p. 165-166). No caso da categoria “ONG”, a valorização do seu papel na “ajuda o desenvolvimento” na Guiné-Bissau reflete o estado do campo de forças na Economia, em que a crítica ao Estado se tinha tornado central no pensamento econômico. A formação e circulação internacional dos novos quadros bissau-guineenses num período de emergência da crítica à economia centralizada favorecia a sua aproximação aos modelos institucionais que as tornavam em “parceiros”.

A legitimação da atuação das ONGs na Guiné-Bissau combinaria elementos da “luta anticolonial”, da “solidariedade terceiro-

mundista” e da ideia de “eficácia”. O engajamento na “luta anticolonial” por parte de ONGD estrangeiras seria lembrado nas primeiras reflexões realizadas por dirigentes e instituições estatais bissau-guineenses sobre o tema, no país (CARDOSO, 1985; SCHAAP, 1987). Esse capital de relações e de legitimidade de grupos e organizações estrangeiras “solidárias” com a “causa” da “independência” tornou-se, no período pós-colonial, num argumento “a favor” da intervenção de organizações de “ajuda não-governamental” no país. O passado daquelas organizações era entendido como “demonstração do engajamento com o internacionalismo solidário” e fonte de relações de confiança com os técnicos e dirigentes estatais. Mas as ONG eram também apresentadas como “mais eficazes”, argumento que seria o fio condutor do investimento numa agência para “coordenar” a relação do Estado bissau-guineense com as ONG, introduzindo-se assim, na “solidariedade internacional”, práticas e lógicas da administração e da economia.

Em Novembro de 1985, a SOLIDAMI realizou, em Bissau, a primeira Conferência de ONGs com “relações de cooperação no país”, reunindo cerca de 50 participantes da Europa, Estados Unidos e Canadá e onde estiveram presentes, para além do CIDAC, mais três membros da recém-criada Plataforma Portuguesa das ONGD (em Março de 1985), a Caritas, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED) e o Instituto Democracia e Liberdade (IDL).

No primeiro relatório de recenseamento da chamada “ajuda não-governamental” na Guiné-Bissau refere-se a existência de cerca de 20 ONGs estrangeiras no país em 1982 (SCHAAP, 1987). No espaço nacional, o PAIGC enquadrava todos os setores sociais guineenses em organizações de massas sobre a sua alçada – as crianças, os jovens, as mulheres, trabalhadores... Em 1987, já após a criação da SOLIDAMI, foram identificadas sessenta ONGs estrangeiras com atividades de cooperação no país. Entre as 60, estavam 3 ONGs portuguesas, a Assistência Médica Internacional (AMI), o CIDAC e a Caritas, representada através da Caritas Guiné-Bissau. Para o ano de 1988 previa-se a entrada de outra ONG portuguesa, o Instituto Luso-Africano para o Desenvolvimento e Atividades da População (ILADAP). Referia-se também, no que respeita a organizações portuguesas, o “apoio técnico” da CoopÁfrica na elaboração de uma lei sobre cooperativismo. Ou seja, são referenciadas relações com 5 ONGDs portuguesas, em meados da década de 1980, o que representa um número reduzido quando comparado ao de outros países.

A Itália era o país com mais ONGs na Guiné-Bissau naquele período. Ainda durante o colonialismo português, foi acordada a

possibilidade de ordens religiosas católicas, de outros países, entrarem na Guiné-Bissau, mediante avaliação e aprovação prévia do Estado Novo, após a assinatura da Concórdia nos anos 1940. Esse acordo permitiu a religiosos italianos, nomeadamente através do *Pontificio Istituto Missioni Estere* (PIME), atuarem na Guiné, participando da criação de missões, escolas e hospitais no interior do país, a partir do final da década de 1940 (REMA, 1982), e que se manteriam após a independência, apesar de alguma instabilidade, nos seus primeiros anos, na relação entre a Igreja Católica e o PAIGC. Essas missões seriam também fundamentais na mobilização de leigos a partir do espaço religioso italiano e de ONGs confessionais. Não estavam registadas na Guiné, em meados dos anos 1980, ONGs católicas portuguesas para além da Caritas Portuguesa. Tal indica a distância da Igreja portuguesa, quer dos religiosos quer dos leigos, na primeira década após o período das independências 1974/1975, em relação às dinâmicas internacionais do “desenvolvimentismo católico”. Países como a Holanda, a França, a Bélgica e a Alemanha surgiam também destacados no que respeita ao número de ONGs na Guiné-Bissau nos anos 1980.

Para além da recolha e apresentação de dados estatísticos, o primeiro estudo da SOLIDAMI, da autoria de um *expert* expatriado, Schaap, (1987) visava atribuir sentido à presença de ONGs estrangeiras no país. Estas organizações eram apresentadas como “criação” de alguns países da Europa Ocidental (Alemanha, Inglaterra, Bélgica, países escandinavos, Holanda) e do norte da América (EUA e Canadá) no século XIX. Segundo ele, existiriam dois tipos de ONGs, aquelas de pendor caritativo/humanitário que prestavam auxílio aos pobres e as de pendor político/de inspiração socialista que eram “solidárias com os trabalhadores” e os “pobres”. As suas origens, atribuídas às missões religiosas nos antigos territórios coloniais e posteriormente, à influência do “internacionalismo de inspiração socialista”, explicariam a existência daqueles dois tipos de ONGs (SCHAAP, 1987).

Aquela distinção determinaria também diferenças na mobilização de recursos na medida em que, numa primeira fase, as organizações não-governamentais eram financiadas por “*donativos de igrejas e comunidades religiosas*” e as ONG de “solidariedade internacionalista” por “*donativos recolhidos na base de grupos políticos ou de solidariedade internacional*” (SCHAAP, 1987, p. 3). Todavia, a partir das décadas de 1960/1970 aquelas organizações passaram a aceder a fundos públicos para “pequenos projetos”. Essa transformação no modo de financiar a atividade internacional das ONGs dos países ocidentais seria explicada “*pela capacidade de elaboração e execução*

de pequenos projetos ao nível da base do que a ajuda bilateral e multilateral” defendendo-se contudo que, apesar do financiamento estatal, as ONGs mantinham inalteradas as suas “leis e formas de gestão” sendo sempre elas quem decidia “o tipo de projetos a financiar ou a apoiar” (SCHAAP, 1987, p. 4).

As ONGs estrangeiras intervenientes nos países “em desenvolvimento” apareciam assim como “preocupadas com a ajuda aos pobres”. Segundo o autor, suas motivações eram religiosas e/ou políticos, considerando essa distinção entre “ONG políticas” e “ONG confessionais” um elemento-chave da história da sua participação na “cooperação solidária” (SCHAAP, 1987, p. 3). Todavia, o “religioso” e o “político” surgem entretrecidos nas transformações da “causa” da “cooperação para o desenvolvimento” em particular a partir da emergência dos movimentos “anticoloniais” e do “terceiro-mundismo”. A “cooperação solidária” interligou argumentos religiosos / cristãos aos de várias vertentes do socialismo, de que são exemplos o “catolicismo progressista” e a Teologia da Libertação. O “pobre” era entendido como “vítima do capitalismo” e o Terceiro Mundo “vítima do sistema capitalista global”. Outros argumentos surgiam também entrelaçados, por exemplo, a ideia de “proximidade à comunidade”, defendida como método de evangelização por missionários nos territórios colonizados, era agora associada à “eficácia” na implementação de projetos “de desenvolvimento”. Com efeito, ao longo do seu percurso, organizações como a *Interchurch Organisation for Development Cooperation* (ICCO) ou o Conselho Ecuménico das Igrejas assumiram posições “políticas”, e as intersecções entre militância religiosa e política foram importantes na fundação de organizações de “cooperação solidária” como o CIDAC.

O primeiro estudo realizado no âmbito da SOLIDAMI (1987) oferece assim uma “definição da situação” no que respeita às ONGs estrangeiras no país e no sistema internacional de cooperação, entendendo-as como responsáveis pelo *avanço no Estado das relações Norte-Sul*, engajadas no *melhoramento da situação das populações do Terceiro Mundo*, não dependendo da *política interna do seu país* (SCHAAP, 1987, p. 4). As ONG estrangeiras eram assim movidas por “causas” e lógicas “altruístas”, distanciadas dos interesses dos seus países de origem, mas também “competentes” na “implementação de projetos”. Esse *frame* revela o modo como as organizações militantes próximas do “internacionalismo socialista” procuraram, numa conjuntura internacional de desvalorização da cotação do engajamento no campo da “esquerda”, como a da década de 1980, reconstruir as

bases de legitimidade convertendo-se à ideia de “eficácia” e de “projeto”.

2.1 A emergência das organizações não-governamentais bissau-guineense a diversificação dos interlocutores (1991-1998)

O processo de construção do reconhecimento social das ONGs estrangeiras na Guiné-Bissau esteve associado a um trabalho legitimação que as apresentava como “altruístas”, “autônomas do Estado”, “próximas das bases” e “eficazes”. Nesse sentido, a associação da categoria “ONG” a um conjunto de “virtudes”, valorizava a cotação da “causa” da “criação das ONG bissau-guineenses”. A importação formal daquela categoria, e o “apoio” à emergência de ONGs nacionais era também vista como uma forma de “distanciamento” das ONGs estrangeiras em relação aos governos do “Terceiro Mundo” num período de incremento das críticas à sua conduta. Com efeito, a “solidariedade terceiro-mundista” vinha sendo atacada pelas organizações “humanitárias” pelo que entendiam ser a sua “cumplicidade” com os governos do Sul, associada à motivações políticas. Estas entendiam que o papel das ONG estrangeiras deveria ser o de “testemunhas” dos “problemas dos países pobres” e “porta-vozes” das populações (SIMÉANT, 2014, p. 334), argumento que tornaria a “informação coletada terreno” central na intervenção das ONGs. Em 1985 / 1986, o processo de criação da SOLIDAMI pelo governo, com suporte de agentes diversos da “cooperação internacional”, coincidiu com a prisão de altas figuras do Estado, acusados de planejar um golpe contra “Nino Vieira, e do seu fuzilamento, apesar dos apelos do Papa, da Amnistia Internacional e de responsáveis políticos de outros países. Esses eventos, noticiados além-fronteiras expunham as ONG “solidárias” a críticas nos seus países de origem.

Com efeito, no final da década de 1980 e início de 1990, os regimes monopartidários iriam sofrer transformações em diversas partes do mundo. Na Guiné-Bissau, durante a transição para o regime multipartidário, entre 1990 e 1994, cidadãos guineenses empreenderam na criação das primeiras ONGs nacionais, tornando-se o setor que cresceu mais rapidamente no espaço associativo guineense (KOUAWO, 1996, p. 81). Durante a abertura política procedeu-se à alteração da Constituição, em 1991, que passou a garantir a liberdade de associação dos cidadãos, tendo sido criados partidos políticos, sindicatos e associações. Em 1992, foi criada legislação de enquadramento para as ONGs bissau-guineenses.

Naquele ano foram registradas pela SOLIDAMI, 12 ONGs nacionais e 63 estrangeiras, principalmente da Itália, França, Alemanha, Holanda, Bélgica e EUA. Existiam 3 organizações não-governamentais portuguesas com relações de cooperação na Guiné-Bissau, a AMI, o CIDAC e a Caritas Portuguesa. No ano seguinte, em 1993, o número de ONG guineenses quase duplicou, sendo registradas 23. As ONG estrangeiras mantiveram o número. Em conjunto, as ONG nacionais e estrangeiras na Guiné-Bissau já eram mais de 80. No caso de Portugal, a AMI deixou de estar contabilizada, sendo referidas apenas 2 organizações portuguesas no país.

A emergência das ONGs guineenses era apresentada pela SOLIDAMI como um: *marco importante no evoluir do espírito da nação, em direção a promoção dos valores universais e da solidariedade nacional* (SOLIDAMI, 1994, p. 8). A sua legitimidade assentava no: *trabalho direto com as populações mais desfavorecidas, a solidariedade consciente com a base* (SOLIDAMI, 1994, p. 8). Os seus principais repertórios de ação eram a “educação e sensibilização ao desenvolvimento” e a implementação de “micro-realizações auto-geridas” pelas populações constituindo, esse tipo de práticas, e “proximidade às populações”, elementos distintivos das ONG em relação ao Estado ou às agências de cooperação (SOLIDAMI, 1994, p. 8). Todavia, apesar da ideia de “participação” assentar no pressuposto de que as populações eram detentoras de conhecimento sobre suas “necessidades” e “soluções” para lhes dar resposta, retirando dos *experts* o monopólio do conhecimento, a integração da ideia de “participação” no discurso dos financiadores da “ajuda ao desenvolvimento tornou-a numa “técnica” que requeria o domínio de competências que as ONG deveriam adquirir (KOTHARI, 2005, p. 438). Nesse sentido, a SOLIDAMI constatava, em 1993, a: “necessidade de um maior profissionalismo nas nossas ações” perante a “explosão das ONG nos últimos dois anos”, promovendo para tal atividades de formação sobre: “identificação e formulação de projeto com metodologia participativa” (SOLIDAMI, 1993, p. 1).

Tornando-se uma categoria socialmente valorizada, grupos de militância ligados a partidos políticos bissau-guineenses, associações rurais impulsionadas pelas políticas de desenvolvimento rural do governo PAIGC ou organizações de assistência social de âmbito religioso, foram solicitando o estatuto jurídico de “ONG”. Também as ONGs estrangeiras iam criando “antenas” nacionais no âmbito dos projetos e que quando saíam do país, essas estruturas constituíam-se formalmente como ONGs, contribuindo para o crescimento do setor.

Segundo uma empreendedora de uma ONG bissau-guineense, que trabalhou na SOLIDAMI:

Naquela altura eram só ONG estrangeiras. Mas haviam aquilo (...) que depois viriam a se registar como ONG por exemplo, havia Caritas. Caritas trabalhava, tinha aqui a sua antena, a sua organização própria, estruturou-se e acabou por criar, porque tinha conveniência (...) para poder canalizar ajudas, em haver uma Caritas Guiné Bissau (...). Ainda durante o partido único. Havia por exemplo o 'Planning and Parental Federation', então eles vinham por causa do planeamento familiar. Era aquela altura que os americanos estavam muito preocupados com o número de filhos que a gente andava a ter (...) eles também, dentro da mobilidade internacional havia as antenas que criavam e acabavam por ficar (...). Depois havia uma coisa que era um bocadinho fora deste formato, por exemplo como a AMIC. A AMIC foi criada a partir de uma associação de massas que era (...) os Pioneiros Abel Djassi (...) quando aparece o quadro de criação das ONG nacionais, portanto, cortam a relação final com o PAIGC (...) e afirmam-se como organização não governamental (...). Estas ONG todas, acabam por ver, internacionais, que têm mais interesse em ter (...) também parceiros não governamentais nacionais. Ao mesmo tempo estava a acontecer todo o movimento das ONG nacionais em África, começamos a ligar-nos mais com isto (...). (Mulher, ex-liderança de ONG guineense, aposentada, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

Em 1994 realizou-se a segunda Conferência das ONG, reconhecendo o impacto das transformações sociais, econômicas e políticas associadas ao Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) e ao multipartidarismo. Esta conferência seria a primeira realizada em condições de “liberdade de expressão” o que permitiria debater os problemas sociopolíticos e econômicos em particular as consequências do ajuste econômico e a “importação de modelos econômicos por vezes inadequados à realidade” (SOLIDAMI, 1994, pp.7-9). Em 1995, no ano seguinte às primeiras eleições multipartidárias no país, estavam contabilizadas pela SOLIDAMI, 41 ONGs nacionais, o que representa

quase o dobro das registadas em 1993, e 64 estrangeiras, totalizando mais de uma centena. Entre estas estavam 3 ONGs portuguesas, o CIDAC, a OIKOS e a Caritas Portuguesa.

Com a emergência de um setor multi-organizacional engajado no “desenvolvimento” com importante capacidade de atração de participantes, também através da profissionalização, que gerou oportunidades de acesso a emprego num contexto de crise socioeconômica, criar-se-iam dinâmicas de cooperação e concorrência entre os seus integrantes (nacionais e estrangeiros). Nesse contexto a própria SOLIDAMI se tornaria uma estrutura concorrente para as ONGs, cuja legitimidade para as representar se apresentaria “questionável” pela sua condição de estrutura estatal. A necessidade de “rever” a sua missão era constatada no seu relatório anual de 1994 (SOLIDAMI, 1994, p. 6). Uma empreendedora de uma ONG bissau guineense, no início da década de 1990, afirma que:

(...) a SOLIDAMI fez uma coisa que foi, um serviço de Estado que ajudou a aparecer parceiros não-governamentais, mas isto também não é fechado. (...) e então começou a haver uma rivalidade, da maior parte dos serviços estatais quando a SOLIDAMI era o facilitador. (Mulher, ex-liderança de ONG guineense, aposentada, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

Esse lugar “intermédio” da SOLIDAMI, entre o Estado e as ONG, criado através do setor da “cooperação internacional” para mediar a importação daquela categoria, ia-se tornando paradoxal à medida que o espaço das ONGs ia desenhando os seus contornos, adquirindo lógicas próprias e acedendo a recursos relevantes na disputa política. Com a abertura política e as eleições de 1994, vencidas pelo PAIGC e por “Nino” Vieira, a posição daquela estrutura no espaço político requeria a reconciliação de lógicas e interesses distintos e opostos. O pressuposto da “neutralidade” da SOLIDAMI no espaço político não poderia ser conciliado com a sua natureza de agência estatal com a missão de “apoiar as ONG” na medida em que as organizações não-governamentais tinham agora liberdade para assumir posições de oposição ao governo³⁰³. Segundo um antigo funcionário da SOLIDAMI,

303Koudawo relata o envio de uma carta às ONG, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, em Abril de 1994, ainda antes das eleições, na qual pedia uma abstinência política total às ONG durante o período eleitoral (KOUDAWO, 1996, p. 81).

que transitaria depois da saída daquela estrutura para uma ONG estrangeira:

(...) quando eu terminei, aliás quando fui posto na rua (...), (...) houve um momento até que nós fomos acusados de estar mais para oposição do que estar mais para a ... aliás essa foi uma das razões porque eu fui substituído na SOLIDAMI. Fomos a uma conferência em Dakar sobre a dinâmica das comunidades rurais com vários temas, eu apresentei um tema, a relação entre o Estado e as organizações da sociedade civil e alguém que estava lá veio aqui dizer que estivemos, foi alguém do Ministério do Interior e que estava ligado ao Presidente que eu estive numa conferência a criticar o Estado e eu representava o Estado (...).(Homem, guineense, cargo direção ONG internacional, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

A tensão associada à posição da SOLIDAMI tornar-se-ia “insustentável” e a estrutura desapareceria ainda antes da guerra de 1998/1999. Mas o percurso da “promoção das ONGs guineenses” entre o período do monopartidarismo e do multipartidarismo na Guiné-Bissau, revela o modo como a exportação e importação de “causas”, por via da “cooperação para o desenvolvimento”, está associada a disputas e alianças que tornam complexas as relações entre as esferas nacional e internacional³⁰⁴, estatal e não-estatal, entre partidos e outros espaços associativos. A SOLIDAMI, enquanto estrutura estatal, “apoiada” pela “cooperação”, mediou o processo de importação e adaptação ao contexto nacional, da categoria “ONG”, fazendo emergir nesse processo um espaço concorrente ao do Estado, num período em que se “defendia” que aquele “deveria ser reduzido”. A importação da “causa” da “criação de ONGs” redesenharia assim o espaço político favorecendo a emergência de uma categoria de atores com importante capital simbólico, as “ONGs”, com acesso a recursos (capital financeiro, capital escolar / técnico, capital internacional) e a oportunidades políticas na intersecção entre o espaço nacional e o internacional.

304 Para Forrest (1987, p. 98), na Guiné-Bissau, o financiamento internacional desempenhava um papel essencial no quadro das estratégias de luta de poder internas ao PAIGC, permitindo a alguns indivíduos a criação de redes de suporte através da distribuição dos recursos, complexificando o jogo político dentro do Estado e do partido.

2.2 Entre Portugal e a Guiné-Bissau: itinerários e interações de empreendedores e militantes das ONG (1974-1990)

Após a independência, a Guiné-Bissau estabeleceu relações de cooperação bilateral e multilateral acedendo aos recursos financeiros e *experts* da “ajuda ao desenvolvimento”. No âmbito bilateral, os principais financiadores do país eram a Noruega, Suécia, Holanda, França, Suíça, Canadá e Estados Unidos, e no bloco comunista, a URSS, China, Cuba, Argélia, a Jugoslávia, Checoslováquia... No contexto da cooperação multilateral, a Guiné-Bissau interagiu principalmente com várias agências das Nações Unidas, Banco Africano de Desenvolvimento, o Fundo Europeu de Desenvolvimento da CEE.

No que respeita às relações com Portugal, as primeiras atividades de “cooperação” iniciaram-se ainda em 1974, consistindo principalmente no envio de professores e médicos, mas também de outro tipo de funcionários públicos para “prestar assistência técnica” ao Estado guineense. Simultaneamente, os portugueses passaram a disponibilizar bolsas de estudo no ensino superior para cidadãos daquele país ou formações de curta duração para funcionários públicos guineenses. A “cooperação” estatal portuguesa inseria-se assim no espaço concorrencial da “cooperação internacional” na Guiné-Bissau, no qual os países centrais e as agências internacionais se apresentavam dominantes, sendo percebida como “pouco influente” quando comparada com a de outros países. Em 1985, o então Secretário de Estado da Cooperação Internacional da Guiné-Bissau, Bernardino Cardoso, reconhecia que a cooperação bilateral de Portugal estava centrada na assistência técnica, formação e estudos, ao invés do financiamento a projetos.

Segundo um militante de uma ONG bissau-guineense, com um itinerário de engajamento nas organizações de massas do PAIGC:

(...) depois da independência, nos primeiros, a primeira década assim, havia aquela reticência, Portugal... bom, não sei se é reconhecer de facto a independência, bom é obvio, como a guerra acabou obviamente que a parte que ficou (...) tinha que ter esse sentimento de não querer portanto, avançar assim. (...) mas o que eu sei é que realmente não havia tantas organizações portuguesas, mesmo a cooperação, não tinha uma influência (...) em termos de colaborar com as organizações. A cooperação era mais (...) com

suecos, holandeses, outros países assim que realmente deram apoio para apoiar essas organizações.(Homem, militante de ONG guineense, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

Apesar de sua “pequena dimensão” financeira, as práticas de “cooperação” com a Guiné-Bissau proporcionaram a circulação de pessoas entre os dois países, mediando contatos e experiências de interação diversas, particularmente àqueles que se tornariam empreendedores e militantes das ONGs guineenses. Alguns deles trabalharam com “cooperantes” portugueses que prestavam serviços no Estado bissau-guineense, outros realizaram parte de sua formação escolar em Portugal. Essas experiências são permeadas pelas relações e representações sobre o colonialismo, o período pós-independência e “cooperação internacional” construídas ao longo de seus itinerários.

Para um dos militantes, guineense, empreendedor de uma ONG que participou da “Rede de Solidariedade em 1998”, a relação com a cooperação portuguesa insere-se num contexto familiar diaspórico, com relações familiares e períodos de residência em Portugal e noutros países europeus. A experiência de trabalho com “cooperantes portugueses” durante o período em que trabalhou no Estado guineense é avaliada como “positiva”. Todavia, tendo uma socialização parcialmente “europeia” e origens étnicas diversas, a sua integração profissional no Estado bissau-guineense apresentou-se difícil durante o período de separação entre Cabo-Verde e a Guiné-Bissau, aquando da chegada de “Nino” Vieira ao poder. A associação, pelos traços físicos, aos cabo-verdianos, era geradora de interações sociais avaliadas como “negativas”. Nesse contexto, a possibilidade de passar um período fora do país, incluindo em Portugal, apresentou-se como alternativa ao contexto laboral que percebia como hostil. Segundo ele:

Aqui o primeiro trabalho que eu fiz foi trabalhar para o Comissariado do Estado da Coordenação Económica e Plano (...). (...) A minha instabilidade começou com o golpe de estado de 14 de Novembro. Porque logo depois do golpe de Estado, como havia aquelas confusões, acusações, para aqui e para acolá, e eu estando no ministério (...) havia um grupo que começou a tentar enfim, denegrir a minha pessoa (...). Porque as pessoas estavam, guineense tinha que ser aquele guineense pele escura e a mim associavam-me mais ao cabo-verdiano do que ao

guineense, e então havia críticas e houve mesmo críticas frontais em reuniões que eu sofri na altura (...) comecei a ver aquelas coisas e disse não, isto aqui não vai dar para mim, o melhor é afastar-me, eu tinha a minha família, os meus pais a viverem em Portugal e tinha uma irmã em Londres. Então eu disse, olha eu a minha vida vou fazê-la aqui na Guiné, mas também posso fazer uma pausa. Estive um ano fora, estive uns meses em Portugal, sem trabalhar, um bocado traumatizado com toda aquela situação, estive um ano em Portugal com os meus pais, depois estive uns meses em Londres com a minha irmã, voltei para Portugal, e a cabeça começou a assentar, acalmei-me, analisei as coisas e quando me senti à altura de voltar, voltei. (...).(Homem, liderança de ONG guineense, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

A reconversão do capital cosmopolita (conhecimento de línguas, contato com pessoas de diversas nacionalidades) acumulado a partir de vivências fora do país, e de suas origens “mistas”, apresenta-se complexa durante períodos em que a valorização de origens familiares estritamente “africanas” se tornou um critério de acesso e permanência em cargos no Estado. Porém, depois da fase mais “aguda” desse processo, aquele militante regressou a Bissau onde trabalhou no Estado, ocupou cargos em ONG estrangeiras, tendo criado uma ONG em meados da década de 1990.

Para outro entrevistado, militar, com origens familiares num grupo étnico do sul da Guiné-Bissau, militante do PAIGC desde muito jovem, a interação com a “cooperação portuguesa” foi concretizada através de uma bolsa para realização de um período de estudos em Portugal. Tendo realizado grande parte da sua formação na Escola Piloto do PAIGC na Guiné-Conacri, ainda durante a guerra de libertação, e depois em Cuba, a estadia em Portugal, era o primeiro contato com a antiga potência colonizadora depois de 1974, e com um regime capitalista. Segundo ele:

(...) eu lembro que em 79 estava muito fresca a memória (...). Então na unidade, por acaso, fomos muito bem tratados, com muito respeito, os soldados portugueses e os oficiais, com muita consideração, nós dizíamos assim: 'ah, eles têm muito respeito porque sabem que nós' (risos) (...)

'nós somos duros'. E nós, acabadinhos de formar na Academia Militar em Cuba, (...) nós tínhamos esse tique de militar, qualquer coisa a gente estava como um cão de vigilância. Foi muito bom tanto na universidade como... a gente conheceu pela primeira vez a vida de, num país capitalista. (Homem, liderança de ONG guineense, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

Se as relações com os portugueses no âmbito militar e acadêmico são avaliadas por esse militante de modo “positivo”, a estadia em Portugal é percebida como permeada por dissonâncias com a socialização militante no PAIGC, ainda durante a luta, e a formação socialista em Cuba. A ideia de Portugal como “inimigo” e o “ideal socialista”, dificultavam a adaptação a um cotidiano marcado pelo “custo de vida” e por “greves”, no final da década de 1970, e por experiências de racismo em situações como o aluguer de habitação e o uso dos transportes públicos.

Tendo decidido encurtar a permanência em Portugal, e não tendo encontrado, no regresso ao seu país, colocação nas Forças Armadas bissau-guineenses, sentindo-se “excluído”, foi “obrigado” a sair para continuar a sua formação universitária na Rússia, também através do sistema de bolsas de estudo, comum em todas as cooperações bilaterais. Nesse país também vivenciou situações de racismo, que considera diferentes porque aí o racismo era “aberto”, por oposição ao racismo velado que sentiu em Portugal. Todavia, a experiência na Rússia seria marcada pela “desilusão” com o “ideal socialista”. Nesse período viajou por vários países europeus. Segundo ele:

É por isso que escolhemos a União Soviética para ir. Também lá foi outra experiência pesada porque aquele sonho, aquele, não foi bem assim. Aquelas gerações da revolução eles sim, tinham muito respeito, mas aquela juventude já, havia muito racismo também. E lá não era o racismo frio como em Portugal. Em Portugal ninguém se atrevia a te ofender assim abertamente, se levantava ou fazia algum gesto, mas não assim frontal. Na Rússia era chamado de preto, cuspiam e havia muita agressão, mas nós como éramos militares treinados e preparados não tínhamos medo da agressão. (...) Então esse foi um racismo muito mais pesado e era um país socialista que nós dizíamos “ah o socialismo”, mas também ao

contrário, você tinha todo o material necessário para estudar numa biblioteca, recebia os seus materiais, tinha alojamento e recebia uma propina de alimentação que você consumia durante o mês, era, nessa parte era mais suave era socialismo. Essa era a diferença, mas o racismo era mais pesado (...) mas eu preferia esse racismo aberto, de confronto, do que o racismo... fica dentro de ti, tu não, lá, quando brigávamos ficávamos satisfeitos (...).(Homem, liderança de ONG guineense, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

Assim, após vários períodos fora da Guiné, manteria, no regresso da Rússia, uma vida civil, trabalhando como professor e fundando, em meados da década de 1990, uma ONG, com outros militantes com vivências semelhantes.

No que respeita às interações de militantes guineenses, empreendedores de ONG, com a “ajuda não-governamental” portuguesa nos primeiros anos após a independência, duas organizações portuguesas mantinham atividades contínuas de “cooperação” na Guiné-Bissau³⁰⁵, a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) que atuava com o Estado da Guiné-Bissau na área da saúde, e o CIDAC que tinha atividades em áreas diversas (educação, desenvolvimento rural). Esta organização participou na concepção da estrutura estatal com importantes responsabilidades nas relações entre o Estado e as ONG estrangeiras, a SOLIDAMI, incluindo na organização da *Conferência das ONG* em 1985, a par com outras ONG estrangeiras de maior dimensão de outros países europeus. Segundo uma antiga dirigente da SOLIDAMI, com um itinerário escolar e profissional marcado por estadias e viagens no exterior, incluindo em Portugal:

Havia o CIDAC, havia a Solidarité Socialiste da Bélgica (...) havia a Interpares canadiana, havia OXFAM Bélgica, que dava assistência técnica, a senhora que trabalhou comigo, outra portuguesa, Maria José Nogueira Coutinho, a assistente

305Atuavam no país, em 1985, fora das relações de cooperação estatais, a Fundação Calouste Gulbenkian, no setor da saúde, que pela sua dimensão e tipo de práticas não se poderá considerar uma ONG, e a Caritas cuja intervenção estava centrada na disponibilização de bolsas de estudo para estudantes guineenses em Portugal, para formar assistentes sociais (1981-1985) e ao envio de material para desinfecção de poços de água em situações de emergência.

técnica da OXFAM Bélgica, havia também a ICCO que estava a apoiar esse processo do gabinete de coordenação das ajudas não-governamentais e apoio às ONG nacionais.” (...) mas na SOLIDAMI já havia o CIDAC e o CIDAC até era um polo que captava outras ONG europeias para trabalhar na Guiné (...) porque o CIDAC era uma grande organização, o CIDAC, não grande no tamanho, mas era grande, era a organização mais prestigiada portuguesa na cooperação porque essa cooperação não-governamental em Portugal nasceu à esquerda (...) porque era maneira de ter uma colaboração entre cidadãos portugueses com gente das ex-colônias que não fosse pela via oficial da dominação colonial. Por isto, esta gente já tinha outra maneira que era diferente que aquela que a cooperação portuguesa tinha, estás a perceber?(Mulher, ex-liderança de ONG guineense, aposentada, entrevista na Guiné-Bissau)

A participação do CIDAC no processo de exportação e importação da “causa da promoção das ONGs” para a Guiné-Bissau está associado à reconversão, no período pós-colonial, de um conjunto de recursos acumulados durante a fase final da ditadura e o período revolucionário. Tal é indicativo da relevância da combinação entre capital político, social, simbólico e internacional na construção de relações de “cooperação solidária” por ONGs portuguesas na primeira década após o fim do Império. O itinerário de militância “anticolonial” dos dirigentes do CIDAC, seus conhecimentos junto de ONGs europeias da “solidariedade”, que também mantinham relações com o Estado guineense, e o acesso a políticos e militares portugueses durante o período subsequente à queda da ditadura, apresentaram-se como capitais fundamentais na capacidade de identificar oportunidades e de intervir na “cooperação”.

Mas outros recursos foram também considerados relevantes, em particular as “relações pessoais” construídas entre jovens portugueses e guineenses que estudavam em Portugal, com proximidade no espaço social. Os portugueses eram estudantes, filhos de funcionários públicos / profissionais liberais / proprietários, com percursos de militância na família, educados em agregados que valorizavam a

formação acadêmica e intelectual. No caso dos guineenses, eram jovens oriundos de famílias cuja posição social lhes permitia enviar os filhos para estudar em Portugal ainda durante o período colonial³⁰⁶. Ou seja, indivíduos descendentes de portugueses ou indivíduos com estatuto de “assimilados”, que eram entendidos pelo regime colonial como dispendo de “hábitos próximos aos dos portugueses” de acordo com o *Estatuto do Indígena* que vigorou no colonialismo português até 1961 e cuja extinção oficial não esteve associada a uma alteração na hierarquia colonial de discriminação racial³⁰⁷. A vivência, em Portugal, de eventos históricos como a queda da ditadura, a “efervescência social” do período pós 25 de Abril, aproximou aqueles agentes, gerando laços que teriam continuidade na “cooperação solidária”

Segundo uma militante portuguesa, engajada na “cooperação solidária” com a Guiné-Bissau desde o final da década de 1970 e com um percurso ligado ao “anticolonial” e de militância no quadrante da “esquerda”:

(...) os dirigentes dos novos países, que estudaram aqui. Foram colegas de universidade, que foram não sei quê e tal. E portanto, há muitos contatos pessoais, há muito conhecimento pessoal... que vem do tempo colonial, que vem do tempo... quer dizer, a esmagadora maioria dos dirigentes que estudaram na universidade, estudaram aqui. E, portanto, essa relação é, é muito, passa até pelo pessoal, estás a ver? E, portanto, facilita tudo, não é? (...) Mas, por um lado é isto, por outro lado, aqueles (...) que não estudaram aqui, não é, mas para quem o CIDAC é a referência, é o ponto de contato em Lisboa de gente (...) que esteve na solidariedade e que portanto, está, naturalmente... E portanto, quando cheguei pela primeira vez à

306 Em 1972/1973 existiriam na Guiné-Bissau 47626 alunos a frequentar o ensino primário e 4033 o ensino secundário (CÁ, 2000, p. 8). A Guiné teria nessa altura cerca de 500.000 habitantes.

307 Para ter acesso a esse estatuto, que permitia maior liberdade de circulação, acesso a emprego público e educação, os africanos deveriam ter “hábitos próximos aos portugueses”: ser católicos, alfabetizados e “manterem padrões de vida e costumes” semelhantes aos portugueses. Para uma análise do processo de construção simbólica e jurídica associada ao Estatuto do Indígena ver MENESES, Maria Paula G. “O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais”. *e-cadernos CES*, 07, pp. 68-93, 2010.

Guiné-Bissau tratava o ministro por camarada. Tratava o Secretário de Estado... pronto. Porque a relação vem daí, quer dizer...(Mulher, liderança de ONGD portuguesa, entrevista em Portugal)

Tal não significa, contudo, que os estudantes guineenses em Portugal, com ascendentes europeus, não tenham vivido experiências de racismo e isolamento. Uma das militantes, com antepassados portugueses e africanos, que frequentou uma escola privada católica durante o ensino fundamental e secundário, relata que até à entrada na universidade não teve amigos, sendo o período de formação superior fundamental na construção de relações com portugueses. Para esses guineenses que realizaram os seus estudos em Portugal, no início da década de 1970, e que viveram no país o período revolucionário, esse foi um período de politização, de descoberta e identificação com as “referências africanas” e de construção de relações de amizade, em alguns casos com estudantes portugueses com posições políticas semelhantes.

Uma portuguesa, casada com um militante bissau-guineense, filho de portugueses exilados pelo regime estado-novista na Guiné-Bissau, conta o engajamento de seu marido, antes e depois da independência do país:

Em Agronomia os professores tinham pavor dele que era uma coisa, e medo, medo, porque ele era mesmo líder, ele era mesmo líder, se era para irmos para a greve ele, íamos para a greve, ele tinha mesmo, ele convencia. É claro que também ali em Agronomia todo o povinho da direita tinha-lhe um pó desgraçado, não é? (...) O pai foi um ativista, o pai prenderam-no uma vez, ele vinha de férias da Guiné para Portugal e a PIDE apanhou-o no aeroporto diretamente para Caxias, ele passou mesmo muito mal. Portanto eles tinham, era uma família com... com outros, outros ideais, outras, visão da vida. (...) Ele chegou num entusiasmo louco. (...) Criou, desenvolveu logo projetos e coisas (...) ele não parava, andava de um lado para o outro, imparável (...). (Mulher, educadora, portuguesa, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

Uma militante guineense, com ascendentes portugueses, cabo-verdianos e bissau-guineenses, empreendedora de uma das primeiras ONG do país, e que realizou os seus estudos em Portugal, afirma que:

Enquanto eu era estudante nós, sobretudo depois do 25 de Abril, estávamos à procura das nossas referências africanas, não era uma coisa que não era proibida, então o pensamento de Cabral eu estudei-o muito, influenciou muito também o meu percurso, um bocadinho também a maneira como eu via o meu regresso ao país. (...) E isto, acho, que é muito a história da relação da Guiné com Portugal nessa altura. Colegas de curso, gente que passou algum momento juntos e aquela coisa à maneira antiga, que é companheiros (...) continuam sendo companheiros, encontramos-nos em manifestações, (...) partilhamos leituras, passamos não sei quantas, e isso é, para mim, Portugal representa um bocadinho isso. (...) Também porque nós tomamos de Portugal uma oportunidade diferente, e acho que muitos amigos portugueses também tomaram, reconstruir a história da relação entre Portugal e a Guiné Bissau livre daquele peso da colonização. (...) Nós todos fomos pessoas que, como a minha geração que veio para a Guiné, vinha assim... país inteiro, e a gente embarcava nos sonhos dos nossos amigos também que vinham e que tinham oportunidade de reescrever o papel dos portugueses na Guiné Bissau nova, entendes?(Mulher, ex-liderança de ONG guineense, aposentada, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

Após a revolução de 1974, com o regresso dos estudantes bissau-guineenses formados em Portugal no período entre o colonialismo e as independências africanas, as relações criadas ainda durante os estudos universitários, deram origem a atividades de “cooperação” com os departamentos de Estado onde aqueles iam sendo integrados ao longo da década de 1970 e 1980, também na “cooperação não-governamental”. Nesse âmbito, a participação de militantes “solidários” portugueses na “cooperação solidária”, era entendida por aqueles guineenses com quem tinham relações de amizade, como uma

possibilidade de, no período pós-colonial, de Portugal “reescrever a sua história na relação com as suas antigas colônias”.

Á medida que as “ONG” se tornavam numa categoria socialmente valorizada na “cooperação internacional para o desenvolvimento” (TVEDT, 2002), a participação de organizações portuguesas em projetos de “cooperação para o desenvolvimento” na Guiné-Bissau teria também desdobramentos no contexto português onde recém se tinha criado a Plataforma Portuguesa das ONGDs. Na altura da *Conferência das ONG* em Bissau, em Novembro de 1985, os jornais portugueses noticiaram o evento que era descrito por um militante do CIDAC como o prenúncio de um “novo modelo de cooperação”, em que se abria a perspectiva de criação, a partir da iniciativa do Estado, de uma ONG de cooperação bissau-guineense. O “novo modelo” de relação com as ONG, na Guiné-Bissau, deveria ser tido em conta para uma “*necessária e inadiável revisão da política de cooperação*”³⁰⁸ de Portugal com os países de “expressão portuguesa”.

A “abertura” do Estado guineense para a intervenção das ONGs estrangeiras permitiria a instalação no país, em 1987, da primeira missão médica, da primeira ONG portuguesa do setor da saúde e “ajuda humanitária de emergência”, a Assistência Médica Internacional (AMI). Segundo um dirigente da AMI, nascido em Angola e com um itinerário de militância nos *Médecins Sans Frontières*:

A nossa primeira missão de desenvolvimento começa exatamente na Guiné Bissau em 87. Implicou primeiro eu ter lá ido em 86, falar com autoridades e sobretudo o Ministério da Saúde, já que a primeira tônica da AMI, sendo eu médico, foi posta na área da saúde que era a minha área de conhecimento por excelência. Uma vez obtida essa autorização e tendo como princípio que a AMI, era na altura um dos slogans que tínhamos, a AMI quer ir para onde mais ninguém quer ir,

308 *Quem se habituara durante anos a reconhecer a resistência dos Governos ao contributo das ONG, quer por fascínio estatizante, quer por ignorância crassa, não deixou de sentir-se pisar terreno novo, atraído pela tentação de experimentar uma nova modalidade de cooperação em que os vectores governamental e não-governamental se complementem. Tais perspectivas seriam aliás, nesse momento ampliados com a ideia e intenção de se criar na Guiné-Bissau um organismo que, ao serviço das ONG e a princípio sobre tutela do estado, viesse a ser o anúncio e o germe da primeira ONG de cooperação da Guiné-Bissau.* GONÇALVES, Agostinho Jardim. *Diário de Notícias*, 8/11/1985.

sendo na Guiné Bissau o território para onde ninguém queria ir, é o território mais isolado que é o setor de Boé, embora setor histórico na declaração da independência não é, em 73, mas o setor mais isolado possível que a Guiné tem até hoje. (Homem, liderança de ONGD portuguesa, médico, entrevista realizada em Portugal)

A entrada da AMI no país foi mediada, segundo o testemunho daquele militante, pelo contato com os dirigentes nacionais do setor da saúde, processo que indica que o capital político da “solidariedade internacionalista” ou o capital de relações pessoais construídas ao longo de percursos de militância, não se apresentava como o recurso determinante na realização de “acordos de cooperação” com ONG estrangeiras. A *expertise* num setor relevante das políticas públicas, como a saúde, num período de constrangimento dos recursos estatais apresenta-se particularmente importante na mediação da “entrada” da organização na Guiné-Bissau ainda durante o período do monopartidarismo.

Assim, ao longo do período entre 1974-1991, a “cooperação solidária” mediou interações diversas entre empreendedores e militantes nas ONG portuguesas e funcionários públicos bissau-guineenses. As interações com a “cooperação portuguesa”, estatal e não-estatal, foram influenciadas pelos trajetos individuais, sendo avaliadas de modo positivo por aqueles com maior proximidade no espaço social, ou seja, que tinham origens sociais em grupos com posições mais elevadas durante o período colonial, partilharam os estudos universitários em Portugal no final do Estado Novo, e tinham posições políticas e ideológicas de “esquerda”. Essa proximidade seria geradora de laços que deram suporte à cooperação no espaço das ONGs, através do CIDAC.

Todavia, com a alteração das lógicas do espaço de militância pela “cooperação solidária para o desenvolvimento”, e a construção de mecanismos institucionais de “entrada” das ONGs na Guiné-Bissau através da SOLIDAMI, em 1985, os “laços de amizade”, articulados pela proximidade social e ideológica de “esquerda”, não seriam mais determinantes na entrada de ONG no país. Com efeito, aquando do golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980, as posições de “Nino” Vieira, de afastamento em relação a Cabo Verde e de questionamento da identidade guineense dos cidadãos com ascendência não exclusivamente africana, seriam apoiadas por algumas lideranças do quadrante político conservador em Portugal. Nesse espaço político, a liderança de “Nino”

era vista como mais aberta à cooperação com Portugal, pois não entenderia o país como “neocolonialista” (GOMES, 2014, pp. 500-501).

2.3 Empreendedores das ONGs bissau-guineenses e relações com as ONGDs portuguesas após a abertura política (1990-1998)

Com a abertura política em 1990/1991, o espaço das ONG na Guiné-Bissau tornar-se-ia mais diverso, abrindo-se novas formas de interdependência e concorrência. No início da década de 1990 foram constituídas as primeiras organizações não-governamentais bissau-guineenses. Após a processo de ajustamento estrutural de suas economias na segunda metade da década de 1980, grande parte dos países africanos introduziram reformas políticas tendentes à instauração de regimes multipartidários nos anos 1990. A existência de ONG nacionais era assim considerada “positiva” pelo setor da “cooperação para o desenvolvimento” quer numa perspectiva de “eficácia” na implementação de projetos “próximos às populações”, mas também pela mediação de processos de “participação” entendidos como práticas de “democratização”.

As primeiras organizações não-governamentais guineenses foram criadas por funcionários do Estado, habitualmente com cargos de direção em departamentos com relações próximas com a “cooperação internacional”. O empreendedorismo na fundação de ONG requereu, no caso das primeiras e maiores ONGs guineenses, a mobilização de um conjunto de recursos, capital escolar, acesso a contatos junto de ONG estrangeiras, instituições internacionais e agências bilaterais de cooperação, experiência de viagens, conhecimento de línguas estrangeiras e participação em eventos internacionais, que não era, facilmente mobilizáveis.

Interessados na possibilidade de disporem de interlocutores na esfera não-estatal, num contexto em que o “Estado” se tornou uma categoria socialmente “desvalorizada”, as ONGs estrangeiras presentes na Guiné-Bissau transferiram suas relações para as ONGs nacionais, mobilizando recursos para o seu funcionamento e “projetos de desenvolvimento”, engajando-se na sua legitimação social no âmbito nacional e internacional.

Os membros fundadores de ONGs bissau-guineenses entrevistados, que participaram da Rede de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau, a partir de Portugal, e da Célula das ONG Nacionais e Estrangeiras para a Gestão da Crise na Guiné-Bissau (CECRON), na Guiné-Bissau, aquando da guerra, em 1998, têm em comum elevado

capital escolar, circulação internacional, conhecimento de línguas estrangeiras. Um co-empresendedor, com origem numa família de pequenos comerciantes, com ascendência bissau-guineense e cabo-verdiana, com formação superior em Agronomia, circulação internacional e experiência de militância “independentista” durante o período em que viveu em Portugal, nos anos 70, conta, sobre a criação de uma ONG, com um colega agrónomo, que considera o impulsionador do processo, e entretanto falecido:

(...) ele estava no Estado, com organizações governamentais estrangeiras que financiavam o projeto, com organizações internacionais, financiadoras e técnicas e com as ONG. Muito com o Conselho Mundial das Igrejas, ICCO, (...) vários países da Europa, vários países, fizemos muita caminhada à volta disso. (...) Ele não acreditava naquelas hierarquias, naquelas burocracias, naquelas parvoíces do setor público (...). Ele tinha aquele ‘feeling’, tinha aquela capacidade (...) mas a ideia de criar a ONG apareceu um pouco depois (...). Já tinha compreendido que havia um lugar para as ONGs, não só porque o Estado se tinha enfraquecido mas porque o Estado já não tinha vocação (...) para fazer um certo número de coisas (...) portanto as ONGs não vêm, na visão dele, para substituir o Estado (...) mas porque havia um espaço para as ONG na sociedade (...). Porque ele dantes dizia assim, ONGs estrangeiras muito bem, mas o que eu estou a fazer aqui, lá no último quilómetro, ‘last mile’, lá no sul, eu vou continuar a fazer (...). Ele fazia com um espírito muito ONG porque ele ligava o que se passava ali no terreno com o que se passava ao mais alto nível em termos de política de desenvolvimento (...). Isso é que é uma ONG, uma ONG não é só estar no terreno (...) é também compreender todos aqueles fatores que acabam por influenciar aquilo que se passa no terreno, na última tabanca (...) onde ninguém vai e ele tinha compreendido isso. (Homem, liderança de ONG bissau-guineense, aposentado de organização internacional, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

Um empreendedora, com origem numa família de comerciantes / proprietários, ascendência cabo-verdiana, bissau-guineense e portuguesa, formação superior em Serviço Social realizada em Portugal, com um percurso próximo a militantes estrangeiros da “solidariedade” e experiência internacional, lembra sobre o seu percurso até à constituição de uma das primeiras ONGs bissau-guineenses:

(...) puseram-me no conselho de administração do FOVAD, então 4 vezes por ano reuníamos. O FOVAD tinha um grande parceiro que era canadiano, que era Partenariat Afrique Canada, e o trabalho que fez acabou por ir para esse Partenariat Afrique Canada, uma representação no seu conselho, de africanos, mas mandatada pelo FOVAD. Eu fui uma das pessoas que foi mandatada pelo conselho de administração do FOVAD, imensas ONG. (...) Já tinha aprendido nas visitas de intercâmbio que a Swissaid, a SNV, a Solidarité Socialiste financiavam quando foi da aposta da criação das ONGs para eu perceber o que é que eram as ONGs, como é que elas funcionavam. Depois o FOVAD permitiu-me conhecer ONGs africanas, ALAE, Associação de Educação de Adultos e Alfabetização e outras grandes associações pan-africanas e outras menos grandes, a RADI, Rede Africana não sei quantos e depois vou para o Canadá e aquilo no Canadá aquilo era o supprassumo da barbatana em termos de, e eu era nova, estas coisas tinham um terreno fértil aqui dentro, E no meio disto tinha os meus amigos da Inter pares(...) havia uma ONG canadiana aqui presente (...) que era o CECI, isto tudo somado eu comecei a pensar e levei três anos lutando para ver como é que é, como é que faz, tomava notas.(Mulher, ex-liderança de ONG guineense, aposentada, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

Um empreendedor, descendente de um régulo, de um grupo étnico bissau-guineense, do sul do país, com um itinerário marcado pelo engajamento na “luta de libertação”, militar, formado em História na Rússia, e circulação internacional, conta, sobre a criação de uma ONG bissau-guineense, na década de 1990:

(...) a nossa própria vida. Tínhamos sofrido bastante impacto social e mesmo, bom, eu nas Forças Armadas não tive espaço e irradiaram. No INDE depois tive também algum conflito com o diretor geral porque essa forma de livre pensamento não era aceite, tu não te podias expressar (...) fizemos uma avaliação e a característica na Guiné era de que a população não tinha voz. Não tinha um espaço de expressão. E mesmo que tivesse a gente tinha uma mordação, já ninguém se atrevia a criticar nada. Mesmo as ONG que interviam, a população dizia obrigado, trouxeram para nós. (...) Quando nós vimos tanto na Guiné, tínhamos contato, tínhamos tido encontro com alguns colegas de Angola, de Cabo Verde, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe e era praticamente a mesma coisa. Não havia liberdade de expressão, a gente não tinha coragem de se exprimir e não havia espaço de participação efetiva (...).(Homem, liderança de ONG, guineense, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

A constituição de uma ONG era entendida como “possibilidade de continuar a fazer coisas que eram feitas pelo Estado e que este, entretanto abandonara”, de “poder trabalhar com maior autonomia ou liberdade”, de estar “próximo das populações” e simultaneamente “compreender as causas dos problemas”. A legitimação das ONG assentava na ideia de que estas encarnavam o “espírito” atribuído ao Estado, de “promoção do bem comum” e do “desenvolvimento”. A “desilusão” com o rumo do país e com os dirigentes, os conflitos no local de trabalho, ou o incentivo direto de funcionários de entidades estrangeiras, são também apresentadas como motivações. Assim, a transição para a esfera “não-governamental” não constituiu uma ruptura, mas antes uma reconversão de recursos mobilizados ao longo de carreiras profissionais no Estado para espaços associativos, e “causas”, que se tinham tornado socialmente valorizados. Em alguns casos essa transição foi vivida como uma transferência da militância que se concretizava no exercício profissional no Estado para o espaço associativo, quando aquele deixou de ser entendido como viabilizador quer da atividade profissional, quer da militância.

As ONGs eram o espaço onde era possível “fazer críticas” ao governo, de “experimentar soluções para os problemas concretos”

geralmente identificados ao nível de “comunidades”, de estar “próximo das pessoas” e de as “representar” perante a “cooperação internacional”, retirando do Estado o monopólio da representação dos cidadãos perante atores externos. Do ponto de vista do exercício profissional, este requeria o domínio de práticas “próprias” da “cooperação para o desenvolvimento” como o domínio dos procedimentos burocráticos das “candidaturas a projetos” e de “administração de fundos”, a realização de estudos das “necessidades das populações”, de prestação de serviços de “formação” ou consultorias” para projetos de outras organizações. A construção do interesse em “fundar uma ONG” e a aquisição daquelas competências, esteve associado a itinerários de interação com o “internacional”. As maiores ONG estrangeiras presentes na Guiné-Bissau mediarão a circulação de quadros do Estado guineense por outros países, introduzindo-os em redes internacionais e regionais onde estavam presentes ONG, nomeadamente de outros países africanos.

Todavia, se para alguns empreendedores guineenses a criação de uma ONG era *um sonho* que foram alimentando e para o qual se foram preparando, para outros, a constituição das ONG nacionais constituiu uma resposta a uma imposição, a uma “exigência do Norte” que era necessário “satisfazer”, numa conjuntura pouco favorável na relação entre o Estado bissau-guineense e seus financiadores externos.

Segundo o empreendedor de uma ONG bissau-guineense, que permaneceu no país durante a guerra de 1998, participando da CECRON, com origens sociais numa família de agricultores, analfabetos, de uma região próxima a Bissau, formado em Engenharia no exterior:

(...) nós criamos a nossa ONG em 1992. (...) Surgiu porque, como estava no Ministério da Saúde, eu fazia parte da equipa técnica, essa equipa técnica (...) negociava cooperação com outros países. Então, chegou o momento em que nas discussões que tínhamos sempre com diferentes delegações que vinham aqui no Ministério da Saúde, apercebemos que estava na semi-ruptura, o relacionamento, o grosso do relacionamento (...) que havia entre Estados, entre o Estado da Guiné e muito outros Estados. Penso porque a linguagem na altura, tudo, a conjuntura ditava que era necessário delegar algumas ações às organizações não-governamentais, tanto do Norte como do Sul. Ao existirem no Norte era obrigatoriamente, existir

as congêneres no Sul para poderem se entender porque a linguagem de ONG não é tão cômoda para um Estado, era necessário encontrar uma outra ONG para poder exprimir exatamente como a ONG do Norte quer exprimir, para não incomodar o Estado do Norte (...). Então percebi que na altura, com alguns colegas, que estava faltando (...) alguma coisa para contrabalançar as exigências, novas exigências do Norte em relação ao Ministério da Saúde.

A vivência da constituição de uma ONG como uma imposição, por esse militante, com um percurso de estudos no exterior, na antiga URSS e na França, e contato com agentes da “cooperação internacional”, demonstra que nem sempre aquele tipo de experiências se traduz na construção de representações positivas da “cooperação internacional” quer entre Estados quer entre ONGs. O testemunho direto de interações no âmbito da “cooperação” que entende serem de “semi-ruptura” entre o Estado guineense e os “financiadores” externos desassocia a “cooperação” da ideia de “solidariedade”, entendendo-a como uma forma de “dominação”, posição distinta daqueles militantes / empreendedores socializados em contextos de proximidade às ONG estrangeiras que representam aquele tipo de relações de forma mais positiva.

Até 1990/1991, considerando o caráter centralista do Estado, era através dele, ou das organizações do partido, que era mediado o acesso ao exterior, e a importação e adaptação de ideias, políticas ou métodos de trabalho. Foram, assim, os dirigentes e funcionários do Estado, em particular aqueles com relações com a “cooperação internacional”, os primeiros ter contato com a categoria “ONG”. Todavia, à medida que a categoria foi sendo socialmente reconhecida, alguns relativizam a novidade que lhe é atribuída, referindo que já existiam no país organizações que tinham os mesmos fins. A partir da importação da categoria “ONG”, práticas existentes durante o período colonial foram re-significadas, estabelecendo-se assim continuidades nas práticas “humanitárias” por exemplo da Igreja Católica. Todavia, no que respeita à existência de organizações não-governamentais visando o “desenvolvimento”, estas são associadas à liberalização econômica, quando a responsabilidade por aquela “causa” foi transferida, parcialmente, do Estado para as ONG.

Para um empreendedor de uma ONG bissau-guineense, com uma família de pequenos comerciantes de origens “mistas”, ligado às organizações de massas do PAIGC:

“(...) sempre houve ONG sobretudo de cariz religioso aqui na Guiné. Mesmo antes da independência já havia essas organizações, hoje sabemos que são organizações não-governamentais, mas que na altura nós não nos apercebíamos porque pensávamos que era mais naquele quadro de caridade religiosa, eles trabalhavam com as comunidades (...). Porque nós até, até a liberalização econômica nós não conhecíamos esse conceito organização não-governamental. Estávamos muito fechados. Associações sim conhecíamos porque mesmo no tempo colonial já havia também associações, de clubes sobretudo, de clubes desportivos e... havia um certo associativismo também camuflado, reconhecíamos de certa forma que as pessoas podiam se associar e desenvolver determinadas atividades, mas eram mais atividades recreativas, desportivas. Esse conceito de organização de desenvolvimento não havia. (...) Isso veio tudo com a liberalização econômica. Quando veio a liberalização econômica assim de repente começamos a ouvir falar dessas coisas, organização não governamental, desenvolvimento (...). (Homem, ex-liderança de ONG guineense, funcionário público, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

No que respeita às relações das ONG bissau-guineenses com suas congêneres portuguesas, importa lembrar que a entrada de Portugal na União Europeia, em 1986, permitiu a algumas organizações portuguesas o acesso a fundos da UE para a “cooperação para o desenvolvimento” e a integração no movimento europeu das ONGs de “desenvolvimento”. Assim, tal como as outras organizações estrangeiras, as ONGDs portuguesas passaram a manter relações de “cooperação” com organizações não-governamentais guineenses, processo que seria valorizado pelas entidades financiadoras internacionais, introduzindo-se, a relação com as ONGs locais, como critério de avaliação dos “projetos”, em concursos para acesso a fundos da “ajuda ao desenvolvimento”.

Ao longo da década de 1990, a presença de ONGs estrangeiras, de países centrais, na Guiné-Bissau, em alguns casos há décadas, permitia aos empreendedores guineenses dispor de uma diversidade de recursos e relações “além-fronteiras”. Nesse sentido, apesar de alguns membros de ONGs guineenses terem tido contato com a cooperação do Estado português ou com algumas ONGs portuguesas, nesse período, estas não são percebidas como relevantes, ocupando uma posição periférica no universo das “ONGs de desenvolvimento” estrangeiras. Assim, num espaço de interdependência concorrencial a construção de relações, pelas ONGDs portuguesas, com suas congêneres guineenses, requeria a mobilização de um conjunto de capitais (financeiros, simbólicos, políticos, sociais, *expertise*) que eram mobilizados por poucas em Portugal. Em 1995, cerca de uma década após a criação da Plataforma Portuguesa das ONGD, a SOLIDAMI identificava 3 organizações portuguesas a intervir no país, a Caritas Portuguesa, o CIDAC e a OIKOS. Todavia, dois anos depois, em 1997, a Plataforma Portuguesa das ONGD³⁰⁹ inventariou treze organizações portuguesas que afirmavam ter relações de cooperação no país, nem sempre concretizadas em projetos / atividades concretas.

Apesar da dificuldade em precisar a sua expressão quantitativa, o aumento do número de ONGDs portuguesas na Guiné-Bissau indica a diversificação do acesso a mediadores para a entrada no país e a capacidade de acesso a recursos financeiros, na década de 1990. Um militante de uma ONGD portuguesa, que ocupava uma posição central no setor em Portugal, dispondo de recursos financeiros para “projetos de desenvolvimento” e de “ajuda humanitária” através da UE relata o início da “cooperação” na Guiné-Bissau:

(...) O fato de algumas das pessoas que lideraram tinham experiência de trabalho na Guiné-Bissau e portanto isso também teria a sua relação. Mas digamos, quer pela experiência de ligação ao Centro de Estudantes Africanos, muitos deles guineenses que depois regressaram para o país e se manteve essa relação, quer com organizações locais, a década de 1990 foi basicamente apoiar pequenos projetos de organizações locais (...). (...) E como estávamos na Guiné Bissau, a determinada altura ali no final dos anos 1990, ou em 97, ou ainda antes, há uma necessidade de

309 PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGDs. *Guia das ONGD Portuguesas*. Plataforma Portuguesa das ONGDs. 1998.

responder a um surto de cólera em Bissau e fizemos o primeiro projeto de intervenção direta que basicamente foi relativamente à cólera (...) isso criou digamos uma diferenciação de trabalho ou seja, por um lado o trabalho com os parceiros por outro lado, o trabalho já mais direto e mais controlado pela própria OIKOS como era exigência da ECHO (...).(Homem, liderança de ONGD portuguesa, entrevista realizada em Portugal)

A experiência prévia de dirigentes / militantes das ONGDs portuguesas na Guiné-Bissau, as relações mediadas por estudantes guineenses em Portugal ao longo da década 1990, fruto da política de bolsas de estudo da cooperação portuguesa, e o acesso a recursos financeiros a partir de entidades europeias, incluindo o financiamento da agência europeia de ajuda humanitária ECHO criada nesse período, permitiriam a organizações portuguesas empreender em atividades de cooperação naquele país.

Todavia, outros canais de “entrada” seriam abertos com o investimento da Igreja portuguesa na “cooperação para o desenvolvimento”. As práticas de “voluntariado” de leigos organizadas pelas missões religiosas nos países africanos de “língua portuguesa”, contribuiriam para a formação de disposições promotoras do engajamento dos católicos na “cooperação solidária” e no empreendedorismo de ONG especializadas. O acesso às redes internacionais da Igreja, o reconhecimento pelo Estado português do estatuto jurídico das “ONG de desenvolvimento”, e os recursos mobilizados junto das entidades portuguesas de cooperação e no espaço católico, apresentam-se relevantes na fundação de ONGDs portuguesas de inspiração católica. A entrada dessas organizações, constituídas nos anos 1990, na Guiné-Bissau, foi mediada pela principal organização missionária presente no país, o PIME, que estava presente em grande parte das missões católicas no país.

Uma militante de uma ONGD portuguesa, com formação superior especializada na área da cooperação internacional, lembra o início da “cooperação” na Guiné-Bissau da organização onde atua, fundada a partir de experiências de voluntariado em missões católicas na África:

(...) Partiu em missão com um grupo de amigos para fazer uma obra da Casa do Gaiato e quando regressou achou que era esta a vida dela, (...).

(...) quando regressou fundou, com um grupo de amigos, o VIDA e em 94 surge os primeiros contatos (...) e que depois esse mesmo grupo de jovens acabou por também ir para a Guiné em 94, começaram a fazer voluntariado na Guiné, dando apoio em Oio e Farim às bibliotecas, fazendo atividades com os jovens, explicações, pronto nesse sentido (...) o contexto de voluntariado de Verão, de ajudar, de confraternizar, de interagir. (...) sei que depois em 96, 97 aliás acho que no ano em que eu cheguei ainda houve uma missão de avaliação por um desses jovens (...) que foi fazer um levantamento a Suzana da situação da saúde, ver o que é que se poderia fazer ali eventualmente... um dia. E regressou com o levantamento (...) e em 97 quando eu chego já tinha sido essa missão feita e já havia também um contato, eu acho que isto tudo via o padre Óscar na altura, que hoje já não é padre, mas na altura era o padre Óscar que pertencia à missão católica de Taquir em Bissau e que depois tinha ligação à missão católica de Suzana com o padre Fumagalli porque pertenciam todos ao PIME. E... ao mesmo tempo houve uma ligação com as irmãs de Bra, do bairro de Bra em Bissau (...) em que iríamos apoiar um projeto da pastoral da criança, que é um projeto que vem do Brasil, com uma série de intervenções na área da nutrição e das crianças (...). (Mulher, liderança de ONGD portuguesa, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

O caráter tardio do interesse da Igreja Católica portuguesa pela “causa” do “desenvolvimento dos países pobres” em relação à Igreja universal não pode dissociado da sua participação na legitimação do colonialismo português. No período pós-ditadura, a associação da “cooperação solidária” ao quadrante político da “esquerda” também contribuiria para o hiato da entrada de ONG confessionais portuguesas na “cooperação”. Por outro lado, o interesse da Igreja portuguesa na África centrou-se, prioritariamente, nos países de maior dimensão como Angola e Moçambique ou de forte implantação católica como Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, sendo a Guiné um país de maioria

muçulmana e animista³¹⁰, de pequena dimensão e onde a presença de religiosos de outras nacionalidades, em particular italianos, era relevante.

Em Portugal, outro dos espaços sociais que viria a demonstrar interesse na “cooperação”, na década de 1990, foi o do “anti-racismo”. Algumas associações que trabalhavam em “causas” como a “interculturalidade” ou o “apoio a imigrantes” adentraram o setor da “cooperação solidária” com os “países em desenvolvimento”. A participação naquele espaço de militância foi viabilizada pelo recrutamento de militantes profissionais do setor, vindos de outras ONGDs. Dispondo de relações junto de dirigentes de organizações não-governamentais bissau-guineenses e de conhecimento das lógicas, linguagem e do repertório de práticas da “cooperação para o desenvolvimento”, a circulação de profissionais entre ONGD portuguesas permitiria a reconversão de espaços associativos e o estabelecimento de atividades de cooperação na Guiné-Bissau.

Uma militante portuguesa da “solidariedade internacional”, com relações com militantes bissau-guineenses desde a década de oitenta, relata o processo de transição de uma ONG de “desenvolvimento” consagrada, para uma organização que estava a iniciar a “cooperação”:

(...) e, portanto, na prática toda a gente com quem, toda a gente de ONG africanas com quem eu trabalhei (...) continuei a trabalhar depois. Eu achei que não tinha que fazer agora aqui nenhum corte, isto não é um mercado em que eu agora tinha que fazer um período (...) eu queria continuar a fazer o mesmo trabalho, as pessoas queriam continuar, isto pequenas organizações também se vive muito de relações pessoais, não é, e portanto foi continuar um bocadinho com as mesmas pessoas mas já numa base um bocadinho diferente (...).(Mulher, liderança de ONG portuguesa, entrevista realizada em Portugal)

Assim, ao longo da década de 1990, as ONGDs portuguesas que iniciaram atividades de “cooperação para o desenvolvimento” na Guiné-Bissau fizeram-no nomeadamente através da mediação de ONG

³¹⁰ Segundo o Censo de 1979, os cristãos eram 5% da população. Em 2009, os cristãos, católicos e evangélicos, eram 22% da população, evidenciando um importante crescimento (FORMENTI, 2017, p. 303).

bissau-guineenses e das missões católicas presentes no país. As ONGDs estrangeiras que tinham relações de “cooperação” através do Estado guineense, situação predominante até ao final dos anos 1980, foram transferindo os recursos para as ONGs guineenses, dando continuidade às relações construídas com quadros do funcionalismo público que se tornaram empreendedores e dirigentes de organizações não-governamentais. Os contatos construídos ao longo de percursos de militância profissional, a diversificação das fontes de financiamentos para projetos de “cooperação para o desenvolvimento”, as relações com estudantes guineenses em Portugal apresentaram-se também como recursos relevantes no empreendedorismo de atividades de cooperação das ONGD portuguesas na Guiné-Bissau durante a década de 1990.

3 Mobilizando aliados perante o 7 de Junho

Entre Junho de 1998 e Maio de 1999, a Guiné-Bissau viveu um conflito armado que opôs membros das forças armadas aliados do então Presidente João Bernardo “Nino” Vieira, incluindo tropas enviadas pelos vizinhos Senegal e Guiné-Conacri, e militares guineenses em ruptura com o Chefe de Estado. A fratura no exército da bissau-guineense colocou em campos opostos, antigos companheiros de armas, Ansumane Mané e “Nino Vieira que combateram o exército português pelo fim da ocupação colonial, organizados pelo PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, sob a liderança de Amílcar Cabral. Com a entrada de militares dos países vizinhos para apoiar o Presidente “Nino” Vieira, grande parte das tropas se colocaram ao lado de Ansumane Mane.

A guerra eclodiu após a destituição, pelo Presidente Vieira, do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, Brigadeiro Ansumane Mané na sequência de tensões geradas pela investigação sobre suspeitas de venda ilegal de armas entre a Guiné-Bissau e os independentistas de Casamance, no vizinho Senegal, envolvendo militares guineenses, mas também o próprio Presidente. Porém, as leituras dos acontecimentos do chamado *7 de Junho* referem um mal-estar mais profundo em todos os setores da população guineense, perante o aumento do custo de vida, os baixos salários, a desarticulação dos serviços sociais pelo Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) e a incapacidade de resposta por parte do governo, aos desafios decorrentes da abertura política e da implantação do capitalismo no país (CARDOSO, 2000; JAO, 2000).

Apesar de descontentamentos diversos com o governo e das disputas entre políticos e militares, a escalada do conflito, principalmente após a entrada de militares estrangeiros, concentrado em

Bissau, o maior centro populacional do país, onde residiam cerca de 200.000 pessoas, foi vivida como uma “surpresa”. A violência provocou o êxodo das populações de Bissau em direção ao interior do país. As representações diplomáticas foram encerradas na sua maioria, os funcionários internacionais foram evacuados bem como os cidadãos estrangeiros residentes no país, através de operações de resgate concertadas entre países, incluindo Portugal.

A guerra desarticulou todas as dimensões da vida das pessoas e das organizações. Dirigentes e trabalhadores de ONGs viram-se perante a necessidade de procurar abrigo, quer no interior do país quer em países vizinhos ou em Portugal, onde alguns tinham relações familiares e de amizade. A sua dispersão pela Guiné e por outros países permitiu, contudo, estabelecer ligações que seriam fundamentais para o ativismo “pela paz” e para a coordenação da ajuda humanitária. Em Portugal, os dirigentes de ONGs guineenses refugiados no país participaram da formação da “Rede de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau” que foi criada na Plataforma Portuguesa das ONGDs.

Com efeito, apesar da surpresa perante o eclodir da guerra, e tendo-se percebido que a disputa entre “Nino” Vieira e Ansumane Mané assumia contornos diferentes dos de disputas anteriores no interior do PAIGC e das Forças Armadas, uma semana após o início dos combates, as ONGs “de desenvolvimento” portuguesas divulgaram um comunicado expressando solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, lembrando as relações de “*cumplicidade perante os desafios do desenvolvimento*”, manifestando apreensão em relação à situação em particular o “*recurso a tropas estrangeiras*” e a disponibilidade para, em articulação com as ONG guineenses, prestar apoio humanitário, “*de forma o mais coordenada possível*”³¹¹.

Aquele comunicado lembrava aos seus destinatários, responsáveis políticos e diplomáticos portugueses, bissau-guineenses e da União Europeia, o “percurso de relações entre ONGD portuguesas e ONG guineenses no âmbito do desenvolvimento” e referia a “disponibilidade para o envio de ajuda humanitária”, argumentos relevantes na legitimação da sua intervenção numa situação de guerra “além-fronteiras”, e no posicionamento do setor das ONGDs como espaço “natural” de emergência daquele tipo de práticas. O posicionamento das ONGDs portuguesas em face da situação de conflito armado na Guiné-Bissau, é uma forma de se fazer representar perante

311 Comunicado emitido em 16/6/1998 com o título *Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau*. Arquivo da Associação para a Cooperação Entre os Povos.

atores centrais da arena da política externa, na qual intervém, sendo fundamental para seu reconhecimento social, num período em que a institucionalização do setor da “cooperação solidária” tinha sido marcada pela criação de um estatuto jurídico específico para a categoria “ONGD”.

Após aquele comunicado, a Comissão Permanente da Plataforma Portuguesa das ONGD anunciou a criação da “Rede de Solidariedade”, organizada em duas áreas: “ajuda humanitária” e “informação”, indicando como organizações de contato, a OIKOS para a “ajuda humanitária” e a ACEP e o CIDAC, para a área da “informação”. No interior da Plataforma Portuguesa das ONGDs, contudo, as organizações não se mobilizaram todas da mesma forma. Ao longo do conflito foram identificadas como ONGD ativas, ou seja, organizações que assumiram responsabilidades e/ou participaram em atividades concretas, a ACEP, a AMI, o CIDAC, a OIKOS, a CIC, a Sol Sem Fronteiras, a Saúde em Português e a VIDA. Do lado das ONGs da Guiné-Bissau, participavam da “Rede de Solidariedade” a partir de Portugal, a AD, a AIFA PALOP e a Tiniguena.

A participação de ONGDs portuguesas e bissau-guineenses no espaço da “cooperação não-governamental para o desenvolvimento”, articulado internacionalmente, principalmente na Europa e no espaço da “lusofonia”, com a constituição da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), permitiria aceder a redes de relações em diversas partes do mundo. Assim, a “Rede de Solidariedade” utilizou contatos junto do CLONG, organização que reunia todas as ONGDs de países membro da União Europeia, e de plataformas de ONGs criadas em “países de língua portuguesa” como Angola, Brasil, onde se constituiu o Núcleo Brasileiro de Acompanhamento dos Conflitos, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. As três organizações guineenses que participavam da “Rede de Solidariedade” tinham relações já longas com ONG “de desenvolvimento” de vários países europeus e do Canadá e, através destas, foi possível mobilizar recursos financeiros para o trabalho de informação e aceder a contatos para atividades de influência política um pouco por todo o mundo.

Na diáspora guineense, grupos de cidadãos organizaram-se para realizar manifestações, reuniões e assumir posições públicas através da comunicação social. Esses grupos foram mobilizados em torno de categorias diversas como os “quadros guineenses”, “partidos da oposição parlamentar”, “cidadãos radicados”, “organizações da sociedade civil”, desenvolvendo as suas atividades em Cabo Verde, Senegal, Portugal, Suíça, Brasil, Estados Unidos. Ao longo da guerra,

aqueles grupos trocaram informação com a “Rede de Solidariedade” que divulgou, através dos seus comunicados, iniciativas e posicionamentos assumidos por aqueles atores.

Após o acordo para o primeiro cessar-fogo, em Agosto de 1998, as organizações não-governamentais, os sindicatos e outros espaços associativos puderam reorganizar-se em Bissau. Assim, paralelamente à “Rede de Solidariedade” que atuava a partir de Portugal e às organizações de grupos na diáspora, outros espaços de concertação pela “paz” foram criados na Guiné-Bissau. Essa reorganização interna contribuiu para que a “Rede” pudesse acompanhar as movimentações militares e a situação das populações, recebendo dados recolhidos por membros das ONGs no país para alimentar a divulgação de informação relativa às atividades de “ajuda humanitária” e ao andamento das dinâmicas de combate e cessar-fogo, negociações ou disputas políticas.

Logo após o início do conflito, foi constituída a “Comissão de Boa Vontade” na Guiné-Bissau, com membros de vários setores da sociedade guineense (membros de partidos, religiosos, membros das ONG e representantes de “Nino” Vieira e de Ansumane Mané). Essa Comissão participou dos processos negociais promovidos ao longo do conflito tendo, os seus representantes, viajado para os vários países onde foram realizadas reuniões entre as partes visando interromper os combates ou para discutir as perspectivas de reconstrução do país aquando dos períodos de cessar fogo.

Também a Igreja Católica bissau-guineense se organizou para participar nos processos de mediação do conflito, da “pressão” diplomática e da prestação de ajuda humanitária. Nesse sentido o Bispo D. Seppimio Artur Ferrazetta, então responsável máximo da Igreja na Guiné-Bissau, de origem italiana e residente no país há várias décadas, integrou a Comissão da Boa Vontade, deslocando-se entre as duas frentes de guerra para parlamentar com as partes. A Igreja bissau-guineense, dispondo de missões por todo o país e de infraestruturas como escolas e centros de saúde, recebeu refugiados saídos de Bissau e que procuram abrigo no interior do país. As suas redes internacionais, o conhecimento do país de alguns missionários, nomeadamente os enviados pelo PIME, desde há décadas, e a experiência na assistência social, permitiram-lhes continuar a ter acesso a bens essenciais (alimentação, medicamentos), conhecer e utilizar canais para a sua distribuição, mesmo perante a desarticulação associada à guerra, e dispor de contatos junto de ONGs confessionais em diversos países.

No âmbito das ONGs guineenses foi constituída a Célula das ONG Nacionais e Estrangeiras para a Gestão da Crise na Guiné-Bissau

(CECRON) para articular as posições entre ONGs, recolher e distribuir informação sobre o conflito e participar da mediação. O quotidiano da CECRON era assegurado por membros das ONGs guineenses que permaneceram em Bissau, e que realizavam encontros regulares nas instalações de ONGs estrangeiras que também tinham permanecido na cidade durante a guerra. Esse trabalho foi suportado financeiramente principalmente por ONGs da Suíça, Holanda, Bélgica e Canadá.

Segundo um militante de uma ONG que permaneceu na Guiné-Bissau durante a guerra:

(...) o 7 de Junho também ajudou a nos unirmos porque no 7 de Junho constituímos a CECRON. Ganhámos consciência, nós que ficámos aqui em Bissau, de que era necessário nos unirmos para (...) fazer um comité de promoção da paz, de diálogo pela paz e segundo para poder ajudar melhor as populações (...) isso levou a uma certa aproximação entre as ONG.(Homem, liderança de ONG guineense, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

Um empreendedor de uma ONG, que passou parte do conflito em Portugal, regressando depois à Guiné-Bissau afirma que:

(...) havia alguns líderes de ONG que ficaram cá, alguns foram para Portugal. Aquele grupo que ficou cá mais os quadros que trabalhavam com as ONG tinham encontros informais. Aqui estava a ALTERNAG, estava algumas ONG estrangeiras, a Swissaid nunca saiu de cá, SNV, a própria Radda Barnen, havia, embora o líder da AD não estava cá mas havia outros dirigentes da AD que estavam cá, Tiniguena a mesma coisa, a minha organização, a Promoconsult também, tínhamos cá colegas que ficaram por cá. E... havia a AIFA PALOP também... havia enfim, outras organizações mais discretas, mas que também estavam por cá. A Associação dos Amigos das Crianças manteve-se sempre cá, havia outras que estavam vocacionadas para trabalhar por exemplo, havia uma organização das ilhas Natanyan (...) havia mesmo ONG que a equipe toda não saiu (...).(Homem, liderança de ONG, guineense, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

Para além da CECRON foi criado, a partir da liderança da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), o “Movimento da Sociedade Civil para a Paz e Democracia”, onde foram incluídos os sindicatos e espaços associativos diversos de várias regiões do país. Havia organizações que participavam de ambas as estruturas e os financiadores externos em alguns casos, também eram comuns. Segundo um agente / militante, que tinha trabalhado na SOLIDAMI e em ONG estrangeiras:

(...) mas foi na altura também que foi criado o Movimento Nacional da Sociedade Civil, não acompanhei muito bem porque também não estava, mas foi a Liga que promoveu o Movimento Nacional da Sociedade Civil que era uma coisa muito mais abrangente que incluía os sindicatos, a igreja, que faziam manifestações contra a guerra. (...) a CECRON era como uma coisa das ONG e o movimento era uma coisa muito mais ampla. (Homem, guineense, liderança de ONG internacional, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

A existência de movimentos paralelos de organizações não-governamentais, na Guiné-Bissau, durante a guerra, indica por um lado, a importância da sigla “ONG” e por outro, o processo de especialização no interior do campo dos movimentos sociais. Apresentando-se as ONG de “desenvolvimento” (CECRON) por um lado e as de “direitos humanos” (Movimento da Sociedade Civil) por outro, ambas as “redes” foram encabeçadas por ONGs guineenses e financiadas pelas mesmas ONGs estrangeiras. A emergência e delimitação da “ajuda não-governamental ao desenvolvimento” tornaria as ONG em “guardiões da sociedade civil” (CHANDOKE, 2002, p. 43) na medida em que outros atores, no hiato entre o Estado e o mercado (sindicatos, associações), careciam da sua mediação para acesso ao internacional. A identificação como ONG de “desenvolvimento” ou de “direitos humanos” permitia mobilizar articulações “além-fronteiras”, fundamentais no acesso a arenas de disputa, recursos e aliados.

4 Dinâmicas de cooperação e competição na “Rede de Solidariedade” e no espaço de militância pela “cooperação para o desenvolvimento”

Entre as ONG portuguesas que foram identificadas como contatos para as áreas da “informação” e da “ajuda humanitária” no

âmbito da Plataforma Portuguesa de ONGDs, o CIDAC, a ACEP e a OIKOS, estas duas últimas tinham, entre os seus militantes profissionais, antigos militantes do CIDAC. As dissidências a partir desta organização estiveram associadas ao empreendedorismo na criação de novas organizações não-governamentais de desenvolvimento ou na reconversão de espaços associativos, estabelecendo-se entre elas relações de cooperação/concorrência no interior da “cooperação solidária” e na Plataforma Portuguesa das ONGD. O CIDAC e a OIKOS eram descritas por Ribeiro (1995, pp. 140-141) como as “duas principais ONGDs portuguesas”, pela capacidade de acesso a fundos europeus, número de projetos, acesso a “personalidades” e lideranças com percursos de militância longos no setor da “solidariedade internacional”. No caso da ACEP, no final dos anos 1990, a organização realizou alguns estudos visando preparar as “atividades de cooperação” com os países de língua oficial portuguesa, mobilizando o capital de relações de uma das militantes na África. Até aí atuava principalmente no “anti-racismo”, tendo acesso a recursos (políticos, sociais, financeiros), no espaço nacional europeu, de suporte à “causa”. As três organizações tinham assim níveis distintos de capital simbólico, de notoriedade, e de acesso a fundos comunitários.

No que concerne ao conjunto de atividades identificadas como de “informação e pressão política”, a intervenção da “Rede” assentou num capital de relações diverso que é percebido como determinante na viabilização da atividade de “lobby”. O acesso a grupos dirigentes (políticos, académicos, dirigentes associativos), a instituições públicas, nomeadamente as da diplomacia e da cooperação, e a organizações não-governamentais, guineenses, portuguesas, é considerado um recurso chave na “Rede da Solidariedade”. Segundo uma militante, portuguesa, com relações com a Guiné-Bissau, engajada nas atividades de “informação e pressão”:

(...) fazer pontes para as instituições de cá, de ser um bocadinho aquela coisa super (...) super ousada, é preciso falar com o Barroso vamos falar com o Barroso, vamos à Assembleia, vamos atrás do Barroso, vamos falar com o Guterres, vamos falar com o Guterres e íamos, o Guterres, primeiro ministro, recebeu-nos (...). (...) De eu saber que tinha acesso à cooperação, que tinha acesso aos gajos das embaixadas (...) eu tinha ali uma série de coisas entre as relações cá e as relações com o pessoal de lá que me davam uma

situação um bocadinho única. (...) Mas no fundo havia ali um conjunto de relações, é pá todas as relações que eu tive pela Plataforma também, estás a ver? As pessoas que conheci (...) na cooperação portuguesa, as pessoas que conheci em Bruxelas, as relações com o CLONG. (...) usamos muito órgãos de governo (...) usamos muito poucas estruturas partidárias. Foi atirar diretamente à Assembleia, ao MNE, porque era por aí que as coisas se passavam, era o Gama que ia a Bissau, não era o Partido Socialista, era o Gama que andava nas negociações (...). Era a Assembleia que podia tomar uma posição pública enquanto Parlamento Português (...). (Mulher, liderança de ONG portuguesa, entrevista realizada em Portugal)

Durante o período do conflito na Guiné-Bissau, militantes da “Rede de Solidariedade” acionaram também contatos através de relações construídas ainda durante a “luta anticolonial” e a militância partidária em partidos da “esquerda radical”, nas décadas de 1960 e 1970. Esses antigos companheiros de militância tinham transitado para outros partidos políticos, exerciam funções em instituições multilaterais ou em ONG internacionais e mediariam o acesso a espaços institucionais, a arenas, considerados importantes. Através desses intermediários, os militantes da Rede teriam acesso aos diversos órgãos de poder em Portugal, à diplomacia portuguesa e europeia e a ONG internacionais com maior notoriedade na área dos direitos humanos como a Amnistia Internacional.

Aquele processo seria alimentado com o fornecimento de informação sobre o conflito, de forma regular, a uma conjunto diverso de pessoas. Essa base de contatos “com influência” resultaria da compilação das redes de relações dos engajados na “solidariedade com a Guiné-Bissau”, que possuíam longa experiência internacional. A ativação e manutenção das relações, a mobilização de aliados para as atividades de “pressão política” “além fronteiras”, e a manutenção do interesse pelo conflito, foram facilitados pela utilização das tecnologias de comunicação que permitiam enviar “informação”, por todo o mundo, de modo rápido e a baixo custo. A recolha dessa informação, a partir de um país, em guerra seria possível através do uso de telefones-satélites, entretanto obtidos e enviados para os aliados, em todo o território da Guiné-Bissau. A utilização daqueles recursos permitia contornar a

situação de interrupção das comunicações que ocorreu após o início da guerra e tornar a “Rede” numa fonte de informação que seria utilizada como capital para tentar influenciar posições, mas também para a aceder a arenas e a atores centrais.

Entre as organizações engajadas na “informação” e no “lobby”, a participação na “Rede” foi percebida de modo distinto. Para o CIDAC, a “Rede” era parte da sua atividade mais alargada no contexto da Plataforma Portuguesa das ONGD, ocupando, nessa altura, a presidência daquela estrutura pela primeira vez desde a sua fundação, em 1985, e da sua atividade de “cooperação solidária”, no âmbito da qual desenvolvia projetos em vários países, incluindo na Guiné-Bissau. A acumulação daquele conjunto de papéis e recursos indica uma posição central no setor, demandando o desempenho de um conjunto diverso de tarefas / responsabilidades, não emergindo assim o engajamento na “Rede” como a principal. Uma militante do CIDAC, com um itinerário de engajamento no “anticolonial” e na “causa” da “solidariedade internacional” desde os anos 1970, afirma que:

Eu estava numa situação um bocadinho particular na altura porque eu estava como dirigente da Plataforma também. E, portanto, tive que jogar em dois tabuleiros não é, tive que jogar enquanto coordenadora da Plataforma que era na altura, e enquanto CIDAC. E portanto a nossa intervenção foi um bocadinho nesses dois níveis tentando distingui-los o quanto possível, não é, para não, para não criar problemas ou conflitos ou mal entendidos com as outras organizações...gerir algumas, alguns conflitos que havia entre as organizações também aqui em Portugal, mas eu acho que foi bastante rápida a nossa reação no sentido de dizer, temos que criar condições para nos solidarizar com, com, nomeadamente com os nossos pares, não é, com o povo da Guiné Bissau e com as, as nossas congêneres com as quais tínhamos projetos em marcha, tínhamos cooperação, tínhamos enfim, ações conjuntas e tudo isso, e portanto estávamos em contato e portanto, a certa altura acho que se perfilou de certa maneira uma dupla ação no sentido mais de solidariedade mais concreta e no sentido de ação mais também diplomática de contatos com o governo português, enfim. (Mulher, liderança

de ONG portuguesa, entrevista realizada em Portugal)

Por outro lado, a ACEP, cuja atividade de “cooperação além-fronteiras” estava numa fase inicial, investiu no engajamento na Rede de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau disponibilizando, de modo contínuo, pelo menos uma militante profissional e o espaço físico da organização para receber dirigentes de ONGs guineenses refugiados em Portugal. A “informação” sobre a guerra e o “lobby” tornar-se-iam o cerne da atividade da organização no setor da “cooperação solidária” ao longo do conflito na Guiné-Bissau.

Segundo uma militante da ACEP engajada na “solidariedade internacional” desde o final da década de 1970:

(...) eu acho que teve a ver muito com isto e tem a ver muito com a questão, a disponibilidade permanente, o estar permanentemente disponível. Porque estava permanentemente disponível (...). E o fato de ter uma pequenina organização que não tinha ali um funcionamento rígido e que rapidamente era suficientemente flexível para conseguir acolher isto tudo. (...) porque eu percebi que eu tinha essa, provavelmente ninguém mais tinha condições para o fazer da mesma maneira que eu tinha. Por causa das relações todas estabelecidas, das cumplicidades todas que havia, de ter uma organização que era pequenina e não tinha que mudar a sua agenda todas para conseguir integrar (...).(Mulher, liderança de ONG portuguesa, entrevista realizada em Portugal)

A mobilização da ACEP para a “solidariedade”, diante de uma situação “inesperada”, é justificada pelo contexto organizacional “flexível” e de pequena dimensão e pelas “relações e cumplicidades” de uma das militantes com empreendedores / militantes guineenses, onde tinha vivido alguns anos. Tratando-se de uma organização que ocupava uma posição marginal no setor, o engajamento na “Rede” permitia dar “provas” da sua existência na “cooperação para o desenvolvimento”. Por outro lado, apesar de ser uma organização de pequena dimensão, seus fundadores mobilizavam redes de contatos junto do Partido Socialista e do governo, tendo também acesso às associações de migrantes guineenses em Portugal.

No que se refere à “ajuda humanitária”, a organização central do setor em Portugal, em final da década de 1990, era a AMI. A organização intervinha na Guiné-Bissau, na área da saúde, desde meados da década de 1980. Simultaneamente, vinha realizando “missões humanitárias” noutros países, em situações de “emergência”, associadas a guerras ou a catástrofes naturais. Quando eclodiu o conflito na Guiné em 1998/1999, a organização esteve entre as primeiras a prestar “assistência” às populações. Um dirigente da AMI, com experiência de missões “humanitárias” além fronteiras desde a década de 1970, e com atividades na Guiné desde meados dos anos 1980 afirma que:

Eu na altura sendo impossível atuar via Bissau, que havia uma linha da frente intransponível, eu optei, porque havia muitas populações em fuga de Bissau para o Leste, nomeadamente para Bafatá – Gabu mas para Gabu sobretudo, a nossa intervenção (...) foi montada com o nosso parceiro do Senegal e por isso nós fomos daqui para Dakar, Dakar toda a missão foi montada e tudo chegou por camiã à Guiné-Bissau. De tal como essa intervenção foi muito eficiente que eu lembro, estando já na Guiné, com o meu telefone satélite, na altura era uma maleta, tendo telefonado para mim o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas de Portugal que era o General Espírito Santo, o Secretário de Estado da Cooperação era o dr. Luís Amado, o Chefe da Casa Civil do Presidente da República que era o Embaixador Antônio Franco, todos a quererem ter informações da Guiné e nomeadamente, o da pista Gabu, antiga Nova Lamego, e tinha uma pista de onde descolavam os jatos de Força Aérea portuguesa na guerra colonial, os Fiat e por isso eu lembro de ainda ter ido medir a extensão da pista (...) porque ainda esteve a hipótese da parte do governo português de fazer largagens de avião sobre a pista de Gabu versus Nova Lamego. (...) a uma certa altura as forças do Ansumane Mané chegaram à nossa missão (...) e entraram na nossa missão e levaram-nos os três jipes. Eu tive acesso ao telefone satélite do Ansumane Mané, telefonei-lhe, ele de imediato foi de helicóptero até à nossa missão (...) deu imediatamente ordem

para que tudo o que tinha sido tirado da missão da AMI fosse imediatamente reposto porque dizia ele, e disse ele, que a AMI há muitos anos que ajudava o povo da Guiné por isso não podia ser saqueada nem podiam roubar as nossas coisas. E lembro-me depois quando eu tentei ir de carro até Bissau bom ter chegado a Mansoa (...) e um militar em Mansoa vendo o logótipo da AMI, os nossos carros subiam e desciam aquela estrada em permanência durante muitos anos, ele ter-me dito uma coisa interessante, doutor não vá daqui mais adiante porque as balas só saem dos canos das espingardas ou das metralhadoras, não escolhem destino, pronto ele estava-me a dizer que era melhor eu não continuar e eu voltei para Gabu (...) as pessoas entenderam e o próprio ministro da saúde estava em Bissau sabia muito bem (...) não tivemos assim dificuldades de maior (...). (Homem, liderança de ONGD portuguesa, médico, entrevista realizada em Portugal)

A intervenção de ONGs humanitárias além-fronteiras, para prestar “ajuda de emergência” em face de situações consideradas como violações de princípios ou valores “universais”, tornou o “humanitário” numa “causa” com elevada cotação, dando importante notoriedade às organizações do setor cujos logotipos se tornaram imagens reconhecidas e simultaneamente, formas de “proteção” em contextos de risco. Durante a guerra de 1998/1999, a notoriedade, o capital de relações na Guiné-Bissau, a organização logística e a experiência prévia em situações similares, são apresentados como elementos facilitadores das interações com os beligerantes de ambos os lados, sendo importantes para a viabilização da missão. Tais recursos apresentaram-se também relevantes na relação com os responsáveis políticos portugueses. A combinação de capital simbólico, político e financeiro e de *expertise* em áreas como a medicina e a logística “humanitária” tornavam a AMI uma organização central no espaço de militância por causas “além-fronteiras” em Portugal. A intervenção “humanitária” durante a guerra na Guiné apresenta-se nesse sentido, como uma prática “rotineira” para uma ONG de “emergência”, fundamental para o seu reconhecimento e para a reprodução da sua posição no campo.

Apresentando-se como uma “causa” com elevada cotação, outras organizações não-governamentais portuguesas também investiram na “ajuda humanitária” durante a guerra na Guiné-Bissau. De

fato, no âmbito da “Rede” a OIKOS foi definida como organização de contato no setor da “assistência de emergência” e outras ONGDs estiveram envolvidas naquele tipo de práticas, como a CIC, a Sol Sem Fronteiras, a Saúde em Português e a VIDA. O engajamento na prestação de ajuda humanitária esteve associado a recursos e lógicas diversas que indicam intersecções entre práticas “desenvolvimentistas” e de “ajuda humanitária”,³¹².

Tendo “projetos de desenvolvimento” em curso no país, com expatriados com experiência longa no país ou com guineenses, algumas ONGs tinham acesso a informação e redes de contatos que lhes permitiam conhecer os circuitos para distribuir auxílio humanitário. O acesso a financiamento da agência humanitária europeia, a ECHO, criada em meados dos anos 1990, permitia viabilizar a compra e o transporte de alimentos ou medicamentos para as populações e a estrutura logística que suporta tais processos. Nesse sentido, organizações com estruturas profissionalizadas e acesso a *experts*, ainda que vocacionadas para o “desenvolvimento” dispunham de recursos relevantes também na intervenção “humanitária de emergência”.

O trabalho humanitário envolveu ONG portuguesas de diferente dimensão e com experiências e lógicas diversas. Essa diversidade esteve associada a conflitos atribuídos a níveis distintos de “voluntarismo” ou “profissionalismo”. A “indústria” da “ajuda humanitária” tinha, já nessa altura, um conjunto de procedimentos padronizados que determinavam o acesso a financiamento da ECHO e o cumprimento de contratos de “ajuda humanitária” que eram considerados incompatíveis com as lógicas “voluntaristas”, gerando

312A distinção entre práticas “desenvolvimentistas” e “humanitárias” permeia o setor do associativismo na “cooperação solidária” há décadas. As primeiras são associadas a intervenções planejadas, de médio prazo, envolvendo *experts* e as segundas a intervenções de curto prazo, em situação de urgência, com recurso a um misto de profissionais e voluntários, habitualmente com competências especializadas como os médicos. Na União Europeia, nas Nações Unidas ou noutras organizações internacionais, existem linhas de financiamento e departamentos distintos para aquelas duas áreas. Ambos os setores têm contudo caminhado no sentido da profissionalização e aproximando-se, existindo por exemplo ONG humanitárias que permanecem nos países após a fase mais crítica de emergência para projetos de “reabilitação” e ONG de desenvolvimento que ocasionalmente intervêm em “situações de emergência”. Ambas as áreas requerem contudo o domínio de competências específicas, têm terminologias e lógicas próprias e nesse sentido, a intervenção em ambas as áreas requer a mobilização de um leque diverso de recursos. O debate permanece premente quer no interior das ONG humanitárias, como mostra Siméant (2001a).

“incompatibilidades” entre as ONG portuguesas. O militante de uma ONG portuguesa, com uma posição central no espaço da “cooperação solidária”, e com acesso a fundos “humanitários” da comunidade europeia, lembra que:

(...) quando fomos trabalhar do ponto de vista operacional em conjunto as coisas não correram bem (...). (...) Defendia que, ok, é preciso ajuda, mas é preciso saber que ajuda é que é, existem normas para essa ajuda, existem financiamentos para essa ajuda, há uma lista de medicamentos da OMS que é validada para este tipo de situações, é essa que é enviada. Há laboratórios que os vendem, há empresas na Europa que colocam onde nós quisermos, ligadas, são centros de fornecimento humanitário, nós conseguimos montar essa logística a partir do Senegal, não faz sentido andar a enviar coisas de Figo Maduro a um preço enorme. (...) Depois houve (...) digamos, o aluguer de alguns aviões de carga para levar ajuda etc., mas aí lá está, não havia uma maturação suficiente por parte da relação entre as ONG e algumas organizações nunca tinham estado em cenários desse género e, portanto, havia demasiado voluntarismo para colocar lá questões. Portanto aí começaram os problemas. (...) não correu muito bem do ponto de vista mais humanitário ou mais pragmático, mais prático porque aí havia muita diferença de funcionar. (Homem, liderança de ONG portuguesa, entrevista realizada em Portugal)

Mas, se o voluntarismo é criticado pelos militantes profissionais, para os voluntários, em particular aqueles ligados a organizações confessionais, a possibilidade de “fazer alguma coisa” apresenta-se fundamental no seu engajamento, colocando-se por vezes em situações de (potencial) risco ou abdicando de períodos de férias para “ir ao terreno”. Apesar de não disporem de estruturas logísticas como as organizações de pendor profissional, conseguiram mobilizar recursos financeiros e garantir a sua entrega por voluntários que viajaram para a Guiné-Bissau, junto das missões católicas que estavam a receber refugiados em várias regiões no interior do país. Segundo um militante português, nascido em Moçambique, engajado numa ONGD confessional de “jovens voluntários”, associada a uma ordem religiosa:

Eu estive na Guiné em 98 durante o conflito armado. Tínhamos tudo preparado para ir fazer a formação de professores em 98 que foi quando surgiu o conflito armado. (...) Nós (...) já tínhamos o projeto organizado, tivemos que adiar. Mas na altura (...) decidimos ir, fomos, entramos na Guiné pelo Senegal, fomos a Caió, levamos algum dinheiro, fomos à cidade ver as condições, se podíamos fazer alguma coisa, mas chegamos à conclusão que seria extremamente difícil com os recursos que dispúnhamos e sem logística, sem apoio logístico, fazer alguma coisa. Nós fomos para Dakar, de Dakar apanhamos um voo, uma avioneta que ia levar apoio também para o interior e entramos em Bafátá. De Bafátá fomos de transportes públicos, na altura, as carrinhas, até Caió, até à missão. Levávamos algum apoio de dinheiro e assim... éramos dois e estar a levar material era complicado. Na missão eles tinham lá muita gente, deslocados, o pessoal da cidade fugiu muito da cidade e então Caio tinha muito mais gente que o habitual. (...) eu tinha férias, fui durante a altura em que estava previsto ir de férias fomos à Guiné e depois voltei ao meu trabalho (...).(Homem, ex-militante de ONGD portuguesa, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

Outras organizações portuguesas, com experiência de “desenvolvimento” no interior da Guiné-Bissau, ainda que recentes, combinavam engajamentos “voluntaristas” e “profissionais” conseguindo, através de parcerias com organizações europeias de maior dimensão, aceder a recursos da ECHO para a “ajuda humanitária”. As suas ligações ao espaço católico internacional que atuava na Guiné-Bissau permitiu-lhes adquirir competências “profissionais” de administração da logística humanitária. Uma militante de uma ONG portuguesa, de “inspiração católica”, com formação superior na área da “cooperação internacional” e engajada na “cooperação solidária com os países em desenvolvimento” desde meados da década de 1990 afirma que:

(...) fizeram aquela Rede, e que nós também participamos portanto nós acabamos por responder um bocadinho ao apelo, não só cá, porque integramos aquele grupo, mas também ao apelo da Guiné, da missão católica de Taquir na

altura através do padre Óscar, depois da Caritas também de Bissau através do padre Zamberletti que também estava à frente da Caritas e pronto. A partir daí foi trabalhar não é, foi tentar corresponder ao máximo, quer dizer, porque as pessoas estavam a sair todas de Bissau e a fazer um corredor humanitário de Bissau para Suzana (...) e nós acabamos por um bocadinho por embarcar no barco e fazer um projeto de emergência, onde nós nunca tínhamos intervindo. Portanto fizemos um projeto de emergência com o apoio da cooperação portuguesa, fizemos uma parceria com uma ONG portuguesa que eram os “Saúde em Português” para conseguirmos os médicos junto do Ministério da Saúde e enfermeiros que pudessem ir para o terreno (...). (...) Nós pertencemos a uma rede de ONG, uma rede europeia de ONG que é a Família AVSI, ligado ao Movimento Comunhão e Libertação (...) e que nos apoiou num projeto para a ECHO. Então tivemos depois financiamento ECHO que nos permitiram aprofundar esta intervenção e chegarmos onde estamos hoje porque essa intervenção (...).(Mulher, liderança de ONGD portuguesa, entrevista realizada em Portugal)

A valorização de disposições como a “disponibilidade dos militantes para arriscar” permitiu-lhes, através de estratégias “aventureiras” diversas, entrar na Guiné para entregar recursos importantes não apenas para a “atividade humanitária”, mas também para “influência política” da “Rede de Solidariedade”. Aquela militante, referindo-se a uma dirigente da organização portuguesa onde trabalha, que entrou na Guiné durante a guerra:

(...) a L. saía daqui e ia para Dakar e depois entrava pela fronteira com os militares, com granadas a passear dentro do carro, que andavam ali, quer dizer, depois paravam a meio do caminho porque já não tinham gasolina mas já sabiam que havia um bidon de gasolina atrás daquela árvore tal, depois iam com ela, imagina que o ACEP dava um, os telefones satélites porque era a safa da malta toda era os telefones satélites e os rádios (...) que tinham que entrar de qualquer forma e então a Luz muitas vezes

levava-os pela fronteira (...) Portanto, outra vez acho que se vestiu de freira e que entrou como freira (...). (...) O nosso foco era as comunidades, era as pessoas que estavam a morrer à fome, era as pessoas que estavam com medo (...) a nossa preocupação era mesmo fazer chegar toda a assistência que fosse possível, médica (...).(Mulher, liderança de ONGD portuguesa, entrevista realizada em Portugal)

A configuração dos agentes engajados na “solidariedade com o povo da Guiné-Bissau”, no interior da Plataforma Portuguesa das ONGDs, indica que organizações sem experiência de “projetos” naquele país se envolveram de modo mais distanciado, sendo principalmente espetadoras. Todavia, considerando que entre as associadas da Plataforma, algumas dispunham de contatos importantes nas esferas política, econômica ou cultural, foi possível recorrer à sua mediação para ter acesso a recursos considerados fundamentais para a viabilização da atividade da Rede. Para aquelas ONGD portuguesas mais afastadas da “causa” da “Rede”, tratava-se de “chamar a atenção” para o que estava a acontecer e mobilizar contatos ou bens para as atividades políticas e humanitárias, e participar das discussões, posicionando-se como potenciais mediadores ou “teóricos”. Segundo uma militante de uma organização de *experts*, participante da Plataforma Portuguesa das ONGD, durante a década de 1990:

E quando chegou a guerra de 98 foi pura e simplesmente que tocar a corneta e tentar, e sensibilizar as ONG que era preciso cada um de nós fazer aquilo que estivesse ao nosso alcance para mexer os nossos contatos, para juntarmos coisas para podermos levar, de bens essenciais (...). (...) A gente comentava as questões políticas que levaram à guerra e discutíamos o futuro da Guiné Bissau e ficávamos por aí, no teórico (...). (Mulher, ex-militante de ONGD portuguesa, aposentada, entrevista realizada em Portugal)

Assim, a “causa” da “paz na Guiné-Bissau” não se apresentou igualmente mobilizadora para todas as ONGDs da Plataforma. O engajamento é entendido de modo distinto consoante a posição ocupada no espaço de militância pela “cooperação solidária”. Para aquelas que ocupavam posições centrais no setor, a “solidariedade com o povo da Guiné” constituiu uma oportunidade de reafirmação do seu papel e de reprodução da sua posição. Todavia, para essas organizações, geralmente de maior dimensão, a “Rede” era uma entre várias atividades

ou projetos, em Portugal e noutros países. Para as ONG periféricas, cuja atividade de “cooperação solidária” era ainda incipiente, mas que tinham redes de relações na Guiné-Bissau, a disponibilidade para a militância na “Rede” era maior, combinando recursos “profissionais”, contatos, acesso a militantes, *experts* ou a políticos, para responder ao “inesperado” e aproveitar oportunidades. Em alguns casos, o “voluntarismo” esteve associado a estratégias “aventureiras” para entrar num país em guerra, cujas fronteiras eram controladas pelos militares e a comunicação com o exterior era difícil com o corte do sistema de telecomunicações.

Após a guerra, a “Rede” daria origem a projetos diversos de ONGDs, intensificando a presença das organizações portuguesas na Guiné-Bissau. Entre as ONGDs portuguesas participantes na “solidariedade com o povo da Guiné-Bissau” apenas a OIKOS abandonaria o país. Uma empreendedora de uma ONG bissau-guineense e participante da “Rede de Solidariedade” afirma que:

A cooperação portuguesa depois intensificou-se (...) quando acabou a guerra (...) aquela experiência foi logo capitalizada, trabalhar três organizações, havia um núcleo duro que eram três organizações guineenses, três organizações portuguesas. Havia Tiniguena, havia AD e havia AIFA PALOP, havia ACEP, havia o CIDAC, não me lembro qual era a terceira. A ACEP estava no centro, mas havia três organizações portuguesas. (...) quando se dá logo as condições mínimas da paz (...). (Mulher, ex-liderança de ONG guineense, aposentada, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

O incremento da presença de ONGDs portuguesas foi viabilizado pelas relações criadas com atores bissau-guineenses, principalmente ONGs e organizações do espaço religioso, e pelo acesso a recursos de “ajuda ao desenvolvimento” do Estado português e da União Europeia. A “causa” da “solidariedade com o povo da Guiné-Bissau” transitaria do período da guerra para o período de “reconstrução” pós-conflito.

5 A “Rede de Solidariedade” como modo de participar no “internacional”

O debate acadêmico sobre estratégias e táticas de ação coletiva tem demonstrado que fatores culturais, organizacionais e

políticos são relevantes na seleção dos modos de atuação de movimentos sociais (TAYLOR & VAN DYKE, 2004, p.274). A constituição de uma “rede de solidariedade” para intervir num conflito armado, num “país em desenvolvimento”, apresenta-se como parte do repertório de táticas organizativas (CLEMENS & MINKOFF, 2004, p. 158) das organizações não-governamentais, profissionalizadas e institucionalizadas, intervenientes na “cooperação solidária para o desenvolvimento”, viabilizando a sua atuação internacional. Ela constitui um indicador da aquisição de visões de mundo, ideias, saberes e competências próprios daquele espaço, ao longo de itinerários de militância, mas também de outros recursos (materiais, políticos) que tornam possível a articulação entre agentes em vários contextos nacionais, e determinam as posições ocupadas por estes, e suas funções, na rede.

Tal como apresentado no capítulo I, a “cooperação solidária para o desenvolvimento” assenta na ideia, que funciona como um *master frame* (BENFORD, 2013), de que os países têm níveis distintos de “desenvolvimento” cabendo aos “mais desenvolvidos” “ajudarem aqueles em desenvolvimento”, através da “transferência de recursos financeiros, de conhecimento, de tecnologias, valores e ideias”. A genealogia daquele tipo de concepções revela continuidades e mudanças em relação ao discurso legitimador do colonialismo. Na senda de Goffman (1986, apud NUNES, 1993, pp. 37-38) os *frames* utilizados por movimentos coletivos são construídos a partir de elementos culturais institucionalizados, quadros primários, estando sujeitos a mudança nomeadamente pela emergência de disputas no modo de “enquadrar uma situação”, que deverão ser negociadas para dar origem a novas definições “aceitáveis” para as partes. A transição da “missão civilizadora” do colonialismo para a “causa” da “ajuda ao desenvolvimento” do período pós-colonial pode ser entendida como resultado de um processo negocial que originou *frames* aceitáveis para as relações entre os países, após as lutas independentistas no interior dos impérios europeus.

As “causas” construídas a partir das relações coloniais tornaram-se parte do acervo cultural de espaços de militância diversos, em todas as regiões do mundo. A “evangelização dos povos indígenas”, a “missão civilizadora” o “movimento anti-escravatura”, o “pan-africanismo”, o “anti-colonialismo” estiveram na origem de redes de ativismo “além-fronteiras” que incluíram grupos e organizações de origens geográficas variadas para “defender” ou “opor-se” à dominação europeia. Com o fim dos Impérios europeus, elementos da ideia colonial

de “responsabilidade” pela “difusão internacional da civilização” foram rearticulados nas antigas metrópoles, na política de “ajuda ao desenvolvimento” estando associados a disputas sobre o passado e as relações pós-coloniais. Todavia, aquele *master frame* seria utilizado para mobilizar os seus cidadãos para a participação em campanhas internacionais, em particular a partir da segunda metade do século XX, pela “luta contra a fome na África”, a “ajuda humanitária de emergência” ou o “cancelamento da dívida do Terceiro Mundo”.

Em Portugal, após a formalização dos acordos de descolonização, entre 1974/1975, que encerrariam o Império, as lutas pela legitimação do domínio português que permearam o período tardio do colonialismo, seriam rearticuladas na importação da “causa” da “cooperação para o desenvolvimento” que se tornou o *master frame* das relações pós-coloniais, em particular após a adesão do país à UE. Militantes “anticoloniais”, da “solidariedade internacional de pendor socialista”, antigos colonos e funcionários coloniais, militantes religiosos, “humanitários”, participariam da construção do espaço de engajamento pela “solidariedade com os países em desenvolvimento”, importando elementos da “causa” a partir da UE, ajustando-os ao contexto nacional. Esse espaço, representado pela “Plataforma Portuguesa das ONGD”, vinculou-se ao “movimento” dos países da União Europeia, reunidos no *Comité de Liaison*, e com representação junto daquela instituição.

Com a eclosão da guerra na Guiné-Bissau, em Junho de 1998, as ONGDs portuguesas e algumas congêneres bissau-guineenses reuniram-se para a “formação de uma rede” para “partilhar informação” e “enviar bens de primeira necessidade para as populações afetadas pelo conflito”. O processo de constituição do espaço de militância pela “cooperação solidária para o desenvolvimento” permitiu àquelas organizações e seus militantes participar de estruturas de representação “além-fronteiras”, adquirir conhecimento sobre métodos de organização e funcionamento das “redes, de suas estratégias e repertórios de ação, e das terminologias e funcionamento das arenas diplomáticas e da cooperação internacional com / nas quais interagem. Assim, a constituição de uma “rede internacional” em face de uma situação “inesperada” como uma “guerra” num país africano de língua portuguesa apresenta-se como indicador da institucionalização daquele espaço de militância em Portugal, e da mobilização de recursos sociais, políticos, materiais, culturais, que viabilizariam a utilização daquele repertório de organização.

Com efeito, na defesa da “rede” como modo de “organização além fronteiras” por membros das ONGD portuguesas são utilizados argumentos que podem ser encontrados numa grande diversidade de “campanhas internacionais”, sintetizados no trabalho de Keck e Sikkink (1998). Segundo os militantes portugueses, a organização em “rede” apresenta vantagens pois permite ativar relações de modo rápido, não requerendo procedimentos formalizados de adesão, é flexível, permitindo entradas e saídas das ONG e níveis de participação distintos, pouco hierarquizada, acomodando sensibilidades e abordagens diversas. Segundo um militante de uma ONG portuguesa, participante da Plataforma Portuguesa das ONGD, com competências especializadas na área da “ajuda humanitária”:

(...) o curioso que eu acho é que o caso da Guiné Bissau leva a uma organização, embora institucionalmente dentro da Plataforma mas eu acho que houve ali uma abertura para que fossem as organizações que mais trabalhavam com a Guiné Bissau que de alguma forma encabeçassem essa liderança desse processo sem digamos, a necessidade de envolver toda a gente ou toda a direção da Plataforma ou aquilo que fosse. E houve uma capacidade de resposta muito interessante porque nos organizamos facilmente quer em função daquilo que eram os contatos com Dakar, quer em função dos contatos com União Europeia, quer em função dos contatos com o governo português quer com a organizações da diáspora, quer com os guineenses que tinham entretanto vindo para Portugal e acho também digamos, aquilo que é um problema na Guiné Bissau torna-se uma vantagem cá porque o facto de termos uma série de guineenses com os quais trabalhávamos lá, cá, digamos, permitia ou exigia um outro tipo de capacidade de organização aqui. E então era mais algo que chamava e havia pressão de um lado e de outro e, portanto, foi mais fácil de se organizar (...). (Homem, liderança de ONGD portuguesa, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

A montagem da “rede” foi percebida como “fácil” no interior da Plataforma, acordando-se que a “causa” deveria ser liderada pelas organizações com maior ligação à Guiné-Bissau, não sendo requerido o

envolvimento de todas as ONGD portuguesas. Esse caráter “flexível” da “organização em rede” permitia responder ao desenrolar de eventos. pouco previsível numa situação de guerra., dispondo, os seus participantes. de um grau elevado de autonomia em relação à direção tornando menor o peso da negociação interna.

As “vantagens” atribuídas às “redes” enquanto repertório de organização “além fronteiras” para “defender causas” construídas a partir de normas e valores de ambição universal, como o “desenvolvimento”, o “respeito pelos direitos humanos”, ou a “paz”, como a “agilidade”, não podem ser dissociadas das dinâmicas de aliança e concorrência no interior dos espaços de militância que tornam determinadas “causas” mais ou menos importantes, viabilizando ou constringendo a ação coletiva. Assim, as vantagens das “redes além-fronteiras” e a “facilidade” de sua constituição surgem associadas à possibilidade de rearticular, conjunturalmente, as dinâmicas concorrenciais para aproveitar as oportunidades políticas.

Para além da dimensão instrumental, a “rede” envolvia ainda dimensões simbólicas e emocionais importantes. Representava uma demonstração da “solidariedade” das ONGDs portuguesas em face da situação da Guiné-Bissau e da condição das suas congêneres bissau-guineenses. Por outro lado, entende-se que, a disponibilização de condições de trabalho para que os líderes de ONGs bissau-guineenses, que estavam em Portugal, pudessem dar continuidade ao seu trabalho e militância, era um modo de prestar algum suporte emocional, para que aqueles “refugiados não se sentissem vítimas”. Uma militante de uma ONG portuguesa, com relações com dirigentes de ONG bissau-guineenses desde a década de 1980:

(...) abrir as portas e criar um espaço para as pessoas. Para poderem continuar, não estarem na posição de refugiados, estarem na posição de gajos que estão a lutar pela paz no seu país e não fazerem o papel dos refugiados que estão cá a serem acolhidos, coitados. E isso acho que deu às pessoas uma sensação, um sentido de dignidade e de poderem continuar a fazer, a trabalhar estás a ver? E de sentir que eram úteis, e que podiam fazer.(Mulher, liderança de ONGD, entrevista realizada em Portugal)

A “Rede de Solidariedade” permitia assim mobilizar recursos de um conjunto de organizações, portuguesas e guineenses, ancoradas numa estrutura institucionalizada como a “Plataforma”, através da qual

o acesso à arena diplomática portuguesa e europeia era maior. Por outro lado, a longa presença de ONG estrangeiras na Guiné Bissau permitia às organizações bissau-guineenses dispor de contatos e reconhecimento nos países centrais da União Europeia, fundamentais para viabilizar a ação coletiva transnacional. Essa mediação permitiria à “Rede”, em Portugal, e às ONG guineenses, aceder a recursos financeiros, a contatos, e arenas. Um empreendedor de uma ONG bissau-guineense, que durante a parte do conflito na Guiné-Bissau permaneceu em Portugal, afirma que:

(...) eu depois ainda cheguei fui fazer um périplo, financiado pela NOVIB, fui à França, Bélgica, Holanda, portanto explicar aos nossos parceiros o que é que estava a acontecer na Guiné Bissau porque eles queria perceber, então convidaram-me, custearam toda a viagem e eu fui (...) tive lá reuniões não só com essas ONG como com outras ONG desses países, em representação do Estado desses países. (...). (Homem, liderança de ONG guineense, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

Apesar do investimento na “causa” da “solidariedade com o povo da Guiné-Bissau”, a “Rede” não pode ser considerada central no “movimento internacional” de “apoio à Guiné-Bissau” tendo em conta a desigualdade de recursos relativamente às ONG de países centrais - financeiros, *experts*, e historial de relações com organizações bissau-guineenses e com outros atores que viabilizavam a sua presença no país pelo menos desde 1974. A “Rede” inseria-se assim num espaço de relações, articulado internacionalmente, pelo “auxílio ao povo bissau-guineense” concorrendo e cooperando com ONGs de outros países, com as estruturas missionárias da Igreja católica e com agências internacionais “humanitárias” que também tinham interesse na “causa”. É nesse contexto de interdependência e concorrência “além-fronteiras”, do qual participam as ONGs vocacionadas para “apoiar os países pobres”, que as alianças que permitiram a constituição da “Rede” e suportaram a sua participação internacional na “causa”, a partir de um país semiperiférico, podem ser entendidas.

5.1 Arenas, táticas e estratégias de “informar e pressionar”

As estratégias e táticas da Rede de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau são parte do repertório de ação das ONGs

vocacionadas para o internacional, - ainda que suas práticas expressem combinações diversas de atuação nacional e internacional - engajadas na “ajuda ao desenvolvimento” e “ajuda humanitária”. Atuando no âmbito da política externa e no âmbito diplomático, as ONG da “Rede” intervieram principalmente, nos espaços criados no espaço europeu, quer junto da União Europeia quer junto dos seus membros, para a interação entre ONGD e as instituições oficiais de cooperação para o desenvolvimento e ajuda humanitária.

Naqueles âmbitos, tratava-se principalmente, de apresentar um *frame* do conflito que influenciasse os posicionamentos diplomáticos de países e instituições, em particular daqueles com relações de cooperação com a Guiné-Bissau, em relação aos beligerantes. A posição oficial da UE era particularmente importante devido aos fluxos financeiros associados à “ajuda ao desenvolvimento” e aos acordos comerciais. Todavia, considerando que as decisões no interior da União Europeia são negociadas entre seus membros, os posicionamentos e interesses destes permaneciam fundamentais, tornando o espaço nacional igualmente relevante. No caso da guerra na Guiné-Bissau, os que revelaram maior engajamento diplomático foram Portugal, França, Holanda, Bélgica, Suécia e Itália, mobilizando-se as ONG destes países durante o conflito.

Fora do quadro europeu, a “Rede” interviu principalmente junto da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que se posicionou para participar nas negociações para a mediação do conflito. A “Rede” utilizou a ideia de pertença a uma “comunidade lusófona” para mobilizar as organizações de outros países cuja língua oficial é o português. Ao entender a CPLP como arena relevante, reconhecia a posição da própria CPLP na disputa por influência no âmbito diplomático. A rede procurou também mobilizar aliados junto dos países membro da Comunidade de Estados da África Ocidental (CEDEAO) em particular no Senegal, recorrendo para tal à estrutura das ONG nacionais.

Assim, a “Rede” investiu estrategicamente nas arenas e nos intervenientes com maior influência e interesse na Guiné-Bissau e em relação aos quais os seus integrantes dispunham de alguma perspectiva de acesso através das suas redes de relações e recursos. A internacionalização e difusão da “causa” foi orientada pelos conhecimentos concretos de espaços diplomáticos, de suas terminologias e lógicas de funcionamento, disponível entre as ONGDs membro da “Rede”, ou em suas ligações internacionais. Nesse âmbito foram privilegiadas abordagens institucionalizadas e já conhecidas ou

experimentadas, como a utilização estratégica da “informação” sobre o conflito, a organização de reuniões, encontros, conferências, que propiciavam a apresentação pública de demandas, e a realização de reuniões com responsáveis políticos. Todavia, para além de “denúncia pública”, a “Rede” intervinha também “nos bastidores”, em situações que não eram conhecidas no exterior da estrutura, e que estavam associadas por exemplo, à proteção de militantes guineenses durante a guerra. Segundo uma militante de uma ONG portuguesa, engajada nas atividades de “informação e pressão” da Rede de Solidariedade:

(...) monta-se depois aqui a rede, uma rede que tanto faz coisas públicas como faz coisas super clandestinas, super debaixo da mesa que é pedir o apoio, através da Presidência da República, para os militares irem mandar um helicóptero buscar o P. a Varela não é, a partir de um barco, o barco, a fragata que estava ao largo. Portanto há aqui uma componente, entre as coisas completamente públicas de denúncia, do Nino, e da guerra, e dos senegaleses, e dessa coisa toda, e depois coisas que têm a ver com rede de apoio não público (...). (Mulher, liderança de ONGD portuguesa, entrevista realizada em Portugal)

O debate sobre as “redes de militância além-fronteiras” tem apresentado a informação como recurso para persuadir os “alvos” e influenciar decisões políticas. Nesse sentido, as redes utilizam, de modo simultâneo ou alternado, quatro tipos de táticas: i) pesquisa e divulgação de informação credível e politicamente relevante junto de alvos estratégicos, ii) construção de símbolos, histórias ou outro tipo de atividades de atribuição de sentido sobre a situação em causa visando audiências distantes; iii) mobilização de atores poderosos em situações nas quais os membros da rede não têm capacidade de influência e iv) responsabilização de atores importantes recordando políticas ou princípios pro eles expressos no passado (KECK e SIKKINK, 1998: 16). Esses quatro tipos de estratégias podem ser identificados na intervenção pública da “Rede de Solidariedade”.

Sendo composta por ONG vocacionadas para a “cooperação para o desenvolvimento”, aquele tipo de práticas pressupõe a existência de fluxos de “informação” entre contextos de origem e de destino da “solidariedade”, que são fundamentais na exportação e importação de ideias, normas, imagens (TOWNSEND; PORTER; MAWDSLEY, 2002). No caso da “Rede de Solidariedade”, foram recolhidos e

difundidos dados sobre a situação militar e humanitária, as negociações diplomáticas, e as movimentações de cidadãos guineenses organizados no país e no exterior, para construir *frames* ao longo das várias fases do conflito. Outros elementos foram combinados com a difusão de informação, como a utilização de histórias, eventos ou símbolos, o apelo a atores com poder de decisão e de influência sobre os beligerantes e a responsabilização de atores sobre suas decisões ou posições passadas (KECK & SIKKINK, p. 16).

As dinâmicas da guerra, o desenrolar dos eventos e as posições assumidas pelos intervenientes na guerra estão associadas a estratégias distintas na recolha e utilização estratégica da informação e na combinação com outros repertórios de ação coletiva³¹³. Num primeiro momento, a “Rede” procurou “marcar a sua presença” através de um posicionamento público, enquadrando a sua intervenção junto de atores-chave do setor da diplomacia, em particular da “cooperação para o desenvolvimento”. O primeiro comunicado da “Plataforma Portuguesa das ONGD” expressava “solidariedade” com o povo da Guiné-Bissau, “apreensão” com a situação no país, em particular com a entrada de militares estrangeiros, e “compromisso” com a prestação de ajuda humanitária de modo coordenado. Evitando expressar uma posição de apoio em relação a uma das partes beligerantes, a referência aos riscos de violência associados à entrada de outros países no conflito não deixa de ser uma crítica à decisão do Presidente “Nino” Vieira.

Com a decisão de criar a “Rede” foi enviada informação concreta sobre a sua composição, o que estava a ser feito, as articulações criadas em Portugal e noutros países e a ajuda humanitária enviada, mostrando, aos destinatários, a existência de um “movimento de solidariedade” em curso. A “Rede” apresentava assim uma definição da situação, do seu papel e de outros. Sendo reconhecida como interlocutor por políticos portugueses, a “Rede” manteve ao longo do conflito contatos com os responsáveis do setor da cooperação para o desenvolvimento, nomeadamente os do Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP). Foram também realizados encontros com responsáveis políticos portugueses, o Primeiro Ministro, o Presidente da República e o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Segunda uma militante portuguesa, engajada na atividade de “informação e comunicação”, mantendo uma “disponibilidade total” à

313 Documentação consultada no Arquivo da Associação para a Cooperação Entre os Povos.

Rede de Solidariedade: *foi atirar diretamente à Assembleia, ao MNE, porque era por aí que as coisas se passavam, era o Gama que ia a Bissau (...) era o Gama que andava nas negociações (...).*

Outra militante, também engajada na “informação e comunicação”, exercendo simultaneamente a representação oficial da Plataforma, afirma que foi feita uma:

(...) ação (...) diplomática de contatos com o governo português, enfim. Lembro-me que eu acabei por ir em 1999 à Guiné Bissau enquanto coordenadora da Plataforma, com o então Secretário de Estado da cooperação, portanto havia essa parte de contatos (...) (Mulher, liderança de ONGD portuguesa, entrevista realizada em Portugal)

Considerando a divisão do trabalho na Rede entre atividades de “informação” e de “ajuda humanitária”, e a representação desses “eixos” ser feita, no primeiro caso, pela ACEP e CIDAC e, no segundo pela OIKOS, a capacidade de acesso às instituições nacionais europeias por essas ONG apresenta-se como um importante recurso. A ACEP, o CIDAC e a OIKOS têm entre seus fundadores, militantes católicos “progressistas”. No contexto da atividade de “oposição ao Estado Novo” os empreendedores do CIDAC e da OIKOS participaram de espaços de engajamento como a cooperativa Pragma, onde criaram relações com Jorge Sampaio, Presidente da República de Portugal em 1998. Dirigentes das três organizações tinham relações familiares ou de amizade com membros do governo do Partido Socialista (PS) então no governo, e entre os fundadores da ACEP e da OIKOS havia militantes daquele partido. Assim, as três organizações dispunham de canais de acesso ao governo e ao Presidente da República ao longo de todo o período do conflito na Guiné-Bissau. No contexto da representação portuguesa na União Europeia, uma antiga militante do CIDAC, participou da organização da reunião de ONG europeias, mantendo-se como um canal de informação e contatos na UE. O então Presidente da OIKOS, Jardim Gonçalves ocupava o cargo de Presidente do CLONG.

No início do mês de Julho de 1998, e até ao final de Setembro, iniciou-se outra etapa, durante a qual se conseguiu a primeira trégua nos combates. A informação veiculada pela “Rede” apresentava a configuração de atores diversos e suas intervenções no conflito na Guiné-Bissau. No âmbito diplomático, apresentavam-se as iniciativas da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, (CPLP), da União

Europeia (UE), da Comunidade de Estados da África Ocidental (CEDEAO), do Estado português e da França. Desenhava-se nesse âmbito, um distanciamento entre os países francófonos, que estavam a apoiar militarmente “Nino” Vieira, em particular o Senegal e a Guiné-Conacri e o espaço “lusófono”, que hesitava em expressar apoio a uma das partes. A dinâmica do enfrentamento na Guiné-Bissau seria apresentada como uma luta por influência e protagonismo na região oeste-africana, recuperando disputas antigas, entre ex-potências coloniais, França e Portugal.

No âmbito das ONG, a “Rede” divulgava a difusão internacional da “solidariedade com a Guiné-Bissau”, apresentando os posicionamentos públicos da Confederação de Organizações não-Governamentais do Senegal (CONGAD), e de estruturas de representação de ONG nos países de língua portuguesa. Em Cabo-Verde foi criada uma antena da “Rede”, junta da Plataforma de ONG do país, para recolher informação e acompanhar a recepção dos cidadãos bissau-guineenses aí refugiados. Começaram a surgir também relatórios sobre “abusos de direitos humanos” e sobre a situação das populações refugiadas, realizados pelas ONG “especializadas” no tema. A “Rede” ecoava assim, a mobilização internacional das ONG a partir de diversos espaços identitários: as ONG de países da CPLP, de “cooperação para o desenvolvimento”, de “direitos humanos” e de “ajuda humanitária”.

A informação recebida de Bissau e difundida pela “Rede” incluía ainda as movimentações militares, os combates, baixas e as posições e perspectivas das partes. A recolha desses dados, que pressupunha acesso a contatos junto das tropas dos dois lados, era facilitada por relações familiares e de amizade e pela experiência militar de alguns militantes de ONG. A manutenção de posições de neutralidade é entendida como determinante na circulação entre os dois lados do conflito. Segundo um militante bissau-guineense, engajado na CECRON durante a guerra:

Eu disse que tinha sorte porque conhecia ambas as pessoas (...) são da mesma geração, estudamos juntos (...) estávamos juntos na Rússia, eu estava a fazer Engenharia eles estavam na Academia Militar. Eram os oficiais, uns do outro lado, outros deste lado, mais destacados e esses é que tinham mais problema. (...) tive a sorte durante o conflito de andar de um lado para o outro também, sem ser incomodado (...).(Homem, ex-liderança de ONG bissau guineense,

funcionário público, entrevista
realizada na Guiné-Bissau)

Ainda durante a segunda fase do trabalho de informação da “Rede de Solidariedade”, as ONGs divulgariam informação sobre as iniciativas e posicionamentos dos “quadros” guineenses em Portugal e no Senegal, indicando a mobilização da diáspora para intervir na situação de guerra no país. Organizações guineenses diversas, cujos dirigentes estavam em Portugal, como sindicatos, partidos políticos, ONGs, associações, apresentavam comunicados e realizavam conferências com a imprensa para apresentar publicamente suas demandas. Essa etapa do trabalho de informação seria então marcada pela definição da situação no que respeita aos intervenientes na guerra (belligerantes, instituições internacionais, ONG, Igreja), às suas posições, e aos efeitos do conflito. Com as primeiras tréguas e a reorganização das ONG guineenses, a “Rede” disporia de fontes de informação adicionais a partir do terreno.

Para além do trabalho “informativo”, a “Rede organizou eventos públicos dirigidos principalmente, à “comunidade político-diplomática” e das ONG de “desenvolvimento”. Cerca de um mês após o início da guerra, organizou, com suas congêneres guineenses e de outros países europeus, uma conferência de ONGs em Bruxelas, em 6 de Julho. Participaram da reunião 28 ONGs³¹⁴. No final da conferência foi apresentado publicamente um *Apelo à Paz na Guiné-Bissau* onde se condenava a *qualquer tentativa de tomada de poder pela força*, mas simultaneamente, se lamentava a *intenção aparente do poder oficial se manter à custa de ações militares internacionalizadas que ameaçam hoje inclusivamente a própria sobrevivência do povo da Guiné-Bissau*³¹⁵. Em Bruxelas, esta reunião visava principalmente, influenciar as tomadas de posição pela União Europeia tendo-se articulado a tomada de posição sobre a Guiné-Bissau em reuniões importantes que já estavam agendadas envolvendo entidades e países da UE: reunião entre ONG italianas e a Comissária Bonino, responsável pela ECHO; reunião

314 Presença de entidades internacionais (Caritas; UNICEF; CLONG), 4 ONG da Alemanha, 2 ONG da Bélgica, 1 ONG da Dinamarca, 1 ONG da França, 3 ONG da Guiné Bissau, 3 ONG da Itália, 3 ONG dos Países Baixos, 5 ONG de Portugal, 1 ONG de Suíça, 22 entidades missionárias do PIME da Itália.

315 *Apelo à Paz na Guiné Bissau. Comunicado da 1ª Reunião de Europeia de Solidariedade*, Bruxelas, s/p, 6/7/1998. Arquivo da Associação para a Cooperação Entre os Povos.

do *África Working Group* da UE, debate no Parlamento Europeu sobre a Guiné-Bissau, Cimeira de Chefes de Estado da CPLP.

Para além da posição pública e da articulação para intervir em espaços de interação com instituições internacionais, as ONG comprometeram-se a preparar, em articulação com uma jurista da Guiné-Bissau, um documento com o posicionamento sobre o “problema da legitimidade”. Com efeito, a dinâmica de alianças que sustentava a guerra na Guiné-Bissau assentava na discussão da legitimidade do Presidente “Nino” e de Ansumane Mané, o líder dos revoltosos. Os partidários do primeiro argumentavam que este tinha sido “democraticamente eleito” em 1994, e que se defendia de um golpe de Estado, e os partidários do segundo que ele defendia o país de uma invasão externa que colocava em causa a soberania nacional, e incorporava o descontentamento social com as políticas de “Nino”. O problema de legitimidade era entendido, pelas ONGs da “Rede” como fundamental pois determinaria os apoios às partes. Segundo um militante português, engajado na Rede de Solidariedade, nas atividades de ajuda humanitária:

A nossa preocupação enquanto ONG foi mais a de informar o próprio Estado português, a de procurar que o Estado português digamos mantivesse um posicionamento que sim senhor era necessário pacificar, necessário voltar a ter, a organizar as instituições, que não criasse à partida, acho que isso foi debatido, um posicionamento demasiado frontal de dizer estes são os legítimos aqueles são os ilegítimos (...). (Homem, liderança de ONGD portuguesa, entrevista realizada em Portugal)

Devido às ligações próximas entre o Presidente e Ansumane Mané, a guerra foi inicialmente considerada como uma disputa entre cúpulas políticas e militares. A partir da entrada de militares de países estrangeiros, a legitimidade de “Nino” Vieira foi sendo questionada, e o “apoio popular” a Ansumane e à Junta Militar, que os combatia, aumentou. O simbolismo associado às figuras de antigos combatentes da guerra de libertação, que voltaram a pegar em armas na guerra de 1998, terá também contribuído para esse apoio. Segundo um militante bissau-guineense, engajado na CECRON e com um percurso marcado pelo engajamento no PAIGC durante a “luta pela independência”:

(...) o Ansumane Mané conviveu com o Nino todo o tempo (...) desde a luta de libertação. (...) Foi ele que defendeu o Nino muitas vezes (...) eu estava nas Forças Armadas, eu conhecia as linhagens que estavam lá. (...) mas aí no Estado Maior, o Ansumane viveu o que todo o oficial de PAIGC, o PAIGC do principio, de Cabral, viveu, que era aquela sonegação do Nino, a promoção de outros indivíduos, sem... acima dos combatentes. Ele viveu e sentiu isso na pele. Então isso levou à contradição com esse grupo e consequentemente com Nino. (...). Mas... cada vez a população foi, a guerrilha, a Guiné foi-se integrando na Junta e aos poucos a Junta tinha um exército em todo o país. Foram irradiados de todos os pontos onde estavam ficou só Bissauzinho aí. Era... eles não sabiam, não podiam fazer essa leitura. É por isso que... a Guiné é muito complicada, o patriotismo grita mais alto. Se fosse só entre eles, eles iam ficar lá três meses e depois iam desistir. Mas trouxe força estrangeira ah, acabou, acabou. (Homem, liderança de ONG guineense, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

A aproximação à Junta Militar foi assim entendida como uma forma de “patriotismo” ou de “apoio à independência do país” por alguns militantes das ONGs. No contexto europeu, a “ameaça” à soberania da Guiné era atribuída à França. Nesse sentido, a segunda Conferência de ONGs decorreu em Paris, em 29/9/1998, com a participação de cerca de 40 organizações, entre ONGs guineenses e europeias e instituições internacionais. A reunião das ONGs visava *perspectivar o socorro às vítimas do conflito e alertar a opinião pública*. Na declaração pública apresentada após a conferência, apelava-se a (...) *resolução pacífica do conflito e à construção ativa da paz pelos próprios guineenses, longe da ingerência externa e à tomada em consideração da participação da sociedade civil nas negociações*³¹⁶. Nesse encontro, as ONGs comprometeram-se a organizar um conjunto de estruturas e eventos para articular posições para o “futuro do país”, tendo sido planejada uma reunião da sociedade civil para o

316 *Declaração de Paris das ONG em Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau*. Paris, 29/9/1998. Arquivo Associação para a Cooperação Entre os Povos.

“relançamento do desenvolvimento da Guiné-Bissau”, a instalação de um Observatório de Direitos Humanos, a manter durante a guerra, um seminário de quadros guineenses e de um encontro de organizações de sociedade civil organizado pela Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH).

Em Outubro de 1998, com o regresso dos combates, a “Rede” reproduzia os comunicados da CECRON, com “apelos à paz”, e dos missionários na Guiné-Bissau. Reportava também manifestações na Guiné-Bissau, na França, em Portugal e no Parlamento Latino-Americano, organizados por cidadãos guineenses na diáspora e por “organizações solidárias”. Esses repertórios, com importante dimensão simbólica, foram partilhados pela “Rede”, aumentando a sua visibilidade junto de intervenientes no âmbito diplomático. Os protestos tinham como alvo, os países estrangeiros que estavam a intervir militarmente no país, o Senegal e a Guiné-Conacri, e a França que era considerada sua aliada. Ou seja, o campo que suportava o Presidente “Nino”. Nesse período foram também divulgados os reportes de violência contra pessoas, pilhagem das instalações das ONG, recrutamento forçado de jovens. Relatos de violência publicamente apresentados pelos missionários italianos na Guiné-Bissau foram também divulgados³¹⁷.

Com o acordo de cessar-fogo, em Novembro de 1998 a “Rede de Informação” divulgava os planos para a reconstrução da Guiné-Bissau elaborados pelas ONGs reunidas na CECRON e pelo Movimento da Sociedade Civil para a Paz, Democracia num contexto em que, após o cessar-fogo de Novembro, foram iniciadas negociações para a formação de um Governo de Unidade Nacional que deveria preparar o país para a realização de novas eleições, e para a entrada de uma força de interposição enviada pela CEDEAO para garantir a manutenção da paz.

Todavia, a partir do final do mês de Janeiro, os atrasos na chegada das tropas da CEDEAO e a saída dos militares estrangeiros que apoiavam “Nino” Vieira geraram novas ondas de protesto. Nessa altura, começaram os combates que seriam acompanhados de posições públicas da “Rede”, responsabilizando o então Presidente guineense e divulgando documentos que demonstrariam a presença de tropas francesas a apoiar as movimentações militares deste. Divulgariam ainda a intervenção dos missionários católicos italianos junto da diplomacia

³¹⁷ Documentação consultada no Arquivo da Associação para a Cooperação Entre os Povos.

do seu país com o mesmo tipo de denúncia. Na mesma altura, em Portugal, os protestos de cidadãos guineenses aquando da visita do Presidente da França seriam “amplificados” através da Rede, que enviaria também testemunhos relativos à situação social no país.

Assim, o reporte de protestos, o envio de “provas” da presença de tropas francesas e a utilização de testemunhos sobre a situação social indicam o incremento da pressão diplomática sobre a França, e dos restantes aliados de “Nino” Vieira, atribuindo-lhes responsabilidades pelo “regresso” da guerra e suas consequências nas populações. A divulgação dos apelos da Igreja Católica guineense, questionando a legitimidade de “Nino” Vieira e apelando à saída das tropas, reforçaria essa posição. Em meados de Março, seriam novamente suspensos os combates e reforçado o contingente de tropas para a manutenção da paz, dando-se início à saída de algumas tropas senegalesas. Devido à lentidão deste processo, persistiam dúvidas sobre as intenções do governo³¹⁸.

A terceira conferência de ONGs foi realizada em Lisboa, em 29 e 30 de Abril³¹⁹ visando o “relançamento” da Guiné-Bissau num período em que o Governo de Unidade Nacional estava já constituído e existia uma força de interposição da CEDEAO no país. Participaram cerca de 60 organizações não-governamentais europeias, guineenses e cabo-verdianas bem como instituições internacionais. Nessa altura, reconhecia-se que a situação na Guiné-Bissau era de “transição”, “sensível e crucial”, apresentando o processo de paz como dependente do “regresso rápido à normalidade “ e apelando para que os “doadores levatem as reservas manifestadas à concretização da ajuda ao processo de reabilitação e desenvolvimento”. Nesse contexto, a presença de figuras simbólicas do conflito como os padres e missionários e membros das ONGs que permaneceram no país, participando da mediação e da ajuda humanitária, permitiu a partilha de histórias e de imagens visando influenciar as decisões dos “doadores” em relação à “ajuda ao desenvolvimento” do país. Com efeito, após a conferência em Lisboa, alguns dirigentes de ONG bissau-guineenses seguiram para a “Mesa Redonda” em Genebra onde Estados e instituições internacionais definiam o financiamento e a estratégia de transição pós-conflito.

318 Documentação consultada no Arquivo da Associação para a Cooperação Entre os Povos.

319 *Declaração Final da 3ª Reunião Europeia de ONG em Solidariedade com a Guiné-Bissau*, Lisboa, 29 e 30 de Abril de 1999. Arquivo da Associação para a Cooperação Entre os Povos.

Apesar do enquadramento da conferência em Lisboa ter sido o “relançamento da Guiné-Bissau”, a guerra ainda não tinha terminado. Em 7 de Maio, após um período de tensões durante o último cessar-fogo, a Junta Militar realizou um assalto final a Bissau derrotando as tropas leais a Nino Vieira. Nessa altura, a “Rede” reportava a “alegria” da população com a vitória da Junta Militar. Todavia, o não reconhecimento desta pela França gerava receios de que a nova configuração do poder não fosse reconhecida nomeadamente pela União Europeia, ainda que esta não classificasse o assalto a Bissau como golpe de estado.

A “Rede” enviou nessa altura, um conjunto de artigos da imprensa portuguesa assinalando os “sinais positivos” de Bissau e as posições assumidas por ONG belgas e francesas que criticavam os atrasos no acesso a recursos de “ajuda ao desenvolvimento” para projetos na Guiné-Bissau. Também em Itália, os missionários organizaram uma conferência com Ema Bonino, responsável da agência ECHO, visando o apoio à reconstrução da Guiné-Bissau. Com a saída do Presidente “Nino” Vieira do país, depois de pedido de asilo na embaixada portuguesa, a vitória da Junta.

O repertório utilizado pela “Rede”, de “informação e pressão política”, e a seleção de *frames* ao longo do conflito revela a importância dos enquadramentos de cariz “humanitário” na legitimação da intervenção das ONG, em particular as estrangeiras, em conflitos “internos” / “guerras civis” nos “países em desenvolvimento”, por oposição à argumentação política e ideológica, comum nas organizações de “solidariedade terceiro-mundista”. Aquela lógica indica o domínio, na década de 1990, das abordagens das organizações humanitárias como os Médicos Sem Fronteiras, que defendiam ser o papel das ONGs presentes em “crises humanitárias”, a “denúncia” e o “testemunho público sobre os “sofrimentos” dos povos de modo a “chamar a atenção” e “responsabilizar” os “culpados” (SIMÉANT, 2014), a partir de argumentos morais, retirando do enquadramento, as dimensões “ideológicas” e históricas das “tragédias” e dos conflitos. Recordando as interdependências entre a esfera estatal, em particular da política externa, e das “ONG de desenvolvimento”, aquele tipo de repertório e abordagem discursiva permite transformar o processo de “tornar nossos” os “problemas dos outros” em um “ato de altruísmo” dos Estados ou das ONG.

5.2 *Frames* e disputas em torno da “neutralidade” das ONG: “informação e pressão” e as guerras na África

As conferências europeias de ONGs, em “solidariedade com o povo da Guiné-Bissau” produziram documentos “oficiais” que revelam que os quadros interpretativos sofreram algumas alterações ao longo do conflito. Todavia, o *frame* primário esteve centrado no argumento de que a “intervenção militar externa na Guiné-Bissau agravava a violência”, os “abusos de direitos humanos” e a “destruição dos meios de vida das pessoas”.

Na primeira conferência das ONGs, em Bruxelas, em Julho de 1998³²⁰, apresentava-se uma gradação da “culpa” pela situação no país entre os beligerantes, atribuindo-se ao lado presidencial e seus aliados estrangeiros, a responsabilidade pela intensificação do conflito e suas consequências. Assim, apesar de se “condenar” a Junta Militar pela tentativa de tomar o poder através da utilização da força, questionava-se de modo veemente, a manutenção no poder pela guerra. As ONGs concluiriam que esta “opção do governo guineense colocava em causa a sua legitimidade”. Nesse sentido, os argumentos legais, nomeadamente a ideia “de golpe de Estado visando derrubar um governo eleito”, eram secundarizados perante as consequências “humanas” do conflito, submetendo os argumentos do âmbito do direito a razões morais.

Tendo assim definido o problema e os “responsáveis”, atribuíam também responsabilidades aos diversos intervenientes. Caberia às partes em conflito “parar com os combates”, iniciar “negociações para o cessar-fogo” e “abrir corredores humanitários”, e às instituições internacionais “pressionar os beligerantes” nesse sentido. As ONGs deveriam “monitorar todo o processo” e garantir o envio de auxílio para as populações”. Nessa conjuntura, os indivíduos e organizações que tinham permanecido no país para “apoiar as populações” eram representados de modo favorável por seus esforços “humanitários” em face de “situações de risco”.

Com a continuação da guerra, na segunda reunião de ONGs, em Paris³²¹, apresentou-se um *frame* que refletia o “agravamento do conflito” e de “suas consequências”. Nesse sentido, as ONG

320 *Apelo à Paz na Guiné Bissau. Comunicado da 1ª Reunião de Europeia de Solidariedade*, Bruxelas, s/p, 6/7/1998. Arquivo da Associação para a Cooperação Entre os Povos.

321 *Declaração de Paris das ONG em Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau*. Paris, 29/9/1998. Arquivo Associação para a Cooperação Entre os Povos.

consideravam que a intervenção militar externa tinha provocado uma “internacionalização do conflito” que colocava o país perante o risco de “difusão da guerra por todo o território”, de “emergência de uma cultura de guerra”, e de “desestruturação e divisão do país”. Insistia-se ainda no caráter “emergencial” da “situação humanitária”, descrita como “drástica”, recusando os relatos que subestimavam a gravidade dos danos às populações. As populações rurais, que tinham recebido os refugiados eram apresentadas como “altruístas”, sendo o “principal apoio dos refugiados”. Questionava-se “até quando” essas populações poderiam prestar esse auxílio. Assim, as ONGs presentes mantinham as demandas no que respeita à ajuda humanitária. Estas comprometiam-se a procurar meios para manter a “solidariedade com o povo guineense”, “mobilizar as populações de seus países” e “recorrer às capacidades locais para a evitar a marginalização das ONGs guineenses”.

Apesar das ONGs presentes na conferência de Paris acentuarem a crítica a um dos lados do conflito, ao Presidente “Nino” e seus aliados estrangeiros, as ONGs articuladas na CECRON, na Guiné-Bissau, procuravam manter um posicionamento de “neutralidade”. Essa neutralidade era vista como importante para participar da mediação e das negociações, mas também porque entre as ONGs guineenses havia posições distintas em relação à Junta Militar e seus aliados. Um militante de uma ONG bissau-guineense, participante da CECRON, questiona o apoio das “organizações internacionais” à Junta Militar:

(...) a maneira de ver as coisas na altura, como (...) as organizações internacionais se situavam, não julgavam a Guiné nem a população, julgaram a pessoa que está lá, o Nino, julgaram o Nino (...) então o Nino era isto e era aquilo. Lá onde o Nino estava era só podridão. O outro lado, de qualquer forma seria melhor. (...) O que era a Junta na altura, a Junta era o quê? O Ansumane que era o menino de mandado do Nino Vieira, sem escola (...) que por razões um pouco desconhecidas vai dizer não, eu vou lutar contra o Nino. E você vai dizer, o Ansumane é que tem tudo, ele é que tem organização (...) como é que a senhora pode dizer que esse aluno de Nino Vieira, vai nascer uma outra pessoa muito diferente daquilo que ele aprendeu com o Nino? (Homem, ex-liderança de ONG, funcionário público, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

No que respeita à posição perante os beligerantes e mediadores externos, a conferência apresentava também posições mais “críticas”. As ONGs demandavam a “saída de tropas estrangeiras” e uma “mediação externa imparcial”, considerando que o conflito deveria ser resolvido “longe da ingerência estrangeira”. Com a mediação a ser liderada pela Comunidade de Estados da África Ocidental (CEDEAO), em detrimento da mediação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), questionava-se se as ligações entre Estados “francófonos”, vistos como aliados de “Nino” Vieira seriam “imparciais”.

As reuniões de ONGs europeias “em solidariedade” apenas seriam retomadas em 1999, num contexto distinto. A terceira reunião de ONGs europeias, realizada em Lisboa em Abril de 1999³²², apresentava a situação na Guiné-Bissau como sendo “de transição pós-conflito”, mas “sensível”. Nessa reunião, reconhecia-se a “importância das ONGs durante a guerra na Guiné-Bissau” e as “dinâmicas de concertação na sociedade civil”. Aquelas organizações deveriam “colaborar com o Governo de Unidade Nacional”, entretanto formado para coordenar a realização de eleições, entendendo que este mantinha uma “postura encorajadora de reconciliação nacional” e “diálogo com a sociedade civil”, reconhecendo assim o governo provisório saído das negociações diplomáticas.

Prevedendo-se uma “Mesa Redonda” para mobilizar financiamento externo para a “reconstrução” do país, a conferência das ONG apelava à “agilização do apoio a programas”, à “permanência das ONG” e de “valorização da sociedade civil local”. Todavia, apesar do investimento no *frame* da “reconstrução do país” e da “transição para a paz”, nomeadamente para “motivar” os “doadores”, Bissau ainda viveria um ataque final que selaria a vitória da Junta Militar. Após esse acontecimento, as ONG da “Rede de Solidariedade” prosseguiriam no quadro da “reconstrução” engajando-se junto dos “doadores internacionais” para a mobilização de fundos para retomarem as suas atividades de cooperação.

Se se considerar, na senda de Crossley (2002, p. 139-143), que os *frames* não apenas como formas estratégicas de “passar uma mensagem”, mas também como resultado de processos de socialização, as distinções entre os enquadramentos das organizações da “Rede” e de

322 *Declaração Final da 3ª Reunião Europeia de ONG em Solidariedade com a Guiné-Bissau*, Lisboa, 29 e 30 de Abril de 1999. Arquivo da ACEP – Associação para a Cooperação Entre os Povos.

seus aliados na Guiné-Bissau têm de considerar os seus trajetos. Em Portugal, o núcleo de militantes portugueses e guineenses atuante na “informação e pressão” mantinha relações de amizade e itinerários marcados pela experiência de eventos marcantes como a queda da ditadura em Portugal, o golpe de Estados de 1980 na Guiné-Bissau, e as perseguições e fuzilamentos de Luís Cabral e principalmente de “Nino” Vieira. Partilhavam assim, posições políticas críticas em relação a este. A aproximação às posições da Junta Militar surgia assim como a “alternativa possível”. Entre os militantes guineenses que permaneceram no país, que apresentavam posições mais nuançadas em relação às duas partes em conflito, alguns tinham relações de amizade com militares dos dois lados. A “neutralidade”, para além de ser um requisito para participar da “mediação”, refletia aquelas ligações, a ideia de que era uma “guerra entre irmãos” e de que Ansumane não era “diferente” de “Nino”. Por outro lado, do ponto de vista do poder, as posições da “Rede” teriam maior circulação internacional tendo em conta o capital cosmopolita mobilizado pelo núcleo de militantes.

5.3 A “Rede” e as diversas faces da “ajuda humanitária de emergência”

No que respeita à prestação de ajuda humanitária de emergência a populações apanhadas por guerras, verificou-se, ao longo da segunda metade do século XX, uma reconfiguração da intervenção das ONGs estrangeiras / internacionais e das Nações Unidas. Durante a Guerra Fria, o princípio do respeito pela soberania internacional restringiu a intervenção de atores externos, incluindo da ONU, na prestação de ajuda humanitária em territórios onde se desenrolavam conflitos armados, demandando-se de organizações como a Cruz Vermelha, a observação de uma estrita neutralidade para poderem intervir. Todavia, outras ONGs estrangeiras, presentes naqueles contextos ou em países próximos, engajaram-se por vezes, em atividades humanitárias, sem reconhecimento ou mandato para tal.

Na década de 1980, esse tipo intervenção passou a ser financiada por agências de “ajuda ao desenvolvimento” e, em situações de conflito armado, as Nações Unidas começaram a negociar o acesso aos países através de “corredores humanitários”, para “prestar ajuda”, quer através de suas agências setoriais, quer de ONGs, tornando passível de questionamento o princípio da soberania nacional (DUFFIELD, 1994). A mudança no modo de entender intervenção externa em contextos de guerra, através do humanitarismo, abriria a perspectiva de, nesse tipo de situação, ser “suspenso” o pressuposto da não ingerência.

Aquando da guerra na Guiné-Bissau a negociação da entrada de ajuda humanitária no país foi um dos pontos-chave da diplomacia e do trabalho da “Rede de solidariedade”.

A ajuda humanitária de emergência foi a área de trabalho da “Rede” onde a exposição na mídia foi maior³²³. Nesse âmbito, foi realizado um concerto de recolha de fundos e de “solidariedade com a Guiné-Bissau”, prática experimentada em situações de “emergência humanitária” na África, noutros períodos e geografias. Simultaneamente, a Plataforma Portuguesa das ONGDs abriu uma conta bancária com o mesmo propósito. Desse processo foram mobilizados recursos para o aluguer de um avião e envio de alimentos e medicamentos para a Guiné-Bissau. Uma militante de uma ONGD portuguesa, participante da Plataforma, lembra:

Havia muitas ONG com parceiros lá que nos souberam dizer o que é que precisavam. (...). E a gente chegou à conclusão que eles precisavam de uma série de coisas, de imediato, de ajuda humanitária imediata, de emergência. Depois começamos a pedir coisas às ONG. (...) fretámos um avião, que a Plataforma pagou e que só pagamos a ida porque ele para cá trazia peixe congelado tá a ver, a coisa ficávamo-nos mais barata. Eu acho que muitas coisas, sobretudo coisas médicas (...). Foi carga e foi uma equipa de médico e enfermeiro, penso eu. (Mulher, ex-militante de ONGD portuguesa, entrevista realizada em Portugal)

Ser o “primeiro a chegar” numa situação de emergência apresenta-se como um elemento simbólico importante para as ONGs do setor humanitário. Com efeito, uma ONG humanitária espanhola reportava ter feito chegar um carregamento de ajuda ainda antes do envio dos primeiros aviões portugueses com gêneros e medicamento. Também ainda durante o mês de Junho, o governo português reunia-se com a responsável da ECHO sobre a ajuda humanitária europeia à Guiné-Bissau e posteriormente abria uma linha de financiamento para ONGDs portuguesas prestarem ajuda humanitária nas várias regiões da

323A saída dos primeiros humanitários da AMI para a Guiné-Bissau, para preparar a logística, e a entrada da ajuda humanitária da organização no país, ultrapassando o bloqueio das autoridades guineenses e senegalesas, foi reportado por exemplo nas edições do jornal *Público* de 18/6/1998 e 24/6/1998.

Guiné-Bissau, mobilizando 5 ONG (OIKOS, CIC, AMI, SOLSEF, ABLA). Em Dezembro desse ano estavam reconhecidas como receptoras de fundos europeus, através da ECHO, para ajuda humanitária de emergência 4 ONG portuguesas (OIKOS, CIC, AMI, VIDA).

Na Guiné-Bissau, a mobilização e distribuição de ajuda humanitária foi feita por ONGs especializadas estrangeiras, incluindo ONG portuguesas, por missões católicas e por comités de cidadãos guineenses organizados, alguns deles membros das ONGs guineenses que se refugiaram no interior do país. As populações dessas regiões acolheram os residentes de Bissau que aí procuraram abrigo, não tendo sido criado nenhum campo de refugiados no país. Quanto aos refugiados noutros países, em Cabo Verde, Senegal e em Portugal, foram criadas operações de logística para receber os refugiados, com a participação de ONGs nacionais e internacionais. Segundo um militante de uma ONG bissau-guineense, envolvido na CECRON e que acompanhou a distribuição de bens às populações:

“(...) a Cruz Vermelha nacional ou internacional, a ajuda que deram o que é que aconteceu? Recrutaram as pessoas, as pessoas, não só as ONG como também os voluntários, para apoiar no processo da distribuição. Por exemplo, ao nível da nossa região eu fiz parte de um grupo, da distribuição de gêneros alimentícios que tem o seu critério bem organizado para atribuir em função do agrupamento familiar, em cada casa ou então chamava ao encontro, ao Comité, que já existia a organização estruturada, e depois a gente fazia a distribuição daquilo que existe, daquilo que nós recebemos (...) em termos da saúde também, de vez em quando há sempre algum apoio em termos de medicamentos, a gente também fazia essa distribuição através do posto sanitário existente, com os voluntários. É assim também é feito em todas as outras regiões sobretudo nas zonas onde há mais refugiados. (Homem, militante de ONG guineense, entrevista realizada na Guiné-Bissau)

A entrada de gêneros alimentícios e de medicamentos na Guiné-Bissau dependia das autoridades guineenses e senegalesas que, nas fronteiras, restringiam o acesso ao país. Ao longo do conflito, os reportes sobre a gravidade da situação alimentar e sanitária das

populações, e os impedimentos das autoridades, apresentavam-se como argumentos fundamentais da “Rede” para questionar “Nino” Vieira e seus aliados, junto da UE e de outras entidades internacionais. Nesse sentido, apesar da distribuição de tarefas no interior da “Rede” distinguir a atividade de “influência política” e de “ajuda humanitária”, a construção de representações sobre a premência do auxílio humanitário foi fundamental para a legitimação da intervenção de ONG estrangeiras no país.

Não obstante a ligação entre ambas as aquelas dimensões, evidente por exemplo na participação das ONG humanitárias em atividades como as conferências europeias de “solidariedade”, entre alguns dos militantes das ONG engajados na ajuda humanitária, a atividade “política” era percebida como um “trabalho de bastidores”, “burocrático”, preferindo a intervenção no terreno. Uma militante portuguesa, engajada numa organização de inspiração católica e na “ajuda de emergência” afirma que:

(...) acho que nós somos mesmo do terreno, acho que deixamos sempre essa parte burocrática e chata para outros interlocutores (...) que se calhar tinham mais essa preocupação do que propriamente nós. Nós queríamos mais, nós somos muito, nós somos os chamados implementadores, executores não é? Mais os peões no terreno do que propriamente nos bastidores.

A oposição entre militantes “dos bastidores” e do “terreno” apresenta-se importante no processo de construção da identificação com a “causa” da “cooperação solidária”, expressando-se na divisão de tarefas no interior da Rede. A valorização de atividades “próximas das pessoas”, por oposição à “relação com as instituições” indica a “desvalorização da política” por algumas ONG.

CONCLUSÃO

No final da década de 1990, travava-se em Portugal uma disputa política sobre as relações com as antigas colônias africanas, questionando-se a manutenção da “influência” portuguesa naqueles países em face da concorrência das potências mundiais. A “cooperação internacional” tinha-se tornado objeto de debate no espaço estatal, académico, associativo e midiático, indicando o incremento da atuação

do Estado na política de “ajuda ao desenvolvimento” após a adesão à União Europeia, em 1986, e o regresso ao grupo de países “doadores” na OCDE, em 1991. Considerando as relações de interdependência entre esferas sociais, o aumento do interesse pela “causa” das “relações com África” esteve associado também ao reconhecimento social, jurídico e político das ONGs “de desenvolvimento” que formavam, nesse altura, um espaço de militância multi-organizacional, no âmbito do qual também a Igreja Católica procurava recuperar o “atraso” em relação aos outros países europeus no que respeita à participação no “desenvolvimento dos países pobres”.

O conflito de 1998/1999 na Guiné-Bissau apresentava-se assim como uma oportunidade para a afirmação diplomática da “cooperação portuguesa”, mas também das ONGDs nacionais. Quer o Estado quer aquelas organizações vinham mantendo “relações de cooperação” no país, apesar de não se afirmarem como agentes centrais no espaço da “cooperação internacional” com a Guiné-Bissau. Essa percepção tornou-se importante, no caso do Estado português, a partir da decisão de adesão dos guineenses à União Económica e Monetária Oeste Africanos (UEMOA), vinculada à França, decisão que seria amplamente divulgada na mídia portuguesa como evidência da perda de “influência” nacional na antiga colônia. No caso das ONGDs portuguesas, estas ocupavam uma posição periférica no espaço das ONG na Guiné-Bissau – apenas um pequeno número tinha “projetos de desenvolvimento” no país, as suas relações eram relativamente recentes e a sua capacidade de mobilizar recursos (expertise, financeiros, redes de relações internacionais) era limitada. Assim, a posição do Estado e das ONGDs portuguesas no campo de forças da “cooperação com a Guiné-Bissau” pode ser entendida como equivalente.

No âmbito do espaço da militância pela “cooperação solidária para o desenvolvimento” a formação de uma “Rede de Solidariedade” que articulava “informação e pressão política” e “ajuda de emergência” revela a aproximação das ONGDs portuguesas às abordagens “humanitárias” que se tornaram dominantes no campo da “solidariedade internacional”, a partir de meados da década de 1980. Afastando-se de lógicas “ideológicas”, do “terceiro-mundismo”, e das disputas políticas, os argumentos morais tornaram-se centrais na legitimação da intervenção nos “problemas dos outros”, a partir da utilização de argumentos como a “defesa dos direitos humanos”. O domínio desta lógica revela as transformações no espaço político e da militância, em particular a desvalorização da cotação do capital da “esquerda”.

A “Rede de Solidariedade” foi constituída e animada por um núcleo de organizações e de militantes com relações com a Guiné-Bissau. Mantendo entre si relações de interdependência e concorrência, as organizações centrais do setor mobilizar-se-iam para a Rede, bem como algumas com posições periféricas no setor mas com recursos que se tornariam relevantes durante a guerra, principalmente experiência prévia de seus militantes no país, o acesso a relações com agentes que se tornaram importantes durante a guerra, como os missionários católicos, e o capital de relações no espaço político e diplomático, nacional e além fronteiras.

Nesse processo, emergiriam lógicas distintas de entender a “cooperação solidária” nomeadamente a valorização do “profissionalismo” ou do “voluntariado aventureiro”, da atividade nos “bastidores”, associada à recolha de informação e atuação junto de políticos, diplomatas, ONGs, ou no “terreno”, para “responder às necessidades das pessoas”. Tais disputas indicam processos de socialização militante distintos, em organizações que valorizavam “a eficácia” da atividade de “desenvolvimento” e “humanitária”, ou valores “comunitaristas” / religiosos, como a “entrega ou Outro”, e a diversificação do espaço da militância pela “cooperação solidária” em Portugal.

O núcleo de militantes portugueses e bissau-guineenses responsáveis pelo repertório de ação de “informação e pressão” da Rede de Solidariedade tinham posições próximas no espaço social, com origens sociais em famílias com capital social, escolar e político e circulação internacional. Nesse sentido, no caso dos guineenses, tendo em conta as hierarquias coloniais, eram indivíduos que tinham também ascendência europeia ou atributos considerados “próximos aos dos europeus” (escolaridade, religião). Suas relações com militantes portugueses, principalmente os da “solidariedade internacional” ligados ao CIDAC, foram criadas durante o período de formação superior em Portugal ou durante a atividade profissional no Estado guineense. Com a formalização da abertura política na Guiné-Bissau e a valorização das lógicas *experts*, portugueses e guineenses rearticularam suas vocações e espaços de engajamento, em particular as ideias de “projeto”, “participação”, “eficácia”, transitando, os militantes bissau-guineenses do Estado para as ONG.

Se as relações, construídas entre militantes portugueses e guineenses desde 1974 se mostraram importantes na emergência da Rede, elas são igualmente importantes nos posicionamentos assumidos por esta ao longo da guerra. A “gestão” da neutralidade, e, em alguns

momentos, a aproximação à Junta Militar, não pode ser dissociada da oposição a “Nino” Vieira, nomeadamente por sua posição de questionamento da legitimidade política dos cidadãos guineenses com origens “mistas”, europeias e africanas, e dos episódios como fuzilamentos e violência contra “opositores”. Mas a “aproximação” à Junta Militar não era, contudo, isenta de disputas ou críticas entre outros militantes bissau-guineenses, em particular daqueles com proximidade aos militares de ambos os lados, que buscavam a possibilidade da “neutralidade”. As disputas sociais e políticas no interior da Guiné-Bissau permeiam assim as dinâmicas de aliança e as posições e enquadramentos da guerra e da paz.

Em Portugal, a diversidade de orientações ideológicas e de militantes multi-posicionados nas organizações membro da Plataforma de ONGD, permitia à Rede mobilizar recursos (políticos, materiais, sociais), legitimidade e *expertise* a partir de vários universos sociais (Igreja Católica, migrantes, partidos políticos, *think tanks*) que dariam suporte aos repertórios de ação de “informação e pressão política” e de “ajuda humanitária”. Nesse sentido, o “interesse” pela “causa” da “solidariedade com a Guiné-Bissau” era comum à “esquerda” e à “direita”, num período de valorização do “regresso a África”, e de “defesa dos laços especiais”, expressos na “existência de uma língua comum”, depois do “regresso à Europa”. Esse “interesse comum” na “solidariedade com a Guiné-Bissau” renovaria a trégua entre adversários no espaço político/ideológico, principalmente no que respeita à “questão colonial”, que permitiu a institucionalização do espaço da militância pela “cooperação solidária” e o investimento em sua consagração social através da manifestação pública pela “paz”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de “desenvolvimento” estabelece uma hierarquia entre Estados e povos, a partir da qual se constituiu um espaço de práticas e de sentido, articulado internacionalmente, designado de “ajuda / cooperação para o desenvolvimento”. Nesse setor, têm sido construídas condições materiais, políticas e simbólicas para exportar as instituições consideradas “desenvolvidas” dos países considerados “mais avançados” para aqueles “em desenvolvimento”. A “ajuda ao desenvolvimento” é habitualmente situada no período histórico posterior à Segunda Guerra, mas suas origens não podem ser dissociadas do discurso legitimador do colonialismo europeu.

Segundo aquele, o colonialismo constituía uma forma de “transferir” modelos de “civilização” para os povos consideradas “atrasados”. No caso português, tendo em conta a sua posição “a meio caminho” entre aquelas duas categorias, o discurso de legitimação do colonialismo assentou prioritariamente na “missão de “evangelização”, na ideia de “presença secular na África, Ásia e América” e de “especial capacidade dos portugueses para se relacionar com outros povos”. Todavia, perante as lutas entre potências coloniais no século XIX, articuladas pela valorização da “ciência”, da “modernização” e do “desenvolvimentismo colonial”, e a institucionalização de práticas comparativas da “missão civilizadora” entre impérios, o “modelo” de administração colonial português seria alvo de críticas por organizações internacionais, criadas após a I Guerra, e por ONGs de outros países europeus.

No século XX, a “causa” do desenvolvimento tornar-se-ia parte da “luta pelo fim do colonialismo” constituindo, as disputas sobre o conceito, “como o alcançar”, “quem o pode realizar”, parte dos argumentos dos movimentos independentistas africanos e asiáticos para a defesa do direito à autodeterminação. A Igreja Católica universal, as Nações Unidas, e as potências envolvidas nos dois lados da Guerra Fria tornar-se-iam também agentes centrais daquele debate. Aquando da descolonização formal da África e Ásia, o “desenvolvimento” era uma “causa sem adversários”, apresentando-se como a “base” a partir da qual as relações pós-coloniais seriam rearticuladas.

Mas ainda antes das independências, a então, recém-formada Comunidade Económica Europeia (1957) criou estruturas (fundos) visando “apoiar o progresso” dos territórios colonizados pela França e a Bélgica. Com o fim dos impérios, aquela comunidade adaptaria suas instituições e relações com os chamados “países em desenvolvimento” buscando legitimar, nos espaços nacionais e internacionais, a sua

atuação no “progresso além fronteiras”, a partir da ideia de “solidariedade”. Argumentos morais, técnicos e políticos tornariam a “causa” atrativa para militantes da “solidariedade internacional” de pendor “socialista”, religiosos defensores de uma “economia humanista”, acadêmicos, técnico-políticos de diversas áreas, e antigos funcionários do “desenvolvimentismo colonial”. Nesse processo, a ideia de “desenvolvimento”, de hierarquia entre povos e de “missão civilizatória”, centrais na legitimação colonial, foram sendo transformadas de modo a distanciar o espaço da “cooperação para o desenvolvimento” do imperialismo europeu, principalmente pela desvalorização da cotação das competências associadas ao funcionalismo colonial e o incremento do valor da *expertise* em áreas consideradas determinantes do “desenvolvimento”. Essa dinâmica permearia as instituições internacionais, os departamentos estatais e a as ONGs “de desenvolvimento” que seriam reconhecidas como participantes do setor.

A emergência de um espaço multi-organizacional de militância em “causas além-fronteiras” em Portugal está associada à reconfiguração do espaço político, social, cultural e religioso a partir das décadas de 1960 e 1970. A importação de elementos do “desenvolvimentismo” para o contexto metropolitano, e para o espaço colonial na África, a partir de meados da década de 1950, contribuiu para a valorização do capital escolar e técnico, da ciência, do mercado, e para o incremento da circulação internacional de estudantes e quadros. O trabalho de construção de homologias estruturais com os países centrais do Ocidente foi realizado por agentes em diversos espaços sociais - técnicos, acadêmicos, intelectuais, religiosos - que mobilizavam combinações importantes de capital familiar, social, econômico, cultural e cosmopolita. A tentativa de mimetismo seletivo dos modelos dos países “desenvolvidos” da Europa seria geradora de tensões e resistências que contribuiriam para o fim do Estado Novo e da presença colonial na África.

Nesse período, elementos das elites urbanas, em particular intelectuais / militantes católicos, acederam a espaços institucionais, pessoas e ideias associadas à “renovação” do pensamento da Igreja que questionavam as posições do regime estado-novista e da Igreja nacional. Surgiriam assim, no universo “intelectual-católico”, subgrupos de militantes “anticoloniais”, de “esquerda”. Após o 25 de Abril de 1974, e a descolonização formal, alguns membros daquele grupo empreenderam nas primeiras atividades de cooperação “solidária” com as antigas colônias africanas. As relações porosas entre campo militar,

político, cultural e da militância, num período de “efervescência” social e política (1974-1975) contribuiriam para a viabilização de um novo espaço de militância, o da “cooperação solidária” com os países do “Terceiro Mundo”, em particular com as antigas colônias portuguesas. As disposições dos católicos “progressistas” para a utilização de repertórios de “informação” e “assistência social”, suas ligações a “intelectuais”, economistas “humanistas”, professores, ou outros “*experts* engajados”, as relações com dirigentes políticos nacionais da chamada “extrema esquerda” e o acesso a contatos na Europa e na África, tornaram viável o investimento na reconversão da militância “anticolonial” para a “cooperação solidária” com os “países em desenvolvimento”.

Com o empreendimento de uma organização vocacionada para a “cooperação solidária”, os seus membros tornar-se-iam participantes de uma indústria / espaço multi-organizacional de militância, estruturado por lógicas próprias, articulado internacionalmente. Nesse processo, importariam e adaptariam elementos daquele espaço particularmente a valorização dos títulos escolares e a profissionalização do engajamento, entendendo-se que este requeria competências “próprias”. Todavia, esse processo foi vivido de modo diverso: como uma forma de viabilizar a militância, como uma oportunidade de compensar percursos de formação escolar incompletos ou como uma forma de dar sentido a experiências de trabalho nas antigas colônias portuguesas durante um período de valorização do engajamento “de esquerda”. A reconversão do capital específico do setor, adquirido durante a “cooperação” na África (experiência de trabalho noutros países, conhecimento das terminologias e metodologias da “cooperação internacional”, contatos internacionais) permitiria a profissionalização de “voluntários” ou seria reinvestido pelos cooperantes “solidários” noutros espaços profissionais, em particular no campo académico.

Em meados da década de 1980, o processo de construção de homologias estruturais com os países europeus centrais, na senda da adesão do país à União Europeia requeria a reorganização da política estatal de “relações com África”, de “cooperação para o desenvolvimento”, e o investimento em sua legitimação. A importação dos conceitos e abordagens metodológicas da “ajuda pública ao desenvolvimento” por professores universitários e pesquisadores, a realização de debates sobre o tema, e o seu tratamento pela mídia, revelam o investimento de vários universos sociais no reconhecimento social da “causa”, que era apresentada como uma forma de “regresso”

ao continente africano. Mas a reorganização do espaço dos movimentos sociais seria fundamental para a representação da “cooperação com os países africanos” como “desinteressada”, motivada por valores morais “humanitários”, como acontecia no resto do espaço europeu onde existia um movimento de organizações não governamentais de “desenvolvimento” com representação junto das instituições da União Europeia.

O trabalho de consagração da “solidariedade com os países em desenvolvimento” através da importação da sigla “ONGD” (ONG de “desenvolvimento”) seria empreendido por agentes com capital político (dirigentes de partidos políticos) posicionados no quadrante da “direita”, da “democracia cristã”, próximos do “desenvolvimentismo colonial”, que tinham disputado o processo de descolonização formal e a posição dominante da “esquerda” nas relações com África. Nesse processo teriam como aliados, dirigentes de importantes organizações humanitárias / católicas. Todavia, apesar de mobilizarem capital político e social no contexto nacional num período de governos de “centro-direita”, e de seus contatos com dirigentes europeus, a não mobilização de capital específico do setor não permitiria aos empreendedores da importação da sigla assumir uma posição dominante.

A viabilização daquele processo requereu a negociação entre agentes com posições distintas no espaço político. Com efeito, o trabalho de reconhecimento de determinadas organizações “humanitárias”, religiosas ou do âmbito partidário como ONGDs, perante as instituições europeias, através de sua reunião numa Plataforma, requeria “tréguas”. A partir do acordo fundador da Plataforma Portuguesa das ONGDs, esta passaria a representar militantes e organizações com posições opostas em relação ao passado colonial e à descolonização, incluindo os militantes do “terceiro mundismo”, de “inspiração socialista” e com um percurso no “anti-colonialismo”. Aquela trégua foi possível pela “desvalorização” da cotação política da militância “de esquerda” e pelo investimento num *frame* que defendia a existência de “laços “ entre Portugal e suas antigas colônias, embora sua natureza fosse interpretada de modo distinto, como “culpa colonial”, como “responsabilidade” ou “património cultural comum”. Nesse processo criar-se-ia uma distância simbólica entre as relações de “cooperação solidária para o desenvolvimento” e o colonialismo, fundamental para a construção do *illusio* da “causa”.

Assim, ao longo dos anos 1980, mediante a consagração da sigla “ONGD”, militantes de vários espaços sociais empreenderiam na criação de novas organizações não-governamentais. Entre essas, viriam

a assumir posições dominantes no setor, aquelas fundadas por indivíduos com importantes recursos sociais, políticos, escolares, culturais e cosmopolitas, que militaram em ONGDs europeias, importando depois seus repertórios de ação e organização. Trata-se de organizações que valorizam lógicas *expert*, estruturas profissionalizadas e argumentos de ambição “global”, construídos a partir da ideia de “Humanidade”. No mesmo período, também a Igreja Católica, em particular os jesuítas, organizar-se-iam para importar repertórios como o envio de leigos para países africanos de língua oficial portuguesa, atuando como “voluntários experts”, comuns em organizações católicas noutros espaços europeus, identificando o “voluntariado” com o “desinteresse”. Assim, uma micro-coorte deleigos com elevado capital escolar, mas origens sociais em famílias de origens “modestas” adeririam à “causa” através do associativismo universitário católico / jesuíta, profissionalizando o seu engajamento após experiências como “voluntários” na África ou engajamento em “causas além fronteiras”.

No início da década de 1990, o Estado português iniciou o processo de apropriação formal das terminologias e métodos homologados de “ajuda ao desenvolvimento” pela OCDE. O trabalho de construção simbólica da “causa” esteve associado à utilização, pelas instituições estatais encarregues da “cooperação”, de repertórios de ação associados às ONG, como campanhas “humanitárias”, alicerçadas no *frame* do “auxílio aos países de língua portuguesa”, que na altura viviam situações de guerra. Os bens recolhidos seriam distribuídos através das igrejas ou ONGs, em Angola e Moçambique, indicando a aliança entre campo político, agentes do universo religioso e de (algumas) ONGDs para legitimar a “solidariedade além-fronteiras”.

O espaço da militância pela “cooperação solidária” seria também atrativo para militantes multi-posicionados, atuando no Estado durante o governo socialista, e/ou próximos ao Partido Socialista, engajados no “anti-racismo” ou em associações de *experts* (*think thanks*) interessados no “desenvolvimento” ou em institutos partidários. Uma micro-coorte de militantes, mulheres, articularia a atividade como funcionárias públicas, em instituições próximas da União Europeia, com o empreendedorismo / militância em “causas” valorizadas por aquela instituição, o “anti-racismo”, a “cooperação solidária” reconvertendo no espaço profissional e nas ONGDs os recursos e disposições adquiridas em ambos os espaços. Tendo origens em famílias conservadoras de Lisboa, que mobilizavam capital social, escolar e experiências cosmopolitas, e com experiência em grupos católicos (conservadores /

progressistas), encontrariam nas “causas” ligadas ao “Outro” formas de reatualização de interesses e gostos.

O reconhecimento das ONGDs pelo Estado e pelas instituições europeias, e a sua participação em espaços institucionais, requeria a mobilização de competências especializadas pelos militantes, incrementando a cotação dos diplomas escolares no recrutamento para a “causa”, num contexto marcado pelo aumento de estudantes no ensino superior. Para a geração de militantes que aderiram à “causa” na segunda metade da década de 1990, a formação católica, o turismo e o contato com eventos “humanitários” através da TV, contribuiriam para a formação do “interesse pelas condições de vida de outros povos”. Esses gostos não podem ser dissociados do incremento do acesso pelas classes médias portuguesas a bens/serviços como viagens internacionais, TVs, livros/revistas/jornais, que contribuiriam para a valorização do internacional / humanitário. Por outro lado, o investimento na aquisição de títulos académicos associados a carreiras europeias / internacionais, indicam o entendimento daqueles espaços, e das ONGs que nele atuavam, como possibilidades de inserção profissional.

Todavia, tal não significa um entendimento estritamente “profissional” da atuação nas ONG. As militantes que realizaram estudos em áreas como Relações Internacionais ou Cooperação para o Desenvolvimento revelam motivações para o “humanitário” construídas a partir de ideias como “diálogo entre povos”, “proximidade a comunidades” ou “estar por dentro dos eventos / debates internacionais”. O entendimento da atuação em ONGDs a partir de valores “morais”, gostos e interesses “cosmopolitas” e de competências adquiridas no espaço escolar, indicam a emergência de elementos identitários associados ao exercício profissional naquelas organizações.

Com efeito, a partir do espaço académico, as políticas e práticas de “cooperação”, mas também os discursos de legitimação articulados pela ideia de “laços especiais” entre portugueses e africanos”, seriam questionados, argumentando-se que a “ajuda ao desenvolvimento” portuguesa carecia ser “modernizada”. Ou seja, a sua legitimidade deveria assentar na mimetização dos modelos de “cooperação”, dos países europeus “desenvolvidos”, valorizando o conhecimento homologado pelo campo académico, e não nos “saberes” ou imaginário associados ao colonialismo”. Em alguns trabalhos académicos eram evidenciados os discursos e práticas “humanistas” / “universais” das ONGDs, pressupondo uma separação entre esfera estatal, associada a “interesses”, e o das organizações não-governamentais, “desinteressadas” que contribuiria para a consagração

destas, reproduzindo o trabalho de “desvalorização” das disputas políticas e ideológicas no campo, também sobre o passado colonial. Apesar da valorização da moralidade “humanitária” associada às ONGDs, os discursos técnicos / acadêmicos concluíam que estas tinham, relativamente às dos países centrais, escasso “capital social”, eram “pouco “profissionais“ e “dependentes dos recursos do Estado/ instituições internacionais”. Nos discursos da mídia, as ONGDs portuguesas eram “parte de um movimento global”.

Em meados da década de 1990, o incremento da cotação da “causa” da “cooperação solidária” com os países africanos foi acompanhado da construção de um quadro de “ameaça à língua portuguesa” na África, reproduzido na comunicação social e no debate político. Essa “ameaça” legitimaria o investimento do Estado na constituição de uma instituição internacional, multilateral, que a deveria “defender” enquanto recurso fundamental da dinâmica de exportação – importação de modelos, enfrentando a concorrência dos países centrais. Em 1996 foi, então, fundada, entre todos os países de língua oficial portuguesa, e após investimento importante da diplomacia brasileira, a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) cuja existência social permanecia, contudo, objeto de disputas.

Quando se iniciou a guerra em 1998/1999 na Guiné-Bissau, a “causa” da “cooperação com a África”, e seus portadores, tinha assim adquirido notoriedade social, estando associada simultaneamente, à “defesa dos interesses nacionais” no antigo espaço colonial africano e à “solidariedade além-fronteiras com os países pobres”. Com a emergência do conflito na Guiné-Bissau, o Estado português, através da recém criada CPLP, e as ONGDs portuguesas, organizadas na Plataforma, investiriam na “causa” da paz e da “ajuda humanitária ao povo bissau-guineense.

A Rede de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau seria constituída em Portugal, tendo no seu núcleo algumas ONG portuguesas e algumas bissau-guineenses com posições dominantes no setor, nos dois países. A Rede utilizaria repertórios de “informação e pressão” e envio de “ajuda de emergência” que expressam o acesso a recursos sociais, políticos, materiais e simbólicos, no espaço nacional e internacional, e a apropriação do “sentido do jogo” pelos militantes que investiram na “causa”. Mas seria também permeada por lógicas dicotómicas de militância, “profissionais” ou “voluntárias / aventureiras”; “políticas” ou “humanitárias”, mas interdependentes, sendo ambas relevantes na legitimação da “solidariedade com a Guiné-Bissau”. No interior da Plataforma Portuguesa das ONGDs, organização

“anfitriã” daquela Rede, as organizações não se mobilizariam de modo idêntico, apesar da natureza “consensual” da “paz” e da “ajuda humanitária”. Seriam as organizações com “relações na Guiné-Bissau” quem lideraria aquele processo, mantendo-se as outras como espectadoras ou mediadoras no acesso a outros universos.

As modalidades de engajamento na Rede revelam momentos distintos da construção da “militância” pela “cooperação solidária” entre o período final do colonialismo e o final da década de 1990, e a construção de disposições para o “político” ou para o “humanitário” ao longo desses períodos, a partir de espaços sociais distintos. As ligações entre os militantes das organizações que formaram o núcleo chave da mobilização de “informação e pressão”, com posições centrais no espaço da militância, revelam a proximidade social entre os empreendedores da “causa” em Portugal e na Guiné-Bissau: tinham origens em famílias com posições intermédias ou elevadas no espaço metropolitano / colonial, no caso dos guineenses, em famílias com estatuto de “assimilados”, haviam frequentado a universidade em Portugal durante o período de valorização da militância “de esquerda”, tinham contato com o setor das ONGs desde década de 1970/1980 e mantinham relações longas no setor da “cooperação solidária”. Alguns deles vivenciaram juntos momentos históricos relevantes e com importante carga emocional: o “entusiasmo” pós-independência, golpes de Estado, fuzilamentos. Nesse sentido, o gosto pela atuação na “informação e pressão”, e a crítica a “Nino” Vieira e aos seus aliados estrangeiros, não pode ser dissociada do gosto pelo “político”, da reatualização do imaginário da “luta pela independência” e das disputas pela identidade guineense no período pós-colonial. Tais posições não se apresentariam “consensuais no interior das Rede, ou de seus interlocutores bissau-guineenses onde alguns defendiam maior “neutralidade” em relação às partes em conflito.

Por outro lado, aqueles militantes engajados em organizações vocacionadas para o “humanitário” revelam disposições para a “assistência ao Outro”, construídas ao longo de itinerários no espaço católico, na medicina ou em famílias de colonos portugueses. Suas relações com a Guiné-Bissau são mediadas por missionários da Igreja Católica, por contatos com dirigentes do Estado bissau-guineense ou por militantes de ONG guineenses, construídas mais de uma década após a independência, a partir de meados dos anos 1980. As lógicas de militância no “auxílio humanitário” apresentam-se diversas, entre aquelas que valorizam principalmente métodos de trabalho

homologados por agências internacionais e “profissionais” e as que valorizam a “entrega pessoal” que requer por vezes, correr riscos.

A diversidade de modalidades e lógicas de militância presentes na “solidariedade com a Guiné-Bissau” revelam as dinâmicas de interdependência e de concorrência no espaço da “cooperação solidária para o desenvolvimento” em Portugal no final da década de 1990. As relações de disputa / colaboração entre elas são fundamentais na reprodução daquele espaço cuja legitimidade assenta na combinação de competências “técnicas”, caminhando no sentido da profissionalização, e disposições para “mudar o mundo”. Os itinerários individuais indicam a importância do espaço católico na formação de interesses por “causas além-fronteiras”, e o modo como as disputas no seu interior entre “progressistas” e “conservadores”, e suas alianças ao universo político, cultural e acadêmico, estão associadas ao empreendedorismo nas ONGD em Portugal.

Em Portugal, a constituição de um espaço multi-organizacional de militância em “causas além fronteiras” e sua atuação perante eventos percebidos “oportunidades” / “boas causas” resultou do processo de importação das instituições dos países centrais da Europa ocidental que conformam a política externa de relações com seus antigos espaços coloniais. Esse processo ocorre ao nível do Estado, mas também de outros universos sociais, em particular o religioso. Considerando as interdependências entre aquelas esferas e a porosidade de suas fronteiras, a multiposicionalidade dos agentes seria geradora de homologias entre o campo político, religioso e do espaço dos movimentos sociais gerando interesse na “causa” da “cooperação solidária” estruturada por valores de “ambição global”. A adaptação da “causa” ao contexto português revelaria as limitações do “universal” quer pelo centramento no antigo espaço colonial quer pela associação entre “solidariedade” e a “defesa” do que era entendido do instrumento mais valioso de exportação – importação de instituições, a língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Carla Susana Alem. “Administradores Coloniais em formação: Algumas notas sobre a produção de conhecimento antropológico e a ação do Estado em Angola”. Trabalho apresentado na 26ª. *Reunião Brasileira de Antropologia*, 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil, 2008.
- GARCIA, Afrânio. “O exílio político dos estudantes brasileiros e a criação das universidades na África (1964-1985)”. In: ALMEIDA, Ana M. F. et al. *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- ÁGOAS, Frederico. “Narrativas em perspectiva sobre a história da sociologia em Portugal”. *Análise Social*, vol. XLVIII, n.206, pp. 221-256, 2013. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732013000100010. Acesso em 10 set. 2015
- AGRIKOLIANSKI, Eric & FILLIEULE, Olivier. “Les rétributions du militantisme. Du concept à la méthode”. Trabalho apresentado em *Bilan et perspectives pour l'analyse sociologique du politique. Débats autour des travaux de Daniel Gaxie*. Jeudi 10 et vendredi 11 septembre, Université Paris 1 - Panthéon Sorbonne (CESSP, CURAPP-ESS, SAGE), 2015.
- ALEXANDRE, Valentim. “Traumas do Império. História, Memória e Identidade Nacional”. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 9/10, pp. 23-41, 2006. Disponível em <http://journals.openedition.org/cea/1201>. Acessado em 2 out. 2016.
- ALMEIDA, Miguel Vale. “Timor-Leste e a catarse pós-colonial portuguesa”. *Novos Estudos – CEBRAP*.nº 55, pp. 7-26, 1999. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/13823/1/Timor-Leste%20e%20a%20catarse%20p%C3%B3s-colonial%20portuguesa.pdf>. Acessado em 20 jun 2018.
- ANDRESEN-LEITÃO, Nicolau. “O convidado inesperado: Portugal e a fundação da EFTA, 1956-1960”. *Análise Social*, vol. XXXIX, n. 171, pp. 285-312, 2004. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218705500E8uDM1zy8Lq83JP4.pdf> Acessado em 4 nov 2017.
- ARAÚJO, António de. *A oposição católica no marcelismo: o caso da Capela do Rato*. Tese de Doutoramento, Universidade Católica Portuguesa, 2011.

ARAÚJO, Paula. *A capacitação para o desenvolvimento das ONGD portuguesas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa, 2006.

ARAÚJO, Marta & MAESO, Sílvia Rodríguez. *Os contornos do Eurocentrismo. Raça, história e textos políticos*. Lisboa: Almedina/CES, 2016.

ARMSTRONG, Elisabeth A. & BERNSTEIN, Mary. “Culture, Power, and Institutions: A Multi-Institutional Politics Approach to Social Movements”. *Sociological Theory*, v. 26, n. 1, pp. 74-99, 2008. Disponível em: <https://sites.lsa.umich.edu/elizabetharmstrong/wp-content/uploads/sites/218/2015/01/Armstrong-and-Bernstein.pdf>.

Acessado em: 6 abr. 2016

ARMSTRONG, Elisabeth; “Crisis, collective creativity and the generation of new organizational forms: the transformation of lesbian/gay organizations in San Francisco”. *Social Structure and Organizations Revisited*, Vol. 19, pp. 361-295, 2002. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S0733-558X\(02\)19012-4](http://dx.doi.org/10.1016/S0733-558X(02)19012-4). Acessado em: 6 abr. 2016

BADIE, BERTRAND. *L'Etat importé: l'occidentalization de l'ordre politique*. Paris: Fayard, 1992.

BAMBA, Abou B. “Triangulating a Modernization Experiment: The United States, France, and the Making of the Kossou Dam in Central Ivory Coast”. *Journal of Modern European History*, vol.8, n.1, pp. 66-84, 2010.

BANKS, Nicola & HULME, David. *The role of NGOs and civil society in development and poverty reduction*. Working Paper N.171, Brooks World Poverty Institute, 2012. Disponível em <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2072157>. Acessado em 9. mai. 2016

BARRETO, António. *Mudança social em Portugal, 1960-2000*. Working paper WP 6-02, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2002.

BEBIANO, Rui. “As Esquerdas e a Oposição à Guerra Colonial”. *A Guerra do Ultramar: Realidade e Ficção. Actas do II Congresso sobre a Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias – Universidade Aberta, 2002.

BECKER, H. S. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. São Paulo: Zahar, 2009.

BENFORD. R. D. & SNOW, D. “A. Framing Processes and Social Movements: an overview and assessment”. *Annual Review of Sociology*, p. 611-639, 2000. Disponível em

<https://www.unc.edu/~fbaum/teaching/articles/AnnRevSoc-2000-Benford.pdf>. Acessado em: 11 mai. 2016.

BENFORD, R. D. *Master Frame*. In: SNOW, D.; Della Porta, D.; KLANDERMANS, B. (Eds.) *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements*, Londres: Blackwell Publishing, 2013.

BLEE, Kathleen, M., & TAYLOR, “Verta. Semi-Structured Interviewing in Social Movements Research”. In: KLANDERMANS, Bert & STAGGENBORG, Susan (Eds). *Methods of Social Movement Research*. Minesota: University of Minnesota Press, 2002.

BOLTANSKI, LUC. *Les cadres: la formation d'un groupe social*. Paris: Les Éditions Minuit, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. “A ilusão biográfica: usos e abusos da história oral”. In. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus Editora, pp 74-82, 2014.

_____. *A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Zouk Editora, 2015.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus Editora, 2014.

BRODIEZ, Axelle. “Entre social et humanitaire: générations militantes à Emmaüs (1949-2009)”, *Le Mouvement Social*, vol. 2009/2, n° 227, pp. 85-100, 2009. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-le-mouvement-social-2009-2-page-85.htm>. Acessado em 6. jan. 2017.

BUCK-MOSS, Susan. *Hegel e o Haiti*. São Paulo: n-1 edições, 2017.

BUDABIN, Alexandra Cosima, RASMUSSEN, Louise Mubanda; RICHEY, Lisa Ann. “Celebrity-led development organisations: the legitimating function of elite engagement”. *Third World Quarterly*, vol. 38. n. 9: pp. 1952-1972, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1080/01436597.2017.1322465>. Acessado em: 12 jan. 2018.

BUSBY, Joshua W. *Moral movements and foreign policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CÁ, Lourenço Oconi. "A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973)." *ETD-Educação Temática Digital* 2.1, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/etd.v2i1.561>. Acessado em 22 de jan. 2018.

CAHEN, Michel. “L'Expo'98, le nationalisme et nous”. *Lusotopie*, n. 5, pp. 11-19, 1998. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1998_num_5_1_1136. Acessado: 18 nov. 2016.

CARDINA, Miguel. *Guerra à Guerra: Violência e Anticolonialismo nas Oposições ao Estado Novo*. Oficina n° 334, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. 2009. Disponível em https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/353_334.pdf. Acessado: 9. out. 2016.

_____. *Movimentos Estudantis na Crise do Estado Novo*. Coimbra: CES. 2008.

CARDOSO, Bernardino. *A ajuda internacional e a cooperação não governamental*. Documento policopiado. 1985.

_____. *A Guiné-Bissau e a reconstrução nacional: da doutrina, princípios e política à prática*. Documento policopiado. 1985.

CARDOSO, Carlos. “Compreendendo a Crise de 7 de Junho na Guiné-Bissau”. *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, Número Especial 7 de Junho, INEP, Bissau. 2000.

_____. *Sociedade civil, espaço público e gestão de conflitos: o caso da Guiné-Bissau. 12ª Assembleia Geral CODESRIA*, CODESRIA, 2008.

CARDOSO, Gustavo & NETO, Pedro Pereira. “Mass media driven mobilization and online protest: ICTs and the pro East-Timor movement in Portugal”. In DONK, Wim Van de; et al (Eds.). *Cyberprotest: New Media, Citizens and Social Movements*. Londres: Routledge, 2004.

CARMONA, Tiago. *Angariação de donativos nas ONGD portuguesas em período de crise (2008-2011)*. Dissertação de Mestrado, ISCTE-IUL, Lisboa, 2013.

CARPENTER, Charli, R. “Setting the Advocacy Agenda: Theorizing Issue Emergence and Nonemergence in Transnational Advocacy Networks”. *International Studies Quarterly*, Vol. 51, No. 1, pp. 99-120, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2478.2007.00441.x>. Acesso em: 7 nov. 2016.

CARPER, James & BECKER, Howard, S. *Sociological Work. Method and Substance*. New Brunswick: Transaction Books, 1977.

CASTELO, Cláudia. “Developing “Portuguese Africa” in late colonialism: confronting discourses”. In HODGE, Joseph M. et al (Eds.). *Developing Africa: Concepts and practices in twentieth-century colonialism*. Oxford: Oxford University Press. 2014.

_____. “Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.2, abr.-jun.2012, pp.391-

408, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3861/386138063003.pdf>. Acessado em: 11 nov. 2017

_____. *O 'modo português de estar no mundo': o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa: 1933-1961*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

CASTILHO, José Manuel Tavares. “O marcelismo ea construção europeia”. *Penélope: revista de história e ciências sociais*, n. 18, pp.77-122, 1997. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2656404> Acessado em: 27 dez. 2017.

CIDAC. *A cor das solidariedades pela justiça e equidade nas relações internacionais. 30 anos do CIDAC*, Lisboa, 2004.

CHANDHOKE, Neera. “The limits of global civil society”. In. GLASIUS, M. et al. (Eds.). *Global civil society: yearbook 2002*. Nova Iorque, Oxford: Oxford University Press, pp. 35-53, 2002.

CLEMENS, E. S. & HUGHES, M. D. “Recovering Past Protest: Historical Research om Social Movements”. In KLANDERMANS, Bert & STAGGENBORG, Susan (Eds). *Methods of Social Movement Research*. Minesota: University of Minnesota Press. 2002.

CLEMENS, E. S. & MINKOFF D. C. (2004) “Beyond the Iron Law: Rethinking the Place of Organizations”. In SNOW, D. A., SOULE, S. A., KRIESI, H. (Eds) *The Blackwell Companion to Social Movements*, Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

COLLOVALD, Annie. “De la défense des «pauvres nécessiteux» à l'humanitaire expert. Reconversion et métamorphoses d'une cause politique“. *Politix*. vol. 14, n. 56. Quatrième trimestre, 2001. Disponível em:https://www.persee.fr/doc/polix_0295-2319_2001_num_14_56_1192. Acessado em: 2. fev 2016.

COLLOVALD, Annie. “Pour une sociologie des carrières morales des dévouements militants“. In COLLOVALD, Annie; et al. (Eds.). *L'humanitaire ou le management des dévouement: Enquête sur un militantisme de «solidarité internationale» en faveur du Tiers-Monde*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, pp. 177-229, 2002.

COOPER, Frederick “Development, Modernization, and the Social Sciences in the Era of Decolonization : the Examples of British and French Africa”, *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, n. 10, 2004/1, pp. 9-38, 2004. Disponível em:https://www.persee.fr/doc/polix_0295-2319_2001_num_14_56_1192. Acessado em: 19 nov. 2016.

COOPER, Frederick, *The Past of the Present*, Cambridge: Cambridge University Press. 2002.

- COSTA, Isabel Ferin. “Os discursos da Cooperação e do Desenvolvimento”. *Dossier informativo*. Lisboa: CIDAC, 1995.
- CRAVINHO, João Gomes, “A trajetória da cooperação oficial portuguesa”. *Tempo Exterior*, nº 9 (segunda época) - xullo/dezembro, 2004, pp. 49-66, 2004. Disponível em: http://www.igadi.org/arquivo/pdf/te_se09/te21_9_049joao_gomes_cravinho.pdf. Acessado em: 4 dez. 2015.
- CRAVO, Teresa. “Western Representations of Africa: A Genealogy of Donor Discourses on Guinea-Bissau”. *Assembleia Geral do CODESRIA – A África e os Desafios do Século XXI*, 5-9/12/2011. Rabat, Marrocos, 2011.
- CROSSLEY, N. *Making Sense of Social Movements*. Filadélfia: Open University Press, 2002.
- CRUZ, Manuel Braga da. “As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (i)”. *Análise Social*, vol. XIV, n. 54, pp. 265-278, 1978. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41010298>. Acessado em: 12 ago. 2016.
- CRUZ, Manuel Braga da. “O integralismo lusitano nas origens do salazarismo”. *Análise Social*, vol. XVIII, n. 70, pp. 137-182, 1982. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223399539G6uXJ0ze0Sv59SR4.pdf> Acessado em: 12 ago. 2016.
- DARMON, Muriel. “La notion de carrière: un instrument interactionniste d'objectivation”. *Politix* 2008/2 (No 82), p. 149-167, 2008. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-politix-2008-2-p-149.htm>. Acessado em: 25 mar. 2016.
- DAVEY, Eleanor. *Beyond the 'French Doctors. The evolution and interpretation of humanitarian action in France*. ODI Research Paper, 2012. Disponível em: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/7874.pdf> Acessado em 14. Out. 2017.
- DELLA PORTA, Donatella & TARROW Sidney. *Transnational Protest and Global Activism*. Maryland: Rowman & Littlefield, 2005.
- DELLA PORTA, Donatella. *The Social Bases of the Global Justice Movement: Some Theoretical Reflections and Empirical Evidence from the First European Social Forum*. UNRISD. 2005.
- DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. “A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo , v. 15, n. 43, pp. 163-176, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n43/009.pdf> Acessado em: 30 mar 2015.

- DEZALAY, Y & MADSEN, M. R. “Espaces de pouvoirs nationaux, espaces de pouvoirs internationaux: Stratégies cosmopolites et reproduction des hiérarchies sociales”. In. COHEN, A; LACROIX, B; RIUTORT, P, (Eds). *Nouveau annuel de science politique*. Paris: Découverte, pp. 681-693, 2009. <http://journals.openedition.org/lectures/914>
- DIMAGGIO, Paul J. & POWELL, Walter W. “The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields”. *American Sociological Review*, Vol. 48, No. 2, pp. 147-160, 1983. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2095101> Acessado em 18 mai. 2016.
- DIMIER, Véronique. "Institutionnalisation et bureaucratisation de la commission européenne: l'exemple de la DG développement", *Politique européenne* 2003/3 (n° 11), p. 99-121, 2003. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-politique-europeenne-2003-3-page-99.html> Acessado em: 3 dez. 2016.
- DIRECÇÃO GERAL DE COOPERAÇÃO. *Relatório de Atividades 1986*.
- DIRECÇÃO GERAL DE COOPERAÇÃO. *Relatório de Atividades 1989*.
- DIRECÇÃO GERAL DA COOPERAÇÃO. *Relatório de Atividades, 1990*.
- DOBRY, Michel. *Sociologia das Crises Políticas*. São Paulo: Editora UNESP. 2013.
- DUFFIELD, Mark. “Complex Emergencies and the Crisis of Developmentalism”. *IDS Bulletin*, 24.4, 1994. Disponível em: <https://www.ids.ac.uk/files/dmfile/duffield254.pdf>. Acessado em: 10 fev. 2018.
- DUFFIELD, Mark. “Governing the borderlands: decoding the power of aid”. *Disasters*, 25 (4), pp. 308-320, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-7717.00180>. Acessado em: 10 fev 2018.
- EASTERLY, William. *The White Man's Burden: Why the West's Efforts to Aid the Rest Have Done So Much Ill and So Little Good*. Londres: Penguin, 2006.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. São Paulo: ZAHAR, 1994.
- ELIAS, Norbert. *Escritos e Ensaio 1: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- ESCHLE, Catherine & STAMMERS, Neil. “Taking part: social movements, INGOs and global change”. *Alternatives*, n.29, pp. 335-374, 2004. <https://doi.org/10.1177%2F030437540402900305> Acessado em: 28 mai 2016.

ESCOBAR, Arturo. "Imagining a Post-Development Era? Critical Thought, Development and Social Movements". *Social Text: Third World and Post-Colonial Issues*. N. 31/32, 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/466217> Acessado em: 15 jan 2015.

ESTEVÃO, Nuno. "Os meios católicos perante a guerra colonial: reconfigurações da questão religiosa em Portugal". *Lusitania Sacra*, 2ª série, 12 (2000), pp. 221-265, 2000.

EUROPEAN COOPERATION AND SOLIDARITY & COMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENES. *Europeans and Developmen Aid in 1987*. 1988.

FERGUSON, James. "Decomposing modernity: history and hierarchy after development". *Postcolonial studies and beyond*, pp.166-181, 2005. Disponível em: <http://pweb.sophia.ac.jp/shimokawa/text/ferguson.pdf>. Acessado em: 7 jun. 2016.

FERNANDES, Tiago, *Civil Society after Dictatorship: a comparison of Portugal and Spain, 1970s-1990s*. Working Paper 384, Kellog Institute, 2012.

Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0873-65612017000200004&lng=pt&nrm=i.p Acessado em: 8 jan 2017.

FERNANDES, Tiago. *Nem ditadura, nem revolução: a Ala Liberal e o Marcelismo, 1968-1974*. Lisboa: Dom Quixote 2006.

FILLIEULE, Olivier & PUDAL, Bernard. "Sociologie du militantisme. Problématisations et déplacement des méthodes d'enquête". In FILLIEULE Olivier; AGRİKOLIANSKI, Eric; SOMMIER, Isabelle (Eds.), *Penser les mouvement sociaux. Conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines*, Paris: La Découverte, 2010.

FORMENTI, Ambra. "Rumo a uma fé global: história do movimento evangélico na Guiné-Bissau", *Etnográfica*, vol. 21. 2, pp. 293-318, 2017.

Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0873-65612017000200004&lng=pt&nrm=i.p Acessado em: 2 mar 2018.

FONTES, Paulo. "A Ação Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na sociedade". *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 6, 1994.

FONTES, Paulo. *Elites Católicas em Portugal: o papel da Ação Católica (1940-1961)*. Fundação Calouste Gulbenkian. 2011.

FORREST, Joshua "Guinea-Bissau since Independence: A Decade of Power Struggles", *The Journal of Modern African Studies*, vol.25, nº 1, Cambridge University Press, Cambridge, pp.95-116, 1987.

FORTUNA, Carlos. "Noticiário", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº4/5. Universidade de Coimbra, pp. 262-263, 1980.

- FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FÜHRER, HELMUT. *The story of official development assistance: a history of the Development Assistance Committee and the Development of Co-operation Directorate in names, dates and figures*. OCDE. Paris, 1996.
- GARCIA, Afrânio. “O exílio político dos estudantes brasileiros e a criação das universidades na África (1964-1985)”. In: ALMEIDA, Ana M. F. et al (Eds). *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- GAXIE, Daniel. “Appréhensions du politique et mobilisations des expériences sociales”. *Revue française de science politique*, nº2-3, pp. 145-178, 2002. Disponível em https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_2002_num_52_2_403705 Acessado em: 4 mar. 2016.
- GAXIE, Daniel. “Rétributions du militantisme et paradoxes de l’action collective”. *Swiss Political Science Review*, 11 (1), pp. 157-188, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/j.1662-6370.2005.tb00051.x> Acessado em: 4 mar. 2016.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida quotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes. 2002.
- GOFFMAN, Erving. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Boston, Northwestern University Press, 1986.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva. 1974.
- GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Editora Vozes, São Paulo, 2012.
- GOLIAS, Jorge Sales. *A descolonização da Guiné-Bissau e o Movimento dos Capitães*. Lisboa: Edições Colibri, 2016.
- GOMES, Daniel Filipe Franco. “O 14 de novembro de 1980 na Guiné-Bissau visto pela imprensa portuguesa: análise comparativa”. *Revista Portuguesa de História*. Nº 45, pp. 482-506, 2014. Disponível em http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147_45_21 Acessado em 12 abr 2018.
- GORE, Charles. “The Rise and Fall of the Washington Consensus as a Paradigm for Developing Countries”. *World Development*, Volume 28, Issue 5, pp. 789-804, 2000. Disponível em: <https://www.gsid.nagoya-u.ac.jp/sotsubo/gore.pdf> Acessado em: 12. Abr 2018.
- GRUHN, Isebill V. “The Commission for Technical Co-Operation in Africa, 1950-65.” *The Journal of Modern African Studies*, vol. 9, no. 3, pp. 459-469, 1971. Disponível em

<https://doi.org/10.1017/S0022278X00025210> Acessado em: 15 fev. 2018.

GRUPO DE PESQUISA SOBRE A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA. *A Descolonização Portuguesa: aproximação a um estudo*. IDL, Lisboa, 1979.

GUERRA, J.A.M., “Aspectos legais e institucionais da cooperação económica Portugal/Africa de expressão oficial portuguesa”, *Economia e Socialismo*, n. 60, Janeiro-Março, 1984.

HIRSCHMAN. Albert. *Auto-subversão: teorias consagradas em xeque*. São Paulo:Companhia das Letras, 1996

HODGE, Joseph Morgan. "Writing the History of Development (Part 1: The First Wave)". *Humanity: An International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development*, vol. 6 n.3, pp. 429-463, 2015. <https://muse.jhu.edu/article/609150> Acessado em: 20 nov. 2016.

HODGE, Joseph Morgan. Writing the History of Development (Part 2: Longer, Deeper, Wider). *Humanity: An International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development*, vol.7, n.1, pp. 125-174, 2016. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/612755> Acessado em: nov. 2016.

INRA (EUROPE). *Eurobarometre 42.0*. European Community Humanitarian Office (ECHO), 1995

INSTITUTO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA. *A Cooperação Multilateral no Instituto da Cooperação Portuguesa (1994/1995)*. Lisboa, 1996.

INSTITUTO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA. "África Amiga", *Cooperação Portuguesa*, Nº 4 (especial), Out. 1995.

INSTITUTO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA. *Relatório de Atividades 1996/1997*.

INSTITUTO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA. *Relatório de Cooperação de Portugal com África 1998*.

INSTITUTO PARA A COOPERAÇÃO ECONÔMICA. *Relatório de Atividades de 1982*.

IPAD. *Cooperação Portuguesa. Uma Leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento 1996-2000*. Lisboa, 2011.

JAO, Mamadú. “Uma Leitura do Conflito Guineense”. *Soronda - Revista de Estudos Guineenses* nº Especial 7 de Junho, Dezembro de 2000, INEP, pp.105-124, 2000.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *Livros Brancos, Almas Negras. A "missão civilizadora" do colonialismo português c. 1879-1930*, Lisboa: ICS, 2009.

- JERÓNIMO, Miguel Bandeira & PINTO, António Costa. “O Império do Trabalho: Portugal e as dinâmicas do internacionalismo e os mundos coloniais”. In. JERÓNIMO, Miguel Bandeira & PINTO, António Costa (coord), *Portugal e o Fim do Colonialismo. Dimensões Internacionais*. Lisboa: Edições 70, pp. 31-35, 2014.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira. "Uma Sociedade de Impérios: A Imaginação Política Imperial e o Internacionalismo do Entre-Guerras. In JERÓNIMO, Miguel Bandeira & MONTEIRO José Pedro (coord). *Os passados do presente – Internacionalismo, Imperialismo e a Construção do Mundo Contemporâneo*, Lisboa: ICS, pp. 235-270, 2015.
- JOBS, Richard Ivan. “Youth movements: Travel, protest, and Europe in 1968”. *The American Historical Review*, v. 114 n.2, pp. 376-304, 2009. Disponível em <https://doi.org/10.1086/ahr.114.2.376> Acessado em: 7 dez 2017.
- JUHEM, Philippe. *SOS-Racisme, histoire d'une mobilisation "apolitique". Contribution à une analyse des transformations des représentations politiques après 1981*. Université de Nanterre - Paris X, 1998. Disponível em: <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00131701/document> Acessado em: 5 de mar 2016.
- KALDOR, M. “The idea of global civil society”. *International Affairs*, vol. 79, n.3, pp. 583-593, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.0066-4812.2005.00505.x>. Acessado em: 15 mai 2018.
- KALTER, Christoph. *The Discovery of the Third World: Decolonization and the Rise of the New Left in France, c .1950–1976*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- KEANE, John. *Global Civil Society?* Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- KECK, Margaret E. & SIKKINK, Kathryn, *Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. Cornell: Cornell University Press, 1998.
- KLANDERMANS, B. *Multiorganizational Fields*. In SNOW, D.; Della Porta, D.; KLANDERMANS, B (eds.). *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements*, Oxford, 2013.
- KOTHARI, Uma. “Authority and Expertise: The Professionalisation of International Development and the Ordering of Dissent”. *Antipode*, Volume 37, Issue 3, pp. 425-446, 2005. Disponível em <https://doi.org/10.1111/j.0066-4812.2005.00505.x> Acessado em 15 jun 2015.
- KOTHARI, Uma, “From colonial administration to development studies: a postcolonial critique of the history of development studies”. In

- KOTHARI, Uma, (Ed) *A Radical History of Development Studies: Individuals, Institutions and Ideologies*. Londres: Zed Books, 2005a.
- KOUDAWO, Fafali. “Sociedade Civil e Transição Pluralista na Guiné-Bissau 1991-1996”. In KOUDAWO, Fafali & MENDY, Peter Karibe (Eds), *Pluralismo Político na Guiné-Bissau: uma transição em curso*. Bissau: INEP, 1996.
- KRIESI, Hanspeter, et al. “Political context and opportunity”. In SNOW, D., SOULE, S. A., KRIESI, H. (eds) *The Blackwell Companion to Social Movements*, Oxford: Blackwell Publishing, 2004.
- LANDIM, Leilah. “Experiência militante”: histórias das assim chamadas ONGs. *Lusotopie*, v.9, n.9, pp. 215-239, 2002. Disponível em https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_2002_num_9_1_1485 Acessado em: 9 fev 2016.
- LOPES, Carlos. “Uma perspectiva histórica da cooperação técnica em África”. *Soronda - Revista de estudos guineenses*, nº11, Janeiro de 1991, pp 39-53, Bissau: INEP, 1991.
- LOPES, Joana. *Entre as Brumas da Memória. Os Católicos Portugueses e a Ditadura*. Lisboa: Âmbar, 2007.
- LOUSLEY, Cheryl. “With Love from Band Aid’: Sentimental exchange, affective economies, and popular globalism”. *Emotion, Space and Society*, 10, pp 7-17, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/emotion-space-and-society/vol/10> Acessado em 14 out. 2016.
- MABILLE, François. *Approches de l'internationalisme catholique*. Paris: L'Harmattan, 2001.
- _____. “L'Action Humanitaire comme Registre d'Intervention de l'Eglise Catholique sur la Scène International. L'exemple du CCFD”. *Genèses*, n. 48, pp. 30-51, 2003. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-geneses-2002-3-page-30.htm>. Acessado em: 15 abr. 2017.
- MACHADO, Bárbara. *Portugal e os PALOP: o perfil de doador de um Estado semiperiférico à luz da Ajuda Pública ao Desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado, da Universidade de Coimbra, 2012.
- MACHADO, Leonor. *Inquérito à opinião dos jovens sobre a cooperação de Portugal com os novos países de expressão portuguesa*. Série de Estudos, Elo - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, 1988.
- MACHADO, Tânia Justina Costa de Almeida. *ONGD: O Papel da Comunicação no seu Conhecimento e Reconhecimento*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Leiria, 2009.

- MAMDANI, Mahmood. *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- MANJI, Firoze; O'COILL, Carl. "The missionary position: NGOs and development in Africa. *International Affairs*", 78.3, pp. 567-584, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2346.00267>. Acessado em: 6 dez. 2014.
- MARCHI, Riccardo. *Império, Nação, Revolução. As direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)*. Lisboa: Texto Editora, 2009.
- MARCOS, Neusa Vanessa de Cordeiro. *Entre a profissionalização e o empreendedorismo social: uma abordagem sobre ONGD portuguesas*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Universidade do Porto, 2014.
- MARQUES, João Pedro. "O retorno do escravismo em meados do século XIX". *Análise Social*, vol. xli, n. 180, pp. 671-692, 2006. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218722331G2IYW5eq6Cr41KE4.pdf>. Acessado em 14 abr. 2018.
- MATEUS, Augusto. *Competitividade territorial e a coesão econômica e social – Volume 2, I parte – As grandes dinâmicas de transformação da economia portuguesa nos anos 90*. Augusto Mateus & Associados, CIRIUS, GEOIDEIA, CEPREDE, 2005.
- MATEUS, Dalila Cabrita. "Conflitos sociais na base da eclosão das guerras coloniais". In VARELA, Raquel; PEREIRA, Joana Dias; NORONHA Ricardo (Eds). *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no Século XX*. Lisboa: Colibri, 2012.
- MATHIEU, Lilian. "L'espace des mouvements sociaux". *Politix*, (nº 77), 2007/1, pp. 131-151, 2007. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-politix-2007-1-page-131.htm> Acessado em: 14 nov. 2016.
- MAXWELL, Keneth. "As colônias portuguesas e a sua descolonização". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº15/16/17, 1985.
- MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. "Resource mobilization and social movements: A partial theory". *American Journal of Sociology*, vol.82. n.6, pp. 1212-1241, 1977. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/226464> Acessado em: 2 mar. 2015.
- MEIMON, Julien. "La socialisation militante des professionnels de la solidarité internationale: L'exemple des agents du ministère de la Coopération". In SIMÉANT, Johanna & DAUVIN, Pascal. *ONG et Humanitaire*, Paris: L'Harmattan, 2004.

MELUCCI, Alberto. “Um Objetivo para os Movimentos Sociais?”, *Lua Nova*, Junho, N.17, São Paulo. 1989. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004> Acessado em 24 jan 2015.

MENDES, Pedro. “A Questão Europeia no Marcelismo: o Debate Geracional”. *População e Sociedade*, n. 21, CEPESE, 2013. Disponível em <http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/populacao-e-sociedade-n-o-21/a-questao-europeia-no-marcelismo-o-debate-geracional>. Acessado em 19 mar. 2017.

_____. *A Invenção das Relações Internacionais como ciência social: uma introdução à Ciência e à Política das Relações Internacionais*. Working Paper, CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, s/d. Disponível em <http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/colecoes/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/a-invencao-das-relacoes-internacionais-como-ciencia-social-uma-introducao-a-ciencia-e-a-politica-das-ri-2217/A%20Invencao%20das%20Relacoes%20Internacionais%20como%20ciencia%20social.pdf> Acessado em: 19 mar. 2017.

MENESES, Maria Paula & GOMES, Catarina. “Regressos? Os Retornados na (Des)Colonização Portuguesa”. In: MENESES, Maria Paula & MARTINS, Bruno Serra. *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*, Coimbra: Edições Almedina, 2013.

MENESES, Maria Paula. “O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais”. *e-cadernos CES*, 07, pp. 68-93, 2010. Disponível em <http://journals.openedition.org/eces/403> Acessado em: 25 mai 2018.

MESQUITA, Ana Guedes. *A política portuguesa de cooperação para o desenvolvimento*. Working Paper nº 67, CESA-ISEG, 2005. Disponível em: https://pascal.iseg.utl.pt/%7Ecesas/files/Doc_trabalho/67.pdf. Acessado em: 14 nov 2017.

MEYER, David S.; MINKOFF, Debra C. “Conceptualizing political opportunity”. *Social Forces*, 82.4, pp. 1457-1492, 2004. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/170144> Acessado em 3 ago 2017.

MCADAM, Doug. *Political Process and the Development of Black Insurgency 1930-1970*, Chicago: University Chicago Press, 1982.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MOITA, Luis & QUINA, Carolina. *A Guiné-Bissau após o 14 de Novembro*. CIDAC, 1980.

- MURTEIRA, Mário. *Disse bom dia à noite*. Lisboa: ICS. 2008.
- NUNES, João Arriscado. “Erving Goffman, a Análise de Quadros e a Sociologia da Vida Quotidiana”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 37, Junho, 1993.
- NYE, Joseph S., & KEOHANE, Robert O. Keohane. “Transnational Relations and World Politics: An Introduction.” *International Organization*, vol.25, n.3, pp. 329–349, 1971. Disponível em <https://doi.org/10.1017/S0020818300026187> Acessado em 29 mai. 2017.
- OCDE/CAD. *Review of the Development Co-operation Policies and Programmes of Portugal*. 1993.
- _____. *Review of the Development Co-operation Policies and Programmes of Portugal*, 1997.
- OLIVEIRA, Wilson. “A “arte de resistir às palavras”: antropologia, concepções culturais e militância política”. Trabalho apresentado no 34º Encontro anual da ANPOCS, Minas Gerais, 2010. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-34-encontro/fr-1/fr01/1288-a-arte-de-resistir-as-palavras-antropologia-concepcoes-culturais-e-militancia-politica/file> Acessado em 30 abr 2016.
- OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- OPPENHEIMER, Jochen. “Réalités et mythes de la coopération portugaise”. *Premières Journées d'études de Lusotopie: Idéologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones*. École Pratique des Hautes Études, Paris, Sorbonne, 14 et 15 de Décembre, 1997.
- PAIM, Márcio. “Pan-africanismo: tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro Na Casa De Meu Pai”. *Sankofa* (São Paulo), vol. 7 n.13, pp. 88-112, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2014.88952> Acessado em 20 mai 2018.
- PALLAS, Christopher L. “Inverting the boomerang: examining the legitimacy of North–South–North campaigns in transnational advocacy”. *Global Networks*, 17.2, pp. 281-299, 2016. Disponível em <https://doi.org/10.1111/glob.12129>. Acessado em 20 abr 2016.
- PASSERON, Jean-Claude. “Biographies, flux, itinéraires, trajectoires”. *Revue française de sociologie*, v. 31, n. 1, pp.3-22, 1990. Disponível em: www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_1990_num_31_1_1077 Acessado em: 18 abr 2016.
- PASSY, Florence & GIUGNI, Marco. “Life-Spheres, Networks, and Sustained Participation in Social Movements: A Phenomenological Approach to Political Commitment”. *Sociological Forum*, vol. 15, n. 1,

- pp. 117-144, 2000. Disponível em: https://serval.unil.ch/resource/serval:BIB_16037.P001/REF Acessado em 15 nov 2016.
- PECHU, Cécile, “Les générations militantes à droit au logement”, *Revue française de science politique*, vol. 51, n. 1, pp. 73-103, 2001. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-science-politique-2001-1-page-73.htm> Acessado em: 14 nov 2016.
- PÉLISSIER, René. *As Campanhas Coloniais de Portugal 1944-1941*. Estampa, 2006.
- _____, *La Colonie du minotaure: nationalismes et révoltes en Angola, (1926-1961)*, Editions Pelissier, 1978.
- _____, *Naissance de la Guinée. Portugais et Africains en Sénégal (1841-1936)*. Editions Pelissier, 1989.
- _____, *Naissance du Mozambique. Résistance et révoltes anticoloniales (1854-1918)*, Editions Pelissier, 1984.
- PELLETIER, Denis. “*Economie et humanisme*”: de l'utopie communautaire au combat pour le tiers-monde (1941-1966). Paris: Editions du Cerf. 1996.
- PEREIRA, Rui M., “Uma visão colonial do racismo”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 9/10, 2006, pp. 129-140. 2006. Disponível em <http://journals.openedition.org/cea/1228> Acessado em 18 nov. 2017.
- PIMENTEL, Irene Flunser. *História da Oposição à Ditadura (1926-1974)*. Porto: Figueirinhas, 2013.
- PINTO, Jaime Nogueira. “Direitas e nova direita no Portugal democrático”. In MARCHI. Riccardo (Ed.); *Ideias e percursos das direitas portuguesas. As raízes rofundas não gelam?* Lisboa: Texto Editora, 2014.
- PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD. *Plataforma Portuguesa das ONGD – 25 anos*. Lisboa, 2010.
- RAIMUNDO, Antonio Joaquim. *The Europeanisation of national foreign policy: Portuguese foreign policy towards Angola and Mozambique, 1978-2010*. Tese de Doutoramento. The London School of Economics and Political Science, 2012. Disponível em <http://etheses.lse.ac.uk/id/eprint/471> Acessado em: 26 fev. 2018.
- _____. *Guia das ONGD*. Lisboa, 1998.
- RAO, Hayagreeva, “Caveat emptor: The construction of nonprofit consumer watchdog organizations”. *American journal of sociology*, vol. 103 n.4, pp. 912-961, 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/231293> Acessado em: 2 mar 2016

RAO, Hayagreeva, *et al.* “Power Plays: How Social Movements and Collective Action Create New Organizational Forms”. *Research in Organizational Behaviour*, vol. 22, pp. 239–282, 2000. Disponível em: <https://scholarship.law.berkeley.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3449&context=facpubs> Acessado: 2 mar 2016.

RAPOSO, Henrique. “Na III República e na UE: o regresso da direita cartista”. In MARCHI, Riccardo. *As raízes profundas não gelam? Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*. Lisboa: Texto Editora, pp. 375-408, 2014.

REIS, Bruno Cardoso. “As primeiras décadas de Portugal nas Nações Unidas: um estado pária contra a norma da descolonização (1956-1974)”. In JERÓNIMO, Miguel Bandeira & PINTO, António Costa. *Portugal e o fim do colonialismo. Dimensões Internacionais*. Lisboa: Edições 70, 2014.

_____. “Visões das forças políticas portuguesas sobre o fim do império, dois planos em confronto e uma política exemplar de descolonização (1974-1975)”. In ROSAS, Fernando, MACHAQUEIRO, Mário e OLIVEIRA, Pedro Aires (Eds.). *Adeus ao Império: 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa: Vega. 2015.

REMA, Henrique Pinto, *As Missões Católicas da Guiné*, Lisboa: Editora Franciscana, 1982.

RIBEIRO, Mário & MARQUES, Sofia. Uma leitura das ONGD portuguesas no início do século XXI : trajetória e dinâmicas. *Lusotopie*, n. 9, pp. 131-143, 2000. Disponível em https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_2002_num_9_1_1479

Acessado em: 18 fev 2016.

RIBEIRO, Mário. *O potencial das Organizações Não-Governamentais Portuguesas de Desenvolvimento ONGD*. CIDAC. 1995.

RISSE, T.; SIKKINK, C. “The socialization of international human rights norms into domestic practices: introduction”. In. RISSE, T., ROPP, S.; SIKKINK, C. (Eds.) *Power of Human Rights*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

RODRIGUES, Alexandre Reis; SANTOS, Américo Silva. *Bissau em Chamas - Junho de 1998*. Lisboa: Casa das Letras, 2007.

ROLO, José Manuel. *Redescobrir África*. Lisboa: ICS 1987.

ROSAS, Fernando. “O anticolonialismo tardio do antifascismo português”. In. ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário; OLIVEIRA, Pedro Aires (Eds.). *Adeus ao Império: 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa: Vega, 2015.

RUDEBECK, Lars *Colapso e Reconstrução Política na Guiné-Bissau 1998-2000. Um estudo de democratização difícil*. Nordic Africa, 2001.

RUIVO, Francisco Felgueiras Bairrão. *Spinolismo: Viragem Política e Movimentos Sociais*. Tese de Doutoramento em História Contemporânea. Universidade Nova de Lisboa, 2013.

SANGREMAN, Carlos. *As políticas de ajustamento e o bem-estar das famílias na cidade de Bissau, na República da Guiné-Bissau, no período de 1986-2001*, Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Direito e Cooperação”, *Cadernos CIDAC, Questões Internacionais*, nº7, 1983.

_____. “Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português”. *Análise Social*, vol. xxi, n.87-88-89, pp.869-901, 1985.

SAWICKI, F & SIMÉANT, J. “Décloisonner la sociologie de l’engagement militant. Note critique sur quelques tendances récentes des travaux français”. *Sociologie du travail*, v. 51 n.1, pp, 97-125, 2009.

Disponível em: http://ceraps.univ-lille2.fr/fileadmin/user_upload/enseignants/Sawicki/Sawicki-Simeant-Socio du travail 2009.pdf Acessado em: 3 abr 2016

SANTOS, Paula Borges. “Opções políticas dos católicos: significados de "estar à direita" durante o estado-novo (1945-1974)”. In MARCHI, Ricardo (Ed.). *Ideias e percursos das direitas portuguesas*. Lisboa: Texto Editora, 2014.

SANTOS, Susana. *Vítimas ou parceiros: discurso e ação política da Igreja Católica Portuguesa durante o século XX*. CIES e-Working Paper, N.º 170, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/9858> Acessado em: 26 abr 2017.

SCHAAP, Bart. *Actividades das ONG's e Microrealizações na Guiné-Bissau em 1987*. Departamento de Estudos e Projetos, SOLIDAMI, 1987.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL. “Discurso do Presidente Ramalho Eanes” *Encontro em Bissau*. Guiné-Bissau, 1977.

SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastall. “A política como objeto de estudo das ciências sociais”. In SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastall (org). *As Ciências Sociais e o Espaço da Política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

SEIDL, Ernesto; NERIS, Wheriston, S. “Catolicismo impuro: politização e transgressões do ofício religioso”. *Revista Política e Sociedade*, vol. 3, n. 37, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n37p252> Acessado em: 26 fev, 2018.

- SILVA, A. E. D. “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”. *Análise Social*, v. xxx n. 130, pp. 5-50, 1995.
- SILVA, Augusto Santos. “Tradição, Modernidade e Desenvolvimento: Portugal na Integração Europeia”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº39, pp.147-161, 1994.
- SILVA, Francisco Henriques da. *Crónicas dos (Des)Feitos da Guiné*. Lisboa: Lisboa: Almedina, 2014.
- SLIM, H. “Doing the Right Thing: Relief Agencies, Moral Dilemmas and Moral Responsibility in Political Emergencies and War”. *Disasters*, v.21, n.3, pp. 244-257, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-7717.00059> Consultado em 14 abr. 2018.
- SIMÉANT, Johanna. “Entrer, rester en humanitaire. Des fondateurs de Médecins sans frontières aux membres actuels des ONG médicales françaises”. In: *Revue française de science politique*, nº1-2, pp. 47-72, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/rfsp.2001.403607> Acessado em: 18 jun. 2015.
- _____. “Interpreting the Rise of International Advocacy”. *Humanity: An International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development*, vol.5, n.3, pp. 323-343, 2014. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/562800/pdf> Acessado em 7 nov. 2016.
- _____. “La transnationalisation de l'action collective”. In: FILLIEULE, Olivier; AGRİKOLIANSKY, Éric; SOMMIER, Isabelle. *Penser les mouvements sociaux*. Paris: La Découverte, pp. 121-144, 2010.
- SIMÉANT, Johanna. “Localiser le terrain de l'international”. *Politix*, 2012/4 nº 100, p. 129-147. 2012. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-politix-2012-4-page-129.htm> Acessado em: 18 jun. 2016.
- _____. “ONG et humanitaire”. In: SIMÉANT, Johanna; DAUVIN, Pascal. *Le travail humanitaire: Les acteurs des ONG, du siège au terrain*. Paris: Presses de Sciences Po, 2004.
- _____. “Urgence et développement, professionnalisation et militantisme dans l'humanitaire”. *Mots*, Nº65, pp. 28-50, 2001a. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/mots.2001.2485> Acessado em: 14 jun. 2016.
- SIMPSON, Duncan. *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*. Lisboa: Edições 70, 2014.
- SINGENS, Edite Mendes. *A Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento na Imprensa (1998-1999)*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, 2001.

- SMITH, Jackie. *Social Movements for Global Democracy*. Maryland: The John Hopkins University Press, 2008.
- SMITH, Jackie & WIEST, Dawn, “The Uneven Geography of Global Civil Society: National and Global Influences on Transnational Association”. *Social Forces*, vol.84, n.2, pp. 621-652, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/sof.2006.0036> Acessado em: 28 mai. 2016.
- SNOW, David A., et al. “Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation”. *American sociological review*, Vol. 51, No. 4 (Aug., 1986), pp. 464-481, 1986.
- SOLIDAMI. *Relatório de Atividades da SOLIDAMI 1992*.
 _____ . *Relatório de Atividades da SOLIDAMI 1993*.
 _____ . *Relatório de Atividades da SOLIDAMI 1994*.
 _____ . *A emergência das ONG e a Solidami*. 1995.
- SOMMIER, Isabelle; FILLIEULE, Olivier. “The emergence and development of the No Global Movement in France: a genealogical approach”. In. COX, Laurence; FOMINAYA, Cristina (Ed.). *Understanding European Movements: New Social Movements, Global Justice Struggles, Anti-Austerity Protest*, Londres: Routledge, pp. 47-60, 2013.
- SOUSA, Julião Soares. *Amílcar Cabral (1924-1973) – vida e morte de um revolucionário africano*. Coimbra: Edição de autor, 2016.
- SPIEGEL, Henry William. “Theories of Economic Development: History and Classification.” *Journal of the History of Ideas*, vol. 16, no. 4, pp. 518–539, 1955. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2707508> Acessado em 24 mar. 2018.
- STOER, Stephen R. “A reforma de Veiga Simão no ensino: projecto de desenvolvimento social ou «disfarce humanista»?”. *Análise social*, vol. xix, (77/78/79), pp. 793-822, 1983.
- STOMATOV, Peter. Activist Religion, Empire, and the Emergence of Modern Long-Distance Advocacy Networks, *American Sociological Review*. v. 75, n. 4, pp. 607–628, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0003122410374083> Acessado em: 19 out. 2016.
- STRAUSS, Anselm. *Espelhos e Máscaras: a busca da identidade*. São Paulo: EdUSP, 1999.
- SUÁREZ, H. “Une mystique de la politique. Note de recherche : Sur l’engagement de prêtres-ouvriers dans la guérilla révolutionnaire en Bolivie”. *Actes de la recherche en sciences sociales* 2004/5, 155, p. 90-100, 2005. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-actes-de-la-recherche-en-sciences-sociales-2004-5-page-90.htm> Acessado em: 14 fev. 2016.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

_____. *The New Transnational Activism*, Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____. "Transnational Politics: Contention and Institutions in International Politics". *Annual Review of Political Science*. 4, pp. 1-20, 2001. Disponível em <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.4.1.1> Acessado em: 4 mai. 2016.

TAYLOR, Verta & VAN DYKE, Nella. "Get up, stand up": tactical repertoires of social movements". In SNOW, D. A., SOULE, S. A., KRIESI, H. (eds) *The Blackwell Companion to Social Movements*, Oxford:Blackwell Publishing, 2004.

TILLY, Charles. "Contentious Repertoires in Great Britain, 1758-1834". *Social Science History*. vol. 17, n. 2, pp. 253-280, 1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1171282> Acessado em: 18. set. 2014.

_____. *Studying social movements/studying collective action*. CRSO Working Paper 168, University of Michigan. 1978. Disponível em:

<https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/50943/168.pdf> Acessado em: 18 set. 2014.

THORNTON, A; DORIUS, S.F; SWINDLE, J."Developmental Idealism The Cultural Foundations of World Development Programs". *Sociology of Development*, vol.1, n. 2, pp. 69-112, 2015. Disponível em: <http://socdev.ucpress.edu/content/1/2/277>. Acessado em: 6 mar. 2016.

TOWNSEND, J; PORTER, G; MAWDSLEY, E. "The role of the transnational community of non-government organizations: Governance or poverty reduction?" *Journal of International Development* vol.14, n.6, pp. 829–839, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/jid.928> Acessado em: 10 mai. 2016.

TVEDT, Terje. "Development NGOs: Actors in a Global Civil Society or in a New International Social System?" *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, Vol. 13, No. 4, December 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27927806> Acessado em: 10 mai. 2016.

VARELA, Raquel. *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-1975*. Lisboa: Bertrand Editora. 2014.

VIEIRA, Maria Manuel. "Transformação recente no campo do ensino superior". *Análise Social*, vol. xxx, n. 131-132, pp. 315-373, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41011093> Acessado em 12 nov. 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Universalismo Europeu: a retórica do poder*. Boitempo Editorial. 2007.

WHITTIER, Nancy. Political generations, micro-cohorts, and the transformation of social movements. *American sociological review*, vol. 62, n. (Oct., 1997), pp. 760-778, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i345649> Acessado em 18 fev. 2017.

WILLEMEZ, Laurent. “Apprendre en militant: contribution à une économie symbolique de l’engagement”. In: VENDRAMIN, Patricia (Ed.). *L’engagement militant*, Louvain-la-Neuve: Presses universitaires de Louvain, p. 51-65, 2013.

“De l’expertise à l’enchantement du dévouemen’. In: COLLOVALD, Annie; et al. (dir.). *L’humanitaire ou le management des dévouement: Enquête sur un militantisme de «solidarité internationale» en faveur du Tiers-Monde*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002.

ZALD, Mayer N. & ASH, Roberta. “Social Movement Organizations: Growth, Decay and Change”. *Social Forces*. Vol. 44, No. 3 (Mar., 1966), pp. 327-341, 1966. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i344259> Acessado em: 6 jan. 2016.

ZEFERINO, Guilherme. *O conflito político-militar na Guiné-Bissau (1998-1999)*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2005.

FONTES

ARTIGOS EM JORNAIS E REVISTAS

ABECASSIS, Rebecca & MASCARENHAS, Paulo. “A falar português é que não nos entendemos na CPLP”. *Independente*, 9/4/1998.

ACTUALIDADE E COOPERAÇÃO ECONÓMICA. “Guiné-Bissau: 1985 – o ano da esperança”, *Atualidade e Cooperação Económica*, nº18, Março / Abril, Atualidade Editora, 1985.

ALMEIDA, Assunção “‘Guerra’ linguística apontada ao português” *Diário de Notícias*, 11/9/1992.

AMADO, Luís. *Público*, 6/6/1998.

BARATA-FEYO, José.” Carta do diretor”. *Grande Reportagem*, Out/Dez 1990.

CARDOSO, Miguel Esteves Cardoso. *Expresso*, 7/11/1987.

CASTANHEIRA, José Pedro. “Um Presidente sem povo”. *Expresso*, 21/11/1998.

CHITAS, Paulo; PEREIRA, Mónica. “A força de uma sigla”. *Visão*, 20/5/1999.

ECONOMIA E SOCIALISMO. “Editorial”, a.1. n.1., Abr/Jun, 1976.

FERREIRA, Manuel Enes. “A Expo 98, os PALOP e a CPLP”, *Expresso* de 13/8/1998.

GONÇALVES, Agostinho Jardim. *Diário de Notícias*, 8/11/1985.

GRILO, Eduardo & ROSA, Manuel. “Cooperação e Língua Portuguesa”. *Diário de Notícias*, 1/3/1987.

PEREIRA, Bartolomeu. “Guiné-Bissau: 1985 – o ano da esperança”. *Atualidade e Cooperação Económica*, nº18, Março / Abril, Atualidade Editora, 1985.

SANTOS, António de Almeida. “Uma política para África, já”. *Público*, 1/8/1993.

SANTOS, António de Almeida. *Público*, 20/6/1998.

SILVA, Aníbal Cavaco. *Cooperação Portuguesa*. Instituto da Cooperação Portuguesa, 1995.

JORNAIS E REVISTAS

África Hoje: política, economia e cultura. Ano XIV, Março 1998.

Afrique – Asie, Nº 323, 23/6/1984.

A Capital, 10/1/1983.

Boletim Caritas, nº 19, 20, 23, 24, 1966.

Cadernos do Terceiro Mundo, nº39, Dezembro de 1981.

Diário Económico, 3/2/1996.

Diário de Notícias, 18/7/1998.

O Dia, 10/1/1983.

O Jornal, 18/4/1980.

O Século, 18/9/1974.

O Século, 19/6/ 1975.

Portugal Hoje, 30/12/1980.

Primeiro de Janeiro, 9/1/1983.

Público, 26/11/1996.

Público, 11/6/1998.

Público, 13/6/1998.

Público,16/6/1998.

Público, 18/6/1998.

Público, 21/6/1998.

Público, 24/6/1998.

Público, 7/7/1998.

SITES

<http://diretorio.plataformaongd.pt/caracterizacao-das-associadas/>

consultado em 12/7/2018.

<http://www.staff.city.ac.uk/p.willetts/NGOS/NGO-GRPH.HTM>

consultado em 15/6/2018.

<https://caminhosdamemoria.wordpress.com/antologia/documento-lido-ao-cardeal-cerejeira-e-distribuido-a-assembleia-na-igreja-de-s-domingos-na-vigilia-do-dia-da-paz-111969/> consultado em 12/12/2017.

<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=socguerr> consultado em 22/2/2017.

http://www.guerracolonial.org/index.php?content=150#_self consultado em 22/2/2017.

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04342.001.006#!2>

consultado em 18/01/2018.

<https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc04/programa-do-governo/programa-do-iv-governo-constitucional.aspx>

consultado em 15/7/2018.

<http://actd.iict.pt/view/actd:MOJACS>. consultado em 6/1/2018.

<https://www.cplp.org/id-2752.aspx> consultado em 2/6/2018.

<http://diretorio.plataformaongd.pt/caracterizacao-das-associadas/>

consultado em 12/7/2018.

ATAS E COMUNICADOS

Ata da reunião de 22/11/1984, Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da reunião de 8-9/2/1985, Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da reunião de 13/2/1985. Arquivo da Plataforma Portuguesa de ONGD.

Ata da Reunião Nacional, 2/4/1986. Arquivo Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da Reunião Nacional, 12/01/1987. Arquivo Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da Reunião Nacional, 4/11/1987. Arquivo Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da Reunião Nacional, 10/5/1988. Arquivo Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da Reunião Nacional, 20/6/1988. Arquivo Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da Reunião Nacional, 8/2/1990. Arquivo Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da Reunião Nacional, 6/3/1990. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da Reunião Nacional, 22/4/1990. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da Reunião Nacional, 7/2/1991. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da Reunião Nacional, 22/4/1991. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da reunião, 27/5/1996. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da Reunião Nacional, 27/5/1996. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da Reunião nacional, 12/01/1987. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da Reunião nacional, 4/11/1987. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da Reunião nacional, 21/12/1987. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD

Ata da reunião, 24/6/1991. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da reunião, 1/7/1993. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da Reunião Nacional, 24/10/1995. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da Reunião Nacional, 27/05/1996. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da Reunião Nacional, 12/01/1987. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da Reunião Nacional, 23/4/1990. Arquivo da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Ata da reunião na Plataforma Portuguesa das ONGD em 16/6/1998. Arquivo da Rede de Solidariedade com o Povo da Guiné Bissau, Associação para a Cooperação Entre os Povos.

REDE DA SOLIDARIEDADE COM O POVO DA GUINÉ-BISSAU. "Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau". Arquivo da Associação para a Cooperação Entre os Povos. Comunicado emitido em 16/6/1998.

REDE DA SOLIDARIEDADE COM O POVO DA GUINÉ-BISSAU. Apelo à Paz na Guiné Bissau. *Comunicado da 1ª Reunião de Europeia de Solidariedade*, Bruxelas, 6/7/1998. Arquivo da Associação para a Cooperação Entre os Povos.

REDE DA SOLIDARIEDADE COM O POVO DA GUINÉ-BISSAU. *Declaração de Paris das ONG em Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau*. Paris, 29/9/1998. Arquivo da Associação para a Cooperação Entre os Povos.

ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo da Associação para a Cooperação Entre os Povos.

Centro de Documentação do Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC)

Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal

Arquivo do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

BIOGRAFIAS

PINTO, António Vaz. *A História de Deus Comigo*. Alêtheia Editores, 2006.

MARQUES, Rui, *Esperança em Movimento*, Porto Editora, 2009.

<https://caminhosdamemoria.wordpress.com/antologia/maria-natalia-teotonio-pereira-dados-biograficos/>

ENTREVISTAS EM JORNAIS E REVISTAS

<http://anabelamotaribeiro.pt/fernando-nobre-196357>

<https://www.cmjornal.pt/mais-cm/domingo/detalhe/o-padre-vaz-pinto-puxou-me-para-cima>

<http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/entrevistas/memorias-do-dia-da-libertacao-pessoal-e-do-pais/>

<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Tc1339>

<http://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-01-21-Um-homem-na-cidade#gs.1KM3xIA>

Quadro 9 Militantes entrevistados em Portugal e na Guiné-Bissau

Nacio.	Id.	S.	Setor(es) de atuação atual / último setor em que trabalhou	Militantes intervenientes na construção do espaço das ONGD em Portugal entre 74 e 98	Militantes intervenientes na construção do campo das ONG na Guiné	Militantes intervenientes na REDE DE SOLIDARIEDADE	Militantes intervenientes na CECRON
Portuguesa	44	F	Gestora de projetos / ONGD	X		X	
Portuguesa	65	F	Diretora de ONGD	X	X	X	
Portuguesa	65	F	Dirigente de ONGD / cargo em organização internacional	X		X	
Portuguesa	79	M	Professor Universitário	X	X		
Portuguesa	77	M	Professor e dirigente de Escola de Arte (aposentado)	X			
Portuguesa	79	M	Embaixador aposentado	X			
Portuguesa	76	M	Padre	X			
Portuguesa	89	M	Padre	X			
Portuguesa	49	M	Diretor de ONGD	X		X	
Portuguesa	67	M	Presidente de Fundação, médico	X		X	
Portuguesa	72	F	Dirigente de ONGD Técnica microcrédito aposentada	X			

Portuguesa	66	F	Professora Universitária / consultora	X			
Portuguesa	69	F	Aposentada / funcionária intermédia Ministério das Finanças	X			
Portuguesa	55	M	Dirigente associativo de ONGD / administrador empresa comunicação	X			
Portuguesa	44	F	Gestora de projetos / ONGD / dirigente associativa	X		X	
Portuguesa	56	M	Diretor de associação setor saúde mental	X			
Guineense	64	M	Aposentado de organização internacional		X		
Guineense	59	M	Gestor de projetos / ONGD / consultor		X	X	X
Guineense	54	M	Técnico de contabilidade em ONG		X	X	X
Guineense	64	F	Diretora de ONG nacional aposentada		X	X	X
Guineense	60	M	Diretor de ONGD internacional		X	X	

Guineense	62	M	Diretor de ONGD / consultor		X	X	X
Guineense	56	M	Gestor de projetos / ONGD		X	X	X
Guineense	63	M	Funcionário público / cargo direção		X	X	X

Quadro 10 - Caracterização origens sociais militantes portugueses e guineenses

Nac.o.	Id.	S.	Escol. dos pais	Profissão pais	Escol.Supe rior	Circulação internacional antes de aderir a ONG	Setor(es) de atuação atual / último setor em que trabalhou
Portugal	44	F	Ensino superior	Engenheiro agrónomo / contadora	Relações Internacionais Mestrado Desenvolvimento	Viagens pela Europa (turismo em família) Viagens associativismo o estudantil internacional	Gestora de projetos / ONGD
Portugal	65	F	Ensino médio/ ensino superior	Funcionário público intermédio / professora	Economia (incompleto)	Viagens Europa turismo	Diretora de ONGD
Portugal	65	F	Ensino superior	Arquiteto / secretária / dona de casa	História	Viagens Europa / associativismo o juvenil católico internacional	Dirigente de ONGD / cargo em organização internacional
Portugal	79	M	Ensino fundamental (colégio Jesuítas) / Ensino fundamental (4 anos) e formação em casa com preceptores	Presidente Município / industrial / proprietário rural / dona de casa	Teologia / Ética Doutorado	Frequência do ensino superior Itália	Professor Universitário Relações Internacionais
Portugal	77	M	Ensino médio / Ensino em casa com preceptores	Funcionário Público / dona de casa / Funcionária da TV pública e de Fundação setor artístico (a partir 50 anos)	Belas Artes (incompleto)	Viagens Europa adolescência (campos de trabalho) Estágio Estados Unidos	Professor e dirigente de Escola de Arte (aposentado)
Portuguesa	79	M	Ensino superior	Professor universitário e funcionário público na administração colonial	Engenharia	Períodos de residência em Angola antes da descolonização	Embaixador aposentado

Portuguesa	76	M	Licenciado em Direito / Ensino fundamental (4 anos) e formação em casa com perceptores	Juiz, advogado, administrador de empresas / dona de casa	Teologia	Frequência Ensino Superior na Alemanha	Padre
Portugal	86	M	Ensino médio / Ensino superior (incompleto)	Comerciante / professora	Seminário Comunicação Social	Circulação internacional ligada à Ação Católica Internacional e às ONG europeias	Padre
Portugal	49	M	Ensino fundamental	Policial / agricultor / Doméstica / agricultora	Teologia e Humanidades Frequência doutorado	Residência em França durante a infância	Diretor de ONGD
Portugal	67	M	Ensino Superior / Ensino fundamental	Empresário em Angola e no Congo / dona de casa	Medicina Doutorado	Nasceu e viveu parte da infância em Angola; Formação superior na Bélgica	Presidente de Fundação humanitária, médico, professor universitário
Portugal	72	F	Ensino secundário / ensino fundamental (com perceptores em casa)	Diretor financeiro / dona de casa	História	Viagens para visitar irmãos que estudavam na Bélgica e na França	Dirigente de ONGD Técnica de micro-crédito aposentada
Portugal	66	F	Ensino fundamental (4 anos) / ensino fundamental (6 anos)	Agricultor / operária	Doutorada Ciências da Educação	Viagens associativismo o estudantil universitário / campos de trabalho vários países da Europa	Professora Universitária / consultora
Portugal	69	F	Ensino superior militar/ Ensino médio	Professor Escola Militar / Dona de casa / funcionária de Museu	Estudos românicos / Biblioteconomia	Nasceu em Macau	Aposentada / funcionária intermédia Ministério das Finanças
Portugal	55	M	Ensino fundamental	Escriturário / dona de casa	Doutorado Sociologia	--	Dirigente associativo / administrador empresa setor

							comunicação
Portugal	44	F	Ensino superior / ensino médio	Analista Químico / Empresária	Cooperação e Desenvolvimento	Viagens pela Europa (turismo com a família)	Gestora de projetos / ONGD / dirigente associativa
Portugal	56	M	Ensino médio incompleto	Empresário / Escriturária	Química	Nasceu e viveu parte da infância em Angola	Diretor de associação setor saúde mental
Guiné-Bissau	64	M	Ensino primário / sem escolaridade	Comerciante / dona de casa	Agronomia	Frequência Ensino Superior em Portugal e na Alemanha	Aposentado de organização internacional
Guiné-Bissau	59	M	Sem escolaridade	Agricultores “Homem Grande” (líder “tradicional”) e curandeiro / dona de casa	Estudos militares História e Ciências Sociais	Frequência Ensino médio e superior em Cuba, Portugal e Rússia	Gestor de projetos / ONG / consultor
Guiné-Bissau	54	M	Sem escolaridade	Agricultor / dona de casa	Ciências Contábeis	Frequência Ensino Superior na Bélgica	Técnico de contabilidade em ONG
Guiné-Bissau	64	F	Ensino fundamental (4 anos) / ensino fundamental incompleto (2 anos)	Comerciante (pequeno comércio) / proprietário rural / dona de casa	Serviço Social	Frequência ensino fundamental, secundário e superior em Portugal	Diretora de ONG aposentada
Guiné-Bissau	60	M	Ensino fundamental (4anos) / Ensino fundamental (2 anos)	Comerciante (pequeno comércio) / dona de casa	Filosofia / Sociologia Rural	Ensino superior na República Checa	Diretor de ONG internacional
Guiné-Bissau	62	M	Ensino fundamental (4 anos) / Ensino fundamental (2 anos)	Comerciante (pequeno comércio) / dona de casa	Economia	Jugoslávia	Diretor de ONG / consultor
Guiné-Bissau	56	M	Sem escolaridade	Agricultor / dona de casa	Ensino médio / curso médio contabilidade	--	Gestor de projetos / ONG

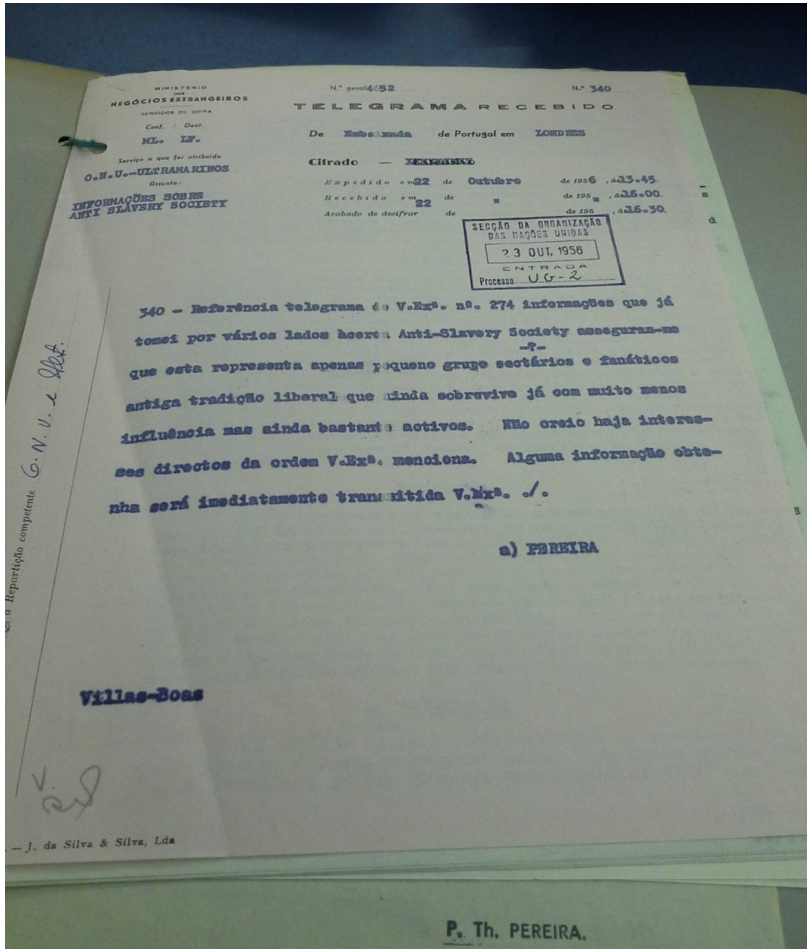
Guiné-Bissau	63	M	Sem escolaridade	Agricultor / dona de casa	Engenharia Biomedicina (pós-graduação)	Ensino Superior na Rússia	Funcionário público / cargo direção
--------------	----	---	------------------	---------------------------	--	---------------------------	-------------------------------------

Quadro 11 - Entrevistas com agentes setor da cooperação internacional em Portugal e na Guiné-Bissau

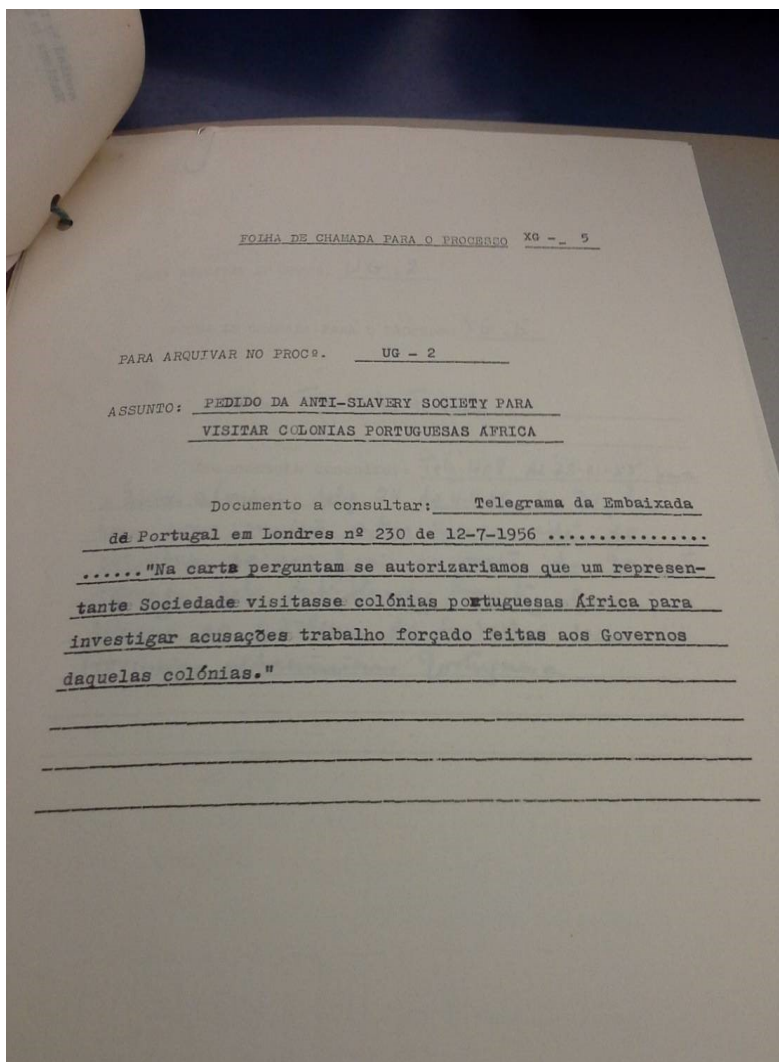
Nome	Filiação / percurso
Graça Vasconcellos	Dirigente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e participante da Plataforma das ONGD (1989-2002)
Vítor Sequeira	Militante de ONGD portuguesa / viagem à Guiné-Bissau durante a guerra 1998/1999
Carlos Sangreman	Cooperante na Guiné-Bissau; professor universitário
Isabel Levy	Esposa de empreendedor de uma das primeiras ONG Bissau-guineenses
Francisco Henriques da Silva	Embaixador durante a guerra na Guiné-Bissau
Jaime Gama	Ministro Negócios Estrangeiros de Portugal (durante a guerra na Guiné-Bissau)
Bernardino Cardoso	Cargos de Secretário de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional (1985-1994)
Mário Cabral	Ministro (várias pastas) e dirigente do PAIGC (década de 1970,1980)
Jorge Murteira	Filho de Mário Murteira. Seu pai foi fundador de um Centro de Estudos Africanos / consultor de Vasco Cabral e fundador de uma das primeiras consultores de “desenvolvimento” em Portugal
Acácio Catarino	Especialista em Política Social, ligado à Igreja Católica
José Manuel Rolo	Autor de um dos primeiros livros sobre “ajuda ao desenvolvimento” em Portugal; cooperante na Guiné-Bissau com Mário Murteira
Padre Domingos	Dirigente da Igreja Católica da Guiné-Bissau

ANEXOS

ANEXO A- Informação da Embaixada portuguesa em Londres sobre Anti Slavery Society



**ANEXO B- Pedido da Anti - Slavery para visitar as colónias para
verificar a situação dos trabalhadores**



ANEXO C – Posições do ECOSOC sobre a descolonização

CG-13-21
CG-110

Fichado-M. Helena

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

POI 0238
POI 41
16/2/73

URGENTE

1872-213
1360
13-21
16-14

Exm^o. Senhor Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar

Encom.
24.2.73

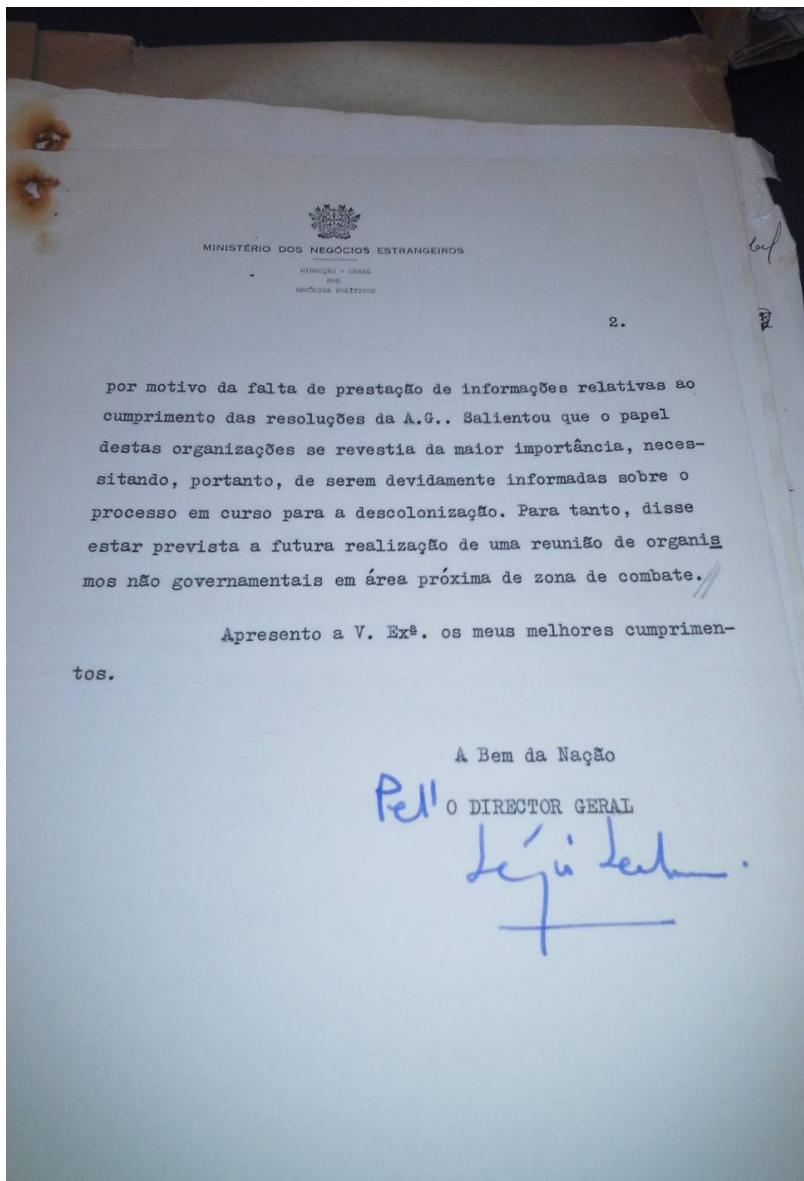
Tenho a honra de comunicar a V. Ex^{ta}., a título informativo, que o Embaixador Salim (Tanzânia), Presidente do Comité dos 24, da ONU, dirigindo-se em 10 do corrente ao "Comité das Organizações não-governamentais" notou que a maioria delas parecia ter dificuldade em compreender o processo de descolonização, muito embora se houvesse atingido um considerável progresso na execução da resolução 1514(XV) através da acção do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, da Organização Internacional do Trabalho, da Organização Mundial de Saúde e da Organização Meteorológica Mundial.

2. Prosseguiu afirmando que o Comité dos 24 estava convencido de que não havia restrições de ordem constitucional, legal ou outras que impedissem a comunidade internacional de ajudar os povos das áreas libertadas.

3. O Presidente Salim disse, ainda, que a UNESCO interrompera as relações com 32 organizações não governamentais

Informação
De incluir na Resenha de Política Internacional. V. Ex^{ta}., porém, decidirá. /...
22/2/73 Isabel Ferreira

(cont. anexo C)



(cont. anexo C)

Informação

Pelo ofício do HNE PAI 238, de 16 de Fevereiro findo, o GNP tomou conhecimento dos aspectos mais importantes da exposição feita pelo presidente do "Comité Especial 6024", Embaixador Salim, na reunião do "Comité para as organizações não-governamentais", realizada em 9 daquele mês e a que se refere o "press-release" das Nações Unidas ECOSOC/3374. O teor do ofício acima citado foi incluído na Res. Política Internacional N.º 10/73.

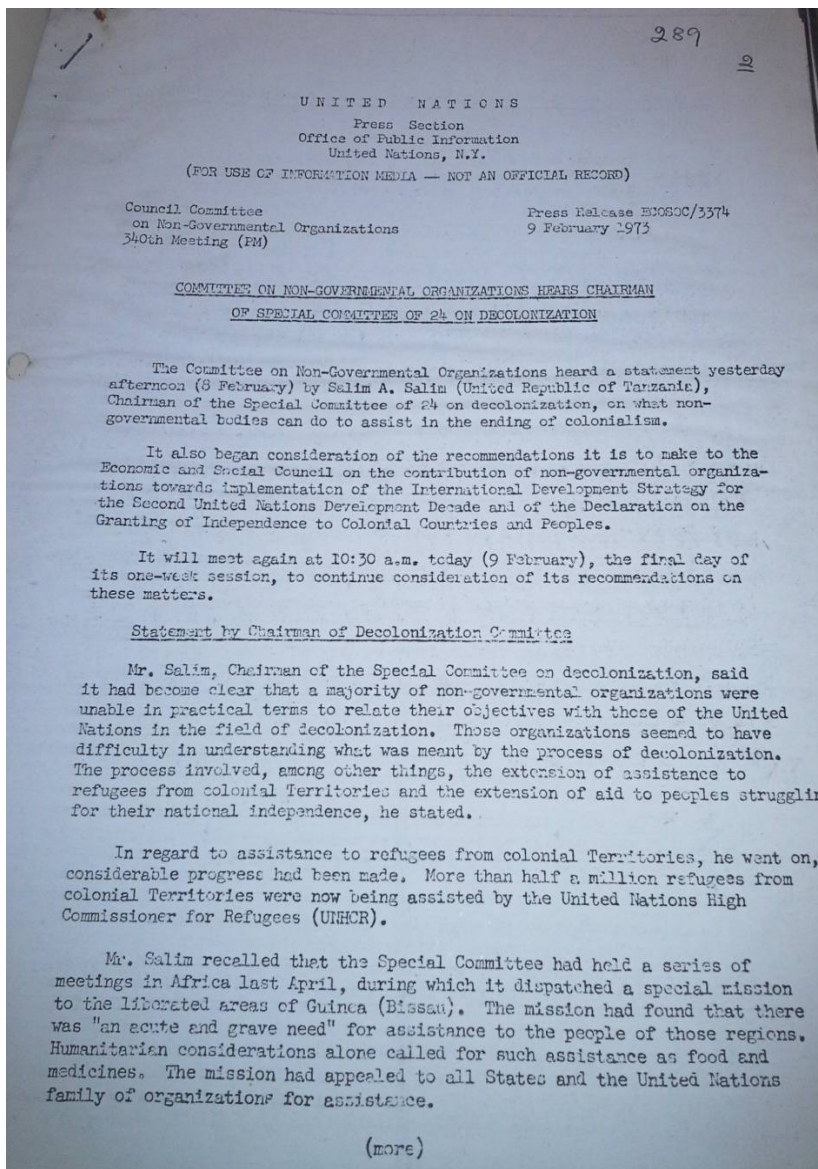
Por sua vez, o press-release ECOSOC/3375, inclui as recomendações aprovadas pelo "Comité das Organizações não-governamentais" no sentido de serem concedidas mais responsabilidades às organizações não governamentais com vista à obtenção dos resultados previstos para a Segunda Década de Desenvolvimento das Nações Unidas.

De arquivar os documentos anexos

T. Ex.ª, porém, decidirá.

6/3/73 e. n. 5

ANEXO D – Discurso de Salim sobre as ONGs e a descolonização na ONU



(cont. anexo D)

- 2 -

Press Release ECOSOC/3374
9 February 1973

The Special Committee was convinced, he stated, that no constitutional, legal or other elements should stand in the way of concentrated action by the international community to assist the people of the liberated areas of the colonial Territories.

Mr. Salim noted that a number of specialized agencies were helping in the anti-colonial struggle. It was hoped, he said, that such agencies as the World Health Organization (WHO), the International Labour Organisation (ILO), the Food and Agriculture Organization (FAO) and the World Meteorological Organization (WMO) would consult with the Governments concerned and come forward with concrete programmes of assistance. It was also hoped that non-governmental organizations would be able to provide assistance.

The primary aim of the United Nations, he declared, was to isolate the colonialist and racist regimes so long as they continued to perpetuate their colonialist and racist policies.

Mr. Salim singled out the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) for what he called its singularly commendable action of suspending relations with 32 non-governmental organizations for failing to supply information on their compliance with relevant General Assembly resolutions or because UNESCO had been unable to satisfy itself that certain of those organizations did not maintain branches which co-operated with Governments practising racial discrimination in their Territories.

The Committee on Non-Governmental Organizations, he added, should ensure that none of the activities of such bodies contravened United Nations resolutions on decolonization. It was hoped that the organizations would establish close working relationships with the peoples of colonial Territories and their liberation movements.

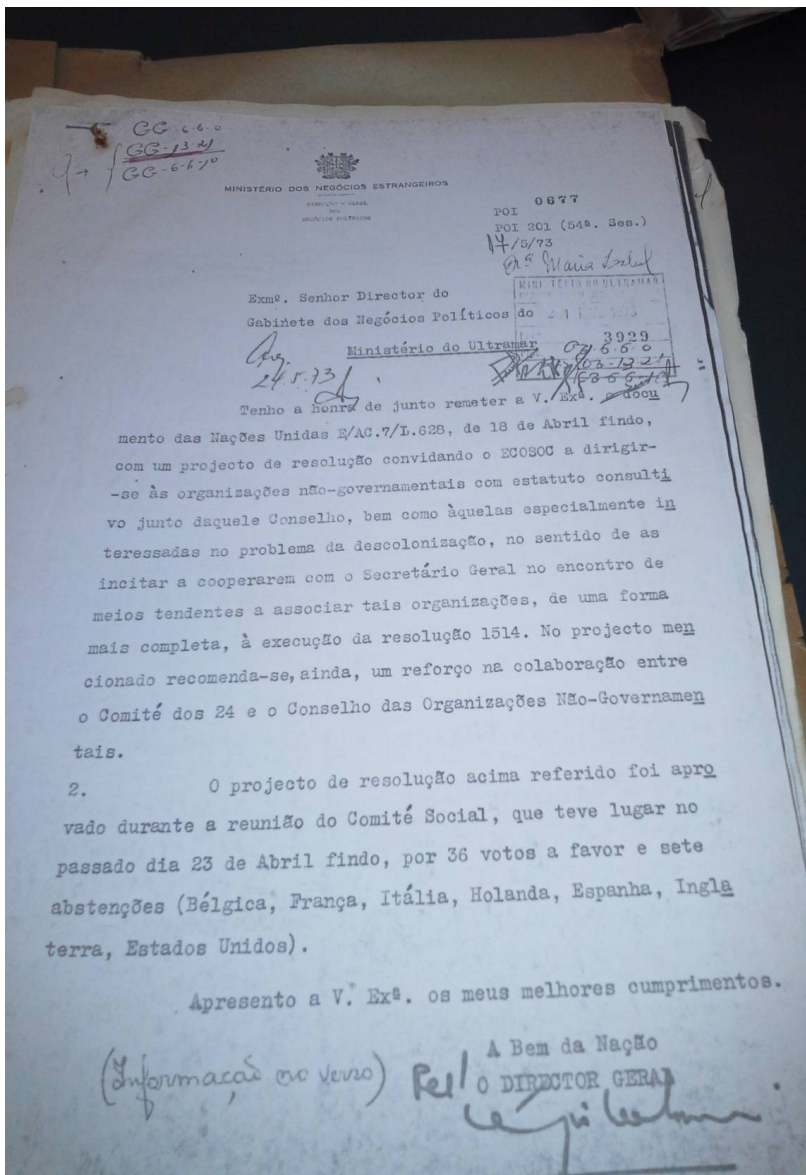
The Special Committee would continue to seek the close co-operation of the non-governmental organizations, he said, and it was hoped the Committee on Non-Governmental Organizations would devote serious attention to the consideration of methods to assist the liberation struggle in the colonial Territories. Great importance was attached to the role of the organizations in supporting United Nations efforts towards decolonization.

Mr. Salim stated that, in countries which did not show as much co-operation with decolonization efforts as they could, the non-governmental organizations had special responsibilities to mobilize public opinion in favour of decolonization.

He reiterated his belief that the organizations should be better informed about the decolonization process. Action towards that end, he added, should include the possibility of holding a future meeting of non-governmental bodies in an area close to the decolonization struggle.

(more)

ANEXO E- Nota sobre a aprovação da resolução das Nações Unidas que defende a colaboração das ONG para promover a descolónização (1973)



ANEXO F- Aerograma sobre articulação de posições na NATO

Aerograma de Deluado n.º 1.577 - 5/3/76
Friburgo

6) Artigo 71 da Carta das Nações Unidas.

O Representante americano (Perkins) disse que, nos termos desse artigo o Conselho Economico e Social deve consultar as organizações "não-governamentais" que se ocupam de assuntos da sua competência.

Já se eleva a 120 o numero dessas organizações "não-governamentais" reconhecidas para efeito de consulta. Grande parte delas são retintamente comunistas. O Governo americano entende que não convém aumentar o numero dessas organizações a consultar. Dependendo a admissão de

novas organizações de uma Comissão da ONU em que os países NATO tem os seus representantes, o governo americano sugere que os países NATO enviem a esses seus representantes instruções no sentido de não serem inscritas novas organizações não governamentais.

D'acordo. Instrução de A. Nijstra.

ANEXO G- Carta de Embaixador sobre articulação de posições na NATO sobre ONG

(21901/32/56)
CONFIDENTIAL

United Kingdom Delegation to NATO,
 3, rue d'Assas, Paris 6e.

March 21, 1956

My dear Ambassador,

Consultative Status with ECOSOC for Communist Front Organisations

At the Council meeting on March 1, Ambassador Perkins referred to efforts which had been made by certain Communist Front organisations to gain consultative status with the United Nations and appealed for joint NATO efforts to block such Communist bodies in their attempts to gain recognition.

In this connection, you may wish to know that Her Majesty's Government in the United Kingdom have consistently opposed the granting of consultative status to Communist Front organisations since it is quite clear that such bodies would abuse that status by using the Economic and Social Council as a vehicle for Communist propaganda.

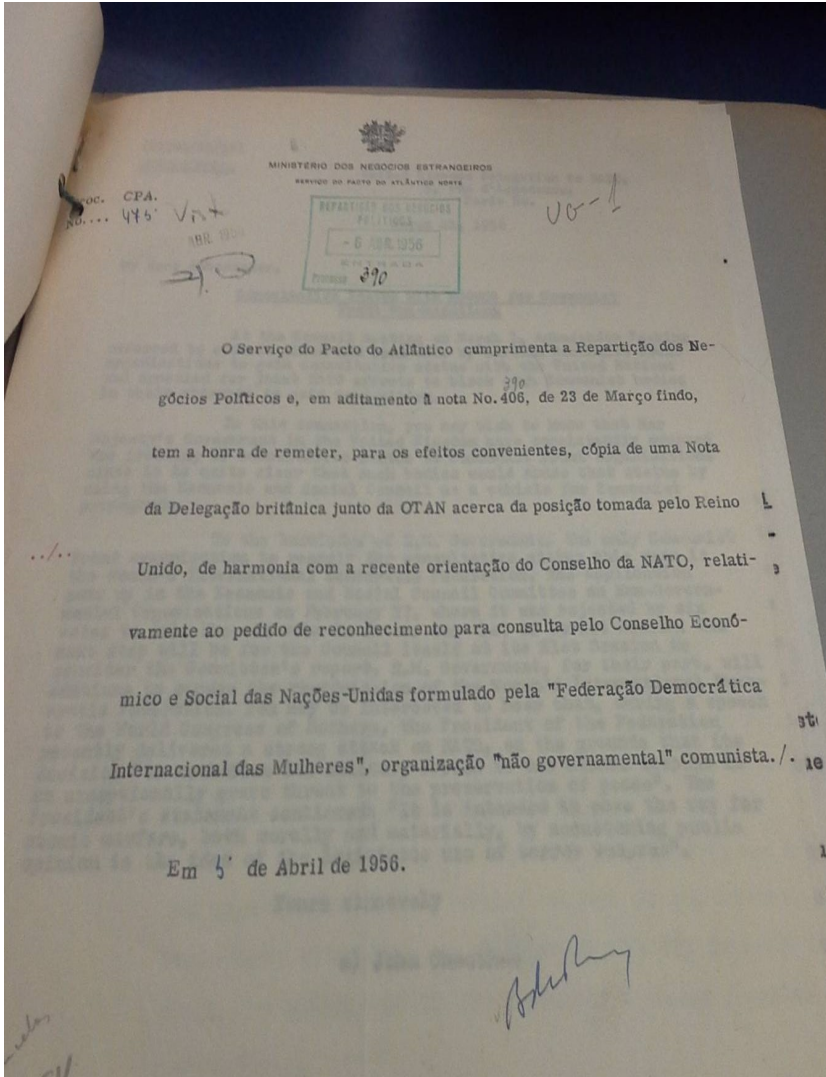
To the knowledge of H.M. Government, the only Communist Front organisation to reapply for consultative status this year is the Women's International Democratic Federation. The application came up in the Economic and Social Council Committee on Non-Governmental Organisations on February 27, where it was rejected by six votes to one. The one vote in favour was that of Soviet Russia. The next step will be for the Council itself at its 21st Session to consider the Committee's report. H.M. Government, for their part, will continue to oppose the re-admission of the Women's International Democratic Federation. You may be interested to hear that, during a speech to the World Congress of Mothers, the President of the Federation recently delivered a strong attack on NATO, on the grounds that its decision "to authorise its military forces to use atomic weapons is an exceptionally grave threat to the preservation of peace". The President's statement continued: "It is intended to pave the way for atomic warfare, both morally and materially, by accustoming public opinion to the idea of the legitimate use of terror weapons".

Yours sincerely

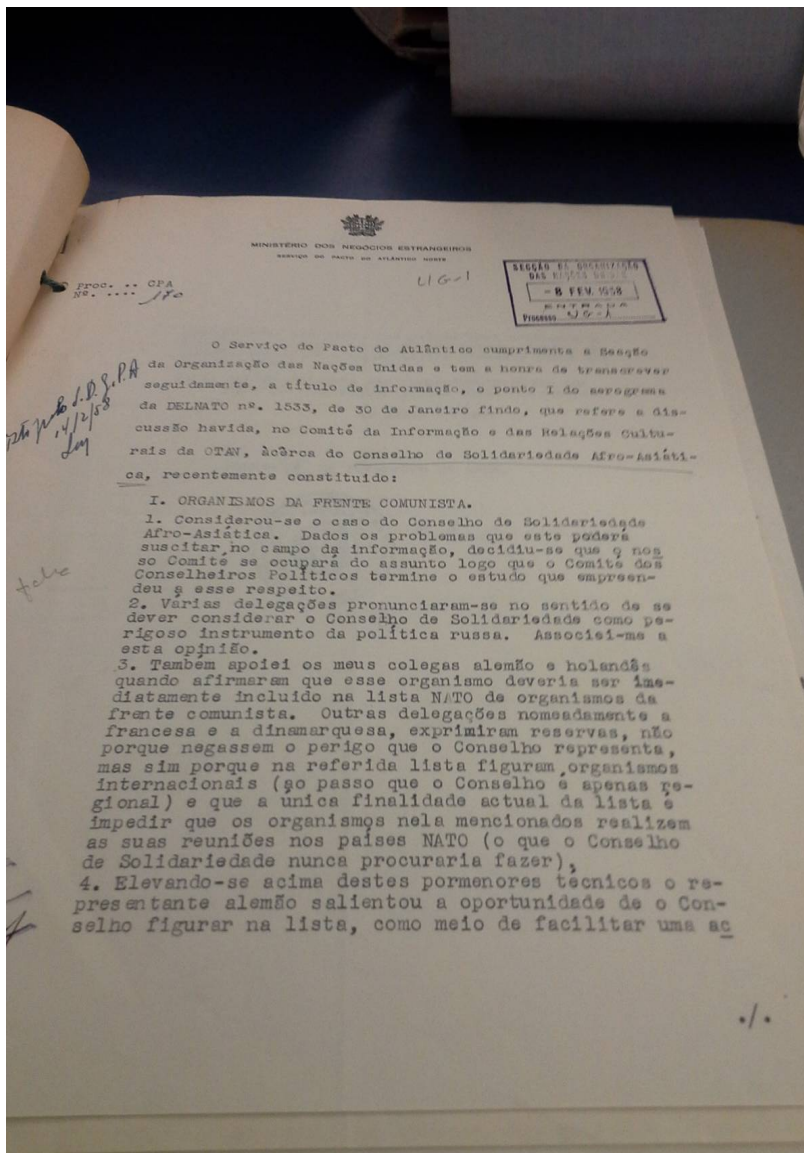
a) John Cheetham

His Excellency le Comte de Tovar.

ANEXO H- Posição do Serviço Pacto do Norte, recusando a entrada de uma ONG no ECOSOC



ANEXO I – Nota enviada sobre a ação coordenada entre países da NATO sobre Conselho de Solidariedade Afro Asiática



(cont. anexo I)



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
SERVIÇO DO PACTO DO ATLÂNTICO NORTE

2.

ção conjunta por parte dos países NATO destinada a impedir que o Conselho de Solidariedade adquira estatuto consultivo ("consultative status") junto das Nações Unidas.

NOTA: Talvez convenha dar conhecimento disso aos Serviços das Nações Unidas desse Ministério.

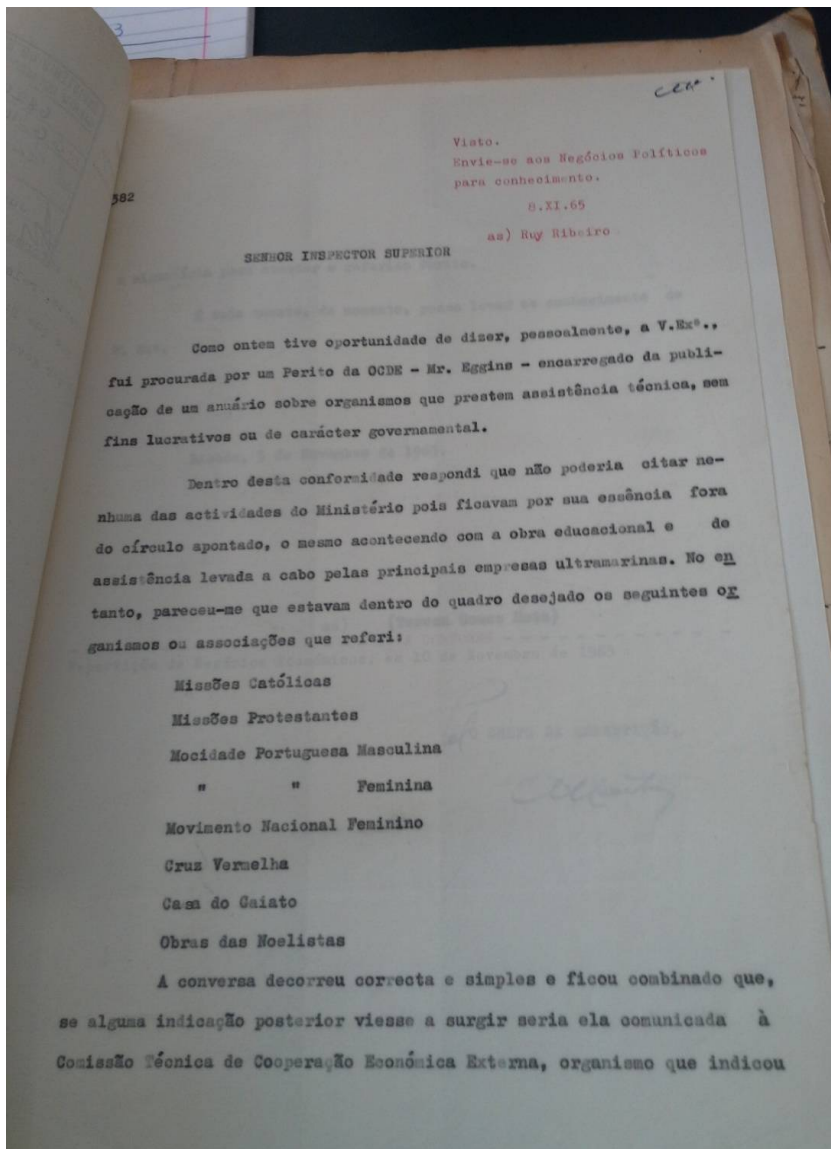
a) Sousa Pernes.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1958.

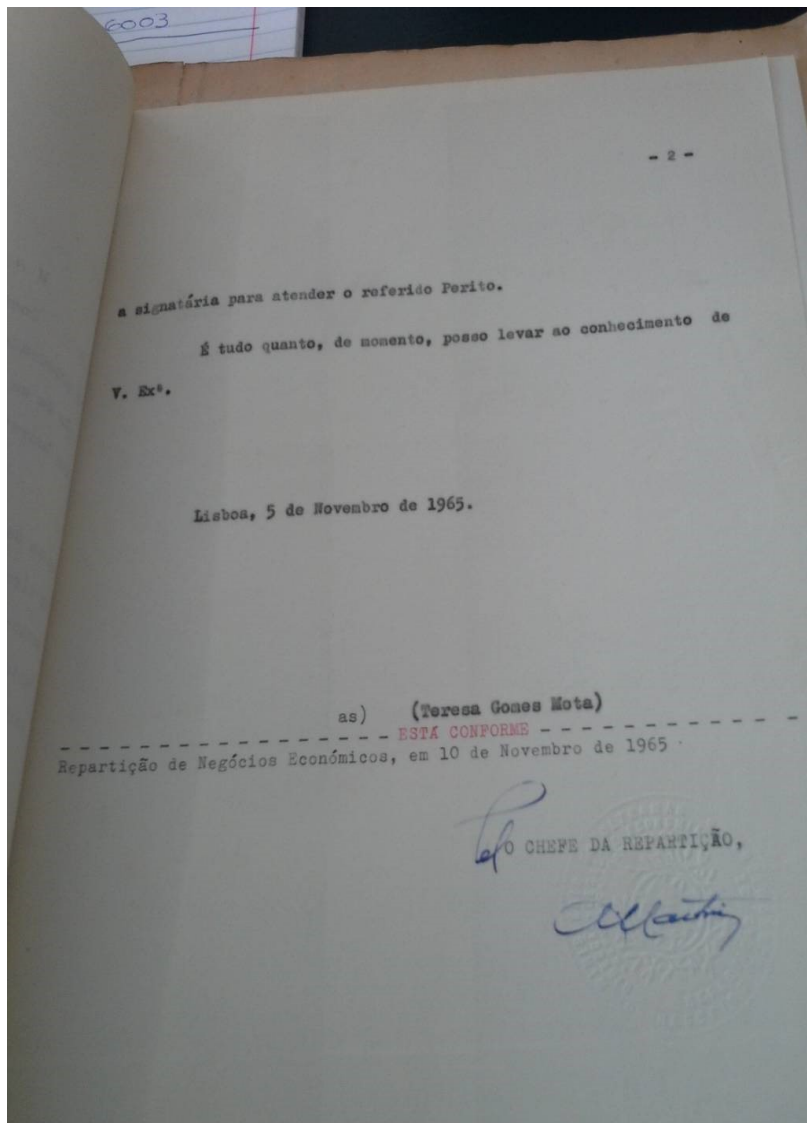


Sousa Pernes

ANEXO J – Resposta ao pedido da OCDE sobre organizações de assistência técnica



(cont. anexo J)



ANEXO K- Carta de resposta da Cáritas Portuguesa à Catholic Relief



CARITAS PORTUGUESA

Exm.^o Senhor
James Coale Sappington
Quinta de Real de Cima
MATOSINHOS

Lisboa, 12 de Novembro de 1959

Exm.^o Senhor,

Só hoje me é possível responder à carta de V.Ex.^o de 30 de Outubro p.p. confirmando por escrito o que verbalmente tive a honra de dizer a V.Ex.^o e ao Exm.^o Senhor Goodyear da Embaixada dos Estados Unidos da América.

A pergunta que fiz a V.Ex.^o, e na Embaixada pedi para apoiarem sobre a possível demarcho de N.C.W.C. em Washington foi baseada no trabalho que fizemos na Diocese da Beira por causa das cheias do Zambeze tanto mais que estando nós a tratar do plano de auxílio às nossas Províncias Ultramarinas e tendo Mgr. Swanstrom mostrado grande interesse bem como o Senhor McIlvaine sempre que discutimos os pontos fundamentais deste trabalho supuzemos não haver inconveniente em enviarmos 300 toneladas de leite 300 de farinha de trigo e 500 de farinha de milho do programa do continente para Cabo Verde dada a situação de emergência em que se encontram e que segundo a informação que colhi durará pelo menos até Julho de 1960.

Nunca imaginei que depois de alguns anos de trabalho prático realizado nas nossas Dioceses do continente e na Diocese da Beira na nossa Província Ultramarina de Moçambique e que segundo o relatório apresentado pelo pessoal da ICA que aqui veio fazer a sua inspecção mereceu aprovação oficial reconhecendo como eficiente a nossa maneira de trabalhar e métodos de controle, viessem novamente com a exigência que SEMPRE consideramos impraticável em Portugal.

Conforme disse a V.Ex.^o embora tivéssemos muito gosto em que as crianças de Cabo Verde pudessem beneficiar do mesmo benefício que as do Continente, principalmente numa ocasião tão grave para elas não podemos de modo algum aceitar, mesmo nesta circunstância o que sempre recusamos.

E não se diga que é uma exigência do vosso regulamento "título III programa" o quererem um documento oficial sobre a situação em Cabo Verde pois que depois de o ter lido novamente nada encontrei que o justificasse.

Rua Marquês de Fronteira, 10, r/c. Tele. | fone 4 26 75
gramas «CARITAS»

(cont. anexo K)



CARITAS PORTUGUESA

II

Eu acredito e creio que tanto V.Ex.^a como o Senhor Goodyear da Embaixada dos Estados Unidos da América empregaram o seu melhor esforço para conseguirem que enviássemos géneros para as crianças de Cabo Verde pelo que estou profundamente reconhecida mas também não posso deixar de dizer que me chocou profundamente a exigência feita pensando talvez que pelo facto de haver uma necessidade de emergência iríamos aceitar o que sempre recusámos.

Há um ponto que eu quero deixar muito claro e que me parece ainda não fiz entender como devia, certamente por culpa minha, é que a Caritas está organizada em Caritas Central e Comissões Diocesanas.

Sejam as Dioceses do Continente ou no Ultramar são SEMPRE Dioceses Portuguesas e por conseguinte o contracto que fizemos com V.Ex.^{as} tem de ser o mesmo para o Continente e Ultramar.

Lógicamente o Supervisor tem de ser uma e a mesma pessoa no Continente e nas Províncias Ultramarinas visto que é SEMPRE Portugal e por conseguinte o mesmo País.

Custa-me pois a entender esta exigência de haver um Supervisor para cada localidade o que também não encontro na vossa Lei visto que ali se diz ter de haver um Supervisor residente no País e Vossa Excelência ter sido já nomeado Supervisor para Portugal e residir na Diocese de Porto por aí ter escolhido o seu domicílio.

Quanto à modalidade do pedido ser feito directamente pelo Governo Português e recebermos sob o Título II, conforme tive a honra de informar V.Ex.^a é assunto que não diz respeito à Caritas visto a Caritas ser obra de Igreja e nós termos por princípio, não sairmos do nosso âmbito de trabalho.

Pessoalmente penso, que se o Governo Português entendesse dever fazer o pedido directamente ao Governo Americano não precisava que uma Obra particular se intrometesse no assunto, mas não posso deixar de dizer que também essa atitude me surpreendeu visto que há anos foi o vosso próprio Governo que se adiantou e sob o mesmo título II ofereceu géneros ao Governo Português sem que este nada pedisse quando da invernada em Portugal.

Vejo que a aplicação da lei varia conforme a ocasião o que certamente por ignorância minha eu ainda não tenha apreendido.

Rua Marquês de Fronteira, 10, r/c. Tele | fone 4 26 75
| gramas «CARITAS»

(cont. anexo K)



CARITAS PORTUGUESA

III

Agradecemos pois a boa vontade mas nas condições apresentadas não podemos aceitar os gêneros para Cabo Verde.

No final do telegrama enviado a V.Ex.^a diz-se ainda que sugerem o discutir as duas modalidades com a Embaixada em Lisboa mas, que eu saiba a Caritas Portuguesa não depende da Embaixada dos Estados Unidos, muito embora aprecie e esteja grata pelo belíssimo entendimento e compreensão que sempre houve e graças a Deus continua a haver entre a Embaixada e a Caritas Portuguesa.

Eu creio que teria sido mais natural que tivessem dito a V.Ex.^a para discutir o assunto directamente com a Caritas Portuguesa pois que certamente não ocorreu a N.C.W.C. que nós em Portugal iríamos ACEITAR o discutido e estabelecido pela Embaixada dos Estados Unidos e Vossa Excecellência como representante da própria N.C.W.C.

Esperando ter dado uma resposta satisfatória creia Sr. Sappington na nossa consideração.

Deus guarde V.Ex.^a.

Pela UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA

(Fernanda Ivens Ferraz Jardim)

FJ/ME

Rua Marquês de Fronteira, 10, r/c. Tele {ane 4 26 75
gramas «CARITAS»

ANEXO L- Telegrama sobre relação com a Catholic Relief e a Cáritas

N.º geral 6584 *1. Ent. Aug. 2/9/69* N.º 399 *B*

MINISTÉRIO
DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
SECÇÃO DA CÍFRA

Cap. / Dact.
PH

Serviço a que foi atribuído

SEV. INFORMAÇÃO
para conhecimento
POL. EUROPA

TELEGRAMA RECEBIDO

De Embaixada de Portugal em WASHINGTON

Cifrado ~~XXXXXXXX~~

Expedido em de	de 196	12.50
Recebido em 2 de Setembro	de 196	23.30
24 Setembro de	de 196	23.50

REPARTIÇÃO DE CÍFRA
24 Setembro de 1969
PAGAR 305-

399 - NYT publicou artigo correspondente especial Lisboa segundo qual "US Catholic Relief Service" teria suspenso desde Junho passado assistência que há anos prestava através Caritas Portuguese e permitiu auxiliar 350.000 pessoas. Caritas teria apelado mas sem sucesso. Resões seriam necessidade desviar "food for peace program" para países pobres Ásia África América Latina considerados regiões não desenvolvidas. Decisão vinha criar situação difícil no país e segundo articulista círculos ligados Embaixada EE UU Lisboa pensariam somente diligência nível diplomático poderia evitar para já corte directo EE UU provavelmente não o faria. Artigo termina mencionando solução não completamente satisfatória que resta Caritas de comprar aqui, preços muito reduzidos géneros postos à disposição por Departamento Agricultura EE UU.

s) RESSANO GARCIA

Paulo Castilho

Dr. P. Nunes

POLÍTICA EUROPA

Cap. em 3- SET 1969

Resposta competente

ANEXO M- Relatório anual da Caritas Portuguesa com indicação do corte de apoio da Catholic Relief (1967)

-B-

O facto de termos distribuido mais roupa e calçado do que aquele que nos foi oferecido pela América, deve-se à circunstância de termos tido ofertas de outras proveniências e uma pequena quantidade armazenada do ano anterior.

MODALIDADES DE DISTRIBUIÇÃO No começo de Janeiro de 1967 foram alteradas as tradicionais modalidades, através das quais era feita a distribuição dos géneros.

Passaram a ser as seguintes:

Cantinas
Instituições
Maternal

Esta última modalidade, por uma questão de conveniência, ajustada a um melhor sentido das realidades foi desdobrada em:

Organismos
Paróquias

o que permitiu atingir uma maneira mais eficiente as famílias numerosas, com filhos em idade pré-escolar, sobretudo as residentes afastadas dos locais de distribuição, e os adultos necessitados.

C.R.S. Não podemos deixar de referir com justo relevo, a generosidade da Catholic Relief Services (C.R.S.) e da sua dependente United States Catholic Conference (U.S.C.C.).
U.S.C.C.

Dela recebemos a quase totalidade dos géneros, roupas e calçado que distribuimos.

Foi pois ela que permitiu que tivéssemos assistido, diariamente, mais de 450.000 pessoas e vestido e calçado algumas dezenas de milhar.

O seu valor, acrescido do dos anos anteriores, e que a Caritas tem feito chegar ao seu destino, atinge proporções ímpares na assistência em Portugal.

O representante da C.R.S., durante 1967, continuou a ser o Dr. Joseph Emanuel Galano. Conhecedor das nossas dificuldades, tem sido um bom colaborador, cheio de boa vontade e defensor dos nossos interesses jun-

(cont. anexo M)

co da C.A.S., o que aqui deixamos com justiça devidamente registado.

Com a maior mágoa, confirmamos a informação anteriormente dada, de que este auxílio já a partir de 30 de Junho 1968 é reduzido para cerca de um terço, sendo totalmente terminado no próximo ano, em Junho de 1969. Não obstante as diligências instantemente feitas pela Comissão Central no sentido de atenuar os efeitos criados por tal resolução, mais uma vez se recomenda a todas as Comissões Circulares que tomem as indispensáveis providências para adaptar a sua economia à nova situação com a devida antecedência, evitando assim situações desagraváveis ou equivocadas de última hora.

SUBSÍDIOS DO ESTADO

As diligências efectuadas junto do nosso Governo foram coronadas de êxito.

O Estado voltou a conceder à Caritas um subsídio que lhe permitiu satisfazer uma parte das despesas com os fretes marítimos.

Foi-nos assim atribuído um subsídio no total de 8.000 contos, sendo 5.000 contos dos cofres do Ministério das Finanças e 3.000 contos atribuídos através da Direcção Geral da Assistência.

Dos 3.000 contos atribuídos pelo Ministério da Saúde e Assistência, só recebemos, no entanto, até 31 de Dezembro de 1967, a quantia de 1 367 610\$90, contando receber o restante nos primeiros meses de 1968.

Para 1968 temos também atribuído um subsídio análogo ao do ano de 1967.

IMÓVEIS

Dos imóveis que nos vimos forçados a pagar (e a adquirir), em virtude de contratos promessas de compra e venda efectuados anteriormente a Outubro de 1965, restava ainda, em 31-12-1966, liquidar o seguinte:

	LIQUIDADO	POR LIQUIDAR
Prédio da Av. da República, 84 -	16 300 000\$00	6 000 000\$00
Garagem, Av. Elias Garcia, 123 -	2 140 000\$00	2 060 000\$00

Dos 8 000 000\$00 devidos em 31-12-66, resta hoje apenas o seguinte:
Garagem, Av. Elias Garcia, 123 - 1 220 000\$00.

Está pois completamente pago o imóvel da Av. da República, não tendo sido ainda efectuada a respectiva escritura, que esperamos poder vir a efectuar em breve, pois continuamos a diligenciar que nos sejam concedidas as necessárias isenções, embora até agora nada tenhamos conseguido nesse sentido.

ANEXO N- Carta sobre queixa contra Caritas Portuguesa junto da Catholic Relief

EMBAIXADA DE PORTUGAL
WASHINGTON, D.C.
MO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

058018 - 2 NOV 1964
26 de Outubro de 1964

Proc. 31.20
N.º 1141

Confidencial

Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros

DEPARTAMENTO DOS NEGÓCIOS
POLÍTICOS

3 Nov 1964

ENTRADA

Processo 370

Excelência:

Tenho a honra de junto remeter a V. Exa. cópia de uma carta recebida nesta Embaixada, subscrita pelo Sr. Ralph Rafael. Como V. Exa. se dignará verificar, o referido Senhor Rafael é um luso-americano com família em Oliveira do Mondego, concelho de Penacova, Coimbra. Queixa-se que, no decurso da última viagem que fez a Portugal, constatou que o pároco da freguesia está a distribuir pacotes de mantimentos enviados pela organização CARE, que deveriam, em princípio, ser grátis, mediante o pagamento de uma quantia que oscila entre 2\$50 e 8\$00. Antes de tomar qualquer iniciativa junto dos organismos locais da CARE o Sr. Rafael dirigiu-se a esta Embaixada, convencido de que as autoridades portuguesas ignoram o que se está a passar.

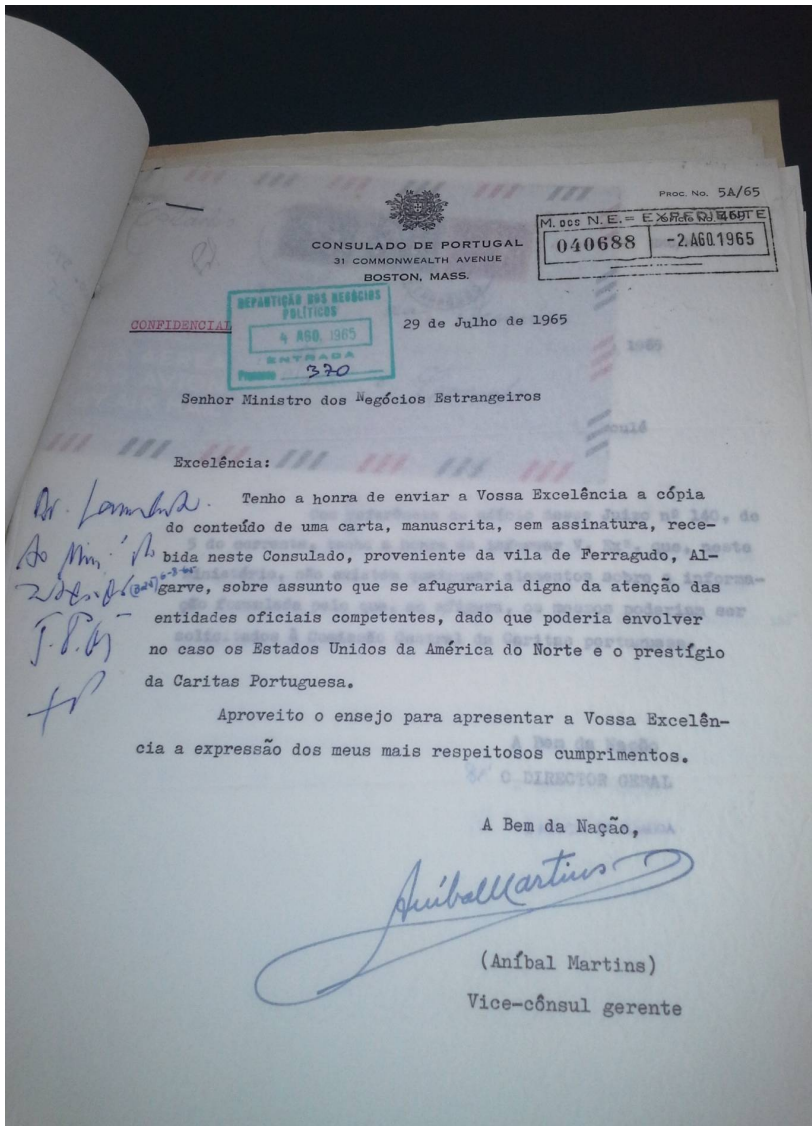
Muito agradeceria que V. Exa. me habilitasse com os elementos necessários para dar uma resposta ao Senhor Ralph Rafael ao qual, de momento, vai ser dito que o conteúdo da sua carta será transmitida para apreciação das autoridades portuguesas competentes.

A BEM DA NAÇÃO

W. J. ...

v. J. ...
Dr. Beat. Pestallo
pl. Min. Interi
(para que se tome o seu
fora e se tome o seu)

ANEXO O – Carta de diplomata sobre queixa contra Caritas Portuguesa



ANEXO P – Resposta da Caritas à Catholic Relief



CARITAS PORTUGUESA

30514

M. S. S. N. E. = EXPEDIENTE	
051279	-2.0UT.1965

Lisboa, 28 de Setembro de 1965

Exm.º Senhor
 Director-Geral dos Negócios Políticos e da
 Administração Interna
 Ministério dos Negócios Estrangeiros
 L I S B O A

DEPARTAMENTO DOS NEGÓCIOS POLÍTICOS	
6 OUT. 1965	
RECEBIDO	370

Exm.º Senhor,

Acusamos o ofício de V.Ex.º n.º PO 31,
 proc. 331,1, de 16 de Fevereiro último, que agradecemos muito reconhe-
 cidamente.

Informamos V.Ex.º de que, depois das
 averiguações a que se procedeu, se apurou que o Revm.º Pároco de Oli-
 veira do Mondego recebeu dos beneficiados pelos géneros contribuições
 ou quotas com o único fim de fazer face às várias despesas inerentes
 do Serviço da Caritas, podendo garantir-se que se trata de um Sacer-
 dote em tudo muito digno e incapaz de exigir dos assistidos qualquer
 quantia que não fosse o mínimo indispensável para cobrir as despesas
 feitas. Aliás, com a recente criação dos Centros Paroquiais da Caritas
 é possível com quotas voluntárias solucionar o problema das despesas
 inerentes do trabalho da distribuição dos géneros.

Com muitos cumprimentos, creia V.Ex.º na
 nossa consideração.

Deus guarde V.Ex.º.

Pela UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA


(Fernanda Ivens Ferraz Jardim)

ACJ/IR

S.A.

Av. António Augusto de Aguiar, 163-5.º Esq. — Tele { fone 4 2675
 gramas «CARITAS»

ANEXO Q – Carta da Cruz Vermelha Internacional ao governo português


 MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
*Com os cumprimentos da Secção
 dos Negócios Políticos Ultramarinos*

305

Proc. n.º
CIRCUL

A
Política

nbro de 1963

A título de informação transcreve-se o texto de uma carta do Presidente da Cruz Vermelha, Senhor Leonold Boissier, a Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros:

"Genève, le 17 août 1963

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur de vous informer que M. G. Hoffmann, délégué général du Comité international de la Croix-Rouge en Afrique sub-équatoriale, que Votre Excellence a bien voulu recevoir à Lisbonne au mois de janvier, a séjourné en Angola du 17 au 31 juillet 1963.

L'objet de cette visite de notre représentant, en compagnie du Secrétaire général de la Croix-Rouge portugaise, le Colonel José V. Mateus Cabral, était de prendre contact avec les Autorités et les différentes sections de la Croix-Rouge portugaise de cette province.

A son arrivée à Luanda, M. G. Hoffmann a été fort aimablement reçu, tant par les personnalités dirigeantes du Gouvernement portugais en Angola que par la section dans cette ville de la Croix-Rouge portugaise, puis par les Gouverneurs de districts et les Comités locaux de la Croix-Rouge.

J'ai été heureux d'apprendre que notre délégué a reçu partout un accueil chaleureux et la plus généreuse hospitalité, ce qui l'a mis en mesure de s'acquitter de sa mission dans les meilleures conditions.

/...

(cont. anexo Q)

Je tiens donc à exprimer ici à Votre Excellence mes
vifs remerciements pour l'appui que votre Gouvernement a bien
voulu donner à M. C. Hoffmann, en lui accordant toutes les fa-
cilités nécessaires lors de sa visite en Angola.

Je prie Votre Excellence d'agréer les assurances de ma
très haute considération.

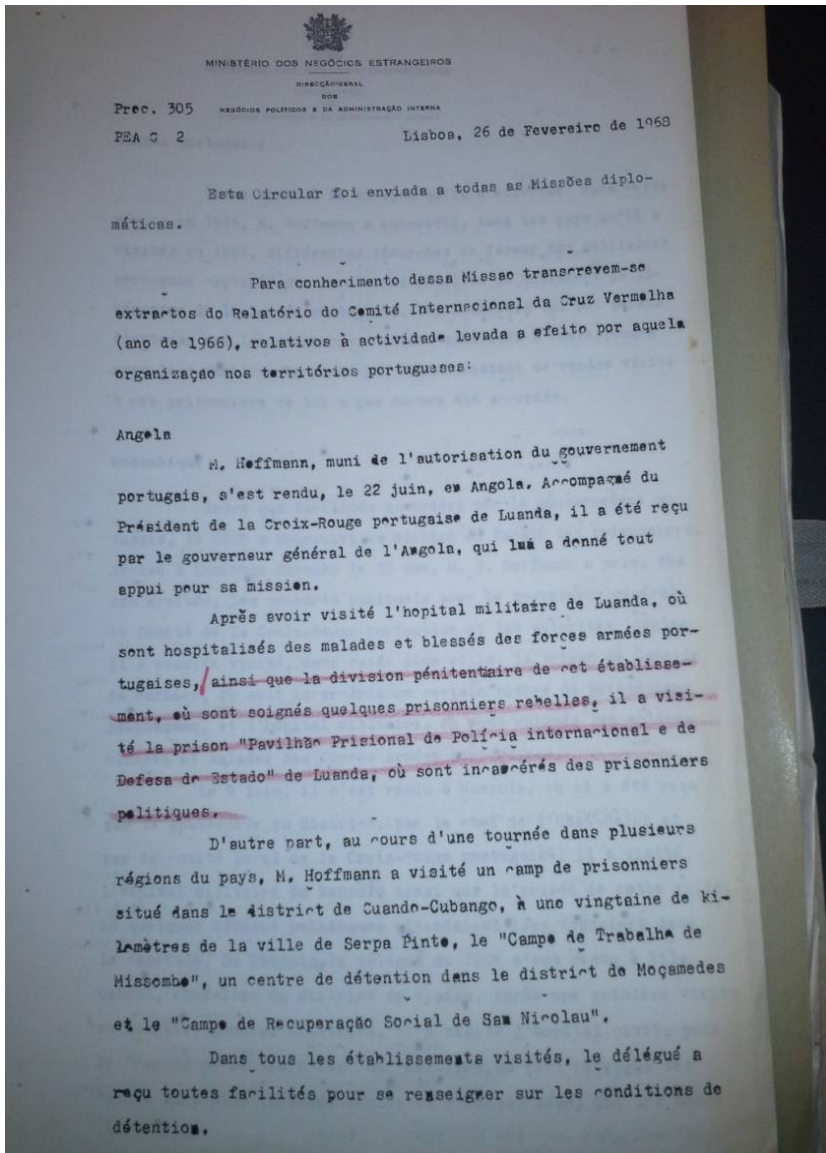
Léonold SOEISSER".

2. Esta carta pode bem ser considerada como mais uma prova
de que o Ultramar português está aberto a todas as entidades que o
queiram visitar de boa-fé.

A SE DA MARÇO

António de Oliveira

ANEXO R – Representação diplomática em Madrid e divulgação da posição da Cruz Vermelha sobre guerra colonial



(cont. anexo R)

DIRECCION-GERAL
DOS
SERVICIOS POLITICOS E DA ADMINISTRACAO INTERNA

Guinée portugaise

Comme suite à la mission qu'il a effectué dans cette région en 1965, M. Hoffmann a entrepris, dans les pays qu'il a visités en 1966, différentes démarches en faveur des militaires portugais capturés par les forces rebelles du mouvement de libération de la Guinée portugaise. Ces démarches lui ont permis d'obtenir que les prisonniers soient autorisés à correspondre avec leur famille. En revanche, l'autorisation de rendre visite à ces prisonniers ne lui a pas encore été accordée.

Mozambique

Grâce aux facilités accordées par le gouvernement portugais, le CICR a poursuivi sa mission en faveur des prisonniers. Arrivé à Lourenço Marquês le 30 mai, M. G. Hoffmann a pris, dès son arrivée, les contacts habituels avec le gouverneur général, le Comité de la Croix-Rouge portugaise et les autorités locales. Il a ensuite visité, dans cette même ville, la prison de Cadeida da Machava, où sont incarcérés un certain nombre de prisonniers politiques, et l'hôpital militaire, où sont soignés les soldats blessés et malades des forces armées portugaises.

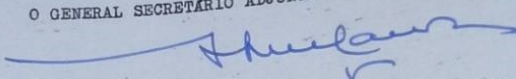
Le 9 juin, il s'est rendu à Nampula, où il a été reçu par le gouverneur du district, par le chef de l'Etat-Major et par le comité local de la Croix-Rouge portugaise. Il a visité l'hôpital militaire de Nampula ainsi que la prison de cette ville, où quelques détenus politiques attendaient leur transfert dans la capitale. De Nampula, le délégué du CICR s'est rendu à Vila Cebral, chef-lieu du district de Nyassa. Après une première visite au quartier général militaire, il a visité l'hôpital civil, puis le "centre de récupération" du chef-lieu, où sont hébergés des civils africains (hommes, femmes et enfants) ayant fui les zones de trouble. De Vila Cebral, Hoffmann est reparti dans la

(cont. Anexo S)

- 2 -

4. Junto se envia, ainda, o officio de referênciã por nos parecer dever ele ficar nessa Secretaria de Estado.

O GENERAL SECRETÁRIO ADJUNTO DA DEFESA NACIONAL


VENÂNCIO AUGUSTO DESLANDES

ANEXOS: 1. Informação citada no §1
2. Parecer citado no §2
3. Officio citado no §4 e documentação ao mesmo anexa.